

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 109, 2º semestre de 2011

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 109, 2º semestre de 2011 - Ano 37, ISSN 0101 2428

© 2012 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro João Pedro Corrêa Costa

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretária Gilsandra da Luz Moscardo de Souza
Secretário Frederico Oliveira de Araújo

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

360p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

25

COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DA ABACC

NOTAS PARA O DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA COMEMORATIVA DOS 20 ANOS DA ABACC
(BUENOS AIRES/ARGENTINA, 08/07/2011) 29

PARCERIA SOBRE TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DURANTE REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA PARCERIA SOBRE
TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL 33
(WASHINGTON/EUA, 12/07/2011)

SEMINÁRIO “O CENTENÁRIO DE SAN TIAGO DANTAS E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE”

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA
DO SEMINÁRIO “O CENTENÁRIO DE SAN TIAGO DANTAS E A
POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE” 37
(BRASÍLIA/DF, 30/08/2011)

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO
PATRIOTA, NO DEBATE SOBRE DIPLOMACIA PREVENTIVA DO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU) 41
(NOVA YORK/EUA, 22/09/2011)

PRONUNCIAMENTO NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O BRASIL E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC” 45

(BRASÍLIA/DF, 10/10/2011)

DISCURSO NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 66ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 51

(NOVA YORK/EUA, 21/09/2011)

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE 57

(RIO DE JANEIRO/RJ, 21/10/2011)

DISCURSO POR OCASIÃO DA XI REUNIÃO DE CHANCELERES DOS PAÍSES MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA 61

(MANAUS/AM, 22/11/2011)

DISCURSO NA IV REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) 65

(MALABO/GUINÉ EQUATORIAL, 24/11/2011)

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR 69

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 75

I REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL PARA A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20) 75
01/07/2011

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, A CARACAS, POR OCASIÃO DO BICENTENÁRIO DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA 04/07/2011	75
VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES (ABACC) 07/07/2011	76
MERCOSUL-UE: XXII REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS 08/07/2011	76
PARCERIA SOBRE TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL. VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A WASHINGTON, 12/07/11 08/07/2011	77
APROVAÇÃO DO TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL NO CONGRESSO NACIONAL 08/07/2011	77
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA LETÔNIA, VALDIS DOMBROVSKIS , 9 A 12 DE JULHO DE 2011 09/07/2011	77
INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL 09/07/2011	78
ESTABELECIAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL 09/07/2011	78
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO HAITI – PORTO PRÍNCIPE, 11 DE JULHO DE 2011 09/07/2011	79

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO PATRIOTA EM SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O SUDÃO DO SUL 12/07/2011	79
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ - BRASÍLIA, 13 A 15 DE JULHO DE 2011 13/07/2011	79
ATENTADOS EM MUMBAI 13/07/2011	80
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO EQUADOR - QUITO, 15 DE JULHO DE 2011 14/07/2011	80
ATENTADO NA CIDADE DE DIYARBAKIR, TURQUIA 15/07/2011	80
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A ANGOLA - LUANDA, 21 DE JULHO DE 2011 19/07/2011	81
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A GUINÉ-BISSAU - BISSAU, 20 DE JULHO DE 2011 19/07/2011	81
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO PATRIOTA NA XVI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA CPLP - LUANDA, 22 DE JULHO DE 2011 20/07/2011	81
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, À ÁFRICA DO SUL – PRETÓRIA, 24 DE JULHO DE 2011 22/07/2011	82

ATENTADOS NA NORUEGA 22/07/2011	83
XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - LUANDA, 22 DE JULHO DE 2011 - COMUNICADO FINAL 22/07/2011	83
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À REPÚBLICA DA GUINÉ – CONACRI, 25 DE JULHO DE 2011 22/07/2011	91
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, À NAMÍBIA – WINDHOEK, 23 DE JULHO DE 2011 22/072011	91
BRASIL – REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL 25/07/2011	92
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA NAÇÃO ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2011 27/07/2011	93
DOAÇÃO DE ALIMENTOS PARA PAÍSES NA REGIÃO DO CHIFRE DA ÁFRICA 28/07/2011	94
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, AO BRASIL – BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2011 29/07/2011	94
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL - COMPROMISSO CONTRA A DESIGUALDADE 29/07/2011	103

AÇÃO CONTRA MANIFESTANTES EM HAMA, SÍRIA 01/08/2011	104
VISITA AO BRASIL DO ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, ANTÓNIO GUTERRES – 1º A 3 DE AGOSTO DE 2011 01/08/2011	105
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO NEPAL, UPENDRA YADAV 02/08/2011	105
DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SÍRIA, 3 DE AGOSTO DE 2011 03/08/2011	106
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ, STEPHEN HARPER – 7 A 9 DE AGOSTO DE 2011 05/08/2011	106
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ, STEPHEN HARPER – BRASÍLIA, 8 DE AGOSTO DE 2011 08/08/2011	107
DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-CANADÁ - BRASÍLIA, 8 DE AGOSTO DE 2011 08/08/2011	107
REVISTA “MUNDO AFORA – POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO” 09/08/2011	110
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À GUIANA - GEORGETOWN, 11 DE AGOSTO DE 2011 10/08/2011	110

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO IBAS SOBRE CONSULTAS MANTIDAS NA SÍRIA 10/08/2011	111
APRESENTAÇÕES DE ARTISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR NO ÂMBITO DO PROGRAMA “NOVAS VOZES DO BRASIL” 16/08/2011	112
EXPOSIÇÃO “COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA INTERNACIONAL” 18/08/2011	112
REUNIÃO DE CONSULTAS INFORMAIS SOBRE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20 19/08/2011	113
III REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO – BRASÍLIA, 18 E 19 DE AGOSTO DE 2011 19/08/2011	113
ATENTADO NA TURQUIA 19/08/2011	114
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DAS FILIPINAS, ALBERT DEL ROSÁRIO – BRASÍLIA, 22 E 23/8/11 22/08/2011	114
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO BENIM, NASSIROU BAKO-ARIFARI – BRASÍLIA, 23 E 24 DE AGOSTO DE 2011 23/08/2011	115
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL – BUENOS AIRES, 24 DE AGOSTO DE 2011 23/08/2011	115

V REUNIÃO MINISTERIAL DO FOCALAL – BUENOS AIRES, 24 E 25 DE AGOSTO DE 2011 23/08/2011	115
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA GEÓRGIA, GRIGOL VASHADZE – BRASÍLIA, 25 E 26 DE AGOSTO DE 2011 25/08/2011	116
REUNIÃO DE MINISTROS DO BRASIL, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA (BASIC) SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - INHOTIM – MG, 26 E 27 DE AGOSTO DE 2011 25/08/2011	116
ATENTADO EM ABUJA, NIGÉRIA 26/08/2011	117
VISITA AO BRASIL DO VICE-CHANCELER DA MALÁSIA, DATUK RICHARD RIOT ANAK JAEM - BRASÍLIA, 26 DE AGOSTO DE 2011 26/08/2011	117
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 27/08/2011	117
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À BULGÁRIA SÓFIA, 2 DE SETEMBRO DE 2011 31/08/2011	121
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À RÚSSIA - MOSCOU, 4 DE SETEMBRO DE 2011 31/08/2011	121
ELEMENTOS DA POSIÇÃO BRASILEIRA APRESENTADOS NA CONFERÊNCIA DE PARIS SOBRE A LÍBIA - 1º DE SETEMBRO DE 2011 01/09/2011	121

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO MARROCOS RABAT, 5 DE SETEMBRO DE 2011 03/09/2011	122
II REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS PARTICIPANTES DA MINUSTAH 06/09/2011	123
II REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS PARTICIPANTES DA MINUSTAH - MONTEVIDÉU, 8 DE SETEMBRO DE 2011 08/09/2011	123
ATENTADO NA ÍNDIA 08/09/2011	123
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À TURQUIA – ISTAMBUL, 11 E 12 DE SETEMBRO DE 2011 10/09/2011	123
MENSAGEM DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, HILLARY CLINTON 10/09/2011	124
NAUFRÁGIO EM ZANZIBAR 12/09/2011	124
EXPLOÇÃO E INCÊNDIOS NO QUÊNIA 12/09/2011	125
ATENTADOS EM CABUL 14/09/2011	125
ACIDENTE AÉREO EM ANGOLA 14/09/2011	125

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A NOVA YORK POR OCASIÃO DA 66ª ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU 16/09/2011	125
DECISÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU SOBRE AS CREDENCIAIS DO REPRESENTANTE LÍBIO NAS NAÇÕES UNIDAS 16/09/2011	126
DECLARAÇÃO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA “PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO” 20/09/2011	126
ASSASSINATO DO EX-PRESIDENTE DO AFGANISTÃO 20/09/2011	128
COMUNICADO DE IMPRENSA DA III REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA DO SUL E PAÍSES ÁRABES 21/09/2011	128
DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIPLOMACIA PREVENTIVA – NOVA YORK, 22 DE SETEMBRO DE 2011 22/09/2011	129
REUNIÃO MINISTERIAL DOS PAÍSES DO G4 (BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO) À MARGEM DA 66ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 23/09/2011	131
REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS (ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL) À MARGEM DA 66ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – DECLARAÇÃO À IMPRENSA – NOVA YORK, 23 DE SETEMBRO DE 2011 23/09/2011	132

MORTE DE ESTUDANTE DE INTERCÂMBIO EM CUIABÁ 24/09/2011	133
SITUAÇÃO NA BOLÍVIA 26/09/2011	133
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE CUBA, BRUNO RODRÍGUEZ PARRILLA - 28 E 29/09/2011 27/09/2011	134
BRASIL-URUGUAI - NOTA CONJUNTA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DO MINISTÉRIO DA FAZENDA 27/09/2011	134
ELEIÇÃO DO CANDIDATO BRASILEIRO À DIREÇÃO-EXECUTIVA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ 29/09/2011	135
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DE PAZ DA ONU NO LÍBANO - BRASÍLIA, 29 DE SETEMBRO DE 2011 29/09/2011	135
OFICINAS DE ROTEIRO 30/09/2011	136
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE FIJI 30/09/2011	137
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, AO REINO DA BÉLGICA – BRUXELAS, 3 E 4 DE OUTUBRO DE 2011 30/09/2011	137
V CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA – BRUXELAS, 3 E 4 DE OUTUBRO DE 2011 30/09/2011	137

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA V CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA – BRUXELAS, 3 E 4 DE OUTUBRO DE 2011 04/10/2011	138
V CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA - DECLARAÇÃO CONJUNTA / BRUXELAS, 4 OUTUBRO DE 2011 04/10/2011	138
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA, MIZENGO PETER PINDA - 4 A 10 DE OUTUBRO DE 2011 04/10/2011	162
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA DA BULGÁRIA - SÓFIA, 5 E 6 DE OUTUBRO DE 2011 04/10/2011	162
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA DA BULGÁRIA - SÓFIA, 5 E 6 DE OUTUBRO DE 2011 05/10/2011	163
ATENTADO NA SOMÁLIA 05/10/2011	163
SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O BRASIL E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC” 06/10/2011	163
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, À REPÚBLICA DA TURQUIA – ANCARA E ISTAMBUL, 6 A 8 DE OUTUBRO DE 2011 06/10/2011	164
DECLARAÇÃO CONJUNTA - BRASIL-TURQUIA: UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA PARA UMA PARCERIA DINÂMICA 07/10/2011	164

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O INSTITUTO BRASILEIRO DO ALGODÃO PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO SETOR DO ALGODÃO 10/10/2011	167
ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O INSTITUTO BRASILEIRO DO ALGODÃO PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO SETOR DO ALGODÃO 10/10/2011	167
ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO 10/10/2011	167
PRONUNCIAMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O BRASIL E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC” - BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 2011 10/10/2011	168
BARÃO DO RIO BRANCO NO LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA 13/10/2011	173
VISITA AO BRASIL DA PRIMEIRA-DAMA DO HAITI, SOPHIA MARTELLY 14/10/2011	173
V CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS) – PRETÓRIA, 18 DE OUTUBRO DE 2011 14/10/2011	173
XI CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA SOBRE MIGRAÇÕES 17/10/2011	174

I REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-PALESTINA - COMUNICADO CONJUNTO 17/10/2011	174
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A MOÇAMBIQUE - MAPUTO, 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2011 18/10/2011	175
TEMPESTADES NA AMÉRICA CENTRAL 18/10/2011	176
V CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS) - DECLARAÇÃO DE TSHWANE - 18/10/2011 18/10/2011	176
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF À ÁFRICA DO SUL - V CÚPULA IBAS 18/10/2011	193
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A MOÇAMBIQUE - MAPUTO, 19 DE OUTUBRO DE 2011 19/10/2011	193
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A ANGOLA – LUANDA, 20 DE OUTUBRO DE 2011 19/10/2011	197
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A ANGOLA - LUANDA, 20 DE OUTUBRO DE 2011 20/10/2011	197
CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE 21/10/2011	200

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE - RIO DE JANEIRO, 21 DE OUTUBRO DE 2011- DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA 21/10/2011	201
VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH – SÃO PAULO E BRASÍLIA, 23 A 25 DE OUTUBRO DE 2011 24/10/2011	203
ELEIÇÃO DO BRASIL AO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ECOSOC) - NOVA YORK, 24 DE OUTUBRO DE 2011 24/11/2011	204
TERREMOTO NA TURQUIA 24/10/2011	204
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH – BRASÍLIA, 25 DE OUTUBRO DE 2011 25/10/2011	204
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN – BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE 2011 25/10/2011	205
DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH 25/10/2011	205
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ALBÂNIA, EDMOND HAXHINASTO – BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 26 A 29 DE OUTUBRO DE 2011 26/10/2011	208

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN – BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE 2011 26/10/2011	208
ENCHENTES NA TAILÂNDIA 26/10/2011	210
XXI REUNIÃO DA CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E GOVERNO – ASSUNÇÃO, 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2011 27/10/2011	211
V CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - ASSUNÇÃO, 29 DE OUTUBRO DE 2011 27/10/2011	211
AÇÃO HUMANITÁRIA BRASILEIRA NA AMÉRICA CENTRAL 28/10/2011	211
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, RAFAEL RONCAGLIOLO – BRASÍLIA, 31 DE OUTUBRO DE 2011 28/10/2011	211
ELEIÇÕES NA TUNÍSIA 28/10/2011	212
TERREMOTO NO PERU 30/10/2011	212
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, RAFAEL RONCAGLIOLO, AO BRASIL – BRASÍLIA, 31 DE OUTUBRO DE 2011 31/10/2011	212

XXI REUNIÃO DA CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E GOVERNO – DOCUMENTOS FINAIS 31/10/2011	213
PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA VI CÚPULA DO G-20 31/10/2011	235
ADMISSÃO DA PALESTINA COMO MEMBRO PLENO DA UNESCO 31/10/2011	236
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO) - PARIS, 2 DE NOVEMBRO DE 2011 02/11/2011	236
DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) – ASSUNÇÃO, 29 DE OUTUBRO DE 2011 03/11/2011	236
VISITA À VENEZUELA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – CARACAS, 7 DE NOVEMBRO DE 2011 06/11/2011	237
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A NOVA YORK - 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2011 08/11/2011	238
VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO SURINAME, WINSTON LACKIN – BRASÍLIA, 11 DE NOVEMBRO DE 2011 09/11/2011	238

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS - DEBATE ABERTO SOBRE PROTEÇÃO DE CIVIS EM CONFLITO ARMADO - NOVA YORK, 9 DE NOVEMBRO DE 2011 09/11/2011	238
INUNDAÇÕES NO VIETNÃ 11/11/2011	243
XIX CÚPULA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO E VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À INDONÉSIA - BALI, 16 DE NOVEMBRO DE 2011 11/11/2011	243
XXIII REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA – MONTEVIDÉU, 7 A 11 DE NOVEMBRO DE 2011 – COMUNICADO DE IMPRENSA 14/11/2011	244
ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR GILBERTO VERGNE SABOIA PARA A COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL 17/11/2011	245
VISITA DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, LUIS ALMAGRO - BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011 17/11/2011	245
ENCONTRO IBEROAMERICANO DE ALTO NÍVEL EM COMEMORAÇÃO AO ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES - SALVADOR, 19 DE NOVEMBRO DE 2011 18/11/2011	246
XI REUNIÃO DE CHANCELERES DA OTCA 19/11/2011	246

SEMINÁRIO “DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA COOPERAÇÃO AMAZÔNICA” 19/11/2011	246
CÚPULA IBEROAMERICANA DE ALTO NÍVEL EM COMEMORAÇÃO AO ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES - “DECLARAÇÃO DE SALVADOR” 19/11/2011	247
CARTA DE SALVADOR POR LA DIGNIDAD, LOS DERECHOS Y EL DESARROLLO DE LAS PERSONAS, PUEBLOS Y COMUNIDADES AFRODESCENDIENTES 19/11/2011	250
ENCHENTES NO CAMBOJA 11/21/2011	253
COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDO IBAS - INAUGURAÇÃO DE CENTRO MULTIESPORTIVO EM RAMALÁ 21/11/2011	253
REVISTA “MUNDO AFORA – POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE AFRODESCENDENTES” 21/11/2011	253
IV REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) - MALABO, 24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2011 22/11/2011	253
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA 22/11/2011	254

COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO E NO NORTE DA ÁFRICA – MOSCOU, 24 DE NOVEMBRO DE 2011 24/11/2011	257
XI REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS PAÍSES MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - MANAUS, 22 DE NOVEMBRO DE 2011 - COMPROMISSO DE MANAUS 24/11/2011	259
IV REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) - MALABO, 24 DE NOVEMBRO DE 2011- DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA 24/11/2011	263
DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS PAÍSES MEMBROS DA OTCA PARA A CONFERÊNCIA RIO +20 - MANAUS, 22 DE NOVEMBRO DE 2011 24/11/2011	266
COMUNICADO CONJUNTO DA IV REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASACOF) - MALABO, 24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2011 25/11/2011	268
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (OMI) 25/11/2011	270
III CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC)/COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) 29/11/2011	270

ELEIÇÕES NO MARROCOS 29/11/2011	271
DECLARAÇÃO DA II REUNIÃO MINISTERIAL DO CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN)- BRASÍLIA, 30 DE NOVEMBRO DE 2011 30/11/2011	271
VISITA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, À VENEZUELA - CARACAS, 1º DE DEZEMBRO DE 2011 30/11/2011	272
CARTA DE COMPROMISSO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA NO MARCO DO GRAN MISIÓN VENEZUELA PARA O ESTABELECIMENTO DE PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DE FAVELAS 02/12/2011	272
I CÚPULA DA COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINOAMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) CARACAS, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2011 – DOCUMENTOS APROVADOS 04/12/2011	274
VIOLAÇÃO DA EMBAIXADA BRITÂNICA EM TEERÃ 05/12/2011	290
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA, GEORGES CHIKOTI - BRASÍLIA, 5 DE DEZEMBRO DE 2011 05/12/2011	291
VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DO MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA, E DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA, BRUNO FERRARI – SÃO PAULO, 7 DE DEZEMBRO DE 2011 06/12/2011	291

ATENTADOS NO AFEGANISTÃO 08/12/2011	291
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ARGENTINA PARA A CERIMÔNIA DE POSSE DA PRESIDENTA CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER – BUENOS AIRES, 10 DE DEZEMBRO DE 2011 09/12/2011	292
VIII CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC - GENEBRA, 15 A 17 DE DEZEMBRO DE 2011 09/12/2011	292
V REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÍNDIA NOVA DELHI, 12 DE DEZEMBRO DE 2011 10/12/2011	293
VISITA AO BRASIL DA DIRETORA-EXECUTIVA DA ONU-MULHERES, MICHELLE BACHELET – 14 A 16 DE DEZEMBRO DE 2011 12/12/2011	293
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, FRANÇOIS FILLON – 14 A 17 DE DEZEMBRO DE 2011 14/12/2011	294
DECLARAÇÃO MINISTERIAL DO G-20 - GENEBRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2011 14/12/2011	294
DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DE COMÉRCIO DO BRICS - GENEBRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2011 14/12/2011	296
XLII CÚPULA DE PRESIDENTES DO MERCOSUL E XLII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM – MONTEVIDÉU, 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2011 16/12/2011	298

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV HAVEL 19/12/2011	298
TEMPESTADE TROPICAL NAS FILIPINAS 19/12/2011	299
CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DA CANTORA CABOVERDIANA CESÁRIA ÉVORA 20/12/2011	299
ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-PALESTINA - MONTEVIDÉU, 20 DE DEZEMBRO DE 2011 20/12/2011	299
COMUNICADO CONJUNTO DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR Y ESTADOS ASOCIADOS - MONTEVIDÉU, 20 DE DEZEMBRO DE 2011 21/12/2011	300
ATAQUES A BOMBA NA NIGÉRIA 26/12/2011	310
FALECIMENTO DA DIPLOMATA MILENA OLIVEIRA DE MEDEIROS 23/12/2011	310
ARTIGOS	311
<hr/>	
“BRASIL E ARGENTINA, COOPERAÇÃO NUCLEAR” (O ESTADO DE S. PAULO, 06/7/2011) ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA E HÉCTOR MARCOS TIMERMAN	311
“DEZ ANOS, CEM CASOS” (O ESTADO DE S. PAULO, 08/10/2011) ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA	313

“OTCA E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” 315
(CORREIO BRAZILIENSE, 22/11/2011)
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

ENTREVISTAS 317

“BRASIL NEGOCIA AÇÃO DIPLOMÁTICA JUNTO À SÍRIA” 317
(O ESTADO DE S. PAULO – 17/07/2011)

“SOB O COMANDO DA ‘CACICA’ DILMA” 331
(O GLOBO, 07/08/2011)

“PODER E POLÍTICA - ENTREVISTA: ANTONIO PATRIOTA” 335
(FOLHA DE S.PAULO / UOL, 15/09/2011)

“POTÊNCIAS SÃO ‘INOPERANTES’ NA QUESTÃO PALESTINA,
DIZ PATRIOTA” 345
(FOLHA DE S. PAULO, 17/10/2011)

“FALA MANSA” 351
(REVISTA PODER, NOVEMBRO/2011)

ÍNDICE REMISSIVO 355

DISCURSOS

COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DA ABACC

NOTAS PARA O DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA COMEMORATIVA DOS 20 ANOS DA ABACC.

(BUENOS AIRES/ARGENTINA, 08/07/2011)

Exmo. Senhor Chanceler Héctor Timerman,
Exmo. Senhor Ministro Julio de Vido,
Exmo. Senhor Diretor-Geral da AIEA,
Senhor Yukia Amano,

Exmo. Senhor Secretário da ABACC, Dr.
Odilon Marcuzzo do Canto,

Senhores parlamentares e demais autoridades presentes,

Senhores Embaixadores e demais membros do corpo diplomático,

Senhoras e Senhores,

Gostaria, antes de mais nada, de felicitar o Governo argentino pela oportuna iniciativa de sediar este evento, que se insere no contexto das comemorações, neste ano, do vigésimo aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

As ilustres presenças entre nós do Diretor-Geral da AIEA e do Secretário da ABACC reforçam o significado e o simbolismo desta cerimônia. Temos aqui reunidas todas as partes envolvidas no Acordo Quadripartite de 1991, expressão jurídica mais acabada e definitiva do compromisso político dos dois países – internamente, entre si e perante a comunidade internacional – com o uso apenas pacífico da energia nuclear.

A transparência, o diálogo, o fomento da confiança e a cooperação no campo nuclear foram, e continuam a ser, elementos fundamentais no processo de aproximação e integração entre o Brasil e a Argentina, que ganhou impulso com a redemocratização de ambos os países em meados dos anos 80. Desde então, como assinalou o Diretor Amano em seu excelente artigo na imprensa de hoje, os dois países foram construindo um caminho político que logo se tornou irreversível.

Declarações dos dois Presidentes em bases quase anuais, visitas recíprocas dos mandatários e altas autoridades – inclusive às instalações nucleares de ambos os países – e outros gestos de grande significado político dissiparam, de uma vez por todas, suspeitas e rivalidades – em verdade mais imaginários do que reais – sobre uma suposta corrida armamentista, abrindo uma nova e promissora etapa no relacionamento bilateral. A intensificação desse processo foi elemento-chave na concepção e origem dos projetos de integração do MERCOSUL e, mais adiante, da UNASUL.

Hoje, a UNASUL se consolida como espaço de cooperação para o desenvolvimento do continente como uma zona de paz.

A paz, a propósito, é um traço distintivo da nossa região. Nesta data especial, é justo reconhecer na ABACC e no Acordo Quadripartite contribuições importantes para o fortalecimento da vocação pacífica e pacifista da América do Sul.

Brasil e Argentina, em medidas adicionais que reforçaram suas credenciais no campo da não-proliferação nuclear, deram os passos necessários para colocar em vigor internamente o Tratado de Tlatelolco, que criou, na América Latina e Caribe, a primeira Zona Livre de Armas Nucleares em uma região densamente povoada; aderiram ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); passaram a integrar o Grupo de Supridores Nucleares (NSG); e estiveram entre os primeiros países a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). No Brasil, a Constituição federal estipula que toda atividade nuclear em território nacional só será admitida para fins pacíficos.

O diálogo e a cooperação no campo nuclear tornaram-se objetivo permanente das políticas exteriores de Brasil e Argentina. Na Declaração Conjunta que emitiram em 31 de janeiro último, as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner reiteraram que “a cooperação bilateral em matéria nuclear – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação no tocante a salvaguardas – constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina”.

Senhoras e senhores,

A ABACC é a única organização no mundo, de caráter binacional, voltada para a aplicação de salvaguardas nucleares. Criada em julho de 1991, a Agência foi encarregada da implementação do sistema comum de contabilidade e controle de materiais nucleares (o SCCC). Cinco meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, firmava-

se o Acordo Quadripartite, que submeteu os programas nucleares do Brasil e da Argentina às chamadas salvaguardas abrangentes, que cobrem todas as atividades em que há material nuclear nos dois países.

Brasil e Argentina estão submetidos a um sistema de duplas salvaguardas, as da ABACC e as da AIEA, para não falar da própria vigilância exercida pelas agências reguladoras nacionais. Existem hoje 67 instalações dos dois países sujeitas às salvaguardas. A ABACC atua de forma independente dos dois governos e da própria AIEA. A estreita colaboração com a AIEA é, entretanto, inerente ao arranjo. O êxito do compartilhamento de responsabilidades tem propiciado aumento das tarefas desempenhadas pela ABACC no sistema. Esperamos que essa confiança da AIEA na competência e integridade do trabalho da ABACC continue a ampliar-se sempre.

O arranjo brasileiro-argentino vai além de um regime de salvaguardas que conecta um Estado à AIEA, nos moldes do que outros países não-nuclearmente armados têm por força de sua participação no TNP. O funcionamento da ABACC, em coordenação com a AIEA, levou a um grau de transparência e de conhecimento mútuo sem precedentes. A dinâmica do processo faz hoje com que Brasil e Argentina saibam mais sobre os programas nucleares um do outro do que quaisquer outros dois países vizinhos.

Vemos com grande satisfação a contribuição do Brasil e da Argentina ser reconhecida em diversos foros e em documentos aprovados no contexto do TNP e da AIEA. Neste ano, a ABACC passou a ter status de observador nas reuniões da Junta de Governadores da AIEA. Há apenas duas semanas, outro importante sinal foi dado pelo NSG. Após seis anos de negociações, o Grupo logrou aprovar novas diretrizes para as transferências

das tecnologias mais sensíveis no campo nuclear, limitando-as a países que atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguardas nucleares. Ao fazê-lo, o NSG reconheceu explicitamente o Acordo Quadripartite como critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA), e enfatizou que esse Protocolo não constitui obrigação legal sob o TNP ou a AIEA. A decisão do NSG atesta as credenciais de ambos os países e abre novas perspectivas para a cooperação e acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento de seus respectivos programas nucleares.

Senhoras e senhores,

Ao me referir ao desenvolvimento dos programas nucleares, não poderia deixar de mencionar outra vertente da interação entre o Brasil e a Argentina. Em março de 2008, criamos a Comissão Binacional de Energia Nuclear para coordenar as iniciativas de cooperação nessa matéria. Diversos projetos têm sido conduzidos no âmbito da COBEN nas áreas de reatores, aplicações nucleares, regulação e ciclo do combustível. Dentre eles, destaca-se o projeto do desenvolvimento conjunto de reatores de pesquisa multipropósito. Uma vez constatado que os respectivos projetos de reator de pesquisa apresentavam suficiente grau de semelhança, em janeiro último foi assinado acordo entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a “Comisión Nacional de Energía Atómica” (CNEA) para o desenvolvimento conjunto do projeto básico dos reatores. A conclusão desse projeto será um marco na cooperação bilateral, propiciando aos dois países aprofundar atividades em áreas como a produção de radioisótopos e testes de irradiação de combustíveis e materiais.

Outro projeto da COBEN que ganhou realce, após os acidentes com reatores nucleares no Japão, é o de “Fortalecimento das Capacidades de Respostas a Emergências Radiológicas e Nucleares”. Queremos

intercambiar experiências e promover maior integração na capacidade de reação dos dois países a eventuais acidentes. Também é nossa intenção coordenar posições para a discussão que já se iniciou na AIEA sobre o reforço da segurança nuclear, a partir da recém-concluída e oportuna Conferência Ministerial promovida pelo Diretor-Geral Yukia Amano. Sobre este mesmo tema, será realizada reunião de alto nível em setembro, em Nova York, por ocasião da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas. A Presidenta Dilma Rousseff tenciona participar.

Senhoras e senhores,

Queria encerrar estas minhas palavras sobre o aniversário de 20 anos da ABACC com uma reflexão sobre o exemplo brasileiro-argentino como fonte de inspiração para outras regiões do planeta, como o Oriente Médio, a Península Coreana ou a Ásia Meridional. Essa ideia ganha relevância ainda maior ante a perspectiva de realização de uma Conferência em 2012 sobre o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio. Evidentemente, não podemos ignorar as diferenças entre os contextos geopolíticos, que impediriam uma aplicação mecânica do modelo da ABACC, e exigiriam antes uma adaptação aos desafios específicos de cada região. Para além do conceito de Zonas Livres de Armas Nucleares, que permanece válido para regiões onde tais Zonas ainda não existem, o arranjo brasileiro-argentino de um sistema de duplas salvaguardas, internacionais e regionais, teria méritos específicos para a criação de maior confiança mútua. Devemos aproveitar esta ocasião, em que celebramos duas décadas de uma relação de transparência e confiança, para nos colocarmos à disposição de outros países que queiram ver mais de perto como o Brasil e a Argentina puderam iniciar e levar adiante essa parceria. A constituição da ABACC

revela-se assim como um dos elementos da nossa trajetória de crescente integração em um ambiente de desenvolvimento com inclusão social, de aprofundamento de nossas raízes democráticas, de prosperidade e de paz, em benefício de nossos países, de nossa região e do mundo.

Muito obrigado.

PARCERIA SOBRE TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DURANTE REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA PARCERIA SOBRE
TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL.
(WASHINGTON/EUA, 12/07/2011)

(transcrição do original em inglês fornecida pelo Departamento de Estado)

(tradução cortesia da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, com revisão da AIG/MRE)

Obrigado. Primeiramente, gostaria de agradecer à secretária de Estado, Hillary Clinton, uma boa amiga, pelo convite para participar deste evento hoje. Orgulho-me de estar aqui em Washington com Jorge Hage Sobrinho, que tem sido um verdadeiro líder no Brasil no que se refere a transparência e governo aberto. Ele é ministro de Estado, chefe da Controladoria-Geral. Cumprimento meus outros amigos aqui presentes e vejo muitos rostos conhecidos – ministros de Estado, chefes de delegação, o embaixador do Brasil, Mauro Vieira, Samantha Power, a subsecretária Maria Otero, membros da comissão de organização e representantes dos países convidados.

Senhoras e senhores, é realmente um grande prazer estar em Washington com meu colega, o ministro Jorge Hage, e agradeço ao governo dos EUA por promover este evento. Sinto-me honrado por dividir com a secretária de Estado, Hillary Clinton, a condução dessa reunião da Parceria sobre Transparência Governamental,

uma iniciativa conjunta que pode se tornar útil em nosso compromisso comum de governança aperfeiçoada e mais transparente. Estamos realizando as aspirações expressas em março passado no comunicado conjunto feito pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo presidente Barack Obama, emitido por ocasião da visita do presidente Obama ao Brasil.

A copresidência do Brasil e dos EUA da Parceria sobre Transparência Governamental (OGP) é um exemplo de relação bilateral que se torna cada vez mais estreita e fundamental para estimular e promover o diálogo em questões relacionadas com a governança global. A Parceria sobre Transparência Governamental busca contribuir com os esforços nacionais com vistas à transparência governamental por meio da cooperação internacional. A ideia é que os países troquem experiências em transparência com a finalidade de melhorar a eficiência no uso de recursos do governo, estimulando a inovação e melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos como um todo em nossas sociedades.

A OGP é, portanto, um processo de autoconhecimento e apoio mútuo. Não pretendemos desenvolver uma abordagem que se ajuste a todas as situações ou

estabelecer selos de qualidade que possam ser usados como pré-condição para programas de cooperação ou de assistência técnica. Estamos aqui para nos ajudar mutuamente como parceiros iguais unidos por objetivos comuns. A OGP deve ser vista como uma experiência subsidiária aos esforços realizados mediante convenções negociadas de forma multilateral, especialmente a Convenção da ONU contra a Corrupção. A OGP não deve substituir ou competir com iniciativas sob os auspícios da ONU. Esses esforços e mecanismos constituem nossa prioridade, de fato. Mas a iniciativa pode representar um instrumento útil para complementar a atividade da ONU, que mantém seu papel central.

De fato, vários princípios incluídos na declaração de Doha sobre o mecanismo para supervisionar a implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção se aplicam à nossa experiência aqui – transparência, eficiência, não interferência e imparcialidade. Não faremos classificações; em vez disso, promoveremos a troca de opiniões e experiências em espírito de respeito para as circunstâncias específicas de cada país. Nossas metas são a criação de um compêndio de melhores práticas, o incentivo ao desenvolvimento de mecanismos para promover transparência e a criação de um ambiente em que os países possam avaliar a implementação de compromissos voluntários de maneira técnica, neutra e não contenciosa.

Precisamos ser capazes de harmonizar a exigência pública de maior participação e o uso de novas ferramentas tecnológicas com as realidades e as condições administrativas dos participantes. De nossa parte, o Brasil está trabalhando ativamente em âmbito interno e externo em questões de transparência e no combate à corrupção. Em âmbito nacional, conseguimos avanços importantes na promoção da transparência orçamentária, como a secretária de Estado citou

anteriormente. Criamos e implementamos um sistema on-line que torna possível a qualquer cidadão o acesso a dados relevantes relativos aos gastos governamentais.

Também criamos o que chamamos de Portal da Transparência – ou um modelo – um site dedicado à publicação de todos os gastos federais, inclusive despesas e transferências diretas feitas pelo governo federal por meio dos estados, prefeituras e cidadãos. O portal é atualizado diariamente. No portal, também mantemos a lista de departamentos nacionais, uma lista de nomes de empresas que cometerem delitos ou crimes administrativos ratificada pela Administração Pública Federal e licitações em contratos públicos. Comprometemo-nos em nosso plano de ação da OGP a melhorar o Portal da Transparência e desenvolver novas ferramentas eletrônicas da mesma natureza. Além disso, lançamos portais específicos para o evento futebolístico da Copa do Mundo de 2014 – ao qual espero que muitos de vocês compareçam – e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

O caminho a ser percorrido exigirá um empenho contínuo da parte de nossos governos em frentes nacionais e internacionais. A OGP pode se mostrar útil para enfrentar os desafios futuros. E compartilhamos a premissa básica de que todos temos lições a aprender. No passado recente, vimos que até países altamente desenvolvidos podem apresentar falhas em questões de transparência. A experiência atual resulta de uma conscientização cada vez maior desde 2008 da importância global de boas práticas em termos de transparência, governança e responsabilidade final. Com essas premissas em mente, em janeiro, iniciamos a elaboração de uma metodologia que pode oferecer, ao mesmo tempo, a flexibilidade exigida por cada Estado e a necessária sistematização de melhores práticas.

Portanto, a OGP está estruturada sobre quatro pilares. O primeiro é a declaração de princípios, que será aberta a adesões na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Cada país apresentará então um plano de ação com compromissos voluntários e cronogramas. O terceiro pilar é o mecanismo de relatórios sobre a implementação do plano de ação. E quanto ao quarto pilar, está subentendido que os participantes da OGP promoverão a inclusão da sociedade civil como um todo no processo.

Uma vez mais, é importante destacar que os compromissos serão voluntários, embora haja normas mínimas a serem atendidas para adesão à iniciativa. Senhoras e senhores, a política externa brasileira é voltada para o fortalecimento do multilateralismo. Estamos totalmente engajados na consolidação de mecanismos de governança global mais inclusivos, legítimos e eficazes sem a reprodução das assimetrias do passado. Em um contexto em que as sociedades do mundo todo exigem mais participação democrática, desejamos incentivar a cooperação internacional e promover o desenvolvimento econômico com justiça social, melhorando assim as possibilidades de paz sustentável.

No final dessa experiência, esperamos ter construído um espaço adicional de compreensão e cooperação mútuas. Esse é o espírito que dá sentido a esta Parceira de Governo Aberto.

Muito obrigado.

**SEMINÁRIO “O CENTENÁRIO DE SAN TIAGO DANTAS
E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE”**
DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO POR OCASIÃO DA
ABERTURA DO SEMINÁRIO “O CENTENÁRIO DE SAN TIAGO
DANTAS E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE”.
(BRASÍLIA/DF, 30/08/2011)

Tenho grande satisfação em participar desta sessão em homenagem ao centenário de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Cumprimento a FUNAG pela iniciativa de reunir, neste seminário, homens e mulheres de idéias e de ação que, de alguma forma, mantêm viva a lembrança do ex-Chanceler.

Em sua vida pública, San Tiago Dantas foi tão apoiado quanto combatido, “controvertido e gostando de controverter”, como ele mesmo disse em seu discurso de despedida do Itamaraty, em 1962.

Sua memória vem recebendo numerosas homenagens. Eu mesmo participei, há duas semanas, de ato público alusivo ao centenário de San Tiago Dantas na Academia Brasileira de Letras. Tantas vêm sendo as recordações e os elogios a seu trabalho que é de se perguntar se existe a possibilidade de uma homenagem que não repita o muito que já foi dito.

A resposta, necessariamente, é a de que San Tiago Dantas merece ser recordado a cada oportunidade, pela atualidade de seu pensamento, por suas qualidades intelectuais, seu exemplo como homem público, seu humanismo, sua capacidade de antecipar, formular, executar.

A comemoração do centenário de

nascimento de San Tiago Dantas constitui, dessa forma, um convite às novas gerações para que conheçam e se inspirem no exemplo deste grande estadista brasileiro.

Da perspectiva de um sucessor de San Tiago na Chancelaria, homenageá-lo significa rememorar período fundamental de transformação da política externa brasileira.

Como sabemos, em conjunto com Afonso Arinos e Araújo Castro, San Tiago conformou e executou a Política Externa Independente.

É oportuno, nesse momento, recordar, pela própria voz de San Tiago, em seu discurso de posse no Itamaraty, em 1961, passagem de grande atualidade:

“Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso País. Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base

de todas as outras e na qual todas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis”.

Muito mudou desde que o Chanceler San Tiago Dantas proferiu essas palavras. O mundo não é mais o mesmo. O Brasil tampouco, especialmente com a evolução que vemos nos anos recentes, principalmente na esfera social. A posição do Brasil no mundo também adquiriu – e vem adquirindo – nova estatura. O espírito da política externa de San Tiago Dantas continua, entretanto, vivo, e continua a inspirar-nos.

É com esse princípio que buscamos, hoje, implementar uma ação externa voltada à promoção de uma multipolaridade da cooperação, que parte da necessidade de reformulação das estruturas de governança global – tornando-as mais legítimas e democráticas.

O fundamento dessa postura é a execução de uma política verdadeiramente universal, pautada pelo interesse nacional e pela busca da paz. Orienta-nos os imperativos de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Buscamos entendimentos com todos. As prioridades atribuídas por nossa ação diplomática, com especial destaque para a cooperação com nossos vizinhos sul-americanos, não se dá em detrimento de outros relacionamentos, com aliados tradicionais e com novos atores. Estamos hoje engajados em todos os grandes debates e processos decisórios da agenda internacional.

Recentemente, na Academia Brasileira de Letras, fiz um breve comentário sobre San Tiago Dantas, incorporando aquilo que ele aprovaria e desaprovava se por um milagre desembarcasse entre nós.

Imagino que, se isso acontecesse, ele sentiria uma profunda afinidade com tudo o que está acontecendo. Tanto no plano doméstico – das políticas desenvolvidas para a promoção do

crescimento econômico com justiça social – quanto no plano da política externa.

San Tiago Dantas era um apaixonado defensor da democracia e da liberdade, mas ele tinha plena consciência de que democracia e liberdade não são sustentáveis na ausência de um sistema que assegure a repartição dos benefícios da cidadania da forma mais ampla possível.

É interessante também identificar como ele associava democracia e liberdade à idéia da paz, que é uma idéia muito recorrente nos seus textos. Na verdade, ele antecipou o elo muito sublinhado, hoje em dia, pelo Brasil, entre paz, segurança e desenvolvimento.

Recordo que o Brasil promoveu, no Conselho de Segurança, no mês de fevereiro, quando ocupamos a Presidência do Conselho, um debate, justamente, sobre a relação entre paz, segurança e desenvolvimento, a partir de experiências que temos desenvolvido como, por exemplo, à frente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

Ele falava muito também na sobrevivência da Civilização – eu acho particularmente inspiradoras as passagens em que ele fala em Civilização. De certa forma eu sinto que ele antecipou, com essas reflexões, elementos presentes em todo o debate desenvolvido hoje, não só sobre o suposto conflito entre as civilizações de que alguns têm falado – sobretudo a partir do 11 de setembro, com as tensões entre o Mundo Islâmico e o Ocidente –, mas também de certa forma todo o debate ambiental sobre a preservação do planeta para gerações futuras.

Ainda em política externa, sobressai, em San Tiago Dantas, outra traço de grande atualidade, que é o engajamento do Brasil com os parceiros mais diversos para estimular seu desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, produtivo.

San Tiago era também extremamente

comprometido com a integração regional, que, na sua época, encontrava tradução em seu compromisso com a ALALC. Hoje, tenho certeza de que ele seria um entusiasta do MERCOSUL, da Unasul e do esforço de se levar adiante uma integração que preserve a América do Sul como zona de democracia, paz e cooperação.

Mas, sobretudo, ele já antecipava – e isso num momento em que o Brasil dispunha de elementos muito mais modestos de atuação internacional – um papel global para o Brasil. E não há nada de mais contemporâneo, porque a visão que ele tinha desse papel global era sem alinhamentos e sem rigidez ideológica.

O Brasil como um vetor de paz, de diálogo capaz de entender o outro, capaz de contribuir para que a ação do próprio sistema internacional fosse uma ação voltada para a cooperação e, nesse sentido, embora ele nunca tenha assumido a posição de Embaixador junto às Nações Unidas, não posso imaginar um melhor candidato para essa posição, pelo seu compromisso com o Direito Internacional, sua rejeição aos unilateralismos, às arbitrariedades, o seu compromisso com o multilateralismo, com as Nações Unidas, na época também muito forte com a OEA.

Tenho certeza de que ele se identificaria muito com as manifestações do mundo árabe por maior liberdade de expressão, por mais democracia, por formas mais participativas de governo, maior oportunidade para a juventude, e procuraria lidar com elas ou equacioná-las dentro de um debate democrático nas Nações Unidas, fazendo valer os melhores instrumentos à disposição da comunidade internacional.

Ou seja, San Tiago Dantas foi não só um homem do seu tempo, um homem de um pensamento de alcance universal, mas, sobretudo, um homem que deixou e plantou sementes que continuam a frutificar até hoje.

Ao mesmo tempo em que eu imagino que

nosso homenageado sentiria uma grande afinidade com o que acontece hoje no Brasil e em outras partes do mundo, imagino que ele sentiria muitas frustrações, também, ante alguns dos desafios que continuamos a enfrentar: o desafio das assimetrias de desenvolvimento, da pobreza, da desigualdade, da fome em larga escala, um bilhão de pessoas mal-nutridas ou famintas ao redor do mundo.

Suponho que ele sentiria também enorme frustração com algumas intervenções recentes, à margem do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança, expressões de unilateralismo que provocaram mais instabilidade do que reconciliação ou paz.

E, para citar um caso mais específico aqui na nossa região, San Tiago provavelmente se frustraria igualmente em constatar que Cuba, até este momento, não está plenamente integrada ao convívio interamericano, ainda não foi plenamente estabelecida a sua participação na Organização dos Estados Americanos. Lembro a corajosa postura do ex-Chanceler na Conferência de Punta del Leste, em que ele, à frente da delegação brasileira, se absteve ante à proposta de suspensão de Cuba do sistema interamericano com argumentos que ainda hoje têm ressonância. O então Chefe da delegação brasileira declarava que o isolamento, as sanções, as ações punitivas, na verdade não contribuem para modificar uma situação. E, ao longo de todas essas décadas, vemos que ele tinha razão.

Senhoras e senhores,

Não poderia me limitar, na presente homenagem, a tratar dos relativamente breves, porém impactantes, momentos a que San Tiago Dantas se dedicou à política internacional. Há muito o que dizer do advogado, do parlamentar e, especialmente, do pensador.

No espírito desta Casa, é preciso mencionar o trato que San Tiago dava a nossa língua. São lendários seus discursos no Congresso

Nacional, nos quais a precisão era tamanha que as notas taquigráficas já saíam não apenas claras, mas diligentemente pontuadas a partir da dinâmica oratória do parlamentar.

Sua formação humanística e literária também obteve reconhecimento, exemplificada no ensaio que dedicou a Cervantes, intitulado “Don Quixote, um apólogo da alma ocidental”.

Senhoras e senhores,

Ao comemorarmos o centenário de nascimento de San Tiago Dantas quarenta e sete anos após sua morte, vemos quão jovem ele partiu. Poderemos, talvez, ficar tentados a imaginar qual teria sido sua contribuição ao longo dessas décadas em que o País passou por tantas mudanças e tantas transformações.

A recordação de sua obra, o já mencionado convite a que as novas gerações se inspirem na figura de San Tiago Dantas, são indícios claros de que seu trabalho continuará a produzir efeitos ao longo das décadas.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
ANTONIO PATRIOTA, NO DEBATE SOBRE DIPLOMACIA
PREVENTIVA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS (CSNU). (NOVA YORK/EUA, 22/09/2011)

Mr. President,
Distinguished Heads of State,
Distinguished Ministers, Ambassadors,

Let me start by expressing my satisfaction at seeing Your Excellency preside over the Security Council.

I would like to convey President Dilma Rousseff's regret at being unable to attend today's debate. She requested that I transmit to you, Mr. President, her respectful greetings and her congratulations for having chosen this important topic for our High Level Meeting.

The subject of this session allows us to call attention to the diplomatic instruments available for the promotion of peace, in a world where we often witness a tendency to hasten towards coercion, sanctions and military intervention.

Today's debate helps us to underline the priority role that the pacific settlement of disputes must have in achieving the central goal of the United Nations, which is the promotion of international peace on the legal basis provided by the Charter.

Brazil has inscribed the principle of peaceful resolution of controversies into its Constitution. We believe that peace results from collective efforts in favor of building

just societies. We have underscored the interdependence between peace, security, and development. We know from experience that stability and security are seldom achieved where there is social exclusion. I was particularly pleased to hear Secretary-General Ban Ki-moon's comment yesterday, when he stated that "development is ultimately the best prevention".

The promotion of socio-economic development and the creation of political opportunities to allow every country to fulfill its potential are indispensable elements in any agenda for preventive diplomacy, by extension in any agenda for peace.

In Brazil, we are committed to fighting poverty and improving governance. In our region, the Union of South American Nations - UNASUL - is consolidating itself as a zone of peace, cooperation, and democracy.

We know, however, that irrespective of how developed regional cooperation becomes, we will always need a functional and effective multilateral system. And it cannot be repeated too often that this Council has the primary responsibility for promoting international peace and security.

It behooves the Security Council to find

solutions that can both resolve the challenges posed by specific situations of crisis and, at the same time, strengthen the multilateral system itself.

Recent episodes have shown us the limits of military action as a means for promoting stability, as well as the inappropriateness of using force preventively or preemptively. Yesterday, we took note of President Obama's statement to the effect that "the tide of war is receding". We might emphatically add that we must usher in a tide of diplomacy, dialogue and prevention.

Members of the Security Council,

Prevention of conflicts and prevention of the escalation of conflict can be strengthened through many different tools. Peacekeeping operations are valuable instruments. The Peacebuilding Commission can play an important role in staving off the recurrence of conflict. I agree with the Prime-Minister of Portugal when he speaks of the mutually reinforcing triad of prevention, peacekeeping and peacebuilding. But let us not forget that disarmament and the elimination of weapons of mass destruction will also greatly enhance our capacity to avoid conflict.

Meanwhile we would not disagree with those who associate poverty and conflict and tension. Let us not forget that historically it is the very powerful militarily that have wrought destruction on the widest scale.

As many have pointed out today, in order to fully discharge its role in the field of peace and security, the United Nations must support and promote women's participation in national and international political processes. President Dilma Rousseff stressed our commitment to this goal in her speech to the General Assembly yesterday. Unfortunately however women are still underrepresented in the different stages and activities of the diplomatic agenda for peace.

Mr. President,

We live in a time marked by mass demonstrations in the Arab world, where a young generation demands effective participation in the political future of their countries and societies. From the beginning, Brazil has not only stood with those who call for freedom of expression and institutional progress, but has also steadfastly promoted peaceful means to address the tensions brought about by these processes. At the same time, we have called for respect for international law and underlined the need to fully respect the decisions of the Security Council, in particular when Chapter VII has been invoked.

Fulfilling our responsibility in the realm of prevention involves favoring mediation, the good offices of the Secretary-General and, at all times, giving priority to the full range of instruments to peacefully resolve differences, including giving due consideration to regional organizations and refraining from loose interpretations of Security Council mandates. I think the Council deserves to take careful note of the statement by President Zuma of South Africa when he mentioned the fact that the African Union was widely sidelined in recent situations that have been brought to the attention of the Council.

The wave of change that has swept the Middle East and Northern Africa lends an even greater sense of urgency to the legitimate aspirations of the Palestinian people for a State of their own. Defusing this enormous focus of tension and instability through a two-state solution and through due respect for Israel's right to live in peace and security can indeed and should be portrayed as a form of advancing the concept of preventive diplomacy. The exercise of preventive diplomacy requires that this Council participate effectively in defusing tensions of varying degrees of intensity. In other words, the Council will not

be fulfilling its role if it avoids the potentially most destabilizing situations.

Let us not forget that Resolutions 242 and 338 were consensus decisions of this body and remain inescapable references for the future of peace in the Middle East. Brazil expresses its expectation that the Security Council will show greater leadership in helping to bring about, through dialogue and diplomacy, a just and lasting peace to the Middle East. And as President Sarkozy stated yesterday “il faut arrêter de croire qu’un seul pays, fut-il le plus grand, ou qu’un petit groupe de pays peuvent résoudre un problème d’une telle complexité. Trop d’acteurs majeurs sont laissés de côté pour pouvoir aboutir”.

Mr. President,

Updating the composition of the Security Council in order to better reflect the realities of the world today will greatly contribute to the strengthening of our preventive capacity.

Meanwhile, dialogue, persuasion, diplomacy and the peaceful resolution of conflicts will continue to be the guiding principles of my country’s conduct in this Council and this Organization, where our collective responsibility will require that additional and more sustained efforts be invested in prevention as a broad approach towards lasting peace.

Thank you very much.

**PRONUNCIAMENTO NA CERIMÔNIA DE ABERTURA
DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O BRASIL E O SISTEMA
DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC”
(BRASÍLIA/DF, 10/10/2011)**

(...)

Há exatos dez anos, o Itamaraty adotava medida administrativa que habilitaria o Brasil a tornar-se importante ator do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). A criação da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC), precisamente no dia 10 de outubro de 2001, pode ser considerada um marco para a diplomacia comercial brasileira. O seminário internacional que tenho o prazer de inaugurar nesta oportunidade foi organizado com o propósito de celebrar essa data e refletir sobre os desafios que se nos apresentam.

Gostaria inicialmente de agradecer, de forma muito especial, a presença neste evento do Professor Celso Lafer, em cuja gestão à frente do Itamaraty foi criada a CGC. Aliás, uma unidade que foi muito prestigiada pelo Governo do Presidente Lula e pelo Chanceler Celso Amorim, também. E hoje em dia queremos fortalecê-la e levá-la ainda mais longe.

Nas duas pontas do decanato que hoje celebramos, encontramos o mundo imerso em situações de crise. Há dez anos, no momento mesmo em que a CGC era criada, a comunidade internacional enfrentava o impacto dos atentados terroristas de 11 de

Setembro de 2001. Transcorridos dez anos, nos encontramos novamente sob o impacto de uma crise de alcance global, desta feita de natureza econômico-financeira.

A crise econômico-financeira de 2008 e seus efeitos prolongados encontraram o Brasil preparado para enfrentá-los. Os sólidos fundamentos de nossa economia, aliados a um mercado consumidor robustecido pelo ingresso de milhões de brasileiros em virtude de políticas socialmente inclusivas praticadas por sucessivos governos, serviram e continuam a servir de esteio para o Brasil no enfrentamento da crise.

A crise, lamentavelmente, ainda não chegou a seu fim. Ao contrário, instituições como o FMI, o Banco Mundial e agências das Nações Unidas, entre outras, alertam para os riscos concretos de que ela se prolongue no tempo e de que, em futuro próximo, tenhamos que enfrentar não apenas a desaceleração do crescimento econômico mundial, mas até mesmo uma recessão, com efeitos inevitáveis sobre as perspectivas de contínuo desenvolvimento.

A fim de preservar as conquistas econômicas e sociais que alcançamos, o Brasil está atento para a evolução deste cenário. Precisamos

continuar a explorar novas oportunidades comerciais, em especial nas nossas relações com os demais países em desenvolvimento, onde hoje se concentra o maior dinamismo da economia internacional. Digo isso sempre com a ressalva de que não negligenciamos as parcerias e os mercados desenvolvidos. Demonstração disso foi a recente viagem da Presidenta Dilma Rousseff a Bruxelas para o encontro da Parceria Estratégica Brasil – União Européia. O Itamaraty trabalha de forma criativa e com afinco para contribuir de forma efetiva para esse esforço coletivo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e outros órgãos do Governo.

O apoio do Brasil ao multilateralismo, de forma ampla, mais especificamente no campo econômico, é um traço inconteste da nossa ação diplomática. Nos últimos quatro meses, o país teve a satisfação de ver dois ilustres brasileiros escolhidos para dirigir organizações internacionais de escala global: refiro-me, obviamente, ao Professor José Graziano, na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e ao Dr. Robério Silva, na Organização Internacional do Café (OIC).

A confiança que a comunidade internacional depositou nesses dois brasileiros, para além de seus indiscutíveis méritos pessoais e profissionais, reflete apreço pelos avanços do Brasil na esfera agrícola e por seu engajamento com o sistema multilateral em suas diversas expressões especializadas.

Esse compromisso, que permanece inabalado, não nos impede de reconhecer, contudo, que a crise econômico-financeira, entre outros fatores, tem incidido negativamente sobre as perspectivas de êxito das negociações comerciais multilaterais em curso no âmbito da Rodada Doha da OMC. Da mesma forma, desafios têm sido impostos pela

crise à conclusão de negociações comerciais nos planos birregional e bilateral.

Com esse pano de fundo, impõe-se ao Brasil fazer o melhor uso possível das disciplinas comerciais de que dispomos hoje, bem como das condições de acesso a mercado que já conquistamos até aqui. Para tanto, precisamos ser capazes de, primeiro, explorar, na mais ampla medida possível, as oportunidades que formos capazes de identificar e, segundo, usar com proficiência os instrumentos que o sistema multilateral de comércio nos oferece para assegurar a prevalência de nossos direitos.

No que tange às condições de acesso consolidadas pelo Brasil ao longo dos anos, faço referência especial ao mercado ampliado do MERCOSUL, destino privilegiado para as exportações de produtos manufaturados dos quatro sócios do agrupamento, e ao mercado ampliado sul-americano, que vislumbramos no horizonte na medida em que avança a convergência dos acordos comerciais firmados no âmbito da ALADI. O mercado interno brasileiro e o mercado ampliado do MERCOSUL, ao qual se somará o futuro mercado ampliado sul-americano, constituem patrimônio que merece ser cada vez mais valorizado.

Utilizar de maneira eficiente os recursos humanos e materiais ao nosso alcance constitui passo essencial para a defesa dos interesses nacionais em meio à crise. O Itamaraty dispõe de uma rede de 218 postos no exterior, entre Embaixadas, Missões e Consulados. A grande maioria pode ser posta a serviço dos interesses comerciais brasileiros. Um número crescente de diplomatas brasileiros é hoje responsável, no exercício de suas funções regulares, pela promoção dos interesses comerciais do país. Por instrução minha, em coordenação com o Secretário-Geral – que é grande conhecedor da matéria - estamos reforçando esta importante vertente de nossa ação externa.

Não nos esqueçamos, neste particular, que

existe um contínuo entre a ação diplomática de caráter político e a de caráter econômico-comercial. Para ilustrar essa realidade, basta lembrarmos o extraordinário crescimento dos fluxos de comércio resultante da diversificação de parceiros comerciais brasileiros, em direção a economias dinâmicas do mundo em desenvolvimento, e resultado da abertura de Embaixadas em grande número na África e no Oriente Médio, na Ásia Central; e também de outras iniciativas: trilaterais, como foi a do IBAS, a ASPA – que associa a América do Sul ao mundo Árabe -, e a ASA, que associa a América do Sul à África, entre várias outras.

A CGC cumprirá papel relevante nesse exercício, tanto na sua função de defesa do Brasil em contenciosos na OMC, como também, sempre que solicitado, na assessoria a outras áreas do Itamaraty e aos demais órgãos da estrutura governamental brasileira em questões afetas às disciplinas multilaterais de comércio. Para habilitar a CGC a melhor desempenhar suas atribuições, determinei seja prontamente aumentada a lotação de diplomatas na unidade.

Para apoiar a CGC na defesa dos interesses do Brasil em contenciosos na OMC, autorizei a abertura de procedimento licitatório em Washington, destinado a selecionar escritório de advocacia que substituirá uma das duas bancas especializadas que hoje prestam serviços ao Brasil no exterior, cujo contrato expira no final do ano. A nova firma a ser contratada será uma associação entre um escritório brasileiro e um escritório internacional.

Tenho a grata satisfação de referir-me à assinatura na data de hoje, juntamente com o Ministro Luís Inácio Adams, de Protocolo de Intenções entre o Itamaraty e a Advocacia-Geral da União, para o estabelecimento de parceria destinada a aprimorar, por meio de atividades de capacitação técnica,

a colaboração prestada pela AGU ao cumprimento, pelo Ministério das Relações Exteriores, de suas responsabilidades na defesa dos interesses do Estado brasileiro no exterior.

Em reconhecimento à relevância para o Brasil do sistema multilateral de comércio, inclusive de seu mecanismo de solução de controvérsias, vamos incluir no currículo do Curso de Formação do Instituto Rio Branco disciplina denominada “OMC e Contenciosos”. A partir de agora, todos os diplomatas brasileiros terão, já no Instituto Rio Branco, treinamento para atuar em questões relacionadas às disciplinas multilaterais de comércio.

Para contribuir também com a formação de quadros especializados em comércio internacional nos demais órgãos da estrutura governamental brasileira, bem como no setor privado – em especial jovens advogados com atuação em bancas de advocacia nacionais – estamos explorando formas de ampliar e intensificar as oportunidades de treinamento hoje oferecidas pela Missão do Brasil junto à OMC, em Genebra, pela Embaixada do Brasil em Washington e pela própria CGC em Brasília.

Estamos conscientes de que o trabalho da CGC será mais efetivo na medida em que criarmos mecanismos que facilitem os seus contatos com os operadores econômicos nacionais. Com esse objetivo, viabilizaremos encontros regulares das áreas econômica e de promoção comercial do Itamaraty com lideranças empresariais brasileiras, do setor manufatureiro ao agronegócio, a fim de que sejam melhor mapeadas as dificuldades específicas que os diferentes setores porventura enfrentem em seu esforço exportador. Adicionalmente, vamos atualizar a página web da CGC para torná-la mais completa e acessível.

Ainda com o propósito de identificar

dificuldades que os exportadores brasileiros possam enfrentar na realização de seus negócios no exterior, elaboraremos estudos analíticos sobre barreiras comerciais ao produto nacional, tarefa atribuída a Embaixadas brasileiras junto a nossos principais parceiros comerciais atuais e parceiros potencialmente interessantes. O resultado desse trabalho permitirá que os diplomatas brasileiros atuem de maneira mais informada, em diferentes foros internacionais – bilaterais, regionais ou multilaterais –, em defesa de interesses comerciais brasileiros específicos.

No que tange especificamente à China, constituímos uma Força-Tarefa no âmbito da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, sob comando do Embaixador Valdemar Carneiro Leão. O objetivo dessa unidade especializada é monitorar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais com nosso principal parceiro comercial, bem como oferecer sugestões para a ampliação, em bases equitativas e de mútuo interesse, para aquilo que temos chamado de “para além da complementariedade”, nome do evento empresarial que a Presidenta Dilma Rousseff abriu em Pequim, e que, acho, sintetiza o esforço de diversificação de nossa pauta exportadora e de melhorar o conteúdo desse comércio.

Com a finalidade de reforçar a capacidade do Itamaraty na defesa da ampla gama de interesses comerciais, refiro-me à assinatura nos próximos dias, juntamente com o Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Acordo de Cooperação Técnica MRE-IPEA. O Acordo estabelecerá bases para a cooperação na realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, com ênfase nas relações econômicas internacionais. Estou certo de que essa cooperação, fundada na expertise técnica

acumulada de lado a lado ao longo dos anos, em muito contribuirá para a defesa de nossos interesses.

Para assegurar que a diplomacia brasileira esteja apta a lidar com os desafios impostos pelo comércio internacional de produtos agropecuários, realizaremos nova edição do chamado “Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro”, iniciativa conjunta do Itamaraty com o Ministério da Agricultura – hoje representado aqui pelo Dr. Célio Porto – destinada a qualificar diplomatas para a promoção de produtos agropecuários brasileiros no exterior. Para participar do Programa, a ser implementado no final do corrente mês, serão chamados a Brasília os chefes dos setores agrícolas das Embaixadas brasileiras em 25 países identificados como estratégicos e prioritários pelo agronegócio brasileiro.

Para além do objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pelas regras do sistema multilateral de comércio, o Brasil está ciente de que, em um cenário de crise econômica, e diante das dificuldades em avançar nas negociações comerciais em curso, deverá envidar novos e criativos esforços com vistas a promover o produto brasileiro e, por essa via, expandir suas exportações para outros mercados. O Itamaraty está em condições de dar contribuição efetiva nesse sentido.

Em consonância com a “Estratégia Nacional das Exportações 2011-2014”, iniciativa concebida em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), identifiquei as seguintes medidas concretas a serem implementadas pelo Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty, hoje sobre a direção do

Ministro Rubens Gama. Citarei seis medidas específicas:

A) Ampliação da participação anual do DPR em feiras setoriais e multissetoriais no exterior de 130 (2010) para 190 (2015) eventos, bem como em feiras no Brasil de 12 (2010) para 25 (2015) eventos;

B) Elevação de 35 para 100 do número de (i) estudos sobre investimentos e comércio e (ii) pesquisas de mercado, contratados ou realizados anualmente pelo DPR;

C) Incremento em até 50% dos roadshows destinados a atrair investimentos para obras de infra-estrutura, megaeventos esportivos, economia verde e inovação;

D) Ampliação em 40% da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet;

E) Aumento do número de missões comerciais ao exterior apoiadas pelo DPR, mediante parcerias com outras agências governamentais ou com entidades do setor privado;

F) Expansão do número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) na rede de postos brasileira no exterior, passando, no prazo de 4 anos, de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países.

Ainda em linha com a necessidade de promover a formação e a capacitação de quadros especializados na promoção de interesses comerciais brasileiros no exterior, ampliaremos em 50% o número de atividades de treinamento para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro. Implementaremos, já a partir do início de 2012, para todos os funcionários de SECOMs em todo o mundo, curso de capacitação on line em promoção comercial e investimentos, atualmente em fase final de ajustes.

A implementação dos cursos on line não excluirá a realização de treinamentos no Brasil, ocasião em que os diplomatas responsáveis

pelas atividades de promoção comercial têm a oportunidade de visitar fábricas e centros de pesquisa, manter encontros com diferentes associações empresariais, bancos e empresas e familiarizar-se com novos instrumentos de trabalho disponibilizados pelo DPR.

Complementarmente, autorizei a realização de novos encontros regionais de Chefes de Setores de Promoção Comercial, oportunidade interessante para a troca de informações e experiências sobre as atividades regulares de promoção do produto brasileiro em áreas geográficas específicas. Após a realização de encontros muito bem sucedidos em Washington, Bruxelas e Xangai, será convocado, para os dias 1º e 2 de novembro próximo, encontro na Embaixada do Brasil no Catar, ocasião em que os chefes de SECOM do Oriente Médio e do Egito discutirão maneiras de promover exportações brasileiras para a região.

Senhoras e Senhores,

O trabalho profissional desenvolvido pela CGC há dez anos nos inspira a explorar, de forma a um só tempo dinâmica e responsável, iniciativas que permitam ao Brasil preservar, em meio à crise econômico-financeira atual, os avanços sócio-econômicos que alcançamos e olhar para novos horizontes.

Confio na estrutura, capacidade e disposição do Itamaraty para associar-se a outras esferas governamentais, ao setor privado e à sociedade civil em prol de uma presença internacional cada vez mais competitiva.

Faço votos de que o seminário internacional que ora se inicia possa nos trazer idéias novas, em benefício de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**DISCURSO NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA
66ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.
(NOVA YORK/EUA, 21/09/2011)**

Senhor presidente da Assembleia Geral,
Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas,
Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de
Governo,

Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É

– permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a Presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é,

ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias

excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do

mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para

seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para

que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem

violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. (RIO DE JANEIRO/RJ, 21/10/2011)

“Hoje, terminamos de escrever um importante capítulo para a promoção da saúde pública e, conseqüentemente, para a redução das injustiças sociais. Celebramos aqui mais do que o encerramento de um encontro internacional; comemoramos o início de uma nova etapa para as políticas de saúde, marcada pela ação consistente e integrada sobre todos os seus determinantes sociais.

Aprovamos, hoje, a Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde. Nela, reconhecemos que a equidade em saúde é nossa responsabilidade comum. Medicamentos, tratamento médico e assistência em saúde não são benefícios supérfluos. Tampouco o são o trabalho decente, a moradia adequada, o saneamento básico, o ar limpo ou a alimentação suficiente e saudável. Todos são essenciais – e determinantes – para garantir o pleno exercício do direito humano à saúde. Como afirmamos na Declaração do Rio, as sociedades justas e inclusivas a que aspiramos neste século XXI têm, como objetivos essenciais, o bem-estar e a saúde humana. Trata-se de cumprir os nossos compromissos nacionais e internacionais com a promoção dos direitos humanos.

Tenho a convicção de que a Declaração

do Rio será instrumento eficaz para garantir a centralidade da saúde em todas as políticas públicas, para o benefício de muitos milhões de pessoas. Seu endosso pela 65ª Assembléia Mundial da Saúde, em maio de 2012, será fundamental para consolidar a Declaração do Rio como referência internacional na ação sobre os determinantes sociais da saúde. Desde já, o Governo brasileiro conclama a todos para, juntos, alcançarmos esse objetivo.

Como ressaltou a Presidenta Dilma Rousseff durante a Reunião de Alto Nível sobre o Controle e Prevenção de Doenças Não-Transmissíveis (DNT), em Nova York: o Brasil defende o acesso aos medicamentos, às novas terapias e às tecnologias como parte do direito humano à saúde.

Nesse contexto, resalto a importância da menção feita na Declaração do Rio à Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual – documento aprovado pela 61ª Assembléia-Mundial da Saúde, em 2008 –, que estabelece um marco para a OMS em relação ao delicado equilíbrio entre o direito à saúde e os compromissos de proteção à propriedade intelectual.

A Estratégia Global defende o uso das

flexibilidades inerentes ao regime de patentes em apoio às políticas públicas de acesso a medicamentos e ao tratamento de todas as enfermidades com incidência significativa em países em desenvolvimento. Não faz distinção entre doenças transmissíveis e aquelas não-transmissíveis.

Por sua vez, a Declaração Ministerial de Doha sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública afirma que “o acordo de TRIPS pode e deve ser interpretado e implementado de modo a apoiar os direitos dos Membros da Organização Mundial de Comércio de proteger a saúde pública e, em particular, de promover o acesso a medicamentos para todos”.

Seja na OMS, seja na OMC, ou ainda na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, no contexto da Agenda para o Desenvolvimento, a comunidade internacional reconhece que a plena utilização das flexibilidades previstas e admitidas nos tratados internacionais de propriedade intelectual constitui acervo jurídico consolidado. Trata-se de valioso patrimônio, que ampara e legitima ações de inclusão social, a promoção da equidade e o fortalecimento dos sistemas públicos de saúde. Esses conceitos estão também consignados no comunicado divulgado hoje pela Iniciativa ‘Política Externa e Saúde Global’ – o chamado ‘Grupo de Oslo’ – que reúne países do norte e do sul, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Sabemos que 30 por cento da população mundial não têm acesso a medicamentos essenciais. A correção dessa distorção salvaria 10 milhões de vidas por ano, 4 milhões das quais na África e no Sudeste da Ásia.

No Brasil, a história de superação das desigualdades sociais está sendo escrita – e já acumula êxitos importantes. No Governo da Presidenta Dilma Rousseff, é reconhecida a nossa determinação de combinar políticas que valorizam a promoção dos direitos humanos,

a segurança alimentar, a educação, a igualdade racial e de gênero. Na última década, cerca de 30 milhões de brasileiros saíram da miséria; quase 40 milhões entraram na classe média. Adotamos um modelo de crescimento econômico voltado à geração de emprego e renda. Hoje, extinguir a pobreza extrema é uma meta realizável no horizonte de poucos anos.

A Declaração do Rio reconhece que, ao agirmos sobre os determinantes sociais da saúde, estamos contribuindo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O ano de 2015 aproxima-se. Não podemos deixar esmorecer o ímpeto para atingirmos TODAS as metas do milênio antes de seu prazo final. A ação sobre os determinantes sociais será especialmente relevante para o cumprimento daqueles objetivos, em particular os que se relacionam diretamente à saúde. A ação sobre os determinantes sociais maximiza os esforços de Governos e da comunidade internacional, com vistas a cumprirmos todos esses compromissos.

Como registra a Declaração do Rio, o acesso à saúde é também um tema de crescente relevância no contexto do desenvolvimento sustentável, um debate crítico de nosso tempo. O tema “saúde” e sua relação com as políticas para o desenvolvimento sustentável estará presente na Rio+20, que sediaremos daqui a pouco mais de 7 meses, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro. A rigor, a Conferência que encerramos hoje constitui também mais um importante passo no caminho até a Rio+20.

Se 2015 se aproxima, 2016 tampouco está distante. Não podemos nos furtar a conceber os passos seguintes, uma vez superado o prazo para o cumprimento das Metas do Milênio. A ação global sobre os determinantes sociais da saúde é também indispensável para uma estratégia comum de longo prazo de desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Nossos desafios são de longo

prazo, requerem vigilância constante e implicam esforços continuados de combate à desigualdade e à injustiça social.

Agradeço à Organização Mundial da Saúde, na pessoa de sua Diretora-Geral, pelo valioso apoio ao longo de todo o processo de organização e realização desta Conferência Mundial. O Brasil se orgulha de ter sediado esta que foi uma das maiores reuniões da OMS na história. Agradeço aos Ministros, aos chefes de delegação e aos mais de 600 delegados, de mais de 100 países, que nos honraram com sua presença. Foi um orgulho e um prazer tê-los em nosso país, cujas portas estarão sempre abertas. Juntamente com o Ministro Padilha, desejo a todos bom retorno – e muito trabalho em benefício da equidade em saúde.

Declaro encerrada a I Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde.

Muito obrigado.”

**DISCURSO POR OCASIÃO DA XI REUNIÃO DE
CHANCELERES DOS PAÍSES MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO
DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA
(MANAUS/AM, 22/11/2011)**

“É com grande prazer que lhes dou as boas vindas a Manaus para participar da XI Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Todos os três encontros de Presidentes amazônicos – em 1989, em 1992 e em 2009 – foram realizados nesta Capital.

E, justamente na última reunião, em 2009, os Chefes de Estado se comprometeram com o relançamento da OTCA. Desde então, temos acompanhado a rápida evolução dos trabalhos da Organização, graças ao espírito cooperativo demonstrado pelos Países Membros e aos esforços da Secretaria Permanente.

Na última Reunião de Chanceleres em Lima, aprovamos a Nova Agenda Estratégica da OTCA, que estabelece planos de ação para os diversos eixos temáticos da cooperação amazônica.

É significativo o alcance da OTCA. Já na assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, há mais de trinta anos, demonstramos o pioneirismo de nossa iniciativa, quando propusemos buscar o desenvolvimento harmônico e integral da Amazônia. Quase dez anos antes de o Relatório Brundtland estabelecer o conceito

de “desenvolvimento sustentável”, os Países amazônicos se comprometiam com a sua promoção.

A Amazônia – que possui 1/5 da reserva mundial de água doce e 1/3 da área de floresta tropical do mundo – é a única região do planeta que conta com uma organização internacional própria, formada pelos Estados que compartilham seu território, e voltada especialmente para a sua conservação e desenvolvimento. A OTCA é foro privilegiado para a concepção e a implementação de projetos e programas voltados para o desenvolvimento sustentável.

A principal contribuição que a OTCA pode oferecer aos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável é a força do exemplo. Desde 2001, trabalhamos conjuntamente para o contínuo aperfeiçoamento dos indicadores de sustentabilidade da Floresta Amazônica – o chamado “Processo de Tarapoto”. Esse projeto é um exemplo de boa prática que poderia ser replicada em outros biomas do mundo. A adoção de índices unificados de sustentabilidade simplifica o acompanhamento dos resultados de projetos e facilita a ação coordenada entre os países.

O Governo brasileiro está profundamente

comprometido com a promoção de mecanismos inovadores para o manejo sustentável de toda a Bacia Amazônica. Quando criamos, em 2008, o Fundo Amazônia, reservamos 20% de seus recursos para aplicação em projetos de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais. A OTCA é claramente o foro prioritário para a execução desses projetos.

Acreditamos que governança se cria com transparência.

O compartilhamento de dados florestais entre os países amazônicos facilitará a adoção de políticas coordenadas de combate ao desmatamento e permitirá que estejamos mais bem preparados para as discussões internacionais sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Um projeto entre o INPE e a OTCA será uma das grandes contribuições da OTCA para a governança ambiental global.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável da Amazônia, é central o aspecto humano desse conceito. Ao nos comprometermos com o uso racional e harmônico dos recursos da Amazônia, já em 1978, com o TCA, assumimos a responsabilidade de promover o bem-estar das populações amazônicas.

A América do Sul vive um momento de grande potencial para a ação diplomática concertada. Os temas sociais são centrais nas agendas doméstica e externa dos diferentes países da região. As conquistas em matéria de crescimento econômico em todo o continente sul-americano trazem consigo a preocupação crescente com a redução da desigualdade e com a promoção da justiça social, cada vez mais associadas à conservação ambiental.

Podemos, dessa forma, associar a preocupação relativa ao meio ambiente, com a igualmente legítima preocupação associada ao desenvolvimento da economia e à erradicação da pobreza.

O Brasil dedica importante esforço interno para desenvolver iniciativas que aliem a conservação ambiental à melhoria das condições de vida e à elevação da renda familiar. Há cerca de dois meses, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou o lançamento, aqui mesmo em Manaus, do Programa “Bolsa Verde”. O “Bolsa Verde” consiste em uma compensação financeira trimestral a famílias em situação de extrema pobreza que vivam em unidades de conservação e que se comprometam a desenvolver atividades de sustentabilidade ambiental em suas propriedades.

O compromisso brasileiro com a cooperação para a inclusão social – que tem no “Bolsa Família” seu carro-chefe – ganha, com o “Bolsa Verde”, um acentuado perfil ambiental.

Gostaria de propor que encomendemos ao Conselho de Cooperação Amazônica um estudo para encontrar maneiras de incorporar o tema da inclusão social e do combate à fome e à pobreza na agenda da OTCA. Considero importante que, frente ao prolongamento da crise econômico-financeira e à possível redução das contribuições à cooperação internacional, esse estudo leve em consideração formas alternativas de financiamento a iniciativas nesse tema.

Senhoras e Senhores,

Os avanços da gestão sustentável dos recursos amazônicos e o fortalecimento da própria OTCA contribuem significativamente para o exercício de nossa responsabilidade soberana sobre a Amazônia. Nosso maior desafio para o exercício dessa responsabilidade é desenvolver nossa capacidade de produção local de conhecimento.

A Amazônia é a maior floresta megadiversa do planeta. Estima-se que ela abrigue 20% de todas as espécies animais e vegetais existentes. No entanto, apenas 30% das espécies amazônicas estão atualmente catalogadas.

Precisamos criar mecanismos permanentes e integrados de produção e proteção de conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia.

Qualquer política ampla de inclusão social precisa envolver o desenvolvimento de capacidades. Precisamos fortalecer a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia da Organização. O investimento na formação de recursos humanos qualificados, a promoção da mobilidade acadêmica e a criação de mecanismos de apropriação social do conhecimento devem estar refletidos como prioridade na agenda de trabalhos da OTCA.

Em um mundo baseado cada vez mais na competitividade econômica e na capacitação tecnológica, e que ao mesmo tempo dá extraordinária importância à proteção ambiental, a Amazônia cresce como potencial, como desafio e como oportunidade para os países que sobre ela detêm soberania e responsabilidade.

São extremamente numerosos os estudos acadêmicos e científicos sobre a Amazônia e diversas as iniciativas para estimular a produção do conhecimento sobre a região. Uma política integrada de Ciência, Tecnologia e Inovação deve, porém, ser capaz de assegurar coesão a essa produção de conhecimento. A implementação de nossa idéia de construir um “Observatório Amazônico”, que reúna as principais iniciativas e instituições já existentes (como a UNAMAZ e a Rede Panamazônica de CT&I em Saúde), poderia promover verdadeiro intercâmbio científico-tecnológico e facilitar o uso sustentável desse conhecimento em benefício da população amazônica como um todo.

Senhoras e Senhores,

A inclusão tecnológica e ambiental das comunidades locais é o caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Atuamos em conjunto na Rio92, em defesa

de nossa responsabilidade soberana sobre a Floresta Amazônica. Estivemos novamente lado a lado em Johannesburgo durante a Rio+10. Às vésperas do mais importante debate internacional sobre desenvolvimento sustentável desta década, é fundamental que possamos contribuir para o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a realizar-se em 2012 no Rio de Janeiro.

A Amazônia não pode estar ausente da Rio+20. A OTCA, o grande bloco socioambiental do mundo, deve contribuir para esse debate.

Devemos participar desse importante momento de reflexão e deliberação com uma visão clara e integrada sobre a região amazônica e sobre os desafios e oportunidades que a Conferência apontará também para os nossos países.

É necessário utilizar o Tratado de Cooperação Amazônica como um instrumento diplomático de concertação dos Países Membros em torno do desenvolvimento sustentável da Amazônia e de afirmação de uma visão coordenada para a esta região.

A Declaração sobre a Conferência que devemos aprovar na reunião de hoje será um primeiro passo nessa direção.

Senhoras e Senhores,

O Governo brasileiro está empenhado em revitalizar o Tratado de Cooperação Amazônica.

Um TCA mais forte é de interesse de todos os Países Membros.

As comunidades da região esperam muito de nós.

Temos a responsabilidade histórica de fazer o que é necessário para corresponder a essas expectativas.

Vamos fazê-lo. E vamos fazê-lo juntos.

Tenho certeza de que a OTCA contará com o respaldo político necessário de todos

nós para cumprir com os objetivos propostos em benefício da região amazônica e de seus habitantes.

O que daí resultar será uma Amazônia mais próspera, mais justa e que dará ao mundo um exemplo reforçado de sustentabilidade no desenvolvimento e de êxito na cooperação entre países irmãos.

Muito obrigado.”

**DISCURSO NA IV REUNIÃO MINISTERIAL
DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA).
(MALABO/GUINÉ EQUATORIAL, 24/11/2011)**

“Grande alegria em estar em Malabo, reunido com meus colegas, Chanceleres e Altas Autoridades dos países-membros da ASA, preparatória da 3ª Cúpula.

É uma alegria poder dirigir-me a esse plenário em português, língua oficial de sete dentre os sessenta países que conformam este espaço de coordenação e agora também língua oficial da Guiné Equatorial.

Trago a mensagem de compromisso da Presidenta Dilma Rousseff de engajamento do Brasil com a África. Esse compromisso foi demonstrado na visita, neste semestre, a três países africanos (África do Sul, Moçambique e Angola), em diversos contatos com líderes africanos em visita a Brasília e, recentemente, ao celebrar o Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador, na companhia dos Presidentes Alpha Condé, da Guiné, e Jorge Fonseca, de Cabo Verde.

Esse compromisso também se expressa na nossa presença em Malabo para levar adiante o processo de aproximação regional América do Sul – África. Trata-se de exercício que engloba duas linhas fundamentais da política externa brasileira: a) a integração sul-americana, com a transformação do continente em zona de crescimento, desenvolvimento sustentável

com justiça social, democracia e paz; b) a incorporação, à nossa atuação externa, do fato de sermos o país com a maior população afrodescendente fora da África e o país do mundo com a segunda maior população de origem africana. Devem ser entendidos nesse contexto os esforços brasileiros em desenvolver a agenda de aproximação com a África em todas as suas vertentes: o diálogo político, o comércio e os investimentos, a cooperação técnica e econômica, a cooperação cultural.

Eu próprio estou pessoalmente engajado nesses esforços. Terei visitado 10 países africanos até o fim do ano. Seguirei empenhado em intensificar nosso relacionamento, buscando tratar de maneira criativa e cooperativa os desafios e as oportunidades existentes, tanto no âmbito bilateral como multilateral.

O Brasil apresenta-se como um exemplo de que hoje é possível reconciliar democracia, crescimento econômico, redução da pobreza e políticas ambientalmente sustentáveis. Em um mundo em que presenciamos o esgotamento de modelos de desenvolvimento concebidos pelo Norte, e em que as próprias economias desenvolvidas enfrentam crises, a América

do Sul e a África despontam de décadas de estagnação e conflitos, para um novo ciclo de progresso e emancipação.

Assim como ocorre no Brasil e na América do Sul, identificamos na África experiências bem-sucedidas nos campos econômico, social e político, e isso nos faz crer em processos que levem a realizações do potencial africano em linha com os sonhos de grandes líderes africanos como Nyerere, Mandela e Nkrumah.

Parte desse processo de emancipação envolve a capacidade de superar padrões de relacionamento entre nossas regiões e outras regiões do mundo pelo intermédio do mundo desenvolvido e das ex-potências coloniais. A história nos aproximou através da escravidão e dos laços com ex-potências distantes das nossas realidades materiais e humanas. Hoje, podemos fazer história forjando laços diretos de comércio, cooperação e coordenação político-diplomática.

O Brasil está disposto a assumir sua responsabilidade. Como o país sul-americano de maior diáspora africana, maior número de Embaixadas na África (37), sede do maior número de Embaixadas africanas residentes na América do Sul (33), nos colocamos a serviço de uma agenda de aproximação entre nossas regiões.

Por iniciativa, do lado brasileiro, do ex-Presidente Lula, criamos uma estrutura de reuniões de Cúpula, Ministeriais, Grupos de Trabalho, e vários projetos que desejamos preservar e aperfeiçoar. Mas como países de regiões sem abundância de recursos, precisamos usar nossa imaginação e criatividade para utilizar ao máximo as estruturas já existentes, dentro e fora do mecanismo ASA, para trabalharmos junto em prol de interesses comuns.

A ASA representa quase 1/3 do território mundial; 1/5 da população, com 1,3 bilhão; um crescimento econômico significativo na

África de 5% e na América do Sul, de 4,1%; e PIB de 6 trilhões, 10% do PIB mundial.

Todos nós temos missões junto à ONU, em Nova York, missões junto à ONU em Genebra, Embaixadas em Washington por meio das quais dialogamos com o Banco Mundial e o FMI. Junto à FAO, em Roma, onde um brasileiro, o Professor José Graziano, assumirá como Diretor-Geral em janeiro, teremos mais um fórum de coordenação. Poderíamos promover reuniões periódicas, em torno de agendas comuns, de Embaixadores africanos e sul-americanos nessas capitais.

Brasília, com suas 33 Embaixadas africanas e 13 sul-americanas, pode ser também um ponto de encontro; Nairóbi, onde todos temos missões junto ao PNUMA, pode ser um ponto de encontro para a coordenação em temas ambientais, por exemplo.

As presenças entre nós do futuro Secretário-Geral da UNASUL, Ali Rodriguez, e do Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, são expressões claras da importância dessas organizações como fatores de convergência em torno de interesses estratégicos das duas regiões.

O Brasil é observador na UA; felicitamos o Equador por ter também se tornado observador recentemente. Queremos aprender mais com a UA; há várias experiências e estruturas, como o Conselho de Paz e Segurança da organização, que sevem de exemplos valiosos para a construção de nosso próprio esforço de integração na América do Sul. De nosso lado, permanece forte o interesse em compartilhar com a África experiências exitosas

Identifico três grandes áreas em que precisamos trabalhar de forma coordenada:

1) Economia e comércio

Nosso intercâmbio birregional quase quadruplicou desde 2003, chegando a US\$ 32,2 bilhões em 2010. Mesmo assim, temos que encontrar maneiras de estimular

nossos setores privados a se conhecerem melhor e a desenvolverem mais e melhores ligações entre nossos continentes. Interessa ao Brasil participar nos esforços de: a) desenvolvimento industrial, mineral e agrícola (FAO); b) exploração de energias limpas: não temos porque repetir padrões de consumo e desperdício do mundo desenvolvido. O desenvolvimento da economia verde não significa, necessariamente, dependência tecnológica dos países desenvolvidos. Existem técnicas e práticas “low tech” de baixo custo e fácil adoção, em temas como saneamento básico, tratamento do lixo, etc. (RIO + 20)

2) Paz e segurança

É preciso reconhecer a interdependência entre progresso econômico e social e paz sustentável (Haiti). Temos que soar um alerta contra a ideologia que procura estabelecer elo automático entre a proteção de civis, as intenções humanitárias e a intervenção militar. Questionamos a sabedoria de eleger os acontecimentos recentes como exemplos bem-sucedidos da aplicação da responsabilidade de proteger. É preciso atentar para a responsabilidade ao proteger.

O uso da força, quando autorizado pelo CSNU, exige monitoramento cuidadoso pela comunidade internacional, de maneira a evitar que o remédio aplicado não cause mais danos do que a doença.

Acompanhamos atentamente, na América do Sul, o trabalho das operações de paz. O Brasil tem 33 militares em missões na Côte d’Ivoire, na Libéria, no Saara Ocidental, no Sudão e no Sudão do Sul. O Uruguai é um grande contribuidor da MONUSCO, com 1.297 militares e 2 policiais.

É chegada a hora, porém, de virarmos a página dos conflitos herdados da era colonial e das rivalidades interreligiosas e interétnicas. Os exemplos de Angola e Moçambique nos mostram que isso é possível.

Muito se fala no Oceano Atlântico nos aproximando: de fato, no que se refere ao Brasil, vemos o Atlântico, nas palavras de um grande escritor moçambicano e de um grande historiador brasileiro, crescentemente como um rio.

Temos representações diplomáticas em quase todos os países que margeiam o Atlântico Sul. Estamos engajados em manter a região como uma zona de paz e cooperação; com essa finalidade, estamos dando curso a processo de atualização e aprofundamento da iniciativa ZOPACAS. Não nos esquecemos, por outro lado, que a América do Sul também está aberta para o Pacífico e o Caribe; a África, para o Índico e para o Mediterrâneo. Nossa associação não se estrutura em contraposição a nenhuma região do globo; defendemos a preservação de todos os laços que nos enriqueçam, e o diálogo com as demais regiões com base em percepções comuns em temas como a situação política no Oriente Médio, não proliferação e desarmamento, mecanismos para o financiamento do desenvolvimento, etc.

3) Democracia e governança

Acreditamos que o caminho para o desenvolvimento econômico com justiça social passa pela construção de instituições verdadeiramente democráticas. Nesse quadro, importa construirmos Poderes fortes e independentes, darmos espaço para a atuação livre da imprensa, respeitarmos o marco jurídico estabelecido e adotarmos melhores práticas de gestão pública (identificadas pela OCDE). No Brasil, estamos passando, neste momento, por processo de buscar garantir que os recursos do pré-sal sejam utilizados para objetivos específicos identificados pelo Estado (educação, saúde). Uso esse exemplo com a consciência dos desafios semelhantes enfrentados pelos países africanos, tão privilegiados com riquezas minerais.

Muito se fala sobre o surgimento de um mundo multipolar. África e América do Sul são regiões que podem contribuir para que essa multipolaridade não seja a da ruptura, do “clash of civilizations”, mas sim a multipolaridade da sabedoria de um Kofi Annan, da cooperação nos mecanismos multilaterais em sintonia com as realidades (financeiras, econômicas, ambientais, de paz e segurança) de nossos continentes. Uma multipolaridade com membros permanentes da África e da América do Sul em um CSNU reformado.

Queremos preparar o caminho para uma nova geração de sul-americanos e africanos que, tendo familiaridade com as realidades das duas regiões, sejam capazes de usar as boas experiências, evitar os equívocos e aproveitar as oportunidades que surgirão. Entre os fatores que nos ajudam, temos nossa história, interesses, gostos e práticas culturais compartilhadas.

À frente da Chancelaria brasileira, manifesto forte comprometimento em levar adiante essa agenda de aproximação e desenvolvimento das relações entre América do Sul e África.

Muito obrigado.”

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Postal Universal para a Facilitação do Comércio por meio das Redes Postais em Países em Desenvolvimento e Países de Menor Desenvolvimento Relativo

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais/ de Serviço

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre Isenção de Visto em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “IV Recenseamento da População e Habitação de São Tomé e Príncipe”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde – Fase 2”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Reforço do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Material e Imaterial de Cabo Verde: Os Casos de Cidade Velha e Cimboa”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Reforço Institucional da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde (ICP-CV)”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Consolidação da ARFA como Agente Regulador dos Setores Farmacêutico e Alimentar em Cabo Verde – Fase 2”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Institucional da Agência de Aviação Civil de Cabo Verde”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Assessoria Técnica para Contribuir para a Promoção da Bioenergia na Nicarágua”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal na Nicarágua”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Reposição Florestal na Nicarágua”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Apoio a Implementação da Televisão Digital Terrestre no Equador”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio a Ações Futuras para o Controle e a Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Cidades Intermédias e Sustentáveis no Brasil e na Colômbia: rumo à Definição de Estratégias

Compartilhadas para o Desenvolvimento de um Habitat Social em Equilíbrio com o Território”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Apoio para a Formulação do Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 2012-2018”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional para a Implementação de Políticas Públicas Destinadas à Garantia dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia dos Projetos Brasileiros ‘Protejo’ e ‘Mulheres da Paz’ e dos Projetos Colombianos ‘Mambrú No Va A La Guerra’ e ‘Modelo de Reintegración Comunitaria”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Implementação de um Programa de Intercâmbio para o Fortalecimento de Projetos em Ecologia da Paisagem e Controle Biológico de Seringueiras (*Hevea brasiliensis*)”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Transferências de Conhecimentos Relativos aos Avanços no Cultivo, Beneficiamento e Transformação Produtiva do Sisal no Brasil”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio De Conhecimentos sobre a Implementação de Tecnologias Limpas na Produção de Gado Colombiana – Fase II”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Apoio ao Processo de Reestruturação do INVIMA com Vistas ao seu Fortalecimento Institucional”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil - República Dominicana”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do "Projeto Capacitação e Transferência de Metodologias e Tecnologias para o Programa Mais Alimentos para Cuba"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática do Congo para Implementação do Projeto "Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo, no âmbito da Agroecologia, tendo-se como referência, as Ações Extensionistas Participativas para Agricultura Familiar Desenvolvidas no Projeto Carrancas (cnpq 552171/2007-7)"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática do Congo para Implementação do Projeto "Formação de Recursos humanos do Setor Público de Comunicação da República Democrática do Congo"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática do Congo para Implementação do Projeto "Capacitação dos Especialistas da OCC no Campo da Normalização pela ABNT"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática

do Congo para Implementação do Projeto "Capacitação em Agroecologia e Agricultura Familiar, para a Produção de Alimentos Básicos e Fundamentais, no viés da Segurança Alimentar e suas Correlações Econômicas e Socioambientais"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin para a Implementação do Projeto-piloto "fortalecimento institucional do setor portuário do Benin"

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin para a Implementação do Projeto "Inserção Social Pela prática Esportiva do Futebol"

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos em Moçambique

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais realizadas em setembro de 2009 [Nota 3/2011]

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais de 2007 [Nota 4/2011]

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto de Cooperação Acadêmica e Técnica na Área de Florestas Tropicais, Eficiência Energética e Energias Renováveis [Nota 5/2011]

Carta de Compromisso entre a República Federativa do Brasil e República Bolivariana da Venezuela no Marco do Gran Misión Venezuela para o Estabelecimento de Programa de Transformação Integral de Favelas

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Sudão do Sul.

Declaração Conjunta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Secretário de Negócios Estrangeiros das Filipinas sobre Cooperação no Enfrentamento ao Problema Mundial das Drogas e Crimes Conexos

Declaração Conjunta para Cooperação no Campo das Tecnologias da Informação e das Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais Equador-Brasil

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas para a Implementação de Iniciativas Cooperação Sul-Sul sobre Juventude

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre a Eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Contexto de Grandes Eventos Internacionais

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre Cooperação Econômica

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância para a Implementação de Iniciativas de Cooperação SUL-SUL para as Crianças, o Desenvolvimento e a Equidade

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República da Indonésia sobre o Incentivo à Promoção do Comércio e do Investimento

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico

Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Geórgia

Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia

Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática Congoleza do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da República Democrática do Congo

Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Facilitação da Emissão de Vistos com Múltiplas Entradas para fins de Negócios

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benim para Cooperação Técnica na Área de Inclusão Social por meio da Prática Esportiva

Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha Confirmando Reciprocidade de Tratamento Tributário referente a Rendimentos Auferidos por Governos Estrangeiros [Isenção Recíproca de Imposto de Renda sobre Juros de Bancos Oficiais - Nota DCF/DAI/DE I/ 2 /EFIN RFA; Nota alemã Wi-551.20 BRA]

Troca de Notas entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do México Confirmando Reciprocidade de Regime de Vistos de Negócios

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

I REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL PARA A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)

01/07/2011

Realizou-se hoje, no Palácio Itamaraty, a reunião de instalação da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A reunião foi co-presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pela Ministra do Meio-Ambiente, Izabella Teixeira. Estiveram presentes Ministros de Estado, Senadores da República, autoridades do Governo Federal e da Prefeitura do Rio de Janeiro e representantes da sociedade civil.

A Comissão Nacional, criada pelo Decreto 7.495, de 7 de junho de 2011, tem como objetivo promover a interlocução entre as diversas esferas de Governo e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Rio+20. É composta de órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, representantes do meio acadêmico, do empresariado, dos trabalhadores, de comunidades indígenas e tradicionais, de organizações não-governamentais e de movimentos sociais.

A Conferência será realizada de 28 de maio a 6 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Os dois temas estabelecidos pelas Nações

Unidas são: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Para o Segmento de Alto Nível da Conferência (de 4 a 6 de junho), espera-se a presença de grande número de Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas. O evento será precedido pela última reunião do Comitê Preparatório, formado por representantes governamentais (28 a 30 de maio), e por uma série de eventos temáticos com a participação da sociedade civil (31 de maio a 3 de junho).

A proposta brasileira de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi aprovada pelos países-membros das Nações Unidas durante a 64ª Assembléia-Geral (2009-2010). Na qualidade de país-sede e presidente da Conferência, o Brasil poderá contribuir para a renovação do compromisso internacional com o legado da Rio-92, antecipando a agenda do desenvolvimento sustentável dos próximos anos.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, A CARACAS, POR OCASIÃO DO BICENTENÁRIO DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA

04/07/2011

A convite do Chanceler Nicolás Maduro, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participará, no dia 5 de julho, em Caracas, das celebrações do Bicentenário da Declaração de Independência da Venezuela.

VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA
AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA
DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE
MATERIAIS NUCLEARES (ABACC)
07/07/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 8 de julho, em Buenos Aires, das celebrações dos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

A ABACC foi criada em 18 de julho de 1991 pelo “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear”. Seu principal objetivo é oferecer garantias adicionais de que todos os materiais e instalações nucleares nos territórios brasileiro e argentino sejam usados apenas para fins pacíficos.

A confiança a respeito dos propósitos pacíficos dos programas nucleares brasileiro e argentino foi reforçada ainda mais pela celebração, também em 1991, do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), que colocou os programas de ambos os países sob um sistema duplo de salvaguardas, aplicado pela AIEA e pela ABACC.

Demonstração da credibilidade internacional de que goza a ABACC foi o recente reconhecimento (Nota à Imprensa nº 237), pelo Grupo de Supridores Nucleares (NSG), do Acordo Quadripartite como critério suficiente para o acesso a equipamentos e tecnologia para o desenvolvimento de atividades nucleares para fins pacíficos.

MERCOSUL-UE: XXII REUNIÃO
DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES
BIRREGIONAIS
08/07/2011

No contexto do XXII Comitê de Negociações Birregionais (CNB), as delegações do MERCOSUL e da União Europeia realizaram reuniões de trabalho de 4 a 8 de julho de 2011, com vistas a um futuro Acordo de Associação Birregional entre as duas regiões.

Os Negociadores Chefes de ambos os lados reafirmaram o compromisso de avançar nas negociações a fim de alcançar um Acordo de Associação abrangente, equilibrado e ambicioso. Realizaram-se negociações nos pilares político, comercial e de cooperação do Acordo.

Com respeito aos pilares político e de cooperação, alcançou-se progresso em diversas áreas, e houve proveitoso intercâmbio de pontos de vista sobre diversos temas, o que contribuiu para melhor entendimento das posições de cada lado.

Com relação ao pilar de Comércio, onze Grupos de Trabalho reuniram-se durante o XXII CNB e obtiveram considerável avanço nos textos normativos que formarão parte do Acordo Birregional, especialmente nas áreas de Serviços-Investimentos e Solução de Controvérsias. Todos os capítulos foram também revistos no nível de Negociadores Chefes, que transmitiram orientações para os temas pendentes de maior relevância. O tema de Desenvolvimento Sustentável também foi abordado.

As próximas rodadas negociadoras no âmbito do CNB se realizarão em Montevideú, Uruguai, de 7 a 11 de novembro de 2011, e em Bruxelas, Bélgica, no primeiro trimestre de 2012.

PARCERIA SOBRE TRANSPARÊNCIA
GOVERNAMENTAL. VISITA DO
MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR
PATRIOTA A WASHINGTON, 12/07/11
08/07/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, participarão, no dia 12 de julho, em Washington, de reunião internacional da Parceria sobre Transparência Governamental (“Open Government Partnership”).

A Parceria sobre Transparência Governamental foi lançada pelo Presidente Barack Obama na 65ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2010. O Comunicado Conjunto dos Presidentes Dilma Rousseff e Barack Obama (Nota à Imprensa nº 119, de 19/3/2011) refere-se à iniciativa que tem como propósito promover a transparência governamental, por meio do intercâmbio de experiências e oferecimento de cooperação. A participação no exercício é voluntária e não-vinculante.

Desde janeiro, os Estados Unidos e o Brasil co-presidem Grupo de Trabalho integrado por México, Indonésia, Índia, Reino Unido, Indonésia, Filipinas e África do Sul, e nove organizações da sociedade civil.

Por ocasião da 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro, deverá ser adotada Declaração de Princípios relativa à Parceria sobre Transparência Governamental, que será aberta à adesão de novos membros.

APROVAÇÃO DO TRATADO
CONSTITUTIVO DA UNASUL NO
CONGRESSO NACIONAL
08/07/2011

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande satisfação, a aprovação do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) pelo Senado Federal, em 7 de julho.

Essa etapa encerra a tramitação legislativa do Tratado no Brasil. Permitirá a participação do País como membro pleno da UNASUL.

A UNASUL reúne oito Conselhos para promover a cooperação no nível sul-americano: i) Defesa; ii) Desenvolvimento Social; iii) Saúde; iv) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; v) Problema Mundial das Drogas; vi) Infraestrutura e Planejamento; vii) Energia; e viii) Economia e Finanças.

O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado em Brasília em 23 de maio de 2008 e, até o momento, já foi aprovado internamente por dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O Tratado entrou em vigor em 11 de março deste ano, já que estava previsto o início de sua vigência após a aprovação legislativa por nove países.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA LETÔNIA, VALDIS
DOMBROVSKIS, 9 A 12 DE JULHO DE 2011
09/07/2011

O Primeiro-Ministro da Letônia, Valdis Dombrovskis, visitará o Brasil entre os dias 9 e 12 de julho de 2011. No Rio de Janeiro, manterá encontro com empresários letões, e em Nova Odessa, com a comunidade letã. Em São Paulo, no dia 11, participará do II Fórum de Negócios Brasil-Letônia, organizado em conjunto com a FIESP, e, em seguida, visitará o porto de Santos.

As relações bilaterais têm-se fortalecido por meio de contatos de alto nível. Em maio

de 2010, o então Ministro brasileiro da Secretaria de Portos visitou Riga. Em 2007, a então Presidenta Vaira Vike-Freiberga visitou o Brasil.

O Brasil abriga uma das maiores comunidades letãs em todo o mundo, com cerca de 20 mil brasileiros com raízes na Letônia.

Durante a visita, o Primeiro-Ministro participará de cerimônia alusiva ao início da produção, em Curitiba, de equipamento de telecomunicações “wireless” com tecnologia letã. Será, ademais, assinado acordos na área de cooperação portuária.

Em 2010, o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu US\$ 41,7 milhões.

INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL 09/07/2011

O Governo brasileiro saúda a proclamação da Independência da República do Sudão do Sul, no dia 9 de julho de 2011, e manifesta ao povo e ao Governo do mais novo membro da comunidade internacional seus cumprimentos e seus votos de paz e prosperidade.

A Independência do Sudão do Sul é decorrência do Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Norte e Sul do Sudão, o qual pôs fim a quatro décadas de guerra civil entre as duas regiões do país. A criação do novo Estado reflete as aspirações do povo sul-sudanês que, em janeiro último, por meio de referendo popular previsto no AAP, expressou, de forma pacífica e transparente, seu desejo de independência.

O Governo brasileiro reitera sua disposição em cooperar com a República do Sudão do Sul e de contribuir para seu desenvolvimento social e econômico sustentável.

Ciente das questões ainda pendentes entre o novo país e a República do Sudão, o Governo

brasileiro manifesta confiança de que as partes possam superar suas diferenças por meio do entendimento e do diálogo e trabalhar de forma conjunta rumo à estabilidade e à prosperidade na região.

O Governo brasileiro fez-se representar na cerimônia de independência pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário de Assuntos Políticos III do Ministério das Relações Exteriores.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL 09/07/2011

Por ocasião da cerimônia de Proclamação de Independência da República do Sudão do Sul, realizada em Juba, 9 de julho de 2011, o Governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com o novo país por meio do seguinte Comunicado Conjunto:

“COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL

A República Federativa do Brasil e A República do Sudão do Sul,

Desejosas de promover suas relações de amizade e cooperação nos âmbitos político, econômico, cultural, humanitário e em outros campos;

Almejando desenvolver suas relações com base nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional; e Convencidas de que o estabelecimento de relações diplomáticas corresponde aos interesses mútuos dos países e contribuirá para a consolidação de sua cooperação e da paz,

Decidiram estabelecer relações diplomáticas nesta data, de acordo com as

disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

Feito em Juba, em 9 de julho de 2011, nos idiomas português e inglês, em dois exemplares originais, sendo ambos os textos igualmente válidos.”

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO HAITI – PORTO
PRÍNCIPE, 11 DE JULHO DE 2011
09/07/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial ao Haiti no dia 11 de julho de 2011.

Na ocasião, manterá reuniões com o Presidente Michel Martelly e com o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, Embaixador Mariano Fernández. Nesses encontros deverão ser abordados os principais temas da agenda bilateral, incluindo a ajuda brasileira ao processo de reconstrução, a cooperação técnica e a assistência humanitária prestadas ao país e a atuação do Brasil no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

O Brasil lidera o componente militar da MINUSTAH desde 2004, além de contribuir com o maior contingente de tropas da Missão. O Governo brasileiro também tem implementado diferentes iniciativas em apoio à reconstrução do Haiti, que ainda enfrenta as consequências do terremoto de janeiro de 2010.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
PATRIOTA EM SESSÃO DO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE O SUDÃO DO SUL
12/07/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 13 de julho, em Nova York, de debate em nível ministerial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o ingresso do Sudão do Sul na ONU. A sessão será presidida pelo Ministro do Exterior da Alemanha, Guido Westerwelle.

O Conselho de Segurança deverá apreciar projeto de resolução que recomenda à Assembléia Geral o ingresso do Sudão do Sul na Organização, em votação que terá lugar no dia seguinte, 14 de julho. A admissão de um Estado na ONU requer aprovação de dois terços de seus membros, ou 128 votos. Em caso de votação favorável, o Sudão do Sul vai tornar-se o 193º membro das Nações Unidas.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DE RELAÇÕES EXTERIORES DA
NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ
- BRASÍLIA, 13 A 15 DE JULHO DE 2011
13/07/2011

O Ministro de Relações Exteriores da Nicarágua, Samuel Santos López, realizará visita oficial ao Brasil entre os dias 13 e 15 de julho. Trata-se da segunda visita oficial do Chanceler Santos ao Brasil (a primeira foi em 2008).

O Ministro Samuel Santos López será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em 14 de julho, ocasião em que passarão em revista a agenda bilateral – com ênfase em cooperação energética e, em particular, no desenvolvimento do potencial hidrelétrico nicaraguense, assim como temas regionais e globais.

Os Ministros examinarão, igualmente, mecanismos para fortalecer a cooperação bilateral, em particular nas áreas de bioenergia e reposição florestal. A tecnologia brasileira

de utilização de biocombustíveis, como contribuição para a diversificação da matriz energética da Nicarágua, também será tratada.

Em 2010, o fluxo de comércio (US\$ 68,142 milhões) apresentou crescimento de 102% em relação à corrente de 2009 (US\$ 33,715 milhões).

O Brasil tem cooperado com a Nicarágua no auxílio à reconstrução do país após os desastres naturais que atingiram o território nicaraguense. Nos últimos três anos, a ajuda humanitária oferecida à Nicarágua pelo Governo brasileiro alcançou valor próximo a US\$ 850 mil.

ATENTADOS EM MUMBAI

13/07/2011

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de que atentados a bomba atingiram a cidade de Mumbai, na Índia, em 13 de julho, matando pelo menos 21 pessoas e ferindo muitas outras.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo e violência contra populações civis, independentemente dos motivos que venham a ser alegados para justificar tais atos.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade ao Governo indiano e expressa profundo pesar aos familiares das vítimas.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO EQUADOR -

QUITO, 15 DE JULHO DE 2011

14/07/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita a Quito no dia 15 de julho, onde manterá encontro de trabalho com o Ministro das

Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Ricardo Patiño, e será recebido pelo Presidente Rafael Correa Delgado.

Durante a visita, deverá ser assinado Memorando de Entendimento que estabelece Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, com o intuito de aprofundar o diálogo e impulsionar a cooperação entre Brasil e Equador, bem como Ajuste Complementar que prevê apoio técnico para a implementação da TV digital no Equador.

Os dois Chanceleres examinarão temas da agenda bilateral, com destaque para a cooperação na área de TV digital e a retomada das Comissões Mistas nas áreas de Ciência e Tecnologia, Cultura e Educação. Serão consideradas, igualmente, medidas com vistas ao incremento dos fluxos de comércio bilateral, com atenção especial para a eliminação de barreiras fitossanitárias.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota deverá visitar a sede provisória da Secretaria-Geral da UNASUL, e manter reunião de trabalho com a Secretária-Geral da organização, María Emma Mejía. Na ocasião, será depositada Carta de Ratificação do Tratado Constitutivo da UNASUL.

As exportações brasileiras ao Equador somaram US\$ 978 milhões, em 2010. A corrente de comércio aumentou 48,4%, ultrapassando, pela primeira vez, a cifra de US\$ 1 bilhão. No mesmo período, o fluxo de investimentos diretos procedente do Brasil aumentou 251%, alcançando o total de US\$ 10,2 milhões.

ATENTADO NA CIDADE DE

DIYARBAKIR, TURQUIA

15/07/2011

O Governo brasileiro deplora o atentado contra militares ocorrido hoje na cidade de Diyarbakir, na Turquia.

O Governo brasileiro repudia o injustificável ato de violência e transmite ao Governo da Turquia e às famílias das vítimas suas sinceras condolências e solidariedade.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA A ANGOLA -
LUANDA, 21 DE JULHO DE 2011
19/07/2011

Em reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores Georges Chikoti, deverão ser passados em revista temas da Parceria Estratégica, além de assuntos econômicos, como os investimentos brasileiros em Angola, e temas da política africana, como a coordenação dos dois países para o apoio a Guiné-Bissau, no âmbito da CPLP.

O Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial a Angola no dia 21 de julho, antes da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Luanda, 22/07/2011).

Brasil e Angola assinaram, em junho de 2010, Declaração de Parceria Estratégica, documento que define áreas de interesse e prioridades para cooperação técnica, concertação política e integração econômica. Em reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores Georges Chikoti, deverão ser passados em revista temas da Parceria Estratégica, além de assuntos econômicos, como os investimentos brasileiros em Angola, e temas da política africana, como a coordenação dos dois países para o apoio a Guiné-Bissau, no âmbito da CPLP.

Durante a visita, ocorrerá a Feira Internacional de Angola (FILDA), que contará, neste ano, com a participação de 26 empresas brasileiras.

Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e

2008, a corrente comercial bilateral cresceu mais de vinte vezes, e hoje é de US\$ 1,44 bilhão. É, também, o maior beneficiário de linhas de crédito brasileiras do Fundo de Garantia de Exportações do BNDES. Angola ocupa a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros na África.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA A GUINÉ-BISSAU -
BISSAU, 20 DE JULHO DE 2011
19/07/2011

O Ministro Antonio Patriota realizará visita oficial a Guiné-Bissau no dia 20 de julho.

Na ocasião, manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adelino Mano Queta, e deverá ser recebido pelo Presidente, interino, de Guiné-Bissau, Raimundo Pereira, e pelo Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior. Durante os encontros, deverão ser discutidos temas da agenda bilateral, em particular a cooperação nas áreas de educação, saúde, formação profissional e agricultura, além da reestruturação das áreas de segurança e defesa de Guiné-Bissau.

O Brasil preside, desde dezembro de 2007, a Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas.

Com apoio de projeto da CPLP que busca assegurar condições para a representação diplomática dos países-membros em todas as capitais da Comunidade, foi aberta, em abril de 2011, Embaixada residente da Guiné-Bissau em Brasília.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
PATRIOTA NA XVI REUNIÃO DO
CONSELHO DE MINISTROS DA CPLP -
LUANDA, 22 DE JULHO DE 2011
20/07/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 22 de julho, em Luanda, da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 22 de julho, em Luanda, da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Dentre suas competências, o Conselho, em reuniões anuais, coordena as atividades da CPLP, aprova seu orçamento e formula recomendações à Cúpula de Chefes de Estado e Governo da organização. A próxima Cúpula marcará a transmissão da presidência da CLPL de Angola para Moçambique.

Em 2011, a CPLP completou 15 anos de existência. Ao longo desse período, aumentou consideravelmente o nível de articulação política entre os países do bloco, gerando diálogo aprofundado tanto entre os setores governamentais quanto entre as sociedades civis. Atualmente, Ministérios dos oito países realizam reuniões setoriais regulares, o que se traduz em ações concretas de cooperação em áreas como saúde pública, agricultura e formação profissional.

Durante a XVI Reunião do Conselho, os Ministros de Estado das Relações Exteriores debaterão a intensificação das relações econômicas entre os Estados membros da comunidade e o papel da CPLP nas Nações Unidas.

Os Chanceleres deverão também aprovar Projetos de Resolução, entre outros temas, sobre o roteiro CPLP-CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), no âmbito do Programa de reforma do Setor de Segurança e Defesa da Guiné Bissau; a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP; e a realização, no Brasil, do Fórum da Sociedade Civil da CPLP.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, À ÁFRICA DO SUL – PRETÓRIA, 24 DE JULHO DE 2011

22/07/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita oficial à África do Sul em 24 de julho, onde manterá reunião de trabalho com a Ministra de Relações Internacionais e Cooperação, Maite Nkoana-Mashabane.

Em 2010, Brasil e África do Sul estabeleceram parceria estratégica, que envolve ampla gama de temas, desde comércio e cooperação técnica até coordenação sobre governança global. Os dois países ocupam atualmente assentos não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com a Índia.

Brasil e África do Sul mantêm, igualmente, intensa coordenação diplomática, diversificada agenda de cooperação e vários fóruns de contato entre as respectivas sociedades civis no âmbito do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul). O Fórum financia importantes ações de cooperação Sul-Sul em diversos países da África, Ásia e no Haiti, por meio do “Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza”. A África do Sul sediará a próxima cúpula do IBAS, em 18 e 19 de outubro.

Brasil e África do Sul são igualmente membros do BASIC, mecanismo de coordenação de posições na área de mudança do clima, que inclui também a China. A África do Sul acolherá, de 28 de novembro a 9 de dezembro, o Foro sobre Mudança Climática (COP-17/MOP-7). Participam, também, do grupo BRICS.

O comércio bilateral passou de US\$ 659 milhões em 2002 para US\$ 2,53 bilhões em 2008. A pauta exportadora é diversificada,

composta tanto de manufaturas quanto de produtos agrícolas. Em 2010, o Brasil passou a ser o primeiro exportador de bens agrícolas para a África do Sul.

ATENTADOS NA NORUEGA

22/07/2011

O Governo brasileiro deplora os atentados ocorridos hoje, 22 de julho, contra prédios do Governo da Noruega, em Oslo, e em evento político na ilha de Utoya.

O Governo do Brasil transmite ao Reino da Noruega e às famílias das vítimas sua sincera expressão de condolências e solidariedade.

Ao condenar com veemência os atentados, o Governo brasileiro reitera seu mais enérgico repúdio a todas as formas de violência contra populações civis e representantes do Poder Público.

XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - LUANDA, 22 DE JULHO DE 2011 - COMUNICADO FINAL

22/07/2011

1. A XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve lugar em Luanda, no dia 22 de julho de 2011.

Na cerimônia de abertura, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Dr. Georges Chikoti, deu as boas vindas aos participantes.

Os trabalhos, presididos pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Dr. Georges Chikoti, contaram com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República Federativa

do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de Timor-Leste e do Secretário Executivo da CPLP.

2. Estiveram também presentes, como convidados, no debate público da Reunião, o Secretário de Estado dos Assuntos Consulares da República da Guiné-Equatorial e o Diretor do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal, enquanto Observadores Associados da CPLP.

3. Os Ministros tomaram nota do Relatório do Secretário Executivo, bem como dos Relatórios dos Coordenadores do Comité de Concertação Permanente e da XXIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, e do Relatório do Diretor Executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

4. Os Ministros reconduziram o Diretor-Geral do Secretariado Executivo da CPLP, Dr. Hélder Vaz Lopes, para o segundo mandato.

5. O debate geral da XVI Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP teve como tema “A CPLP, as Nações Unidas e a Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”.

Os Ministros, no debate geral, passaram em revista a participação e a experiência dos seus países na ONU, nomeadamente, com algumas das suas agências, destacando a importância desta cooperação e da Língua Portuguesa para a afirmação internacional dos respetivos países e desenvolvimento da Comunidade.

Tomaram nota das experiências positivas de Cabo Verde e de Moçambique no quadro da implementação do Programa Único das Nações Unidas (Delivering as One).

Congratularam-se, assim, com o aprofundamento do relacionamento entre a CPLP e a ONU e com a adoção, na 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, da

Resolução 65/139 relativa à cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP.

Realçaram a importância do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau e a Configuração Específica para a Guiné-Bissau da Comissão para a Consolidação da Paz, fora que têm facilitado a consolidação da paz e segurança neste Estado membro, num contexto multilateral, tanto no plano regional como internacional.

Reiteraram a necessidade de reformar o Sistema das Nações Unidas, em particular, o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais eficaz e representativo da realidade internacional contemporânea. Recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008) e da Declaração de Luanda (2010), reiteram seu apoio a que o Brasil integre o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente.

Tomaram nota, nesse âmbito, da pretensão de África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Realçaram a importância de continuar a impulsionar o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (Plano de Ação de Brasília) no que diz respeito à consolidação do português como língua oficial ou de trabalho nas Organizações Internacionais, nomeadamente naquelas onde está representada a CPLP. Neste sentido, instaram as competentes entidades dos Estados membros e da CPLP:

- a uma persistente concertação da ação política para a introdução do português como “língua de documentação” das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, da Conferência

Geral da UNESCO e das Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas;

- à criação de um corpo de tradutores especializados em português no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado, parcial ou integralmente, por contribuições dos Estados membros da CPLP; da progressiva tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP;

- à criação de mecanismos permanentes de coordenação e mobilização de recursos necessários para assegurar a contratação de serviços de interpretação para eventos de alto nível num número sempre crescente de Organizações internacionais onde a CPLP esteja representada; e,

- ao reforço do apoio ao Departamento de Informação das Nações Unidas, especialmente à Secção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas.

6. Os Ministros, ao passarem em revista as atividades desenvolvidas pela Organização, desde a XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, de julho de 2010:

a) Congratularam-se com a consolidação da Democracia e do Estado de Direito e com a promoção e respeito dos Direitos Humanos, no espaço da CPLP, que consideraram uma importante contribuição para a paz, segurança e desenvolvimento humano nos seus países.

b) Instaram os Estados membros a agilizar a aplicação dos Acordos de Brasília e dos Acordos sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados membros da CPLP e a Cooperação Consular entre os Estados membros CPLP, com vista a facilitar a circulação de pessoas no Espaço da CPLP, etapa fundamental para que os nossos concidadãos se sintam parte integrante da

nossa Comunidade; e reconhecem o papel das Reuniões dos Serviços de Migração e o arranque do Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP, que constitui mais um passo para tornar a Comunidade um espaço de afirmação da cidadania dos seus membros.

c) Reafirmaram a sua determinação, em associar-se à reflexão em curso sobre a reformulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e à adoção de medidas que potenciem a sua concretização, tendo em conta a interligação e sinergia entre os oito ODM.

Neste âmbito, congratularam-se com a apresentação pelos Estados membros da CPLP dos seus Relatórios de Progresso na concretização dos ODM, na 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – Reunião Plenária de Alto Nível para Avaliação dos Progressos em torno dos ODM; e tomaram nota, com satisfação, dos avanços registados.

d) Destacaram o potencial de mútuo benefício oferecido pela cooperação entre os Estados membros da CPLP que, numa lógica de cooperação horizontal, promove sinergias e o espírito de parceria entre os diferentes atores.

Salientaram, igualmente, o seu potencial de contributo para a partilha de conhecimento e experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul em foco noutros contextos internacionais.

e) Reiteraram a necessidade, no quadro da articulação das Reuniões Ministeriais Sectoriais com o Secretariado Executivo e os Pontos Focais de Cooperação, da aplicação das decisões emanadas da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que “solicita que se reforcem os meios e condições para se prosseguir uma melhor coordenação e articulação das prioridades nacionais de cooperação para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário,

designadamente quanto à sua apropriação pelos beneficiários”.

Instaram, assim, a que este exercício seja potenciado através de um planeamento e concertação crescentes entre os Pontos Focais de Cooperação (PFC) e/ou os Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, já existentes em alguns Estados membros e a criar noutros e as estruturas de suporte das Reuniões Ministeriais, designadamente os Secretariados Técnicos Permanentes.

7. Reiterando a importância da concertação político-diplomática para o reforço da atuação internacional da CPLP:

a) Saudaram os progressos registados na projeção internacional da CPLP, quer pelo reforço das relações com a Organização das Nações Unidas e suas Agências Especializadas, quer pelo estabelecimento de parcerias com Organizações regionais e sub-regionais em que os Estados membros estão inseridos.

Congratularam-se com a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para o biênio de 2011-2012.

Encorajaram o debate regular no seio do Grupo CPLP em Nova York sobre a implantação da Língua Portuguesa e os assuntos da agenda das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, capitalizando o facto de dois dos Estados membros da Comunidade, Brasil e Portugal, pertencerem atualmente àquele órgão.

Congratularam-se, também, com a recente eleição, para o cargo de Diretor-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) do Professor José Graziano da Silva, cujo mandato representará um importante contributo para o combate à fome e promoção e reforço da Segurança Alimentar e Nutricional, em particular no espaço da CPLP.

Endossaram as candidaturas de Portugal

para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para o triênio de 2015-17; do Brasil e de Portugal para a Comissão Técnica e Jurídica do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; do Embaixador Pedro Comissário Afonso, de Moçambique, e do Embaixador Gilberto Sabóia, do Brasil, para a sua reeleição na Comissão de Direito Internacional, a ocorrer no decurso da 66ª AGNU, empenhando-se em sensibilizar os seus parceiros regionais a apoiarem estas candidaturas.

Sublinharam, no seguimento das decisões sobre as temáticas de Clima e Biodiversidade, tomadas pelos Chefes de Estado e Governo na Conferência de Luanda de 23 de julho de 2010, a importância dos Acordos de Cancún para a reafirmação da centralidade do processo multilateral sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Reiteraram o seu forte empenho na conclusão das negociações internacionais sobre o Clima e êxito da 17ª Conferência dos Estados parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e 7ª Reunião dos Estados Parte ao Protocolo de Quioto, que irá decorrer em Durban, no final do corrente ano.

Saudaram a importância das decisões adotadas na 10ª Conferência dos Estados parte da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para a proteção e valorização da biodiversidade.

Empenharam-se em contribuir para o sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ter lugar no Rio de Janeiro, em junho de 2012.

b) Ao procederem à análise da situação interna nos Estados membros, detiveram-se, com particular atenção, sobre a situação na Guiné-Bissau:

Aprovaram o Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector de Defesa e Segurança

na Guiné-Bissau e apelaram às autoridades, forças políticas e ao conjunto da sociedade civil da Guiné-Bissau a mobilizarem todos os esforços, com vista à concretização das reformas previstas no Roteiro;

Exortaram a Presidência da CPLP para, em concertação com o Governo da Guiné-Bissau, o Secretariado Executivo e a CEDEAO, encetar diligências visando a realização de uma Conferência Internacional de Parceiros de Desenvolvimento da Guiné-Bissau para a mobilização adicional de recursos financeiros;

Convidaram a Presidência da CPLP, em coordenação com o Secretariado Executivo, a apresentar à próxima Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, um relatório sobre a implementação da presente resolução e a incluir o tema “Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP” na agenda do Conselho.

Saudaram a cooperação bilateral mantida pelos Estados membros, em especial a instalação da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG/GB), a 21 de março de 2011, da Missão Técnica Militar Brasileira (MTMB), em abril de 2011, e dos Programas de Portugal de Apoio à Justiça e Segurança, que em muito contribuem para a efetiva implementação das vários componentes da Reforma do Sector de Segurança e que cumprem já objetivos contidos no roteiro CEDEAO-CPLP.

c) Registraram os ganhos obtidos por Cabo Verde na consolidação do processo de transição para País de Rendimento Médio e, no sentido de garantir a irreversibilidade do processo, apoiam as diligências do país visando o alinhamento desse período de transição com o do cumprimento dos ODM no horizonte de 2015;

d) Ao procederem à análise da situação em Timor-Leste, congratularam-se com a tendência positiva da situação política e social no país.

Registraram, com agrado, os esforços empreendidos pelas autoridades timorenses para a abertura da Representação da CPLP em Díli, reiterando a sua disponibilidade em apoiar as ações necessárias à sua concretização, no quadro do Plano Estratégico adotado na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em julho de 2009.

e) Congratularam-se com a realização das Missões de Observação Eleitoral da CPLP que têm contribuído para a credibilização internacional dos processos eleitorais nos Estados membros, considerando as eleições um elemento fulcral para a consolidação de instituições democráticas e representativas em Estados de direito.

Saudaram, assim, a República de São Tomé e Príncipe pela realização, de forma justa, livre e transparente, das eleições legislativas, em agosto de 2010, e das eleições presidenciais, em julho de 2011.

Manifestaram disponibilidade em proceder ao envio de Missões de Observação, durante o ano de 2012, às eleições legislativas em Angola, às eleições legislativas na Guiné-Bissau e às eleições legislativas e presidenciais em Timor-Leste.

f) Tomaram nota do agendamento, para setembro de 2011, da 3ª Assembleia Parlamentar da CPLP, a ter lugar em Díli; e saudaram Timor-Leste por assumir a Presidência deste órgão da CPLP, para o próximo biênio.

g) Registraram, no quadro do pedido formal da Guiné-Equatorial do estatuto de membro de pleno direito da CPLP, os trabalhos desenvolvidos pela Presidência em exercício e pelo Secretariado Executivo no apoio à elaboração de um programa de apoio à adesão, que o país terá de concretizar, no pleno cumprimento das disposições estatutárias da CPLP, tomando igualmente nota do Relatório de avaliação preparado pela Presidência.

Sensibilizaram, assim, as autoridades da Guiné-Equatorial para a implementação de um roteiro de ações, no quadro do programa de adesão concertado, reiterando a sua disponibilidade para continuar a apoiar o processo, em curso, de reformas internas em conformidade com os princípios orientadores da CPLP, designadamente, primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.

Assinalaram, com apreço, as iniciativas da CPLP levadas a cabo pelo Embaixador de Boa Vontade Luís Fonseca, pela Presidência, pelo Secretariado Executivo e pelo Diretor do IILP, em concertação com as autoridades da Guiné-Equatorial, no primeiro semestre de 2011.

h) Reafirmaram a necessidade de prosseguir a aproximação à Ilha Maurício e ao Senegal, Observadores Associados da CPLP, privilegiando a difusão e o ensino da Língua Portuguesa nesses países e a promoção de um relacionamento bilateral, econômico e comercial, traduzindo a vontade política de reforço das relações entre estes dois países e a CPLP.

Recomendaram, assim, a estes Observadores Associados a apresentação de planos de atividades e de ação, no respeito do Regulamento dos Observadores Associados da CPLP (artigo 15º, nº2).

i) Tomaram nota do desenvolvimento do processo de candidatura da Ucrânia a Observador Associado, apresentado por ocasião da VIII Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP e das reuniões técnicas entre o grupo de trabalho do Secretariado Executivo e os representantes da Ucrânia, no quadro das disposições previstas no Regulamento de Observadores Associados.

j) Registraram, com satisfação, a constituição da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, a 12 de novembro de 2010, assim como

a constituição da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa – RIPAJ, em Brasília, a 7 de abril de 2011.

k) Tomaram nota do Encontro dos Representantes dos Países Membros dos Órgãos de Administração Eleitoral da CPLP, no Quadro do Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e Timor-Leste, em Gaborone e no evento de capacitação “Intercâmbio em Matéria Eleitoral dos Países da CPLP”, realizado em Brasília, em abril de 2011; da IX Reunião dos Procuradores-Gerais da CPLP, em Brasília; e da VIII Reunião dos Serviços de Migração da CPLP, em Bissau.

8. Reafirmando a relevante importância da cooperação no desenvolvimento sustentado dos Estados membros, na consolidação da Comunidade e na sua projeção enquanto Organização, congratularam-se com:

a) A aprovação do novo Regimento do Fundo Especial da CPLP, que permite a atualização do Fundo Especial face às novas realidades concretas da cooperação intra-CPLP e às exigências técnicas das ações financiadas entre os Estados membros para dar resposta ao desenvolvimento e crescente complexidade da cooperação intracomunitária.

b) A realização das XXII e XXIII Reuniões de Pontos Focais da Cooperação (RPFC) que permitiram a identificação e o acompanhamento de projetos multilaterais, visando a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

c) A elaboração do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2012-2015, que continuará a ter em conta os ODM e setores tradicionais da cooperação na CPLP, como a Saúde, o Ambiente e a Segurança Alimentar e Nutricional, a par de setores transversais como Género e Empoderamento da Mulher, Juventude e Desportos e Governança, reconhecendo os progressos registados pela

cooperação comunitária nestes domínios.

O processo de identificação de novos caminhos para a cooperação comunitária, constantes do PIC 2012-2015, deve resultar de um exercício partilhado, que tenha em conta as necessidades expressas pelos Estados membros nos seus Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, quando existentes, assente nos princípios da harmonização, alinhamento, apropriação e sustentabilidade, constantes da “Visão Estratégica de Cooperação Pós-Bissau”.

d) O nível de execução técnica e operacional dos vários Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais, como sejam o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP), o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP), o Documento Estratégico de Cooperação para a área da Juventude e a Estratégia da CPLP para os Oceanos, que traduzem uma apreciável concretização dos princípios e objetivos da “Visão Estratégica de Cooperação Pós-Bissau”.

e) O exercício, em curso, de preparação de um Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA-CPLP), para 2011-2014, que terá em conta, entre outras, as especificidades dos Estados membros insulares, para apreciação e aprovação pela próxima (V) Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, que visa dar cumprimento aos compromissos assumidos nas Reuniões de Ministros do Ambiente da CPLP e às Resoluções aprovadas nesse âmbito.

f) O apoio ao processo de conclusão da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, desenvolvida conjuntamente com a FAO, que favorece a institucionalização progressiva da temática da Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade, com vista à sua adoção pelo seu

Comité de Concertação Permanente, antes de outubro.

g) Os avanços registados no domínio do Combate ao Trabalho Infantil, consubstanciados na ratificação, quer da Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (meta estabelecida em 2006), quer da Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego.

Tomaram boa nota dos progressos registados com a Plataforma interativa do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) no mundo de língua portuguesa, numa parceria conjunta entre o Secretariado Executivo da CPLP, o escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa e o programa Estratégias e Técnicas de Luta contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP), através do projeto STEP/Portugal.

h) A institucionalização do tema Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, destacando a oferta, pelo Brasil, de apoio ao desenvolvimento de um Programa de Cooperação para os Países de Língua Portuguesa.

i) O empenho do Secretariado Executivo em prosseguir esforços junto da Organização Internacional das Migrações, no sentido de identificar e dinamizar parcerias e cooperação para o desenvolvimento de ações estruturantes no quadro das Migrações para o Desenvolvimento.

j) Tomaram boa nota da aprovação e continuação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento que atuam em domínios estratégicos da Comunidade, designadamente jurídico, científico e técnico e estatístico, como exemplo a consolidação do Projeto da Base de Dados LegisCPLP e a criação da respetiva Unidade Técnica, Operacional e de Gestão Regional; a continuidade do projeto LABPALOP com extensão a Timor-Leste (IV

fase); a aprovação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III; e o Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste.

9. Tomaram nota com satisfação da realização, em junho de 2011, da V Reunião entre Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, bem como das recomendações para se continuar a avançar na criação do espaço lusófono do ensino superior, no Estatuto do Cidadão da CPLP e na criação do Comité Económico e Social da CPLP.

10. Reconheceram a importância das Fundações da CPLP para fomentar a cooperação e o diálogo na Comunidade, na medida em que, através das redes e parcerias estabelecidas entre si, permitem aos agentes da sociedade civil concertar esforços, criar laços de entendimento e plataformas de comunicação, aumentando, assim, o impacto da sua intervenção na prossecução dos objetivos da CPLP.

Convidaram, assim, as Fundações da CPLP a participar no I Fórum da Sociedade Civil, que terá lugar em Brasília, em setembro próximo.

11. Recordaram a aprovação da “Estratégia da CPLP para os Oceanos” pela I Reunião formal de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, em março de 2010, reafirmando-a como um contributo fundamental para o aprofundamento de uma visão integrada da Comunidade na promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respetivas jurisdições nacionais, em particular os respetivos projetos de extensão da plataforma continental, da investigação científica e da proteção ambiental associada, tendo em conta as necessidades de cada um dos Estados membros.

Reconheceram, ainda, a importância de se

intensificar o diálogo e a coordenação entre as respectivas Missões Permanentes em Nova York em particular no Grupo CPLP, tendo em vista uma identificação, tão frequente quanto possível, dos interesses que podem e devem ser objeto de posições comuns entre os Estados membros da CPLP, nos fora dedicados aos Oceanos e Assuntos do Mar das Nações Unidas.

Encorajaram, assim, a Presidência Angolana a constituir o Secretariado Técnico Permanente da Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, de forma a dar seguimento às iniciativas específicas já aprovadas e a convocar, até março de 2012, a II Reunião Formal de Ministros.

12. No âmbito da promoção e divulgação da Língua Portuguesa e tendo em vista a reestruturação do IILP, comprometeram-se a acelerar o processo de ratificação dos seus Estatutos, dotando o Instituto dos meios para cumprir o compromisso do Maranhão: “promover, defender, enriquecer e difundir a Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de utilização em fóruns internacionais”.

Instaram, igualmente, os Estados membros, que não o fizeram ainda, a ratificar o Acordo Ortográfico, incitando os Estados membros que já o ratificaram a adotar as medidas para a sua implementação.

13. Tomaram nota dos colóquios programados pela Direção Executiva do IILP - o Colóquio Internacional sobre “A Diversidade Linguística nos países da CPLP (Maputo), o Colóquio Internacional sobre “A Língua Portuguesa na Diáspora (Praia), o Colóquio Internacional sobre A Língua Portuguesa na Internet (Fortaleza) e o Colóquio Internacional referente “A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais (Luanda), com vista à preparação da 2ª

Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa.

14. Congratularam-se com o encontro dos Secretários Gerais e Secretário Executivo dos Três Espaços Linguístico (TEL), realizado em Madrid, a 10 de 13 junho de 2011, que celebrou o X aniversário da criação daquele fórum de concertação e cooperação nas áreas da diversidade cultural e do multilinguismo.

15. Os Ministros recomendaram que a CPLP continue a apoiar medidas que facilitem e fomentem o relacionamento económico e comercial intracomunitário, promotores do crescimento e desenvolvimento dos Estados membros mais vulneráveis, constituindo meio para mitigar os efeitos da crise económica e financeira internacional. Neste sentido, reiteraram a importância da realização da Reunião de Altos Funcionários sobre a facilitação do comércio, conforme o já recomendado na XIV Reunião do Conselho de Ministros.

16. Adotaram as seguintes Resoluções sobre:

- a) A Revisão dos Estatutos da CPLP;
- b) A Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP;
- c) A implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau;
- d) O Regulamento do Prémio José Aparecido de Oliveira;
- e) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- f) Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência;
- g) A Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
- h) A Realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP;
- i) O Reforço da Cooperação Económica e Empresarial na CPLP;
- j) O Orçamento de Funcionamento do

Secretariado Executivo para o Exercício de 2011;

k) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2011;

l) O Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2010;

17. Aprovaram a Declaração sobre as Eleições Presidenciais em São Tomé e Príncipe.

18. Aprovaram a Homenagem ao Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco.

19. Expressaram ao Governo de Angola, em particular a Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores, o seu agradecimento pela hospitalidade e acolhimento fraterno dispensado a todos os participantes na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito e assinado em Luanda, a 22 de julho de 2011

Pela República de Angola

Georges Rebelo Pinto Chikoti

Pela República Federativa do Brasil

Antonio de Aguiar Patriota

Pela República de Cabo Verde

Jorge Alberto da Silva Borges

Pela República da Guiné-Bissau

Adelino Mano Queta 15

Pela República de Moçambique

Oldemiro Júlio Marques Baloi

Pela República Portuguesa

Paulo Sacadura Cabral Portas

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Manuel Salvador dos Ramos

Pela República Democrática de Timor-Leste

Alberto Xavier Pereira Carlos

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À REPÚBLICA DA GUINÉ – CONACRI, 25 DE JULHO DE 2011

22/07/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita oficial a Conacri, no dia 25 de julho de 2011, onde se reunirá com o Chanceler Edouard Lama e deverá ser recebido pelo Presidente da República da Guiné, Alpha Condé.

O Brasil vem acompanhando com interesse o processo de democratização da Guiné. O Governo brasileiro associa-se à União Africana em sua veemente condenação dos ataques à residência do Presidente da República da Guiné. No plano diplomático, os Governos dos dois países têm pontos de vista comuns sobre a importância da cooperação Sul-Sul e da democratização de instituições multilaterais.

Uma missão da Agência Brasileira de Cooperação visitará Conacri, em setembro próximo, para desenvolver projetos nas áreas de produção de camarão e de saúde materno-infantil. Já se encontra em andamento estudo de viabilidade para o desenvolvimento de biocombustíveis na Guiné e, recentemente, foi assinado acordo para a Cooperação em Capacitação de Diplomatas.

A República da Guiné instalou sua Embaixada em Brasília em 2005 e o Brasil abriu Embaixada em Conacri em 2006.

O comércio bilateral cresceu substancialmente nos últimos anos, passando de US\$ 12,7 milhões em 2002 para US\$ 61 milhões em 2009. De janeiro a junho de 2011, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 35,8 milhões. A empresa de mineração Vale possui importantes investimentos na exploração de minério de ferro, e estão em curso estudos para a construção de parques industriais no país por empresas brasileiras.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, À NAMÍBIA – WINDHOEK,

23 DE JULHO DE 2011

22/072011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita oficial a Windhoek no dia 23 de julho, quando manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Utoni Daniel Nujoma.

Os Chanceleres discutirão o aprofundamento da cooperação bilateral em diversos setores, inclusive segurança alimentar e organização de eleições. Avaliarão, igualmente, os resultados alcançados durante a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia, realizada em Windhoek este ano.

A parceria na área naval entre Brasil e Namíbia é considerada exemplo de cooperação sul-sul. O Brasil participou do levantamento da plataforma continental marítima da Namíbia para relatório à Comissão de Limites da ONU. Navios e lanchas de patrulha foram fabricados no Brasil para a Marinha da Namíbia.

O comércio bilateral está crescendo com a intensificação das relações entre os dois países. Passou de US\$ 3,8 milhões em 2002 para mais de US\$ 52 milhões em 2009. Até junho de 2011, o intercâmbio foi de 7,6 milhões.

BRASIL – REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL 25/07/2011

Temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, com a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane por ocasião da visita à República da África do Sul em 23 de julho de 2011.

Temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, com a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane por ocasião da visita à República da África do Sul em 23 de julho de 2011.

Cooperação bilateral

Os Chanceleres do Brasil e da África do

Sul reafirmaram a importância da Parceria Estratégica bilateral lançada em julho de 2010. Concordaram em dar sentido prioritário à cooperação em Ciência e Tecnologia e em Educação. A Ministra Nkoana-Mashabane suscitou o pleito sul-africano de sediar o maior radiotelescópio do mundo, denominado “Square Kilometer Array” (SKA). Mencionaram a importância da cooperação em matéria de energia (nuclear, biocombustíveis e gás), além do potencial na área de defesa.

O Ministro Patriota manifestou a expectativa de contar com a experiência bem sucedida da África do Sul na organização da Copa do Mundo de 2010.

Comércio e Investimentos

Brasil e África do Sul concordaram com a necessidade de uma maior aproximação entre os respectivos setores empresariais. Salientaram que, diante da falta de avanço significativo das negociações comerciais multilaterais e do crescente dinamismo do comércio entre países em desenvolvimento, é necessário explorar todo o potencial de arranjos inter-regionais. Mencionaram, também, questões comerciais pendentes entre os dois países, entre elas medidas de defesa comercial e outras restrições que afetam as trocas bilaterais.

Os dois países identificaram desafios semelhantes em matéria de competitividade industrial diante de seus maiores parceiros comerciais, e decidiram propor a criação de força-tarefa para formular políticas adequadas de competitividade.

FAO e segurança alimentar

O Ministro Patriota agradeceu o decisivo apoio sul-africano à eleição do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Concordaram com a necessidade de se garantir a segurança alimentar em países em desenvolvimento, em particular em regiões vulneráveis da África. Discutiram a grave

situação no Chifre da África, e reiteraram o empenho de ambos os países em contribuir para aliviar a presente crise humanitária na região.

Brasil e África do Sul concordaram em juntar esforços para a ampliação da produção de alimentos na África.

Sudão e Sudão do Sul

Ambos os Ministros saudaram a recente independência do Sudão do Sul e reiteraram o comprometimento de seus Governos com o apoio ao desenvolvimento da nova nação. Manifestara, igualmente, interesse em desenvolver a cooperação com a República do Sudão.

Governança Global

Brasil e África do Sul continuarão a trabalhar pela democratização das instituições de governança global por meio da parceria que desenvolvem, entre outros, no Conselho de Segurança da ONU, no G-20 financeiro, no G-20 comercial e nos agrupamentos IBAS, BRICS e BASIC.

Comprometeram-se a contribuir para o êxito das negociações sobre desenvolvimento sustentável. Salientaram a importância da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Durban, novembro e dezembro de 2011) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, junho de 2012).

Líbia e Síria

Brasil e África do Sul condenaram, com veemência, as violações de direitos humanos ocorridas na Líbia e na Síria e, ao reconhecer as particularidades de cada caso, solicitaram o fim imediato da violência nos dois países. Ressaltaram o papel central da União Africana na busca de uma solução política para o conflito na Líbia. Acordaram, ainda, manter diálogo com o governo da Síria para encorajar acordo político inclusivo e duradouro que

reflita as legítimas aspirações do povo sírio.

Estado Palestino

Brasil e África do Sul apóiam o reconhecimento do Estado Palestino pela comunidade internacional.

VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA NAÇÃO ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2011

27/07/2011

A Presidenta da Nação Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, realizará visita de trabalho a Brasília, em 29 de julho, quando será recebida pela Presidenta Dilma Rousseff.

Durante a visita, será instalado o Conselho Empresarial Brasil-Argentina, criado por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina, em 31 de janeiro de 2011. O Conselho tem o propósito de aproximar as comunidades de negócios dos dois países, para discutir questões de interesse mútuo, como competitividade, desenvolvimento científico e tecnológico e estratégias comuns de inserção nos mercados internacionais.

As Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner também avaliarão o andamento de projetos do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), em áreas como cooperação nuclear, defesa, ciência e tecnologia, saúde, transportes e integração produtiva.

A Presidenta Cristina Kirchner inaugurará, ainda, a nova sede da Chancelaria da Embaixada argentina em Brasília.

A visita da Presidenta Cristina Kirchner ocorre no marco das celebrações do vigésimo aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A ABACC foi criada em 1991 e tem como objetivo oferecer garantias

adicionais de que todos os materiais e instalações nucleares nos territórios brasileiro e argentino sejam usados apenas para fins pacíficos.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a cerca de US\$ 33 bilhões, superando o recorde histórico de US\$ 30,8 bilhões, registrado em 2008. Mais de 80% do intercâmbio comercial é composto por bens industrializados. Na primeira metade de 2011, o volume do comércio cresceu 27% em relação a igual período de 2010.

DOAÇÃO DE ALIMENTOS PARA PAÍSES NA REGIÃO DO CHIFRE DA ÁFRICA 28/07/2011

Em resposta ao agravamento da situação humanitária na região do Chifre da África, o Governo brasileiro enviará 38 mil toneladas de gêneros alimentícios à Somália. Também serão enviadas 15 mil toneladas de alimentos a campos de refugiados na Etiópia. As doações foram autorizadas pela Lei nº 12.429 e serão realizadas em parceria com o Programa Mundial de Alimentos, o maior organismo humanitário do Sistema das Nações Unidas (PMA).

COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, AO BRASIL – BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2011 29/07/2011

No dia 29 de julho de 2011, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e a Presidenta da República

Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, mantiveram reunião de trabalho em Brasília. Na ocasião, ambas as Presidentas repassaram os temas das agendas bilateral, regional e multilateral e avaliaram o estado de implementação dos projetos considerados prioritários no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA).

A Presidenta Dilma Rousseff e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reafirmaram seu compromisso com os valores e princípios enunciados na Declaração Presidencial Conjunta de 31 de janeiro de 2011.

2. Ao reafirmarem o caráter estratégico do diálogo, da coordenação e da confiança consolidada no campo nuclear bilateral, congratularam-se pelo vigésimo aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que vem demonstrando, de forma inequívoca, o compromisso de ambos os países com os usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear.

Notaram com beneplácito o recente reconhecimento pelo Grupo de Supridores Nucleares (NSG) de que o acordo de salvaguardas existentes da ABACC assegura as mais elevadas garantias em matéria de salvaguardas nucleares e ratifica o direito dos países com vontade pacífica como os nossos a ter acesso irrestrito aos intercâmbios relativos ao desenvolvimento das tecnologias mais relevantes para o desenvolvimento dos respectivos programas nucleares. Destacaram o progresso alcançado nos projetos de cooperação no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), em particular o do desenvolvimento conjunto de reatores de pesquisa multipropósito.

3. Reafirmaram a importância da relação estratégica em matéria de defesa entre a

Argentina e o Brasil. Celebraram, igualmente, a entrada em funcionamento do Mecanismo de Diálogo Político-Estratégico (MDPE) em nível de Vice-Ministerial, criado com o objetivo de dar-lhe sustentabilidade e aprofundar a cooperação na área de políticas de defesa entre Brasil e Argentina.

Recordaram, a esse respeito, que a primeira reunião desse Mecanismo teve lugar na cidade de Brasília, em maio passado, onde se discutiram possíveis áreas estratégicas de trabalho para buscar temas de interesse mútuo, tendo em conta os seguintes componentes principais:

a) Diálogo político-estratégico e cooperação em política de defesa

b) Cooperação em tecnologia e produção para a defesa.

4. Consideraram a aliança estratégica como pedra fundamental para o êxito do projeto comum de integração, no qual destacam a importância do aprofundamento do MERCOSUL como âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da UNASUL como espaço de unidade, diálogo político e cooperação na América do Sul.

Celebraram, ademais, os 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção, que deu início ao MERCOSUL em 26 de março de 1991, e comprometeram-se a continuar trabalhando conjuntamente para a consolidação e o aprofundamento do projeto de integração regional.

5. Reafirmaram que a integração produtiva é uma forma eficiente de articulação econômica e social, que permite principalmente às pequenas e médias empresas realizarem seu potencial competitivo, gerando mais e melhores oportunidades de emprego. Dessa forma, instaram as respectivas Chancelarias e demais órgãos de governo a aprofundar os esforços de articulação já estabelecidos em

matéria de complementação e especialização produtivas, de modo a alcançar o maior número possível de setores.

Salientaram, ademais, a importância de persistir na pronta implementação de mecanismos de apoio financeiro que facilitem a participação das PMEs nos processos de Integração Produtiva.

6. Congratularam-se pelo expressivo crescimento do fluxo de comércio bilateral verificado no primeiro semestre do ano e reiteraram o compromisso de ambos os países com o aprofundamento sustentado das relações econômicas e comerciais bilaterais. Manifestaram, ainda, seu compromisso de redobrar os esforços para manter a fluidez do comércio bilateral, bem como para elaborar e coordenar políticas produtivas conjuntas que priorizem a produção de bens de alto valor agregado.

7. Celebraram a realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Brasil. Destacaram a importância desses eventos para o crescimento econômico da região e o interesse em que empresas de ambos os países participem das oportunidades a eles associadas. Nesse sentido, comprometeram-se a envidar esforços para concluir, na brevidade possível, a revisão do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, no marco do qual se facilitará a participação das empresas argentinas e dos demais sócios nas contratações de bens, serviços e obras públicas associadas a esses eventos em igualdade de condições com as empresas brasileiras.

8. Reafirmaram seu compromisso com a finalização do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), o qual permitirá avançar, entre outros, na articulação das políticas públicas regionais em matéria de erradicação da pobreza e da fome; promoção dos Direitos Humanos e assistência

humanitária; universalização da saúde pública; educação e diversidade cultural; defesa do trabalho decente e da dignificação dos trabalhadores; e promoção da sustentabilidade ambiental.

Reiteraram seu compromisso de fortalecer o pilar cidadão da integração regional, com vistas a garantir um desenvolvimento sustentável com justiça e inclusão social em benefício dos nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. Afirmaram, nesse sentido, seu firme apoio à implementação progressiva dos elementos contidos no Plano de Ação para a Conformação de um Estatuto de Cidadania do MERCOSUL.

Reconheceram a necessidade de atualizar o “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, República da Bolívia e República do Chile” com vistas a reforçar o apego regional pelos valores democráticos, pelo estado de direito e pela ordem constitucional, condições essenciais ao processo de integração.

Nesse sentido, expressaram sua plena disposição para concluir as negociações de um novo instrumento do MERCOSUL sobre a matéria, durante o presente semestre, assim como para sua assinatura na Cúpula de Presidentes que terá lugar sob a Presidência Pro Tempore uruguaia do MERCOSUL.

9. Manifestaram satisfação pela assinatura do Acordo Bilateral entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da República Argentina no marco do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI. O acordo permite realizar operações de comércio internacional de serviços, não associadas ao comércio de bens, necessárias para a execução de obras de engenharia civil destinadas à construção de infraestrutura e de plantas industriais.

10. Congratularam-se pelos avanços no diálogo e na cooperação sobre resseguros entre

os supervisores de seguros de ambos os países, o que torna possível assinar, proximamente, um Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina para Cooperação e Intercâmbio de Informação nos assuntos de sua competência.

11. Coincidiram quanto à importância prioritária de democratizar os foros de governança global, fortalecer o multilateralismo e avançar o processo de reforma das Nações Unidas e, nesse contexto, concordaram sobre a importância de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Determinaram que ambas as Chancelarias continuem intensificando e consolidando mecanismos bilaterais de consulta sobre temas relativos à agenda e ao funcionamento das Nações Unidas e, especialmente, do Conselho de Segurança.

12. Reconheceram a necessidade de esforços conjuntos e coordenados para o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e enfatizaram o importante papel que a Conferência poderá desempenhar na superação de desafios comuns, especialmente no contexto da erradicação da pobreza.

13. Destacaram a importância do G20 como principal foro de coordenação econômica internacional e manifestaram preocupação com a evolução da economia internacional e com o aumento dos riscos à recuperação em 2011. Demonstraram, ademais, satisfação com a coordenação entre Brasil e Argentina levada a cabo no âmbito do grupo, sublinharam sua importância para o fortalecimento das posições dos dois países no foro e concordaram em continuar atuando em estreita coordenação no âmbito do G20.

14. Enfatizaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e à conclusão da Rodada Doha, especialmente com o objetivo de permitir uma maior integração dos países em desenvolvimento à economia mundial.

Nesse contexto, realçaram ser fundamental não esmorecer na busca de um tratamento justo e equânime para os países em desenvolvimento nas relações comerciais internacionais.

Tendo em conta as negociações da Rodada Doha, reiteraram a necessidade de coordenar posições no MERCOSUL devido às implicações de tais negociações para a consolidação do Mercado Comum.

15. Reafirmaram a importância do engajamento continuado de ambos os países em apoio ao processo de reconstrução do Haiti, assim como na manutenção do ambiente de segurança e estabilidade no país, por meio da participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), em linha com as prioridades do Governo haitiano. Manifestaram satisfação com os trabalhos realizados pela Secretaria Técnica da UNASUL no Haiti, nos setores de infraestrutura, segurança alimentar e fortalecimento institucional, os quais têm contribuído para o desenvolvimento de longo prazo do país.

16. Registraram com satisfação a confirmação da lista de empresários que integrarão as seções nacionais do Conselho Empresarial, criado por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina, em 31 de janeiro passado, e reiteraram sua importância como instrumento para fortalecer os laços econômicos, comerciais e de investimentos entre ambos os países. Decidiram ampliar para dez o número de integrantes de cada país. A composição do Conselho será a seguinte:

Seção brasileira:

- Luis Roberto Ortiz Nascimento
(Grupo Camargo Correa)
- Marcos Antonio Molina Dos Santos
(Grupo Marfrig)
- Cledorvino Belini
(ANFAVEA)

- Robson Braga de Andrade
(Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.)
- Paulo Bellini
(Marcopolo)
- Josué Cristiano Gomes da Silva
(Coteminas)
- Clóvis Tramontina
(Tramontina)
- Antônio Augusto de Queiroz
(Construtora Queiroz Galvão)
- Murilo Ferreira
(Vale)
- José Sérgio Gabrielli de Azeredo
(Petrobrás) Seção argentina:
- José I. De Mendiguren
(Unión Industrial Argentina)
- Eduardo Eurnekian
(Corporación América)
- Enrique Pescarmona
(IMPSA)
- Cristiano Ratazzi
(Fiat)
- Carlos Bulgheroni
(BRIDAS)
- Hugo Sigman
(Chemo – Biogénesis)
- Claudio Cirigliano
(Cometrans)
- José Cartellone
(Grupo Benicio)
- Jorge Brito
(Banco Macro)
- Aldo Roggio
(Benito Roggio e Hijos S.A.)

17. Instruíram as autoridades competentes de ambos os países para que se empenhem em explorar possíveis vias adicionais de integração, incluindo entidades financeiras e mercados de valores.

18. Recordaram a importância do transporte aéreo bilateral para o incremento contínuo do fluxo de pessoas e de mercadorias e como forma de estimular o comércio, o turismo

e a integração entre Brasil e Argentina. Reforçaram, ainda, sua vontade de propor às autoridades do setor aéreo o início da análise para consultas aeronáuticas sobre os temas de interesse.

19. Registraram com satisfação a aprovação dos primeiros projetos de parcerias universitárias no âmbito do MERCOSUL que permitirão a estudantes de graduação em letras de um país cursar créditos, com reconhecimento recíproco de estudos, em instituições universitárias do outro país. Congratularam-se pela realização das atividades de difusão do “Certificado de Espanhol: Língua e Uso”, durante o ano de 2011. Nesse sentido, reforçaram o compromisso em fortalecer mecanismos de formação de professores de português e espanhol.

Instaram que as respectivas autoridades educacionais prossigam com os esforços no sentido de incrementar a mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas bilaterais e multilaterais de intercâmbio e pesquisas conjuntas, entre outras modalidades.

20. Reafirmaram o compromisso de seus Governos com o fortalecimento do intercâmbio cultural entre Brasil e Argentina. Destacaram o papel da cultura como instrumento de integração entre os povos, de construção da cidadania e de fortalecimento da identidade. Nesse sentido, enfatizaram a importância da economia criativa como fator de desenvolvimento social e econômico.

21. Tomaram nota com satisfação das duas reuniões realizadas em Buenos Aires no primeiro semestre de 2011 sobre assuntos antárticos e reiteraram a importância de que seja aprofundada a cooperação bilateral na matéria, assim como de alcançar posições convergentes nas Reuniões Consultivas do

Tratado da Antártida (RCTA) e nas reuniões da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCRVMA).

22. Instruíram suas Chancelarias a seguirem envidando todos os esforços para a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS), no âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB).

23. Instruíram, igualmente, suas Chancelarias a realizar, ainda no segundo semestre de 2011, a XII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasileiro-Argentino sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (GTC).

24. Manifestaram satisfação com a realização em Brasília, em setembro próximo, da primeira reunião da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), a ser presidida pelos Vice-Chanceleres, que terá como objetivo dar seguimento às propostas emanadas das reuniões anuais dos Comitês de Fronteira Uruguaiana - Paso de los Libres, Foz do Iguazu - Puerto Iguazú e Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen.

25. Destacaram a entrada em vigor do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que servirá para aprofundar a integração fronteiriça, estabelecendo regras específicas para facilitar o trabalho, o acesso ao ensino público e aos serviços de saúde pública, a residência, o trânsito e o comércio fronteiriço de mercadorias e produtos de subsistência entre as localidades fronteiriças vinculadas.

26. A Presidenta da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes. Essa posição sustenta-se na longa tradição diplomática

brasileira de apoio ao reclamo argentino e cujo antecedente histórico teve início diante do ato de força que expulsou a Argentina do território das Ilhas Malvinas, em 1833.

A Presidenta da República Argentina agradeceu o permanente apoio do Brasil nessa questão tão sensível e, em particular, o apoio brindado pelo país-irmão na Sessão do Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, no dia 21 de junho passado.

Ambas as Presidentas destacaram, igualmente, que as atuais atividades ilegais de exploração de hidrocarbonetos que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte leva a cabo na plataforma continental argentina são ações unilaterais incompatíveis com o que determina as Nações Unidas a respeito, e que não contribuem em nada para alcançar uma solução definitiva para o diferendo.

A Presidenta da República Federativa do Brasil reafirmou os compromissos da Declaração da UNASUL, de 26 de novembro de 2010, de adotar, em conformidade com o Direito Internacional e suas respectivas legislações internas, todas as medidas suscetíveis de serem regulamentadas para impedir o ingresso a seus portos dos navios que portem a bandeira ilegal das Ilhas Malvinas.

27. Ao reafirmarem o compromisso comum em favor da igualdade de gênero assumido na Declaração Presidencial para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres, firmada em 31 de janeiro de 2011, ambas as Presidentas congratularam-se por terem constituído a Comissão Coordenadora Binacional e por terem acordado um projeto de Plano de Ação que permitirá alcançar os propósitos enunciados naquela Declaração.

28. Instaram a que os organismos competentes de ambas as Partes intensifiquem os estudos tendentes a instituir um mecanismo permanente de intercâmbio compensado de energia elétrica entre os dois países, procurando

buscar um equilíbrio técnico e econômico-comercial razoável na interconexão entre as Partes, a fim de favorecer o intercâmbio de energia entre ambos os países.

29. Reafirmaram a importância de continuar trabalhando para hierarquizar as complementaridades econômicas entre ambos os países e assim potencializar o incremento comercial por intermédio de mais e melhores investimentos produtivos. Coincidiram em que o aumento dos investimentos permitirá avançar a uma maior e mais sustentável integração produtiva que resulte em benefícios mútuos e, ao mesmo tempo, posicione melhor ambos os países no mercado global.

Congratularam-se pelo aumento dos investimentos recíprocos e instaram a dar prioridade às complementaridades e ao trabalho conjunto naqueles setores de base industrial e tecnológica que permitam seguir agregando valor na origem aos recursos e aumentar assim a capacidade de ambos os países de seguir gerando empregos de qualidade.

30. A Presidenta Dilma Rousseff reiterou a intenção do Governo brasileiro de examinar a adoção de medidas que permitam ampliar as possibilidades de associação entre empresas dos Estados Partes do MERCOSUL no setor naval.

31. Congratularam-se pela missão de investimento multisetorial às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a ser realizada em setembro próximo, e instaram à celebração de um Memorando de Entendimento em matéria de cooperação de investimentos com o objetivo de identificar áreas de cooperação, aumentar os investimentos bilaterais e intercambiar informação e experiências a respeito de políticas de promoção de investimentos em ambos os países.

32. Congratularam-se pelo avanço de iniciativas de caráter binacional para a

produção de medicamentos de origem biotecnológica.

Com relação aos projetos prioritários no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), a Presidenta Dilma Rousseff e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

Projeto 1.a – Coordenação macroeconômica

Congratularam-se pela consolidação dos processos de crescimento econômico, com geração de emprego e inclusão social, que ambos os países têm experimentado nos últimos anos.

Renovaram o compromisso de seguir trabalhando conjuntamente, por intermédio de encontros regulares, com vistas a apoiar ações dirigidas ao aprofundamento do desenvolvimento econômico e social, promovendo o uso dos instrumentos existentes assim com a criação de novos, a fim de alcançar um comércio crescente e mutuamente proveitoso e fomentar uma maior integração produtiva e financeira de ambos os países.

Saudaram a realização da Terceira Reunião Técnica Preparatória ao encontro dos Ministros de Economia e Finanças Públicas da Argentina e da Fazenda do Brasil, no âmbito do Sistema de Reuniões entre as Áreas Econômicas dos dois países, em 5 de julho de 2011, dando um novo passo no processo de institucionalização desses encontros, num período relativamente curto.

Reconheceram os avanços nas discussões, com ênfase nos temas de: i) coordenação macroeconômica; ii) comércio e investimentos; iii) Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML); iv) finanças internacionais; e v) política fiscal, impostos e aduana.

Projeto 4 - Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Reafirmaram o comprometimento com o projeto SABIA-MAR e tomaram nota da

divisão de tarefas acordada entre as áreas competentes dos dois países.

Instruíram as áreas competentes a realizar novas reuniões a fim de que seja finalizada a revisão técnica do projeto.

Reiteraram a importância de que os recursos financeiros para todas as fases do projeto SABIA-MAR estejam previstos nos orçamentos dos dois Governos nos próximos anos.

Projeto 8 - Indústria Naval

Registraram com satisfação a retomada dos entendimentos entre os setores competentes dos dois Governos, tanto no plano bilateral quanto no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL, no sentido de promover ações para consolidar os potenciais de complementaridades produtivas no Setor da Construção Naval.

Instruíram as autoridades competentes a continuar as análises necessárias para outorgar aos produtos navais fabricados na Argentina condições que lhes permitam tratamento similar àqueles produzidos no Brasil, conforme exigências da legislação brasileira, mediante adequação e harmonização entre as legislações nacionais para o Setor.

Projeto 9 - Cooperação Nuclear

Reiteraram a determinação de prosseguir na cooperação bilateral em matéria nuclear, que, mediante o diálogo político, a confiança e a estreita coordenação em matéria de salvaguardas, constitui expressão emblemática da parceria estratégica entre Brasil e Argentina.

Ressaltaram a importância do diálogo político bilateral, no âmbito do Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN), e a necessidade de intensificar a coordenação nos foros multilaterais, dada a crescente relevância dos temas nucleares na agenda internacional.

Manifestaram apreço pelos avanços logrados nos diversos projetos da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN).

Salientaram, em particular, o progresso no projeto de desenvolvimento conjunto de dois reatores de pesquisa multipropósito, com destaque para a definição dos sistemas comuns de ambos os reatores, o que permitirá a elaboração de projeto básico comum. Reconheceram, com satisfação, a decisão da COBEN de dar prioridade ao projeto para o fortalecimento conjunto das capacidades de resposta da Argentina e do Brasil a emergências radiológicas e nucleares.

Congratularam-se com a celebração, neste ano, do vigésimo aniversário do acordo bilateral que deu origem à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Destacaram que a existência da ABACC constitui manifestação da vontade pacífica e da transparência de ambos os países frente à comunidade internacional. Reiteraram os objetivos de continuado aprimoramento e fortalecimento da ABACC e de promover o reconhecimento de sua inquestionável contribuição à paz e segurança internacionais, à não-proliferação e aos usos pacíficos da energia nuclear.

Projeto 10 - Hidroelétrica de Garabi e outros Empreendimentos Hidroelétricos

Registraram com satisfação a abertura, no terceiro trimestre de 2011, da licitação internacional para contratação dos Estudos de Viabilidade e Projetos de Garabi e Panambi, no trecho compartilhado do Rio Uruguai.

Instaram EBISA e ELETROBRAS a dar início, ainda em 2011, aos estudos de viabilidade dos dois empreendimentos hidrelétricos.

Instruíram EBISA e ELETROBRAS a analisar o modo de integração e comercialização da produção das centrais, a fim de contribuir para a otimização de ambos os sistemas elétricos.

Cronograma:

Segundo semestre de 2011: conclusão do processo licitatório para a contratação dos estudos de viabilidade; início dos estudos dos empreendimentos de Garabi e Panambi.

Projeto 17.a - Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Projeto VLEGA Gaúcho

Felicitaram as equipes de trabalho de ambas as nações por terem se aproximado da conclusão do projeto e estimularam que, uma vez consolidado o desenho e realizada a homologação, inicie-se a produção em série dos veículos de acordo com as necessidades e o planejamento de cada um dos países.

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de Modelos Matemáticos de Propagação do Som em Águas Pouco Profundas

Manifestaram satisfação com o grau de cooperação, avanço e confiança mútua alcançado no trabalho concertado pelos cientistas do Brasil e da Argentina envolvidos neste projeto.

Projeto 17.b - Cooperação Industrial Aeronáutica

Projeto de Cooperação Industrial entre a Embraer e a FAdeA

Tomaram nota de que as negociações comerciais entre a Fábrica Argentina de Aviação (FAdeA) e a Embraer para o fornecimento de peças estruturais básicas para aeronaves comerciais encontram-se em fase de adequação financeira.

Enfatizaram a importância dos pilares de racionalidade técnica e econômica da cooperação industrial e para tanto instruíram seus negociadores, no âmbito do MERCOSUL, a envidar esforços para a aprovação do Regime Comum de Importação de Bens Destinados à Indústria Aeronáutica, que se faz de fundamental importância para proporcionar o nível de competitividade necessário à FAdeA, garantindo a importação de insumos para

fabricação de aeropeças com o mesmo nível de suspensão tarifária atualmente praticada pelo mercado internacional.

Projeto KC-390

Congratularam as equipes de trabalho do Ministério de Defesa Argentino e Brasileiro, assim como as indústrias aeronáuticas nacionais envolvidas, pelo recente contrato firmado durante a LAAD para o fornecimento de componentes pela FAdeA à Embraer dos seguintes segmentos estruturais para o Programa KC-390:

- Cone de cauda
- Porta de carga
- Spoiler
- Porta do trem de pouso do nariz
- Rack eletrônico
- Carenagem do flap.

A fabricação do primeiro protótipo da aeronave está prevista para ocorrer em 2014, portanto o fornecimento das referidas peças deverá ocorrer em 2013.

Projeto 20 - Cooperação para a Fabricação da Vacina contra a Febre Amarela

Saudaram a conclusão dos entendimentos entre Biomanguinhos/FIOCRUZ e ANLIS sobre o acordo para a transferência de tecnologia para a fabricação da vacina contra a febre amarela, cujo texto final foi acordado entre as Partes e se encontra pronto para assinatura.

Instaram as áreas competentes a assegurar os recursos financeiros necessários para a implementação das atividades previstas no Acordo.

Projeto 22 - Cooperação na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga

Tomaram nota da identificação por parte das equipes técnicas de Brasil e Argentina, no âmbito do Plano de Ação na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga, de pontos de conexão em áreas de

fronteira (Paso de los Libres e Uruguaiana) e pontos de intercâmbio de tráfego (Puerto Iguazú e Foz de Iguazú), que poderão ser instalados até outubro próximo.

As equipes técnicas do Brasil e da Argentina identificaram pontos de interesse comum entre as empresas Telebrás e ARSAT relativos à conectividade de banda larga e redigiram as bases para o Acordo Marco a ser celebrado entre essas empresas. Entre os pontos, destacam-se:

- a interconexão para tráfego de dados na fronteira;
- a instalação de um PTT (Ponto de Troca de Tráfego) em cidades fronteiriças;
- a execução de obras de fibra óptica para acesso internacional;
- o desenvolvimento de produtos e serviços compatíveis entre as empresas; e
- a cooperação tecnológico-industrial para o fornecimento de equipamentos para fibras óticas.

Todos esses pontos são parte integrante do Acordo-Marco a ser assinado entre Telebrás e ARSAT, conforme orientação das autoridades competentes de ambos os Governos.

A conclusão das negociações e a assinatura do Acordo-Marco devem realizar-se em futuro próximo, em conformidade com o teor da declaração conjunta entre as Presidentas e com o plano de ação firmado entre os Governos.

Projeto 23 – Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação

Decidiram intensificar a cooperação no âmbito de políticas de planejamento urbano e habitação com o propósito de contribuir para o desenvolvimento regional e a promoção de ações e práticas ambientalmente sustentáveis e geograficamente equilibradas em ambos os países.

Registraram a realização, em 3 de junho, do primeiro encontro do Comitê Gestor Binacional encarregado de implementar as

linhas de ação correspondentes, com especial ênfase na experiência de cooperação existente na região de fronteira, realizada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina e pela Província de “Misiones”. Será realizado um próximo encontro do Comitê na primeira quinzena de setembro de 2011.

A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner agradeceu, em seu nome e de sua comitiva, as atenções e manifestações de apreço e amizade recebidas do Governo e do povo brasileiros durante sua visita ao Brasil.

Brasília, 29 de julho de 2011.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DA UNASUL - COMPROMISSO
CONTRA A DESIGUALDADE

29/07/2011

As Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, reunidos em Lima, em 28 de julho de 2011, ocasião em que celebramos o 190 ° Aniversário da Proclamação da Independência do Peru, fato histórico de grande significado na façanha emancipadora da América, que vive ciclo de consolidação de sua independência e soberania:

As Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, reunidos em Lima hoje, 28 de julho de 2011, ocasião em que celebramos o 190 ° Aniversário da Proclamação da Independência do Peru, fato histórico de grande significado na façanha emancipadora da América, que vive ciclo de consolidação de sua independência e soberania:

Recordamos que, ao constituir a União de Nações Sul-Americanas no ano de 2008, em Brasília, nós o fizemos convencidos de que “a integração e a união sul-americanas

são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar de nossos povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes”.

Para tanto nos propusemos construir um modelo de integração cultural, social, econômica e política com prioridade na formulação de políticas públicas dirigidas à eliminação da desigualdade socioeconômica, à conquista da inclusão social e ao reforço da participação cidadã, fortalecendo a democracia, a soberania e a independência dos Estados.

Desde então, podemos afirmar que conseguimos consolidar a UNASUL como um espaço privilegiado do diálogo político regional que permitiu a concertação e o fortalecimento da democracia, assim como a cooperação e a integração sul-americana. Igualmente, avançamos na construção de nossa institucionalidade mediante a entrada em vigor do Tratado Constitutivo, o qual complementamos com a subscrição do Protocolo Adicional de Compromisso com a Democracia, o pleno funcionamento de oito Conselhos Setoriais e o início dos trabalhos da Secretaria Geral.

Em todo esse tempo, nossos países avançaram na atribuição de valor a seus ingentes recursos e riquezas naturais e foram capazes de enfrentar com êxito os efeitos adversos da crise financeira internacional registrando, por sua vez, significativas taxas de crescimento econômico e de redução da pobreza.

Reconhecemos a importância do processo de integração como instrumento de redução da pobreza e como elemento de inclusão social. Constatamos, no entanto, que persistem nos países da região índices de desigualdade sumamente elevados que afetam a dinâmica

da redução da pobreza e mantêm excluídos dos benefícios da expansão econômica segmentos da sociedade com menor renda, particularmente os mais vulneráveis.

Por isso, assumimos como nossa tarefa mais urgente o compromisso de implementar e aprofundar o Plano de Ação elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL e estabelecer uma Agenda de Ações Sociais Prioritárias da UNASUL que contribua a reduzir as assimetrias e brechas de caráter estrutural de nossa região e romper a transmissão intergeracional da desigualdade, tal como assinalam Organizações Internacionais vinculadas à temática do desenvolvimento.

Nesse sentido, saudamos os avanços do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, em particular o Plano de Trabalho 2009-2011 e a criação de grupos de trabalho orientados a fomentar a cooperação em áreas estratégicas como a segurança alimentar, o combate à fome e a proteção, promoção e seguridade social.

Ao mesmo tempo, e com o objetivo de consolidar esses avanços e outorgar maior prioridade ao desenvolvimento social no projeto de integração sul-americana, instruimos o Conselho de Desenvolvimento Social a estruturar e coordenar os elementos do referido Plano de Ação e a agenda de ações sociais prioritárias para sua avaliação e possível adoção na reunião ordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo de 2012, que será realizada no Peru.

Em apoio a este mandato, acolhemos positivamente a sugestão do Governo do Peru de realizar, no segundo semestre de 2011, na cidade de Cusco, uma reunião de alto nível com a participação de funcionários e reconhecidos especialistas de organismos regionais vinculados a políticas sociais e de desenvolvimento humano, cujas contribuições

e conclusões serão valiosos insumos para a elaboração da Agenda de Ações Sociais Prioritárias que estamos empenhados em impulsionar.

Renovamos nossa plena confiança na capacidade criadora da UNASUL ao enfrentar com êxito os desafios do presente com a certeza de que juntos conseguiremos construir um futuro de justiça social, equidade e bem-estar para nossos povos.

Reafirmamos nossa solidariedade com o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frias, e confiamos em seu pronto restabelecimento e recuperação.

Felicizamos o povo do Peru pelo exemplar exercício da democracia nos últimos comícios presidenciais e desejamos ao Presidente Ollanta Moisés Humala Tasso todo o êxito em sua gestão e lhe damos as boas-vindas a este Conselho.

Expressamos, finalmente, nosso agradecimento ao senhor Presidente da República do Peru pela iniciativa de propiciar esta Reunião e manifestamos nossa gratidão sincera ao Governo e ao povo peruanos pela cálida acolhida e hospitalidade que contribuíram para o resultado exitoso deste Conselho.

Lima, 28 de julho de 2011

ACÇÃO CONTRA MANIFESTANTES
EM HAMA, SÍRIA
01/08/2011

O Governo brasileiro recebeu com indignação a notícia da repressão a manifestantes em Hama, Síria, nos últimos dois dias, responsável pela morte de mais de uma centena de pessoas.

Ao lamentar profundamente as mortes ocorridas, o Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes civis.

O Governo brasileiro manifesta preocupação com o não cumprimento pela Síria de compromissos assumidos publicamente no tocante ao direito de manifestação e expressão e insta o Governo sírio a dar seguimento ao processo de diálogo nacional e reforma política com sentido de urgência.

VISITA AO BRASIL DO ALTO
COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA REFUGIADOS, ANTÓNIO
GUTERRES – 1º A 3 DE AGOSTO DE 2011
01/08/2011

Em Brasília, Guterres manterá encontro com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, participará de reunião extraordinária, em sua homenagem, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e deverá encontrar-se com refugiados e reassentados acolhidos pelo Brasil.

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, realizará, de 1º a 3 de agosto, sua segunda oficial ao Brasil.

Em Brasília, Guterres manterá encontros com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, entre outras autoridades dos três Poderes. Participará de reunião extraordinária, em sua homenagem, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e deverá encontrar-se com refugiados e reassentados acolhidos pelo Brasil.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Com mais de sete mil funcionários, atua em 123 países e tem mandato de conduzir e coordenar ações internacionais para proteção dos refugiados e atividades de assistência a retornados, deslocados internos e apátridas.

A legislação brasileira de refúgio é considerada uma das mais modernas e

abrangentes do mundo. O país também é considerado um exemplo na prevenção da apatridia e será destaque na campanha global sobre o tema a se lançada este mês pelo ACNUR. O Brasil mantém significativa cooperação com o ACNUR. Em 2011, estão previstas contribuições da ordem de US\$ 3,7 milhões ao órgão.

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-
MINISTRO E MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO NEPAL,
UPENDRA YADAV
02/08/2011

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, realiza visita ao Brasil entre os dias 1º e 6 de agosto. Em Brasília, será recebido pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e por outras autoridades dos três Poderes. No dia 3 de agosto, manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

O Ministro Patriota e o Vice-Primeiro Ministro Yadav examinarão as perspectivas de intensificação das parcerias bilaterais em agricultura, mineração e energias limpas.

No âmbito da visita, os dois países assinarão Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

O programa da visita do Vice-Primeiro-Ministro do inclui contatos com o setor privado brasileiro e visitas ao Rio de Janeiro e às instalações da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu.

O Nepal é um dos quatro maiores fornecedores históricos de pessoal para as

missões da paz das Nações Unidas, sendo o batalhão nepalês o segundo maior contingente da MINUSTAH.

Embora ainda modesto, o intercâmbio comercial entre Brasil e Nepal vem aumentando nos últimos anos, tendo atingido o volume de US\$ 1,56 milhão em 2010 – um aumento de 38% em relação a 2009. Há oportunidades para expansão e diversificação, em especial na área de turismo.

Em 2010, o Nepal abriu Embaixada em Brasília. Em 2011, o Brasil criou Embaixada em Katmandu.

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS SOBRE SÍRIA, 3 DE
AGOSTO DE 2011
03/08/2011

(Tradução não-oficial do original em inglês)

O Conselho de Segurança manifesta grande preocupação com a deterioração da situação na Síria e lamenta profundamente a morte de várias centenas de pessoas.

O Conselho de Segurança condena as violações generalizadas de direitos humanos e o uso da força contra civis por parte das autoridades sírias.

O Conselho de Segurança pede o fim imediato de toda violência e conclama todas as partes a agir de forma mais moderada possível e a abster-se de represálias, inclusive de ataques contra instituições estatais.

O Conselho de Segurança demanda as autoridades sírias a respeitar plenamente os direitos humanos e a cumprir com as suas obrigações de acordo com o direito internacional. Os responsáveis pela violência devem ser responsabilizados.

O Conselho de Segurança toma nota do

compromisso anunciado pelas autoridades sírias em promover reformas, lamenta a falta de progresso na sua implementação e conclama o Governo sírio a implementar os seus compromissos.

O Conselho de Segurança reafirma seu firme compromisso com a soberania, a independência e a integridade territorial da Síria. Enfatiza que a única solução para a atual crise na Síria passa por um processo político inclusivo e liderado pelos sírios, com vistas a efetivamente atender as aspirações e preocupações legítimas da população, o que permitirá o pleno exercício das liberdades fundamentais por toda a população, inclusive a liberdade de expressão e de reunião.

O Conselho de Segurança insta as autoridades sírias a melhorar a situação humanitária em áreas de crise por meio da suspensão do uso da força contra as cidades atingidas, a permitir o acesso, célere e desimpedido, de agências humanitárias internacionais e de seus funcionários e a cooperar plenamente com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

O Conselho de Segurança solicita ao Secretário-Geral informar o Conselho de Segurança sobre a situação da Síria em até sete dias.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DO CANADÁ, STEPHEN
HARPER – 7 A 9 DE AGOSTO DE 2011
05/08/2011

O Primeiro-Ministro do Canadá, Stephen Harper, realizará visita oficial ao Brasil no período de 7 a 9 de agosto. A delegação do Primeiro-Ministro será integrada, entre outras autoridades, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, John Baird; pelo Ministro do Comércio Internacional, Edward Fast;

pela Ministra para as Américas e Assuntos Consulares, Diane Ablonczy; e pela Ministra do Funcionalismo Público e do Direito da Mulher, Rona Ambrose, bem como por empresários canadenses.

Em Brasília, no dia 8, o Chefe de Governo canadense manterá encontro de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff para debater iniciativas conjuntas nos setores de comércio, investimentos, infraestrutura e energia, e passar em revista as agendas bilateral, regional e internacional.

O Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior, com estoque acumulado superior a US\$ 21 bilhões, e vem aumentando seus investimentos produtivos no Brasil. Em 2010, as exportações brasileiras para o Canadá alcançaram US\$ 2,3 bilhões, com sensível predomínio de produtos industrializados, e o fluxo de comércio bilateral superou US\$ 5 bilhões, um crescimento de mais de 50% frente ao ano anterior.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA
AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO
CANADÁ, STEPHEN HARPER – BRASÍLIA, 8
DE AGOSTO DE 2011
08/08/2011

1 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DO CANADÁ SOBRE COOPERAÇÃO NO
CAMPO DE GOVERNANÇA E LEGADO
RELATIVOS À ORGANIZAÇÃO DE
JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS

2 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DO CANADÁ SOBRE A EFICÁCIA DA
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA
O DESENVOLVIMENTO

3 - ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O CANADÁ

4 - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DO CANADÁ SOBRE
TRANSPORTE AÉREO

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-
CANADÁ - BRASÍLIA, 8 DE AGOSTO DE 2011
08/08/2011

O Primeiro Ministro canadense, Stephen Harper e a Presidenta Dilma Rousseff mantiveram produtivo intercâmbio de visões e reafirmaram que o Brasil e o Canadá fortalecerão sua parceria bilateral baseada nos objetivos comuns de aprimorar e promover a democracia, os direitos humanos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Primeiro Ministro canadense, Stephen Harper, realiza Visita Oficial ao Brasil entre os dias 7 e 9 de agosto de 2011. Os dois mandatários mantiveram hoje, 8 de agosto, em Brasília, produtivo intercâmbio de visões e reafirmaram que o Brasil e o Canadá fortalecerão sua parceria bilateral baseada nos objetivos comuns de aprimorar e promover a democracia, os direitos humanos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A Presidenta e o Primeiro Ministro lançaram o Foro de Altos Executivos Brasil-Canadá, como um novo mecanismo para a contribuição do setor privado aos crescentes comércio e investimento entre os dois países e às discussões de políticas que afetem as relações comerciais. Nomearam dois copresidentes, Murilo Ferreira, da Vale, e Rick Waugh, do Scotiabank, e decidiram convidar seis líderes empresariais de cada país para participar.

Anunciaram a criação do Diálogo de Parceria Estratégica para promover discussões entre os dois Chanceleres em temas bilaterais, regionais, internacionais e globais. O Diálogo complementar e fornecerá contexto político para outros instrumentos bilaterais de alto nível, incluindo o Conselho Econômico e Comercial Conjunto e o Mecanismo Bilateral anual de Consultas Políticas.

Os mandatários expressaram seu apoio ao início do diálogo exploratório entre o MERCOSUL e o Canadá, destinado a permitir aos dois lados colher elementos necessários para avaliar como melhor aprimorar suas relações comerciais.

Sendo ambos os países líderes globais na produção e no comércio de bens agrícolas, a Presidenta e o Primeiro Ministro reafirmaram seu compromisso, por meio do Comitê Consultivo Agrícola e de outros foros, de prosseguir na colaboração nas áreas de política agrícola, de pesquisa, de medidas sanitárias e fitossanitárias e de agroambiente, bem como de trabalhar em direção à remoção de barreiras desnecessárias ao comércio bilateral de produtos agrícolas.

Considerando que o Brasil sediará a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e recordando a experiência do Canadá na organização de eventos como os Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver, os mandatários saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-Canadá sobre Cooperação em Matéria de Governança e Legados para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, destinado a intensificar o investimento e a cooperação bilaterais, particularmente nas áreas de infraestrutura, segurança e proteção.

Concordaram em que promover vínculos entre os dois povos enriquecerá e fortalecerá as relações Brasil-Canadá. Decidiram trabalhar conjuntamente para continuar a incrementar

o fluxo de viajantes entre os dois países. Saudaram a assinatura de um novo, moderno e flexível Acordo de Transportes Aéreos, de tipo “céus abertos”, e de um Acordo bilateral de Previdência Social.

Os Chefes de Governo concordaram em que os dois países possuem interesses convergentes em assuntos relativos a energia, incluindo petróleo e gás em águas profundas, biocombustíveis e recursos renováveis. Decidiram estabelecer um Diálogo de Energia, para aprimorar o diálogo e a colaboração bilaterais em assuntos de energia.

Os mandatários sublinharam a contribuição vital da educação e da inovação para permitir a ambos os países enfrentarem o desafio da globalização no século XXI, particularmente nas áreas de criação de emprego e de competitividade. Manifestaram sua satisfação com os primeiros resultados do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Mobilidade Acadêmica, assinado em agosto de 2010, recomendaram o aprimoramento dos vínculos entre instituições educacionais dos dois países e concordaram em que ambos deverão trabalhar em um Plano de Ação para estruturar e aprimorar a cooperação bilateral em educação, encorajando contribuições adicionais do setor privado.

O Primeiro Ministro Harper tomou nota do recente anúncio da Presidenta Rousseff do programa “Ciência Sem Fronteiras”, o qual oferece 100 mil bolsas de estudo no exterior a estudantes brasileiros, com foco em engenharia, medicina e tecnologia, entre outros. Antecipou disposição em acolher estudantes brasileiros que desejem aproveitar os programas educacionais de alta qualidade e a excelência em pesquisa do Canadá. O Primeiro Ministro Harper concordou que um número maior de estudantes canadenses deveria também aproveitar as oportunidades de estudos no Brasil. Notou, igualmente,

que uma importante delegação de reitores de universidades canadenses comparecerá ao segundo Congresso das Américas sobre Educação Internacional, que o Brasil sediará em abril próximo.

Assinalaram a importância estratégica do recém-estabelecido Comitê Conjunto Brasil-Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Concordaram em desenvolver um Plano de Ação focado na pesquisa, desenvolvimento e comercialização de projetos conjuntos em biotecnologia e ciências da vida, tecnologia de oceanos, tecnologia da informação e da comunicação, energia limpa, tecnologias verdes e nanotecnologia. Expressaram seu apoio à organização da “Conferência 3.0 Brasil-Canadá”, em 2012, reunindo funcionários governamentais, pesquisadores e representantes do setor privado relacionados ao setor de tecnologias da informação e da comunicação.

Afirmaram seu desejo de iniciar um Diálogo de Cooperação Espacial e instruíram as agências e instituições apropriadas dos dois países a explorarem possíveis caminhos para a cooperação nos usos do espaço exterior para fins pacíficos.

Tomaram nota do progresso no diálogo bilateral e na cooperação em assuntos na área de defesa. Nesse contexto, saudaram a realização do próximo Diálogo Político-Militar, a realizar-se ainda este ano, bem como a negociação em curso de instrumento jurídico que ofereça moldura para a cooperação brasileiro-canadense em defesa.

Os mandatários também saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. Foram discutidos interesses comuns na área de desenvolvimento, particularmente no Haiti, em vista do forte engajamento brasileiro e

canadense naquele país. Entre outras iniciativas, a Presidenta Rousseff expressou o interesse brasileiro no desenvolvimento do setor energético do Haiti, em particular na construção da usina hidrelétrica de Artibonite 4C.

Reafirmaram seu compromisso em ajudar a manter a estabilidade, fortalecer as instituições democráticas e contribuir para o desenvolvimento de longo prazo do Haiti, e em ajudar seu povo e seu novo governo. Sublinharam o papel central desempenhado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Expressaram sua preocupação compartilhada sobre a seca na África Oriental e a importância de trabalhar com parceiros experientes, como o Programa Mundial de Alimentos, em resposta àquela crise.

Os mandatários saudaram o retorno de Honduras à Organização dos Estados Americanos. Reiteraram seu apoio ao Sistema Interamericano, incluindo as Cúpulas das Américas e a OEA, e empenharam-se em trabalhar conjuntamente para torná-lo o mais coerente, transparente e eficiente possível.

Afirmaram as valiosas contribuições para a democracia, a paz, a cooperação, a segurança e o desenvolvimento sustentável prestadas pelos esforços e acordos de integração regional e sub-regional, incluindo a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA).

Os mandatários notaram a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Reconheceram a necessidade premente de tornar a governança do sistema multilateral mais eficiente e efetiva e de alcançar progressos na reforma das Nações Unidas.

Concordaram, em particular, com a importância de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas para torná-lo

mais representativo e eficiente.

Expressaram seu apoio à adoção da Declaração de Princípios da Parceria sobre Transparência Governamental na 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

Mantiveram, igualmente, detalhada troca de impressões sobre a situação econômica global e recordaram que o Brasil e o Canadá enfrentaram com êxito as crises financeiras globais graças à sólida regulação financeira e à prudente gestão macroeconômica. Expressaram o desejo de continuar a trabalhar conjuntamente na Organização Mundial do Comércio, a fim de concluir exitosamente a Rodada Doha, bem como no G-20, mais notadamente por meio do processo para um Acordo-Quadro para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado, copresidido pelo Canadá.

Discutiram a 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima e a 7ª Conferência das Partes, servindo como Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em Durban, África do Sul, e reafirmaram sua intenção de trabalharem juntos. Ressaltaram a importância de alcançar resultado exitoso em Durban.

Os mandatários reiteraram sua intenção de trabalhar em estreita parceria na preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012 (Rio+20). Trocaram idéias sobre a economia verde como instrumento para o desenvolvimento sustentável, como meio de combater a pobreza e gerar crescimento e empregos.

A Presidenta Rousseff e o Primeiro Ministro Harper expressaram sua satisfação com o momento e as perspectivas futuras da relação entre Brasil e Canadá enquanto parceiros. Nesse contexto, a Presidenta brasileira aceitou convite para visitar o Canadá.

REVISTA “MUNDO AFORA –
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE DE GÊNERO”

09/08/2011

O Itamaraty está lançando publicação intitulada “Mundo Afora - Políticas de promoção da igualdade de gênero”, com artigos de Embaixadores brasileiros sobre as políticas de promoção da igualdade e proteção dos direitos da mulher implementadas em 22 países, e sobre o tratamento do tema no âmbito das Nações Unidas.

A publicação faz parte da série “Mundo Afora”, do Departamento Cultural, criada com o objetivo de reunir informações sobre políticas públicas e privadas de outros países que possam contribuir para o debate sobre os temas no Brasil. A revista é distribuída gratuitamente a órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal, a instituições de ensino, à imprensa e a organizações não-governamentais.

O lançamento da edição sobre igualdade de gênero ocorrerá no dia 10 de agosto, por ocasião de palestra a ser proferida pela Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no auditório do Instituto Rio Branco.

Interessados em receber um exemplar da publicação devem contatar a Coordenação de Divulgação do Departamento Cultural, através do e-mail divulg@itamaraty.gov.br.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA À GUIANA -
GEORGETOWN, 11 DE AGOSTO DE 2011

10/08/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho à Guiana, no dia

11 de agosto, quando manterá encontro com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Carolyn Rodrigues-Birkett, e será recebido pelo Presidente Bharrat Jagdeo.

Os encontros serão oportunidade para tratar dos avanços em obras de infra-estrutura, comércio e cooperação bilateral. Também serão examinados temas regionais, como a Unasul, cuja Presidência Pro Tempore é exercida pela Guiana.

Laços crescentes estão sendo desenvolvidos entre a Guiana e os Estados do Norte do Brasil, particularmente Roraima, com o qual faz fronteira na região onde, em 2009, foi inaugurada a Ponte sobre o Rio Tacutu – primeira ligação rodoviária direta entre os dois países.

O comércio bilateral chegou a US\$ 28,36 milhões de dólares em 2010, aumentando 45,6% em relação a 2009. O Brasil foi o 11º maior fornecedor da Guiana, exportando US\$ 28,3 milhões para o país em 2010, crescimento de 53,1% em relação a 2009.

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO IBAS SOBRE CONSULTAS MANTIDAS NA SÍRIA

10/08/2011

Delegação do IBAS composta pelo Embaixador Ebrahim Ebrahim, Vice-Ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio, e pelo Embaixador Dilip Sinha, Secretário Adjunto para Organizações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, reuniram-se com o Presidente da República Árabe da Síria, Bashar Al-Assad, e com Ministro para os Negócios Estrangeiros e Expatriados da República Árabe da Síria, Walid Al-Moualem, em 10 de Agosto de 2011, para discutir a atual

situação na Síria e sua evolução.

O Presidente assegurou à delegação o seu compromisso com o processo de reforma, que tem como objetivo conduzir a uma democracia multipartidária, inclusive mediante revisão constitucional. Disse que reformas políticas estavam sendo concluídas em consulta com o povo sírio e que o diálogo nacional continuaria a fim de elaborar as novas leis e definir um modelo adequado para a economia. O processo de revisão constitucional seria concluído até fevereiro/março de 2012. Reconheceu que alguns erros foram cometidos pelas forças de segurança no início dos distúrbios e que esforços estavam em curso para impedir que voltassem a ocorrer.

O Ministro Moualem informou a delegação a respeito da situação atual no país, os motivos por trás dos distúrbios e da violência e explicou as medidas tomadas pelo Governo sírio para controlar a situação. Classificou a oposição na Síria em três categorias: setores economicamente desfavorecidos; intelectuais e acadêmicos; e grupos armados. Descreveu em detalhes as reformas políticas em processo de implementação e disse que eleições parlamentares, livres e justas, serão realizadas na Síria até o final de 2011. Lembrou a declaração do Presidente da Síria em que prometeu reescrever a Constituição, se considerado necessário.

Ao recordar a adoção da Declaração Presidencial do CSNU de 3 de agosto, a delegação visitante reafirmou o compromisso de Índia, Brasil e África do Sul com a soberania, a independência e a integridade territorial da Síria. Manifestou grande preocupação com a presente situação na Síria e condenou a violência de todas as partes. Lamentou as perdas de vidas e mostrou preocupação com o impacto humanitário da violência. Pediu o fim imediato de toda violência e instou as partes a agir da forma

mais moderada possível, respeitando os direitos humanos e o direito internacional. Ao tomar nota do estabelecimento de um comitê jurídico independente para investigar a violência, a delegação visitante destacou a importância de garantirem-se sua credibilidade e imparcialidade, ao que o Ministro Moualem respondeu que, uma vez disponível o relatório do Comitê, aqueles responsáveis pela violência seriam punidos.

A delegação instou o Governo a considerar positivamente a Resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 29 de abril de 2011. Destacou que é fundamental que o Governo sírio mantenha seus esforços e dê seguimento ao processo de diálogo nacional e reformas políticas com o objetivo de efetivamente considerar as legítimas aspirações e preocupações da população. Isto contribuirá para o pleno exercício das liberdades fundamentais pela população síria, inclusive a liberdade de expressão e de reunião. Manifestou esperança de que os grupos opositores cooperem neste processo.

O Ministro Moualem reiterou que a Síria será uma democracia livre, pluralista e multipartidária antes do final do ano.

APRESENTAÇÕES DE ARTISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR NO ÂMBITO DO PROGRAMA “NOVAS VOZES DO BRASIL”

16/08/2011

O Itamaraty está lançando o programa “Novas Vozes do Brasil”, que levará alguns dos mais expressivos nomes da nova geração da música popular brasileira para apresentações inéditas no exterior, em especial, nos principais mercados fonográficos mundiais.

O programa privilegiará o apoio a músicos que estejam em fase inicial da carreira e que

já tenham seus álbuns de estreia lançados no país, com reconhecimento de público e crítica especializada.

O objetivo é o de aumentar a presença desses artistas emergentes no mercado fonográfico internacional, oferecendo-lhes a oportunidade de alcançar um nível de reconhecimento no exterior que se iguale à popularidade já alcançada no Brasil. A iniciativa pretende divulgar a diversidade da produção musical contemporânea nacional.

Nesta primeira edição do programa, o Itamaraty apoiará apresentações das cantoras Tulipa Ruiz e Tiê em Washington (Kennedy Center, 18 de agosto) e Nova York (DROM, 19 de agosto). Duas revelações da nova safra da MPB, Tulipa e Tiê tiveram seus álbuns de estreia, “Efêmera” e “Sweet Jardim”, respectivamente, entre os mais elogiados pela crítica e pelo público em 2010.

Ainda em 2011, o programa “Novas Vozes do Brasil” levará para as mesmas cidades norte-americanas (Washington, 13 de setembro; Nova York, 14 de setembro) o cantor e compositor Marcelo Jeneci, músico paulistano cuja lista de parceiros musicais conta com nomes consagrados como os de Arnaldo Antunes, Chico César, Vanessa da Mata e Zélia Duncan.

Após as duas primeiras edições-piloto do programa, o Itamaraty pretende apoiar, a partir de 2012, a apresentação, em diferentes países, de no mínimo cinco revelações da música brasileira por ano. Para as futuras edições do programa, além do critério baseado no reconhecimento e sucesso do artista no mercado fonográfico nacional, também serão consultados críticos especializados.

EXPOSIÇÃO “COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA INTERNACIONAL”

18/08/2011

De 20 de agosto a 4 de setembro, será realizada no Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília, a exposição fotográfica “Cooperação Humanitária Internacional”. Em 6 de setembro, a exposição será transferida para a Caixa Cultural, onde continuará aberta até 30 de setembro.

A exposição é organizada pelo Ministério das Relações Exteriores. Serão apresentadas cerca de 30 fotografias de operações empreendidas pelo Brasil para alívio de populações em situações de crise humanitária. As imagens foram cedidas por Embaixadas brasileiras, equipes da Força Aérea Brasileira e agências da ONU que acompanharam as ações.

A exposição marca as celebrações brasileiras do Dia Mundial de Ação Humanitária, 19 de agosto, instituído em lembrança do atentado ao Escritório das Nações Unidas no Iraque, que vitimou 22 pessoas, entre as quais o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário Geral da ONU para o Iraque, e funcionário da organização com significativa atuação na área de ação humanitária.

REUNIÃO DE CONSULTAS INFORMAIS SOBRE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20

19/08/2011

O Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, realiza a Reunião de Consultas com a Sociedade Civil Internacional sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

O Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, está realizando hoje a Reunião de Consultas com a Sociedade Civil Internacional

sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

A reunião se insere no marco dos preparativos da Rio+20. Contará com a participação de representantes de vários setores da sociedade civil internacional e brasileira, que discutirão idéias e apresentarão propostas sobre os temas e objetivos da Conferência. Será ainda realizada apresentação sobre aspectos logísticos relacionados à organização da Rio+20.

A Rio+20 celebrará os 20 anos da Rio'92. Deverá estabelecer uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O principal objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso na implementação dos resultados das Cúpulas anteriores sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio, 1992; Joanesburgo, 2002) e do tratamento de temas novos e emergentes. Além disso, a Rio+20 tratará dos seguintes dois temas: “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “estrutura institucional do desenvolvimento sustentável”.

A proposta brasileira de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi aprovada pelos países-membros das Nações Unidas durante a 64ª Assembléia-Geral. Na qualidade de país-sede e presidente da Conferência, o Brasil trabalhará para que a Rio+20 adote decisões positivas e concretas em favor do desenvolvimento sustentável.

III REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO – BRASÍLIA, 18 E 19 DE
AGOSTO DE 2011
19/08/2011

Realizou-se em Brasília, entre os dias 18 e 19 de agosto, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-República Democrática do Congo. A Comista revestiu-se de caráter histórico, uma vez que a última edição do evento havia corrido em 1988. A III Sessão da Comista Brasil-RDC logrou relançar a cooperação entre os dois países, por meio de iniciativas em diversas áreas.

As delegações brasileira e congoleza foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo Ministro da Cooperação Internacional e Regional, Senhor Raymond Tshibanda N'Tungamulongo.

Além de temas que já integram a agenda Brasil-RDC, como educação, comércio e investimentos e cooperação humanitária, as delegações brasileira e congoleza valeram-se da ocasião para compartilhar informações e discutir novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura familiar, agroecologia, formação profissional, rádio e televisão e normalização.

Ao final do evento, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, formação de recursos humanos do setor público de comunicação e normalização. Foi assinado, também, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da República Democrática do Congo.

ATENTADO NA TURQUIA
19/08/2011

O Governo brasileiro deplora o atentado perpetrado na última quarta-feira no sudeste

da Turquia.

O Governo brasileiro transmite ao Governo da Turquia e às famílias das vítimas suas sinceras condolências e solidariedade e reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo, praticadas sob qualquer pretexto.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DAS
FILIPINAS, ALBERT DEL ROSÁRIO –
BRASÍLIA, 22 E 23/8/11
22/08/2011

O Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Albert Del Rosario, visitará o Brasil nos dias 22 e 23 de agosto.

Brasil e Filipinas mantêm importante diálogo nas áreas de agricultura, biocombustíveis e programas de inclusão social. O intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 779,4 milhões em 2010, com exportações brasileiras de US\$ 449,4 milhões e importações de US\$ 330,0 milhões.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá reunião com o Chanceler filipino para discutir, entre outros temas, o processo de aproximação entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual as Filipinas são membro fundador, além de temas da agenda multilateral, como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, em 2012.

Durante a visita, serão assinados Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Técnica e Cooperação em Reforma Agrária.

O Chanceler Albert Del Rosario manterá, ainda, encontros com Presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor de Mello e com representantes do Ministério da Agricultura. Também estão previstas visita à EMBRAPA e palestra aos alunos do Instituto Rio Branco.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO BENIM,
NASSIROU BAKO-ARIFARI – BRASÍLIA,
23 E 24 DE AGOSTO DE 2011
23/08/2011

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Benim, Nassirou Bako-Arifari, realiza sua primeira visita ao Brasil nos dias 23 e 24 de agosto.

No dia 23, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, se reuniu com o Ministro Bako-Arifari para passar em revista os principais temas das relações bilaterais, que têm se intensificado desde a abertura das Embaixadas residentes em Cotonou (em 2006) e em Brasília (em 2007). Em 2010, o comércio bilateral atingiu US\$ 103 milhões.

Entre os dias 23 e 24, será realizada a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Benin. As delegações brasileira e beninense discutirão o andamento dos projetos de cooperação técnica em andamento – como o “Cotton-4”, que visa ao fortalecimento da produção de algodão por meio do compartilhamento de tecnologias desenvolvidas no Brasil. Há cooperação bilateral em andamento também em áreas como o tratamento da anemia falciforme, a educação profissional voltada para agroecologia e cooperativismo e a gestão de patrimônio material e imaterial. As delegações avaliarão a possibilidade de expandir as parcerias bilaterais para áreas como cooperação portuária e esportes.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL –
BUENOS AIRES, 24 DE AGOSTO DE 2011
23/08/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participará, no dia 24 de agosto, em Buenos Aires, de encontro de Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), à margem da V Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).

O encontro tem por objetivo dar seguimento ao diálogo dos chefes de Estado da UNASUL realizado em Lima, no dia 28 de julho último, por ocasião da posse do Presidente do Peru. Os Ministros das Relações Exteriores examinarão, entre outros assuntos, o estabelecimento de mecanismos adicionais de fortalecimento da democracia no espaço sul-americano.

V REUNIÃO MINISTERIAL DO
FOCALAL – BUENOS AIRES,
24 E 25 DE AGOSTO DE 2011
23/08/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, chefiará a delegação brasileira à V Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), que será realizada em Buenos Aires, nos dias 24 e 25 de agosto.

O FOCALAL se destina a promover o diálogo inter-regional, a compreensão mútua e a cooperação entre os países-membros, reforçando a presença da América Latina e da Ásia do Leste no cenário internacional. Nos últimos dez anos, o fluxo de comércio entre a América Latina e a Ásia do Leste cresceu

cerca de 450%, atingindo US\$ 341 bilhões em 2010.

O fórum reúne 34 membros – 18 países da América Latina e 16 da Ásia do Leste. O Brasil é membro desde sua criação, em 1998.

Na V Reunião Ministerial do FOCALAL, as delegações examinarão a reforma dos mecanismos de governança global, a situação econômica atual e desenvolvimento sustentável. Também serão debatidas estratégias para fortalecer a cooperação entre as regiões em áreas como comércio, educação, ciência, tecnologia e inovação.

À margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL, o Ministro Antonio de Aguiar Patriota manterá encontros com seu homólogo da Indonésia, Marty Natalegawa. Também se reunirá com os Chefes das Delegações da China e do México.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA GEÓRGIA, GRIGOL VASHADZE –
BRASÍLIA, 25 E 26 DE AGOSTO DE 2011
25/08/2011

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Grigol Vashadze, realiza visita oficial ao Brasil nos dias 25 e 26 de agosto. Será a primeira visita oficial de um Chanceler georgiano ao País.

No dia 26, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá encontro de trabalho com o Chanceler Vashadze. Os dois chanceleres examinarão o estágio atual do relacionamento bilateral, duas décadas após a proclamação da independência da Geórgia. Por ocasião da visita, serão assinados acordos de isenção de vistos em passaportes comuns e diplomáticos e em cooperação técnica, além do estabelecimento de mecanismo de consultas políticas entre os

dois países.

O intercâmbio comercial entre os dois países alcançou US\$ 107 milhões em 2010. As exportações georgianas concentram-se em adubos e fertilizantes. O Brasil é o 12º maior exportador para a Geórgia, com pauta que inclui açúcares, carnes e produtos químicos.

A visita do Chanceler georgiano será o ponto de partida para o estabelecimento de relações comerciais mais amplas, com o interesse daquele país em enviar, em breve, missões empresariais. Também permitirá ao Brasil aprofundar os laços com um país-chave do Cáucaso meridional. Em 2011, o Brasil abriu Embaixada em Tbilisi e a Geórgia em Brasília.

O Chanceler georgiano manterá, ainda, encontro com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor de Mello.

REUNIÃO DE MINISTROS DO BRASIL,
ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA (BASIC)
SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - INHOTIM
– MG, 26 E 27 DE AGOSTO DE 2011
25/08/2011

Será realizada, nos dias 26 e 27 de agosto, em Inhotim, Minas Gerais, a VIII Reunião Ministerial de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre as negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O encontro será co-presidido pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. No dia 25 de agosto, reúnem-se peritos em mudança do clima e negociadores do processo em curso nas Nações Unidas.

A VIII Reunião Ministerial do BASIC terá a participação da Ministra de Relações

Internacionais e Cooperação da África do Sul - e próxima Presidenta da Conferência das Partes da UNFCCC - Maite Nkoana-Mashabane; do Vice-Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, Xie Zhenhua; e do Vice-Ministro para o Meio Ambiente e Florestas da Índia, J.M. Mauskar.

A reunião permitirá a coordenação de posições sobre aspectos substantivos das negociações com vistas à 17ª Conferência das Partes na UNFCCC (COP-17) e à 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que se realizarão em Durban, África do Sul, de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011.

O encontro também examinará temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a realizar-se em maio e junho de 2012, no Rio de Janeiro.

ATENTADO EM ABUJA, NIGÉRIA

26/08/2011

O Governo brasileiro manifesta sua mais veemente condenação ao atentado perpetrado nesta sexta-feira em Abuja, capital da Nigéria, contra a sede das Nações Unidas naquela cidade.

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar e solidariedade ao Secretariado da ONU, aos funcionários da Organização na Nigéria e seus familiares e reitera seu repúdio a todas as formas de violência, praticadas sob qualquer pretexto.

VISITA AO BRASIL DO VICE-
CHANCELER DA MALÁSIA, DATUK
RICHARD RIOT ANAK JAEM -
BRASÍLIA, 26 DE AGOSTO DE 2011

26/08/2011

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Datuk Richard Riot Anak Jaem, realiza visita de trabalho a Brasília, em 26 de agosto de 2011, e será recebido pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pela Subsecretária-Geral Política-II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis.

Durante os encontros, serão discutidos temas da agenda comercial, de investimentos e de cooperação bilateral. Será tratado também o processo de aproximação entre o Brasil e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual a Malásia é membro fundadora.

A Malásia foi, em 2010, o terceiro parceiro comercial do Brasil entre os membros da ASEAN, com um intercâmbio de US\$ 2,95 bilhões. A Vale realizará importante investimento no país asiático e a empresa SCOMI, ao lado de grupos brasileiros, venceu concorrência para os projetos de construção de monorail em São Paulo e Manaus. Além disso, a Petrobras e a Petronas, da Malásia, exploram petróleo conjuntamente em Moçambique.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

27/08/2011

Declaração conjunta proferida na conclusão da VIII Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima – Inhotim, Minas Gerais, 26 e 27 de agosto de 2011

A VIII Reunião Ministerial do BASIC sobre mudança do clima realizou-se em Inhotim, Minas Gerais, em 26 e 27 de agosto de 2011. Participaram do encontro Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil; Maite

Nkoana-Mashabane, Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, na qualidade de próxima Presidente da COP; Edna Molewa, Ministra de Recursos Hídricos e Assuntos Ambientais da África do Sul; Xie Zhenhua, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China; e J.M. Mauskar, Secretário Especial para Meio Ambiente e Florestas da Índia. Em alinhamento com a abordagem do “BASIC ampliado”, a Argentina foi convidada na qualidade de Presidente do Grupo dos 77 e China.

Resultado de Durban

Os Ministros reiteraram a importância de se atingir um resultado amplo, equilibrado e ambicioso em Durban, no contexto do desenvolvimento sustentável e em conformidade com os dispositivos e princípios da Convenção, em particular os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, e de acordo com o Mapa do Caminho de Bali. Esse resultado deve cobrir, na totalidade, as negociações sob os dois trilhos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC): o Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Compromissos Futuros das Partes do Anexo I sob o Protocolo de Quioto (AWG-KP) e o Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ações Cooperativas de Longo Prazo (AWG-LCA). Enfatizaram que Durban deve progredir em todos os aspectos das negociações, incluindo o estabelecimento dos compromissos das Partes do Anexo I para o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto e de compromissos comparáveis de países do Anexo I que não são Partes do Protocolo de Quioto; a operacionalização das decisões de Cancun; e a resolução de questões pendentes não concluídas em Cancun. Enfatizaram

a centralidade da adaptação e de meios de implementação como parte de um resultado equilibrado e amplo. Esses elementos são necessários para garantir equilíbrio na conclusão do Mapa do Caminho de Bali e do Plano de Ação de Bali. Ressaltaram que acordo sobre o segundo período de cumprimento é a prioridade central de Durban, na medida em que eventual fracasso nesse sentido poderia gerar um desafio ao multilateralismo e solaparia a resposta multilateral à mudança do clima baseada em regras no âmbito da UNFCCC. Ministros reiteraram seu apoio a um processo preparatório transparente e inclusivo que assegure que Durban seja um grande passo adiante nos trabalhos rumo à perspectiva de um resultado abrangente, ambicioso, justo e efetivo, garantindo a implementação plena, efetiva e sustentada da UNFCCC e seu Protocolo de Quioto.

Protocolo de Quioto

Os Ministros reafirmaram que o Protocolo de Quioto é um marco do regime de mudança do clima. Destacaram o papel do Protocolo de Quioto de garantir que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa por países desenvolvidos sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de 2°C reconhecido em Cancun. Ressaltaram que a continuidade dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, em particular do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), depende do estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões de Partes do Anexo I, sob o segundo período de cumprimento. Instaram Partes do Protocolo de Quioto a trabalharem, de maneira construtiva, para assegurar que não haja lacuna entre o primeiro e o segundo períodos de cumprimento. Enfatizaram que a

perspectiva de Partes do Anexo I deixarem o Protocolo de Quioto para apresentarem suas contribuições de mitigação sob o AWG-LCA só pode ser um reflexo de reduzida vontade política para diminuir suas emissões de gases de efeito estufa. É difícil de conceber que um país deixaria o Protocolo de Quioto para fazer mais.

Questões pendentes a serem concluídas

Tomando nota da submissão da Índia de itens adicionais a serem adicionadas à agenda provisória da COP, os Ministros destacaram a importância de se tratarem assuntos pendentes que devem progredir em Durban. Isto é essencial para gerar o equilíbrio necessário nas negociações de mudança do clima.

Operacionalização de Cancun

Os Ministros clamaram pela rápida implementação de todas as instituições acordadas em Cancun, incluindo o registro de ações de mitigação adequadas nacionalmente e de apoio internacional; o Comitê de Adaptação; o Comitê Executivo, Centro e Rede de Tecnologia; e o Fundo Verde para o Clima, que deve fornecer meios significativos de implementação para ações imediatas de resposta à mudança do clima. Destacaram que o grau sob o qual países em desenvolvimento podem implementar suas ações depende do grau sob o qual países desenvolvidos cumprirem seus compromissos de fornecer financiamento, apoio tecnológico e capacitação suficientes para ambos mitigação e adaptação.

Fundo Verde para o Clima

Os Ministros ressaltaram a importância de garantir que a Conferência das Partes exerça supervisão adequada do Fundo

Verde, de forma a assegurar o seu adequado gerenciamento e desembolso tempestivo para países em desenvolvimento. Enfatizaram que o Comitê Transitório deve interagir com o AWG-LCA e ser orientado por ele.

Financiamento

Os Ministros consideraram o trabalho dos peritos do BASIC sobre formato comum de comunicação para contabilidade rigorosa, robusta e transparente de financiamento oferecido pelas Partes do Anexo I. Um formato comum de comunicação para financiamento é uma prioridade para Durban, de forma a viabilizar contabilidade de desempenho em relação ao cumprimento da meta quantificada de financiamento no montante de US\$ 100 bilhões por ano até 2020. Também ressaltaram a importância de assegurar o aumento de financiamento até e depois de 2020. Reiteraram a necessidade de assegurar que a contabilidade do financiamento oferecido por todos os países desenvolvidos seja consistente, completa, comparável, transparente e acurada. Também ressaltaram a importância de informação detalhada e abrangente sobre fluxos de financiamento imediato (“fast start”) providos por países desenvolvidos, que deve ser disponibilizada oficialmente. Reafirmaram sua visão de que o Secretariado da UNFCCC deve publicar informação sobre financiamento já desembolsado no âmbito do financiamento imediato, por estar relacionado a compromisso multilateral.

MRV

Os Ministros também refletiram sobre as discussões dos peritos do BASIC sobre mensuração, comunicação e verificação da mitigação dos países do Anexo I. Enfatizaram a necessidade de regras comuns

rigorosas de contabilidade, com vistas a assegurar transparência e comparabilidade de compromissos de mitigação de todos os países desenvolvidos. Ressaltaram que as regras do Protocolo de Quioto são a referência para os esforços empreendidos por todos os países desenvolvidos nesta área. Expressaram a importância de operacionalizar os arranjos de transparência de países em desenvolvimento, com base nas provisões existentes no âmbito da Convenção. Destacaram a contribuição robusta já oferecida pelos países em desenvolvimento para as reduções de emissões, que demonstra um maior nível de esforço em comparação à mitigação das Partes que são países desenvolvidos.

Acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável

Os Ministros saudaram o trabalho realizado pelos peritos do BASIC sobre “moldura para acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável”, tal como solicitado na VI Reunião Ministerial do BASIC. Este trabalho servirá como contribuição valiosa ao conjunto de conhecimento científico que informa o desenvolvimento de políticas.

Redução de emissões provenientes do desmatamento e degradação florestal

Os Ministros reconheceram a importância de incrementar a ação para reduzir emissões provenientes do desmatamento e degradação florestal, aumentar remoções por florestas e práticas sustentáveis de manejo florestal, com base em financiamento internacional e transferência de tecnologia ampliados. Também destacaram os importantes benefícios adicionais que REDD+ pode oferecer para o desenvolvimento sustentável em áreas como a proteção de biodiversidade.

Perigos do unilateralismo

Os Ministros expressaram sua preocupação com medidas unilaterais sobre mudança do clima, tanto em planejamento como já implementadas, que podem gerar impactos negativos em outros países. Expressaram sua grande preocupação com a decisão da União Europeia de incluir o setor de aviação no Esquema Europeu de Comércio de Emissões, incluindo voos de companhias não europeias com destino e partida em território europeu.

G77 e China

Os Ministros enfatizaram a importância da unidade do G77 e China e seu papel central nas negociações sobre mudança do clima. Notaram as claras demonstrações de liderança do G77 e China e sua vontade de contribuir para vigoroso esforço global. Os Ministros decidiram manter a abordagem do “BASIC ampliado”, de forma a aumentar a transparência de suas reuniões. Também saudaram o papel desempenhado pela vindoura Presidência Sul-Africana da COP e seus esforços para organizar consultas inclusivas de alto nível sobre mudança do clima, que contribuirão para um resultado exitoso e ambicioso em Durban.

Rio+20

Os Ministros também tiveram a oportunidade de discutir a perspectiva para a Conferência Rio+20 em 2012. Nesse sentido, ressaltaram o importante papel dos países do BASIC para garantir o sucesso da Rio+20, bem como a Conferência de Durban sobre Mudança do Clima e a Conferência de Nova Delhi sobre Biodiversidade. Este é um claro sinal de seu firme compromisso de avançar soluções multilaterais para problemas globais.

IX Reunião de Ministros

Os Ministros receberam com satisfação a oferta da China para sediar a IX Reunião de Ministros do Grupo BASIC em 31 de outubro e 1º de novembro. Uma reunião de peritos será realizada juntamente com a reunião ministerial.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À BULGÁRIA SÓFIA, 2 DE SETEMBRO DE 2011 31/08/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial a Sófia, em 2 de setembro, quanto manterá encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nikolay Mladenov; com o Vice Presidente da Assembléia Nacional, Anastas Atanassov, e será recebido pelo Presidente da República, Giorgi Parvanov.

A visita visa a fortalecer o diálogo político com a Bulgária sobre temas bilaterais e regionais. Também serão examinados temas da agenda internacional, como a situação no Oriente Médio, impacto da crise econômica internacional, reforma das Nações Unidas.

Serão examinados meios de incrementar o comércio entre os dois países, que desacelerou desde 2007, com vistas à organização de missões empresariais no curto prazo. O intercâmbio comercial com a Bulgária foi de US\$ 147 milhões em 2010 e de US\$ 73,7 milhões até julho deste ano, com potencial de crescimento nos dois sentidos. As exportações brasileiras, em 2010, foram de minérios, fumo e açúcar, principalmente, e as importações foram de material fotográfico, fertilizantes e aparelhos mecânicos.

Esta é a segunda visita de um chanceler brasileiro à Bulgária. O Primeiro Ministro Boyko Borissov veio ao Brasil para a posse da Presidenta Dilma Rousseff, e foi a primeira

autoridade estrangeira a ser recebida no Planalto em janeiro de 2011.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À RÚSSIA - MOSCOU, 4 DE SETEMBRO DE 2011 31/08/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota visitará Moscou, dia 4 de setembro, para realizar consultas políticas com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov. Os dois chanceleres deverão tratar de temas bilaterais, multilaterais e da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os dois países mantêm regularmente encontros de alto nível. Nos primeiros meses de Governo, a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Dmitri Medvedev, à margem da terceira cúpula dos BRICS, em abril, na China. O Vice-Presidente da República reuniu-se com o Primeiro Ministro Vladimir Putin durante a quinta reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, em maio, em Moscou.

A Rússia é hoje o 16º principal parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio em 2010 de US\$ 6,06 bilhões (aumento de 42% em relação a 2009). Áreas de grande potencial para futuras parcerias são, entre outras, os setores energético, espacial e educacional. O Brasil tem interesse em aumentar o intercâmbio acadêmico com a Rússia.

ELEMENTOS DA POSIÇÃO BRASILEIRA APRESENTADOS NA CONFERÊNCIA DE PARIS SOBRE A LÍBIA - 1º DE SETEMBRO DE 2011 01/09/2011

O Brasil está ao lado do povo líbio em

suas aspirações por liberdade e democracia. O futuro da Líbia deve ser definido pelos próprios líbios.

O Brasil entende que um objetivo central dos países amigos da Líbia deve ser encorajar, no espírito do Mapa do Caminho da União Africana, um processo democrático de transição que transcorra com segurança e pleno respeito aos direitos humanos e aos interesses dos diferentes segmentos da sociedade líbia, preservando-se a unidade nacional.

O Brasil votou a favor da Resolução 1970 do Conselho de Segurança, que impôs embargo de armas, congelou ativos e estabeleceu restrições de viagens ao exterior de autoridades do regime. O Brasil apoiou a suspensão da Líbia do Conselho de Direitos Humanos. Como outros 4 membros do Conselho, o Brasil absteve-se diante da Resolução 1973, por entender que seu mandato poderia dar margem a uma militarização do conflito para além da proteção de civis.

Ao recordar que tanto o Conselho de Segurança quanto a União Africana preconizam um cessar-fogo imediato, o Brasil conclama as partes a depor armas e cessar a violência. Apoiamos igualmente o chamamento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana para que se estabeleça um mecanismo crível de monitoramento do cessar-fogo.

O Conselho de Segurança é a instância primordial para o tratamento de questões de paz e segurança, conforme estabelece a Carta da ONU. O Brasil entende que mesmo a forma de implementação de resoluções do Conselho de Segurança deverá sempre ser objeto de deliberação por parte do próprio Conselho.

A elaboração de estratégias para o período pós-conflito deverá levar em consideração os aportes de mecanismos regionais relevantes como a Liga dos Estados Árabes e a União

Africana, em contexto de plena transparência e respeitadas as atribuições primordiais do Conselho de Segurança e demais instâncias das Nações Unidas.

Caberá ao Comitê de Credenciais das Nações Unidas determinar, em pleno respeito ao multilateralismo, quem se pronunciará pela Líbia na Assembléia Geral das Nações Unidas.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO MARROCOS
RABAT, 5 DE SETEMBRO DE 2011

03/09/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota visitará o Marrocos, no dia 5 de setembro, para encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do Reino do Marrocos, Taïeb Fassi Fihri.

O objetivo da visita é aprofundar o diálogo político com o Marrocos, bem como tratar de temas relativos ao comércio e à cooperação bilateral. Serão analisados, também, temas da agenda internacional, em particular a situação no Norte da África e no Oriente Médio.

A visita do Ministro Patriota ocorre em bom momento do relacionamento bilateral, caracterizado pela intensificação, desde 2008, de visitas de alto nível e pela crescente diversificação da cooperação bilateral.

O Marrocos é importante interlocutor no mundo árabe, além de ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil na África, com intercâmbio total superior a USD 1 bilhão (USD 1,65 bilhões em 2008 e 1,37 bilhão em 2010). Em 2011, somente no período de janeiro a julho, as trocas comerciais entre os dois países já atingiram a cifra de USD 981,3 milhões.

II REUNIÃO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA
DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS
PARTICIPANTES DA MINUSTAH

06/09/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro da Defesa, Celso Amorim, participarão da II Reunião de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos Países Sul-Americanos Participantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a realizar-se em Montevidéu, no dia 8 de setembro. A reunião constituirá oportunidade para o intercâmbio de opiniões sobre o desempenho da MINUSTAH e a reafirmação do compromisso dos países sul-americanos com seu êxito, em antecipação aos debates que se realizarão no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro próximo, sobre a renovação de seu mandato.

Países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, além do Brasil) contribuem atualmente com cerca de 5.300 efetivos militares e policiais à MINUSTAH, o que corresponde a aproximadamente 44% do total de efetivos da Missão.

II REUNIÃO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA
DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS
PARTICIPANTES DA MINUSTAH -

MONTEVIDÉU, 8 DE SETEMBRO DE 2011

08/09/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro da Defesa, Celso Amorim, participarão da II

Reunião de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos Países Sul-Americanos Participantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a realizar-se em Montevidéu, no dia 8 de setembro. A reunião constituirá oportunidade para o intercâmbio de opiniões sobre o desempenho da MINUSTAH e a reafirmação do compromisso dos países sul-americanos com seu êxito, em antecipação aos debates que se realizarão no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro próximo, sobre a renovação de seu mandato.

Países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, além do Brasil) contribuem atualmente com cerca de 5.300 efetivos militares e policiais à MINUSTAH, o que corresponde a aproximadamente 44% do total de efetivos da Missão.

ATENTADO NA ÍNDIA

08/09/2011

O Governo brasileiro expressa sua solidariedade ao governo da República da Índia e às famílias das vítimas do atentado terrorista realizado ontem contra a Corte Suprema de Delhi, que resultou na morte de pelo menos 12 pessoas e em mais de 70 feridos.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de violências, praticadas sob qualquer pretexto.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À TURQUIA -
ISTAMBUL, 11 E 12 DE SETEMBRO DE 2011

10/09/2011

O Ministro das Relações Exteriores,

Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita à Turquia nos dias 11 e 12 de setembro, para encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davutoğlu. O Ministro Patriota será também recebido pelo Presidente da Turquia, Abdullah Gül.

As relações bilaterais vivem momento positivo, marcado pela multiplicação dos contatos e aprofundamento da cooperação entre os dois países. A visita do Ministro Antonio Patriota dará continuidade ao diálogo estratégico bilateral, tratando de temas da agenda bilateral e global.

A corrente de comércio bilateral tem-se ampliado consideravelmente, havendo alcançado, apenas no primeiro semestre de 2011, volume superior a US\$ 1,5 bilhão. Registra-se crescente fluxo de investimentos entre os dois países, sobretudo nos setores de produtos químicos, eletrodomésticos, peças e acessórios para veículos automotores.

MENSAGEM DO MINISTRO ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA À SECRETÁRIA
DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS,
HILLARY CLINTON
10/09/2011

Senhora Secretária e cara amiga, Hillary Clinton,

Ao completarem-se dez anos dos atentados terroristas ao território dos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, transmito a solidariedade do Brasil ao Governo e ao povo norte-americanos, assim como às famílias das mais de 3 mil vítimas daquela horrível tragédia. É com grande pesar que recordamos a perda de inúmeras vidas inocentes, inclusive de cidadãos brasileiros, causadas por brutais e injustificáveis atos de violência.

Como se recorda, na sequência dos acontecimentos do 11 de setembro, o Conselho

de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1368(2001). Foi a primeira de várias que caracterizaram o atentado aos EUA como verdadeira ameaça à paz e à segurança internacionais.

Desde então, ficou claro que o flagelo do terrorismo exige formas inovadoras de coordenação entre as nações. Assim, a comunidade internacional desenvolveu estratégias globais para combater e prevenir o problema do terrorismo, que incluem, entre outros, o combate a suas causas, o fortalecimento das capacidades nacionais de prevenção e o respeito aos direitos humanos. O Brasil, que sempre condenou e condena com veemência todas as formas de terrorismo, reafirma sua determinação, em estrito respeito ao Direito Internacional, de somar-se a esses esforços globais e ajudar a construir uma ordem internacional mais justa.

Dessa forma estaremos contribuindo de modo significativo para a construção de uma paz duradoura, a qual requer um sistema de segurança efetivamente coletivo e a promoção do desenvolvimento sustentável para todos.

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

NAUFRÁGIO EM ZANZIBAR
12/09/2011

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade com os familiares das mais de duzentas vítimas do naufrágio da embarcação MV Spice Islander, que fazia, na noite de sábado último, o percurso Unguja-Pemba, no arquipélago de Zanzibar, na Tanzânia.

Em gesto de apoio ao povo tanzaniano, a Petrobras Tanzânia, que iniciou, recentemente, operações de exploração off-shore no país, colocou à disposição dois helicópteros e um navio de segurança para participar das buscas e dos resgates dos naufragados.

EXPLOÇÃO E INCÊNDIOS NO QUÊNIA

12/09/2011

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar pelas mais de 100 mortes ocorridas em função da trágica explosão do oleoduto e dos incêndios subsequentes no distrito industrial de Lunga Lunga registrados hoje, em Nairóbi. O Governo brasileiro transmite a todos os quenianos e, em particular, aos familiares das vítimas, as condolências e a solidariedade do povo brasileiro.

ATENTADOS EM CABUL

14/09/2011

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia de ataques terroristas ocorridos nesta terça-feira, dia 13 de setembro, no centro de Cabul, Afeganistão, onde se encontram prédios do Governo afegão, a Embaixada dos Estados Unidos da América e o quartel-general da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Ao se solidarizar com as famílias das vítimas, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso com um processo de reconciliação nacional no Afeganistão que contribua para a pacificação do país. Reitera, ademais, seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob qualquer pretexto.

ACIDENTE AÉREO EM ANGOLA

14/09/2011

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do acidente ocorrido nesta quarta-feira, na região de Huambo, Angola, envolvendo aeronave da Força Aérea Nacional daquele país.

O governo e o povo brasileiros manifestam

suas mais sinceras condolências e sua solidariedade às famílias das vítimas e ao governo e ao povo angolanos.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A NOVA YORK POR OCASIÃO

DA 66ª ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU

16/09/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota acompanhará a Presidenta Rousseff e participará de encontros bilaterais com Chanceleres de diversos países, bem como de reuniões ministeriais do BRICS e do G-4.

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita de trabalho a Nova York entre os dias 19 e 22 de setembro, quando chefiará a delegação brasileira à 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas.

No dia 21, a Presidenta será a primeira mulher, desde a fundação das Nações Unidas, a proferir o discurso de abertura da Assembleia-Geral.

No dia 19, a Presidenta participará da sessão de abertura da Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas e Não-Transmissíveis e do Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres.

No dia 20, a mandatária brasileira copresidirá com o Presidente dos EUA a cerimônia de lançamento da Parceria para a Transparência Governamental (“Open Government Partnership”). No mesmo dia, receberá o prêmio “Woodrow Wilson for Public Service”, outorgado pelo “Woodrow Wilson International Center for Scholars”.

No dia 22, a Presidenta participará da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear e da Reunião de Alto Nível do Conselho de Segurança sobre Diplomacia Preventiva.

A Presidenta também manterá encontros

bilaterais com Chefes de Estado e de Governo e com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota acompanhará a Presidenta Rousseff e participará de encontros bilaterais com Chanceleres de diversos países, bem como de reuniões ministeriais do BRICS e do G-4.

A Assembleia-Geral das Nações Unidas, em sua 66ª sessão, deverá privilegiar, dentre outros temas, questões relacionadas à mediação e à diplomacia preventiva.

DECISÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU SOBRE AS CREDENCIAIS DO REPRESENTANTE LÍBIO NAS NAÇÕES UNIDAS

16/09/2011

A Segunda Sessão Plenária da Assembleia-Geral aprovou na manhã de hoje, 16 de setembro, a recomendação do Comitê de Credenciais de aceitar o Conselho Nacional de Transição como representante líbio nas Nações Unidas, com voto favorável do Brasil.

DECLARAÇÃO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA “PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO”

20/09/2011

Declaração sobre Governo Aberto -
Setembro 2011

Como membros da Parceria Governo Aberto, comprometidos com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção da ONU contra a Corrupção, e outros instrumentos internacionais pertinentes relacionados aos direitos humanos e à boa governança:

Reconhecemos que as pessoas em todo o mundo exigem mais transparência de seus governos, demandando maior participação

popular nos assuntos públicos, e buscando maneiras de fazer seus governos mais transparentes, ágeis, responsáveis e eficientes.

Reconhecemos que os países se encontram em etapas distintas em seus esforços de promoção da transparência governamental, e que cada um de nós têm uma abordagem coerente com as prioridades e circunstâncias nacionais e as aspirações dos cidadãos.

Aceitamos a responsabilidade de aproveitar este momento para reforçar o nosso compromisso de promover a transparência, combater a corrupção, capacitar os cidadãos, e aproveitar as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias para tornar os governos mais eficientes e responsáveis.

Defendemos a importância da transparência em nosso compromisso com os cidadãos para melhorar os serviços, gerenciar os recursos públicos, promover a inovação e tornar as comunidades mais seguras. Acolhemos os princípios da transparência e do governo aberto, com o objetivo de alcançar maior prosperidade, bem-estar e dignidade humana em nossos países e em um mundo cada vez mais interligado.

Juntos, declaramos o nosso compromisso para:

Aumentar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais. Os governos reúnem e armazenam informações em nome do povo, e os cidadãos têm o direito de acesso a informações sobre as atividades governamentais. Comprometemo-nos a promover maior acesso à informação e a divulgar as atividades governamentais em todos os níveis de governo. Comprometemo-nos a aumentar os nossos esforços para coletar e publicar sistematicamente dados sobre os gastos do governo e o desempenho dos serviços públicos e atividades essenciais. Comprometemo-nos a fornecer de maneira pró-ativa informações de alto valor, incluindo

dados não processados, em tempo hábil, em formatos que o público possa facilmente localizar, entender e usar, e que permitam sua reutilização. Comprometemo-nos a fornecer o acesso a recursos efetivos quando a informação ou os registros correspondentes forem indevidamente retidos, inclusive pelo monitoramento efetivo do processo de revisão. Reconhecemos a importância dos padrões abertos para promover o acesso da sociedade civil aos dados públicos, bem como para facilitar a interoperabilidade dos sistemas de informação governamentais. Comprometemo-nos a buscar a opinião da sociedade civil para identificar as informações de maior valor para o público, e levar tais comentários em consideração da forma mais abrangente possível.

Apoiar a participação cidadã. Valorizamos a participação de todas as pessoas, de forma igualitária e sem discriminação, na tomada de decisões e na formulação de políticas. O engajamento público, incluindo a plena participação das mulheres, aumenta a eficiência dos governos, que se beneficiam do conhecimento das pessoas, de suas ideias e de sua capacidade de fiscalização. Comprometemo-nos a tornar mais transparente a formulação de políticas e a tomada de decisões, a criar e usar canais que estimulem a discussão pela população, e a aprofundar a participação pública no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das ações governamentais. Comprometemo-nos a preservar a capacidade das organizações da sociedade civil e das entidades sem fins lucrativos de atuar, de forma consistente com nosso compromisso com a liberdade de expressão, de associação e de opinião. Comprometemo-nos a criar mecanismos que permitam uma maior colaboração entre governos, organizações da sociedade civil e empresas.

Implementar os mais altos padrões de integridade profissional em nossas administrações. O governo responsável requer elevados padrões éticos e códigos de conduta para funcionários públicos. Comprometemo-nos a implementar políticas, mecanismos e práticas robustas de combate à corrupção, assegurando a transparência na gestão das finanças públicas e das compras governamentais, reforçando o Estado de Direito. Comprometemo-nos a manter ou estabelecer um quadro jurídico para tornar pública a informação sobre a remuneração e o patrimônio dos altos funcionários públicos. Comprometemo-nos a promulgar e executar regras de proteção aos delatores de práticas ilegais. Comprometemo-nos a disponibilizar à população informação sobre as atividades e a eficácia de nossas políticas de prevenção da corrupção e de nossos órgãos de fiscalização, bem como dos procedimentos de recurso a tais órgãos, respeitando a confidencialidade de informações específicas relativas à aplicação da lei. Comprometemo-nos a aumentar nossos esforços para combater o suborno e a outras formas de corrupção nos setores público e privado, bem como incrementar o compartilhamento de informações e experiências.

Aumentar o acesso a novas tecnologias para a abertura e responsabilidade. As novas tecnologias oferecem oportunidades para o compartilhamento de informação, e fomentar a participação pública e a colaboração. Temos o objetivo de aproveitar essas tecnologias para tornar mais informações públicas de forma a permitir as pessoas entender o funcionamento de seus governos e influenciar suas decisões. Comprometemo-nos a desenvolver espaços virtuais acessíveis e seguros como plataformas de fornecimento de serviços, para promover o engajamento do público, e compartilhar informações e ideias.

Reconhecemos que a capacidade de acesso equitativa e a baixo custo à tecnologia é um desafio, e comprometemo-nos a buscar maior conectividade em tempo real e móvel, além de identificar e promover o uso de mecanismos alternativos de engajamento cívico. Comprometemo-nos a envolver a sociedade civil e a comunidade empresarial para identificar práticas eficazes e abordagens inovadoras para alavancar novas tecnologias capazes de capacitar as pessoas e promover a transparência no governo. Reconhecemos também que o aumento do acesso à tecnologia exige fomentar a capacidade dos governos e dos cidadãos para usá-la. Nós nos comprometemos a apoiar e promover o uso de inovações tecnológicas por funcionários públicos e cidadãos. Entendemos, também, que a tecnologia é um complemento, e não um substituto, de informações claras, utilizáveis e úteis.

Reconhecemos que o governo aberto requer um compromisso constante e sustentado. Comprometemo-nos a prestar contas publicamente das ações empreendidas para por em prática esses princípios, consultando a população sobre a sua implementação, e atualizando nossos compromissos à luz dos novos desafios e oportunidades.

Comprometemo-nos a liderar pelo exemplo e a contribuir para o avanço de governos abertos em outros países por meio do intercâmbio de melhores práticas e experiências e da concretização dos compromissos expressos nesta Declaração em bases voluntárias e não-vinculantes. Nosso objetivo é o de promover a inovação e estimular o progresso, e não definir padrões cuja utilização seja condição prévia para a cooperação ou a assistência, ou para classificar países. Ressaltamos a importância de uma abordagem global e da disponibilidade de cooperação técnica

para apoiar a capacitação e o fortalecimento institucional para a promoção da transparência.

Comprometemo-nos a adotar estes princípios em nossos compromissos internacionais e a trabalhar para fomentar uma cultura global de governo aberto que fortaleça e produza resultados para os cidadãos, avançando os ideais do governo aberto e participativo do século 21.

ASSASSINATO DO EX-PRESIDENTE DO
AFEGANISTÃO
20/09/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do assassinato, em atentado que vitimou outras cinco pessoas, do ex-Presidente afegão, Burhanuddin Rabbani. Desde 2010, Rabbani presidia o Conselho Superior pela Paz no Afeganistão e liderava os esforços em busca da reconciliação das forças em conflito no país.

Ao se solidarizar com o Governo e o povo afegãos e com a família do ex-Presidente Rabanni e das demais vítimas, o Brasil reafirma seu compromisso com um processo pacífico de reconciliação nacional no Afeganistão. Reitera, ademais, seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob qualquer pretexto.

COMUNICADO DE IMPRENSA DA
III REUNIÃO DO CONSELHO DE
MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES
DA AMÉRICA DO SUL E PAÍSES ÁRABES
21/09/2011

(Versão original em inglês)

Press Communiqué - Third Meeting of the
Council of Foreign Affairs Ministers of the

Arab and South-American Countries

The Ministers of Foreign Affairs of the Arab and South-American Countries (ASPA) convened their Third Meeting, on 21 September 2011, at the margins of the 66th Session of the United Nations General Assembly. On the occasion:

1. They consulted on political issues of mutual interest and reaffirmed the importance of strengthening the political dialogue between the two regions.

2. In this context, they welcomed the Palestinian decision to resort to the United Nations with a view to fulfill the legitimate aspirations of the Palestinian People for independence and recognition of the Palestinian State, on the basis of United Nations Security Council Resolutions 242, 338, and other relevant UN resolutions. They also welcomed the recognition accorded to the State of Palestine by States, especially by those of ASPA.

3. They welcomed the intensification of progresses in cooperation between the two regions in the areas of trade, education and culture, science and technology, industry, intellectual property, environment, especially in combating desertification, and social development, among others.

4. In this respect, they reviewed the calendar of the ASPA coming cooperation meetings in 2011 and they welcomed the hosting of the first meeting of ASPA Ministers of Tourism by Jordan, and of the first meeting of ASPA Ministers of Education by Kuwait, as well as of the third meeting of ASPA Ministers of Economy by Bolivia.

5. For the year 2012, the Ministers welcomed the hosting of the second meeting of ASPA Ministers of Environment by Ecuador, of the third meeting of ASPA Ministers of Social Affairs by Lebanon, of the first meeting of the Ministers of Energy

by the United Arab Emirates and of the first industrial gathering for countries from both regions by the Arab Industrial Development and Mining Organization (AIDMO). Also for 2012, they welcomed the ASPA-UNESCO Contact Group convening the ASPA Cultural Forum at UNESCO.

6. They welcomed the kind offer of the Republic of Peru to host the Third ASPA Summit, in 2012, on the 26 and 27 September, and decided to convene their next meeting, in preparation for the Summit, at the margins of the next United Nations General Assembly Session. They called on the Council of the ASPA High Officials to decide on preparatory meetings to ensure the success of the Summit.

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIPLOMACIA
PREVENTIVA – NOVA YORK, 22 DE
SETEMBRO DE 2011
22/09/2011

(Versão original em inglês)

Statement by the President of the Security Council

The Security Council recalls its previous relevant resolutions and presidential statements on preventive diplomacy, prevention of armed conflict, and mediation and the peaceful settlement of disputes.

The Security Council welcomes the report of the Secretary-General on “Preventive Diplomacy: delivering results” (S/2011/552), and takes note of the recommendations contained therein.

The Security Council reaffirms its primary responsibility for the maintenance of international peace and security, acting in accordance with the purposes and principles

of the Charter of the United Nations. The Council further expresses its determination to enhance the effectiveness of the United Nations in preventing the eruption of armed conflicts, their escalation or spread when they occur, and their resurgence once they end.

The Security Council underlines the overriding political, humanitarian and moral imperatives as well as the economic advantages of preventing the outbreak, escalation or relapse into conflicts.

The Security Council recalls that the prevention of conflict remains a primary responsibility of States, and further recalls their primary responsibility to respect and ensure the human rights of all individuals within their territory and subject to their jurisdiction, as provided for by relevant international law, and also reaffirms the responsibility of each individual State to protect its populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing, and crimes against humanity.

The Security Council reaffirms that actions undertaken within the framework of conflict prevention by the United Nations should support and complement, as appropriate, the conflict prevention roles of national governments.

The Security Council pays tribute to the efforts undertaken by the Secretary-General in using his good offices, and dispatching Representatives, Special Envoys and mediators, to help facilitate durable and comprehensive settlements. The Council encourages the Secretary-General to increasingly and effectively use all the modalities and diplomatic tools at his disposal under the Charter for the purpose of enhancing mediation and its support activities, and recalls in this regard resolution A/RES/65/283 of 28 July 2011, as well as the report of the Secretary-General of 8 April 2009 (S/2009/189). The Council further encourages concerned parties

to act in good faith when engaging with prevention and mediation efforts, including those undertaken by the United Nations.

The Security Council encourages the Secretary-General to continue improving coherence and consolidation within the United Nations system, with a view to maximizing the impact of swift and timely preventive efforts undertaken by the Organization. The Council underlines the importance of the regular briefings it receives on such efforts and further calls on the Secretary-General to continue this good practice.

The Security Council recalls that a comprehensive conflict prevention strategy should include, inter alia, early warning, preventive deployment, mediation, peacekeeping, practical disarmament, accountability measures as well as post-conflict peacebuilding, and recognizes that these components are interdependent, complementary, and non-sequential.

The Security Council recognizes that conflict prevention strategies should address the root causes of armed conflict, and political and social crises in a comprehensive manner, including by promoting sustainable development, poverty eradication, national reconciliation, good governance, democracy, gender equality, end of impunity, rule of law, and respect for and protection of human rights.

The Security Council encourages the peaceful settlement of local disputes through regional arrangements in accordance with Chapter VIII of the Charter. The Council acknowledges the efforts undertaken to strengthen operational and institutional cooperation between the United Nations and regional and sub-regional organizations for conflict prevention, and in this regard reiterates the need to continue strengthening strategic dialogue, partnerships, and more regular exchange of views and information

at the working level, with the aim of building national and regional capacities in relation to the preventive diplomacy tools of, inter alia, mediation, information gathering and analysis, early warning, prevention and peacemaking.

The Security Council intends to continue to strengthen its partnerships with all other relevant players at both the strategic level and on the ground, in particular the General Assembly, the Economic and Social Council, the Peacebuilding Commission, and international financial institutions, such as the World Bank. The Council further intends to continue to strengthen its partnership with the United Nations regional offices.

The Security Council emphasizes that an effective preventive diplomacy framework requires the active involvement of civil society, especially youth, and other relevant actors, such as academia and media. The Council also reaffirms the important role of women in the prevention and resolution of conflicts and in peacebuilding, and reiterates its call to increase the equal participation, representation and full involvement of women in preventive diplomacy efforts in line with resolutions 1325 (2000), 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), and the statements of its President S/PRST/2010/20 and S/PRST/2010/22.

The Security Council recognizes the importance of enhancing efforts, including coordination among relevant bilateral and multilateral donors, to ensure predictable, coherent and timely financial support to optimize the use of preventive diplomacy tools, including mediation, throughout the conflict cycle.

The Security Council looks forward to further consideration of the report of the Secretary General on “Preventive Diplomacy: delivering results” by the General Assembly and the Economic and Social Council, as well as other actors including international financial

institutions, and supports strengthening the capacity of the United Nations and its partners in the field of preventive diplomacy.

REUNIÃO MINISTERIAL DOS PAÍSES DO G4
(BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO) À
MARGEM DA 66ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
23/09/2011

1. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores da Índia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão se encontraram em Nova York, em 23 de setembro de 2011, à margem da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, para trocar impressões sobre a reforma do Conselho de Segurança.

2. Recordando seus comunicados conjuntos anteriores, em particular as declarações de 24 de setembro de 2010 e 11 de fevereiro de 2011, os países do G-4 reiteraram sua visão comum de um Conselho de Segurança ampliado para o século XXI, expandido em ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes, tomando em consideração as contribuições feitas por países à manutenção da paz e da segurança internacionais, assim como maior representação dos países em desenvolvimento em ambas as categorias, a fim de melhor refletir as realidades geopolíticas de hoje.

3. Os Ministros discutiram a iniciativa de promover consultas com Estados-membros em relação a um projeto de resolução sobre a expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias de membros e o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho. A iniciativa foi apoiada por ampla coalizão de Estados-membros, de todos os grupos regionais das Nações Unidas. Assim, os Ministros expressaram a opinião de que esse

forte apoio deveria ser considerado como a base para maior discussão nas negociações intergovernamentais em andamento para criar o momento necessário a negociações reais entre os Estados-membros neste assunto de tal importância.

4. Os Ministros também saudaram a decisão da Assembleia Geral de começar imediatamente o processo de negociações intergovernamentais no plenário informal da 66ª Sessão. Reafirmaram seu pleno apoio às negociações e expressaram sua determinação de trabalhar em estreita cooperação com outros Estados-membros com espírito de flexibilidade e seguir avançando com todos os passos necessários para alcançar um resultado concreto na atual Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse sentido, os países do G-4 esperam trabalhar estreitamente com Sua Excelência Sr. Nassir Abdulaziz Al-Nasser, Presidente da 66ª Sessão da Assembleia Geral.

5. Os Ministros uma vez mais se comprometeram a continuar trabalhando em conjunto, a fim de realizar urgentemente a necessária reforma do Conselho de Segurança.

REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS (ÍNDIA,
BRASIL E ÁFRICA DO SUL) À MARGEM
DA 66ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS – DECLARAÇÃO
À IMPRENSA – NOVA YORK, 23 DE
SETEMBRO DE 2011
23/09/2011

IBSA MINISTERIAL JOINT
STATEMENT - New York, 23rd September
2011

The IBSA Ministers issued the following statement on 23rd September 2011 on the margins of the 66th Session of the United

Nations General Assembly.

1. They observed the nature of the historic occasion as the three IBSA countries serving concurrently as non-permanent members in the UN Security Council during the year 2011.

2. They pledged their continued cooperation to ensure that the voices of these three democracies from the South make a meaningful and unique contribution to global peace and security. They further exchanged views on the current global political, economic and financial environment, which pose considerable challenges, notably for developing countries. They reiterated that the current international system has to be more reflective of the needs and priorities of developing countries. IBSA, as like-minded countries, will continue to strive to contribute to a new world order whose political, economic and financial architecture is more inclusive, representative and legitimate.

3. They underscored the need for urgent reform of the Security Council, including an expansion in both permanent and non-permanent categories of its membership, with increased participation of developing countries in both. The need for greater progress in the intergovernmental negotiations on the UNSC reform was identified as critical to ensure the required impetus to achieve change. They committed themselves to maintain close cooperation and coordination to continue to promote initiatives aimed at achieving tangible results during UNGA66 and thereafter.

4. They acknowledged the positive role that the three IBSA countries have been playing in the maintenance of international peace and security during their current tenure on the Security Council. They committed themselves to continued close cooperation in order to bring their perspectives into the work and decision-making processes of the UNSC.

5. In the context of contributing to sustainable peace and security in countries dealing with

post- conflict situations and reconstruction, the IBSA countries recalled the importance of South-South Cooperation, in particular projects carried out through the IBSA Facility for Poverty and Hunger Alleviation (IBSA Trust Fund), among others in Haiti, Palestine, Guinea-Bissau, Burundi and Sierra Leone. Since the announcement of the results of the referendum in the South Sudan on 7 February 2011, IBSA countries are supporting the reconstruction and development of both the Sudan and South Sudan, through the IBSA Trust Fund.

6. They reiterated their view that peacekeeping operations have a contribution to make in early peacebuilding activities and in providing an environment conducive to the implementation of development strategies, as a means to bring immediate peace dividends to afflicted areas and to contribute to a cooperative atmosphere for UN missions.

7. They also noted that when considering the deployment of a mission or in evaluating and renewing the mandate of current missions, the Security Council should work in close cooperation with the Peacebuilding Commission (PBC), with a view to developing a stronger synergy between the two organs.

8. The need for the UN to ensure stronger cooperation and coordination with regional representative bodies such as the African Union and its Peace and Security Council was also reiterated.

9. They stressed that IBSA countries have consistently engaged constructively in deliberations on the UNSC in an effort to find permanent solutions to highly complex issues with emphasis on diplomacy and dialogue. It may be recalled that IBSA Deputy Foreign Ministers visited Syria as part of a trilateral engagement with the Syrian government to encourage democratic changes and a peaceful resolution to the situation. That initiative reflects values shared by the IBSA countries

especially with relation to the promotion of democracy and human rights and the protection of civilians.

10. India, Brazil and South Africa committed to resume discussions and coordination on Security Council issues during the IBSA Summit which will be hosted in South Africa on 18 October 2011.

11. India and Brazil conveyed their best wishes to South Africa as host of the next IBSA Summit, on 18 October 2011.”

MORTE DE ESTUDANTE DE INTERCÂMBIO EM CUIABÁ

24/09/2011

O Governo brasileiro lamenta profundamente a morte do estudante Toni Bernardo da Silva, natural de Guiné-Bissau, ocorrida em 22 de setembro, em Cuiabá, no Mato Grosso. O estudante veio ao Brasil por meio de programa de intercâmbio oferecido pelo Governo brasileiro a jovens de vários países africanos.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, apresentou pessoalmente, hoje, em Nova York, ao Embaixador Adelino Mano Queta, Chanceler em exercício e futuro Ministro da Justiça de Guiné-Bissau, em nome do Governo brasileiro, pedido de desculpas pela violência cometida contra o estudante bissauense, e informou que as responsabilidades pelo crime serão devidamente apuradas.

O Governo brasileiro manifesta condolências à família do estudante e reitera seu repúdio a toda forma de violência.

SITUAÇÃO NA BOLÍVIA

26/09/2011

O Governo brasileiro recebeu, com preocupação, a notícia da ocorrência de distúrbios em 25 de setembro, no contexto de protestos sobre a construção de trecho da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos.

O Governo brasileiro manifesta sua confiança em que o Governo boliviano e diferentes setores da sociedade boliviana continuarão a favorecer o diálogo e a negociação na busca de um entendimento sobre o traçado da rodovia, tomando em conta a normativa interna boliviana e boas práticas internacionais relevantes, em benefício do desenvolvimento e da estabilidade da Bolívia.

O Governo brasileiro confirma que sua disposição de cooperar com a Bolívia no contexto da obra se desenvolve no entendimento de tratar-se de projeto de grande importância para a integração nacional da Bolívia e que atende aos parâmetros relativos a impacto social e ambiental previstos na legislação boliviana.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DE CUBA, BRUNO
RODRÍGUEZ PARRILLA - 28 E 29/09/2011
27/09/2011

O Chanceler cubano manterá, no dia 28, reunião com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, serão examinados temas bilaterais, com ênfase em relações econômicas e iniciativas de cooperação bilateral e trilateral em apoio a terceiros países.

O Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez Parrilla, realizará visita ao Brasil, nos dias 28 e 29 de setembro.

O Chanceler cubano manterá, no dia 28, reunião com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, serão examinados temas bilaterais, com ênfase em relações econômicas e iniciativas de cooperação bilateral e trilateral

em apoio a terceiros países. Os Chanceleres tratarão, ainda, de temas das agendas regional e multilateral.

Brasil e Cuba mantêm projeto de cooperação na área da saúde em benefício do Haiti. O programa contempla iniciativas como a construção de unidades de pronto atendimento de saúde e a formação de agentes comunitários e técnicos de saúde.

O comércio bilateral tem apresentado dinamismo significativo. Em 2010, alcançou o montante de US\$ 488,2 milhões. Em 2011, o intercâmbio bilateral já soma US\$ 413 milhões, até o mês de agosto. Os principais produtos exportados pelo Brasil são óleo de soja, cereais e carnes.

BRASIL-URUGUAI - NOTA CONJUNTA
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES E DO MINISTÉRIO DA
FAZENDA
27/09/2011

Autoridades do Brasil e do Uruguai reuniram-se hoje, dia 27 de setembro, em Brasília, para tratar das recentes medidas tomadas no marco do Plano Brasil Maior referentes ao setor automotivo. As autoridades dos dois países coincidiram quanto à importância de uma resposta conjunta frente aos desafios do atual cenário econômico internacional. Reiteraram, nesse sentido, o entendimento comum sobre a necessidade de preservar a estrutura produtiva e os empregos na região, em particular no setor industrial.

Acordaram aprofundar a integração produtiva das suas economias, objetivo que envolve o estímulo à constituição de “joint-ventures” entre empresas dos dois países. Em particular, acordaram incentivar o aprofundamento da integração produtiva entre empresas da cadeia automotiva, com vistas

à aceleração do ritmo de incorporação de conteúdo regional de automóveis e autopeças.

O Brasil comprometeu-se a adotar, no prazo mais breve possível, as medidas necessárias para que os automóveis contemplados no marco do Acordo de Complementação Econômica N° 2 entre Brasil e Uruguai sejam beneficiados com a redução do IPI de que trata a Medida Provisória N° 540.

Acordaram, ademais, promover conjuntamente a aprovação de mecanismo no Mercosul que autorize os Estados Partes a adotarem, respeitadas as tarifas consolidadas na OMC, elevações tarifárias transitórias consensuadas para até 100 códigos da NCM.

Acordaram, ainda, promover conjuntamente a implementação de mecanismos para consolidação e desenvolvimento dos fluxos comerciais intrazona, incluindo a harmonização ou eliminação progressiva de restrições não tarifárias e contemplando situação particular dos sócios de menor tamanho econômico.

ELEIÇÃO DO CANDIDATO
BRASILEIRO À DIREÇÃO-EXECUTIVA
DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO CAFÉ
29/09/2011

Robério Oliveira Silva foi eleito, por aclamação, Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café para o período de 2011-2016, hoje, dia 29 de setembro, em Londres.

Robério Oliveira Silva foi eleito, por aclamação, Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café para o período de 2011-2016, hoje, dia 29 de setembro, em Londres.

Robério Silva já exerceu, por oito anos, o cargo de Secretário-Geral da Associação dos Países Produtores de Café, em Londres. Economista, Oliveira Silva ocupa, atualmente,

o cargo de Diretor do Departamento do Café do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seu programa de trabalho inclui reformas na estrutura da entidade e um compromisso com a sustentabilidade da lavoura cafeeira, nas suas vertentes econômica, social e ambiental.

A OIC é a principal agência intergovernamental para o café. Seus Estados membros representam 97% da produção e 80% do consumo mundial do produto. O Brasil é o maior contribuinte das receitas financeiras da OIC, bem como o principal produtor e exportador mundial de café, além do segundo consumidor mundial

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA
MISSÃO DE PAZ DA ONU NO LÍBANO -
BRASÍLIA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
29/09/2011

Nota Conjunta do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores

Com a aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, concluída em 28 de setembro, o Governo brasileiro prepara o envio de um navio da Marinha do Brasil, equipado com aeronave e até 300 tripulantes, para reforçar o componente marítimo da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

A medida aprovada pelo Congresso Nacional atende mensagem enviada pela Presidenta Dilma Rousseff, acompanhada de Exposição de Motivos assinada pelos ministros da Defesa, Celso Amorim, e das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. No documento, os Ministros ressaltam que a iniciativa demonstra o compromisso do Brasil com a promoção da paz no Oriente Médio.

A UNIFIL foi criada pela Resolução 425 (1978) do Conselho de Segurança das

Nações Unidas com o mandato original de supervisionar a retirada das tropas israelenses do território do Líbano. Após a crise de 2006, por meio da Resolução 1701 (2006), o Conselho de Segurança reforçou a missão e adicionou ao seu mandato as funções de monitorar a cessação de hostilidades e de contribuir para a garantia do acesso da ajuda humanitária às populações civis e do retorno seguro e voluntário dos deslocados. Pela mesma resolução, foi criada a Força-Tarefa Marítima (MTF), como parte da UNIFIL, para monitorar o tráfego ao largo da costa libanesa, com vistas a evitar violações ao embargo de armas aplicado ao Líbano, e para treinar os quadros da Marinha de Guerra libanesa.

A missão conta atualmente com 11.746 militares, 351 funcionários civis internacionais e 656 nacionais.

O Brasil iniciou sua participação na UNIFIL em fevereiro deste ano, com um destacamento de oito militares – quatro oficiais e quatro praças. Na ocasião, um oficial brasileiro, o contra-almirante Luiz Henrique Caroli, assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima, unidade da UNIFIL composta de 800 militares.

O navio brasileiro deverá seguir para o Líbano no dia 4 de outubro e servirá como capitânia da frota, composta por três navios da Alemanha, dois de Bangladesh, um da Grécia, um da Indonésia e um da Turquia. Trata-se da primeira esquadra utilizada pela ONU em missões de paz.

O Brasil possui um histórico de participação em operações dessa natureza, sendo uma das mais importantes a contribuição à missão para estabilização no Haiti (Minustah).

OFICINAS DE ROTEIRO

30/09/2011

O Ministério das Relações Exteriores realizará, em outubro, duas edições-piloto de oficinas de roteiro, em Porto Alegre e Recife, em parceria com instituições culturais locais. O objetivo do projeto é contribuir para a formação de profissionais e estudantes de cinema, além de ampliar as redes de contato entre roteiristas nacionais e estrangeiros.

Em Porto Alegre, a oficina será realizada em parceria com o Santander Cultural, entre os dias 4 e 7 de outubro. Já em Recife, a instituição parceira será a Fundação Joaquim Nabuco e as atividades ocorrerão entre os dias 25 e 28 de outubro.

As inscrições para a oficina de Porto Alegre ainda estão abertas, e poderão ser feitas até o dia 4 de outubro pelo e-mail ecine@santander.com.br. Informações sobre as inscrições para a oficina de Recife poderão ser obtidas pelo e-mail canne@fundaj.gov.br.

As oficinas serão conduzidas por roteiristas com experiência de ensino e cujos trabalhos tenham recebido prêmios em festivais de cinema. Foram escolhidos roteiristas que trabalham nos mercados da Argentina e dos Estados Unidos.

A oficina de Porto Alegre será conduzida, em espanhol, por Juan Villegas. Nascido em Buenos Aires, Juan Villegas é ator, diretor, produtor e roteirista de cinema. Dirigiu dois curtas-metragens antes de realizar seu primeiro longa, “Sábado”, de 2001. Entre seus trabalhos posteriores, destacam-se “Los suicidas” e “Ócio”, que estreou no Festival de Berlim no início deste ano.

A oficina de Recife será ministrada, em inglês, pela escritora, roteirista e produtora de cinema María Escandón. Com roteiro de sua autoria, o filme “Santitos” foi sucesso de bilheteria e recebeu prêmios nos festivais de Sundance e Guadalajara. María Escandón ministra curso de redação criativa na Universidade da Califórnia, em Los Angeles,

e foi consultora do Sundance Screenwriters Lab.

As oficinas são dirigidas, prioritariamente, a profissionais ou estudantes que já tenham conhecimento prévio sobre redação de roteiros. Serão abertas 25 vagas para cada oficina.

A partir de 2012, pretende-se a ampliação do projeto de oficinas de roteiro para o mínimo de quatro edições anuais em diferentes cidades do Brasil.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA DE FIJI
30/09/2011

O Primeiro-Ministro da República de Fiji, Senhor Josaia Voreqe Bainimarama, realizou visita ao Brasil, de 28 a 30 de setembro, ocasião em que inaugurou oficialmente a Embaixada de Fiji em Brasília, a primeira representação diplomática daquele país na América Latina.

O Primeiro-Ministro Bainimarama foi recebido no Ministério das Relações Exteriores, onde foi homenageado com almoço, e visitou ainda o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a EMBRAPA, com vistas a identificar áreas de cooperação.

VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, AO
REINO DA BÉLGICA – BRUXELAS, 3 E 4
DE OUTUBRO DE 2011
30/09/2011

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita oficial ao Reino da Bélgica nos dias 3 e 4 de outubro, onde manterá encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro Yves Leterme, para tratar de temas bilaterais, regionais e multilaterais, e com o

Rei Alberto II. A Presidenta Dilma Rousseff também inaugurará o festival cultural bienal “Europalia”, que nesta 23ª edição terá o Brasil como país homenageado. A última edição do festival foi visitada por mais de um milhão de pessoas.

Há grande potencial na parceria entre Brasil e Bélgica para a cooperação em temas de ciência, tecnologia, inovação e educação. Universidades belgas mantêm programas de pesquisa de ponta em áreas de interesse do Brasil, como a química fina, a farmacêutica e a biotecnologia e já demonstraram disposição em acolher estudantes brasileiros no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras.

A parceria com a Bélgica tem contribuído para o processo de modernização do setor portuário brasileiro. A informatização, a infraestrutura e o treinamento de pessoal em portos como Santos, Itaguaí, Porto Açu, Itajaí e Rio Grande têm se beneficiado da cooperação com entidades belgas.

As economias do Brasil e da Bélgica apresentam bom desempenho, apesar do quadro de crise econômico-financeira internacional. Esse cenário favorável conduz a oportunidades de intensificação das trocas comerciais e dos fluxos de investimento. O intercâmbio comercial entre Brasil e Bélgica cresceu 26% nos últimos cinco anos, atingindo o montante de US\$ 5 bilhões em 2010.

V CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA
– BRUXELAS, 3 E 4 DE OUTUBRO DE
2011
30/09/2011

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, participará da V Cúpula Brasil– União Europeia, a ser realizada nos dias 3 e 4 de outubro, em Bruxelas. A Presidenta participará igualmente, no dia 4, da cerimônia

de encerramento do V Fórum Empresarial Brasil–União Europeia.

Por ocasião da Cúpula, a Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o Presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, adotarão o Plano de Ação Conjunta 2012-2014 para a Parceria Estratégica Brasil–União Europeia. Cooperação educacional, ciência e tecnologia serão alguns dos principais temas a serem tratados. Serão assinados instrumentos nas áreas de serviços aéreos, desenvolvimento tecnológico, políticas espaciais, cooperação cultural e turismo.

Serão abordados temas de interesse global, como o panorama da economia mundial, desenvolvimento sustentável, meio ambiente e os desdobramentos recentes na questão israelo-palestina.

Tomada em seu conjunto, a União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil, ao passo que o Brasil é o nono maior parceiro comercial do bloco. Em 2010, a corrente de comércio Brasil–União Europeia superou US\$ 82 bilhões, retornando ao patamar registrado em 2008. As exportações do Brasil para os países do bloco somaram US\$ 43 bilhões em 2010, o que representa aumento de 26,7% em relação a 2009. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 39 bilhões, o que significa crescimento de 33,8% em relação a 2009.

O Brasil é o sexto principal investidor na União Europeia, tendo aportado US\$ 5 bilhões em investimentos diretos em 2010. O estoque de investimentos brasileiros no bloco cresceu cerca de 280% entre 2006 e 2009, atingindo US\$ 75 bilhões – foi o maior incremento observado dentre os dez principais investidores no bloco.

Em 2010, os investimentos europeus no Brasil foram de US\$ 8 bilhões. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil atingiu, em 2009, o montante de US\$ 177

bilhões, mantendo o Brasil como quarto principal destino dos investimentos europeus.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA V
CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA –
BRUXELAS, 3 E 4 DE OUTUBRO DE 2011
04/10/2011

1 – PROGRAMA CONJUNTO EM CULTURA ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (2011-2014)

2 – CARTA DE INTENÇÕES PARA DIÁLOGO EM POLÍTICAS ESPACIAIS ENTRE O SR. ALOIZIO MERCADANTE, MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SR. ANTONIO TAJANI, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

3 - CARTA DE INTENÇÕES - COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DADIÊNCIA, TECNOLOGIAE INOVAÇÃO DO BRASIL E O JOINT RESEARCH CENTRE DA COMISSÃO EUROPEIA

4 - DECLARAÇÃO CONJUNTA ENTRE O MINISTRO DE TURISMO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE A EXPERIÊNCIA PILOTO DOS “50.000 TURISTAS” COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DOS FLUXOS DE TURISMO ENTRE A AMÉRICA DO SUL E A EUROPA

V CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA
- DECLARAÇÃO CONJUNTA /
BRUXELAS, 4 OUTUBRO DE 2011
04/10/2011

A V Cúpula Brasil-União Europeia foi realizada em Bruxelas em 4 de outubro de 2011. A República Federativa do Brasil foi representada pela Presidenta, Senhora Dilma Rousseff, acompanhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, pela Ministra da Cultura, Senhora Anna de Hollanda, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Senhor Fernando Pimentel, pelo Ministro das Comunicações, Senhor Paulo Bernardo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Aloizio Mercadante, pelo Ministro do Esporte, Senhor Orlando Silva, e pela Ministra da Comunicação Social, Senhora Helena Chagas. A UE foi representada pelo Presidente do Conselho Europeu, Senhor Herman Van Rompuy, e pelo Presidente da Comissão Europeia, Senhor José Manuel Durão Barroso. A Alta Representante/Vice-Presidente Senhora Catherine Ashton, o Comissário Europeu/Vice-Presidente Senhor Antonio Tajani, a Comissária Europeia Senhora Androulla Vassiliou, e o Comissário Europeu Senhor Karel De Gucht também participaram.

Os Líderes reafirmaram os valores e princípios compartilhados pelo Brasil e pela UE que encontram expressão em sua Parceria Estratégica, destacando seu compromisso com a promoção da paz e da segurança internacional, o fortalecimento da democracia e do primado do direito, o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e proteção ambiental.

O Brasil e a UE reiteraram a importância de um sistema multilateral eficaz, centrado em uma Organização das Nações Unidas forte, como fator-chave para o enfrentamento de desafios globais.

Eles concordaram em que o Brasil e a UE aprofundarão ainda mais o diálogo político com

vistas a gerar maior convergência de posições sobre os principais desafios globais e nas grandes conferências e Cúpulas internacionais. O Brasil e a UE também buscarão aprimorar o diálogo sobre direitos humanos e fortalecer o diálogo sobre assuntos de segurança, incluindo desafios transversais à segurança como corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, tanto bilateralmente quanto no contexto internacional e multilateral.

Eles intercambiaram pontos de vista sobre a situação econômica internacional e o estado de suas respectivas economias. Nesse contexto, ambos os lados reafirmaram seu firme compromisso com o êxito da Cúpula do G-20 em Cannes, para que envie forte sinal de unidade e determinação para alcançar resultados ambiciosos e concretos. Eles concordaram quanto à necessidade de fazer esforços concertados para apoiar o crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusive no contexto do Marco do G-20 para o Crescimento, para assegurar a reforma efetiva dos mercados financeiros, reformas apropriadas do sistema monetário internacional e mercados eficientes de “commodities”.

Eles sublinharam a importância do emprego e da dimensão social da globalização, e destacaram as oportunidades para o crescimento que podem ser criadas pelo desenvolvimento progressivo da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, a serem discutidas na Conferência Rio+20 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A esse respeito, ressaltaram seu compromisso conjunto para assegurar o êxito da Conferência Rio+20 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de junho de 2012.

Eles enfatizaram sua visão compartilhada sobre o papel crucial que a educação superior,

a cooperação e mobilidade acadêmicas, assim como a pesquisa científica, a tecnologia e a inovação, desempenham para promover o crescimento rápido e sustentável e aumentar a produtividade e a empregabilidade. Decidiram fortalecer o diálogo e a cooperação Brasil-UE nessas matérias, com base nos instrumentos e programas existentes, tais como Erasmus Mundus e Marie Curie da UE, e o esquema de mobilidade Ciência sem Fronteiras do Brasil. Decidiram lançar uma plataforma para o diálogo e intercâmbio para promover a mobilidade acadêmica e a cooperação entre o Brasil e a UE.

Os Líderes reafirmaram seu compromisso com um resultado exitoso da Rodada do Desenvolvimento de Doha da Organização Mundial do Comércio. Eles também confirmaram sua disposição de seguir trabalhando rumo a uma conclusão da Rodada ambiciosa, abrangente e equilibrada, e, em linha com os compromissos do G-20, de resistir ao protecionismo e de não levantar barreiras ao comércio e investimento.

Ambos os lados reconheceram a importância de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o imperativo de reduzir a pobreza global. Expressaram sua intenção de trabalhar juntos para fortalecer sua coordenação sobre eficácia da cooperação e da assistência internacionais, e destacaram a importância do Foro de Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC e do Foro de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda de Busan, Coreia (novembro/dezembro 2011). Ambos os lados apoiarão a comunidade internacional na promoção de parceria global para o desenvolvimento.

Sobre mudança do clima, os Líderes sublinharam a importância de que o Brasil e a UE trabalhem juntos bilateralmente e no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para maior

cooperação internacional para alcançar um resultado ambicioso e abrangente das negociações multilaterais que respeite as responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades, com vistas a manter a temperatura média global até 2oC acima dos níveis pré-industriais. Eles reforçaram a cooperação em matéria de mudança do clima pelo lançamento formal de um Diálogo Brasil-UE específico sobre Mudança do Clima.

A Cúpula destacou a energia como um dos pilares da Parceria Brasil-UE. Os Líderes saudaram o fato de que tanto o Brasil quanto a UE estejam liderando esforços globais sobre o uso de fontes de energia renovável e que intercâmbios regulares tenham lugar sobre bioenergia. Saudaram, igualmente, a cooperação fortalecida sobre eficiência e segurança energética. O Brasil e a UE notaram a importância de mercados de energia estáveis e transparentes e a necessidade para esforços contínuos em acesso à energia e sustentabilidade energética, que são elementos cruciais para o crescimento econômico global. Eles concordaram em reforçar a cooperação no contexto multilateral, nomeadamente no contexto do G-20, da Parceria Global da Bioenergia (GBEP) e da Parceria Internacional para a Cooperação em Eficiência Energética (IPEEC).

No que se refere a temas de política externa, os Líderes discutiram o desenvolvimento no Norte da África e no Oriente Médio, na Líbia e Síria em particular. Eles expressaram séria preocupação com a atual situação na Síria e concordaram sobre a necessidade de continuar a instar as autoridades sírias a colocar um fim à violência e iniciar uma transição pacífica para a democracia. Eles enfatizaram a importância de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas continuem engajados na matéria.

Sobre a Líbia, eles sublinharam a importância de contribuir para os esforços da comunidade internacional no âmbito das Nações Unidas com vistas a um processo de transição exitoso e controlado nacionalmente, em que os princípios democráticos, a justiça e os direitos humanos sejam plenamente respeitados. Decidiram avaliar possíveis modos de cooperação entre o Brasil e a UE para o processo de reconstrução e estabilização do país.

Sobre o Processo de Paz no Oriente Médio, o Brasil e a UE continuam comprometidos com uma retomada urgente das negociações entre as partes. Os Líderes notaram que quaisquer passos e posições a serem tomados nas próximas semanas devem ser dirigidos a alcançar esse objetivo. O Brasil e a UE reiteraram o objetivo compartilhado de uma solução abrangente para o conflito, levando a dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança e reconhecimento mútuo.

Os Líderes enfatizaram seu compromisso com a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e discutiram como intensificar as consultas e a coordenação existentes no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH), da III Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas e em outros foros da ONU. Eles saudaram e apoiaram discussões preliminares entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e a Alta Representante/Vice-Presidente da UE voltadas para a identificação de questões específicas e temas de interesse comum que possam gerar iniciativas conjuntas e o fortalecimento da cooperação. Nesse contexto, eles destacaram o interesse do Brasil e da UE em, entre outros, acesso a alimentação, direitos das mulheres e das crianças, incluindo acesso à educação, luta contra a tortura, o racismo e a xenofobia, e a moratória da pena de morte. Eles manifestaram a disposição de prover

assistência técnica e capacitação para países terceiros interessados por meio da cooperação triangular para apoiá-los na implementação do mecanismo de Revisão Periódica Universal e as recomendações dele decorrentes.

Os Líderes também reviram o estado das relações Mercosul-UE e confirmaram seu firme compromisso com a conclusão de um Acordo de Associação Mercosul-UE ambicioso, equilibrado e abrangente.

Os Líderes saudaram a constante intensificação das relações Brasil-UE e expressaram sua satisfação com o constante e importante progresso feito na implementação do Plano de Ação Conjunto Brasil-UE 2009-2011. Eles endossaram o novo Plano de Ação Conjunto para o período 2012-2014 que deve servir para ampliar ainda mais o âmbito e reforçar a intensidade das relações Brasil-UE.

Os Líderes expressaram satisfação com o desenvolvimento positivo de seus fluxos de comércio e investimento. Eles concordaram em reforçar o diálogo bilateral sobre investimento e comércio e em continuar a facilitar o intercâmbio de informação sobre oportunidades de investimento públicas e privadas. Nesse contexto, tomaram nota das recomendações da V Cúpula Empresarial Brasil-UE e ressaltaram a importância de um diálogo reforçado entre suas respectivas comunidades de negócios.

Os Líderes notaram a importância de continuar a envolver a sociedade civil no diálogo bilateral e nesse contexto saudaram a declaração do IV encontro da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-UE entre o Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social e o Comitê Econômico e Social Europeu realizada no Brasil em 26 e 27 de abril de 2011. Os Líderes tomaram nota da intenção da Mesa Redonda de expandir suas atividades para contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Eles saudaram a iminente conclusão de um acordo de empréstimo de EUR 500 milhões entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos nos setores de energia renovável e eficiência energética.

Eles também saudaram a assinatura de três Cartas de Intenções entre a Comissão Europeia e a República Federativa do Brasil. A primeira visa a facilitar os fluxos de turismo entre o Brasil e a UE no âmbito da iniciativa piloto dos “50 000 turistas” dirigida a facilitar os fluxos turísticos entre a América do Sul e a Europa em baixa temporada e a fortalecer a identidade europeia, assim como o estabelecimento de um diálogo sobre temas relacionados a turismo. A segunda diz respeito ao estabelecimento de um diálogo estruturado sobre política espacial que permitirá discussões e cooperação em uma ampla gama de atividades espaciais civis e prepara o caminho para o possível estabelecimento de um acordo de cooperação Brasil-UE sobre Sistemas Globais de Navegação por Satélite. A terceira visa a fortalecer a cooperação científica entre o Centro Conjunto de Pesquisa (JRC) da Comissão Europeia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil em áreas de prevenção de desastres naturais e gestão de crise, mudança do clima e gestão sustentável de recursos naturais, energia, segurança alimentar, biotecnologias, tecnologias da informação e comunicações e nanotecnologia.

Os Líderes destacaram a herança cultural comum do Brasil e da UE e reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da cooperação cultural entre o Brasil e a UE para o benefício de seus povos, no âmbito da Declaração Conjunta sobre Cultura assinada pelo Ministério da Cultura do Brasil e pela Comissão Europeia em maio de 2009. Eles

expressaram satisfação pela assinatura à margem da Cúpula do Programa Conjunto sobre Cultura 2011-2014 centrado na diversidade cultural, no desenvolvimento da economia cultural e criativa e de suas indústrias e na herança cultural.

Finalmente, o Brasil e a UE saudaram a assinatura dos acordos de isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes diplomáticos e de serviço e para portadores de passaportes comuns em novembro de 2010, assim como a entrada em vigor em 1º de abril de 2011 do acordo de isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes diplomáticos e de serviço. Eles enfatizaram a importância da entrada em vigor do acordo para portadores de passaportes comuns tão logo possível.

Parceria Estratégica Brasil-União Europeia - Plano de Ação Conjunta

O Brasil e a União Europeia concordam em construir uma parceria estratégica abrangente mediante:

- a promoção da paz e da segurança abrangente por meio de um sistema multilateral eficaz;
- o fortalecimento da parceria econômica, social e ambiental para promover o desenvolvimento sustentável;
- a promoção da cooperação regional;
- a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação;
- a promoção do intercâmbio entre os povos.

As relações entre o Brasil e a União Europeia continuarão a ser aprofundadas com base em diálogos anuais no mais alto nível e em reuniões de Cúpula e Ministeriais regulares. Esses encontros tratarão, em especial, dos desafios e crises que ameaçam a estabilidade e o desenvolvimento sustentável das sociedades e economias em todo o mundo. Reuniões de Altos Funcionários e

da Comissão Mista Brasil-União Europeia contribuirão para a preparação das reuniões de Cúpula e Ministeriais, bem como para o monitoramento do progresso dos diálogos em curso e da implementação do Plano de Ação Conjunta. Esse Plano de Ação tem duração de três anos e deverá ser revisto antes da Cúpula Brasil-União Europeia de 2014. Seu progresso será relatado às Cúpulas.

I. PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS POR MEIO DE UM SISTEMA MULTILATERAL EFICAZ

1. Promoção dos direitos humanos e da democracia e defesa da justiça internacional

O Brasil e a UE estão firmemente comprometidos com a promoção e a proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento, e com a busca da proteção e promoção integrais, em todos os nossos países, dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais para todos. Ambos estão também fortemente comprometidos com os princípios da democracia e do respeito ao primado do direito. Ambas as Partes reafirmam que os crimes mais graves que preocupam a comunidade internacional não devem permanecer impunes e que sua apuração deve ser assegurada por medidas em nível nacional ou internacional, em total cumprimento dos princípios do devido processo. Nesse sentido, ambas as Partes reafirmam a importância do Tribunal Penal Internacional na prevenção de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídios, na luta contra a impunidade e na busca de paz e reconciliação duradouras. Com base nesses valores compartilhados, o Brasil e a União Europeia intensificarão seu relacionamento a fim de fortalecer a efetiva execução de tais valores e trabalharão juntos para promovê-los em âmbito internacional. Com esse objetivo, o Brasil e a UE concordam em:

- continuar a manter consultas regulares sobre direitos humanos, relativas a questões multilaterais e bilaterais, nos níveis apropriados em Genebra, Nova York, Bruxelas e Brasília, bem como no contexto do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-UE. Isto permitirá uma interlocução voltada para a maior compreensão mútua e para a definição de posições comuns. Em particular, as consultas sobre direitos humanos permitirão: (1) avaliar os principais desafios relativos ao respeito pelos direitos humanos, princípios democráticos e primado do direito; (2) fazer avançar as prioridades políticas em direitos humanos e democracia; e (3) identificar e, quando possível, coordenar posições sobre questões relevantes em foros internacionais;

- encorajar um fórum da sociedade civil Brasil-UE sobre proteção dos direitos humanos e respeito pelos princípios democráticos, com o objetivo de promover uma melhor compreensão das preocupações mútuas entre atores não-estatais;

- identificar e promover projetos específicos de cooperação voltados para a consecução de resultados tangíveis nessa esfera, com vistas a promover os direitos humanos, inclusive dos indivíduos pertencentes aos grupos mais vulneráveis;

- cooperar em matéria de direitos humanos em países em desenvolvimento por meio da cooperação triangular, por exemplo utilizando instrumentos existentes, como o Acordo da Comunidade Européia (CE) com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

- trabalhar em conjunto para atingir a universalidade e preservar a integridade do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional;

- cooperar para o reforço da credibilidade, da independência e eficácia do Tribunal Penal Internacional e para a promoção da

universalidade do Estatuto de Roma, levando em consideração o resultado da Conferência de Revisão do Estatuto.

2. Fortalecimento do sistema multilateral

Como atores globais em um mundo multipolar, o Brasil e a UE compartilham o entendimento de que a melhor forma de lidar com questões globais é mediante um sistema multilateral fortalecido, centrado nas Nações Unidas. Reiteram seu compromisso com uma reforma e revitalização abrangentes das Nações Unidas, a fim de reforçar sua natureza democrática, representatividade, transparência, responsabilidade e eficiência. Com esse objetivo, o Brasil e a UE reconhecem a necessidade de buscar a reforma do Sistema das Nações Unidas e dos seus principais órgãos, entre os quais a Assembleia Geral, o ECOSOC e o Conselho de Segurança, com vistas a reforçar a eficiência, representatividade, transparência, responsabilidade e eficácia do sistema.

As Partes reiteram a importância política e o significado estratégico que atribuem ao sistema multilateral e entendem que a Organização das Nações Unidas precisa ser dotada dos meios necessários para alcançar a manutenção da paz e da segurança e para lidar eficazmente com desafios como a promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, direitos das crianças, inclusão social, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza e a fome, segurança energética, migração, comércio internacional, desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa, e luta contra o terrorismo. Com esse intuito, o Brasil e a UE concordam em:

- manter Diálogo Político de Alto Nível em todas as questões regionais e internacionais de interesse comum e aproveitar de forma plena as oportunidades de contatos entre ministros brasileiros e suas contrapartes na UE em

questões de relevância mútua;

- continuar a colaborar em foros internacionais e a manter consultas sobre temas das agendas de reuniões multilaterais, a fim de promover o apoio recíproco e desenvolver futuras iniciativas conjuntas. Com esse objetivo, os Representantes Permanentes em Nova York, Genebra e outras capitais das Nações Unidas manterão consultas regulares, quando apropriado, previamente às sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, de suas agências e órgãos especializados.

- estabelecer um Diálogo de Alto Nível em Temas das Nações Unidas;

- trabalhar em conjunto nas negociações e na implementação dos resultados das grandes conferências internacionais e cúpulas, quando apropriado, inclusive em direitos humanos, segurança, saúde global, segurança alimentar, comércio, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas sociais e laborais;

- dar prosseguimento à coordenação sobre a reforma das Nações Unidas.

3. Desarmamento, não-proliferação de armas de destruição em massa e diálogo sobre segurança

O Brasil e a UE concordam em trabalhar juntos no tratamento das questões do desarmamento, não-proliferação e controle de armamentos, em particular no tocante a armas nucleares, químicas e biológicas e a seus vetores, tráfico de armas pequenas, armamento leve e munições. Concordam quanto à importância do cumprimento das obrigações sob os tratados internacionais de desarmamento e não-proliferação existentes.

Com esse objetivo, concordam em:

- apoiar e promover a implementação integral de seus compromissos existentes, assumidos sob os tratados e acordos internacionais de desarmamento e não-proliferação e outras obrigações internacionais de que sejam partes, tendo presente os três

objetivos principais do Tratado de Não-Proliferação: não-proliferação, desarmamento e o direito ao desenvolvimento de tecnologias nucleares para fins pacíficos;

- adotar medidas para a assinatura, ratificação ou adesão, conforme cabível, e a implementação integral de outros instrumentos internacionais relevantes;

- cooperar para promover a pronta entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares e para buscar o lançamento imediato de negociações na Conferência de Desarmamento sobre um tratado de proibição da produção de material fissil para armas nucleares e outros artefatos nucleares explosivos, assim como para alcançar progresso em outras questões centrais da agenda da conferência, em particular a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior, garantias negativas de segurança e desarmamento nuclear;

- cooperar na área da não-proliferação de armas de destruição em massa, bem como de seus vetores, inclusive mediante a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) 1540 (2004), assegurando o cumprimento integral das obrigações nacionais e internacionais existentes e promovendo a adesão aos instrumentos internacionais relevantes e sua implementação;

- aprofundar a cooperação na prevenção e luta contra o tráfico ilícito de materiais relacionados a Armas de Destruição em Massa (ADMs);

- cooperar no desenvolvimento de sistemas nacionais eficazes de controle de exportação, controlando a exportação e o trânsito de materiais relativos a ADMs, inclusive o controle eficiente do uso final de tecnologias de uso dual;

- aperfeiçoar a coordenação geral no campo do desarmamento e da não-proliferação,

examinar riscos e ameaças relacionados a ADMs e avaliar o escopo da cooperação a partir dos esforços para o seu equacionamento, dando continuidade e aprimoramento ao diálogo temático por meio de consultas regulares nas reuniões do Diálogo Político Brasil-UE;

- cooperar no combate ao acúmulo desestabilizador e ao tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve (SALW) e sua munição;

- cooperar para que as negociações sobre um Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT) nas Nações Unidas cheguem a conclusão bem-sucedida na Conferência Diplomática de julho de 2012.

4. Prevenção de conflitos, promoção da paz e manutenção da paz

O Brasil e a UE buscarão contribuir para fortalecer as capacidades multilaterais de prevenção de conflitos, promoção da paz e manutenção da paz nas Nações Unidas, em organizações regionais e em âmbito bilateral, mediante:

- a integração dos diferentes aspectos da prevenção de conflitos, promoção da paz e manutenção da paz;

- o compartilhamento de avaliações de crises em andamento e em eclosão, como base para a construção de entendimento mútuo e para o fortalecimento da colaboração no marco de instituições internacionais;

- o início de discussões exploratórias sobre possível Acordo-Quadro sobre a participação do Brasil em missões da Política de Segurança e Defesa Comum da UE como meio de fortalecer cooperação mutuamente benéfica;

- o intercâmbio de pontos de vista e experiências sobre as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com vistas a aumentar a colaboração nessa matéria;

- examinar possibilidades para a cooperação triangular na área de manutenção da paz.

5. Construção da paz e estabilização pós-conflito

O Brasil e a UE coincidem em que a comunidade internacional deve se engajar em diálogo sobre atividades de construção da paz em países que estão em situação de conflito ou pós-conflito, ou com vistas a prevenir o conflito. Ambos concordam em que deve ser aprofundada a participação de mulheres naquelas atividades.

No tocante à construção da paz no futuro, as Partes decidem:

- conjugar esforços com vistas ao estabelecimento de bases para a paz, por meio do fortalecimento das instituições políticas e da promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países;

- aproveitar oportunidades de cooperação no âmbito da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (CCP);

- aperfeiçoar os processos de coordenação entre doadores e parceiros na área para fortalecer a sinergia e a coerência de esforços a fim de assegurar efetivo apoio a estratégias nacionais de construção da paz;

- fortalecer a cooperação sobre perspectivas de gênero na construção da paz e na reconstrução pós-conflito, bem como sobre crianças, por meio do aprimoramento da implementação da Resolução 1325 (2000) do CSNU sobre mulheres, paz e segurança, e da Resolução 1612 (2006) do CSNU sobre crianças em conflitos armados;

- examinar possibilidades para cooperação triangular na área de estabilização pós-conflito;

- manter coordenação com vistas ao aperfeiçoamento das capacidades nacionais e internacionais para lidar com conflitos e suas múltiplas causas profundas, inclusive mediante o aperfeiçoamento da coerência institucional nas Nações Unidas no campo da construção da paz;

- conjugar esforços na área da reconstrução pós-conflito, em particular no que se refere ao Haiti e Guiné-Bissau, e explorar a possibilidade de estabelecer cooperação tripartite nessa matéria.

6. Luta contra o terrorismo

O Brasil e a UE cooperarão na prevenção e combate ao terrorismo, em conformidade com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, as convenções e instrumentos internacionais relevantes, as resoluções relevantes das Nações Unidas, inclusive a Resolução 60/288 da Assembléia Geral, de 8 de setembro de 2006 – que contém a Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo - e sua respectiva legislação e regulamentos. Eles reconhecem a importância de assistir e apoiar as vítimas de terrorismo.

Em particular, acordam:

- apoiar esforços internacionais com vistas a assegurar o respeito integral pelo Direito Internacional, sobretudo em matéria de direitos humanos e Direito Internacional Humanitário, na luta contra o terrorismo;

- implementar a Estratégia Global das Nações Unidas Contra o Terrorismo adotada pela Assembléia Geral em setembro de 2006 e atualizada a cada dois anos desde 2008 e assegurar a implementação integral de todas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular as de número 1267 (1999) e 1373 (2001), bem como todas as Resoluções subsequentes que as modificam, convenções das Nações Unidas sobre terrorismo e respectivos protocolos;

- dar prosseguimento aos esforços com vistas à uma convenção abrangente das Nações Unidas sobre terrorismo internacional;

- trabalhar para implementar plenamente as nove recomendações da Força-Tarefa de Ação Financeira sobre a prevenção e a luta contra o financiamento do terrorismo;

- cooperar nos temas da prevenção do terrorismo e do uso da internet para propósitos terroristas, com a devida consideração à respectiva legislação interna;

- explorar meios de se estabelecer diálogo nessa matéria conforme cabível.

7. Prevenção e combate ao crime organizado e à corrupção

O Brasil e a UE concordam em cooperar, inclusive em foros internacionais, para dar impulso à implementação do direito internacional nos esforços de combate ao crime transacional organizado e à corrupção, promovendo a cooperação em matéria penal e, em particular, a implementação integral da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado e Protocolos adicionais sobre o combate ao crime organizado, bem como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Para esse fim, concordam em:

- discutir, no marco das instituições e órgãos das Nações Unidas (Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Penal, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e Assembleia Geral) para assegurar a conformidade das políticas internacionais com os princípios aprovados naquele marco, inclusive trocando opiniões sobre projetos de resolução para a sessão anual da CPCJP;

- promover e apoiar um forte mecanismo de revisão da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, conforme acordado na Conferência das Partes em Doha e com o envolvimento da sociedade civil, quando cabível;

- promover e apoiar um forte mecanismo de revisão da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado, inclusive por meio da cooperação requerida pelos Estados-Partes em sua implementação da Convenção;

- cooperar para evitar o uso de seus

sistemas financeiros para lavagem de recursos procedentes de atividades criminosas em geral e para implementar as recomendações da Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF/GAFI);

- explorar a possibilidade de compartilhar experiências e melhores práticas entre unidades de inteligência financeira (UIFs) do Brasil e dos países-membros da UE;

- manifestar a disposição de intercambiar experiências, cooperação e boas práticas, com países interessados, na luta contra atividades do crime organizado, inclusive por meio dos programas de cooperação do Brasil e da UE;

- considerar a possibilidade de envolver, em suas atividades de cooperação, intercâmbio bilateral inter-agências de informações e melhores práticas de aplicação da lei;

- manifestar seu interesse em fortalecer a cooperação bilateral judiciária e policial.

8. Prevenção e controle do problema mundial das drogas e do crime relacionado

Com base no princípio da responsabilidade compartilhada e em uma abordagem equilibrada entre a redução da oferta e da demanda de drogas, e tomando em consideração as realidades de ambas as Partes, a cooperação entre Brasil e UE no tocante ao combate do problema mundial das drogas deve centrar-se no intercâmbio de experiências e de boas práticas, bem como na identificação de áreas em que possam ser mutuamente oferecidas atividades de capacitação e treinamento. O intercâmbio de informações operacionais, a fim de habilitar cada Parte a solicitar e enviar informação jurídica, bem como outras formas de colaboração, deverá ser explorado.

Nesse contexto, concordam em:

- cooperar no marco das Nações Unidas e órgãos intergovernamentais a fim de assegurar que iniciativas sugeridas para adoção naqueles foros estejam em consonância com os princípios consagrados em todas as três

convenções internacionais sobre drogas. A cooperação poderá incluir a troca de opiniões sobre projetos de resolução a serem apresentados às sessões anuais da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND);

- intercambiar informações, inclusive com vistas a explorar possibilidades de cooperação triangular em matéria de capacitação, a pedido de países terceiros interessados;

- explorar possibilidades de cooperação no intercâmbio de informações sobre o problema mundial das drogas, com vistas a desenvolver estratégias conjuntas de prevenção e combate às drogas e ao crime relacionado;

- promover esforços conjuntos para desenvolver cooperação no âmbito bilateral no combate ao problema mundial das drogas e atividades graves do crime organizado;

- estabelecer diálogo bilateral em matéria de drogas, com encontros anuais;

- apoiar o Mecanismo para Coordenação e Cooperação em Matéria de Drogas entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe, como foro-chave para o diálogo birregional no campo das drogas.

II. FORTALECIMENTO DA PARCERIA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Promoção da parceria econômica

1.1 Organização Mundial do Comércio/ Agenda de Doha para o Desenvolvimento

O Brasil e a UE reafirmam seu firme compromisso com a conclusão exitosa da Rodada de Doha para o Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio. Confirmam também sua disposição de continuar a trabalhar para uma conclusão ambiciosa, abrangente e equilibrada da Rodada que atenda aos objetivos de desenvolvimento do mandato. O acordo final deverá dar impulso significativo aos fluxos de comércio em agricultura e pescados, bens industriais

e serviços entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como promover regras de comércio eficazes.

À luz desses objetivos, o Brasil e a UE comprometem-se a:

- dar prosseguimento aos contatos nos diferentes âmbitos da negociação na OMC, com vistas a encontrar soluções que promovam a conclusão exitosa da Rodada.

1.2 Desenvolvimento das relações nas áreas de comércio, investimentos e negócios

O Brasil e a UE concordam em que a promoção da liberalização comercial e a facilitação do comércio e dos fluxos de investimento impulsionará o crescimento econômico e a prosperidade de suas sociedades.

Com esse objetivo, o Brasil e a UE concordam em:

- facilitar o intercâmbio de informações que permita a ambos os lados aproveitar oportunidades recíprocas de investimentos públicos e privados e de promoção de intercâmbios entre organizações empresariais;

- fortalecer o diálogo sobre investimentos e comércio no âmbito da Comissão Mista e aumentar a frequência dos encontros, com reuniões de seguimento nos intervalos entre eles, a serem acordadas entre o Brasil e a Comissão Europeia;

- manter encontros do mecanismo de consultas em questões sanitárias e fitossanitárias (SPS) com vistas a dar continuidade ao aprofundamento da cooperação e dos contatos técnicos entre as duas partes sobre questões de SPS que possam afetar o comércio;

- dar continuidade e fortalecer os diálogos-piloto em questões industriais e regulatórias, lançados em setembro de 2009, nos setores de têxteis e vestuário, produtos florestais, aço, metais não-ferrosos e minerais;

- encorajar a continuidade da organização regular das Cúpulas Empresariais Brasil-

UE, envolvendo também pequenas e médias empresas, com vistas a reforçar o diálogo empresa-governo;

- estabelecer diálogo sobre temas relacionados a PMEs cobrindo, entre outros, o intercâmbio de melhores práticas e de informação sobre os marcos de políticas para PMES do Brasil e da UE;

- dar continuidade ao seu diálogo sobre cooperação administrativa em matéria de política da concorrência, com base no Memorando de Entendimento assinado em outubro de 2009 entre a Direção-Geral para Concorrência da Comissão Europeia e as Autoridades do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;

- estabelecer diálogo sobre turismo, com ênfase inicial nas seguintes questões:

- explorar as oportunidades para compartilhar experiência e melhores práticas entre atores relacionados com o turismo, nos setores público e privado, no Brasil e na UE, com ênfase específica na gestão sustentável de destinos turísticos e no campo de estatísticas;

- facilitar fluxos turísticos entre o Brasil e a UE. Nesse contexto, projeto piloto envolvendo o Brasil e países da UE será implementado;

- trocar informações sobre suas respectivas políticas de compras governamentais.

1.3 Direitos de Propriedade Intelectual

No tocante à propriedade intelectual, ambos os lados comprometem-se a dar continuidade ao diálogo sobre proteção e observância dos direitos de propriedade intelectual, com vistas a contribuir visão consensual sobre o papel da propriedade intelectual para a promoção da inovação e para enfrentar o desafio comum do combate à pirataria e à contrafação em seus territórios.

1. Temas econômicos e financeiros

O Brasil e a UE decidem:

- coordenar esforços com vistas a contribuir para a reforma da arquitetura financeira

mundial de modo a evitar crises financeiras no futuro;

- dar continuidade à realização regular do diálogo de alto nível e coordenação aprofundada em questões macroeconômicas e financeiras lançado em julho de 2009;

- dar continuidade ao diálogo sobre serviços financeiros lançado em outubro de 2009 e voltado para o intercâmbio de informação e a discussão do funcionamento e interação de seus respectivos sistemas regulatórios, e para a melhor coordenação de políticas de serviços financeiros com vistas à implementação do mapa do caminho do G-20;

- promover maior cooperação entre o Banco Europeu de Investimentos (BEI) e contrapartes no Brasil, em particular o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em áreas de interesse mútuo, inclusive mudança do clima, energia e infraestrutura. A esse respeito, o renovado mandato externo do BEI oferece oportunidades ampliadas;

- intercambiar pontos de vista sobre temas tributários internacionais e aprimorar o diálogo sobre os princípios da transparência e intercâmbio de informação.

2. Transporte aéreo e marítimo

No setor de transporte aéreo, as Partes sublinham a importância do fortalecimento da cooperação entre o Brasil e a UE em matéria de aviação civil. Para esse fim, o Brasil e a UE pretendem, entre outras ações:

- estimular o intercâmbio de informações relativas a políticas de transporte aéreo;

- explorar o potencial de cooperação em outras áreas de políticas de transporte aéreo, como o projeto SESAR para a modernização do gerenciamento de tráfego aéreo.

No setor de transporte marítimo, o Brasil e a UE pretendem:

- aprofundar todos os aspectos do Diálogo sobre Transporte Marítimo;

- intercambiar opiniões e informações, em base permanente, com vistas a aperfeiçoar as operações para empresas de navegação do Brasil e da UE e a facilitar o transporte marítimo entre o Brasil e a UE;

- examinar e desenvolver possibilidades de cooperação em áreas importantes, inclusive portos, transporte fluvial, infraestrutura, dragagem, proteção marítima e segurança, particularmente com vistas a facilitar o comércio;

- discutir abordagens em organizações internacionais relevantes.

1.6 Sociedade da informação

O Brasil e a UE estão comprometidos com a construção de uma Sociedade da Informação centrada na pessoa, não-discriminatória e orientada para o desenvolvimento, conforme contemplado nos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CSMI), assim como com o estabelecimento de mecanismos multissetoriais multilaterais, transparentes e democráticos de governança da Internet em âmbito global. O Brasil e a UE compartilham o entendimento de que as Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) são essenciais para promover a inovação, a competitividade e o crescimento econômico, criar empregos e aumentar a eficiência do setor público. As TICs desempenham, ademais, papel fundamental na promoção da inclusão digital e no aperfeiçoamento da coesão social, na melhora da qualidade de vida e na redução da pobreza.

Nesse contexto, o Brasil e a UE concordam em:

- trabalhar em estreita coordenação em todos os foros internacionais relevantes a fim de facilitar a implementação integral de todos os resultados da CSMI;

- expandir o diálogo e a cooperação bilaterais em matéria de TICs, de forma a abranger questões de políticas, marcos

regulatórios e pesquisa. Essa colaboração contribuirá para assegurar um arcabouço regulatório estável no setor, criando condições para o aproveitamento integral das TICs em apoio a políticas públicas e ao bem-estar social;

- desenvolver cooperação em TICs, em áreas de interesse comum e relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, no contexto da implementação do Acordo Brasil-UE de Cooperação Científica e Tecnológica, em particular aprimorando a colaboração no âmbito do 7º Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e promovendo o conhecimento mútuo por meio de seminários, oficinas e atividades conjuntas;

- promover intercâmbio em matéria de e-infraestruturas para formação de redes e para acesso a serviços eletrônicos entre bibliotecas de pesquisa e arquivos de dados.

2. Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e promoção da inclusão e coesão social

2.1 Diálogo bilateral sobre desenvolvimento global e cooperação com terceiros países

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) são prioridade compartilhada, com vistas a reduzir as disparidades econômicas e sociais e assegurar a paz internacional, o bem-estar econômico de todos os cidadãos e o desenvolvimento humano abrangente. O Brasil e a UE desempenham papel ativo em foros multilaterais e devem continuar a cooperar a fim de contribuir efetivamente para o cumprimento de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

O Brasil e a UE estão convencidos de que, unindo forças, podem acelerar o progresso rumo a essas prioridades compartilhadas. Atribuem, portanto, grande importância ao papel da cooperação triangular, que deve ser uma das principais áreas da Parceria Estratégica.

Ela deve respeitar princípios tais como a apropriação pelo país parceiro e adequação às suas estratégias de desenvolvimento e levar em conta a dimensão cultural do processo de desenvolvimento. A cooperação triangular entre o Brasil e a UE em parceria com países em desenvolvimento deve ser promovida como forma de complementar as iniciativas de cooperação bilateral existentes, assim como potencializar o conhecimento, coerência e recursos financeiros adicionais para o benefício de países em desenvolvimento.

No contexto da Ação Global Contra a Fome e a Pobreza, é necessário dar prosseguimento à discussão sobre o estabelecimento voluntário de mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento. É necessário otimizar os recursos disponíveis, bem como mobilizar recursos novos e adicionais, adequados e previsíveis, sobretudo para os países mais pobres. A UE, como o maior doador mundial, e o Brasil, como ator cada vez mais engajado no mundo em desenvolvimento, conjugarão esforços para levar capacitação para o desenvolvimento e prosperidade aos países em desenvolvimento.

Com esse objetivo, o Brasil e a UE concordam em:

- fortalecer sua cooperação na parceria global para a eficácia da ajuda ao desenvolvimento para apoiar o cumprimento dos ODMs, destacando a importância do Foro de Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC e do Foro de Alto Nível de Busan para a Eficácia da Ajuda;

- intensificar esforços para o desenvolvimento e a cooperação em mecanismos financeiros inovadores, como é o caso bem-sucedido do UNITAID e do Fundo Internacional para o Financiamento da Imunização (IFFIM);

- intercambiar opiniões e posições com o objetivo de aumentar a eficiência e o volume

de recursos postos à disposição dos países em desenvolvimento pelas instituições financeiras internacionais;

- fortalecer o diálogo e a cooperação em assuntos humanitários, incluindo a troca de informações sobre ações humanitárias e sobre melhores práticas em ampla gama de áreas, no esforço de assegurar assistência humanitária efetiva, com o objetivo geral de responder às necessidades e de reduzir o sofrimento humano em situações humanitárias;

- promover ativamente melhor coordenação entre doadores e outros parceiros para o desenvolvimento, bem como buscar maior coerência entre foros internacionais de desenvolvimento. Atividades conjuntas serão baseadas no Programa de Trabalho Conjunto existente, que pode ser adaptado à luz de princípios sobre cooperação para o desenvolvimento mutuamente acordados;

- desenvolver cooperação triangular para apoiar o cumprimento dos ODMs, inclusive a erradicação da pobreza extrema e da fome, notadamente por meio da promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos, da promoção da igualdade de gênero e do fortalecimento do papel das mulheres, a garantia da educação básica universal, a inclusão e a coesão social, em benefício dos países em desenvolvimento que manifestem interesse nesse tipo de cooperação;

- promover a cooperação no âmbito da Carta de Intenções sobre cooperação triangular em matéria de processos eleitorais assinada em Bruxelas, em julho de 2010;

- intensificar o intercâmbio sobre cooperação para o desenvolvimento com base nas respectivas experiências e políticas;

- explorar oportunidades de cooperação triangular com países em desenvolvimento em setores como o de saúde, em particular por meio do compartilhamento, com outros

países, de melhores práticas relevantes para o combate a doenças, especialmente HIV/AIDS, inclusive com vistas, à produção local de medicamentos genéricos essenciais;

- explorar oportunidades de cooperação triangular com países em desenvolvimento na área da agricultura, segurança alimentar e nutricional, inclusive agricultura de pequena escala e familiar, notadamente por meio da promoção da inovação;

- explorar oportunidades para cooperação triangular com Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), sobre assuntos de interesse para o desenvolvimento sustentável da região amazônica;

- intensificar o intercâmbio em cooperação para o desenvolvimento em educação e aprendizagem continuada, em particular sobre modelos bem-sucedidos aplicados no Brasil para a expansão do acesso à educação para os grupos mais excluídos de crianças, jovens e adultos, bem como sobre abordagens holísticas para o desenvolvimento do setor educacional e da construção de capacidades;

- em casos de crises humanitárias ou de desastres e catástrofes naturais, coordenar posições e ações caso a caso, de modo a permitir uma rápida resposta.

2.2 Temas sociais e de emprego

O Brasil e a UE estão comprometidos com a promoção do trabalho decente com efetivo respeito aos princípios fundamentais, direitos no trabalho, desenvolvimento social, com o emprego pleno, livremente escolhido e produtivo para mulheres e homens e o combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado. O Brasil e a UE compartilham o interesse em reforçar seu diálogo sobre políticas trabalhistas e sociais a fim de definir soluções efetivas apropriadas a cada região, em consonância com o Memorando de Entendimento assinado em abril de 2008.

O Brasil e a UE comprometem-se a:

- apoiar a agenda de trabalho decente, em particular quanto a princípios fundamentais, direitos no trabalho, proteção e diálogos sociais, com igualdade de gênero como um objetivo transversal;

- promover o emprego pleno, livremente escolhido e produtivo para homens e mulheres;

- combater o trabalho infantil e o trabalho forçado;

- desenvolver a cooperação e o intercâmbio na área de políticas ativas e de instrumentos para o mercado de trabalho, inclusive em orientação profissional e oportunidades de aprendizagem continuada;

- cooperar na área de saúde e segurança no ambiente de trabalho;

- fortalecer a cooperação e o diálogo no campo dos sistemas de seguridade social, especialmente mediante a extensão da cobertura a trabalhadores atípicos e precários;

- apoiar o diálogo e o intercâmbio de melhores práticas na área de responsabilidade social corporativa e códigos de conduta justa em empresas, com vistas especialmente aos desenvolvimentos do ISO 26000;

- intercambiar melhores práticas sobre envelhecimento das sociedades e mudança demográfica;

- intercambiar melhores práticas em inclusão social, em particular com relação a minorias;

- intercambiar melhores práticas em matéria de redução da pobreza;

- definir e implementar um calendário de atividades para o diálogo Brasil-UE sobre políticas sociais.

2.3 Redução das disparidades regionais

A redução das disparidades regionais é tema central das políticas internas do Brasil e da UE. O Brasil e a UE propõem-se a intensificar o Diálogo sobre Política Regional, selecionando, como prioridades, as seguintes ações:

- intercambiar experiências em coesão territorial, bem como em governança e em parcerias em múltiplos níveis que envolvam atores regionais e locais, o setor privado e a sociedade civil;

- intercambiar experiências sobre planejamento estratégico e sobre a organização de estratégias de desenvolvimento territorial voltadas para a redução de disparidades sociais e regionais;

- intercambiar experiências sobre o desenvolvimento de capacidade administrativa, coordenação e comunicação interinstitucionais, capacidade de monitoramento e avaliação, bem como sistemas de inovação regionais;

- desenvolver esquemas de cooperação entre regiões, inclusive cooperação transfronteiriça;

- estimular o apoio técnico para o desenvolvimento e a consolidação de políticas regionais, inclusive a possível implementação de projetos-piloto em áreas-chave da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Brasil e da política regional da Comissão Europeia.

2.4 Fortalecimento institucional e modernização do Estado

O Brasil e a UE concordam em:

- dar prosseguimento ao intercâmbio de experiências e à cooperação na área da modernização da administração pública, mediante o desenvolvimento de atividades de capacitação nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

- estimular o intercâmbio de informações e de especialistas, bem como a elaboração de estudos comparativos;

- dar continuidade ao diálogo sobre Governança no Setor Público;

- desenvolver atividades sob um projeto de cooperação técnica destinado a apoiar os diálogos atuais e futuros.

2.5 Cooperação em matéria de estatísticas

O Brasil e a UE reconhecem que estatísticas em tempo adequado, confiáveis e precisas são essenciais para a tomada efetiva de decisões, em particular para guiar políticas nacionais para a redução da pobreza, para o desenvolvimento humano e econômico e para a informação pública.

Um diálogo entre o IBGE e o EUROSTAT foi estabelecido por meio da assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Estatísticas em junho de 2010. O Brasil e a UE reiteram seu compromisso com a manutenção de seu diálogo regular, voltado para, entre outras ações:

- a facilitação do compartilhamento de referências metodológicas;

- o compartilhamento de novos desenvolvimentos e práticas em campos estatísticos de interesse mútuo;

- o envolvimento em cooperação internacional em particular com os países do MERCOSUL e com os PALOPs.

3. Promoção de uma parceria ambiental para o desenvolvimento sustentável

3.1 A dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável

O Brasil e a UE são importantes parceiros nos esforços por maior ação internacional a fim de dar respostas a desafios ambientais globais, em particular biodiversidade e florestas, inclusive seu uso sustentável, e a prevenção da degradação do solo. Tanto o Brasil quanto a UE estão comprometidos com a promoção da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, em particular na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio em 2012.

Na área de florestas, o Brasil e a UE concordam em promover o manejo florestal sustentável em todos os níveis e em intercambiar experiências sobre melhores

práticas e medidas para prevenir e combater o tráfico ilícito de produtos florestais, inclusive madeira, vida silvestre e outros recursos biológicos e genéticos florestais. Reafirmam seu apoio ao trabalho do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF) e ao da FAO e à implementação integral de suas decisões, bem como de outros instrumentos internacionais relevantes dos quais são Partes. Com relação à biodiversidade, o Brasil e a UE reafirmam a necessidade de aprimorar seus esforços mútuos na implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) a fim de alcançar seus três objetivos e as novas metas globais de reduzir significativamente a atual taxa de perda de biodiversidade até 2020, inclusive no que diz respeito às metas financeiras e à mobilização de recursos novos e adicionais.

Ambas as partes tomarão em conta os princípios estabelecidos na Declaração do Rio e em outros instrumentos internacionalmente acordados, especialmente o Protocolo de Nagóia à CDB, sobre acesso a recursos genéticos e o conhecimento tradicional associado, e a justa e equitativa repartição de benefícios derivados de sua utilização, adotado na COP 10 em outubro de 2010. Apóiam a proteção e o uso desses conhecimentos e práticas tradicionais no manejo sustentável de ecossistemas, sob termos mutuamente acordados e com o consentimento prévio e informado dos detentores desses conhecimentos, de acordo com a legislação nacional e os acordos internacionais relevantes.

O Brasil e a UE concordam em que os encontros do Diálogo sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável tenham lugar em nível de altos funcionários e, sempre que possível, em nível ministerial. Simultaneamente, terão lugar discussões em nível técnico.

Além disso, o Brasil e a UE decidem:

- aprofundar, conforme apropriado, o diálogo político sobre o fortalecimento da governança internacional ambiental e para o desenvolvimento sustentável;

- aprofundar a cooperação e o intercâmbio de experiências em preparação à Conferência Rio +20, e dar seguimento aos compromissos que ambas as Partes farão, em especial, sobre a promoção da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;

- fortalecer a cooperação em matéria de recursos hídricos por meio do treinamento, promoção de melhores práticas nas áreas do fornecimento e do saneamento básico, reforço institucional de autoridades locais, regionais e nacionais, com vistas a um melhor planejamento;

- impulsionar a implementação da CDB, em particular mediante a cooperação para a implementação das Estratégias e dos Planos de Ação Nacionais sobre a Biodiversidade e para sua revisão e/ou atualização, conforme o caso, em linha com os objetivos de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 da CDB;

- fortalecer a cooperação para aprimorar a implementação dos programas de trabalho da CDB sobre uso sustentável, áreas protegidas, florestas, e biodiversidade marinha e o fortalecimento das operações da Convenção, inclusive seu Órgão Subsidiário;

- intercambiar experiências sobre a mobilização de recursos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, inclusive a mobilização de financiamento de fontes inovadoras e do setor privado;

- fortalecer a cooperação no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e do Protocolo de Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Reparação adicional ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança com vistas a fazer avançar sua implementação;

- fortalecer a cooperação internacional para a conservação e o manejo sustentável de todos os tipos de florestas e aprimorar as ações no marco do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), bem como dos demais instrumentos internacionais relevantes de que sejam partes;

- intercambiar experiências sobre o manejo florestal sustentável e sobre a aplicação da legislação florestal;

- continuar a explorar o potencial de cooperação em pesquisa e tecnologia e as opções para a transferência de tecnologia como incentivo a novas ações;

- fortalecer a implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, da Convenção de Roterdã sobre Consentimento Informado Prévio, da Convenção da Basiléia sobre Resíduos Perigosos e promover sinergias entre elas, bem como fortalecer a implementação da Abordagem Estratégica para o Manejo Internacional de Químicos (SAICM);

- intercambiar pontos de vista sobre as negociações intergovernamentais sobre a elaboração de instrumento juridicamente vinculante sobre mercúrio e apoiar esforços internacionais voltados para lidar com a poluição de mercúrio na água, solo e ar;

- implementar atividades de treinamento e capacitação com vistas à conservação e ao manejo sustentável de ecossistemas naturais;

- trabalhar conjuntamente nas Nações Unidas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além das áreas de jurisdição nacional com vistas a identificar brechas e o caminho a seguir inclusive o desenvolvimento de acordo multilateral sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que trataria de todas as questões relativas à conservação e ao uso sustentável como um único pacote.

3.2 Fortalecimento da parceria em matéria

de mudança do clima

O Brasil e a UE são parceiros fundamentais na promoção de maior ação internacional em resposta à mudança do clima. Este Plano de Ação procurará fortalecer a cooperação nas negociações internacionais e a compartilhar experiências sobre políticas climáticas domésticas. Assinalam a necessidade urgente de que todos os países desenvolvidos comprometam-se com metas de redução de emissões mais ambiciosas, comparáveis e juridicamente vinculantes, e de que os países em desenvolvimento tomem medidas de mitigação nacionalmente adequadas, no contexto do desenvolvimento sustentável, e de acordo com as responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades.

O Brasil e a UE concordam em que os encontros do Diálogo sobre a Mudança do Clima tenham lugar em nível de altos funcionários e, sempre que possível, em nível ministerial. Simultaneamente, terão lugar discussões em nível técnico.

Além disso, o Brasil e a UE decidem:

- trabalhar com vistas a um resultado ambicioso e abrangente para o combate à mudança do clima que engaje todos os países por meio de esforço equilibrado que respeite as responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades no marco da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima com vistas a manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2o C acima dos níveis pré-industriais;

- fortalecer sua cooperação e apoiar esforços em curso para a redução de emissões causadas pelo desflorestamento e pela degradação de florestas, em consonância com as decisões relevantes da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

- explorar possível cooperação sobre mecanismos de mercado;
- explorar o intercâmbio de experiências sobre estratégias de desenvolvimento de baixa emissão;
- promover a pesquisa conjunta na área das ciências climáticas, com ênfase na identificação de vulnerabilidades e na adaptação e na mitigação da mudança do clima;
- continuar a explorar o potencial de cooperação em pesquisa e tecnologia e opções para a transferência de tecnologia como incentivo a novas ações;
- explorar opções para cooperação com terceiros países com vistas a dar prosseguimento a atividades de treinamento e capacitação com vistas a fazer uso das oportunidades oferecidas pelos Acordos de Cancun.

3.3 Fortalecimento de capacidades para risco de desastres

A preparação e as ações de prevenção e mitigação adequadas contra os riscos gerados por perigos naturais, causados pelo homem e socioambientais, são elementos centrais para sociedades seguras e sustentáveis e o envolvimento em prevenção de desastres, preparação e manejo é crucial para lidar com os impactos da mudança do clima.

Para esse fim, o Brasil e a UE concordam em:

- contribuir para a Estratégia Internacional para Redução do Risco de Desastres (UNISDR), no cumprimento do Quadro de Ação de Hyogo (HFA);
- explorar maneiras de promover a efetiva regionalização das melhores práticas em Redução do Risco de Desastres, otimizando o valor a ser agregado pelo Brasil e pela UE e incluindo o Brasil nas iniciativas regionais de redução do risco de desastres apoiadas pela UE na América do Sul;

- estabelecer diálogo e cooperação que tratarão, entre outros, de intercâmbios de informação e práticas sobre manejo local de desastres; vínculos e defesa institucionais; informação, educação e comunicação; infraestruturas demonstrativas de pequena escala e serviços voltados para a prevenção ou mitigação do impacto de perigos naturais; constituição de estoques de emergência de itens de emergência e de alívio; e proteção de meios de vida contra desastres;

- colaborar no estabelecimento de um Centro Nacional brasileiro para o Monitoramento e Alerta Rápido de Desastres Naturais por meio de assistência técnica fornecida pelo Centro Conjunto de Pesquisa (“Joint Research Centre”) da Comissão Europeia, especialmente nas áreas de enchentes, secas e deslizamentos de terra.

4. Fortalecimento da cooperação em questões de energia

O Brasil e a UE reconhecem a necessidade de trabalhar com vistas a obter fornecimento de energia assegurado e sustentável.

Ambos veem a promoção da energia renovável e os esforços voltados para o aperfeiçoamento da eficiência energética e o acesso à energia como contribuição importante para a satisfação das necessidades de desenvolvimento sustentável, bem como para a conquista de maior segurança energética.

Tais políticas devem também facilitar o desenvolvimento de tecnologias energéticas de longo alcance mais eficientes, socialmente inclusivas e com menor teor de carbono, capazes de oferecer alternativas aos combustíveis fósseis e com impacto positivo em termos de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, com particular ênfase na segurança e na sustentabilidade.

O compromisso político dos líderes do Brasil e da UE no sentido de aumentar a produção e o uso sustentáveis de energias

renováveis, inclusive de biocombustíveis, oferece oportunidades econômicas a ambos os lados.

No marco do Diálogo regular Brasil-UE sobre Política Energética, os dois lados pretendem fortalecer a cooperação em questões como:

- os principais desdobramentos internacionais em matéria de energia;
- políticas voltadas para promover a segurança energética, inclusive a diversificação da oferta e de rotas de abastecimento;
- questões regulatórias para mercados de energia, incluindo a promoção de investimentos e o mercado livre;
- eficiência energética e gestão da demanda, incluindo iniciativas conjuntas e trabalho conjunto para a promoção do acesso à energia e da eficiência energética em âmbito internacional;
- tecnologias de baixo teor de carbono, incluindo, entre outras, gás e carvão limpo, bem como pesquisa na área da energia nuclear e cooperação em segurança nuclear, com atenção especial às tecnologias seguras e sustentáveis;
- desenvolvimento e disseminação de tecnologias de energia renovável;
- tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS);
- promoção da consolidação de mercados nacionais, regionais e internacionais para biocombustíveis sustentáveis, com vistas a facilitar o comércio internacional e a garantir a qualidade;
- iniciativas conjuntas de cooperação trilateral com países em desenvolvimento sobre o desenvolvimento sustentável da bioenergia;
- promoção do acesso aos serviços energéticos em áreas remotas e menos desenvolvidas;
- padrões técnicos internacionais para

biocombustíveis;

- segurança e proteção de infraestruturas energéticas vulneráveis;
- organização de mercado para gás e eletricidade;
- coordenação em foros multilaterais para a discussão de critérios sustentáveis voluntários, baseados na ciência, práticos e relevantes, para a elaboração de políticas para a promoção da produção e uso de bioenergia;
- outras áreas de cooperação que venham a ser acordadas.

III. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO REGIONAL

1. Promoção da cooperação ALC-UE

O Brasil e a UE atribuem máxima importância à estabilidade e à prosperidade da América Latina e do Caribe e da Europa. O Brasil e a UE concordam em trabalhar juntos no contexto de sua Parceria Estratégica com vistas ao fortalecimento das relações políticas, econômicas e culturais birregionais. O Brasil e a UE conjugarão esforços para:

- apoiar iniciativas interregionais que aprofundem a integração regional, em particular o processo ALC-UE;
- manter intercâmbio regular de opiniões sobre a situação em ambas as regiões;
- promover a implementação dos compromissos gerados pelas Cúpulas ALC-UE e em particular pelo Plano de Ação de Madri. Nesse contexto, o Brasil e a UE atribuem particular importância ao estabelecimento e ao desempenho das funções da Fundação EU-LAC;
- intensificar o intercâmbio sobre políticas-chave voltadas para a promoção da inclusão social e para a redução da pobreza e desigualdade;
- dar continuidade à consulta e à coordenação em matérias de interesse mútuo no contexto do diálogo entre os grupos regionais relevantes e a UE.

2. Promoção da agenda Mercosul-União Europeia

A Parceria Estratégica Brasil-UE apresenta grande potencial de impacto positivo sobre o Brasil e a UE, bem como sobre as relações entre a UE e o Mercosul em seu conjunto. O Brasil e a UE atribuem grande importância ao fortalecimento das relações entre ambas as regiões e estão comprometidos com a conclusão do processo de negociação de um Acordo de Associação birregional ambicioso, equilibrado e abrangente. Esse Acordo permitirá o aprofundamento das relações econômicas e dos fluxos de comércio e investimento entre as duas regiões – questão de grande importância para ambos os lados e de relevância para o fortalecimento dos processos de integração regional. Para esse fim, o Brasil e a UE concordam em:

- dar prosseguimento aos trabalhos com vistas à conclusão de um Acordo Mercosul-UE equilibrado e abrangente;

- apoiar o diálogo político e outras iniciativas a fim de fortalecer o desenvolvimento e a cooperação econômica entre as duas regiões. O Brasil e a UE concordam quanto à importância de se fortalecer e aprimorar o ambiente de negócios e superar obstáculos desnecessários ao comércio;

- intercambiar pontos de vista e explorar maneiras de cooperar em temas aduaneiros;

- explorar conjuntamente meios de maximizar a cooperação e o intercâmbio de experiências em questões de integração regional;

- fomentar a colaboração entre o Parlamento do Mercosul e o Parlamento Europeu.

IV. PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Brasil e a UE compartilham a convicção de que uma sociedade fortemente baseada na ciência e no conhecimento é um dos principais requisitos para o desenvolvimento

socioeconômico sustentável e equitativo. O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, em vigor desde 2006 entre o Brasil e a UE, fornece o principal arcabouço para ações na matéria. No marco do Acordo, as Partes reafirmam o valor que atribuem ao trabalho do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica (CDC) e concordam em promover a cooperação e em desenvolver a parceria estratégica por meio do aumento da escala e do escopo da cooperação existente e do tratamento de desafios-chave para a sociedade, da promoção de acesso recíproco a programas e financiamento, com o aumento da cooperação regional quando apropriado.

Será promovido e apoiado o trabalho conjunto entre instituições e empresas brasileiras e europeias, com vistas ao progresso em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, especialmente a fim de impulsionar tecnologias inovadoras orientadas para a produção de bens e serviços.

Nesse contexto, o Brasil e a UE concordam em promover a cooperação em ciência, tecnologia e inovação de acordo com as linhas de orientação do Acordo, mediante:

- o aproveitamento aprimorado dos vários mecanismos de criação de redes e cooperação, inclusive, entre outros, a facilitação de acesso ao conhecimento científico e tecnológico, chamadas conjuntas, associação de projetos, cooperação em nível de programa para a seleção e financiamento da pesquisa e desenvolvimento de projetos em áreas de interesse comum;

- estímulo a parcerias, a atividades conjuntas, à criação de redes e ao intercâmbio e mobilidade de pesquisadores entre instituições e equipes brasileiras e europeias;

- intercâmbio de experiências e informações relevantes que possam apoiar e fortalecer os setores prioritários em ambas as Partes e que contribuam para o desenvolvimento

sustentável, o crescimento econômico e a inclusão social;

- promoção do aumento da participação de pesquisadores, universidades, instituições e indústrias brasileiros no 7º Programa-Quadro para Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, assim como em seu seguimento e em outros programas relevantes da UE;

- desenvolvimento e promoção de modalidades de participação de pesquisadores, universidades, instituições e indústrias europeias em programas de pesquisa brasileiros relevantes;

- aperfeiçoamento da eficiência do diálogo em ciência e tecnologia mediante o aprimoramento dos mecanismos de coordenação e difusão da informação;

- promoção da cooperação com vistas a dar estabilidade e sustentabilidade no longo prazo à rede e à cooperação de pesquisa regional latino-americana;

- estabelecimento de diálogo estruturado sobre cooperação espacial civil. O diálogo espacial permitirá discussões e cooperação em uma ampla gama de atividades espaciais, incluindo Observação da Terra e Ciência da Terra, o trabalho do GEO e CEOS, GNSS, comunicações satelitais, ciência do espaço e exploração espacial. O diálogo intensificará as discussões e o intercâmbio de informação relativos aos Programas Europeus de Navegação por Satélite (Galileo e EGNOS) e iniciativas comparáveis no Brasil, com vistas a concluir um acordo internacional na matéria;

- exploração de oportunidades de cooperação em pesquisas para o uso pacífico da energia nuclear, e fortalecimento da cooperação e do diálogo, em particular pelo desenvolvimento do programa de pesquisa bilateral assim como pelo treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, dentro do marco do Acordo para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e

a Comunidade Europeia de Energia Atômica no campo da pesquisa em energia de fusão, assinado em 2009, quando de sua entrada em vigor;

- fortalecimento da colaboração entre o Centro Conjunto de Pesquisa (“Joint Research Centre) da Comissão Europeia e instituições de pesquisa e autoridades públicas brasileiras em áreas estratégicas de interesse comum a serem acordadas mutuamente. Intercâmbios de pessoal entre o Brasil e o JRC, a abertura mútua de facilidades de pesquisa e a transferência de tecnologia devem ser fomentados, entre outros, com vistas ao aprimoramento do apoio de base científica à formulação de políticas e ao estímulo à inovação.

V. PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO ENTRE OS POVOS E TROCAS CULTURAIS

1. Migrações, questões consulares e de vistos

As migrações, os contatos entre os povos e as questões consulares são cada vez mais importantes no contexto da globalização, em função do movimento de pessoas em larga escala entre regiões. É importante, assim, continuar a tratar toda a gama de questões de migração, tais como migração regular, migração irregular e vínculos entre migração e desenvolvimento, no marco das relações bilaterais e dos foros internacionais de que participam o Brasil e a UE, tomando em conta os direitos humanos e a dignidade de todos os migrantes. O Brasil e a Europa reconhecem o papel positivo da migração como fator de intercâmbio humano e econômico nos países de origem e de destino.

Nesse contexto, em vista da existência de grandes comunidades migrantes tanto no Brasil quanto na UE, as Partes concordam em fortalecer o diálogo sobre questões de migração nos foros Brasil-UE existentes e propõem-se a trabalhar mais especificamente nas seguintes áreas:

- promoção de vínculos entre migração e desenvolvimento e promoção da contribuição das diásporas para o crescimento e o desenvolvimento dos países tanto de origem quanto de destino;

- trabalho na área das remessas, a fim de facilitar suas transferências e encontrar mecanismos apropriados para a redução dos custos dessas transferências;

- promoção de políticas para a melhor organização de fluxos migratórios regulares e tratamento eficaz de todas as dimensões da questão da migração irregular e de todos os aspectos do retorno, com respeito integral aos direitos humanos;

- aumento da cooperação operacional a fim de combater o tráfico de imigrantes, o tráfico de pessoas e a exploração dos migrantes;

- garantia da implementação de viagens recíprocas isentas de vistos, com base nos acordos de isenção de vistos de curta duração concluídos entre o Brasil e a UE;

- prosseguimento da cooperação sobre assuntos consulares, especialmente aqueles relativos a acesso consular, assistência e proteção. Em particular, será dada atenção especial a que os consulados sejam informados em casos de prisão, detenção ou transferência de seus nacionais. Pessoas detidas em postos policiais, aeroportos e postos de fronteira deverão ter também acesso à assistência consular.

2. Educação

O Brasil e a UE pretendem fortalecer o intercâmbio e a cooperação em matéria de educação em áreas consideradas de interesse comum. As Partes concordam em trabalhar com base nos programas e instrumentos já existentes, particularmente a fim de:

- desenvolver seu diálogo setorial sobre educação e treinamento lançado pela Declaração Conjunta assinada em 2009. Foi dado impulso à implementação da Declaração

Conjunta pelo encontro oficial realizado em 5 de abril de 2011 entre a Comissária Europeia encarregada de educação e o Ministro brasileiro da Educação. Eles acordaram implementar a Declaração por meio da organização do primeiro encontro conjunto de especialistas em matéria de educação superior em 2012, que se centrará sobre mobilidade e cooperação acadêmica;

- convocar reunião de Altos Funcionários para explorar o estabelecimento de Programa de Trabalho Conjunto para cooperação futura;

- promover a cooperação mútua e o intercâmbio em educação superior e pesquisa e a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a implementação de programas de educação superior e pesquisa;

- promover a colaboração entre instituições de alto nível (universidades, institutos de pesquisa, setor privado, academias diplomáticas, think tanks e outras) em áreas de interesse comum tais como estudos brasileiros e europeus especializados e Relações Internacionais;

- estimular a organização de feiras de educação superior, seminários e conferências no Brasil e na UE, a fim de contribuir para o reconhecimento, a transparência e o conhecimento mútuo dos respectivos sistemas educacionais e de pesquisa;

- aumentar o reconhecimento e intercambiar melhores práticas sobre multilinguismo.

3. Cultura

O Brasil e a UE estão comprometidos com a preservação e a promoção da diversidade cultural, com o aperfeiçoamento do diálogo intercultural e com a promoção das indústrias culturais e criativas. As Partes procurarão tratar conjuntamente essas questões em nível institucional, bem como no nível dos setores público e privado e das organizações da sociedade civil.

As partes desenvolverão diálogo sobre

políticas culturais, inclusive economia cultural e criativa e suas indústrias, em particular por meio da adoção e implementação do Programa Conjunto 2011-2014.

A cooperação cultural poderá incluir, entre outras atividades:

- trabalho conjunto para a promoção da cooperação em instâncias internacionais, a fim de facilitar a implementação eficiente da Convenção da UNESCO de 2005;

- promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável por meio do acesso à cultura, inclusive mediante o uso de tecnologias de informação e comunicação e das novas tecnologias digitais;

- medidas adequadas voltadas para a promoção do intercâmbio cultural e possíveis iniciativas conjuntas a fim de divulgar a cultura brasileira na Europa e a cultura europeia no Brasil;

- fomento à cooperação no campo da cultura, inclusive ações em favor do desenvolvimento de políticas e atividades culturais em nível local;

- cooperação e intercâmbio no campo do patrimônio cultural, inclusive cooperação no setor de museus, com vistas à preservação de bens e expressões culturais;

- facilitação do trânsito da arte e de artistas do Brasil e da UE;

- exploração de formas de cooperação para o desenvolvimento de políticas públicas no setor audiovisual.

4. Sociedade civil

O Brasil e a UE estão cientes da importância da consolidação dos instrumentos democráticos de consulta à sociedade civil, em particular as instituições que representam organizações da sociedade civil nas esferas econômica e social, utilizando da melhor forma possível, ao mesmo tempo, as organizações já existentes. Será estimulada a cooperação entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico

e Social (CDES) do Brasil e o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE).

Nesse contexto, o Brasil e a UE buscarão:

- aprofundar a cooperação entre o CDES e o CESE com base no Memorando de Entendimento existente entre ambos;

- continuar a promover e a apoiar a realização regular de encontros da Mesa Redonda Brasil-UE da sociedade civil, lançada pelo CDES e pelo CESE em 2009, e que é parte da arquitetura institucional do relacionamento Brasil-UE. Esse órgão conjunto é concebido como foro permanente de diálogo em nível de sociedade civil sobre todas as questões que sejam discutidas no âmbito da Parceria Brasil-UE. Suas recomendações são dirigidas às reuniões de Cúpula Brasil-UE;

- promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre associações empresariais, sindicatos, agricultores e outras organizações da sociedade civil de ambas as Partes.

5. Promoção do intercâmbio e da interação parlamentar

Os Parlamentos são uma expressão fundamental dos valores democráticos e da representação dos povos no processo democrático. Contatos, visitas e intercâmbios entre o Congresso Nacional brasileiro e o Parlamento Europeu têm-se intensificado e solidificado desde o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-UE. O Brasil e a UE estão comprometidos com o contínuo fortalecimento do diálogo entre o Congresso Nacional brasileiro e o Parlamento Europeu.

O Brasil e a UE, portanto, acordam:

- apoiar a continuação dos contatos regulares entre os Membros do Congresso Nacional brasileiro e os do Parlamento Europeu em todos os temas de interesse comum;

- apoiar esforços com vistas ao estabelecimento de um diálogo estruturado regular entre o Congresso Nacional brasileiro

e o Parlamento Europeu.

6. Visibilidade mútua

O Brasil e a UE decidem:

- promover a cobertura de imprensa e o intercâmbio jornalístico recíprocos;

- organizar, de forma recíproca, conferências e cursos de curta duração para jornalistas;

- assegurar a visibilidade e a comunicação apropriadas - sobretudo por meio da Internet ou de outros meios adequados, conforme acordado pelas Partes - dos objetivos e ações desenvolvidos sob a égide da Parceria Estratégica, bem como das outras áreas da cooperação entre o Brasil e a UE.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA, MIZENGO PETER PINDA - 4 A 10 DE OUTUBRO DE 2011

04/10/2011

O Primeiro-Ministro da República Unida da Tanzânia, Mizengo Peter Pinda, realizará visita de trabalho ao Brasil, de 4 a 10 de outubro de 2011. O Chefe de Governo tanzaniano cumprirá extensa agenda no Brasil, que incluirá encontros em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Em São Paulo, o Primeiro-Ministro tanzaniano manterá encontros com representantes do setor privado, nas áreas de produção de máquinas e equipamentos, infraestrutura e biocombustíveis. No Rio de Janeiro, a programação prevê encontros com representantes do BNDES e da Petrobrás.

Em Brasília, o Primeiro-Ministro Mizengo Pinda será recebido pelo Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Deverão ser tratados temas bilaterais, em especial a cooperação nas áreas

de agricultura, energia, saúde e combate ao trabalho infantil, bem como assuntos de interesse comum da agenda internacional. O Primeiro-Ministro tanzaniano manterá, ademais, encontros com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, e o com o Ministro da Agricultura, Pesca e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Serão realizadas visitas a instalações da Embrapa e à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A visita do Primeiro-Ministro da Tanzânia insere-se em processo de contínuo desenvolvimento das relações bilaterais, em curso desde a reabertura da Embaixada do Brasil em Dar-es-Salam, em 2005. Constitui, ademais, seguimento à visita do Presidente Lula da Silva à Tanzânia em julho de 2010 e à visita do Chanceler Bernard Membe ao Brasil, em setembro daquele mesmo ano.

O comércio bilateral entre o Brasil e a Tanzânia aumentou mais de seis vezes entre 2004 e 2010, passando de US\$ 8,23 milhões para US\$ 52,12 milhões. Em agosto de 2011 a Petrobras Tanzânia iniciou operações de perfuração off-shore no país.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA DA BULGÁRIA - SÓFIA, 5 E 6 DE OUTUBRO DE 2011

04/10/2011

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita oficial à República da Bulgária nos dias 5 e 6 de outubro, quando manterá encontro com o Presidente Georgi Parvanov e com o Primeiro-Ministro Boyko Borissov.

A Presidenta deverá tratar da cooperação bilateral nas áreas de educação, tecnologia de informação, energia e transportes. A visita servirá, ainda, para estimular a cooperação

esportiva, com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, bem como identificar possibilidades de investimentos brasileiros na Bulgária.

Acompanharão a delegação brasileira empresários dos setores de energia, aviação, infraestrutura e agronegócio, que participarão de conferência sobre a experiência brasileira em setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável. Além disso, serão examinados meios de incrementar o intercâmbio comercial. O fluxo comercial com a Bulgária foi de US\$ 147 milhões em 2010. Neste ano, até o mês de agosto, foram registradas trocas de US\$ 113 milhões.

O Brasil e a Bulgária estabeleceram relações diplomáticas em 1961, e nesse mesmo ano estabeleceu-se a primeira Legação do Brasil em Sófia – elevada a Embaixada em 1974. Recentemente, a interação entre os dois países tem-se intensificado por meio de troca de visitas de alto nível. A viagem da Presidenta Dilma Rousseff será a primeira de Chefe de Estado brasileiro ao país.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF À REPÚBLICA DA BULGÁRIA
- SÓFIA, 5 E 6 DE OUTUBRO DE 2011
05/10/2011

1 - ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
BULGÁRIA

2 - DECLARAÇÃO CONJUNTA
PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DAS
COMUNICAÇÕES ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA BULGÁRIA

ATENTADO NA SOMÁLIA
05/10/2011

eaO Governo brasileiro deplora o atentado perpetrado ontem na capital da Somália, Mogadíscio, que deixou saldo de dezenas de mortos, entre os quais jovens estudantes.

Ao solidarizar-se com o Governo Federal de Transição da Somália e com as famílias das vítimas, o Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo, praticadas sob qualquer pretexto.

O Governo brasileiro expressa seu apoio aos avanços políticos e no campo da segurança recentemente obtidos na Somália e manifesta a expectativa de que possam consolidar-se em um processo inclusivo de reconciliação nacional, baseado no diálogo e na cooperação.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O
BRASIL E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE
CONTROVÉRSIAS DA OMC”
06/10/2011

Em comemoração dos 10 anos de criação da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e dos 16 anos de participação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, será realizado, nos dias 10 e 11 de outubro, no Palácio Itamaraty, seminário internacional sobre a participação do Brasil no mecanismo.

O seminário contará com a participação do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Por ocasião da cerimônia de abertura, o Ministro Antonio de Aguiar Patriota assinará Protocolos de Intenções para cooperação entre o MRE e a Advocacia-Geral da União e entre o MRE e o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

O seminário oferecerá oportunidade para

o Governo, a Academia e o setor privado abordarem os desafios da participação brasileira no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC durante seus primeiros 16 anos, analisarem os resultados obtidos e debaterem rumos para a atuação do Brasil nos próximos anos. Participarão como palestrantes ex-membros do Órgão de Apelação da OMC, representantes do setor privado, advogados e consultores, nacionais e estrangeiros, especialistas em direito do comércio internacional.

O Brasil, em linha com sua secular tradição de prestigiar a solução de litígios entre Estados pelo recurso ao direito internacional, é um dos países em desenvolvimento membros da OMC mais atuantes no Sistema de Solução de Controvérsias, contabilizando participação em 104 casos até o momento. Essa intensa atuação, seja como demandante, como demandado ou como terceira parte, em contenciosos sobre os mais variados temas, não somente teve reflexos concretos na estratégia de desenvolvimento do País, mas também influenciou positivamente a interpretação dos Acordos da OMC, garantindo maior segurança e previsibilidade ao regime multilateral de comércio.

VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, À
REPÚBLICA DA TURQUIA – ANCARA E
ISTAMBUL, 6 A 8 DE OUTUBRO DE 2011
06/10/2011

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita oficial à Turquia entre os dias 6 e 8 de outubro. Na ocasião, manterá encontros de trabalho com o Presidente Abdullah Gül e com o Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan e participará de Seminário Empresarial Brasil–Turquia.

Em maio de 2010, Brasil e Turquia adotaram Plano de Ação para Parceria Estratégica, que envolve iniciativas nas áreas de energia, defesa, cooperação agrícola, ciência e tecnologia e promoção cultural, entre outras.

O diálogo político entre os dois países tem-se intensificado nos últimos anos, como refletido em numerosos encontros de autoridades de alto nível. Brasil e Turquia convergem quanto à defesa do multilateralismo, à busca de soluções diplomáticas para tensões internacionais, à melhor representatividade nas instituições de governança global e ao respeito à diversidade, conforme consagrado na iniciativa da Aliança das Civilizações.

O intercâmbio comercial Brasil e Turquia triplicou desde 2005, atingindo US\$ 1,7 bilhão no final de 2010. Em agosto de 2011, a corrente de comércio já ultrapassou o montante de US\$ 1,6 bilhão. Encontra-se em negociação a criação de uma área de livre-comércio entre o Mercosul e a Turquia, cujo Acordo-Quadro foi firmado em 2008.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - BRASIL-
TURQUIA: UMA PERSPECTIVA
ESTRATÉGICA PARA UMA
PARCERIA DINÂMICA

07/10/2011

A visita à Turquia da Presidenta Dilma Rousseff confirma o compromisso de ambos os países com a consolidação da parceria estratégica construída nos anos recentes.

Esta parceria, estruturada no mecanismo do “Plano de Ação da Parceria Estratégica”, assinado em maio de 2010 por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Turquia Recep Tayyip Erdoğan, estabelece um exemplo inequívoco do que duas nações, ainda que geograficamente distantes, podem

conquistar juntas na busca da paz e da estabilidade globais.

Os dois países partilham valores, princípios, aspirações e expectativas similares de um futuro melhor em suas respectivas regiões e num mundo em rápida transformação. À medida que os desafios políticos e econômicos se intensificam em todo o mundo, o papel e a contribuição de novos atores para a resolução de questões internacionais tornam-se indispensáveis. Os dois países reiteraram a necessidade de fazer avançar a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz, em particular por meio de maior representação dos países em desenvolvimento.

Diante desse quadro, as relações em rápido crescimento e a estreita cooperação entre Brasil e Turquia estão tornando-se mais relevantes tanto no âmbito bilateral quanto global.

A perspectiva estratégica recentemente conquistada pelo relacionamento bilateral, que remonta a mais de 150 anos, foi demonstrada claramente no mais alto nível pelas visitas do então Presidente Lula em maio de 2009 e do Primeiro-Ministro Erdoğan em maio de 2010. Consultas políticas regulares no nível Ministerial e a assinatura de acordos substanciais também marcaram uma nova etapa nas relações bilaterais.

Além disso, essa parceria dinâmica está igualmente baseada num compromisso com os valores compartilhados da democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, o Estado de Direito e a justiça social, bem como com a responsabilidade ambiental.

Os dois países já decidiram engajar-se em diversas áreas, incluindo:

-Consultas políticas no nível ministerial e nos encontros da “Comissão de Cooperação de Alto Nível”: expandiram e intensificaram significativamente a frequência do diálogo

político.

-Cooperação estreita em foros multilaterais: ambos os países têm mantido estreita cooperação no âmbito das Nações Unidas e do G20. Brasil e Turquia também participam de consultas políticas sob a égide do Memorando para o Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados-Partes do MERCOSUL e Estados Associados e a República da Turquia. A Turquia apóia o Brasil em seu pleito para adquirir status de observador na Organização da Cooperação Islâmica (OCI). O Brasil já formalizou seu apoio à candidatura da Turquia a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015-2016.

-Ampliação da cooperação em comércio e investimentos: a corrente de comércio bilateral esteve próxima de US\$2 bilhões em 2010. Ambos os países estão determinados a trabalhar juntos para expandir e diversificar o comércio bilateral, encorajar investimentos diretos mútuos e fortalecer o diálogo em temas econômicos e comerciais bilaterais. O Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação, assinado em dezembro passado, constituirá passo significativo para a promoção de novos investimentos mútuos tão logo entre em vigor. Decidiu-se, adicionalmente, que o terceiro encontro da Comissão Conjunta Econômica será realizado no Brasil em 2011 ou 2012.

-Cooperação na área de Energia: a energia constitui área significativa para a interação entre Brasil e Turquia. A cooperação entre a Petrobras e a Corporação Turca de Petróleo (TPAO) para exploração de petróleo no Mar Negro ano passado estabeleceu bom exemplo de colaboração que ambos os países estão determinados a expandir para outras áreas. Brasil e Turquia concordaram em convocar a Subcomissão de Energia tal como estabelecida no Plano de Ação.

-Cooperação na área de Defesa: o marco legal para tal cooperação foi concluído com o “Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa”, assinado em 2003. Tal como refletido no Plano de Ação, ambos os países decidiram estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto na área de Defesa. Com esse objetivo, uma primeira reunião foi realizada no Brasil em junho deste ano. As conclusões do encontro indicam um vasto campo de áreas de cooperação. O segundo encontro será mantido no começo do próximo ano na Turquia. O aprofundamento das relações na área de Defesa pode ser testemunhado, igualmente, pela instalação de adidância militar junto à Embaixada da Turquia em Brasília, inaugurada em 2010. A designação de Adido de Defesa junto à Embaixada em Ancara faz parte das prioridades do Ministério da Defesa brasileiro.

-Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: ambos os países mantêm viva expectativa pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável/Rio+20, que o Brasil sediará em junho de 2012 no Rio de Janeiro. A Rio+20 é uma iniciativa oportuna e será um marco importante nos esforços multilaterais para encontrar soluções globais para problemas globais. Brasil e Turquia esperam que a Conferência possa encorajar o estabelecimento da agenda internacional sobre o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

-Países de Menor Desenvolvimento Relativo: a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre Países Menos Desenvolvidos (UNLDC-IV), realizada em Istambul entre 9 e 13 de maio de 2011, foi um passo bem-sucedido para trazer os desafios e problemas dos PMDRs à atenção da comunidade internacional. A Turquia, na condição de país doador emergente, tomou uma iniciativa significativa e anunciou um pacote

de cooperação econômica e técnica para os PMDRs. O Governo brasileiro decidiu lançar a Parceria Brasil-PMDRs, ampliando seu programa de cooperação humanitária, financeira e técnica, baseado nos princípios da solidariedade, incondicionalidade, autonomia e responsabilidades compartilhadas.

-Cooperação em ciência, inovação e alta tecnologia: ambos os países coincidem sobre a importância de tais áreas como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável e igualitário. A esse respeito, concordam em promover e fortalecer a cooperação em áreas tais como políticas e programas de inovação, pesquisa e inovação em biotecnologia e nanotecnologia e tecnologias limpas. Saúdam igualmente as negociações para a futura celebração de um protocolo e plano de ação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o TÜBİTAK (Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia), que dará ímpeto significativo a esses objetivos.

-Cooperação em Intercâmbio Cultural e Educação: Ambos os países conferem igualmente importância à crescente interação cultural e educacional. De modo a promover a mobilidade acadêmica entre Brasil e Turquia, o Ministério da Educação do Brasil e o Conselho Turco de Ensino Superior (YÖK) assinaram o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Ensino Superior. Ambos os países decidiram reunir a Comissão Cultural Conjunta em 2012.

A cooperação entre Ministérios das Relações Exteriores configura outra via do relacionamento bilateral. O Acordo sobre o Intercâmbio de Diplomatas entre ambas as Chancelarias foi assinado em maio de 2010 e o Brasil e a Turquia designaram diplomatas para trabalhar, respectivamente, no Ministério das Relações Exteriores da Turquia e no Ministério das Relações Exteriores do Brasil

a partir de novembro de 2011.

Os voos diretos pela “Turkish Airlines” para São Paulo têm sido valiosos e continuarão a contribuir para uma interação crescente em cultura, turismo e contatos diretos em geral. Registrou-se aumento significativo no número de turistas entre Brasil e Turquia em 2010 em comparação ao ano anterior. A abertura de Consulados em São Paulo (2009) e Istambul (2010) também contribuiu para o desenvolvimento do turismo entre os dois países e a expansão das oportunidades de investimento.

Brasil e Turquia estão determinados a continuar a implementação das provisões acordadas no Plano de Ação para a Parceria Estratégica para seguir ampliando a base institucional do relacionamento bilateral e intensificar os contatos de alto nível em todas as áreas de interesse e preocupação comuns, à luz de sua perspectiva estratégica conjunta para uma parceria dinâmica.

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE
INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O
INSTITUTO BRASILEIRO DO ALGODÃO
PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO
SETOR DO ALGODÃO
10/10/2011

Em cerimônia realizada hoje no Palácio do Itamaraty, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), Haroldo Cunha, assinaram o “Protocolo de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Brasileiro do Algodão para Cooperação Técnica no Setor do Algodão”.

O Protocolo reflete o objetivo comum

das partes de se engajarem na elaboração de projetos e na implementação de ações de cooperação para o fortalecimento do setor cotonicultor em países em desenvolvimento, especialmente na África subsaariana.

O IBA, entidade criada para receber a compensação temporária de US\$ 147,3 milhões anuais paga pelos EUA em função das perdas dos produtores brasileiros de algodão, comprometeu-se a destinar 10% (dez por cento) dos seus recursos para o financiamento de projetos de cooperação internacional no setor do algodão, que serão desenvolvidos pelo MRE, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e que poderão ser executados em parceria com entidades ou organismos internacionais. As atividades desenvolvidas observarão os termos do Memorando de Entendimento no âmbito do contencioso do algodão, de 20 de abril de 2010.

A parceria entre o IBA e o MRE/ABC possibilitará que ações de cooperação técnica do Governo brasileiro beneficiem outros países produtores ou potencialmente produtores de algodão, em mais uma vertente de cooperação Sul-Sul. O Governo brasileiro reitera, no entanto, que a plena implementação pelos EUA das determinações da OMC no contencioso do algodão é o modo mais efetivo para gerar benefícios duradouros aos países que têm na cultura do algodão uma fonte de renda, empregos e desenvolvimento.

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE
INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES E A
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
10/10/2011

Em cerimônia realizada hoje no Palácio do Itamaraty, o Ministro das Relações Exteriores,

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O
BRASIL E O SISTEMA DE SOLUÇÃO
DE CONTROVÉRSIAS DA OMC” -
BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 2011

10/10/2011

Antonio de Aguiar Patriota, e o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, assinaram Protocolo de Intenções, com o objetivo de aprimorar, por meio de atividades de capacitação técnica, a colaboração prestada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao cumprimento, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), de suas responsabilidades na defesa dos interesses do Estado brasileiro no âmbito de órgãos internacionais de solução de controvérsias.

Com base nas diretrizes do Protocolo, serão desenvolvidas iniciativas destinadas a promover o aperfeiçoamento teórico e prático dos membros de ambos os Órgãos, em benefício da defesa dos interesses do Estado brasileiro no âmbito de órgãos internacionais de solução de controvérsias. Dentre essas iniciativas, destacam-se: a realização de palestras, seminários e outras atividades conjuntas, de cunho acadêmico ou prático; a participação de membros da AGU em atividades de missões diplomáticas brasileiras que atuem junto a órgãos internacionais de solução de controvérsias; e a colaboração da AGU com o MRE na prestação de informações sobre o ordenamento jurídico nacional.

O Protocolo reforça o histórico de parceria e colaboração entre o MRE e a AGU na defesa de interesses brasileiros em diversos foros, e contribuirá para a continuidade da bem sucedida participação do Estado brasileiro, sob responsabilidade do MRE, em litígios sob a jurisdição de órgãos internacionais de solução de controvérsias.

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA,
NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO

(...)

Há exatos dez anos, o Itamaraty adotava medida administrativa que habilitaria o Brasil a tornar-se importante ator do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). A criação da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC), precisamente no dia 10 de outubro de 2001, pode ser considerada um marco para a diplomacia comercial brasileira. O seminário internacional que tenho o prazer de inaugurar nesta oportunidade foi organizado com o propósito de celebrar essa data e refletir sobre os desafios que se nos apresentam.

Gostaria inicialmente de agradecer, de forma muito especial, a presença neste evento do Professor Celso Lafer, em cuja gestão à frente do Itamaraty foi criada a CGC. Aliás, uma unidade que foi muito prestigiada pelo Governo do Presidente Lula e pelo Chanceler Celso Amorim, também. E hoje em dia queremos fortalecê-la e levá-la ainda mais longe.

Nas duas pontas do decanato que hoje celebramos, encontramos o mundo imerso em situações de crise. Há dez anos, no momento mesmo em que a CGC era criada, a comunidade internacional enfrentava o impacto dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Transcorridos dez anos, nos encontramos novamente sob o impacto de uma crise de alcance global, desta feita de natureza econômico-financeira.

A crise econômico-financeira de 2008 e seus efeitos prolongados encontraram o Brasil preparado para enfrentá-los. Os sólidos

fundamentos de nossa economia, aliados a um mercado consumidor robustecido pelo ingresso de milhões de brasileiros em virtude de políticas socialmente inclusivas praticadas por sucessivos governos, serviram e continuam a servir de esteio para o Brasil no enfrentamento da crise.

A crise, lamentavelmente, ainda não chegou a seu fim. Ao contrário, instituições como o FMI, o Banco Mundial e agências das Nações Unidas, entre outras, alertam para os riscos concretos de que ela se prolongue no tempo e de que, em futuro próximo, tenhamos que enfrentar não apenas a desaceleração do crescimento econômico mundial, mas até mesmo uma recessão, com efeitos inevitáveis sobre as perspectivas de contínuo desenvolvimento.

A fim de preservar as conquistas econômicas e sociais que alcançamos, o Brasil está atento para a evolução deste cenário. Precisamos continuar a explorar novas oportunidades comerciais, em especial nas nossas relações com os demais países em desenvolvimento, onde hoje se concentra o maior dinamismo da economia internacional. Digo isso sempre com a ressalva de que não negligenciamos as parcerias e os mercados desenvolvidos. Demonstração disso foi a recente viagem da Presidenta Dilma Rousseff a Bruxelas para o encontro da Parceria Estratégica Brasil – União Européia. O Itamaraty trabalha de forma criativa e com afinco para contribuir de forma efetiva para esse esforço coletivo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e outros órgãos do Governo.

O apoio do Brasil ao multilateralismo, de forma ampla, mais especificamente no campo econômico, é um traço inconteste da nossa ação diplomática. Nos últimos quatro meses, o país teve a satisfação de ver dois ilustres brasileiros escolhidos para dirigir

organizações internacionais de escala global: refiro-me, obviamente, ao Professor José Graziano, na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e ao Dr. Robério Silva, na Organização Internacional do Café (OIC).

A confiança que a comunidade internacional depositou nesses dois brasileiros, para além de seus indiscutíveis méritos pessoais e profissionais, reflete apreço pelos avanços do Brasil na esfera agrícola e por seu engajamento com o sistema multilateral em suas diversas expressões especializadas.

Esse compromisso, que permanece inabalado, não nos impede de reconhecer, contudo, que a crise econômico-financeira, entre outros fatores, tem incidido negativamente sobre as perspectivas de êxito das negociações comerciais multilaterais em curso no âmbito da Rodada Doha da OMC. Da mesma forma, desafios têm sido impostos pela crise à conclusão de negociações comerciais nos planos birregional e bilateral.

Com esse pano de fundo, impõe-se ao Brasil fazer o melhor uso possível das disciplinas comerciais de que dispomos hoje, bem como das condições de acesso a mercado que já conquistamos até aqui. Para tanto, precisamos ser capazes de, primeiro, explorar, na mais ampla medida possível, as oportunidades que formos capazes de identificar e, segundo, usar com proficiência os instrumentos que o sistema multilateral de comércio nos oferece para assegurar a prevalência de nossos direitos.

No que tange às condições de acesso consolidadas pelo Brasil ao longo dos anos, faço referência especial ao mercado ampliado do MERCOSUL, destino privilegiado para as exportações de produtos manufaturados dos quatro sócios do agrupamento, e ao mercado ampliado sul-americano, que vislumbramos no horizonte na medida em que avança a convergência dos acordos comerciais

firmados no âmbito da ALADI. O mercado interno brasileiro e o mercado ampliado do MERCOSUL, ao qual se somará o futuro mercado ampliado sul-americano, constituem patrimônio que merece ser cada vez mais valorizado.

Utilizar de maneira eficiente os recursos humanos e materiais ao nosso alcance constitui passo essencial para a defesa dos interesses nacionais em meio à crise. O Itamaraty dispõe de uma rede de 218 postos no exterior, entre Embaixadas, Missões e Consulados. A grande maioria pode ser posta a serviço dos interesses comerciais brasileiros. Um número crescente de diplomatas brasileiros é hoje responsável, no exercício de suas funções regulares, pela promoção dos interesses comerciais do país. Por instrução minha, em coordenação com o Secretário-Geral – que é grande conhecedor da matéria - estamos reforçando esta importante vertente de nossa ação externa.

Não nos esqueçamos, neste particular, que existe um contínuo entre a ação diplomática de caráter político e a de caráter econômico-comercial. Para ilustrar essa realidade, basta lembrarmos o extraordinário crescimento dos fluxos de comércio resultante da diversificação de parceiros comerciais brasileiros, em direção a economias dinâmicas do mundo em desenvolvimento, e resultado da abertura de Embaixadas em grande número na África e no Oriente Médio, na Ásia Central; e também de outras iniciativas: trilaterais, como foi a do IBAS, a ASPA – que associa a América do Sul ao mundo Árabe -, e a ASA, que associa a América do Sul à África, entre várias outras.

A CGC cumprirá papel relevante nesse exercício, tanto na sua função de defesa do Brasil em contenciosos na OMC, como também, sempre que solicitado, na assessoria a outras áreas do Itamaraty e aos demais órgãos da estrutura governamental brasileira em questões afetas às disciplinas multilaterais

de comércio. Para habilitar a CGC a melhor desempenhar suas atribuições, determinei seja prontamente aumentada a lotação de diplomatas na unidade.

Para apoiar a CGC na defesa dos interesses do Brasil em contenciosos na OMC, autorizei a abertura de procedimento licitatório em Washington, destinado a selecionar escritório de advocacia que substituirá uma das duas bancas especializadas que hoje prestam serviços ao Brasil no exterior, cujo contrato expira no final do ano. A nova firma a ser contratada será uma associação entre um escritório brasileiro e um escritório internacional.

Tenho a grata satisfação de referir-me à assinatura na data de hoje, juntamente com o Ministro Luís Inácio Adams, de Protocolo de Intenções entre o Itamaraty e a Advocacia-Geral da União, para o estabelecimento de parceria destinada a aprimorar, por meio de atividades de capacitação técnica, a colaboração prestada pela AGU ao cumprimento, pelo Ministério das Relações Exteriores, de suas responsabilidades na defesa dos interesses do Estado brasileiro no exterior.

Em reconhecimento à relevância para o Brasil do sistema multilateral de comércio, inclusive de seu mecanismo de solução de controvérsias, vamos incluir no currículo do Curso de Formação do Instituto Rio Branco disciplina denominada “OMC e Contenciosos”. A partir de agora, todos os diplomatas brasileiros terão, já no Instituto Rio Branco, treinamento para atuar em questões relacionadas às disciplinas multilaterais de comércio.

Para contribuir também com a formação de quadros especializados em comércio internacional nos demais órgãos da estrutura governamental brasileira, bem como no setor privado – em especial jovens advogados com

atuação em bancas de advocacia nacionais – estamos explorando formas de ampliar e intensificar as oportunidades de treinamento hoje oferecidas pela Missão do Brasil junto à OMC, em Genebra, pela Embaixada do Brasil em Washington e pela própria CGC em Brasília.

Estamos conscientes de que o trabalho da CGC será mais efetivo na medida em que criarmos mecanismos que facilitem os seus contatos com os operadores econômicos nacionais. Com esse objetivo, viabilizaremos encontros regulares das áreas econômica e de promoção comercial do Itamaraty com lideranças empresariais brasileiras, do setor manufatureiro ao agronegócio, a fim de que sejam melhor mapeadas as dificuldades específicas que os diferentes setores porventura enfrentem em seu esforço exportador. Adicionalmente, vamos atualizar a página web da CGC para torná-la mais completa e acessível.

Ainda com o propósito de identificar dificuldades que os exportadores brasileiros possam enfrentar na realização de seus negócios no exterior, elaboraremos estudos analíticos sobre barreiras comerciais ao produto nacional, tarefa atribuída a Embaixadas brasileiras junto a nossos principais parceiros comerciais atuais e parceiros potencialmente interessantes. O resultado desse trabalho permitirá que os diplomatas brasileiros atuem de maneira mais informada, em diferentes foros internacionais – bilaterais, regionais ou multilaterais –, em defesa de interesses comerciais brasileiros específicos.

No que tange especificamente à China, constituímos uma Força-Tarefa no âmbito da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, sob comando do Embaixador Valdemar Carneiro Leão. O objetivo dessa unidade especializada é monitorar o desenvolvimento das relações

econômico-comerciais com nosso principal parceiro comercial, bem como oferecer sugestões para a ampliação, em bases equitativas e de mútuo interesse, para aquilo que temos chamado de “para além da complementariedade”, nome do evento empresarial que a Presidenta Dilma Rousseff abriu em Pequim, e que, acho, sintetiza o esforço de diversificação de nossa pauta exportadora e de melhorar o conteúdo desse comércio.

Com a finalidade de reforçar a capacidade do Itamaraty na defesa da ampla gama de interesses comerciais, refiro-me à assinatura nos próximos dias, juntamente com o Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Acordo de Cooperação Técnica MRE-IPEA. O Acordo estabelecerá bases para a cooperação na realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, com ênfase nas relações econômicas internacionais. Estou certo de que essa cooperação, fundada na expertise técnica acumulada de lado a lado ao longo dos anos, em muito contribuirá para a defesa de nossos interesses.

Para assegurar que a diplomacia brasileira esteja apta a lidar com os desafios impostos pelo comércio internacional de produtos agropecuários, realizaremos nova edição do chamado “Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro”, iniciativa conjunta do Itamaraty com o Ministério da Agricultura – hoje representado aqui pelo Dr. Célio Porto – destinada a qualificar diplomatas para a promoção de produtos agropecuários brasileiros no exterior. Para participar do Programa, a ser implementado no final do corrente mês, serão chamados a Brasília os chefes dos setores agrícolas das Embaixadas brasileiras em 25 países identificados como estratégicos e prioritários pelo agronegócio brasileiro.

Para além do objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pelas regras do sistema multilateral de comércio, o Brasil está ciente de que, em um cenário de crise econômica, e diante das dificuldades em avançar nas negociações comerciais em curso, deverá envidar novos e criativos esforços com vistas a promover o produto brasileiro e, por essa via, expandir suas exportações para outros mercados. O Itamaraty está em condições de dar contribuição efetiva nesse sentido.

Em consonância com a “Estratégia Nacional das Exportações 2011-2014”, iniciativa concebida em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), identifiquei as seguintes medidas concretas a serem implementadas pelo Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty, hoje sobre a direção do Ministro Rubens Gama. Citarei seis medidas específicas:

A) Ampliação da participação anual do DPR em feiras setoriais e multissetoriais no exterior de 130 (2010) para 190 (2015) eventos, bem como em feiras no Brasil de 12 (2010) para 25 (2015) eventos;

B) Elevação de 35 para 100 do número de (i) estudos sobre investimentos e comércio e (ii) pesquisas de mercado, contratados ou realizados anualmente pelo DPR;

C) Incremento em até 50% dos roadshows destinados a atrair investimentos para obras de infra-estrutura, megaeventos esportivos, economia verde e inovação;

D) Ampliação em 40% da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet;

E) Aumento do número de missões

comerciais ao exterior apoiadas pelo DPR, mediante parcerias com outras agências governamentais ou com entidades do setor privado;

F) Expansão do número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) na rede de postos brasileira no exterior, passando, no prazo de 4 anos, de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países.

Ainda em linha com a necessidade de promover a formação e a capacitação de quadros especializados na promoção de interesses comerciais brasileiros no exterior, ampliaremos em 50% o número de atividades de treinamento para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro. Implementaremos, já a partir do início de 2012, para todos os funcionários de SECOMs em todo o mundo, curso de capacitação on line em promoção comercial e investimentos, atualmente em fase final de ajustes.

A implementação dos cursos on line não excluirá a realização de treinamentos no Brasil, ocasião em que os diplomatas responsáveis pelas atividades de promoção comercial têm a oportunidade de visitar fábricas e centros de pesquisa, manter encontros com diferentes associações empresariais, bancos e empresas e familiarizar-se com novos instrumentos de trabalho disponibilizados pelo DPR.

Complementarmente, autorizei a realização de novos encontros regionais de Chefes de Setores de Promoção Comercial, oportunidade interessante para a troca de informações e experiências sobre as atividades regulares de promoção do produto brasileiro em áreas geográficas específicas. Após a realização de encontros muito bem sucedidos em Washington, Bruxelas e Xangai, será convocado, para os dias 1º e 2 de novembro próximo, encontro na Embaixada do Brasil no Catar, ocasião em que os chefes de SECOM do Oriente Médio e do Egito discutirão maneiras

de promover exportações brasileiras para a região.

Senhoras e Senhores,

O trabalho profissional desenvolvido pela CGC há dez anos nos inspira a explorar, de forma a um só tempo dinâmica e responsável, iniciativas que permitam ao Brasil preservar, em meio à crise econômico-financeira atual, os avanços sócio-econômicos que alcançamos e olhar para novos horizontes.

Confio na estrutura, capacidade e disposição do Itamaraty para associar-se a outras esferas governamentais, ao setor privado e à sociedade civil em prol de uma presença internacional cada vez mais competitiva.

Faço votos de que o seminário internacional que ora se inicia possa nos trazer idéias novas, em benefício de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

BARÃO DO RIO BRANCO NO LIVRO
DOS HERÓIS DA PÁTRIA
13/10/2011

O Itamaraty recebeu com grande satisfação a notícia da inclusão de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, no Livro dos Heróis da Pátria, determinada pela Lei nº 12.502, de 11 de outubro de 2011.

José Maria da Silva Paranhos Junior foi um historiador e diplomata brasileiro. Formado em Direito, foi deputado e jornalista antes de ingressar na diplomacia. Serviu como Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, sob quatro presidentes: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Seu maior legado foi a resolução pacífica de disputas de fronteira com os países vizinhos, de que resultou, em grande medida, a formatação atual do território brasileiro. É considerado o patrono da diplomacia brasileira.

O nome de José Maria da Silva Paranhos Junior será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria ao lado de nomes como os de Zumbi dos Palmares, Joaquim José da Silva Xavier, José Bonifácio de Andrada e Silva e Alberto Santos Dumont. O mencionado livro fica guardado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

VISITA AO BRASIL DA PRIMEIRA-
DAMA DO HAITI, SOPHIA MARTELLY
14/10/2011

A Primeira-Dama do Haiti, Sophia Martelly, realiza visita ao Brasil, onde cumpre programa de trabalho nos dias 13 e 14 de outubro. O objetivo da visita é conhecer em maior profundidade as políticas de segurança alimentar e nutricional implementadas no Brasil, em consonância com a prioridade conferida pelo Governo brasileiro à promoção e proteção do direito humano à alimentação.

No Itamaraty, a Senhora Sophia Martelly será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

V CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO
ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL
(IBAS) – PRETÓRIA, 18 DE OUTUBRO
DE 2011
14/10/2011

No dia 18 de outubro, será realizada em Pretória a V Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

O Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, a Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, examinarão temas de interesse global,

especialmente os atuais desafios econômico-financeiros, paz e segurança internacionais e desenvolvimento sustentável, no contexto da preparação para a Rio+20. Também será feito balanço das atividades dos grupos de trabalho setoriais do IBAS, que tratam de temas como defesa, energia e ciência e tecnologia, dentre outros.

Na véspera da Cúpula, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participará de segmento ministerial do IBAS, com seus homólogos de Índia e África do Sul.

A reunião dos Chefes de Estado e de Governo será precedida de fóruns da sociedade civil formados por empresários, acadêmicos, mulheres, editores, integrantes de governos locais e pequenos empreendedores.

A V Cúpula IBAS examinará, ainda, os avanços da cooperação prestada pelo Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza. Desde sua criação, em 2004, o Fundo realiza nove projetos em seis países, como o de coleta de resíduos sólidos no Haiti, e o de melhoramento agropecuário na Guiné-Bissau. Prevêem-se, ainda, projetos no Laos, Serra Leoa, Timor Leste, Sudão e Sudão do Sul. Em 2006, o Fundo foi premiado pela ONU como modelo de cooperação entre países em desenvolvimento e, em 2010, agraciado com o prêmio “Metas de Desenvolvimento do Milênio”.

O fluxo de comércio entre os países do IBAS quadruplicou entre 2003 e 2010, elevando-se de US\$ 4,38 bilhões para US\$ 16,1 bilhões, superando, assim, a meta fixada para aquele ano (US\$ 15 bilhões).

XI CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA SOBRE MIGRAÇÕES 17/10/2011

Será realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, entre os dias 19 e 21 de outubro, a XI Conferência Sul-Americana sobre Migrações (CSM). A CSM celebrou sua primeira reunião em 2000, em Buenos Aires, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que desde então tem desempenhado as funções de Secretaria Técnica do foro.

A CSM busca promover o intercâmbio de informações e boas práticas na área migratória, bem como desenvolver programas e coordenar políticas sobre a matéria entre seus doze países-membros, de modo a garantir a proteção dos direitos humanos, sociais e trabalhistas dos migrantes e a facilitar a circulação de pessoas no âmbito sul-americano. Durante a X Conferência (Cochabamba, 2010), foram aprovados o Plano Sul-Americano de Desenvolvimento Humano das Migrações e a Declaração de Princípios Migratórios, que constituem os principais textos de referência para os trabalhos da CSM.

Como de costume, a Conferência será precedida, nos dias 18 e 19 de outubro, de reunião de representantes da sociedade civil, cujas conclusões serão encaminhadas à consideração dos participantes da XI CSM.

O Diretor-Geral da OIM, Embaixador William Lacy Swing, participará da XI CSM, que incluirá em sua agenda painel comemorativo dos 60 anos de criação da Organização.

I REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-PALESTINA - COMUNICADO CONJUNTO 17/10/2011

Delegações do MERCOSUL e da Palestina reuniram-se em Ramalá, nos dias 16 e 17 de outubro, com o objetivo de avançar substancialmente na finalização de um Acordo

de Livre Comércio. A delegação palestina foi chefiada pelo Dr. Hasan Abu Libdeh, Ministro da Economia Nacional, e a do MERCOSUL pela Senhora Valeria Csukasi, Diretora de Integração do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai.

A negociação desse Acordo reflete o apoio dos países do MERCOSUL a uma Palestina independente e economicamente viável, coexistindo em paz com todos os seus vizinhos.

Durante a reunião, os dois lados revisaram o projeto de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina e coincidiram no objetivo de assinar o Acordo durante a Cúpula do MERCOSUL, a realizar-se em Montevidéu, em dezembro de 2011. O lado palestino anunciou que o Presidente Mahmoud Abbas comparecerá à Cúpula.

Os dois lados reconheceram a importância de aperfeiçoar as relações comerciais e econômicas entre o MERCOSUL e a Palestina, bem como de compartilhar experiências em matéria de desenvolvimento econômico e de cooperar na área de capacitação.

O Dr. Abu Libdeh destacou que a conclusão desse Acordo com os membros do MERCOSUL, a quinta maior economia do mundo, é muito importante e contribuirá para a construção institucional na Palestina.

A Presidência do MERCOSUL expressou reconhecimento pela hospitalidade do lado palestino e sua contribuição para o resultado exitoso da reunião.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF A MOÇAMBIQUE - MAPUTO,
18 E 19 DE OUTUBRO DE 2011
18/10/2011

Nos dias 18 e 19 de outubro, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita

à República de Moçambique. Na ocasião, participará das cerimônias alusivas aos 25 anos do falecimento do ex-Presidente e herói da independência Samora Machel, manterá reunião com o Presidente Armando Guebuza e realizará encontro com investidores brasileiros no país.

Nos últimos anos, os investimentos brasileiros em Moçambique cresceram de modo expressivo. Destaca-se o projeto da mineradora Vale, que recebeu concessão para explorar jazida de carvão mineral em Moatize, no norte do país. O investimento está estimado em US\$ 4,5 bilhões (dos quais já foi despendido US\$ 1,5 bilhão) e sua produção máxima é estimada em 25 milhões de toneladas de carvão por ano. O projeto envolve investimentos paralelos em infraestrutura e em outros subprodutos, que poderão atingir US\$ 8 bilhões. Outros projetos de investimento brasileiros incluem os setores de energia, infraestrutura portuária e aeroportuária, petróleo e papel e celulose. Em 2009, o BNDES aprovou linha de crédito no valor de US\$ 300 milhões destinada aos investimentos no país. O comércio bilateral atingiu, em 2010, US\$ 42.380,00.

Moçambique é hoje um dos maiores beneficiários da cooperação brasileira e o primeiro na África, tanto em volume quanto em diversidade de setores. Destacam-se iniciativas nas áreas de saúde (produção de antirretrovirais); educação e formação profissional (Universidade Aberta do Brasil em Moçambique, que atende atualmente a cerca de 600 alunos em diferentes regiões do o país; recebimento em universidades brasileiras de cerca de 400 estudantes); agricultura (projeto Pró-Savana de desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais de Moçambique, executado em conjunto com o Japão); e formação profissional. A Fiocruz mantém escritório em Moçambique.

TEMPESTADES NA AMÉRICA CENTRAL

18/10/2011

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade aos Governos e sociedades de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Nicarágua, países afetados, nos últimos dias, por fortes tempestades, agravadas pela Depressão Tropical XII-E e que provocaram 90 vítimas.

Ao expressar suas condolências, o Governo brasileiro informa que vem mantendo contato com os Governos que solicitaram cooperação humanitária, com vistas a prestar-lhes assistência, em particular por meio do apoio a ações de alívio emergencial e de redução dos danos causados pelas tempestades.

V CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS) - DECLARAÇÃO DE TSHWANE - 18/10/2011 18/10/2011

Preâmbulo

O Presidente da República da África do Sul, Exmo. Sr. Jacob Gedleyihlekisa Zuma, o Primeiro Ministro da República da Índia, Exmo. Sr. Dr. Manmohan Singh e a Presidenta da República Federativa do Brasil, Exma. Sra. Dilma Rousseff (doravante referidos como os “Líderes”) se reuniram na Casa Presidencial de Hóspedes, Pretória, República da África do Sul, em 18 de outubro de 2011 para o V Cúpula de Chefes de Estado e Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

1. Os Líderes notaram que o Fórum de Diálogo da Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) reúne três grandes sociedades pluralistas, multiculturais e multi-raciais de três continentes, i.e., Ásia, América do Sul e África, como um agrupamento puramente

Sul-Sul de países com ideais compartilhados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável inclusivo, na busca de bem-estar para seus povos. Os líderes sublinharam a importância dos princípios, normas e valores subjacentes ao Fórum de Diálogo IBAS, i.e., democracia participativa, respeito pelos direitos humanos, e o Estado de Direito.

2. Essa Cúpula ocorre em um momento crítico globalmente, quando a economia mundial se defronta com sérios desafios e quando a democracia está sendo procurada em áreas tais como o Oriente Médio e Norte da África. Os líderes ressaltaram que o pilar básico do IBAS é a visão compartilhada dos três países de que a democracia e o desenvolvimento se reforçam mutuamente e são a chave para a paz e a estabilidade sustentáveis. Os Líderes postularam que os arraigados valores democráticos compartilhados pelos três países concorrem para o bem de seus povos e que eles estão dispostos a compartilhar, se solicitados, o modelo democrático e de desenvolvimento inclusivo de suas sociedades com países em transição para a democracia.

3. Os Líderes reconheceram a importância do Fórum de Diálogo IBAS como um instrumento para promover a coordenação em questões globais, pertinentemente durante a ocasião histórica de 2011, quando todos os Estados-Membros do IBAS atuam como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

4. Recordando as Declarações e Comunicados emitidos durante as Cúpulas anteriores, eles aproveitaram a oportunidade para deliberar sobre os tópicos abaixo.

Coordenação em Organizações Multilaterais

5. Os líderes recordaram sua colaboração conjunta no CSNU e outros fóruns relevantes tais como as Agências Especializadas da ONU e agrupamentos tais como o G20, G24, OMC,

OMPI, BASIC, BRICS e G77+China.

Reforma da Governança Global

6. Os líderes reafirmaram seu compromisso em aumentar a participação de países em desenvolvimento nos órgãos de tomada de decisão de instituições multilaterais. Eles sublinharam a necessidade de reforma urgente das Nações Unidas (ONU) para torná-la mais democrática e compatível com a realidade geopolítica atual. Eles enfatizaram particularmente que nenhuma reforma das Nações Unidas será completa sem uma reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), incluindo uma expansão de seus membros tanto na categoria permanente quanto na não permanente, com participação ampliada de países em desenvolvimento em ambas. Tal reforma é de extrema importância para que o CSNU obtenha a representatividade e legitimidade que necessita para enfrentar os desafios contemporâneos.

7. Reiteraram que o sistema internacional contemporâneo deve refletir as necessidades e as prioridades dos países em desenvolvimento. Os países do IBAS, em conjunto com outros países que nutrem ideais semelhantes, continuarão a empenhar-se para contribuir com uma nova ordem mundial cuja arquitetura política, econômica e financeira seja mais inclusiva, representativa e legítima.

8. Sublinharam a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança da ONU, incluindo uma expansão tanto na categorias de membros permanentes como na categoria de membros não-permanentes, com participação ampliada de países em desenvolvimento em ambas. Discutiram a iniciativa do G4 de uma minuta de resolução sobre expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias e sobre a melhoria de seus métodos de trabalho. A iniciativa tem sido apoiada por uma ampla coalizão de Estados Membros, de todos os grupos

regionais das Nações Unidas. Assim, os Líderes expressaram a visão de que esse forte apoio deveria ser considerado como a base para discussão adicional nas negociações intergovernamentais em andamento sobre a reforma do referido Conselho. A necessidade de maior progresso nas negociações intergovernamentais foi identificada como crítica para assegurar o ímpeto necessário para alcançar mudança. Eles se comprometeram a manter uma cooperação e uma coordenação próximas, a fim de alcançar resultados tangíveis durante a 66ª sessão da Assembleia Geral.

9. Eles expressaram sua satisfação com o papel positivo que os três países do IBAS têm desempenhado na manutenção da paz e segurança internacionais durante seu mandato atual no Conselho de Segurança. Comprometeram-se a continuar com a cooperação estreita para trazer suas perspectivas aos processos de trabalho e de tomada de decisão do CSNU. Reafirmaram seu desejo e capacidade de assumir maiores responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais. Nesse contexto, os países do IBAS declararam apoio às aspirações mútuas por assentos permanentes em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

10. Os líderes incentivaram a formação de coalizões de países em desenvolvimento, dedicadas ao processo de reforma do CSNU, a participar ativamente na aceleração das negociações intergovernamentais em andamento. Os Líderes recordaram o papel crítico das organizações regionais na resolução de conflitos. Instaram o CSNU a trabalhar em proximidade com essas organizações.

11. Os Líderes se comprometeram a continuar trabalhando conjuntamente em fóruns multilaterais relevantes para ampliar a coordenação macroeconômica com vistas

à recuperação sustentável e ao crescimento continuado. Como membros do G20, os países do IBAS reafirmaram seu apoio ao Grupo como o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Os Líderes salientaram a importância da existência de fluxos de capital de longo prazo para os países em desenvolvimento como forma de estimular o investimento, especialmente em infraestrutura, e convocaram os Bancos Multilaterais e Regionais de Desenvolvimento a mobilizarem mais recursos e encontrarem meios de expandir sua capacidade de empréstimo aos países em desenvolvimento.

12. Os Líderes enfatizaram a importância da agenda de desenvolvimento do G20, com seu foco na contribuição ao crescimento sustentável em países em desenvolvimento, especialmente em países de baixa renda. Eles se comprometeram a trabalhar conjuntamente para a integração contínua da agenda de desenvolvimento do G20, no futuro, com ênfase em infraestrutura, segurança alimentar e comércio.

13. Os Líderes conclamaram por uma rápida implementação das metas de reforma do Fundo Monetário Internacional, relacionadas com mandato, representação, escopo, governança, responsabilidade, capacidade de resposta e orientação de desenvolvimento do Fundo, a fim de assegurar que o Fundo seja democrático, responsivo e responsável. Os Líderes reiteraram que a estrutura que governa o Fundo deveria refletir as novas realidades da economia global no Século XXI, por meio da ampliação da voz e da representação das economias emergentes e dos países em desenvolvimento. Os Líderes enfatizaram que a reforma das instituições financeiras internacionais deveria ser realizada de acordo com os compromissos do G20, com o objetivo de alcançar uma distribuição equitativa de poder de voto entre países desenvolvidos e

em desenvolvimento, consistente com sua participação na economia mundial.

14. Os Líderes concordaram que os chefes e líderes seniores de todas as instituições internacionais deveriam ser nomeados por meio de um processo aberto, transparente e baseado no mérito, a começar pela escolha do próximo Presidente do Banco Mundial em 2012. Os líderes sublinharam a importância de aderir estritamente aos compromissos já pactuados em outros fóruns, tais como o G20, incluindo a agenda de desenvolvimento.

Comissão de Construção da Paz (CCP)

15. Recordando a interdependência entre segurança e desenvolvimento, os líderes reiteraram sua visão de que operações de manutenção da paz têm uma contribuição a dar na fase inicial de operações de construção da paz e em proporcionar um ambiente condizente com a implementação de estratégias de desenvolvimento, como um meio para levar dividendos de paz imediatos a áreas afligidas e para contribuir para uma atmosfera cooperativa para missões da ONU. Os líderes notaram que quando se considera a implementação de uma missão ou durante a avaliação e renovação do mandato para missões atuais, o Conselho de Segurança da ONU deveria trabalhar em cooperação estreita com a Comissão de Construção de Paz, com vistas ao desenvolvimento de uma forte sinergia entre os dois órgãos.

Crise Econômica e Financeira Global

16. Os Líderes expressaram preocupação com a deterioração do cenário econômico global, que apresenta desafios particulares para a política econômica e para as perspectivas de crescimento de países de baixa renda. Riscos de recessão aumentaram significativamente nas semanas recentes. Eles salientaram a importância da implementação de um plano verossímil de políticas financeiras e macroeconômicas e reformas estruturais

pelos países da Zona do Euro, como um passo necessário para impedir choques negativos adicionais à economia mundial. Eles também ressaltaram a importância de medidas complementares por outras economias desenvolvidas para impulsionar a recuperação e ajudar a economia global como um todo. Eles enfatizaram que as respostas de política doméstica e reformas estruturais apenas permanecem insuficientes para restaurar crescimento em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

17. Os Líderes enfatizaram a necessidade de aumentar a coordenação política entre as nações do G20, com vistas a evitar uma nova recessão e promover uma recuperação robusta a fim de assegurar crescimento forte, sustentável e equilibrado da economia global no médio prazo. Isso exige consolidação fiscal calibrada cuidadosamente em países com altos níveis de dívida, e medidas para fortalecer a demanda doméstica em países com grandes superávits. Os Líderes acreditam que Brasil, Índia e África do Sul estão fazendo sua parte para promover o crescimento enquanto contêm pressões inflacionárias e asseguram disciplina fiscal.

18. Os Líderes salientaram a importância de implementar os atuais compromissos internacionais de reforma financeira regulatória, com vistas a melhorar a supervisão e fiscalização, em direção a um sistema financeiro mais resiliente. Eles também renovaram seu compromisso com a implementação oportuna do Acordo Basiléia III.

19. Os Líderes enfatizaram a importância de um Sistema Monetário Internacional mais estável e resiliente, bem como da administração coerente de fluxos de capital. Eles ressaltaram a responsabilidade especial dos emissores de moeda de reserva nessa área, uma vez que suas políticas podem ter um

impacto desproporcional na liquidez global e nos fluxos de capital.

As Dimensões Sociais da Governança Global

20. Os Líderes reafirmaram que o povo deve estar em primeiro lugar e deveria participar na formulação e implementação de políticas públicas, permitindo um desenvolvimento sustentável, justo e equitativo. Eles salientaram a necessidade de fortalecer políticas sociais e de combater a pobreza, o desemprego e a fome. Eles consideraram isso uma prioridade relevante no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, bem como na reestruturação da arquitetura financeira internacional, que afeta diretamente o bem estar do povo, particularmente das pessoas mais idosas, da juventude, da família e das pessoas com deficiências. Eles reafirmaram seu compromisso com a implementação dos ODM. Eles ressaltaram o papel do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza na implementação dos projetos de cooperação Sul-Sul.

Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

21. Os Líderes tomaram nota de que 2015 permanece uma data alvo fundamental, na qual os ODM devem ser atingidos. Os líderes reafirmaram que, faltando apenas quatro anos para o ano limite, esforços globais para alcançar os ODM em 2015 devem ser acelerados. Nesse sentido, eles convocaram os países desenvolvidos a satisfazer urgentemente seus compromissos com a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e tomar medidas para fortalecer a parceria global como previsto no ODM 8, incluindo transferência de tecnologia. Eles notaram ainda que o lento ritmo de recuperação da economia global não deve levar à diminuição da ambição dos ODM. Os Líderes reafirmaram seus esforços para fortalecer a parceria global para

desenvolvimento, mas reiteram a necessidade de acelerar a realização dos compromissos já feitos pelos países desenvolvidos no contexto do Consenso de Monterrey e da Declaração de Doha sobre Financiamento do Desenvolvimento.

22. Os Líderes reconheceram a centralidade dos objetivos e propósitos da Carta das Nações Unidas, e sua busca do avanço da agenda do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos Chefes de Estado e de Governo no Encontro do Milênio em 8 de setembro de 2000, que reafirma o objetivo de tornar o Direito ao Desenvolvimento uma realidade para todos, permanece complementar ao espírito geral da Carta das Nações Unidas.

23. Os Líderes reconheceram que a consecução dos ODM, conforme estabelecido na Declaração do Milênio, no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e na Reunião Plenária de Alto Nível da Assembléia Geral de 2010, exige forte vontade política e compromisso; financiamento adequado em níveis nacionais, regionais e internacionais; e fortalecimento da cooperação internacional.

24. Os Líderes notaram que a África Subsaariana enfrenta desafios peculiares com respeito à realização dos ODM e tem visto menos progresso que outras regiões em desenvolvimento do mundo. A situação na África permanece altamente preocupante, particularmente nos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDR) e nos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) que enfrentam pobreza severa e subdesenvolvimento. Há, portanto, necessidade imperativa de ampliar a cooperação e a solidariedade internacionais, especialmente com relação ao ODM 8, a fim de assegurar resultados.

Comércio Internacional (OMC – Rodada de Doha do Desenvolvimento)

25. As negociações da Rodada de Doha do Desenvolvimento foram lançadas com base em um mandato que visava colocar os interesses dos países em desenvolvimento no centro da agenda de trabalho. O impasse atual nas negociações é, portanto, fonte de sérias preocupações. As distorções causadas pelos altos níveis de proteção e subsídios na área da agricultura nos países desenvolvidos continuam a enfraquecer a perspectiva de desenvolvimento de muitos países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos.

26. Os Líderes reiteraram sua visão de que as demandas das negociações atuais na Rodada de Doha do Desenvolvimento de refletem um desequilíbrio no sentido de que há muita acomodação das sensibilidades dos países desenvolvidos na agricultura, ao lado de demandas injustas sobre os países desenvolvidos para que abram seus mercados nos setores de serviços e industriais. Os Líderes expressaram preocupação com iniciativas, tais como um congelamento das tarifas, que retiram as políticas da OMC previamente negociadas pelos países em desenvolvimento. A agenda do desenvolvimento permanece central para a Rodada de Doha.

27. Para superar o impasse atual e concluir a Rodada de Doha de maneira satisfatória, os Líderes reiteraram a necessidade de reafirmar a integridade do mandato que lançou a Rodada, e construir sobre a convergência já alcançada. Os Líderes instaram os membros da OMC a chegar a um acordo sobre medidas de interesse aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, tais como “duty-free-quota-free” – DFQF, algodão e suspensão de obrigações no setor de serviços, e não condicioná-las a um acordo sobre temas de acesso a mercado.

Desenvolvimento Sustentável

28. Os Líderes da Índia e da África do Sul prometeram seu apoio ao Brasil, que

sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em junho de 2012, no Rio de Janeiro (“Cúpula Rio+20”), para garantir renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável; avaliar o progresso em direção aos compromissos sobre desenvolvimento sustentável pactuados internacionalmente e para abordar novos os desafios que estão surgindo. Os Líderes reconheceram a relevância dos principais temas para a Cúpula, especificamente a Economia Verde no contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável e a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável na implementação da agenda de Desenvolvimento Sustentável. Os Líderes reconheceram que essa conferência representa uma oportunidade chave para a comunidade internacional examinar e reforçar compromissos de longo prazo estabelecidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), realizada em Johannesburgo, em 2002.

29. Os Líderes concordaram que a Rio+20 deveria renovar compromisso político de acelerar a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável conforme definido pelos Princípios do Rio e levada adiante através do Plano de Implementação de Johannesburgo (Jpol) na busca de desenvolvimento sustentável global. Reconhecendo que a economia verde é um meio para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação de pobreza, os Líderes salientaram o significado dessa conferência em abordar os emergentes desafios do desenvolvimento sustentável associados às múltiplas questões globais tais como volatilidade dos preços dos alimentos e segurança alimentar, escassez

de energia e acesso à energia, padrões insustentáveis de consumo e produção, desafios da rápida urbanização, degradação da terra e mudança climática. Portanto, eles salientaram que não há uma estratégia “tamanho único” para o desenvolvimento sustentável e que a conferência deveria revigorar o compromisso político em relação à implementação da agenda de desenvolvimento sustentável e trabalhar para assistir países em desenvolvimento através de financiamento novo e adicional, transferência de tecnologia e capacitação em seus esforços para alcançar desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Adicionalmente, os Líderes enfatizaram a importância de chegar a um acordo em uma estrutura institucional multilateral efetiva, para coordenar, apoiar e possibilitar esforços de desenvolvimento sustentável pela comunidade internacional e pelas partes interessadas relevantes, de maneira coerente e integrada.

Mudança Climática

30. A África do Sul, como sede da 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 7ª Conferência das Partes, servindo como a Reunião das Partes (CMP 7) do Protocolo de Quioto, que será realizada em Durban de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011, aprecia o apoio da Índia e do Brasil a um resultado satisfatório em Durban. O resultado de Durban deveria ser abrangente, equilibrado e ambicioso, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e de acordo com as disposições e princípios da Convenção, em particular os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades.

31. Os Líderes recordaram as decisões do Mapa do Caminho de Bali e que a Conferência

de Mudança Climática de Durban é a última oportunidade para chegar a um acordo antes do final do 1º período para compromissos de mitigação dos países desenvolvidos sob o Protocolo de Quioto. Eles, portanto, pediram um acordo no 2º período sob o Protocolo de Quioto, bem como a operacionalização oportuna de todas as instituições acordadas na COP16/CMP6 em Cancun, no ano passado, o Comitê de Adaptação; o Comitê Executivo para Tecnologia, o Centro de Tecnologia e Rede; o Comitê Permanente de Finanças e o Fundo de Clima Verde, que deve proporcionar meios significativos de implementação para ação imediata para enfrentar mudança climática. Nesse sentido, uma avaliação adequada do Fundo de Clima Verde deveria ser empreendida durante COP17/CMP7 a fim de assegurar sua estrutura adequada, com vistas a desembolsos pontuais para países em desenvolvimento. Adicionalmente, há uma necessidade de assegurar que a contabilidade de financiamento por todos os países desenvolvidos seja consistente, completa, comparável, transparente e precisa, e inclua informações detalhadas e abrangentes sobre fluxos financeiros “fast start” fornecidos pelos países desenvolvidos.

32. Os Líderes enfatizaram a centralidade da adaptação e meios de implementação como parte de um resultado equilibrado e abrangente para a conclusão do Mapa do Caminho de Bali. Adicionalmente, é reconhecido que a implementação das ações pelos países desenvolvidos depende do cumprimento, por parte dos países desenvolvidos, de seus compromissos em fornecer financiamento, apoio tecnológico e de capacitação suficientes para permitir tanto ações de mitigação quanto de adaptação.

Biodiversidade

33. Os Líderes, também como membros do Grupo de Países Mega Diversos Afins,

apreciaram a iniciativa da Índia em sediar, em outubro de 2012, a décima primeira Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (COP11 da CBD) e a sexta reunião da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes (COP/MOP 6) para o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A COP11 da CBD considerará, entre outros, o status do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios decorrentes de sua Utilização, a implementação do Plano Estratégico de 2011-2020 e seu progresso em direção às Metas de Biodiversidade de Aichi, e o processo acordado para adotar indicadores e metas para a Estratégia de Mobilização de Recursos.

Segurança Alimentar Global

34. Os Líderes expressaram sua preocupação com os desafios contínuos relacionados com segurança alimentar e nutricional que os países em desenvolvimento estão enfrentando, tais como as conseqüências negativas da inflação e da volatilidade dos preços dos alimentos. Eles também expressaram preocupação em como o custo crescente de insumos pode ter impactos regressivos sobre a produção agrícola e ressaltaram a necessidade de assegurar um aumento da produção e da produtividade agrícola, e regulação de mercados de commodities, para atender à demanda crescente. Com relação à fome contínua no Chifre da África, particularmente na Somália, os Líderes renovaram seu apelo aos países para que cumpram os compromissos assumidos de fornecer financiamento para tratar questões de segurança alimentar e nutricional, especialmente em apoio a programas nacionais e regionais, onde eles existirem.

35. Permanece imperativo que a colaboração internacional se aprimore para assegurar que a produtividade agrícola

amente, juntamente com um aumento na ajuda de emergência, onde necessário. Os Líderes enfatizaram a necessidade de apoiar a agricultura de pequena escala e de subsistência e de prover maior acesso ao mercado para seus produtos. Simultaneamente, segue urgente a necessidade de crescente compartilhamento de propriedade intelectual com países em desenvolvimento, o que poderia aumentar a resiliência na abordagem de desenvolvimento agrícola e alimentação nutritiva suficiente.

36. Os Líderes expressaram seu apoio às instituições da ONU centradas em alimentação, sediadas em Roma, e demais organizações regionais que poderiam aumentar a capacidade de países em desenvolvimento para lidar com os problemas de produção agrícola, segurança alimentar e alimentação nutritiva, para assegurar que eles erradiquem a pobreza extrema e a fome e assim atinjam o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio nº 1. A esse respeito, os Líderes saudaram a eleição do Dr. José Graziano da Silva do Brasil como o primeiro Diretor Geral da Organização de Agricultura e Alimento da América Latina. Os Líderes expressaram a expectativa de que, sob a liderança competente do Dr. Silva, a FAO continuará a crescer em força, particularmente em seus programas regionais, e na abordagem dos problemas específicos de desenvolvimento da agricultura e segurança alimentar.

Cooperação Sul-Sul

37. Os Líderes se comprometeram a continuar a fazer avançar os princípios acordados acerca da Cooperação Sul-Sul. Os Líderes recordaram que a cooperação Sul-Sul é um esforço comum de povos e países do Sul, uma parceria entre iguais, e deve ser guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência nacional, igualdade, não condicionamento, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo.

38. Os Líderes afirmaram que a cooperação Sul-Sul é complementar, e não substituta da cooperação Norte-Sul. Ela engloba todos os aspectos das relações internacionais, além das áreas técnicas e econômicas tradicionais. A Cooperação Sul-Sul é um processo contínuo que ajuda os países em desenvolvimento a confrontar os desafios comuns que enfrentam e a promover satisfatoriamente seu próprio desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da ampliação das capacidades dos acordos e das instituições que promovem tal cooperação. Nesse contexto, os Líderes reafirmaram a importância de a Cooperação Sul-Sul ser implementada conjuntamente através do Fundo IBAS.

Direitos Humanos

39. Os Líderes expressaram a necessidade imperativa de a comunidade internacional reconhecer e reafirmar a centralidade do Conselho de Direitos Humanos. Os Líderes acolheram o recentemente concluído resultado da revisão do status, funcionamento e métodos de trabalho do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas e, a esse respeito, reiteraram seu compromisso de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo quanto a raça, cor, sexo, idioma ou religião, opinião política, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou qualquer outra característica. Os Líderes reconheceram que o desenvolvimento, a paz e a segurança e os direitos humanos estão interligados e se reforçam mutuamente.

40. Os Líderes recordaram a declaração política assinada pelos Chefes de Estado e Governo na Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Relacionada (WCAR) + 10 realizada em Nova York, em 22 de setembro de 2011, e reafirmaram seu compromisso de implementar disposições para adimplir às conclusões da

WCAR. Convocaram, ainda, todos os estados a se comprometerem com a total e efetiva implementação da Declaração de Durban e do Programa de Ação, por ser esse o mais instrutivo documento das Nações Unidas sobre os esforços globais para a erradicação dos flagelos do racismo e da intolerância.

41. Os Líderes expressaram a necessidade de os países do IBAS continuarem a explorar mecanismos para aprofundar ainda mais a cooperação em órgãos internacionais de direitos humanos para o desenvolvimento de iniciativas comuns destinadas à promoção e à proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Eles também reiteraram seu compromisso de fortalecer a assistência técnica e a capacitação para a promoção e proteção de direitos humanos, baseados em suas respectivas experiências e boas práticas.

Desarmamento e Não-Proliferação

42. Os Líderes reafirmaram seu compromisso com o objetivo da completa eliminação de todas as armas nucleares dentro de um prazo determinado, de uma maneira abrangente, universal, não discriminatória, verificável e irreversível. Eles também renovaram seu apoio aos esforços relacionados ao desarmamento e à não proliferação de outras armas de destruição em massa, com vistas à aceleração de sua eliminação. Brasil e África do Sul saudaram o engajamento e o interesse da Índia na participação nos regimes de controle de exportação internacional e respeito a suas diretrizes.

Terrorismo

43. Os Líderes condenaram o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, cometidos por quem quer que seja, onde quer que seja e por quaisquer objetivos que sejam, por constituir um dos mais sérios riscos à paz e à segurança internacional.

44. Os Líderes lamentaram e condenaram os recentes ataques na Índia, que resultaram

em perda de vidas. Os Líderes do Brasil e da África do Sul ofereceram condolências ao governo e ao povo da Índia. Os Líderes, na mesma linha, reiteraram sua forte condenação do terrorismo em todas as suas formas e manifestações e incentivaram a cooperação entre Estados e organizações regionais na luta contra o terrorismo. Nesse sentido, eles enfatizaram a urgente necessidade de finalizar a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional (CCIT) e convocaram os Estados membros da ONU a cooperar para resolver problemas pendentes, para uma rápida conclusão de negociações e adoção dessa Convenção. Eles reafirmaram o papel central da ONU na coordenação da ação internacional contra o terrorismo dentro da estrutura do Estatuto da ONU e de acordo com a lei internacional.

Crime Organizado Transnacional

45. Os Líderes acolheram a resolução da UNGA A/RES/65/230 no Décimo Segundo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção de Crime e Justiça Criminal que endossou a Declaração de Salvador sobre Estratégias Abrangentes para Desafios Globais: Sistemas de Prevenção de Crime e seu Desenvolvimento em um Mundo em Mudança. Os Líderes também reconheceram que o crime organizado em todas as suas manifestações é um anátema que representa uma grande ameaça à fibra social, econômica e moral das sociedades e tem sério potencial para enfraquecer a boa governança. O crime organizado enfraquece ainda os esforços em relação à erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável, e deveria haver cooperação regional e internacional para lidar com o problema. Os Líderes reconheceram que mulheres, juntamente com crianças, são as principais vítimas de tráfico humano, particularmente no que diz respeito a trabalho forçado e exploração sexual. Os Líderes

ênfâtizaram a necessidade de coordenar políticas entre os países e criar canais efetivos para combater esse crime.

46. Os Líderes acolheram a adoção do Plano Global das Nações Unidas de 2010 de Ação de Combate ao Tráfico de Pessoas, que contribuirá para a promoção e proteção dos direitos das mulheres e crianças, bem como ampliará a cooperação e a melhor coordenação de esforços na luta contra o de tráfico de pessoas.

47. Os Líderes convidaram os Governos a levar em consideração a Declaração de Salvador quando formularem legislação e diretivas de políticas, e para envidarem todos os esforços para implementar os princípios ali contidos, levando em conta as especificidades econômicas, sociais, legais e culturais de seus respectivos Estados.

48. Os Líderes convocaram os Estados Membros do IBAS para colaborar em sua luta contra o flagelo do crime organizado transnacional, incluindo cooperação na área de extradição, assistência legal mútua e justiça criminal.

Direitos de Propriedade Intelectual

49. Os Líderes ênfâtizaram a necessidade de um sistema internacional equilibrado e equitativo de regras a presidir às questões de propriedade intelectual, permitindo, entre outras coisas, a proteção dos sistemas de conhecimento indígenas contra abusos e prevenção da desapropriação de recursos genéticos e conhecimento tradicional associado.

50. Eles ênfâtizaram, nesse contexto, a necessidade de um sistema internacional equilibrado de propriedade intelectual que contextualize Direitos de Propriedade Intelectual na estrutura maior do desenvolvimento sócio-econômico e encare-os não como fins em si mesmos, mas como um meio de promover inovação, crescimento

e desenvolvimento em todos os países através do estabelecimento de normas calibradas, proteção e segurança jurídica, incentivando a efetiva transferência de tecnologia. Para esse fim, eles invocaram a ampla implementação da Agenda de Desenvolvimento da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) em todas as áreas de seu trabalho. Nesse contexto, eles reconheceram o progresso sendo feito em direção à evolução de instrumento(s) internacional(is) legalmente vinculativo(s) na OMPI para a efetiva proteção de Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais e pediram a rápida adoção desses instrumentos no biênio 2012-13. Reafirmando o importante papel desempenhado pelas Exceções, Exclusões e Limitações em trazer o equilíbrio necessário entre Direitos de Propriedade Intelectual e o interesse público, os Líderes tomaram nota positiva das iniciativas em andamento na OMPI. Os líderes apreciaram o fato de que os países da IBAS já estavam coordenando suas posições em uma quantidade de problemas dentro da estrutura do Grupo de Agenda de Desenvolvimento (DAG).

51. Os Líderes advertiram contra tentativas de desenvolver novas regras internacionais sobre o cumprimento de direitos de propriedade intelectual fora dos fóruns multilaterais que possam dar livre curso a abusos sistemáticos na proteção de direitos, à construção de barreiras contra o livre comércio e ao enfraquecimento de direitos civis fundamentais.

Governança da Internet

52. Os Líderes reafirmaram seu compromisso de trabalhar em conjunto em direção a uma sociedade de informação inclusiva, orientada ao desenvolvimento e centrada nas pessoas, assim como seu acordo em continuar a coordenar posições com vistas ao mecanismo de acompanhamento do Encontro Mundial sobre Sociedade de

Informação (WSIS), bem como em outros fóruns e organizações relacionadas com a Sociedade de Informação e Tecnologias de Comunicação e Informação (ICT's).

53. Os Líderes expressaram sua satisfação com o contínuo trabalho nessa arena; reconheceram o papel da Internet como catalisadora para o progresso econômico e social; e enfatizaram seu potencial para ampliar o perfil do IBAS como um ator-chave global. Os Líderes reafirmaram a estrutura do acordo para a Cooperação sobre a Sociedade de Informação adotado em 13 de setembro de 2006, e recordaram os compromissos feitos na Declaração de Princípios de Genebra e a Agenda de Túnis sobre Cooperação Ampliada.

54. Os Líderes ressaltaram a importância de se construir uma ampla coalizão política em nível internacional para tornar multilateral, democrático e transparente o regime de governança global da internet, conforme previsto pela WSIS. Nesse contexto, eles reiteraram a urgente necessidade de se operacionalizar a 'Cooperação Ampliada' delegada pela Agenda de Túnis e recordaram, com satisfação, a frutífera coordenação entre os países do IBAS nas deliberações na 'Cooperação Ampliada' na Comissão da ONU sobre Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento (CSTD) e nas Consultas Livres do Secretário Geral da ONU realizadas em dezembro de 2010. Os Líderes tomaram nota das recomendações do Seminário do IBAS sobre Governança Global da Internet reunida no Rio de Janeiro em 1-2 de setembro de 2011 e resolveram conjuntamente empreender a ação de acompanhamento necessária.

55. Os Líderes enfatizaram a Governança da Internet como área estratégica chave que exige colaboração próxima e ação concreta. Nesse contexto, recomendaram o estabelecimento de um Observatório de Desenvolvimento e Governança da Internet

do IBAS a ser encarregado de monitorar os desenvolvimentos na Governança Global da Internet e proporcionar atualizações e análises regulares a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento.

Energia

56. Os Líderes reconheceram que cada Estado tem direito de definir a política nacional de energia de acordo com as circunstâncias e exigências nacionais e com suas respectivas obrigações internacionais. Eles também reconheceram que uma carteira diversa de fontes de energia será necessária no futuro para manter recursos de eletricidade e de energia em todas as regiões do mundo. Nesse sentido, a disponibilidade e o acesso à energia são vitais ao desenvolvimento humano, e eles reconheceram que a energia renovável, bem como a energia nuclear, desempenha importante papel na gama de energia dos países e que também contribui para mitigar o risco de mudança climática global. Os Líderes permanecem convencidos da importância de se incentivar pesquisa e estudos em conjunto para promover a cooperação e a troca de informações no campo do desenvolvimento de energia alternativa e sustentável.

Saúde

57. Os Líderes expressaram sua convicção de que o acesso universal à saúde e a medicamentos de baixo custo é um passo indispensável para realizar os objetivos ambiciosos adotados pela comunidade internacional na luta contra doenças transmissíveis e não-transmissíveis, conforme estabelecido pela Declaração Política sobre HIV/AIDS de 2011 e pela Declaração Política sobre a Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis de 2011.

58. Adicionalmente, os Líderes reconheceram que o impacto efetivo da propriedade intelectual sobre a saúde, acesso a drogas e preços pode ser mais bem

enfrentado pela capacitação das nações em desenvolvimento para que aumentem a escala de produção de medicamentos genéricos por meio do amplo uso de flexibilidades previstas pelo acordo TRIPS, conforme a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, e, com o apoio da Organização Mundial de Saúde, pela Estratégia Global de Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (WHO).

59. Os Líderes saudaram a convocação da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais de Saúde, a ser realizada entre 19 e 21 de outubro de 2011 no Rio de Janeiro, Brasil. Nesse contexto, os líderes expressaram a esperança de que a Conferência será capaz de pactuar uma agenda comum para a implementação de abordagens sociais determinantes para a saúde tendo em vista a redução de desigualdades na saúde.

Gênero

60. Os Líderes reafirmaram seu compromisso com a implementação da Declaração de Pequim, da Plataforma de Ação adotada na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, da Declaração do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como importantes contribuições feitas pelo IBAS para alcançar o empoderamento das mulheres e a igualdade de gêneros.

61. Os Líderes saudaram o estabelecimento da Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN Women) na liderança, coordenação e promoção da responsabilidade do sistema das Nações Unidas em seu trabalho na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres, conforme estabelecido na resolução 64/289 da Assembleia Geral. Os Líderes pediram financiamento adequado ao orçamento da UN Women para possibilitar o imediato e efetivo planejamento e realização de seu mandato.

62. Os Líderes reconheceram com preocupação que a situação das mulheres,

crianças e pessoas com deficiências foi negativamente impactada pela crise econômica e financeira mundial, e reafirmaram que erradicar a pobreza continua a ser o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, reconhecendo seu impacto além do contexto sócio-econômico.

63. Os Líderes reconheceram ainda, com preocupação, que os Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento do Milênio sobre o fim da mortalidade materna e infantil não serão realizados em 2015. Os Líderes também reconheceram que a falta de independência e empoderamento econômico aumentou a vulnerabilidade das mulheres a uma gama de conseqüências negativas, envolvendo o risco de se contrair HIV, malária, tuberculose e outras doenças relacionadas com a pobreza. Nesse sentido, os Líderes salientaram a importância de se garantir o direito das mulheres aos mais altos padrões de saúde possíveis e seu acesso a serviços de saúde adequados e de baixo custo, incluindo cuidado da saúde sexual, reprodutiva e materna, bem como cuidado obstétrico de salvamento de vidas. Os Líderes pediram o fortalecimento de infraestruturas sociais e de saúde nacionais para reforçar medidas de promoção do acesso das mulheres à saúde pública e para solucionar a falta de recursos humanos para a saúde.

64. Os Líderes reafirmaram a representação e participação total e igual das mulheres na tomada de decisão econômica, social e política como uma condição essencial para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres e meninas como um fator essencial na erradicação da pobreza.

65. Os Líderes reconheceram o papel significativo que as mulheres desempenham no desenvolvimento econômico e na erradicação da pobreza e salientaram a necessidade de se garantir acesso amplo e igual de mulheres e meninas a todos os níveis de educação

e treinamento de qualidade, bem como a promoção de acesso equitativo de mulheres a pleno emprego e a trabalho decente.

66. Os Líderes enfatizaram a necessidade de se criar ambiente que permita a melhoria da situação de mulheres rurais e que assegure sua total participação no desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas sócio-econômicas e estratégias de erradicação da pobreza.

67. Os Líderes enfatizaram a importância da ampla cooperação e parceria entre os seus países como uma maneira eficaz de se trabalhar em direção ao empoderamento das mulheres e à igualdade de gêneros, bem como de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Crianças

68. Os Líderes expressaram profunda preocupação que má nutrição e doenças passíveis de prevenção continuem a ser os maiores obstáculos à realização de direitos na primeira infância, em particular o direito à vida e ao acesso a saúde e alimento, e à capacidade da criança em se desenvolver, e também reconhecem a necessidade de se reduzir a mortalidade infantil e de se assegurar o desenvolvimento infantil abrangente.

69. Os Líderes reafirmaram que a erradicação da pobreza é essencial para a realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e para a ampla realização dos direitos de todas as crianças, inclusive na primeira infância. Os Líderes enfatizaram que a Convenção dos Direitos da Criança e seus dois Protocolos Opcionais e outros instrumentos de direitos humanos relevantes constituem o padrão na promoção e proteção dos direitos da criança.

70. Os Líderes reafirmaram seu compromisso para eliminar as piores formas de trabalho infantil e tomaram nota do Roteiro da OIT para Realização da Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil em 2016 e

acolheram a reunião da Terceira Conferência Global Contra Trabalho Infantil a realizar-se no Brasil em 2013.

Pessoas Portadoras de Deficiência

71. Os Líderes observaram que uma grande quantidade de pessoas portadoras de deficiência vive nos países em desenvolvimento, e reconheceram a importância da cooperação internacional e de sua promoção em apoio aos esforços nacionais visando integrar as pessoas portadoras de deficiência na agenda de desenvolvimento, em particular nos países em desenvolvimento.

72. Os Líderes observaram, ademais, com preocupação, que a falta de dados e de informações adequadas, a nível nacional, sobre as deficiências e a situação das pessoas portadoras de deficiência representa um obstáculo para o planejamento e a implementação de um desenvolvimento que seja inclusivo no que se refere às pessoas portadoras de deficiências.

73. Os Líderes afirmaram que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência proporciona uma oportunidade para se fortalecer as políticas relacionadas com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dessa forma contribuindo para a realização de uma “sociedade para todos” no Século XXI.

Juventude

74. Os Líderes acolheram com satisfação a convocação da Reunião de Alto Nível sobre Juventude realizada na sede da ONU em Nova York, de 25-26 de julho de 2011, para abordar o tema: “Juventude: Diálogo e Entendimento” e o documento dela resultante. Tendo em vista a crise econômica global, os Líderes reconheceram a importância de se promover o acesso ao trabalho decente, à cultura, à educação e à participação nos processos de tomada de decisão. Os Líderes

expressaram preocupação com os altos níveis de desemprego entre a juventude em todo o mundo e salientaram a necessidade de se desenvolver um plano de ação como o objetivo de efetivamente tratar do desemprego da juventude.

TEMAS REGIONAIS

União Africana (UA) / Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (“New Partnership for Africa’s Development” - NEPAD)

75. Os Líderes acolheram com satisfação o fato de que foi concluída a total integração, nas estruturas da União Africana, da Agência da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e, dessa forma, amplia-se a constatação de que a NEPAD permanece como o programa sócio-econômico de maior destaque da União Africana. Os Líderes, ademais, acolheram com satisfação o fato de que os parceiros mais importantes da África estão crescentemente alinhando seu suporte programático e seus projetos aos princípios e políticas da NEPAD e à pertinência das decisões tomadas pela NEPAD e pelas estruturas da União Africana.

76. Os Líderes do IBAS apresentaram seus cumprimentos pelo 10º aniversário da NEPAD, e reconhecem que a NEPAD tem desempenhado um enorme papel na mobilização do continente africano para que assuma a liderança na determinação de seu destino. Os Líderes observaram que a NEPAD, por meio do compromisso dos líderes africanos e com o apoio dos parceiros-chave da África, inclusive o IBAS, tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento do potencial da África como um novo possível pólo de crescimento global.

77. Os Líderes acolheram com satisfação o progresso feito pelos oito Estados líderes da NEPAD em seus esforços para implementar os projetos trans-fronteiriços selecionados

como prioritários, os quais integrarão ainda mais as regiões da África e contribuirão para a melhoria do comércio intra-africano.

78. Os Líderes acolheram com satisfação a decisão dos Chefes de Estado da NEPAD e do Comitê de Orientação Governamental (“Government Orientation Committee” - HSGOC) de que o setor privado africano necessita ser mais envolvido nos projetos e programas da NEPAD, e de que os países africanos devem incrementar a utilização de recursos domésticos para infra-estrutura e demais projetos. O almejado maior envolvimento do setor público africano e do setor privado africano servirá também à finalidade de fortalecimento das ligações já importantes com os parceiros bilaterais e multilaterais da África.

79. Os Líderes reconheceram a contribuição positiva que a Índia e o Brasil desempenham no apoio à União Africana em conjunto com a NEPAD. Eles acolheram com satisfação a bem-sucedida conclusão do 2º Encontro do Fórum África-Índia, em Adis Abeba, em maio de 2011. Eles também aguardam com interesse o Encontro América do Sul-África que se realizará em Malabo em 2012. O relacionamento histórico e de raízes profundas que o Brasil e a Índia têm com a África desenvolveu um moderno exemplo de Cooperação Sul-Sul.

Líbia

80. Os Líderes reiteraram a adesão de seus governos à soberania e integridade territorial da Líbia. Sublinharam a urgência de cessar hostilidades e consolidar a segurança pública e restaurar completamente os serviços básicos em todo o país. Os Líderes convocaram os envolvidos a que alcancem, tão logo seja possível, um acordo sobre um governo inclusivo de transição, com vistas à promoção da unidade nacional, reconciliação, democracia e reconstrução. Os Líderes

sublinharam o papel central das Nações Unidas na Líbia pós-conflito e a contribuição que a União Africana pode oferecer nesse processo. Os Líderes expressaram o desejo do IBAS de ajudar o povo líbio a reconstruir suas instituições e infra-estrutura.

Processo de Paz Árabe-Israelense

81. Os Líderes acolheram com satisfação o pedido palestino de tornar-se membro pleno das Nações Unidas, que eles apóiam como um passo essencial em direção à completa realização de uma solução de dois Estados, e esperam uma resposta positiva do CSNU ao pedido palestino. Os Líderes clamaram por um recomeço urgente de negociações efetivas e orientadas a resultados, com vistas a dar nascimento a um Estado Palestino soberano, democrático, independente, unido e viável, tendo Jerusalém Oriental como sua capital, coexistindo pacificamente com Israel, dentro de fronteiras seguras. Eles pediram o monitoramento das atividades do Quarteto pela CSNU. Os Líderes pediram o congelamento imediato de toda atividade de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados e em Jerusalém Oriental, e o levantamento do cerco a Gaza. Os Líderes refletiram sobre o trabalho do Quarteto com relação a se encontrar uma solução para a questão palestina. Eles incitaram o Quarteto a relatar ao CSNU, em bases regulares, sobre o progresso feito, ou a falta deste.

Síria

82. Os Líderes reafirmaram seu compromisso com a soberania e integridade territorial da Síria. Eles expressaram sua grave preocupação com a situação atual na Síria e condenaram a violência persistente. Eles expressaram sua crença de que a crise atual terá solução unicamente por meio de um processo político pacífico, transparente, inclusivo em relação a todos e liderado pelos sírios, com o objetivo de efetivamente abordar as legítimas

aspirações e preocupações da população e a proteção de civis desarmados. Os líderes acolheram com satisfação as iniciativas conjuntas do IBAS para a Síria. Eles pediram ainda o fim imediato da violência e o respeito aos direitos humanos e à lei humanitária internacional. Os Líderes decidiram considerar a possibilidade de promover uma visita à Síria por uma delegação do IBAS, em um esforço de acelerar a implementação de reformas prometidas pelo Governo da Síria.

Sri Lanka

83. Os Líderes reconheceram a soberania e integridade territorial de Sri Lanka e incentivaram o Governo do Sri Lanka a implementar um ajuste político totalmente inclusivo no Sri Lanka, que será melhor obtido por meio de ampla consulta e diálogo entre todos os povos do país. Adicionalmente, os Líderes reconheceram a prioridade da oportuna conclusão de processos efetivos de responsabilidade doméstica, i.e., a Comissão de Reconciliação e Lições Aprendidas (LLRC) antes que qualquer consideração seja feita a respeito de processos alternativos.

Afeganistão

84. Os Líderes enfatizaram a necessidade de que a comunidade internacional mantenha seu compromisso de prestar assistência ao Governo e ao povo do Afeganistão para garantir segurança e desenvolvimento, cuja interdependência é chave para a estabilidade e a paz sustentável. O único caminho para paz duradoura é o diálogo. Os Líderes acreditam que sem uma boa governança e um compromisso de longo prazo para promover o desenvolvimento econômico, ganhos de segurança não serão sustentáveis.

85. Os Líderes expressaram apoio a um Afeganistão democrático, pluralista e estável. Os Líderes reconheceram a necessidade de uma continuada assistência internacional para permitir, ainda mais, que as Forças

Afegãs de Segurança Nacional garantam a soberania, a independência e a estabilidade do Afeganistão. A cooperação internacional também é necessária para fortalecer ainda mais a capacidade do Afeganistão de oferecer bens públicos aos seus cidadãos. Os Líderes também expressaram apoio ao princípio de controle nacional e liderança nos processos de transição.

86. Os Líderes também expressaram seu firme apoio ao governo do Afeganistão ao envidar esforços para fazer avançar o processo de reconciliação e reintegração, que deve ser inclusivo e transparente, e no qual os reintegrados renunciem à violência, evitando ligações com todos os grupos terroristas e respeitando integralmente a Constituição Nacional.

Sudão e a República do Sudão do Sul

87. Os Líderes deram as boas-vindas ao novo Estado da República do Sudão do Sul e saudaram os esforços e compromisso feitos pelo Sudão e Sudão do Sul que levaram à conclusão do processo de criação do novo Estado. Os Líderes salientaram a necessidade continuada de todas as partes de respeitar totalmente o CPA de 2005 e a resolução dos problemas pendentes de uma maneira construtiva.

88. Os Líderes expressaram contínuo suporte tanto ao Sudão quanto ao Sudão do Sul, e indicaram que continuarão a apoiar os esforços da União Africana relativos à paz entre os dois países, bem como à reconstrução pós-conflito e aos esforços de desenvolvimento. Eles também enfatizaram a importância de estreita cooperação entre ambos os países e o Painel da União Africana de Implementação de Alto Nível para o Sudão (AUHIP), liderado pelo ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e empenharam contínuo apoio ao seu trabalho.

Somália

89. Os Líderes acolheram o progresso alcançado na situação de segurança em Mogadíscio, mesmo reconhecendo a persistência de sérios desafios, conforme demonstrado pelo ataque terrorista ocorrido em 4 de outubro, o qual os Líderes condenaram fortemente. Eles clamaram a todos os partidos somalis a renunciarem à violência e se envolverem em diálogo e reconciliação.

90. Os Líderes expressaram sua profunda preocupação com a situação no Chifre da África, que levou a uma severa crise humanitária.

91. Os Líderes acolheram a adoção do Mapa do Caminho durante a primeira Reunião Consultiva sobre o Término da Transição na Somália, realizada em Mogadíscio, em 5-6 de setembro de 2011, e expressaram a esperança de que isso levará à adoção de uma nova constituição e eleições gerais subsequentes. Os Líderes também acolheram os esforços da comunidade internacional para aliviar o drama dos deslocados internos e refugiados somalis em países vizinhos. Os Líderes também conclamaram a comunidade internacional a redobrar seus esforços com vistas a encaminhar, de uma maneira abrangente, os problemas de pirataria e sequestro na costa da Somália..

Guiné Bissau

92. Os Líderes acolheram o progresso significativo feito pelo Governo da Guiné Bissau em direção a uma saudável gestão econômica, estabilidade e consolidação da paz. Eles salientaram a necessidade da comunidade internacional apoiar tal progresso ao retomar totalmente sua cooperação com o país, em particular no que diz respeito à reforma do setor de segurança e ao desenvolvimento econômico e social.

Haiti

93. Os Líderes reiteraram seu compromisso com o povo e Governo do Haiti. Eles

ressaltaram os esforços positivos dos poderes Executivo e Legislativo no Haiti resultando na ratificação do Primeiro Ministro, que permitirá a implementação do programa do Governo e o subsequente fortalecimento da recuperação e esforços de reconstrução. Eles reafirmaram seu total apoio à Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH), reconhecendo que esta continua a desempenhar um papel vital na manutenção da segurança e estabilidade no Haiti. A importância do apoio da MINUSTAH ao fortalecimento do Estado haitiano e o desenvolvimento sustentável do Haiti foi também ressaltada.

Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza (Fundo IBAS)

94. Os Líderes ressaltaram a importância do Fundo IBAS como um instrumento para aliviar a fome e a pobreza e um veículo útil para cooperação significativa Sul-Sul. Os Líderes reiteraram seu compromisso com os diversos novos projetos que foram aprovados e estão sendo implementados sob os auspícios do Fundo IBAS para Alívio da Fome e da Pobreza (Fundo Fiduciário do IBAS), i.e., Palestina, Guiné Bissau, Serra Leoa, Timor Leste, República Democrática Popular do Laos, Vietnã, Sudão e Sudão do Sul.

Cooperação setorial e Fóruns da sociedade civil

95. Os Líderes notaram que o IBAS também proporciona substancial cooperação através de setores e promoção de cooperação de sociedade civil. Os Líderes acolheram a colaboração entre os grupos de trabalho sobre Agricultura, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Cultura, Defesa, Educação, Energia, Saúde, Assentamentos Humanos, Sociedade da Informação, Administração Pública, Administração Tributária e Aduaneira, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social, Turismo, Comércio e Investimentos, e Transportes. Suas atividades já resultaram

na assinatura de diversos Memorandos de Entendimento, cuja implementação deverá ser priorizada para garantir produtos concretos sobre os projetos identificados para cooperação.

96. Os Líderes notaram com apreço a organização e os resultados das reuniões dos Fóruns da Sociedade Civil, i.e., Fórum Acadêmico, Empresarial, de Editores, de Relações Intergovernamentais e Governança Local, de Pequenas e Médias Empresas (Tri Nations Summit) e de Mulheres.

97. Os Líderes acolheram a assinatura do MoU sobre Cooperação Mútua entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, o Instituto de Serviço Estrangeiro do Ministério das Relações Exteriores da República da Índia e a Academia Diplomática do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da República da África do Sul.

Projeto do Satélite IBAS

98. O Brasil e a África do Sul acolheram a decisão da Índia comunicada no Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia de que irá sediar a Reunião Técnica do Satélite IBAS em Bangalore, com vistas a discutir (i) modalidades de cooperação sobre o clima espacial, observação da Terra e micro satélite; e (ii) para pôr em prática o conceito do satélite IBAS.

Observações Finais

99. Uma vez que o Fórum de Diálogo do IBAS se aproxima de sua primeira década de existência, e se prepara para assumir novos desafios, os Líderes instruíram os Ministros a conduzirem uma revisão dos métodos de trabalho do mecanismo de cooperação setorial do IBAS e Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza.

100. O mês de outubro marca a celebração de diversas festividades e dias auspiciosos, incluindo o Diwali (a celebração da luz) na

Índia. Os Líderes desejaram os melhores votos ao Governo e ao povo da Índia durante essas celebrações.

101. Os Líderes expressaram sua satisfação com a decisão do Ministro das Relações Exteriores da Índia, Exmo. Sr. S.M. Krishna, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Exmo. Antonio de Aguiar Patriota e da Ministra das Relações e Cooperação Internacional, Exma. Sra. Maite Nkoana-Mashabane de se reunirem na 8ª Reunião da Comissão Trilateral a ser organizada pela África do Sul, no primeiro semestre de 2012.

102. Os Líderes acolheram a oferta da Índia para sediar a VI Cúpula do IBAS em 2013 em data a ser estipulada através dos canais diplomáticos.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO
DA VISITA DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF À
ÁFRICA DO SUL - V CÚPULA IBAS
18/10/2011

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
SOBRE COOPERAÇÃO MÚTUA
ENTRE O INSTITUTO RIO BRANCO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, O INSTITUTO
DE SERVIÇO EXTERIOR DO MINISTÉRIO
DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DA ÍNDIA E A ACADEMA
DIPLOMÁTICA DO DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DA
ÁFRICA DO SUL

COMUNICADO CONJUNTO POR
OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA
DILMA ROUSSEFF A MOÇAMBIQUE -

MAPUTO, 19 DE OUTUBRO DE 2011

19/10/2011

1. Em atenção a convite do Presidente da República de Moçambique, Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Dilma Rousseff, realizou Visita à República de Moçambique no dia 19 de outubro de 2010.

2. A Presidenta da República Federativa do Brasil fez-se acompanhar de delegação que incluía os Ministros das Relações Exteriores, Sr. Antonio Patriota; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Aloizio Mercadante; da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Luiza Bairros e do Vice-Ministro de Minas e Energia, Sr. Marcio Zimmermann.

3. O encontro entre os Presidentes Armando Guebuza e Dilma Rousseff em Maputo se insere no marco das tradicionais relações de amizade e fraternidade que unem os dois povos e foi pautado pelo espírito de cooperação. Os dois Chefes de Estado expressaram a sua intenção de seguir conjugando esforços para o aprofundamento das relações entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

4. A Presidenta Dilma destacou a satisfação em poder participar da Cerimônia em homenagem a Samora Machel, figura histórica da luta pela independência moçambicana e africana.

5. Os dois Chefes de Estado saudaram o ambiente democrático vivido em ambos Países e reiteraram o compromisso dos Governos moçambicano e brasileiro de trabalharem conjuntamente, com uma agenda bilateral coerente com os objetivos de desenvolvimento econômico e social de seus

povos, em ambiente de paz, solidariedade, democracia e justiça social.

6. Os dois mandatários reiteraram seu compromisso com o fortalecimento da CPLP e a consecução de seus objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da língua portuguesa. Destacaram, ainda, a importância da realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP (Brasília, 28 a 30 de setembro de 2011) como um marco para o aprofundamento da participação social nos trabalhos da organização.

7. A Presidenta Dilma Rousseff manifestou o engajamento do Brasil em colaborar para o êxito da Presidência moçambicana da CPLP, a iniciar-se em julho de 2012, com a realização da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo.

8. Os dois Chefes de Estado procederam a um exame das vias e meios para reforçar os laços de cooperação entre Brasil e Moçambique.

9. Com respeito à cooperação técnica, os dois Presidentes consideraram haver importantes realizações, vistos os resultados alcançados pelos mais de quarenta projetos bilaterais em curso em áreas como agricultura, educação, ciência e tecnologia, saúde, formação profissional e energia.

10. Além disso, os Presidentes assinalaram o início das negociações para a assinatura próxima de um novo Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Moçambique, concebido como instrumento para tornar mais eficiente e dinâmica a cooperação bilateral.

11. Os dois Chefes de Estado expressaram profunda satisfação com o andamento dos preparativos para instalação da Fábrica de Antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique. Com assessoramento técnico da FIOCRUZ e de Farmanguinhos e apoio financeiro do Governo brasileiro, a Fábrica

deverá iniciar as operações no próximo ano. Trata-se de projeto complexo, cujos desafios vêm sendo superados graças à vontade política dos dois Chefes de Estado e à competência técnica das equipes de ambos países. Ressaltaram o caráter estratégico da cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil ao continente africano, em matéria de saúde e agricultura, e renovaram seu empenho em seguir aperfeiçoando os mecanismos de intercâmbio de experiências nesses campos.

12. Apontaram o ProSAVANA, como um dos mais importantes componentes da pauta de cooperação dos dois países, pelo seu alcance, amplitude e por ter como meta central a questão prioritária que é a da erradicação da fome. O ProSAVANA tem por objetivo o fortalecimento da agricultura de Moçambique e procura responder aos problemas das comunidades rurais e de populações que dependem da terra para sua subsistência e se encontram em situação de insegurança alimentar.

13. Sublinharam a importância da diversificação da matriz energética dos países do Sul em desenvolvimento, para lhes conferir maior flexibilidade e independência em suas políticas de energia e desenvolvimento econômico sustentável. Frisaram que Brasil e Moçambique contam com amplo potencial para a exploração sustentável de recursos energéticos naturais e renováveis e que a cooperação bilateral e o intercâmbio tecnológico poderão acelerar a introdução de produtos, como os biocombustíveis, à matriz energética moçambicana.

14. Nesse sentido, saudaram a reunião, no próximo dia 20 de outubro, em Brasília, do Grupo de Trabalho bilateral sobre Biocombustíveis, que deverá adotar Plano de Ação na área e impulsionar a política moçambicana para energias renováveis.

15. Os dois Chefes de Estado expressaram

satisfação com o início das atividades dos polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. Ressaltaram que o projeto, que já conta com três polos beneficiando mais de 600 estudantes, deverá beneficiar mais 7000 alunos, quando todos os polos estiverem em funcionamento, em 2014.

16. Mencionaram, entre as muitas iniciativas da cooperação bilateral, os projetos na área de segurança alimentar e alimentação escolar, combate ao vírus do HIV, fortalecimento do Poder judiciário e do Tribunal Administrativo de Moçambique, vitais no combate à corrupção. Notaram também que, na área de Defesa, os primeiros passos de uma cooperação estratégica foram dados, com o apoio na área de tecnologia da informação e no âmbito do planejamento da reestruturação de instalações e meios das Forças Armadas de Moçambique, bem como mediante ampliação da disponibilidade de vagas em cursos e estágios no Brasil, até o nível de altos estudos militares.

17. A Presidenta Dilma Rousseff destacou a importância da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) em Redenção, no Ceará, cujas atividades foram iniciadas em maio e que deverá contar futuramente com alunos moçambicanos.

18. Também assinalaram, com satisfação, que quase 300 estudantes de Moçambique já foram selecionados por universidades brasileiras no âmbito do Programa Estudante-Convênio em Graduação (PEC-G) e do Programa Estudante-Convênio em Pós-Graduação (PEC-PG) no período 2000-2011.

19. Reforçaram a importância da capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de Moçambique e, a esse respeito, reafirmaram a disposição de trabalharem em conjunto para a rápida inauguração do Centro de Formação Profissional do SENAI em Maputo.

20. Os dois Chefes de Estado

congratularam-se pelo desempenho do Grupo de Trabalho Bilateral para Incremento dos Fluxos Econômico-comerciais, cujos estudos já vêm produzindo resultados concretos em favor da ampliação e da diversificação do comércio e dos investimentos entre os dois países.

21. Notaram, com satisfação, que setores empresariais do Brasil e de Moçambique têm aproveitado as oportunidades de negócios que ambos os países têm a oferecer. Nesse sentido, os dois Presidentes saudaram os investimentos na produção mineral em Moçambique, iniciativa que dá contornos concretos à parceria entre os setores privados dos dois países, com impacto direto no incremento das relações econômicas bilaterais.

22. Igualmente, saudaram a realização, em novembro próximo, de missão empresarial brasileira, organizada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que contará com a participação de representantes de diversos setores empresariais e deverá ser chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

23. Nos planos internacional e multilateral, os Presidentes abordaram questões relacionadas à Cooperação Sul-Sul e à governança global.

24. Reconheceram a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ser realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, e ressaltaram as oportunidades criadas pela Conferência Rio+20 para a renovação dos esforços internacionais para a erradicação da pobreza extrema e a promoção do desenvolvimento sustentável. A Presidenta Dilma Rousseff manifestou expectativa de que Moçambique se faça representar no mais alto nível na Conferência Rio + 20.

25. Os dois Chefes de Estado expressaram preocupação com a crise financeira internacional, tendo concordado em trabalhar em conjunto, bilateral e multilateralmente, para minimizar os seus efeitos. Nesse sentido, concordaram também que o G20 deve voltar a demonstrar capacidade de resposta conjunta frente à atual situação econômica mundial, como aconteceu em 2008.

26. Os dois Presidentes reafirmaram a importância da democracia para o desenvolvimento, e renovaram sua continuada adesão aos princípios democráticos, ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à boa governança política e econômica no quadro da formulação das suas políticas nacionais de desenvolvimento.

27. Tendo em vista a condição do Brasil e de Moçambique como membros ativos das respectivas instituições regionais e sub-regionais, como a UNASUL e o Mercosul, de um lado, e a União Africana e a SADC, de outro, ambos os Presidentes coincidiram também sobre a importância de se privilegiar e fortalecer os mecanismos e instâncias decisórias multilaterais e regionais.

28. Os Presidentes Dilma Rousseff e Armando Guebuza sublinharam a primazia dos valores e princípios estabelecidos na Carta da ONU. Defenderam a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive por meio da expansão nas categorias permanente e não-permanente, com maior participação de países em desenvolvimento em ambas as categorias, tendo em conta a nova realidade internacional que exige soluções mais democráticas e multilaterais sobre as questões contemporâneas. O Presidente Armando Guebuza reiterou o apoio de Moçambique para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

29. Moçambique e Brasil apoiam a entrada da Palestina como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas e exortam as partes envolvidas a retomarem as negociações diretas, com vistas à construção de um Estado palestino soberano, democrático e economicamente viável, garantida a segurança do Estado de Israel.

30. Os dois mandatários reafirmaram a solidariedade Sul-Sul como instrumento que pode favorecer a consecução dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, fixados pelas Nações Unidas, e manifestaram a sua convergência de opinião sobre as questões de mudança do clima e de desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Além disso, confirmaram a sua adesão comum ao processo de reforço da cooperação inter-regional dos continentes africano e sul-americano, por meio das Conferências do Mecanismo América do Sul-África (ASA).

31. A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu o apoio moçambicano à eleição do Professor José Graziano ao posto de Diretor-Geral da FAO, ocasião em que conclamou os Governos do Brasil e de Moçambique a reafirmarem o compromisso de combater a fome e a pobreza em seus países.

32. Satisfeitos com o produtivo encontro, os Presidentes Armando Guebuza e Dilma Rousseff felicitaram-se pelo clima de sincera fraternidade que marcou a reunião bilateral.

33. A Presidenta Dilma Rousseff expressou o seu agradecimento pela calorosa recepção e generosa hospitalidade, bem como pela atmosfera amigável proporcionada aos membros da delegação que a acompanhava durante a visita.

Feito em Maputo, em 19 de outubro de 2011, em dois originais no idioma português, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF A ANGOLA – LUANDA, 20
DE OUTUBRO DE 2011
19/10/2011

A Presidenta da República realizará visita oficial a Angola, no dia 20 de outubro. Na ocasião, manterá encontro de trabalho com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Em junho de 2010, Brasil e Angola assinaram Acordo de Parceria Estratégica que definiu áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. A visita da Presidenta Rousseff possibilitará a retomada de contatos bilaterais do mais alto nível, reiterando a prioridade atribuída pelo Brasil a Angola, à CPLP e à África.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, e desde então, o relacionamento bilateral continua a evoluir de forma significativa e positiva. A cooperação entre os dois países é crescente, incluindo projetos em saúde, educação, agricultura, mineração, petróleo e de fortalecimento institucional.

Os investimentos brasileiros em Angola concentram-se nas áreas de construção civil, mineração e petróleo. O extraordinário crescimento econômico angolano nos últimos anos (12,1% ao ano em média, no período 2002-2010) demonstra, ademais, haver grande potencial de incremento das relações econômico-comerciais entre os dois países.

Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,9 bilhão (+62,1% em relação a 2007) e importações de US\$ 2,2 bilhões (+136,3%). Em 2010, o fluxo comercial chegou a US\$ 1,44

bilhão e Angola permaneceu na quinta posição entre os principais parceiros econômicos do Brasil no continente africano.

O Brasil, por sua vez, encontra-se entre os cinco maiores parceiros comerciais de Angola, ao lado de China, EUA, França e Portugal; importando majoritariamente petróleo e exportando, principalmente, automóveis, tratores, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos, mobiliário, carnes, açúcares, combustíveis e, crescentemente, serviços.

COMUNICADO CONJUNTO POR
OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA
DILMA ROUSSEFF A ANGOLA -
LUANDA, 20 DE OUTUBRO DE 2011
20/10/2011

1. A convite de Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, Sua Excelência Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, efetuou nos dias 19 e 20 de Outubro de 2011 uma visita de Estado à República de Angola.

2. A visita de Sua Excelência Dilma Rousseff, que se fez acompanhar de uma importante delegação governamental, integrada pelos Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial e pelo Vice-Ministro das Minas e Energia, entre outros altos funcionários, inseriu-se no âmbito do reforço das relações de amizade e cooperação existentes entre os dois países, alicerçadas em fortes vínculos históricos e culturais.

3. Em ambiente de extrema cordialidade, os dois Chefes de Estado passaram em revista os diversos temas da agenda bilateral, trocaram impressões sobre as respectivas realidades nacionais e regionais, bem como examinaram

os meios para intensificar a cooperação e a coordenação política entre Brasil e Angola.

4. Os Presidentes Dilma Rousseff e José Eduardo dos Santos reiteraram a importância da Parceria Estratégica, assinada em 23 de junho de 2010, e reafirmaram o interesse recíproco de que os objetivos estabelecidos naquele documento sejam convertidos em resultados concretos com a maior brevidade. Reiteraram o firme propósito de avançar na construção de novos e dinâmicos mecanismos nos terrenos de cooperação econômica, comercial, técnica, científica e tecnológica, bem como na concertação política.

5. Nesse contexto, enfatizaram o interesse recíproco na realização de uma Comissão Bilateral de Alto Nível, no âmbito da Parceria Estratégica, a ter lugar no primeiro trimestre de 2012. A propósito, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, convidou o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Pinto Chikoti, a visitar o Brasil para que, conjuntamente, possam trabalhar na agenda bilateral, que inclui a realização da VII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Angola.

6. Sua Excelência o Presidente José Eduardo dos Santos aproveitou a ocasião para manifestar o interesse de Angola no estabelecimento de uma cooperação com outros países da América do Sul e no reforço da cooperação Sul-Sul, como via de se atingirem patamares de desenvolvimento mais elevados em termos econômicos e sociais.

7. Os mandatários encorajaram a conclusão da negociação e posterior assinatura do Plano Plurianual de Cooperação Brasil-Angola, programa que estabelece parâmetros para a implementação de medidas de cooperação efetivas no âmbito da Parceria Estratégica, e reafirmaram o interesse na assinatura de um “Ajuste Complementar ao Acordo de

Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola”.

8. Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de trabalhar para que o intercâmbio comercial e os investimentos entre os dois países mantenham a trajetória de crescimento e permitam a identificação de novas oportunidades para o desenvolvimento e a diversificação da economia angolana, com ênfase nos setores produtivos essenciais, tais como agropecuária, minas, indústria e energias renováveis.

9. Nesse sentido, expressaram satisfação com a previsão da realização de uma missão empresarial a Luanda, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex), para os dias 23 a 25 de novembro próximo. A missão deverá contar com a expressiva participação de empresas brasileiras interessadas em parcerias e investimentos em Angola, com vista à prospecção de novos segmentos nos quais se poderiam ampliar os laços econômicos bilaterais.

10. Destacaram, nesse contexto, a auspiciosa cooperação que vem sendo desenvolvida pelos setores navais dos dois países, com vista ao Levantamento da Plataforma Continental Angolana (LEPLACA).

11. Os Presidentes encorajaram os setores a assinar um novo, moderno e flexível Acordo de Serviços Aéreos, que deverá substituir o Acordo de Transporte Aéreo assinado em 1983. Uma vez em vigor, o novo Acordo Aéreo deverá oferecer condições para o incremento da conectividade entre Brasil e Angola, fomentando o comércio, o turismo e a integração entre os dois países.

12. A Presidenta Dilma Rousseff reiterou o convite para que o Presidente José Eduardo dos Santos participe do Encontro Comemorativo

do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que será realizado em 19 de novembro de 2011, em Salvador, Bahia.

13. Expressaram, nesse sentido, a expectativa de que o evento sirva de plataforma para a discussão de políticas públicas de integração sócio-econômica dos afrodescendentes e de superação do racismo.

14. Os dois mandatários congratularam-se pela prioridade conferida por ambos os países à implementação de políticas de igualdade de gênero e pelo representativo número de mulheres que exercem altos cargos do Poder Executivo nos Governos brasileiro e angolano.

15. Reafirmaram a importância da democracia para o desenvolvimento e renovaram sua continuada adesão aos princípios democráticos, ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à boa governança política e econômica no marco da formulação de suas políticas nacionais de desenvolvimento.

16. Tendo em vista a condição do Brasil e de Angola como integrantes ativos de suas respectivas instituições regionais e subregionais, como a UNASUL e o Mercosul, de um lado, e a União Africana e a SADC, de outro, ambos os Presidentes coincidiram também sobre a importância de privilegiar e fortalecer os mecanismos e instâncias decisórias multilaterais e regionais para a superação de questões afetas a temas das respectivas regiões. A Presidenta Dilma Rousseff felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pela assunção de Angola à presidência da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

17. A Presidenta Dilma Rousseff congratulou o Presidente José Eduardo dos Santos pela liderança exercida por Angola na Presidência da CPLP desde julho de 2010, que se estenderá até julho de 2012.

18. Os dois mandatários reiteraram seu

compromisso com o fortalecimento da CPLP e a consecução de seus objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa. Destacaram, ainda, os demais fora no âmbito da CPLP.

19. Os dois Presidentes reforçaram seu compromisso em trabalhar pela estabilidade política e militar da República da Guiné-Bissau e manifestaram o desejo de que o Memorando de Entendimento entre a CPLP, a CEDEAO e a Guiné Bissau, que deverá balizar o Roteiro para a Implementação da Reforma do Setor de Segurança da Guiné-Bissau, seja assinado proximamente.

20. Os Presidentes manifestaram preocupação com a crise financeira internacional e ressaltaram a necessidade de se buscar a reforma dos mecanismos internacionais, de modo que países em desenvolvimento possam participar mais ativamente dos processos de tomada de decisão. Concordaram que o novo sistema internacional deve basear-se nas normas, princípios e valores universais, no multilateralismo, no respeito aos direitos humanos, na promoção da paz, da segurança e do meio ambiente, assim como no respeito às soberanias nacionais e à não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

21. Nesse sentido, concordaram também que o G20 deve voltar a demonstrar capacidade de resposta conjunta frente à atual situação econômica mundial, como aconteceu em 2008.

22. Os dois Presidentes expressaram ainda a convicção advinda das experiências recentes dos dois países no campo econômico e financeiro de que, com esforço e responsabilidade, mesmo em face das incertezas que pairam sobre o ambiente global, pode-se e se deve persistir no caminho do crescimento sustentável, sem comprometimento das metas de inclusão

social, para assegurar o bem estar de seus cidadãos. Nesse contexto, reconheceram que Angola e Brasil devem seguir constituindo pólos de desenvolvimento em seus respectivos contextos regionais.

23. Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de uma estreita colaboração entre os países em desenvolvimento pela democratização das instâncias de governança global.

24. Os Presidentes Dilma Rousseff e José Eduardo dos Santos sublinharam a primazia dos valores e princípios estabelecidos na Carta da ONU. Defenderam a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive por meio da expansão nas categorias permanente e não-permanente, com maior participação de países em desenvolvimento em ambas as categorias, tendo em conta a nova realidade internacional que exige soluções mais democráticas e multilaterais sobre as questões contemporâneas. Sua Excelência José Eduardo dos Santos reiterou o apoio de Angola para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

25. Brasil e Angola apoiam a iniciativa palestina de ingressar como membro de pleno direito na Organização das Nações Unidas e exortam as partes envolvidas a retomarem as negociações diretas, com vistas à construção de um Estado palestino soberano, democrático e economicamente viável, garantida a segurança do Estado de Israel.

26. A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu o apoio conferido pelo Governo angolano à candidatura do Dr. José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

27. Ambos os mandatários reafirmaram seu compromisso em priorizar o combate à fome e promover o desenvolvimento social.

28. Assinalaram a importância de que Brasil

e Angola trabalhem juntos para promover a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

29. Reconheceram a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ser realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, que visa a renovação dos esforços internacionais para a erradicação da pobreza extrema e a promoção do desenvolvimento sustentável. O Brasil reiterou o convite para que Angola se faça representar no mais alto nível na Conferência Rio+20.

30. Ao final da sua visita à República de Angola, Sua Excelência Dilma Rousseff agradeceu ao Chefe de Estado e ao povo angolano o acolhimento caloroso e fraternal que lhe foi brindado a si e à sua delegação.

31. Sua Excelência Dilma Rousseff felicitou também Sua Excelência José Eduardo dos Santos, pelo excelente trabalho desempenhado em prol do povo angolano, encorajando-o a prosseguir na mesma direção para o progresso da democracia e do desenvolvimento de Angola, e reafirmou ainda os ganhos obtidos com a paz e o crescimento econômico em tão curto tempo, tendo formulado convite ao seu homólogo para visitar a República Federativa do Brasil.

Feito em Luanda, em 20 de outubro de 2011.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

21/10/2011

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participa hoje, 21 de outubro de 2011, do encerramento da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS),

organizada pelo Governo brasileiro e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entre os dias 19 e 21 de outubro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.

A Conferência é o maior encontro organizado pela OMS fora de sua sede em Genebra desde a Conferência de Alma Ata, em 1978. Foi resultado da resolução da Assembleia Mundial da Saúde, que acordou a realização de evento global, a fim de aprofundar a discussão sobre os determinantes sociais da saúde, que são o conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população. Participaram mais de setecentos delegados, entre os quais aproximadamente sessenta ministros da saúde de mais de cem países.

Em seu discurso, o Ministro destaca a importância da promoção da saúde pública e a redução das injustiças sociais. Reafirma que a saúde é um direito humano universal e indivisível. Defende o acesso universal a medicamentos, por meio da plena implementação da Estratégia Global da OMS sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual, que prevê o recurso às flexibilidades contidas no Acordo TRIPS (acordo da OMC sobre propriedade intelectual), conforme interpretação emanada da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, de 2001.

O Ministro lembra também a relação entre saúde e desenvolvimento sustentável, na medida em que políticas de promoção e proteção na área de saúde trazem benefícios para o bem estar social, para a economia e para o meio ambiente. A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS) pode ser vista, nesse contexto, como um evento significativo na perspectiva da realização da Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

O Ministro ressalta ainda que a ação sobre os determinantes sociais é fundamental na maximização de esforços de Governos e da comunidade internacional, com vistas a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE
DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE
- RIO DE JANEIRO, 21 DE OUTUBRO
DE 2011- DISCURSO DO MINISTRO
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
21/10/2011

“Hoje, terminamos de escrever um importante capítulo para a promoção da saúde pública e, conseqüentemente, para a redução das injustiças sociais. Celebramos aqui mais do que o encerramento de um encontro internacional; comemoramos o início de uma nova etapa para as políticas de saúde, marcada pela ação consistente e integrada sobre todos os seus determinantes sociais.

Aprovamos, hoje, a Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde. Nela, reconhecemos que a equidade em saúde é nossa responsabilidade comum. Medicamentos, tratamento médico e assistência em saúde não são benefícios supérfluos. Tampouco o são o trabalho decente, a moradia adequada, o saneamento básico, o ar limpo ou a alimentação suficiente e saudável. Todos são essenciais – e determinantes – para garantir o pleno exercício do direito humano à saúde. Como afirmamos na Declaração do Rio, as sociedades justas e inclusivas a que aspiramos neste século XXI têm, como objetivos essenciais, o bem-estar e a saúde humana. Trata-se de cumprir os nossos compromissos nacionais e internacionais com

a promoção dos direitos humanos.

Tenho a convicção de que a Declaração do Rio será instrumento eficaz para garantir a centralidade da saúde em todas as políticas públicas, para o benefício de muitos milhões de pessoas. Seu endosso pela 65ª Assembléia Mundial da Saúde, em maio de 2012, será fundamental para consolidar a Declaração do Rio como referência internacional na ação sobre os determinantes sociais da saúde. Desde já, o Governo brasileiro conchama a todos para, juntos, alcançarmos esse objetivo.

Como ressaltou a Presidenta Dilma Rousseff durante a Reunião de Alto Nível sobre o Controle e Prevenção de Doenças Não-Transmissíveis (DNT), em Nova York: o Brasil defende o acesso aos medicamentos, às novas terapias e às tecnologias como parte do direito humano à saúde.

Nesse contexto, ressalto a importância da menção feita na Declaração do Rio à Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual – documento aprovado pela 61ª Assembléia-Mundial da Saúde, em 2008 –, que estabelece um marco para a OMS em relação ao delicado equilíbrio entre o direito à saúde e os compromissos de proteção à propriedade intelectual.

A Estratégia Global defende o uso das flexibilidades inerentes ao regime de patentes em apoio às políticas públicas de acesso a medicamentos e ao tratamento de todas as enfermidades com incidência significativa em países em desenvolvimento. Não faz distinção entre doenças transmissíveis e aquelas não-transmissíveis.

Por sua vez, a Declaração Ministerial de Doha sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública afirma que “o acordo de TRIPS pode e deve ser interpretado e implementado de modo a apoiar os direitos dos Membros

da Organização Mundial de Comércio de proteger a saúde pública e, em particular, de promover o acesso a medicamentos para todos”.

Seja na OMS, seja na OMC, ou ainda na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, no contexto da Agenda para o Desenvolvimento, a comunidade internacional reconhece que a plena utilização das flexibilidades previstas e admitidas nos tratados internacionais de propriedade intelectual constitui acervo jurídico consolidado. Trata-se de valioso patrimônio, que ampara e legitima ações de inclusão social, a promoção da equidade e o fortalecimento dos sistemas públicos de saúde. Esses conceitos estão também consignados no comunicado divulgado hoje pela Iniciativa ‘Política Externa e Saúde Global’ – o chamado ‘Grupo de Oslo’ – que reúne países do norte e do sul, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Sabemos que 30 por cento da população mundial não têm acesso a medicamentos essenciais. A correção dessa distorção salvaria 10 milhões de vidas por ano, 4 milhões das quais na África e no Sudeste da Ásia.

No Brasil, a história de superação das desigualdades sociais está sendo escrita – e já acumula êxitos importantes. No Governo da Presidenta Dilma Rousseff, é reconhecida a nossa determinação de combinar políticas que valorizam a promoção dos direitos humanos, a segurança alimentar, a educação, a igualdade racial e de gênero. Na última década, cerca de 30 milhões de brasileiros saíram da miséria; quase 40 milhões entraram na classe média. Adotamos um modelo de crescimento econômico voltado à geração de emprego e renda. Hoje, extinguir a pobreza extrema é uma meta realizável no horizonte de poucos anos.

A Declaração do Rio reconhece que, ao agirmos sobre os determinantes sociais da

saúde, estamos contribuindo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O ano de 2015 aproxima-se. Não podemos deixar esmorecer o ímpeto para atingirmos TODAS as metas do milênio antes de seu prazo final. A ação sobre os determinantes sociais será especialmente relevante para o cumprimento daqueles objetivos, em particular os que se relacionam diretamente à saúde. A ação sobre os determinantes sociais maximiza os esforços de Governos e da comunidade internacional, com vistas a cumprirmos todos esses compromissos.

Como registra a Declaração do Rio, o acesso à saúde é também um tema de crescente relevância no contexto do desenvolvimento sustentável, um debate crítico de nosso tempo. O tema “saúde” e sua relação com as políticas para o desenvolvimento sustentável estará presente na Rio+20, que sediaremos daqui a pouco mais de 7 meses, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro. A rigor, a Conferência que encerramos hoje constitui também mais um importante passo no caminho até a Rio+20.

Se 2015 se aproxima, 2016 tampouco está distante. Não podemos nos furtar a conceber os passos seguintes, uma vez superado o prazo para o cumprimento das Metas do Milênio. A ação global sobre os determinantes sociais da saúde é também indispensável para uma estratégia comum de longo prazo de desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Nossos desafios são de longo prazo, requerem vigilância constante e implicam esforços continuados de combate à desigualdade e à injustiça social.

Agradeço à Organização Mundial da Saúde, na pessoa de sua Diretora-Geral, pelo valioso apoio ao longo de todo o processo de organização e realização desta Conferência Mundial. O Brasil se orgulha de ter sediado esta que foi uma das maiores reuniões da OMS na história. Agradeço

aos Ministros, aos chefes de delegação e aos mais de 600 delegados, de mais de 100 países, que nos honraram com sua presença. Foi um orgulho e um prazer tê-los em nosso país, cujas portas estarão sempre abertas. Juntamente com o Ministro Padilha, desejo a todos bom retorno – e muito trabalho em benefício da equidade em saúde.

Declaro encerrada a I Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde.

Muito obrigado.”

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO
PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR
YANUKOVYCH – SÃO PAULO E

BRASÍLIA, 23 A 25 DE OUTUBRO DE 2011

24/10/2011

O Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, realiza visita de Estado ao Brasil entre os dias 23 e 25 de outubro de 2011. Neste ano, comemoram-se os 120 anos da imigração ucraniana para o Brasil. No dia 24, em São Paulo, o Presidente Yanukovich se encontrará com empresários e com representantes da comunidade ucraniana no Brasil, que hoje supera 400 mil pessoas. No dia 25, em Brasília, será recebido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, e se encontrará com autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Brasil e Ucrânia mantêm parceria estratégica, da qual a cooperação espacial é componente central. A empresa binacional Alcântara Cyclone Space desenvolve o foguete Cyclone-4, para lançamento pelo Centro de Alcântara, no Maranhão.

Os Presidentes examinarão possibilidades para o aprofundamento da relação bilateral em temas como biocombustíveis e esportes. Serão assinados acordos nas áreas de defesa, saúde, agropecuária e promoção de investimentos.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre Brasil e Ucrânia deverá superar US\$ 1 bilhão, montante quatro vezes superior ao registrado em 2003.

Além da agenda bilateral, os Presidentes examinarão temas de interesse global, como o cenário econômico atual, a preparação para a Conferência Rio+20, questões de paz e segurança e a reforma das instituições de governança global.

ELEIÇÃO DO BRASIL AO CONSELHO
ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES
UNIDAS (ECOSOC) - NOVA YORK, 24 DE
OUTUBRO DE 2011
24/11/2011

O Brasil foi eleito, hoje, para mandato de três anos (2012-2014) no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). O País recebeu expressiva votação, com 186 de 191 votos possíveis, superando a recebida em 2007, quando obteve 182 votos.

O Conselho, composto por 54 membros, é um dos principais órgãos da ONU. É responsável por temas econômicos, sociais, culturais, educacionais, de saúde e de direitos humanos. Entre outras funções, acompanha a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio e dos resultados das conferências das Nações Unidas sobre temas econômicos e sociais e, em conjunto com o Conselho de Segurança, coordena a assistência da ONU a países recém-saídos de conflitos.

A candidatura do Brasil reflete a importância atribuída à interdependência entre segurança e desenvolvimento, e ao papel estratégico que o ECOSOC tem a desempenhar na promoção da paz sustentável.

TERREMOTO NA TURQUIA
24/10/2011

O Governo brasileiro manifesta ao Governo e ao povo da República da Turquia sua solidariedade e as mais sinceras condolências pelas perdas humanas causadas pelo terremoto de 7,2 graus na escala Richter que atingiu a Província de Van no dia 23, causando centenas de mortes e destruição no leste do país.

Em telefonema hoje, 24 de outubro, para o Chanceler da Turquia, Ahmet Davutoglu, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, transmitiu ao Governo da Turquia a pronta disposição do Brasil de prestar assistência emergencial e colaborar com os esforços de reconstrução.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH –
BRASÍLIA, 25 DE OUTUBRO DE 2011
25/10/2011

1-MEMORANDODE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DE MINAS E
ENERGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE
ENERGIA E INDÚSTRIA DE CARVÃO DA
UCRÂNIA NA ESFERA DA PRODUÇÃO
DE BIOCOMBUSTÍVEIS

2 – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA UCRÂNIA SOBRE
COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3-MEMORANDODE ENTENDIMENTO
ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA
DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E A
ACADEMIA NACIONAL UCRANIANA
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

4 - MEMORANDO DE
ESTABELECIMENTO DO COMITÊ

CONSULTIVO AGRÍCOLA UCRÂNIA-BRASIL ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA POLÍTICA AGRÁRIA E ALIMENTOS DA UCRÂNIA

5-MEMORANDODE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA SAÚDE DA UCRÂNIA SOBRE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA SAÚDE E CIÊNCIAS MÉDICAS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE ENERGIA E INDÚSTRIA DE CARVÃO DA UCRÂNIA NA ESFERA DA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN – BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE 2011

25/10/2011

A Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, realizará visita ao Brasil no dia 26 de outubro. A Chanceler colombiana será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e chefiará a delegação colombiana à II Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. Brasil e Colômbia ocupam assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Comissão Bilateral Brasil-Colômbia foi criada em 2009, com o objetivo de estabelecer foro privilegiado de concertação entre os dois países. Para além do diálogo político sobre temas bilaterais, regionais e globais,

os Chanceleres, no âmbito da Comissão Bilateral, examinarão iniciativas em ciência e tecnologia, educação e cultura, agroindústria e integração de cadeias produtivas.

Serão assinados acordos de cooperação científica, tecnológica e educacional, com ênfase na formação de recursos humanos, intercâmbio de estudantes e professores e de apoio a projetos conjuntos de pesquisa. Também serão firmados atos visando a facilitar a troca de experiências em combate à violência e à exploração sexual, promoção de direitos humanos, segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento urbano sustentável.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Colômbia tem registrado importante crescimento nos últimos dez anos. Entre 2002 e 2010, a corrente de comércio entre os dois países sul-americanos se expandiu a uma taxa média anual de 16,46%, passando de um patamar de US\$ 747 milhões em 2002 para US\$ 3,27 bilhões em 2010. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 638,5 milhões para US\$2,19 bilhões, e as colombianas de US\$ 108,49 milhões para US\$ 1,07 bilhão.

Também o fluxo de investimentos entre os dois países é crescente. Hoje, o estoque de investimentos brasileiros na Colômbia é da ordem de US\$ 3 bilhões de dólares.

DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH

25/10/2011

1. O Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych, e a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff, encontraram-se em Brasília no dia 25 de outubro de 2011, por ocasião de visita de

Estado do mandatário ucraniano ao Brasil.

2. Os Presidentes reafirmaram o caráter estratégico da parceria entre Brasil e Ucrânia e, nesse sentido, renovaram o compromisso de contribuir para a prosperidade, o progresso e o bem-estar de ambos os povos, nos termos dos acordos bilaterais vigentes. Os dois mandatários destacaram que o importante legado de realizações conjuntas existente comprova a maturidade do relacionamento ucraniano-brasileiro, e comprometeram-se a intensificar a cooperação mútua, em particular na promoção da cooperação econômica e comercial, assim como nos setores espacial, educacional, energético, na saúde e no terreno da Defesa.

3. Os Presidentes convieram em intensificar contatos sobre temas prementes da agenda internacional, com vistas a contribuir para a construção de uma ordem mundial mais justa e pacífica, fortalecer o multilateralismo na política internacional, promover a democracia, a defesa dos direitos e liberdades fundamentais, e confrontar as ameaças e desafios da atualidade. Nesse sentido, instruíram seus respectivos Chanceleres a manter diálogo fluido e freqüente sobre esses mesmos temas e sobre aqueles referentes ao aprofundamento da Parceria Estratégica entre os dois países.

4. Os dois Presidentes reiteraram o compromisso com a reforma da Organização das Nações Unidas, inclusive de seu Conselho de Segurança. O Presidente Viktor Yanukovich mencionou os esforços significativos do Brasil para o fortalecimento da paz e estabilidade internacional, particularmente durante sua participação no Conselho de Segurança da ONU, como um membro não-permanente, no biênio 2010-2011. O Chefe de Estado ucraniano reitera o apoio da Ucrânia para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança ampliado. A

Presidenta Dilma Rousseff assegurou que o Brasil apoiará a candidatura da Ucrânia nas eleições dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU para o período 2016-2017.

5. O Presidente Viktor Yanukovich confirmou a adesão da Ucrânia à iniciativa internacional “Parceria de Governo Aberto”, cujo lançamento foi co-presidido pela mandatária brasileira e por seu homólogo dos Estados Unidos da América. Os dois Presidentes reiteraram a importância da próxima reunião da iniciativa, a realizar-se em 2012, no Brasil.

6. Os Presidentes sublinharam a importância dos compromissos assumidos pela comunidade internacional por ocasião da Cúpula de Kiev sobre o uso seguro e inovador da energia nuclear, realizada em abril de 2011.

7. O Presidente Viktor Yanukovich observou a importância da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, em 2012 (Rio+20), com a finalidade de discutir os temas “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.”

8. Os Presidentes avaliaram positivamente o estado atual das relações no campo econômico-comercial, destacando com satisfação a recuperação do ritmo do crescimento do comércio bilateral. Os Chefes dos Estados consideram haver boas perspectivas para a expansão do comércio entre a Ucrânia e o Brasil, com a inclusão de novos itens na pauta, especialmente de bens com alto valor agregado.

9. Os Presidentes tomaram nota, com satisfação, dos resultados da quinta reunião da Comissão Intergovernamental Ucrânia-Brasil de Cooperação Econômica e Comercial,

realizada em Kiev, em setembro de 2011. Ressaltaram, a propósito, que os mecanismos de cooperação bilateral existentes — em particular da referida Comissão Intergovernamental, e de sua Subcomissão de Comércio e Investimentos — são de importância central para o aprofundamento e diversificação das relações. Nesse sentido, instruíram a Subcomissão de Comércio e Investimentos a reunir-se com a possível brevidade.

10. Os Presidentes expressaram seu apoio à iniciativa de estabelecimento de Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Ucrânia. Afirmaram, ainda, seu compromisso, por meio desse e de outros foros, de prosseguir na colaboração nas áreas de política e pesquisa agrícola, medidas sanitárias e fitossanitárias e proteção do agroambiente.

11. Os Chefes de Estado reconheceram o progresso alcançado no desenvolvimento do projeto espacial conjunto “Cyclone-4 - Alcântara” e expressaram confiança no êxito do primeiro lançamento do veículo ucraniano “Cyclone-4”, a partir do centro de Alcântara. Os Presidentes manifestaram disposição de estar presentes ao lançamento. Os dois mandatários manifestaram interesse em expandir a cooperação entre o Brasil e a Ucrânia na área da exploração e do uso pacífico do espaço exterior, por meio do desenvolvimento conjunto de novos projetos.

12. Considerando o potencial de cooperação entre os dois países e o intuito de ambos de reforçar suas capacidades científicas e tecnológicas, os presidentes manifestaram interesse em aprofundar a ação conjunta bilateral em áreas com ênfase em tecnologia de ponta e em estimular a transferência de conhecimento em termos mutuamente benéficos.

13. Os dois mandatários expressaram satisfação com a experiência positiva de

cooperação entre a empresa ucraniana INDAR e a Fundação Oswaldo Cruz/Farmanguinhos, do Brasil, com vistas ao fornecimento de insulina ao Brasil e à transferência de tecnologia de produção da substância. Nesse sentido, instruíram os dois Governos a intensificar esforços com vistas a implementar a produção, no Brasil, do referido medicamento.

14. O Presidente da Ucrânia reconheceu o papel de liderança do Brasil na produção de biocombustível e manifestou interesse das empresas especializadas ucranianas em beneficiar-se da experiência brasileira nessa área. Os dois Presidentes determinaram aos órgãos técnicos responsáveis dos dois Governos que se reúnam, no primeiro semestre de 2012, para fazer avançar a cooperação nessa área.

15. Os dois mandatários identificaram grande potencial de cooperação na área dos usos pacíficos da energia nuclear, em particular nas áreas da segurança e da regulação nuclear. Nesse sentido, tomaram nota, com satisfação, das tratativas em curso no âmbito da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial (CIC), e determinaram aos órgãos competentes que se reúnam, no primeiro semestre de 2012, para aprofundar a cooperação nesse domínio.

16. Os Presidentes observaram, com agrado, as perspectivas de intensificação da cooperação entre companhias brasileiras e ucranianas atuantes nos setores de petróleo e gás natural, e convieram em que o desenvolvimento dessa cooperação contribui para o fortalecimento da Parceria Estratégica entre os dois países.

17. Os Presidentes destacaram a realização do Campeonato Europeu de Futebol de 2012, na Ucrânia, da Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, também no Brasil. Convieram

em fomentar contatos entre empresários brasileiros e ucranianos, com vistas a melhor aproveitar as oportunidades decorrentes da realização de megaeventos esportivos. Ressaltaram, ainda, a importância da difusão do esporte como instrumento fundamental da promoção da paz, do diálogo, da cooperação, do desenvolvimento, da inclusão social e do combate a todas as sortes de discriminação.

18. Os dois Presidentes notaram que a ampliação do arcabouço legal na esfera da cooperação técnico-militar cria fundamento forte para aprofundamento da colaboração mutuamente benéfica neste campo, conforme é de interesse dos dois países. O Presidente Yanukovich enfatizou que a Ucrânia está disposta a estabelecer cooperação mutuamente benéfica na esfera técnico-militar.

19. O Presidente da Ucrânia agradeceu o apoio do Governo do Brasil às atividades desenvolvidas pelos órgãos representativos da comunidade ucraniana no Brasil. Os dois Presidentes destacaram as celebrações em curso pelos 120 anos da imigração ucraniana ao Brasil e celebraram a contribuição importante da comunidade ucraniana para o enriquecimento da cultura plural distintiva do Brasil.

20. Os Presidentes registraram sua satisfação pela contínua ampliação do arcabouço legal do relacionamento entre o Brasil e a Ucrânia, intensificada com a assinatura de diversos documentos bilaterais no âmbito da presente visita.

21. O Presidente Viktor Yanukovich agradeceu à Presidenta Dilma Rousseff pelo acolhimento cálido e amistoso que recebeu no Brasil, e convidou-a a visitar a Ucrânia em data de sua conveniência. A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu o convite, que aceitou de muito bom grado.

Brasília - DF, 25 de outubro de 2011
República Federativa do Brasil

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ALBÂNIA,
EDMOND HAXHINASTO – BRASÍLIA,
SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 26 A 29
DE OUTUBRO DE 2011
26/10/2011

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia, Edmond Haxhinasto, realiza visita ao Brasil entre os dias 26 e 29 de outubro.

No dia 27, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá reunião com o Ministro Haxhinasto. Os Ministros examinarão a agenda bilateral e assinarão um Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, além de acordos de cooperação econômica, de isenção de vistos para passaportes comuns e de intercâmbio entre as respectivas Academias diplomáticas.

O Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler da Albânia manterá, ainda, reunião com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Fernando Collor de Mello. A visita de Edmond Haxhinasto compreenderá também visitas a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

A Embaixada da Albânia em Brasília foi aberta em 2009, e a Embaixada do Brasil em Tirana, em 2010.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
COLÔMBIA, MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN
– BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE 2011
26/10/2011

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CIDADES INTERMÉDIAS E SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA: RUMO À DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS COMPARTILHADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM HABITAT SOCIAL EM EQUILÍBRIO COM O TERRITÓRIO”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO PARA A FORMULAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA A PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2012-2018”

3 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS”

4 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO

DO PROJETO “TRANSFERÊNCIA DE METODOLOGIA DOS PROJETOS BRASILEIROS ‘PROTEJO’ E ‘MULHERES DA PAZ’ E DOS PROJETOS COLOMBIANOS ‘MAMBRÚ NO VA A LA GUERRA’ E ‘MODELO DE REINTEGRACIÓN COMUNITARIA’”

5 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO TÉCNICO PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COLÔMBIA”

6 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTERCÂMBIO PARA O FORTALECIMENTO DE PROJETOS EM ECOLOGIA DA PAISAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE SERINGUEIRAS (HEVEA BRASILIENSIS)”

7 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “TRANSFERÊNCIAS DE CONHECIMENTOS RELATIVOS AOS AVANÇOS NO CULTIVO, BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DO SISAL NO BRASIL”

8 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO

TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS NA PRODUÇÃO DE GADO COLOMBIANA – FASE II”

9 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO INVIMA COM VISTAS AO SEU FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL”

10 - MEMORANDO DE ENTEDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ACADÊMICA E DE INOVAÇÃO ENTRE A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA REPUBLICA DA COLÔMBIA (COLCIÊNCIAS)

11 - MEMORANDO DE ENTEDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ACADÊMICA E DE INOVAÇÃO ENTRE A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA REPUBLICA DA COLÔMBIA (COLCIÊNCIAS)

12 - MEMORANDO DE ENTEDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO ACADÊMICA E DE

INOVAÇÃO ENTRE A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO COLOMBIANO DE CRÉDITO EDUCATIVO E ESTUDOS TÉCNICOS NO EXTERIOR (ICETEX) DA REPUBLICA DA COLÔMBIA

13 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NO ÂMBITO EDUCACIONAL ENTRE A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES E A UNIVERSIDADE NACIONAL DA COLÔMBIA

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CIDADES INTERMÉDIAS E SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA: RUMO À DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS COMPARTILHADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM HABITAT SOCIAL EM EQUILÍBRIO COM O TERRITÓRIO”

ENCHENTES NA TAILÂNDIA

26/10/2011

A Senhora Presidenta da República transmitiu ao Rei da Tailândia hoje, dia 26 de outubro, a seguinte mensagem:

“Majestade,

Em nome do Povo e do Governo brasileiros, transmito-lhe meu sentimento de consternação pelas irreparáveis perdas humanas e pelos grandes danos materiais sofridos pela Tailândia, em consequência das

fortes enchentes que afligem o país.

Queira aceitar, Majestade, nossa solidariedade neste momento difícil.

Mais alta consideração,

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil”.

XXI REUNIÃO DA CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E GOVERNO – ASSUNÇÃO, 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2011
27/10/2011

O Vice-Presidente Michel Temer chefiará a Delegação brasileira à XXI Reunião da Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e Governo, em Assunção, que se realizará nos dias 28 e 29 de outubro.

A reunião será presidida pelo Paraguai e terá como tema central “Transformação do Estado e o Desenvolvimento”.

A Reunião de Cúpula deverá ressaltar a importância do Estado na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável e no desenho de políticas públicas, inclusivas e participativas, para a superação da pobreza e da desigualdade social.

Os Chefes de Estado e de Governo deverão aprovar, ao final da XXI Cúpula, a Declaração de Assunção e o Plano de Ação de Assunção, o qual orientará os projetos de cooperação ibero-americana para o ano de 2012.

V CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - ASSUNÇÃO, 29 DE OUTUBRO DE 2011
27/10/2011

O Vice-Presidente Michel Temer chefiará

a Delegação brasileira à V Cúpula da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se realizará em 29 de outubro, em Assunção. Na ocasião, o Paraguai receberá da Guiana a Presidência “Pro-Tempore” da UNASUL. Os Estados Membros da UNASUL alternam-se na Presidência do organismo anualmente, seguindo ordem alfabética.

AÇÃO HUMANITÁRIA BRASILEIRA NA AMÉRICA CENTRAL
28/10/2011

Em solidariedade às populações atingidas pelas graves inundações causadas pela “Depressão Tropical XII-E”, o Brasil prestará cooperação humanitária aos países da América Central em apoio às ações emergenciais levadas a efeito pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em El Salvador e na Guatemala, pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) na Nicarágua e pela Embaixada do Brasil em Honduras.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, RAFAEL RONCAGLIOLO – BRASÍLIA,
31 DE OUTUBRO DE 2011
28/10/2011

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realizará visita ao Brasil no dia 31 de outubro, quando será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Será a primeira visita oficial do Chanceler peruano ao Brasil.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, com ênfase na definição de diretrizes para a cooperação em programas sociais e no combate às drogas e aos

ilícitos transfronteiriços. Tratarão, também, de temas regionais, em particular aqueles associados ao fortalecimento da UNASUL.

Serão assinados acordos bilaterais de cooperação técnica nas áreas de TV digital, promoção do emprego, combate ao crime organizado, desenvolvimento social e saúde.

De 2009 a 2010, o Brasil passou de oitavo para quinto maior investidor direto no Peru, com estoque de investimentos de US\$ 1,2 bilhão. Sobressaem os setores de mineração, infra-estrutura, produção e distribuição de petróleo e gás. Para os próximos cinco anos, somente no setor de mineração, estão previstos mais de US\$ 3,5 bilhões em investimentos.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Peru passou de pouco mais de US\$ 700 milhões, em 2003, para quase US\$ 3 bilhões, no ano passado, posicionando o Brasil como o 3º maior parceiro do Peru.

ELEIÇÕES NA TUNÍSIA

28/10/2011

O Governo brasileiro felicita o povo tunisiano pelo êxito na organização e divulgação do resultado das eleições, oficialmente divulgados ontem, para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ocorridas no último dia 23 de outubro.

As eleições tunisianas têm significado especial no contexto da “Primavera Árabe”. Ao definirem o novo sistema de governo e o marco jurídico fundamental do país, os trabalhos da Assembleia Constituinte deverão constituir importante etapa no processo de transição democrática em curso na Tunísia.

TERREMOTO NO PERU

30/10/2011

O Governo brasileiro manifesta ao Governo e ao povo do Peru sua solidariedade pelas perdas causadas pelo terremoto de 6,9 graus na escala Richter que atingiu a Região de Ica no dia 28, deixando dezenas de feridos e causando destruição no litoral sul do país.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, RAFAEL RONCAGLIOLO, AO BRASIL – BRASÍLIA, 31 DE OUTUBRO DE 2011

31/10/2011

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA REPRESSÃO DO CRIME ORGANIZADO NO PERU”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL - MIDIS NA ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL”

3 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO

DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DIREÇÃO GERAL DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS - DIGEMID DO PERU NA ÁREA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA”

4 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DE TRABALHO E PROMOÇÃO DO EMPREGO COM ÊNFASE NA INSPEÇÃO DO TRABALHO”

5 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO PERU”

6 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO MINISTÉRIO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PERU”

XXI REUNIÃO DA CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E GOVERNO – DOCUMENTOS FINAIS

31/10/2011

1 – DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO
2 - PROGRAMA DE AÇÃO DE ASSUNÇÃO

3 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA DECLARACIÓN DEL 2013 COMO EL AÑO INTERNACIONAL DE LA QUINUA

4 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE EL ENCUENTRO CONMEMORATIVO DEL AÑO INTERNACIONAL DE LOS AFRODESCENDIENTES

5 – COMUNICADO ESPECIAL DE APOYO A LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO EN TODAS SUS FORMAS Y MANIFESTACIONES

6 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE “LA AYUDA OFICIAL AL DESARROLLO (AOD) DE LOS PAÍSES DE GUATEMALA, EL SALVADOR, HONDURAS, COSTA RICA, PANAMÁ Y REPÚBLICA DOMINICANA DE CARA AL IV FORO DE ALTO NIVEL SOBRE EFICACIA DE LA AYUDA”

7 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO Y AGRICULTURA EN IBEROAMÉRICA

8 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA NECESIDAD DE PONER FIN AL BLOQUEO ECONÓMICO Y FINANCIERO IMPUESTO POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA A CUBA, INCLUIDA LA LEY HELMS-BURTON

9 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE FORTALECIMIENTO DEL ESTADO E INSTITUCIONALIDAD DEMOCRÁTICA

10 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA COCA ORIGINARIA Y ANCESTRAL, PATRIMONIO NATURAL DE BOLIVIA

11 - COMUNICADO ESPECIAL “COMPROMISO PARA LA INCLUSIÓN SOCIAL”

12 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA “INICIATIVA YASUNÍ ITT”

13 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA MIGRACIÓN EN IBEROAMÉRICA

14 - COMUNICADO ESPECIAL SOBRE SEGURIDAD CIUDADANA Y SEGURIDAD PÚBLICA

DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO

Os Chefes de Estado e de Governo dos países que integram a Comunidade Ibero-Americana, reunidos na República do Paraguai, nos dias 28 e 29 de outubro de 2011, por ocasião da XXI Cúpula Ibero-Americana, no Bicentenário da Independência paraguaia, e inspirados no tema “Transformação do Estado e Desenvolvimento”:

CONSCIENTES da importância do tema escolhido para o futuro das nossas nações, assim como da sua atualidade, ao cumprir-se vinte anos da constituição da Conferência Ibero-Americana como um importante fórum de diálogo, concertação política e cooperação, a favor do mais amplo desenvolvimento das nossas sociedades;

RECONHECENDO que os pontos fortes e as insuficiências dos diferentes modelos de desenvolvimento implementados na região no último século formam um acervo de valiosos ensinamentos para superar os desafios que ainda persistem em matéria de geração de bem-estar e equidade dos nossos povos;

REAFIRMANDO os princípios e valores do acervo político, econômico e social da Conferência Ibero-Americana e convencidos da necessidade de fortalecer os nossos estados para que desempenhem o papel que lhes corresponde na condução da estratégia de desenvolvimento integral, na defesa da democracia e da governabilidade, na promoção da igualdade, na justiça social e na garantia e expansão dos direitos dos cidadãos;

DECIDIDOS a promover uma relação construtiva e de proveito entre o Estado e a sociedade, que permita avançar para: a promoção do crescimento econômico, o

desenvolvimento centrado na cidadania, a geração de melhores condições de emprego digno, o fortalecimento da institucionalidade laboral, a consolidação de uma administração pública transparente e eficaz, um serviço público idôneo que reflita a composição e interesses da sociedade, e onde o denominador comum seja o genuíno compromisso para o bem-estar geral e o desenvolvimento socioeconômico das nossas populações;

CONSIDERANDO que a XXI Cúpula Ibero-Americana se celebra no contexto de uma crise econômica e financeira que afeta vários países do mundo, com profundos ajustamentos e readaptações que pressionam as instituições de todos os níveis;

AFIRMANDO que a participação cidadã é um componente essencial da gestão pública, da governabilidade democrática e da tomada de decisões em matéria de desenvolvimento sustentável;

DESTACANDO que as novas tecnologias, incluídas as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) representam uma oportunidade para acelerar o desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento, para atenuar a desigualdade e aumentar a transparência, e observando que o acesso a essas tecnologias é limitado e que continua a existir um fosso digital;

RECONHECENDO que as políticas fiscais podem contribuir de forma significativa para conseguir a equidade distributiva, o aumento na cobertura e na melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos;

ENTENDENDO que a transformação do Estado é um processo contínuo e constante, com características particulares em cada país, que tem incidência nas estruturas públicas, nas relações entre a administração e a cidadania, adaptando os seus conteúdos para a melhoria permanente da condução e gestão dos assuntos públicos, visando à promoção de

um desenvolvimento sustentável, com justiça social, sem exclusões e com o objetivo de alcançar o bom viver;

REITERANDO que é importante desenvolver as capacidades nacionais para erradicar a pobreza, promover o crescimento econômico sustentado e equitativo e o desenvolvimento sustentável como objetivo central da cooperação para o desenvolvimento;

SUBLINHANDO que no desenvolvimento não existe um critério único aplicável a todos e que a cooperação para o desenvolvimento deve responder às diversas necessidades dos países e aos seus planos e estratégias nacionais;

SALIENTANDO as valiosas contribuições realizadas pelas Reuniões Ministeriais Setoriais e outros encontros e “fora” celebrados no contexto da Conferência Ibero-Americana 2011;

ACORDAMOS:

(1) FORTALECER a administração pública e garantir a vigência de regras claras e previsíveis em matéria de gestão pública, para contribuir à governabilidade democrática com participação dos cidadãos, à coesão social e políticas públicas inclusivas e não discriminatórias.

(2) CONSOLIDAR os órgãos governamentais nacionais encarregados da gestão máxima das políticas de reforma e fortalecimento institucional da administração pública, da profissionalização da função pública ou serviço civil e da melhoria da gestão pública, dotando-os de competências, capacidades e recursos necessários para o cumprimento efetivo da sua missão.

(3) REFORÇAR a carreira do serviço público com base em mecanismos e critérios de recrutamento e promoção transparentes, justos e inclusivos, com políticas de incentivos que reconheçam o mérito, a formação, a capacidade, o desempenho e a experiência

de candidatos e funcionários, garantindo a igualdade de oportunidades, sem nenhum tipo de discriminação.

(4) DESENVOLVER e aprofundar procedimentos e iniciativas dirigidas aos funcionários públicos que promovam a sua formação contínua, a sua motivação e avaliação periódica do desempenho, com a finalidade de proporcionar as ferramentas necessárias e as competências para responder adequadamente às demandas cidadãs, às alterações institucionais e à inovação tecnológica.

(5) PROMOVER a cooperação entre as administrações públicas dos países ibero-americanos para fomentar a integração regional e propiciar espaços e canais de transferência e intercâmbio de conhecimentos e experiência em matéria de processos, projetos e programas bem sucedidos que, pelo seu impacto social e benefícios para a cidadania, possam ser replicados.

(6) IMPLEMENTAR e reforçar nas instituições públicas a gestão por resultados e para resultados no desenvolvimento e a prestação de contas aberta ao escrutínio público e à retroalimentação cidadã, evitando o aumento desnecessário das burocracias, a fim de criar administrações públicas eficientes e comprometidas com o bem-estar de toda a cidadania,

E especialmente dos mais desfavorecidos.

(7) PROMOVER a aplicação dos princípios enunciados nas Cartas Ibero-Americanas da Função Pública, de Governo Eletrônico, da Qualidade da Gestão Pública e da Participação Cidadã na Gestão Pública, assim como do Código Ibero-Americano de Bom Governo, e de acordo com a história e conforme as características culturais, a tradição jurídica e o enquadramento institucional de cada país.

(8) PROMOVER e dar continuidade às

estratégias de reforma do quadro regulatório nos países ibero-americanos que contribuam para o aumento da transparência e da participação cidadã, da produtividade e competitividade das economias, com especial atenção à coordenação e simplificação administrativas e à incorporação de mecanismos de consulta e avaliação que envolva os setores afetados, respeitando as características particulares de cada Estado.

(9) PROPICIAR processos de planificação compreensiva e estratégica de curto, médio e longo prazo, que articulem políticas públicas de acordo com as necessidades nacionais dos diferentes países, cujos ciclos incluam a participação cidadã nas suas diversas etapas e sejam mensuráveis através de indicadores concretos.

(10) ESTABELEECER, fortalecer e incentivar a utilização de mecanismos de medição, seguimento e avaliação, objetivos e verificáveis da satisfação da cidadania relativamente à prestação dos serviços públicos, bem como da efetividade dos procedimentos para simplificar trâmites e canalizar reclamações, sugestões e as suas devidas respostas.

(11) REDUZIR o fosso digital e promover o acesso a capacidades na utilização universal das TIC's, com vista à consolidação de uma sociedade de conhecimento.

(12) REDUZIR também o fosso tecnológico mediante o intercambio de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, assim como de experiências, metodologias e técnicas em tais âmbitos, no espaço Ibero-Americano, tendo em conta a legislação aplicável.

(13) PROMOVER o desenvolvimento da utilização das TIC, de acordo com as condições e possibilidades de cada país, em todos os níveis do setor público para contribuir para a transparência, melhoria e eficiência da gestão,

gerar maior participação e competitividade, facilitar o acesso da cidadania à informação, potenciar a qualidade dos serviços públicos e promover a procura de serviços “em linha” por parte da cidadania.

(14) FORTALECER as redes regionais de governo eletrónico e a cooperação neste âmbito, atendendo à importância das TIC como apoio das etapas das políticas públicas.

(15) PROMOVER alterações progressivas, quando adequado, nas estruturas tributárias para a consolidação de um sistema de coleta mais eficiente, eficaz e transparente, que combata a evasão e a fraude fiscal para assegurar uma relação equilibrada entre a pressão tributária e a utilização dos recursos públicos que redunde a favor de uma redistribuição equitativa dos ingressos, de acordo com as especificidades de cada país.

(16) PROPICIAR o intercâmbio de experiências em matéria fiscal e a formulação de soluções para os problemas comuns dos nossos sistemas tributários e, nesse sentido, tomar nota das recomendações emanadas do “Seminário sobre Política Fiscal”, celerado na Cidade do México, nos dias 9 e 10 de junho de 2011.

(17) PROPICIAR a implementação de políticas públicas sociais, integrais, inclusivas e redistributivas, incluídas as relativas ao mercado laboral, visando à promoção da proteção social universal, assim como a criação de condições para uma maior igualdade nos níveis de bem-estar, enfatizando o papel do Estado na erradicação da pobreza e na redução da desigualdade, através de um investimento social sustentado, de acordo com as características e necessidades específicas de cada país.

(18) FORTALECER e facilitar a participação cidadã, através de mecanismos que fomentem o envolvimento ativo de todos os atores sociais nos assuntos públicos, que

favoreçam a transparência e assegurem o acesso à informação.

(19) REAFIRMAR o compromisso de integrar plenamente na sociedade os grupos e setores em situação de exclusão e vulnerabilidade, através da criação de condições e estímulos para facilitar o seu acesso à função pública, ao emprego digno e de qualidade, assim como aos serviços públicos e ao bem-estar.

(20) REAFIRMAR o respeito pela identidade das populações indígenas originaria afrodescendentes e outros grupos de diferente procedência étnica ou cultural com a finalidade de que possam exercer plenamente os seus direitos e responsabilidades em igualdade de condições e participar ativamente na vida pública, promovendo a convivência entre culturas.

(21) RECONHECER a importante contribuição dos afro-descendentes a Ibero - America e instar os Estados a que desenvolvam políticas, de acordo com os quadros jurídicos nacionais, orientadas à erradicação de todo tipo de discriminação contra esta população.

(22) INCLUIR, nos países em que tal se justifique e de acordo com os quadros jurídicos nacionais, e identificação de povos indígenas nos sistemas estatísticos nacionais.

(23) ADOTAR e reforçar políticas que assegurem a igualdade de oportunidades e a não discriminação das pessoas por razões da sua orientação sexual, através de mecanismos que garantam os seus direitos de cidadania na participação no espaço público e no ciclo das políticas públicas.

(24) REAFIRMAR o compromisso com a igualdade de oportunidades, os direitos das mulheres e o fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres elevadas a mais alta hierarquia, de acordo com o contexto nacional, com orçamentos suficientes, como condição ineludível para que

a transformação do Estado garanta a igualdade real e efetiva entre mulheres e homens nos países da Ibero-America.

(25) ADOTAR medidas necessárias para promover a paridade de gênero em todos os poderes e níveis da administração, e incrementar e assegurar sua participação plena e efetiva na sociedade.

(26) REITERAR o compromisso com a participação juvenil no ciclo das políticas pública, promovendo o direito da juventude e a sua plena inserção social, econômica, política e cultural.

(27) REFORÇAR o respeito dos Direitos Humanos das pessoas com incapacidades promovendo políticas pública orientadas a assegurar a sua participação plena e efetiva na sociedade.

(28) DESENVOLVER políticas públicas para tornar efetivos os Direitos Humanos, o pluralismo cultural, econômico, político, social e religioso, para que se viabilize a convivência pacífica entre as pessoas, grupos, comunidades e populações dentro dos Estados.

(29) PROMOVER políticas, programas e ações orientadas para a proteção da sociedade no seu conjunto, e em particular dos setores mais vulneráveis, em tempos de crise. As medidas adotadas devem orientar a sustentação da capacidade de crescimento do setor produtivo e do emprego, a aumentar a produtividade e competitividade das economias, com inclusão social, e manter o investimento social, fortalecendo as redes de proteção e evitando que os custos sociais conjunturais comportem conseqüências para determinados setores na estrutura social.

(30) FOMENTAR a inovação e promover, em conformidade com as políticas nacionais, a criação de parcerias público-privadas para enriquecer políticas de desenvolvimento com impacto estratégico de curto, médio e longo prazo, salvo aguardando o interesse público a

sustentabilidade das finanças públicas.

(31) LIDERAR os processos de planificação, criação e modernização de infraestruturas de mobilidade, energia e conectividade, devido à sua função estratégica para dinamizar a economia, gerar emprego e promover o desenvolvimento, e, para isso, comprometer-se a dar prioridade a projetos que gerem mobilidade de agentes econômicos e aumentam e melhoram a provisão e o acesso aos serviços públicos, utilizando, quando for conveniente, os mecanismos de associação estratégica com o setor privado e não governamental.

(32) APLICAR uma política de ordenamento territorial que contemple a articulação de estratégias de desenvolvimento sustentável a partir do setor público, nos diferentes níveis de governo e a participação dos atores locais e da cidadania, atendendo a especificidades geográficas, culturais e sócios demográficas.

(33) RENOVAR o compromisso com as políticas de descentralização e desconcentração, observando os princípios de vinculação efetiva e maior proximidade entre representantes e representados, na medida em que apontem para uma maior eficácia, equidade e equilíbrio na distribuição dos recursos públicos.

(34) INCENTIVAR a criação do emprego digno, produtivo, formal, sem discriminações e com remunerações justas, protegido por sistemas de proteção social.

(35) PROMOVER, de acordo com as capacidades do sistema financeiro de cada país, o acesso a linhas de crédito e serviços não financeiros para mulheres, jovens, MPEMES, pequenos agricultores e outros setores em condições de vulnerabilidade e exclusão.

(36) DESENVOLVER uma política turística transversal como um elemento chave na formulação de políticas públicas a

nível nacional e ibero-americano, e apoiar o impulso ao desenvolvimento do setor turismo como ferramenta de inclusão social e fomento do desenvolvimento econômico.

(37) GARANTIR o exercício do direito à saúde, assegurando a universalidade nos cuidados, a equidade no acesso, a qualidade das prestações e o financiamento suficiente e sustentável dos sistemas de saúde dos nossos países, no quadro de um sistema de proteção social.

(38) FORTALECER a institucionalidade pública para o fomento da Cultura na Ibero-América destinando para o efeito progressivamente mais recursos para o cumprimento dos planos e programas com dimensão de políticas de Estado.

(39) PROPICIAR o desenvolvimento de políticas no espaço cultural Ibero-Americano com vistas à construção de espaços de criação e distribuição culturais acessíveis a cidadania; os inventários de patrimônio e preservação da diversidade e riqueza musicológica, e a facilitar a circulação de bens e serviços culturais sem prejuízo das medidas que reforce o combate a pirataria e o tráfico ilícito de bens culturais.

(40) PROSSEGUIR no âmbito ibero-americano, conjuntamente com a rede da América Latina e Caribe de Planificação para o Desenvolvimento “REDEPLAN”, o intercâmbio e discussão de pontos de vista, métodos e instrumentos de planeamento do desenvolvimento consistentes com as necessidades da região, com uma visão de curto, médio e longo prazo, assim como o fortalecimento das instituições responsáveis do planeamento.

(41) ESTABELEECER políticas públicas dirigidas à multiplicidade de atores do sistema econômico, orientadas para impulsionar os processos de produção, distribuição, intercâmbio, comércio, consumo, com sistemas de proteção do consumidor, para

potenciar o crescimento económico com inclusão social e a inovação produtiva nacional.

(42) TENDER para a democratização do acesso aos fatores de produção, de acordo com a legislação de cada país, para fortalecer a participação de micro, pequenos e médios produtores, empresários, atores da economia em geral, respondendo aos princípios de inclusão econômica e social.

(43) PROMOVER a elaboração e implementação de políticas multidisciplinares de gestão integral da segurança pública, articulando de maneira sinérgica os esforços realizados a nível regional, nacional e local, em conformidade com as respectivas legislações.

(44) APOIAR a adoção por parte dos países da América Central da “Estratégia de Segurança da América Central” e dos respectivos vinte e dois projetos regionais, e instar a comunidade internacional e prestar o seu apoio político e oferecer cooperação financeira, técnica e tecnológica a esta iniciativa.

(45) DESTACAR a entrada em vigor no dia 1 de maio de 2011 do Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social, adotado no dia 10 de novembro de 2007, na Cúpula de Santiago do Chile, e dos seus respectivos Convênios de Aplicação, e incentivar os Estados que ainda não o fizeram a considerar a sua adesão a este instrumento internacional.

(46) ENCORAJAR os Estados que ainda não o fizeram a considerar a sua adesão à Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens.

(47) RECONHECER os avanços do “Segundo Encontro Ibero-Americano e do Caribe sobre Segurança Viária” nos dias 12 e 13 de maio de 2011, na Cidade do México, e propor a implementação das propostas contidas na “Declaração do México para a

Segurança Viária: o caminho para salvar vidas na Ibero-América e Caribe”.

(48) ENCORAJAR a proteção, conservação, recuperação e promoção de um meio ambiente são e ecologicamente equilibrado perante as atividades humanas que têm impactos negativos e nocivos.

(49) EXPRESSAR a sua solidariedade com os povos e Governos Centro-Americanos pelas perdas de vidas e pelos danos materiais causados pelas intensas chuvas que afetaram essa região. Manifestar, ao mesmo tempo o seu apoio ao apelo formulado na Declaração de Comalapa, de 25 de outubro de 2011, para que a Comunidade Internacional e Organismos pertinentes apresentem propostas para a reconstrução, mediante a criação de um Grupo Consultivo.

(50) DESTACAR o importante trabalho levado a cabo pelo Comitê Intergovernamental de Negociação (CIN), encarregado de preparar o instrumento internacional juridicamente vinculante do mercúrio e afirmam sua vontade política para trabalhar de forma construtiva nesta direção.

(51) RECONHECER a atividade desenvolvida pelo Foro Ibero-Americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares a favor da segurança nuclear, radiológica e física nas áreas das aplicações médicas, do quadro regulador, da segurança das centrais nucleares e do controle das fontes radioativas e dar as boas vindas a suas novas iniciativas em âmbitos ligados a capacitação, licenciamento de instalações médicas, a cultura de segurança, a resposta em emergências radiológicas e nucleares e a avaliação da resistência das centrais nucleares.

(52) RECONHECER a situação especial da República do Paraguai, como país em desenvolvimento sem litoral marítimo, e comprometem-se a outorgar-lhe o apoio necessário com o objetivo de superar as suas

vulnerabilidades e problemas específicos derivados da sua condição, facilitando-lhe o livre trânsito, em conformidade com as regras aplicáveis de Direito Internacional, as convenções internacionais e os convênios bilaterais em vigor.

(53) AGRADECER aos diferentes organismos internacionais e entidades especializadas pela sua colaboração nos Seminários organizados pela Secretária-Geral Ibero-Americana sobre “Transformação do Estado e Desenvolvimento” e, igualmente, pela participação e organização de outros trabalhos que contribuíram para a reflexão sobre o tema central da XXI Cúpula Ibero-Americana.

(54) RECONHECER a importância das Cartas Ibero-Americanas, do Código Ibero-Americano de Bom Governo e dos documentos “Gestão Pública Ibero-Americana para o século XXI” e “a Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero-América” e a contribuição do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) na sua elaboração.

(55) TOMAR nota com interesse das conclusões do VI Foro de Governos Locais, do VII Foro Parlamentário do VII Encontro Cívico, do VII Foro Empresarial, do II Encontro Sindical, do I Encontro Inter-religioso e do I Foro de Alto Governo.

(56) EXPRESSAR o nosso enorme agradecimento ao povo e governo da República do Paraguai pela excelente e calorosa recepção por ocasião desta XXI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, assim como pela grande eficácia e sentido de oportunidade mostrado pela Secretaria Pro Tempore na organização e condução dos trabalhos preparatórios deste encontro.

(57) DESTACAR os esforços empreendidos pela SEGIB, tanto no apoio aos trabalhos da Conferência Ibero-Americana 2011, como no

plano da execução dos mandatos emanados das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo.

(58) REITERAR o nosso agradecimento aos governos de Espanha e Panamá que realizarão a XXII Cúpula Ibero-Americana em 2012, e a XXIII, em 2013, respectivamente.

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos assinam a presente Declaração e Programa de Ação de Assunção, que forma parte integrante da mesma, em dois textos originais em espanhol e português, ambos igualmente válidos, em Assunção, República do Paraguai, no dia 29 de outubro de 2011.

PROGRAMA DE AÇÃO DE ASSUNÇÃO

Os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos, tomando em consideração os objetivos estabelecidos na Declaração da XXI Cúpula Ibero-Americana, assim como as deliberações sobre o tema “Transformação do Estado e Desenvolvimento”, e sobre os outros temas que formam a atual agenda da Conferência, e em cumprimento dos mandatos das Cúpulas anteriores;

Convencidos da necessidade de apoiar processos que permitam aumentar as capacidades institucionais que dêem ao Estado o lugar que lhe corresponde na condução da estratégia de desenvolvimento, de promoção da equidade e do crescimento econômico, no fomento da convergência produtiva setorial, na articulação territorial, na geração de melhores condições de emprego, no fortalecimento da institucionalidade laboral e na provisão de bens públicos e de proteção social;

Considerando o compromisso dos países Ibero-Americanos para levar adiante iniciativas de cooperação que contribuam para transformar as estruturas do Estado e promover uma relação construtiva deste com a sociedade, para caminhar para um desenvolvimento integral do ser humano, sem exclusões, com um claro e genuíno

compromisso para com o bem comum;

Reiterando o compromisso com os valores, princípios e acordos que constituem o Acervo Ibero-Americano;

Adotam as seguintes decisões que formam o Programa de Ação:

A. Programas Ibero-Americanos.

A.1. Fomentar a execução contínua dos diversos Programas, Iniciativas e Projetos Relacionados da cooperação Ibero-Americana para o desenvolvimento social, econômico e cultural das nossas nações, por que contribuem para formulação de políticas públicas para a transformação do Estado. Nesse sentido, destacar os resultados obtidos pelos mesmos, refletidos no documento informativo: “Balanço da Cooperação Ibero-Americana”, que faz parte do presente programa de Ação.

A.2. Encomendar à Reunião Ibero-Americana de Ministros da Presidência (RIMPE) que, na sua próxima reunião de 2012, instrua o Programa IBERGOP para que as suas atividades contribuam para o cumprimento dos acordos e mandatos da XXI Cúpula de Assunção, em relação com a Transformação do Estado e Desenvolvimento.

A.3. Encomendar ao Programa Ibero-Americano de Gestão Territorial (Proterritórios), com a visão em um futuro Espaço Ibero-Americano de Gestão Territorial, a geração de sinergias com outros Programas e Projetos Ligados como IBERGOP, CIDEU (Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano), e UIM (União Ibero-Americana de Municipalistas) e atualizar e dar ênfase aos sistemas públicos de informação, gestão local e desenvolvimento rural. Saudar a implementação do observatório Ibero-Americano de Políticas Públicas Territoriais que incentiva Proterritórios.

A.4. Aprovar a implementação do Programa Ibero-Americano de Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento, que inserido

no marco do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, como seu componente em matéria de propriedade industrial, somando-se aos programas de ciência e tecnologia (CYTED) de inovação (Programa Ibero-Americano de Inovação), de educação superior (Pablo Neruda) e de PYMES (IBERPYME), e permitindo aos Estados Ibero-Americanos cooperar em matéria de informação tecnológica, intercâmbio de boas práticas de utilização de sistemas de patentes e marcas e na criação de Bases de Dados Regionais.

A.5. Aprovar a implementação do Programa Ibero-Americano sobre a situação dos Idosos na região, em cumprimento do mandato recebido pela SEGIB e pela Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS) da XX Cúpula de Mar del Plata, com o objetivo de conhecer e melhorar a situação deste coletivo nos países da Comunidade Ibero-Americana.

A.6. Reconhecer a nova orientação do Programa IBERbibliotecas, que deverá ser aprovada pelo seu Comitê Intergovernamental e que, permitirá apoiar aos Governos nacionais, regionais e locais na construção de políticas para o melhoramento e a ampliação de bibliotecas públicas e populares, colaborando para transformar em modernos centros de gestão, de informação e de acesso a leitura e à literatura, projetadas para atender as necessidades de suas comunidades no âmbito da cultura e do conhecimento, e com isso desenvolver o sentido de pertença e de apropriação social destes espaços.

A.7. Aprovar a implementação do Programa para o Fomento das Músicas Ibero-Americanas –IBERMUSICAS, que estabelecerá um Fundo Financeiro multilateral para desenvolver uma Agenda para a construção do Espaço Musical Ibero-Americano para promover as artes de música, nos campos da música erudita, a tradicional e outras manifestações

musicais, a fim de gerar melhores condições de circulação, profissionalização e difusão do trabalho aos criadores, interpretes, investigadores e gestores da região. O comitê Intergovernamental e sua Unidade Técnica deverão celebrar sua primeira reunião durante o primeiro semestre do ano 2012, e colocar em funcionamento pelo menos duas das linhas de ação indicadas na formulação do programa.

A.8. Encomendar ao Programa Iberarchivos que continuem a recuperação dos arquivos no Haiti realçando as ações realizadas até o momento.

A.9. Instruir a SEGIB para que, no apoio à Conferência de Autoridades Cinematográficas da Ibero-América (CACI), estude mecanismos para a ampliação do Fundo de Ajudas de Ibermedia.

A.10. Encomendar à SEGIB que continue a apoiar o fortalecimento do Programa Ibero-Americano de Inovação, que já constituiu o seu Comitê Inter-governamental, e cuja Secretaria Técnica é exercida pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Brasil, deverá igualmente continuar a apoiar a coordenação e sinergias do programa com o BID, a CEPAL e a OCDE.

A.11. Destacar o trabalho realizado pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Pablo Neruda, que este ano realizou a primeira convocatória pública, tendo-se aprovado um importante número de mobilidades de doutorandos e investigadores que permitirão o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação entre as Universidades da nossa região.

A.12. Celebrar a implementação do Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça, mediante a constituição do seu Comitê Intergovernamental, a adoção do seu Regulamento de Funcionamento e do Plano Operativo para o Bienio 2011-12, salientando o papel que a Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB) desempenhou

neste sentido, e promover o fortalecimento das linhas de ação relacionadas com o apoio à elaboração de políticas públicas na matéria e com a realização de ações que promovam a inclusão de grupos vulneráveis e a proteção das vítimas, com especial ênfase nos jovens, indígenas e mulheres vítimas da violência de gênero, que contribuam com a plena garantia dos direitos destas pessoas.

A.13. Promover o estabelecimento de um Programa Ibero-Americano de Fronteiras, cujo objetivo seja a promoção dos referidos espaços como pólos de desenvolvimento conjunto e de integração nas áreas de desenvolvimento econômico local, da cultura, da saúde e da segurança social, incluindo a perspectiva de gênero em cada uma delas, assim como o inter-culturalismo.

A.14. Reconhecer e destacar o trabalho realizado pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, tanto na consolidação das unidades de cooperação dos países que integram o programa como no desenvolvimento de suas capacidades. Assim mesmo, destacar sua contribuição para a modalidade de cooperação Sul-Sul e a Triangular.

A.15. Recomendar ao Projeto relacionado Iberqualitas, em coordenação com a SEGIB, que continue com as atividades realizadas em matéria de certificação sob as Normas de Qualidade ISO 9001:2008 nas PME da América Central e países andinos, e ampliar este trabalho a outros países, com ênfase na importância que tem a participação pública e privada no financiamento destes processos, em especial nas grandes empresas, cujas cadeias de valor dependem das PME.

A.16. Declarar o dia 19 de maio como o Dia Ibero-Americano dos Bancos de Leite Humano e promover perante as Nações Unidas a Declaração do Dia Internacional dos Bancos de Leite Humano.

A.17. Agradecer à SEGIB o incremento em 2012 para 7% dos recursos que destina do orçamento ordinário e outros recursos próprios ao Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul ou a outros Programas, de acordo com a decisão dos Responsáveis da Cooperação.

A.18. Instruir os Programas Ibero-Americanos que ainda não se adequaram aos requisitos contidos no Novo Manual Operativo, aprovado na XX Cúpula de Mar del Plata, a avançar nessa direção com a maior brevidade.

A.19. Dar por terminados seguinte ações: o Programa da Infância, a iniciativa “segundo tempo”, e o Projeto Adstrito “TICs e Inclusão Social” da cooperação Ibero-Americana, agradecendo a seus promotores o trabalho desenvolvido.

B. Fortalecimento institucional da Conferência Ibero-Americana.

B.1. Aprovar a nova Estratégia da Cooperação Ibero-Americana como instrumento para assegurar a identidade ibero-americana e a qualidade dos Programas, Iniciativas e Projetos adstritos e a sua orientação para resultados tangíveis para as populações. A mesma inclui os Critérios de Racionalização do Programa de Ação, em cumprimento do mandato da XX Cúpula Ibero-Americana de Mar del Plata (parágrafo 16H do Programa de Ação). A sua efetiva aplicação permitirá uma maior articulação, coordenação, concentração de ações relevantes e coerentes com o acervo acumulado e com o ótimo funcionamento da Conferência Ibero-Americana, a fim de favorecer a prestação de contas à cidadania.

B.2. Solicitar à SEGIB para continuar a apresentar propostas que tenham como objetivo promover uma maior articulação e coordenação entre as diferentes instâncias da Conferência Ibero-Americana, e entre estas e os organismos ibero-americanos, através do

Plano de Trabalho do Conselho de Organismos Ibero-Americanos, assim como em matéria de funcionamento das Reuniões Ministeriais Setoriais e de racionalização das reuniões da Conferência.

B.3 Solicitar à SEGIB que continue a promover a articulação das redes ibero-americanas existentes na Conferência Ibero-Americana, através do Registro de Redes Ibero-Americanas e saudar a inscrição dos dois primeiro registros: A Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC), nas áreas das pessoas com necessidades especiais e dos idosos, e da Rede Ibero-Americana de Garantias (REGAR).

C. Mandatos à SEGIB

C.1. Pedir a SEGIB e a CEPAL para acompanhar o estabelecimento, durante 2012, da Rede Ibero-Americana de responsáveis e especialistas em Política Fiscal que, no marco da transformação do Estado e o desenvolvimento, se reúnam de forma periódica para permuta de estatísticas, reformas e boas práticas desta maneira, tal como foi levantado no Seminário sobre Política Fiscal, celebrado na cidade do México, em junho de 2011.

C.2. Apoiar as resoluções acordadas pelo V Fórum de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação, em particular no que diz respeito à Estratégia do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), e os avanços no estabelecimento de um Sistema Ibero-Americano de Mobilidade Acadêmica. E encomendar à Organização de Estados Ibero-Americanos de (OEI), à SEGIB e ao Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB) a implementação dos acordos adotados, contando para tal com o apoio do escritório do EIC, solicitando que continuem avançando na coordenação e na criação de sinergias e interfaces de ação entre os diversos programas, iniciativas e ações que integram

este espaço comum.

C.3. Encomendar à SEGIB que continue a trabalhar e participar no fortalecimento do Observatório para a Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, como instrumento para o desenvolvimento da Agenda pela Igualdade na Ibero - América.

C.4. Encomendar à SEGIB que continue a promover, em colaboração com a OIT, a formação e outras ações que fortaleçam o Diálogo Social entre empregadores e trabalhadores e contribuir assim para a melhoria do emprego e da competitividade empresarial e a produtividade no espaço ibero-americano.

C.5. Em cumprimento do mandato da XX Cúpula Ibero-Americana, tomar nota que a SEGIB celebrará em 2011 uma reunião sobre Migração e Saúde, sob o patrocínio de UNFPA, e conjuntamente com a OISS e a OMS, na qual participam os responsáveis governamentais nestas matérias, para avançar no desenvolvimento de iniciativas sobre proteção social da saúde dos migrantes.

C.6. Encomendar à SEGIB para continuar a apoiar a incorporação das tecnologias da informação e das comunicações (TICs) no sistema educativo dos Governos que assim solicitem, com o fim de melhorar a formação de educadores no uso da TICs, para poder dotar aos jovens das ferramentas necessárias para abordar os desafios da sociedade de informação.

C.7. Solicitar à SEGIB que prossiga o seu apoio ao Alto Representante do Secretario Geral das Nações Unidas para Aliança das Civilizações (AdC), em especial, no que se refere ao seguimento dos resultados do III Fórum Global do Rio de Janeiro, maio de 2010, coadjuvando, para o efeito, e preparação do IV Fórum Global, que terá lugar em Doha, Qatar, em dezembro de 2011. Solicitar o apoio aos trabalhos preparatórios

da Estratégia Regional Latino Americana da Aliança de Civilizações das Nações Unidas, cuja assinatura esta prevista no ano 2012, tendo o Peru oferecido ser sede da reunião de Chanceleres, assim como uma maior participação nas iniciativas e projetos da Aliança, e incentivar a elaboração de Planos Nacionais para o Dialogo Intercultural.

C.8. Encomendar à SEGIB que continue a apoiar o incentivo de ações que favorecem a promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos a nível nacional, regional e internacional, assim como as políticas públicas implementadas neste campo, e a promoção de espaços de intercâmbio de experiências, como a Rede Ibero-Americana dos Direitos Humanos.

C.9. Instruir a SEGIB para que intensifique os canais de articulação, comunicação e informação dos seus escritórios regionais com os Coordenadores Nacionais e os Responsáveis de Cooperação em relação às atividades futuras.

D. Reuniões Ministeriais.

D.1. III Conferência Ibero-Americana de Gênero

Instar a SEGIB para que, conjuntamente com os governos, inicie as ações necessárias para formular um Programa de Cooperação Ibero-Americana no quadro do Consenso de Brasília, adotado na XI Conferência Regional da Mulher da América Latina e Caribe (CEPAL, 2010).

D.2. XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura

Solicitar à SEGIB, em coordenação com os Responsáveis de Cooperação, que continue com o trabalho de seguimento e aperfeiçoamento dos programas de cooperação cultural, enfatizando a aplicação de quotas diferenciadas; a adesão de mais países; a procura de fontes alternativas de financiamento, a profissionalização das

Unidades Técnicas e a transformação dos modelos de gestão segundo as necessidades e parâmetros vigentes no novo Manual para a Cooperação Ibero-Americana aprovado na XX Cúpula Ibero-Americana de Mar del Plata, Argentina, em 2010.

D.3. XIV Conferência Ibero-Americana de Educação

Considerar de especial importância para o avanço do projeto Metas Educativas 2021 a iniciativa “Luzes para aprender”, cujo objetivo é levar eletricidade através de painéis solares e dotar de computadores e ligação à internet todas as escolas Ibero-Americanas que ainda não os tenham, tratando ao mesmo tempo, da formação dos professores, da sustentabilidade do projeto e do compromisso das comunidades.

Valorizar de forma positiva as contribuições que diferentes países e instituições realizaram para o Fundo Solidário de Cooperação Educativa para conseguir concretizar o projeto “Luzes para aprender” em 2014, e pedir à OEI que continue a procurar novos recursos e que estabeleça os acordos oportunos com cada um dos países para conseguir um objetivo tão ambicioso e justo, de acordo com os critérios e estratégias que cada país decidir.

E. Reconhecimentos e saudações

Reconhecer e saudar:

E.1. As ações de comemoração dos Bicentenários das Independências Nacionais levadas a cabo pelo Paraguai, Uruguai e Venezuela e dar o nosso apoio aos esforços e iniciativas nacionais e regionais que se realizam para comemorar a independência das populações da América.

E.2. A implementação do Programa Metas 2021 “A Educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, assim como o funcionamento do seu Conselho Assessor e do Instituto de Avaliação e Seguimento das Metas Educativas 2021. Nesse sentido,

instar a SEGIB e a OEI a realizar as gestões que permitem contribuir com dotações de recursos para o Fundo Solidário de Coesão Educativa, assim como a articulação de esforços da cooperação internacional, visando o cumprimento das Metas.

E.3. A decisiva contribuição das Universidades ao desenvolvimento do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) e a assinatura pelos representantes dos Conselhos de Representantes e Redes Universitárias que integra o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB) da Declaração Universitária Ibero-Americana, subscrita em Assunção, o dia 10 de março de 2011, na qual se manifesta a necessidade de avançar na construção do EIC e expressando o seu propósito de contribuir, pra de uma forma autônoma e responsável.

E.4. A realização do IV Congresso Ibero-Americano de Cultura, realizado em Mar del Plata, República Argentina, sobre “Cultura, Política e Participação Popular” no qual se refletiu e debateu sobre o papel central da Cultura na elaboração e execução das políticas públicas, reconhecendo e tornando visíveis experiências de mobilização que contribuem para democratizar os espaços públicos, melhorar a qualidade de vida e gerar agendas capazes de enfrentar a complexidade do século XXI. Saúdam ainda, com satisfação a preparação do V Congresso que se realizará em Espanha, em 2012, com o tema: “Cultura Digital. Cultura em Rede”.

E.5. As ações empreendidas pela SEGIB e pelos Ministérios e instituições de Cultura da região para a implementação das três linhas de trabalho saídas na XX Cúpula Ibero-Americana: PME e Indústrias Culturais, Cultura e Coesão Social e Diplomacia Cultural.

E.6. Os resultados do Primeiro Encontro Ibero-Americano de Diplomacia Cultural,

celebrado em Cartagena das Índias, Colômbia, em março de 2011, expressos no documento “Elementos para uma Agenda da Diplomacia Cultural na Ibero-América”, que promove linhas de ação relacionadas com o fortalecimento das instituições pública, informação, formação, investigação, financiamento, cooperação, promoção dos países e mobilidade de artistas e criadores, reforçando o papel da ação cultural exterior, e apoiar a realização do encontro seguinte no México.

E.7. A difusão dos diversos programas e atividades da Cooperação Ibero-Americana como parte do processo de visibilidade da mesma, através dos canais e plataformas do programa Televisão Educativa e Cultural Ibero-Americana (TEIB).

E.8. Os avanços do Projeto “Centro Cultural Ibero-Americano Capela do Homem” sobre o legado patrimonial do Maestro Oswaldo Guayasamín em Quito, Equador e saudar a constituição do Fundo multilateral extra orçamental gerido pela OEI, com a contribuição de Semilla do Equador e o compromisso de procurar mecanismos de financiamento para o desenvolvimento do projeto; assim como destacar a formação do Comitê Técnico Inter-governamental e a realização de três Fóruns Regionais que enriqueçam o debate sobre o património cultural ibero-americano. Realizar as ações necessárias em coordenação com a SEGIB, a OEI e demais Organismos para facilitar a circulação de Bens e Serviços Culturais e a apropriação social do património no espaço ibero-Americano.

E.9. Os avanços na implementação da “Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho”, adotada na XIX Cúpula do Estoril, e desenvolvida pela OISS na Argentina, Colômbia, Chile e República Dominicana, que vêm juntar-se à de Espanha

e Portugal, e incentivar o resto dos países a unir-se a esta dinâmica de progresso social e económico.

E.10. Saudar e parabenizar a iniciativa “Cidadania 2.0 – Transformando Ibero - America”, organizada por SEGIB e pelo instituto Ibero-Americano da Universidade de Salamanca, cujo objetivo é fomentar e facilitar a discussão y apropriação por parte da sociedade civil não organizada dos temas Ibero-Americanos, aproveitando o uso das redes sociais em internet e instar a continuar com esta linha de trabalho.

E.11. O lançamento das convocatórias da RADi para o financiamento de projetos dos arquivos diplomáticos ibero-americanos, que beneficiará os arquivos diplomáticos dos Ministérios de Relações Exteriores, e favorecerá a organização, conservação e difusão do seu património documental entre utilizadores internos, público em geral e académicos, nos processos de tomada de decisão e como ferramentas para ampliar as fronteiras do conhecimento, em particular, a apropriação das histórias nacionais.

E.12. A organização das olimpíadas ibero-americanas de Matemáticas e outras, particularmente as de Biologia, Física e Química, como exemplo de organização de competições entre jovens talentosos, salientando a necessidade de reforçar a cooperação no âmbito da promoção da geração de talentos através dos sistemas educativos ibero-americanos.

E.13. Saudar a mostra “A inovação em Educação y Formação” que, patrocinada pela Presidência da República Dominicana e a SEGIB, apresenta, anualmente, FUNGLODE e Virtual Educa, projeto ligado a Cúpula, felicitando-se pelo resultados que observamos em Estoril 2.009, Mar del Plata 2.010 e na atual XXI Cúpula de Assunção 2.011. A mostra conta com o apoio da Rede Latino-

Americana de Portais Educativos (RELPE).

E.14. A celebração dos 40 anos do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), que tem sido um instrumento eficaz na promoção da leitura, do livro e das bibliotecas na região.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA DECLARACIÓN DEL 2013 COMO EL AÑO INTERNACIONAL DE LA QUINUA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, República del Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Saludan la Resolución 15/2011 de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), adoptada el 2 de julio, en su 37º Conferencia, sobre el Año Internacional de la Quinoa, observando que es un alimento natural con un elevado valor nutritivo, así como reconociendo los conocimientos y prácticas tradicionales aplicables a este cultivo, que ha sido mantenido, controlado y protegido por los pueblos indígenas andinos.

Asimismo, reiteran que la quinoa, debido a su valor nutritivo, desempeña una función en la consecución de la seguridad alimentaria y nutricional y en la erradicación de la pobreza, incidiendo en forma directa en el logro de los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, incluidos los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

En ese sentido, expresan el compromiso de promover el cultivo de la quinoa para combatir el hambre, dadas sus propiedades alimenticias. Asimismo, destacan la importancia de difundir las cualidades de este alimento nutritivo, mediante el apoyo a programas de investigación y desarrollo.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE EL ENCUENTRO CONMEMORATIVO DEL AÑO INTERNACIONAL DE LOS AFRODESCENDIENTES

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países Iberoamericanos, reunidos en Asunción, República del Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Manifiestan su satisfacción de asociarse al llamado de las Naciones Unidas, contenido en las Resoluciones 64/169 y 65/36.

Registran con beneplácito las distintas acciones realizadas en los países iberoamericanos con motivo del Año Internacional de los Afrodescendientes, expresión de su interés en dar visibilidad a las contribuciones sociales, culturales, políticas y económicas que los Afrodescendientes han dado a la región.

Se congratulan con la iniciativa del Gobierno Brasileño y de la Secretaría General Iberoamericana, de organizar el Encuentro Conmemorativo del Año Internacional de los Afrodescendientes, a realizarse en Salvador, Bahía, del 17 al 19 de noviembre, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes, proclamado por las Naciones Unidas.

Reconocen que, a pesar de que los afrodescendientes suman cerca de 200 millones de los habitantes en la región, todavía representan uno de los segmentos poblacionales más discriminados.

Destacan la importancia de que el Encuentro de Salvador constituye una oportunidad relevante para la reflexión sobre la importancia de las estrategias políticas de inclusión de los afrodescendientes en los diversos contextos nacionales y regionales.

Afirman, además, la expectativa de que el Encuentro de Salvador propicie una mayor visibilidad de las contribuciones sociales, políticas, económicas y culturales que los afrodescendientes han dado a Iberoamérica y valorice la cooperación y el diálogo entre los estados y la sociedad, en busca de superación de las barreras que todavía existen para

la plena inserción socioeconómica de los afrodescendientes en la región.

COMUNICADO ESPECIAL DE APOYO A LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO EN TODAS SUS FORMAS Y MANIFESTACIONES

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Reiteran su total condena de todo acto de terrorismo como acto criminal e injustificable y reafirman su compromiso de combatir el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones, con estricto apego al Derecho Internacional, a las normas internacionales de protección de los derechos humanos y al Derecho Internacional Humanitario, para lo cual, entre otras acciones, refuerzan siempre que sea necesario sus legislaciones nacionales y promoverán una cooperación internacional activa y eficaz para prevenir, investigar, sancionar y eliminar toda manifestación de este flagelo. Asimismo, se comprometen a tomar medidas para prevenir, penalizar y eliminar el financiamiento y la preparación de cualquier acto terrorista y a negarle refugio a los instigadores, financiadores, autores, promotores o participantes en actividades terroristas, de conformidad con el marco jurídico internacional, incluyendo las convenciones internacionales respectivas y las resoluciones relevantes de la Asamblea General y el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

Reafirman su compromiso con la Estrategia Global contra el terrorismo de Naciones Unidas adoptada en septiembre de 2006, actualizada en 2008 y 2010, y reiteran su determinación de aplicar los principios recogidos en la estrategia y desarrollar todas las medidas que se contemplan en la misma como la vía más eficaz para acabar con la

amenaza del terrorismo y asegurar a la vez el pleno respeto del Estado de derecho y respeto por los Derechos Humanos. Saludan igualmente el trabajo realizado por el Equipo del Secretario General de Naciones Unidas para la aplicación de la Estrategia en difundir y coordinar la labor del sistema de Naciones Unidas para la aplicación integral de la misma.

Reafirman la necesidad de evitar la impunidad para aquellos que cometen actos de terrorismo e instan a todos los Estados a que, de conformidad con lo establecido en el Derecho Internacional, cooperen plenamente en la lucha contra el terrorismo, especialmente con aquellos en cuyo territorio o contra cuyos ciudadanos se cometan actos de terrorismo, a fin de encontrar, capturar y negar refugio seguro y someter a la justicia, sobre la base del principio del enjuiciamiento o la extradición, y su propia legislación nacional, a quien apoye o facilite la financiación, planificación, preparación o comisión de actos de terrorismo o la provisión de refugio seguro o participe o intente participar en esos actos.

Expresan su solidaridad con las víctimas y familiares de las víctimas del terrorismo en todas sus formas y manifestaciones, dondequiera que actos de esta naturaleza hayan ocurrido e independientemente de quienes hayan participado y cometido dichos actos, de quienes lo hayan patrocinado y financiado y de las motivaciones que se aleguen como pretexto a tales crímenes.

Instan a todos los Estados a asegurar, de conformidad con el Derecho Internacional, que la condición de refugiado o asilado no sea utilizada de modo ilegítimo por los financiadores, autores, organizadores o patrocinadores de los actos de terrorismo, y que no se reconozca la reivindicación de motivaciones políticas como causa de denegación de las solicitudes de extradición de personas requeridas por la justicia a efectos

de decidir sobre su responsabilidad en actos de terrorismo.

Reafirman los Comunicados Especiales sobre Terrorismo adoptados en las XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX y XX Cumbres Iberoamericanas, rechazan el hecho de que el responsable del atentado terrorista a una aeronave de Cubana de Aviación en octubre de 1976, que causó la muerte a 73 civiles inocentes, no haya sido enjuiciado por terrorismo, y apoyan las gestiones para lograr su extradición o llevarlo ante la justicia.

Reafirman el valor de la extradición como herramienta esencial en la lucha contra el terrorismo y exhortan a aquellos Estados que han recibido solicitudes de extradición de terroristas presentadas por Estados miembros de nuestra Comunidad, que procedan a considerarlas debidamente, con pleno apego al marco legal aplicable.

Llaman a todos los Estados que no lo hayan hecho, a que consideren la posibilidad de formar parte, urgentemente, de todas las convenciones y protocolos relativos al terrorismo, para cumplir con las obligaciones derivadas de dichos instrumentos, así como también de todos los acuerdos internacionales que los compelen a prestar asistencia jurídica, enjuiciar y penalizar con prontitud y de manera apropiada, a quienes financian, patrocinan, participan y cometen, actos terroristas, siempre con estricto apego al Derecho Internacional y con respeto a los derechos humanos y al Derecho Internacional Humanitario, y la legislación nacional de cada Estado, ya sean cometidos contra personas, medios públicos o privados de transporte de carga o pasajeros, contra personas internacionalmente protegidas, contra representaciones diplomáticas, instalaciones turísticas u otras instalaciones públicas o privadas.

Seguirán trabajando para adoptar las medidas que sean necesarias y adecuadas y

conformes con sus respectivas obligaciones en virtud del Derecho Internacional a fin de prohibir por ley la incitación a cometer actos terroristas y prevenir las conductas de esa índole.

Solicitan a los Estados que en el marco de las Naciones Unidas cooperen para llegar a un acuerdo sobre un convenio general contra el terrorismo internacional y concertarlo, resolviendo las cuestiones que todavía subsisten como un obstáculo para el logro de la Convención, incluyendo las relativas a la definición jurídica y el alcance de los actos abarcados por el convenio, a fin de que pueda servir como instrumento eficaz de lucha contra el terrorismo. Se comprometen a seguir cooperando activamente con los órganos competentes del sistema de las Naciones Unidas en la prevención y el combate al terrorismo.

Reiteran su profunda solidaridad con las víctimas de actos terroristas, expresan su deseo de que reciban el apoyo necesario y manifiestan la oportunidad de que el Secretario General de las Naciones Unidas dé continuidad al Primer Simposio Internacional de Naciones Unidas de Apoyo a las Víctimas de Terrorismo, celebrado en 2008.

Trabajarán para que la solidaridad de la Comunidad Internacional pueda traducirse en la creación en el marco de Naciones Unidas de un mecanismo práctico de asistencia internacional a las víctimas del terrorismo.

COMUNIDAD ESPECIAL SOBRE
“LA AYUDA OFICIAL AL DESARROLLO
(AOD) DE LOS PAÍSES DE GUATEMALA,
EL SALVADOR, HONDURAS, COSTA
RICA, PANAMÁ Y REPÚBLICA
DOMINICANA DE CARA AL IV FORO DE
ALTO NIVEL SOBRE EFICACIA DE LA
AYUDA”

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción,

República del Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Considerando:

Que el espacio iberoamericano integra, entre otros, a países de Renta Media receptores de Ayuda Oficial al Desarrollo que requieren de la cooperación internacional para complementar los esfuerzos nacionales.

Que los países antes mencionados han realizado significativos esfuerzos por generar avances en los temas de eficacia de la ayuda y han logrado construir una postura compartida que se refleja en el documento “Una perspectiva Común: Camino al 4º Foro de Alto Nivel Busan, República de Corea”.

Toman nota de la iniciativa que estos países han logrado concretar sobre este importante tema.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO Y AGRICULTURA EN IBEROAMÉRICA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Celebran la iniciativa del Gobierno de Brasil y de la Secretaría General Iberoamericana - SEGIB - de realizar en Brasilia, los días 13 y 14 de octubre, el Seminario sobre Cambio Climático y Agricultura en Iberoamérica.

En este sentido, consideran que la agricultura es un eje fundamental dentro de las estrategias de desarrollo bajo en emisiones y una actividad fundamental para la región al contribuir decisivamente a la seguridad alimentaria de los países, al desarrollo sostenible en sus tres pilares: social, económico y ambiental en particular para la creación de empleo y el desarrollo económico y social, y que no se puede concebir un proyecto de desarrollo para la región sin que ella esté en el centro de los debates.

Manifiestan que la agricultura enfrenta

grandes retos de nuestro tiempo: garantizar la seguridad alimentaria, mitigar y adaptarse a los efectos adversos del cambio climático. En este sentido, resaltan la necesidad de políticas para promover el aumento de la productividad del sector agrícola y de la renta de los productores, especialmente de los pequeños y medianos; para aumentar su resiliencia al cambio climático; y para incrementar su eficiencia productiva, reduciendo, al mismo tiempo, las emisiones e incrementando los secuestros de carbono.

Subrayan que los efectos del cambio climático son una problemática global, con impacto a nivel local y regional y, de esta forma, repercuten en los diferentes niveles de gobierno. En este contexto, estos últimos deben interactuar de forma transversal, en sintonía con la ciudadanía, para resolver los problemas y encontrar oportunidades de desarrollo. Manifiestan, asimismo, la necesidad de promover la vinculación entre los sectores agrícola, ambiental y económico.

Reconocen que el desarrollo sostenible debe entenderse de forma transversal y debe estar en la base de todos los proyectos de desarrollo, de planificación y de aplicación de las políticas públicas que permitan mantener un equilibrio con la naturaleza.

En este sentido, reafirman su compromiso con el pleno éxito de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Río + 20), que se celebrará en Río de Janeiro del 28 de mayo al 06 de junio de 2012, en la que la comunidad internacional podrá adoptar compromisos con miras al fortalecimiento del concepto de desarrollo sostenible y de su aplicación, sobre la base de sus aspectos medioambiental, económico y social. La Conferencia Río + 20 puede constituir una oportunidad excepcional para la movilización de los recursos políticos necesarios para diseñar una salida duradera a

la crisis internacional, teniendo en cuenta sus aspectos económico, social y ambiental.

Señalan que el tratamiento del cambio climático y su relación con la agricultura debe realizarse teniendo en cuenta las disposiciones de la Convención marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, incluyendo el principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas, los contextos específicos, las diferencias y las capacidades respectivas, en los sistemas agropecuarios, los aspectos económicos, ambientales y sociales del desarrollo sostenible.

Consideran que el monitoreo del cambio climático y su relación con la agricultura deben tener dimensión global, nacional y local, incluir información sobre las emisiones de carbono y cubrir los aspectos económicos, energéticos y sociales. Consideran, además, que deben ser estimuladas acciones de cooperación en monitoreo a nivel regional, a fin de contribuir al desarrollo y a la generación de indicadores relevantes y estadísticamente robustos que puedan contribuir a la toma de decisiones.

Reconocen el papel fundamental de la cooperación en materia de conocimiento, de la investigación y de la información sobre el clima y la agricultura, y subrayan la necesidad de estimular el acceso a las tecnologías en este campo y el intercambio de experiencias a través de mecanismos de carácter global y regional, a fin de facilitar la difusión y adaptación a las realidades locales de experiencias y buenas prácticas en este ámbito, para que puedan ser integradas en los procesos de coordinación institucional de los organismos nacionales e internacionales y de la sociedad civil.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA NECESIDAD DE PONER FIN AL BLOQUEO ECONÓMICO Y FINANCIERO IMPUESTO POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA

A CUBA, INCLUIDA LA LEY HELMS-BURTON

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Considerando las referencias al tema en cuestión en las declaraciones de anteriores Cumbres de Jefes de Estado y de Gobierno de Iberoamérica y reconociendo el valor de la reafirmación y actualización del contenido de los comunicados adoptados por las Cumbres de Salamanca, Montevideo, Santiago de Chile, San Salvador, Estoril y Mar del Plata, con igual título, al abordar el tema que ha convocado la XXI Cumbre Iberoamericana “Transformación del Estado y Desarrollo”.

Reafirman una vez más que en la defensa del libre intercambio y de la práctica transparente del comercio internacional, resulta inaceptable la aplicación de medidas coercitivas unilaterales que afectan el bienestar de los pueblos, su acceso y disfrute pleno de los beneficios de la cooperación internacional en todas las esferas, incluida las funciones del Estado y su Desarrollo, y obstruyen los procesos de integración.

Reiteran el más enérgico rechazo a la aplicación de leyes y medidas contrarias al Derecho Internacional como la Ley Helms-Burton y exhortan al Gobierno de los Estados Unidos de América a que ponga fin a su aplicación.

Piden al Gobierno de los Estados Unidos de América que cumpla con lo dispuesto en 20 sucesivas resoluciones aprobadas en la Asamblea General de las Naciones Unidas y ponga fin al bloqueo económico, comercial y financiero que mantiene contra Cuba.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE FORTALECIMIENTO DEL ESTADO E INSTITUCIONALIDAD DEMOCRÁTICA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los

países iberoamericanos reunidos en Asunción, República del Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Manifestando que la democracia constituye un valor universal que forma parte del acervo de la Conferencia Iberoamericana que debe encontrar expresión en las acciones del Estado y sus Instituciones.

Refrendando la plena vigencia de la Declaración Especial sobre la Defensa de la Democracia y el Orden Constitucional en Iberoamérica que, como elemento fundamental de la tradición política de la Conferencia Iberoamericana, se sustenta sobre los principios y prácticas democráticos que compartimos.

Convencidos que la democracia, a través de la participación ciudadana, constituye un factor fundamental de la transformación del Estado y de su fortalecimiento como promotor del desarrollo.

Convencidos de igual manera que la transformación y el fortalecimiento del Estado para acercar la gestión pública a la ciudadanía, contribuyen a extender y afianzar la vida democrática en la sociedad entera.

Reiteran sus convicciones en que el fortalecimiento del Estado y el afianzamiento de la gobernabilidad democrática requieren de una institucionalidad sólida y eficaz, capaz de responder a los intereses y demandas de la ciudadanía.

Llamanportanto, alaTroikaIberoamericana, con el apoyo técnico de la SEGIB, a explorar y proponer a todos los Estados Miembros estrategias y acciones específicas que coadyuven a estos propósitos sobre la base y espíritu del acervo iberoamericano.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA COCA ORIGINARIA Y ANCESTRAL, PATRIMONIO NATURAL DE BOLIVIA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en

Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Reafirman el compromiso de apoyar las prácticas culturales y ancestrales de los pueblos originarios, en el marco del respeto de los Derechos Humanos y los Derechos Fundamentales de los Pueblos Indígenas.

Asimismo, reconocen que el uso tradicional del masticado (akulliku) de la hoja de coca, es una manifestación cultural ancestral del pueblo de Bolivia que debe ser respetada por la comunidad internacional.

COMUNICADO ESPECIAL “COMPROMISO PARA LA INCLUSIÓN SOCIAL”

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Convencidos que la transformación del Estado y el desarrollo en nuestros países es una tarea histórica que requiere mecanismos y políticas sociales que permitan superar la desigualdad y alcanzar una auténtica inclusión social, que se refleje en una mejora sustantiva en las condiciones de vida de nuestros ciudadanos y asegure igualdad de oportunidades y el ejercicio de una ciudadanía plena;

Reconocen que la inclusión social es un elemento fundamental del desarrollo, de la democracia, y de la construcción de una nueva relación entre el Estado y la Sociedad basada en la confianza de los ciudadanos y en un Estado al servicio de todos, en particular de los más desfavorecidos;

Se comprometen a edificar Estados promotores del crecimiento y el progreso social y generadores de procesos de desarrollo sostenible, de fortalecimiento de la gobernabilidad democrática, en igualdad de oportunidades para las mujeres y los hombres, y de crecimiento económico con

inclusión social, y a diseñar políticas públicas orientadas a alcanzar resultados concretos que se traduzcan en mejoras significativas en la calidad de vida para nuestros pueblos, como serán la erradicación de la pobreza, en especial de la pobreza extrema, el acceso a un empleo digno que mejore sosteniblemente los ingresos de la población y la reducción de las brechas de acceso y calidad de los servicios sociales básicos, en particular los de salud y educación.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA “INICIATIVA YASUNÍ ITT”

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Reconocen y respaldan las iniciativas de mitigación del cambio climático que de manera voluntaria se desarrollan en la región. Celebran la Iniciativa Yasuní-ITT del Ecuador por constituir una efectiva medida para enfrentar el cambio climático y destacan el apoyo que ha recibido.

En virtud de esta Iniciativa del Ecuador se considera que se dejarán de explotar 846 millones de barriles de petróleo y que se evitará la emisión a la atmósfera de 407 millones de toneladas de carbono. Teniendo en cuenta que esta Iniciativa implica una participación internacional, reconocen la importancia de las contribuciones al Fondo Yasuní, realizadas por algunos países iberoamericanos e invitan a la comunidad internacional, de acuerdo con el principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas, a contribuir al Fideicomiso administrado por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, constituido en agosto de 2010.

Esta iniciativa contribuirá a la conservación de uno de los lugares más biodiversos del mundo, la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario, así como

al desarrollo social, la conservación de la naturaleza y el fomento del uso de fuentes de energía renovables, y la promoción de un modelo de desarrollo sustentable.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA MIGRACIÓN EN IBEROAMÉRICA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

En seguimiento al II Foro Iberoamericano sobre Migración y Desarrollo, “Impactos de la crisis económica en migración y desarrollo: respuestas de políticas y programas en Iberoamérica”, celebrado en San Salvador, El Salvador, los días 21 y 22 de julio de 2010, y al IV Foro Mundial sobre Migración y Desarrollo; reiterar su más firme respaldo a todos los esfuerzos nacionales y en el espacio iberoamericano que permitan enfrentar los desafíos de la migración, desde un enfoque de derechos humanos e integral; bajo los principios de coherencia y desarrollo, los países de origen, tránsito y destino deben asumir la responsabilidad que les corresponde en materia migratoria.

Refrendar los Acuerdos alcanzados en la Reunión Ministerial sobre Delincuencia Organizada Transnacional y Seguridad de los Migrantes celebrada en la ciudad de México el 8 de octubre de 2010, e instruir a nuestras autoridades que continúen avanzando en el cumplimiento de dichos acuerdos.

Reafirmar su preocupación ante aquellas situaciones en la que los derechos humanos de las personas migrantes puedan ser vulnerados y la falta de protección, por lo que se debe promover la realización de esfuerzos nacionales y regionales y en el espacio iberoamericano para crear de manera conjunta condiciones para que la población en general viva y trabaje dignamente y que la migración sea una opción y no una necesidad.

Rechazar la criminalización de la migración y cualquier asociación que se realice vinculando a la persona migrante, independientemente de su situación migratoria, con la delincuencia organizada transnacional y los temas transversales de seguridad, de conformidad con las obligaciones nacionales e internacionales y el acervo acumulado en los diferentes foros sobre el tema de migración y desarrollo.

Reconocer la importancia del aporte económico, social y cultural de las personas migrantes al desarrollo de las sociedades de origen y de destino.

Instar a los Estados Iberoamericanos, teniendo en cuenta la necesidad de intensificar el intercambio de mejores prácticas entre países de origen, tránsito y destino de migrantes, a fortalecer el diálogo y coordinar una posición en las cuestiones relativas al fenómeno migratorio.

Acordar el establecimiento de una gestión ordenada de los flujos migratorios, a fin de asegurar el respeto de los derechos humanos de las personas migrantes, independientemente de su estatus migratorio, particularmente enfocada en el combate al racismo, la discriminación, la xenofobia y otras formas de intolerancia, así como la promoción de estrategias conjuntas para combatir la trata de personas y el tráfico ilícito de migrantes.

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE SEGURIDAD CIUDADANA Y SEGURIDAD PÚBLICA

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos, reunidos en Asunción, República del Paraguay, en ocasión de la XXI Cumbre Iberoamericana:

Señalan que la seguridad es una condición necesaria para el ejercicio de la libertad y un derecho inalienable de los pueblos de contar con las condiciones que garanticen su desarrollo económico, político y social, en un

ambiente de paz y seguridad, libre de violencia y de criminalidad, con buena calidad de vida.

Reafirman que incumbe a cada Estado la responsabilidad de actualizar, cuando proceda, y mantener un sistema de prevención del delito y justicia penal, eficaz, justo, responsable y humano que garantice la seguridad ciudadana.

Recuerdan que la prevención del delito y la violencia y la participación ciudadana bajo la adecuada conducción política y control democrático son elementos claves para avanzar en la consolidación de valores y normas comunitarias, como el respeto y la solidaridad, que han sido tradicionales en la comunidad iberoamericana.

Consideran que la inequidad social y la impunidad son causantes, entre otras, de la violencia y la inseguridad.

Destacan que la aplicación de políticas públicas en materia de Seguridad Ciudadana en sus respectivos territorios es de gran importancia para avanzar en el proceso de integración y seguridad regionales.

Enfatizan que el fortalecimiento de la capacidad de los Estados para prevenir y responder a la delincuencia y a la violencia deben ser necesariamente acompañado por el irrestricto respeto de sus instituciones a los Derechos Humanos, en los marcos jurídicos nacionales e internacionales.

MANIFIESTAN:

La importancia de establecer políticas públicas afines en materia de Seguridad Pública, así como la necesidad de consolidar una visión integral del fenómeno que promueva el uso de los instrumentos de prevención y control de la violencia y la criminalidad.

La necesidad de realizar esfuerzos para introducir reformas legales e institucionales, acordes a las realidades nacionales, para fortalecer y acentuar la conducción civil de los órganos involucrados en el sistema de Seguridad Ciudadana, y para fomentar la

coordinación interinstitucional, así como la formación y capacitación de recursos humanos, orientados a mejorar las acciones nacionales y regionales, de manera integral, en materia de Seguridad Pública.

Que es imperativo fortalecer la Seguridad Ciudadana, por parte de los Estados, máximos responsables en el control del comercio, la posesión y el uso de armas de fuego y municiones, explosivos y accesorios, así como de las iniciativas de desarme, campañas de concientización contra la violencia armada, y la aplicación de medidas de toda índole, incluyendo las legislativas, para combatir el tráfico ilícito de armas pequeñas y ligeras en todos sus aspectos, en consonancia con las acciones que se llevan a cabo en el marco de las Naciones Unidas, como alternativa viable en la prevención, el enfrentamiento y la eliminación de este flagelo. Estos esfuerzos deben complementarse con la necesaria cooperación y asistencia regional, incluida la asistencia financiera y técnica.

El compromiso de promover una mayor participación y cooperación entre los Estados, la ciudadanía, los organismos internacionales, la sociedad civil para consolidar el intercambio de conocimientos, de experiencias y de buenas prácticas, conforme a los nuevos paradigmas de la Seguridad Pública.

Su voluntad de seguir luchando contra la delincuencia organizada transnacional en todas sus manifestaciones y enfatizar la necesidad de optimizar los mecanismos de prevención, así como fortalecer la lucha contra todas estas manifestaciones y sus autores.

El valor de la cooperación, en especial, la asistencia judicial recíproca y de la extradición como herramientas esenciales en la lucha contra el crimen organizado transnacional.

Fomentar la suscripción de instrumentos jurídicos en materia de asistencia judicial, recíproca y de extracción, como herramientas

esenciales en la lucha contra la delincuencia organizada transnacional.

Su condena al secuestro, sea con fines políticos o económicos, a la trata y tráfico de personas y a la violencia de género, y al maltrato infantil, y expresan su profunda preocupación por las consecuencias de éstos sobre las víctimas, sus familias y la sociedad en su conjunto.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA VI
CÚPULA DO G-20
31/10/2011

A Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, participará da VI Cúpula do Grupo dos 20 (G-20) em Cannes, de 1 a 4 de novembro de 2011.

Durante os dias 3 e 4, os Chefes de Estado e de Governo do G-20 se reunirão em sete sessões de trabalho, nas quais serão discutidos os seguintes temas: situação econômica global; um plano de ação para o crescimento, no âmbito do Marco para o Desenvolvimento Forte, Equilibrado e Sustentável de Pittsburg – 2009; a reforma do sistema monetário internacional; trabalho, emprego e dimensões sociais da globalização; comércio internacional; desenvolvimento; regulação financeira; agricultura, energia, volatilidade de preços de produtos de base; mudança do clima; corrupção; e governança global.

O G20 foi estabelecido em 1999, como consequência das crises de balanço de pagamentos ocorridas ao longo da década de 90. O mecanismo reunia as autoridades financeiras dos 20 países desenvolvidos e em desenvolvimento sistemicamente mais importantes com o objetivo de cooperar em uma ampla gama de temas técnicos de natureza econômica e financeira. A partir de 2008, em

reconhecimento da necessidade de cooperação internacional ampliada para superar a crise financeira nos países desenvolvidos, passou a reunir-se em nível de Chefes de Estado e Governo. São membros do G-20: África do Sul; Alemanha; Arábia Saudita; Argentina; Austrália; Brasil; Canadá; China; Coreia do Sul; Estados Unidos; França; Índia; Indonésia; Itália; Japão; México; Reino Unido; Rússia; Turquia; União Europeia (Comissão Europeia e Presidência do Conselho Europeu). Esses países representam, aproximadamente, 85% do comércio mundial, 90% do produto interno bruto e 2/3 da população do planeta.

Para a VI Cúpula do G-20, foram convidados os seguintes países: (i) Cingapura, Coordenador da iniciativa 3G – Grupo de Governança Global; (ii) Espanha; (iii) Etiópia, Presidente do Comitê de Chefes de Estado do NEPAD- New Partnership for Africa's Development); (iv) Guiné Equatorial, Presidente pro tempore da União Africana; e (v) Emirados Árabes Unidos, Presidente pro tempore do Conselho de Cooperação do Golfo.

ADMISSÃO DA PALESTINA COMO MEMBRO PLENO DA UNESCO 31/10/2011

O Governo brasileiro felicita a Palestina por sua admissão como membro pleno da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O pleito palestino foi aprovado hoje, 31 de outubro, em Paris, pela Conferência Geral da UNESCO, em conformidade com a recomendação adotada em 5 de outubro de 2011 pelo Conselho Executivo da Organização.

Com o resultado, a Palestina torna-se o 195º Estado membro da UNESCO – primeira agência especializada do sistema das Nações

Unidas a admitir a Palestina como membro pleno.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO) - PARIS, 2 DE NOVEMBRO DE 2011 02/11/2011

O Brasil foi eleito, hoje, para mandato de quatro anos (2011-2015) no Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O Conselho, composto por 58 países, é responsável pelo acompanhamento da execução do programa de trabalho e do orçamento da UNESCO, e um dos principais órgãos diretores da organização.

A candidatura brasileira ao Conselho Executivo reflete a importância atribuída pelo país à Organização em seu papel de promotora de uma cultura da paz, do diálogo de civilizações e da diversidade cultural. O Brasil continuará, no Conselho Executivo, a defender a relevância do mandato da UNESCO em educação, ciência e cultura, com ênfase na intensificação da cooperação em benefício do mundo em desenvolvimento.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE CHEFES E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL- AMERICANAS (UNASUL) – ASSUNÇÃO, 29 DE OUTUBRO DE 2011 03/11/2011

V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - ASSUNÇÃO, REPÚBLICA DO PARAGUAI, 29 DE OUTUBRO DE 2011

As Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), reunidos em Assunção, República do Paraguai, em 29 de outubro de 2011:

1. Reconhecem o louvável trabalho desempenhado pelo Senhor Presidente da República Cooperativa da Guiana, Bharrat Jagdeo, no exercício da Presidência Pro Tempore da UNASUL, que deu continuidade ao processo de integração sul-americano. Graças ao compromisso demonstrado, somado à boa vontade e eficiência de sua equipe de colaboradores, avançou-se na consecução das metas fixadas.

2. Expressam sua satisfação pela investidura do Presidente da República do Paraguai, Senhor Fernando Lugo Méndez, no cargo de Presidente Pro-Tempore da UNASUL, e fazem votos para que alcance o maior êxito em sua gestão, oferecendo-lhe toda sua disposição e empenho para colaborar com a consecução dos objetivos traçados para o período 2011-2012, particularmente para enfrentar os desafios que conserva a América do Sul em matéria de coesão e inclusão social, fortalecimento da unidade política e redução das assimetrias.

3. Declaram sua firme vontade de continuar aprofundando a consolidação de um espaço comum de integração política, econômica, social, cultural, energética, ambiental e de infraestrutura da Região para alcançar um desenvolvimento sustentado, que ajude a melhorar a capacidade de resposta da região frente aos desafios da crise que ainda persiste e de outras, que puderem apresentar-se no futuro.

4. Dão fé da gestão realizada pelos diferentes Estados Membros que assumiram a presidência dos demais Conselhos no período 2010-2011.

5. Congratulam-se pela investidura da ex-Chanceler Embaixadora María Emma Mejía no cargo de Secretária Geral da União de Nações Sul-Americanas para o período 2011-2012, e do ex-Chanceler Ali Rodríguez Araque como Secretário Geral da União de Nações Sul-Americanas para o período 2012-2013, e fazem votos de êxito em tão importante tarefa.

6. Ao cumprir-se um ano dos eventos ocorridos em 30 de setembro de 2010 na República do Equador, reafirmam sua condenação enérgica à tentativa de golpe de Estado e ao posterior seqüestro do Presidente Rafael Correa Delgado.

7. Aprovam as recomendações elevadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, em 24 de agosto de 2011, em Buenos Aires, com relação ao projeto de decisão sobre a criação de um Conselho Eleitoral da UNASUL e à aprovação do Estatuto e Plano de Ação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

8. Expressam seu agradecimento à República do Paraguai pela oportunidade de celebrar a V Reunião Ordinária de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL e manifestam sua gratidão pela calorosa acolhida e hospitalidade que favoreceram o resultado exitoso da Cúpula.

VISITA À VENEZUELA DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA –
CARACAS, 7 DE NOVEMBRO DE 2011
06/11/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita à Venezuela no dia 7 de novembro.

Em sua terceira visita a Caracas como Chanceler, o Ministro manterá encontro com o Chanceler Nicolas Maduro, ocasião em que examinarão temas da agenda bilateral, regional e internacional.

O Ministro Patriota participará de reunião do Órgão Superior de Vivendas, organismo interministerial responsável pelo programa habitacional Gran Misión Vivienda, no marco da cooperação prestada pela Caixa Econômica Federal, a partir da experiência com o programa brasileiro “Minha Casa, Minha Vida”.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela tem registrado importante crescimento nos últimos dez anos. Entre 2002 e 2010, a corrente de comércio entre os dois países sul-americanos expandiu-se mais de 227%, passando de um patamar de US\$ 1,43 bilhões em 2002 para US\$ 4,68 bilhões em 2010. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 798,9 milhões para US\$ 3,85 bilhões, e as venezuelanas de US\$ 633 milhões para US\$ 832,6 milhões.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA A NOVA YORK - 9 E
10 DE NOVEMBRO DE 2011
08/11/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, na quarta-feira, 9 de novembro, em Nova York, do Debate Aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Proteção de Civis em Conflito Armado, organizado pela presidência do órgão, a cargo do Governo português neste mês de novembro. O evento será presidido pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota também terá encontros com o Secretário-Geral

da ONU, Ban Ki-moon, e com representantes de organizações não-governamentais com atuação na proteção de civis.

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER
DO SURINAME, WINSTON LACKIN –
BRASÍLIA, 11 DE NOVEMBRO DE 2011
09/11/2011

O Chanceler do Suriname, Winston Lackin, realizará visita ao Brasil no dia 11 de novembro, quando será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

A visita do Chanceler surinamês será oportunidade para impulsionar a cooperação técnica bilateral. Atualmente, o governo brasileiro executa projetos de cooperação no Suriname, nas áreas de agricultura e agroindústria; saúde; educação; segurança pública; geologia e mineração; energia; e finanças.

Os Chanceleres também examinarão as atividades no marco do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, criado em abril passado, para tratar de questões relativas à significativa comunidade de brasileiros que vivem no Suriname.

Outros temas da agenda bilateral incluirão a identificação de iniciativas para aumentar o comércio entre os dois países; oportunidades de cooperação na área energética; e projetos de integração física na América do Sul.

O comércio bilateral registrou significativo crescimento entre os anos de 2002 e 2010, passando de US\$ 10 milhões para US\$ 63 milhões.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS - DEBATE ABERTO
SOBRE PROTEÇÃO DE CIVIS EM

CONFLITO ARMADO - NOVA YORK, 9
DE NOVEMBRO DE 2011
09/11/2011

A Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixadora Maria Luiza Viotti, apresentou o discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota no Debate Aberto do Conselho de Segurança sobre Proteção de Civis em Conflito Armado, realizado em 9 de novembro, em Nova York. A Delegação brasileira também circulou o documento “Responsabilidade ao Proteger: Elementos para o Desenvolvimento e Promoção de um Conceito”.

(Original version in English)

“Senhor Presidente,

Parabenizo Vossa Excelência e a delegação de Portugal pela assunção da Presidência do Conselho de Segurança durante o mês de novembro e, particularmente, pela iniciativa de promover este tempestivo debate sobre a proteção de civis.

É para mim um privilégio e uma grande satisfação pessoal participar desta reunião sob a liderança do Presidente de Portugal.

I would like to thank Secretary General Ban Ki-moon for his very informative briefing.

And I would also like to extend warm greetings to High Commissioner Navi Pillay.

On the occasion of today’s debate, I would like to propose a reflection on how the relationship between the maintenance of international peace and security and the protection of civilians has recently evolved and how to build upon the existing conceptual framework to deal with the many challenges confronting us.

My remarks are meant as a constructive, conceptual contribution to help develop our collective thinking on a very important issue that will continue to be of concern to this Council and to the international community

as a whole.

No issue could be more deserving of the attention of the Security Council than the need to protect civilians in situations of armed conflict. We are all well aware of the plight of refugees, displaced persons and of all the innocent victims of war.

May I take this opportunity also to reiterate our appreciation for the work carried out by the International Committee of the Red Cross, as well as by all other relief workers on the ground who, often at great personal sacrifice, dedicate their best efforts to the protection of civilians.

At the outset let us bear in mind two different sides of the question of protection of civilians.

On the one hand, there is the imperative need to prevent violence against civilians in the conduct of hostilities – I would even venture to say to prevent violence against non-combatants in general – and the need to ensure accountability.

On the other hand, there is the need to guarantee – especially in situations of armed conflict – that persons in need can have access to humanitarian assistance and emergency relief. Blocking access to humanitarian aid can be just as lethal as pulling a trigger.

On all counts, the most important task, as stressed in the various reports prepared by the Secretary-General on this question, is that of ensuring compliance with the rules of international humanitarian law and human rights law.

That, of course, is easier said than done. But we can derive some reassurance from the fact that the issue is now high on our agenda, and this meeting is eloquent proof of that.

The Secretariat has produced a number of studies that have increased our understanding of this complex question and has presented us with a number of recommendations that

are useful and that have enriched the work of the UN aimed at improving the situation of civilians in armed conflicts.

Brazil has a strong interest in the work of the Security Council on the protection of civilians. We have made significant progress since 1999, when discussions on this issue started to receive more focused attention. We support the statement to be made by the distinguished representative of Switzerland on behalf of the “Group of Friends of the Protection of Civilians”.

The plight of innocent civilians and the need to prevent impunity of perpetrators of the most serious crimes is what led the UN to create the International Criminal Court, of which Brazil is currently a full member. Supporting the work of the ICC is one of the most effective ways of enhancing accountability and deterring future crimes.

A few years back, in September 2005, an important step was taken when the Outcome Document of the High-level Plenary Meeting of the UN General Assembly was adopted. It established the responsibility of States to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. Additionally, it mentions the responsibility of the international community to act collectively, through the United Nations, should national authorities manifestly fail to protect their populations. Indeed, no one can be indifferent to the fate of those who are under the threat of such heinous crimes.

The recognition that there is a responsibility to protect was a milestone. It should be stressed that the same World Summit declaration that established a consensus formulation of the concept of “responsibility to protect” also clearly stated that this responsibility must be exercised, first of all, through the use of diplomatic, humanitarian and other peaceful means, and that only in those cases in which

peaceful means prove to be inadequate should coercive measures be contemplated. Along this process, it is essential to distinguish between collective responsibility – which can be fully exercised through non-coercive measures – and collective security – which involves a case-by-case political assessment by the Security Council.

Before embarking upon military action, the international community is expected to conduct a comprehensive and judicious analysis of all possible consequences. The use of force always brings with it the risk of causing unintended casualties and disseminating violence and instability. The fact that it is exercised with the aim of protecting civilians does not make the collateral casualties or unintended destabilization less tragic.

This is why, in our view, it is necessary to take an additional conceptual step in dealing with the protection of civilians, and I would like to take this opportunity to offer a new perspective on this question, a perspective which we believe has become essential in approaching our common objective.

The point has been made by President Dilma Rousseff, in her opening statement at this year’s General Debate of the General Assembly, when she referred to an indisputable and disturbing fact: the world today suffers the painful consequences of military interventions that have aggravated existing conflicts, allowed terrorism to penetrate into places where it previously did not exist, given rise to new cycles of violence and increased the vulnerability of civilian populations. And she added: much has been said about the responsibility to protect, but very little about the responsibility while protecting.

Because the United Nations can authorize the use of force, it is under the obligation to fully develop an awareness of the dangers involved in such use and to set up mechanisms

that can provide an objective and detailed assessment of these dangers, as well as ways and means of preventing harm to civilians.

Our collective point of departure should resemble the Hippocratic principle of “*primum non nocere*” that doctors are so well acquainted with. In the first place, do not cause harm – this must be the motto for those who are mandated to protect civilians. It would be most unfortunate, ultimately unacceptable, if a UN mission established with the aim of protecting civilians were to cause greater harm than the one it was enacted to prevent.

But we must aim for a higher level of responsibility. One casualty is one too many, no matter how noble the intentions.

The Brazilian delegation will shortly circulate a concept paper. It elaborates on the idea that the international community, as it exercises its responsibility to protect, must demonstrate a high level of responsibility while protecting. Both concepts should evolve together, based on an agreed set of fundamental principles, parameters and procedures, of which I mention a few:

prevention is always the best policy. It is the emphasis on preventive diplomacy that reduces the risk of armed conflict and the human costs associated with it;

the international community must be rigorous in its efforts to exhaust all peaceful means available in the protection of civilians under threat of violence, in line with the principles and purposes of the Charter of the United Nations and as embodied in the 2005 Outcome Document;

the use of force must produce as little violence and instability as possible. Under no circumstances can it generate more harm than it was authorized to prevent;

in the event the use of force is contemplated, action must be judicious, proportionate and limited to the objectives established by the

Security Council;

enhanced Council procedures are needed to monitor and assess the manner in which resolutions are interpreted and implemented to ensure responsibility while protecting.

We hope all UN members contribute to elaborate the concept of responsibility while protecting. We are convinced that, if we succeed in this endeavor, we will make this Council stronger and better equipped to carry out its responsibilities under the Charter.

The Security Council can no longer postpone a serious discussion of these issues. We are aware that this is not an easy task, and that it may require the adoption of new procedures. But we can do no less.

Thank you, Mr. President.”

Documento circulado:

RESPONSIBILITY WHILE PROTECTING ELEMENTS FOR THE DEVELOPMENT AND PROMOTION OF A CONCEPT

Since the adoption of the UN Charter, in 1945, the thinking on the relationship between the maintenance of international peace and security and the protection

of civilians, as well as on corresponding action by the international community, have gone through many stages.

2. In the nineteen-eighties, voices emerged in defense of the idea of humanitarian intervention, of a “*droit d’ingérence*”.

3. At its 60th anniversary, the United Nations incorporated the concept of “responsibility to protect” in paragraphs 138 and 139 of the Outcome Document of the 2005 World Summit (GA resolution 60/1), in terms and using parameters that were the result of long and intense negotiations.

4. The concept of “responsibility to protect” was structured in three pillars. The first one identifies the State as the primary bearer of the responsibility to protect populations

from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. The second pillar stresses the role of the international community in providing cooperation and assistance for States to develop local capacities so as to be able to discharge that responsibility. The third pillar – which applies to exceptional circumstances and when measures provided for in the first and second pillars have manifestly failed - allows for the international community to resort to collective action, in accordance with the norms and procedures established in the Charter of the United Nations.

5. In addition to recognizing that each individual State has the primary responsibility to protect its own population, the 2005 Outcome Document placed limitations on the use of force by the international community in the exercise of its responsibility to protect: a) material (genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity); b) temporal (upon manifest failure of the individual State in exercising its responsibility to protect, and upon exhaustion of all peaceful means); and c) formal through the Security Council, in accordance with Chapters VI and VII of the Charter of the United Nations and based on evaluation on a case-by-case basis).

6. The three pillars must follow a strict line of political subordination and chronological sequencing. In this sequencing, it is essential to distinguish between collective responsibility – which can be fully exercised through non-coercive measures – and collective security. Going beyond the exercise of collective responsibility and resorting to mechanisms in the domain of collective security implies that a specific situation of violence or threat of violence against civilians be characterized as a threat to international peace and security. Needless to say, it is necessary to clearly differentiate between military and non-

military coercion, with a view to avoiding the precipitate use of force.

7. Even when warranted on grounds of justice, legality and legitimacy, military action results in high human and material costs. That is why it is imperative to always value, pursue and exhaust all diplomatic solutions to any given conflict. As a measure of last resort by the international community in the exercise of its responsibility to protect, the use of force must then be preceded by comprehensive and judicious analysis of the possible consequences of military action on a case-by-case basis.

8. Violence against civilian populations must be repudiated wherever it takes place. The nineteen-nineties left us a bitter reminder of the tragic human and political cost of the international community's failure to act timely to prevent violence on the scale of that observed in Rwanda. There may be situations in which the international community might contemplate military action to prevent humanitarian catastrophes.

9. Yet attention must also be paid to the fact that the world today suffers the painful consequences of interventions that have aggravated existing conflicts, allowed terrorism to penetrate into places where it previously did not exist, given rise to new cycles of violence and increased the vulnerability of civilian populations.

10. There is a growing perception that the concept of “responsibility to protect” might be misused for purposes other than protecting civilians, such as regime change. This perception may make it even more difficult to attain the protection objectives pursued

by the international community.

11. As it exercises its responsibility to protect, the international community must show a great deal of responsibility while protecting. Both concepts should evolve

together, based on an agreed set of fundamental principles, parameters and procedures, such as the following:

i) Just as in the medical sciences, prevention is always the best policy. It is the emphasis on preventive diplomacy that reduces the risk of armed conflict and the human costs associated with it;

ii) The international community must be rigorous in its efforts to exhaust all peaceful means available in the protection of civilians under threat of violence, in line with the principles and purposes of the Charter of the United Nations and as embodied in the 2005 Outcome Document;

iii) The use of force, including in the exercise of the responsibility to protect, must always be authorized by the Security Council, in accordance with Chapter VII of the Charter of the United Nations, or, in exceptional circumstances, by the General Assembly under its Resolution 377 (V);

iv) The authorization for the use of force must be limited in its legal, operational and temporal elements. The scope of military action must abide by the letter and the spirit of the mandate conferred by the UNSC or the UNGA, and be carried out in strict conformity with International Law, in particular International Humanitarian Law and the International Law of Armed Conflicts;

v) The use of force must produce as little violence and instability as possible. Under no circumstances can it generate more harm than it was authorized to prevent;

vi) In the event the use of force is contemplated, action must be judicious, proportionate and limited to the objectives established by the Security Council;

vii) These guidelines must be observed throughout the entire length of the authorization, from the adoption of the resolution to the suspension of the authorization by a new

resolution;

viii) Enhanced UNSC procedures are needed to monitor and assess the manner in which resolutions are interpreted and implemented to ensure responsibility while protecting;

ix) The Security Council must ensure the accountability of those to whom authority is granted to resort to force.

INUNDAÇÕES NO VIETNÃ

11/11/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação as notícias das inundações que atingem o Vietnã, que já causaram mais de 100 mortes.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade ao Governo e ao povo do Vietnã pelas inestimáveis perdas humanas e danos materiais sofridos.

XIX CÚPULA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO E VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À INDONÉSIA - BALI, 16 DE NOVEMBRO DE 2011

11/11/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará do segmento ministerial da XIX Cúpula da ASEAN, a realizar-se em Bali, entre 17 e 19 de novembro de 2011; manterá encontro com o Secretário-Geral da ASEAN discutir o estreitamento das relações entre o Brasil e aquela Associação e assinará, em Bali, Declaração relativa à intenção do País de aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático.

A convite do Ministro dos Negócios

Estrangeiros da Indonésia, Marty Natalegawa, no exercício da presidência pro tempore da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota participará, no próximo dia 16, do segmento ministerial da XIX Cúpula da Associação, a realizar-se em Bali, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2011. Manterá, também, encontro com o Secretário-Geral da ASEAN, Embaixador Surin Pitsuwan, para discutir o estreitamento das relações entre o Brasil e aquela Associação. O Chanceler assinará, em Bali, Declaração relativa à intenção do País de aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático.

A ASEAN é um mecanismo de integração regional asiático, que reúne população de 600 milhões de pessoas e PIB total de US\$ 1,8 trilhão. Em 2010, o comércio brasileiro com o conjunto dos países da região alcançou US\$ 13,3 bilhões. A adesão ao Tratado propiciará diálogo político mais sistemático e de maior conteúdo entre o Brasil e a ASEAN.

O Ministro das Relações Exteriores se reunirá, também, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, quando serão discutidas formas para a intensificação do comércio bilateral, assim como temas de interesse comum na agenda regional e global. Quarto país mais populoso do mundo, maior economia da ASEAN e sede da Secretaria da Associação, a Indonésia teve fluxo de comércio bilateral com o Brasil de US\$ 3,2 bilhões em 2010. Entre janeiro e outubro de 2011, o intercâmbio comercial já superou US\$ 2,9 bilhões, registrando incremento de 18% em relação ao mesmo período de 2010, com importantes operações registradas nos setores de mineração, alimentício, aeronáutico e de defesa. Durante a visita, deverá ser assinado Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Indonésia para a Promoção do Comércio e

Investimentos bilaterais.

O Ministro Patriota participará, igualmente, do evento empresarial “Brasil-ASEAN: Comércio, Investimentos e Parcerias”, no âmbito da “Conferência de Negócios e Investimentos da ASEAN”, que contará com delegação de empresários brasileiros de diversos setores, além de altos representantes de organizações empresariais como CNI, FIESP e APEX-Brasil.

XXIII REUNIÃO DO COMITÊ DE
NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS
MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA –
MONTEVIDÉU, 7 A 11 DE NOVEMBRO
DE 2011 – COMUNICADO DE IMPRENSA
14/11/2011

No contexto do XXIII Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL - União Europeia (CNB), delegações do MERCOSUL e da UE realizaram reuniões de trabalho de 7 a 11 de novembro de 2011, para negociar um futuro Acordo de Associação Birregional entre ambas regiões.

Os Negociadores Chefes de ambas as partes reafirmaram o compromisso de avançar as negociações para alcançar um Acordo de Associação abrangente, equilibrado e ambicioso. Houve negociações nos Pilares Político, Comercial e de Cooperação do Acordo.

No que se refere aos Pilares Político e de Cooperação, atingiu-se avanço em diversas áreas e houve proveitoso intercâmbio de opiniões em muitos temas, o qual contribuiu para melhor entendimento das posições de cada uma das partes.

Com relação ao Pilar Comercial, onze Grupos de Trabalho reuniram-se durante o XXIII CNB e produziram avanços

substantivos nos textos normativos do Acordo Birregional, notadamente em Instrumentos de Defesa Comercial (com a finalização do texto de princípios gerais para defesa comercial e salvaguardas globais); Serviços e Investimentos; Regras de Origem; e Aduanas e questões correlatas. Um produtivo intercâmbio de informações também ocorreu em áreas como Compras Governamentais. O estado do avanço em cada Grupo de Trabalho foi revisado no nível dos Negociadores Chefes, que reconheceram a necessidade de progresso em todas as áreas-chave pendentes. Sobre o tema de Desenvolvimento Sustentável, o MERCOSUL apresentou uma proposta escrita, conforme anunciado no último CNB.

Por fim, decidiu-se que a próxima rodada de negociações no âmbito do CNB terá lugar em Bruxelas, Bélgica, de 12 a 16 de março de 2012.

ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR GILBERTO VERGNE SABOIA PARA A COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL 17/11/2011

Em votação realizada hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Embaixador Gilberto Vergne Saboia foi reeleito para integrar a Comissão de Direito Internacional (CDI), com o expressivo apoio de 159 países. Trata-se de reconhecimento inequívoco das elevadas qualificações do candidato brasileiro e das contribuições do País para o fortalecimento do direito internacional.

A CDI tem como função contribuir para o desenvolvimento e a codificação do direito internacional. A indicação do Embaixador Saboia reflete a prioridade que o Governo brasileiro atribui ao multilateralismo e

ao direito internacional, instrumentos indispensáveis à promoção da paz sustentável e à solução pacífica das controvérsias internacionais.

VISITA DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, LUIS ALMAGRO - BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011 17/11/2011

O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, realizará visita a Brasília no dia 21 de novembro, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Os dois Chanceleres passarão em revista os principais temas de agenda bilateral e regional e conversarão sobre o andamento dos projetos que foram objeto de decisões dos Chefes de Estados de ambos os países durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Montevideú, em maio passado.

Os Ministros Patriota e Almagro aproveitarão para discutir também os temas prioritários da agenda de integração regional em preparação para a próxima Cúpula do MERCOSUL, a realizar-se em Montevideú, em dezembro vindouro, evento que encerrará oficialmente o exercício pelo Uruguai da Presidência Pro Tempore do bloco neste semestre.

O Brasil consolidou-se nos últimos anos como o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2010, o comércio bilateral chegou a mais de US\$ 3 bilhões, o que representou um aumento 19,4% em relação ao ano anterior. O intercâmbio comercial foi equilibrado, tendo o montante de exportações brasileiras atingido US\$ 1,5 bilhão, mesmo valor das importações provenientes do país vizinho.

ENCONTRO IBEROAMERICANO DE
ALTO NÍVEL EM COMEMORAÇÃO
AO ANO INTERNACIONAL DOS
AFRODESCENDENTES - SALVADOR, 19
DE NOVEMBRO DE 2011
18/11/2011

Será realizado em Salvador, em 19 de novembro de 2011, o Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, que foi precedido por debates e mesas redondas com a sociedade civil. Organizado no contexto da proclamação de 2011 como o “Ano Internacional dos Afrodescendentes” pela ONU, trata-se de iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Governo do Estado da Bahia e da Secretaria-Geral Iberoamericana, e contará com a presença de representantes governamentais e da sociedade civil da América Latina, do Caribe e da África.

De acordo com estimativas do Banco Mundial, do UNICEF e da CEPAL, entre 150 e 200 milhões de habitantes da América Latina e do Caribe são afrodescendentes, correspondendo a aproximadamente 30% a 35% da população regional. No Brasil, de acordo com dados do último Censo de 2010 conduzido pelo IBGE, 97 milhões de pessoas ou 50,7% da população declaram ter ascendência africana.

O Encontro buscará dar maior visibilidade às contribuições sociais, culturais, políticas e econômicas dos afrodescendentes aos países da América Latina e do Caribe; destacar políticas públicas inclusivas e boas práticas; e debater estratégias de inclusão dos afrodescendentes nos diversos contextos nacionais.

O evento oferecerá perspectivas novas de cooperação e de diálogo entre os Estados e a sociedade civil na busca da superação da discriminação de que ainda são vítimas os

descendentes dos africanos nas Américas.

No dia 19 de novembro, o Encontro será encerrado com a presença dos Presidentes do Brasil, Cabo Verde, República da Guiné e Uruguai e do Vice-Presidente da Colômbia, além de altas autoridades de países com significativa parcela de sua população oriunda da diáspora africana.

XI REUNIÃO DE CHANCELERES DA OTCA
19/11/2011

Será realizada em Manaus, no dia 22 de novembro, a XI Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A reunião será presidida pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Fundada em 1998, com o objetivo de estruturar as atividades ao amparo do Tratado de Cooperação Amazônica e de promover o desenvolvimento sustentável da região, a OTCA é a única organização internacional sediada em Brasília. São membros da Organização os oito países sul-americanos que compartilham a Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Na reunião, serão examinados temas da agenda da OTCA, relacionados a meio ambiente, saúde, turismo e ciência e tecnologia e inclusão social das populações amazônicas.

Os países membros iniciarão, também, diálogo sobre a contribuição da Organização para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

SEMINÁRIO “DESAFIOS E
OPORTUNIDADES DA COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA”
19/11/2011

O Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Alexandre de Gusmão, o Governo do Estado do Amazonas e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, promoverão o Seminário “Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica”, a ser realizado no Hotel Tropical, na cidade de Manaus, nos dias 23 e 24 de novembro de 2011. O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, proferirá discurso na abertura do evento.

Os debates estão estruturados em quatro painéis: “O valor estratégico da Amazônia: a OTCA como foro de concertação”; “A participação da sociedade amazônica: a contribuição da OTCA para o bem-estar das populações locais”; “A organização de um modelo econômico sustentável para a Amazônia: a OTCA e o futuro da cooperação amazônica”; e “A Amazônia no cenário internacional, o papel da OTCA na Rio+20”.

A OTCA é formada pelos oito países sul-americanos que compartilham a Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, e Venezuela. Fundada em 1998, com o objetivo de institucionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica e de promover o desenvolvimento sustentável da região, a OTCA é a única organização internacional sediada em Brasília.

CÚPULA IBEROAMERICANA DE
ALTO NÍVEL EM COMEMORAÇÃO
AO ANO INTERNACIONAL
DOS AFRODESCENDENTES -
“DECLARAÇÃO DE SALVADOR”
19/11/2011

Os Chefes de Estado da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné, da República Oriental do Uruguai, o Vice-Presidente da República da Colômbia, a Ministra da Cultura de Angola, o Ministro da Cultura, da Alfabetização, do Artesanato e do Turismo da República do Benin, o Ministro da Cultura da República de Cuba e a Ministra da Cultura da República do Peru reuniram-se em Salvador, Bahia, Brasil, em 19 de novembro de 2011 para celebrar o Ano Internacional dos Afrodescendentes, declarado pela Assembléia Geral das Nações Unidas através da Resolução nº 64/169 de 18 de dezembro de 2009.

Convocada pelo Governo da República Federativa do Brasil, Governo do Estado da Bahia e pela Secretaria Geral Iberoamericana, como apoio da Organização das Nações Unidas, os objetivos centrais da Cúpula foram dar visibilidade às contribuições sociais, culturais, políticas e econômicas afrodescendentes para a América Latina e o Caribe para aumentar o conhecimento da situação vulnerável na qual a maioria desta população vive e recomendar estratégias nacionais, regionais e internacionais para promover a inclusão total dos afrodescendentes e superar o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Os Chefes de Estado e Governo:

Enfatizaram que a Cúpula assumiu relevância em particular, visto que a América Latina e o Caribe têm a maior população de afrodescendentes do mundo, estimada em 150 a 200 milhões de pessoas, e foi o destino primário da diáspora africana;

Lembraram o décimo aniversário da Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata

realizada em Durban, África do Sul, em 2001, que representa uma agenda antidiscriminação significativa em nome do desenvolvimento de estratégias nacionais e coordenaram as políticas internacionais e regionais para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em todo o mundo;

Enfatizaram que a Declaração e Programa de Ação de Durban e a Declaração e Programa de Ação da Conferência Regional das Américas em Santiago, Chile, em dezembro de 2000, reconheceram expressamente o direito dos afrodescendentes à sua própria cultura e identidade, à participação igualitária na vida econômica e social, ao uso e conservação de recursos naturais em terras ancestralmente habitadas, à participação no desenvolvimento de sistemas e programas educativos e à livre prática de religiões africanas tradicionais;

Baseados na Declaração e Programa de Ação de Durban e na Declaração e Programa de Ação da Conferência das Américas, comprometeram-se a implantar políticas públicas voltadas à promoção da não discriminação e da inclusão social, cultural, econômica e política dos afrodescendentes, inclusive por meio de medidas de ação afirmativa;

Reconheceram que, apesar do progresso atingido em diversos países da América Latina e do Caribe para promover os direitos dos afrodescendentes, ainda há grandes desafios para assegurar a inclusão total desse segmento da população em condições igualitárias na vida social, cultural, econômica e política, considerando diferentes realidades nacionais;

Inspirados pelos princípios da dignidade inerente à pessoa humana e da igualdade entre todas as pessoas consagrados nos instrumentos internacionais relacionados à promoção e proteção dos direitos humanos, comprometeram-se a combater a exclusão

social e a marginalização dos afrodescendentes, identificadas como as causas básicas e fatores agravantes por trás da discriminação das quais elas são as vítimas primárias;

Reafirmaram seu compromisso determinado com a eliminação completa e incondicional do racismo e de todas as formas de discriminação e intolerância;

Enfatizaram que a magnitude das contribuições dos afrodescendentes para a formação social, cultural, religiosa, política e econômica dos países da região deve ser valorizada e reconhecida;

Enfatizaram a necessidade de dar valor e reconhecer a contribuição social, cultural, religiosa, política e econômica dos afrodescendentes na criação dos Países da região e enfatizam que este processo de contribuição ainda está em andamento nos dias de hoje;

Enfatizaram a importância de preservar e disseminar o rico legado da África e dos afrodescendentes para a construção e desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe. Enfatizaram que a construção da identidade nacional nos países da América Latina e do Caribe está intimamente vinculada em diversos graus ao conhecimento da história e culturas africanas;

Enfatizaram o papel central da educação na prevenção do preconceito, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Para esta finalidade, expressaram seu apoio à introdução de programas em sistemas educativos para promover o desenvolvimento integral da personalidade humana, reforçar o respeito a todos os direitos humanos, valores democráticos e liberdades fundamentais, bem como aos antecedentes históricos, religiosos e necessidades culturais diversos e únicos de cada nação e fomentar o entendimento, tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos;

Enfatizaram a importância de garantir a todos os afrodescendentes os direitos fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais para promoção e proteção de direitos humanos;

Enfatizaram a importância de coletar dados estatísticos desagregados para a formulação e implantação de políticas públicas eficazes para aumentar as oportunidades iguais para os afrodescendentes em relação aos cidadãos da região como um todo e para superar sua invisibilidade sistemática em muitos países;

Condenaram a violência e a intolerância contra comunidades religiosas africanas. Reconheceram que a coexistência pacífica entre religiões em sociedades multiculturais e multirraciais e países democráticos é fundada no respeito à igualdade e não discriminação entre as religiões e a separação entre as Leis do País e os preceitos religiosos;

Comprometeram-se a confrontar os altos níveis de vitimização entre jovens, crianças e mulheres de afrodescendentes com base nas políticas de segurança baseadas nos direitos do cidadão e centralizada na proteção de pessoas através da adoção de medidas de prevenção à violência;

Comprometeram-se a trabalhar juntos para combater a desigualdade, pobreza e exclusão social através da cooperação e troca de experiências. Para este fim, eles reafirmaram sua determinação de implantar uma agenda social rigorosa de acordo com os compromissos assumidos sob compromissos internacionais acordados, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

Reconheceram a necessidade de assegurar o progresso na integração da perspectiva de gênero nas medidas e programas adotados para enfrentar o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, visando combater o fenômeno de formas múltiplas ou agravadas de discriminação contra as

mulheres;

Reconheceram o papel fundamental da sociedade civil no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, particularmente no auxílio aos governos no desenvolvimento de regulamentos e estratégias, na tomada de medidas e realização de ações contra estas formas de discriminação e através do acompanhamento da implantação;

Enfatizaram a importância de combater a impunidade em manifestações e práticas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em esportes, um fenômeno do qual os afrodescendentes frequentemente são vítimas;

Deram as boas vindas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos de Verão 2016 no Brasil e enfatizaram a importância de se esforçar para garantir que os dois eventos promovam o entendimento, tolerância e paz entre países, povos e nações e fortalecer os esforços para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;

Para demonstrar seu compromisso firme com o avanço da cooperação como um meio de promover a inclusão plena dos afrodescendentes na sociedade dentro dos seus respectivos países e superar o racismo e a discriminação racial e levar em conta diferentes contextos nacionais, os Chefes de Estado e Governo decidiram:

Estabelecer o “Observatório de Dados Estatísticos sobre os Afrodescendentes na América Latina e no Caribe”. O objetivo do Observatório será obter, a partir das informações dadas por instituições nacionais encarregadas de dados estatísticos, compilar e disseminar dados e estatísticas sobre a situação dos afrodescendentes nos níveis regional, nacional e local nas diferentes esferas da vida social incluindo, dentre outras

CARTA DE SALVADOR POR LA
DIGNIDAD, LOS DERECHOS Y EL
DESARROLLO DE LAS PERSONAS,
PUEBLOS Y COMUNIDADES
AFRODESCENDIENTES

19/11/2011

coisas, educação, emprego, saúde, justiça, política, cultura, esportes e lazer, como apropriado, visando auxiliar os Governos, com base em suas funções e prioridades específicas, a formularem e implantarem políticas públicas para promover os direitos dos afrodescendentes. O local da sede e as disposições de custeio do Observatório serão determinados por acordo mútuo dos países participantes e da Secretaria Geral Iberoamericana.

Estabelecer o “Fundo Iberoamericano em Benefício dos Afrodescendentes”, baseado em contribuições voluntárias. Seu objetivo será financiar projetos e programas dedicados à preservação da cultura, memória e tradições africanas. Os projetos e programas serão projetados para fomentar, dentre outras coisas, a criação, circulação, proteção e disseminação de bens culturais, serviços e valores dos afrodescendentes, inclusive através da promoção do empreendedorismo. O Fundo, que deverá ser gerenciado pela Secretaria Geral Iberoamericana, será usado também para gerenciar programas educativos e culturais em benefício dos afrodescendentes, levando em conta a perspectiva de gênero.

Recomendar o estabelecimento de uma “Década dos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe”, cujo esforço poderá ser formalmente implantado pelos países membros da Conferência Iberoamericana, a fim de fomentar as iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangulares em conjunto com os esforços nacionais, com base nas boas práticas de políticas públicas voltadas a promover a inclusão dos afrodescendentes e enfrentar o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Propor a declaração simbólica de Salvador, Bahia, como capital iberoamericana dos afrodescendentes.

Documento redigido originalmente em espanhol. A tradução para o português será publicada em breve.

Las mujeres y hombres representantes de las organizaciones sociales, reunidas en Salvador Bahía, el 16 de noviembre de 2011, participantes en el Foro de la Sociedad Civil del Encuentro AFROXXI, en el contexto del Encuentro Iberoamericano del Año Internacional de los y las Afrodescendientes, nos reunimos para reafirmar nuestros compromisos, establecer estrategias y exigir el cumplimiento inmediato de los compromisos asumidos por los Estados hace más de diez años que se encaminan a garantizar una vida digna y con derechos a las más de 180 millones de personas afrodescendientes que vivimos en la región

Convencidas y convencidos que hemos cumplido con nuestra parte, que hemos aportado lo que nos toca a pesar de nuestras debilidades y obstáculos, presentamos la siguiente Carta de Salvador, por la dignidad, los derechos y el desarrollo de las personas, pueblos y comunidades afrodescendientes, como resultado de las discusiones intercambios que sostuvimos en el Foro.

§ Es urgente en especial lograr una atención inmediata a la afectación de las/os afrodescendientes por catástrofes medio ambientales asociadas al cambio climático. Así como enfrentar los nuevos peligros ante la propiedad de tierras y territorios ancestrales, manejo de recursos naturales, exclusión en la participación en las decisiones, y exclusión a

las mayorías poblacionales de los beneficios económicos de estos sectores estratégicos en el modelo de desarrollo hegemónico y excluyente que genera desigualdades socioraciales inaceptables reconocida por los mismos Estados de la Región en la Conferencia de la CEPAL de 2010.

§ Exigimos la urgente adopción de estrategias de Desarrollo Humano sustentable hacia las comunidades y pueblos tradicionales valorizando y respetando las identidades culturales, saberes costumbres y valores

* Consideramos que es necesario profundizar los acuerdos relativos a la distribución justa del poder y los recursos de nuestras sociedades, no solo como forma para reparar los daños ocasionados a millones de afrodescendientes, sino que para avanzar en la construcción de democracias sustantivas, participativas y realmente representativas que garanticen derechos a todas las personas sin discriminación alguna.

§ Reconocemos como central el papel de las mujeres afrodescendientes para avanzar en el desarrollo de las comunidades, partiendo de que su real incorporación en los espacios de representación de todos los poderes, será una llave estratégica para garantizar democracia a las personas afrodescendientes desde diversas identidades considerando la orientación e identidad sexual, la generación, la discapacidad y la condición de género.

§ Consideramos inaceptable el genocidio y etnocidio de los jóvenes afrodescendientes que se acrecienta de manera acelerada y del cual no existe una respuesta contundente del Estado que garantice la vida de miles de jóvenes. Ellos siguen pagando con sus vidas las consecuencias de la pobreza, los racismos y la injusticia social e histórica.

* Exhortamos a los Estados iberoamericanos a promover y proteger los derechos de las juventudes mediante la adopción y ratificación

de la Convención Iberoamericana de los Derechos de los jóvenes como instrumento para garantizar los derechos, la participación política efectiva y el desarrollo humano integral e inclusivo de las diversidades de las juventudes afrodescendientes de la región.

* Denunciamos las prácticas de intolerancia religiosa hacia las religiones de matriz africana, que constituye una forma de continuar menoscabando la cultura y la ancestralidad afrodescendiente.

§ Lamentamos que la Agenda de Inclusión Afrodescendiente sea apenas una agenda sectorial, de segunda o tercera prioridad y que no sea parte de una visión estructural que incluya la perspectiva afrodescendiente dentro de todas las prioridades de los Estados.

* Exigimos a los Estados que asuman el desafío del cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en todas las comunidades afrodescendientes y que se comprometan a disminuir las brechas de desigualdad.

* Es imprescindible seguir trabajando en la generación de datos estadísticos confiables que evidencien las desigualdades socioraciales sobre las que se quiere actuar. Y consideramos inaceptable las resistencias institucionales y de sus funcionarios-as a avanzar de manera decidida en este tema, principalmente con la evidencia de la utilidad de los datos estadísticos y de poseer buenos sistemas de información que han hecho algunos países de la región como Brasil y Ecuador.

* Consideramos que es inaceptable la escasa o nula representación política de las y los afrodescendientes en todas las estructuras de poder del Estado. Nos preocupa la nula participación técnica y directiva de afrodescendientes en las Instituciones Internacionales como la ONU, OEA y la misma SEGIB.

* Renunciamos a seguir reeditando y

re-elaborando agendas para garantizar dignidad, justicia, derechos e inclusión porque exigimos que nuestros Estados de las Américas y Caribe cumplan de manera efectiva sus compromisos refrendados en la Declaración y Plan Acción de la III Conferencia Mundial contra el Racismo, así como aquellos compromisos de ciudadanía plena garantizados en nuestras Constituciones y Convenciones Internacionales aprobadas.

* Exigimos que nuestro Estados cumplan lo pactado se necesita más acción, más recursos y una verdadera voluntad política.

* Nos comprometemos a seguir trabajando para garantizar los derechos de nuestra gente, de nuestros pueblos, de nuestras comunidades por medio de nuevos acuerdos sociales que garanticen democracias profundizadas, comprometidas con el combate a los racismos, la discriminación y apuestas genuinas para garantizar igualdad racial, que incluyan a todas las personas que por diversas razones siguen sin derechos y sufriendo de manera implacable los efectos de la discriminación racial.

PROPONEMOS

* Que se instituya un Decenio Afrodescendiente, con un Programa para adelantar acciones que, desde una perspectiva de reparación global afrodiaspórica, conlleven al goce pleno de derechos sociales, económicos, culturales, civiles, políticos, ambientales y al desarrollo de las-os afrodescendientes, con el establecimiento de metas concretas para enfrentar las brechas existentes que deben ser alcanzadas con políticas públicas efectivas con perspectiva de género, de orientación sexual, identidad de género, generacional y regional, entre otras.

* .Que se cree un Fondo de Desarrollo para implementar intervenciones

transformadoras de índole territorial, en zonas económicas especiales en amplias regiones de mayorías negras de los Estados iberoamericanos y caribeños y que se realicen reparaciones simbólicas a las memorias afrodescendientes y afrodiaspóricas. Los beneficiarios serán los y las afrodescendientes como titulares de derechos tanto colectivos como individuales para contrarrestar la profundidad del daño causado por el crimen de lesa humanidad de la Trata Transatlántica y por la institución económica de la esclavitud. El Fondo de Desarrollo debe de seguir el modelo de experiencias que ya han dado resultados a nivel global y no sustituye la responsabilidad de los Estados, sino más bien multiplica los esfuerzos de los países desde una perspectiva regional.

* Que se cree un Centro de Memoria Histórica, que nos permita conocer de dónde venimos, quiénes somos dentro de nuestros Estados, y para donde vamos. Entendemos la importancia de las Memorias de la Esclavitud en nuestras reivindicaciones contemporáneas, al tiempo que reconocemos la tenacidad de nuestros ancestros-as, quienes buscaron siempre las rutas que condujeran a la dignidad humana y emprendieron múltiples mecanismos de resistencia que deben ser conocidos por las nuevas generaciones. La defensa de nuestras plurales Memorias históricas es una de las posibilidades para continuar existiendo como pueblos y comunidades, como titulares de derechos colectivos y culturales dentro de nuestros Estados.

* Que se cree un Foro Global Afrodescendiente dentro de las Naciones Unidas, como mecanismo de coordinación, acompañamiento, monitoreo y consulta permanente de las propias organizaciones afrodescendientes.

ENCHENTES NO CAMBOJA
11/21/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação o agravamento das enchentes que atingem grande parte do Camboja desde o mês de julho, as quais resultaram, até o momento, em muitas mortes e grandes prejuízos materiais.

O Governo brasileiro solidariza-se com o Governo do Camboja pelas inestimáveis perdas humanas e danos materiais sofridos.

COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDO
IBAS - INAUGURAÇÃO DE CENTRO
MULTIESPORTIVO EM RAMALÁ
21/11/2011

Realizou-se, em 19 de novembro, na cidade de Ramalá, Palestina, a cerimônia de inauguração de Centro Multiesportivo. A cerimônia marcou a conclusão do primeiro projeto de cooperação promovido pelo Fundo IBAS na Palestina.

Índia, Brasil e África do Sul executam, ainda, outros dois projetos na Palestina: o de reabilitação do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino (Hospital Al Quds), na Faixa de Gaza, e o de construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais, na cidade de Nablus.

O Fundo IBAS foi criado em maio de 2004, e consolida-se como importante mecanismo de cooperação Sul-Sul. Tem por objetivo apoiar projetos auto-sustentáveis e replicáveis que, baseados nas capacidades disponíveis nos países do IBAS e em suas experiências nacionais exitosas, contribuam com as demandas de outros países, particularmente os de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou saídos de conflitos. O Fundo busca ainda contribuir para a consecução das Metas do Milênio.

REVISTA “MUNDO AFORA –
POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE
AFRODESCENDENTES”
21/11/2011

O Itamaraty está lançando publicação intitulada “Mundo Afora – Políticas de inclusão de afrodescendentes”, com artigos sobre as políticas de inclusão de afrodescendentes implementadas em quinze países.

Trata-se da oitava edição da série “Mundo Afora”, publicação criada com o objetivo de reunir informações a respeito de políticas públicas e privadas de outros países sobre temas de seu interesse, que possam contribuir para o debate desses temas no Brasil. A revista é distribuída gratuitamente a órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal, a instituições de ensino, à imprensa e a organizações não-governamentais.

Interessados em receber um exemplar da publicação podem contatar a Coordenação de Divulgação do Departamento Cultural, pelo e-mail divulg@itamaraty.gov.br.

IV REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA
AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) -
MALABO, 24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2011
22/11/2011

4th Africa-South America Summit (ASA) Ministerial Meeting – Malabo, 24 and 25 November 2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, nos dias 24 e 25 de novembro, em Malabo, Guiné Equatorial, da IV Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul - África (ASA).

Os Ministros examinarão os desafios e estratégias futuras da ASA, com vistas ao fortalecimento do diálogo político e da

cooperação inter-regional.

Criada em 2006, a ASA reúne 65 países da África e da América do Sul, além da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da União Africana (UA). A Secretaria Executiva está sediada na Venezuela. O Brasil exerce a Coordenação Regional pelo lado sul-americano, e a Nigéria, pelo africano, apoiada pela União Africana. Para a implementação dos projetos de cooperação no âmbito da ASA, foram estabelecidos oito Grupos de Trabalho nas áreas de Comércio, Investimento e Turismo; Infraestrutura, Transporte e Energia; Paz e Segurança; Agricultura e Meio Ambiente; Temas Educacionais e Culturais; Temas Sociais e Esportes; Ciência e Tecnologia; Fortalecimento Institucional, Governança e Administração Pública. Além de suas funções de Coordenador Regional, o Brasil co-preside (com a Nigéria e o Cameroun), dois Grupos de Trabalho: o de Infraestrutura, Transportes e Energia e o de Ciência e Tecnologia. Igualmente, é país-sede do Comitê Consultivo de Embaixadores da ASA.

No âmbito da ASA, o Brasil promoveu, em 2010, no Rio de Janeiro, “Curso de Regulação de Petróleo e Gás” e, em 2009, em Brasília, “Curso de Negociações Internacionais”. Organizou ainda o “Encontro sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro”, por ocasião das eleições presidenciais de 2010, quando autoridades eleitorais de países da ASA puderam conhecer o trabalho de organização das eleições no Brasil, em especial o uso da urna eletrônica. Na esfera cultural, lançou, por ocasião da II Cúpula do Mecanismo, em 2009, um Catálogo Bibliográfico de obras de referências de autores das duas regiões.

O intercâmbio comercial entre as duas regiões tem crescido significativamente nos últimos anos, passando de US\$ 8,47 bilhões em 2003, para US\$ 32,25 bilhões em 2010,

o que configura aumento de 280,7%. Até setembro de 2011, o Brasil exportou para a África um total de US\$ 8.73 bilhões, tendo importado US\$ 11,61 bilhões. Há grandes oportunidades comerciais nas áreas de infraestrutura, telecomunicações, produção de medicamentos e bens de capital.

DISCURSO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA

22/11/2011

XI Reunião de Chanceleres dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - Manaus, 22 de novembro de 2011

“É com grande prazer que lhes dou as boas vindas a Manaus para participar da XI Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Todos os três encontros de Presidentes amazônicos – em 1989, em 1992 e em 2009 – foram realizados nesta Capital.

E, justamente na última reunião, em 2009, os Chefes de Estado se comprometeram com o relançamento da OTCA. Desde então, temos acompanhado a rápida evolução dos trabalhos da Organização, graças ao espírito cooperativo demonstrado pelos Países Membros e aos esforços da Secretaria Permanente.

Na última Reunião de Chanceleres em Lima, aprovamos a Nova Agenda Estratégica da OTCA, que estabelece planos de ação para os diversos eixos temáticos da cooperação amazônica.

É significativo o alcance da OTCA. Já na assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, há mais de trinta anos, demonstramos o pioneirismo de nossa iniciativa, quando propusemos buscar o

desenvolvimento harmônico e integral da Amazônia. Quase dez anos antes de o Relatório Bruntland estabelecer o conceito de “desenvolvimento sustentável”, os Países amazônicos se comprometiam com a sua promoção.

A Amazônia – que possui 1/5 da reserva mundial de água doce e 1/3 da área de floresta tropical do mundo – é a única região do planeta que conta com uma organização internacional própria, formada pelos Estados que compartilham seu território, e voltada especialmente para a sua conservação e desenvolvimento. A OTCA é foro privilegiado para a concepção e a implementação de projetos e programas voltados para o desenvolvimento sustentável.

A principal contribuição que a OTCA pode oferecer aos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável é a força do exemplo. Desde 2001, trabalhamos conjuntamente para o contínuo aperfeiçoamento dos indicadores de sustentabilidade da Floresta Amazônica – o chamado “Processo de Tarapoto”. Esse projeto é um exemplo de boa prática que poderia ser replicada em outros biomas do mundo. A adoção de índices unificados de sustentabilidade simplifica o acompanhamento dos resultados de projetos e facilita a ação coordenada entre os países.

O Governo brasileiro está profundamente comprometido com a promoção de mecanismos inovadores para o manejo sustentável de toda a Bacia Amazônica. Quando criamos, em 2008, o Fundo Amazônia, reservamos 20% de seus recursos para aplicação em projetos de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais. A OTCA é claramente o foro prioritário para a execução desses projetos.

Acreditamos que governança se cria com transparência.

O compartilhamento de dados florestais entre os países amazônicos facilitará a

adoção de políticas coordenadas de combate ao desmatamento e permitirá que estejamos mais bem preparados para as discussões internacionais sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Um projeto entre o INPE e a OTCA será uma das grandes contribuições da OTCA para a governança ambiental global.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável da Amazônia, é central o aspecto humano desse conceito. Ao nos comprometermos com o uso racional e harmônico dos recursos da Amazônia, já em 1978, com o TCA, assumimos a responsabilidade de promover o bem-estar das populações amazônicas.

A América do Sul vive um momento de grande potencial para a ação diplomática concertada. Os temas sociais são centrais nas agendas doméstica e externa dos diferentes países da região. As conquistas em matéria de crescimento econômico em todo o continente sul-americano trazem consigo a preocupação crescente com a redução da desigualdade e com a promoção da justiça social, cada vez mais associadas à conservação ambiental.

Podemos, dessa forma, associar a preocupação relativa ao meio ambiente, com a igualmente legítima preocupação associada ao desenvolvimento da economia e à erradicação da pobreza.

O Brasil dedica importante esforço interno para desenvolver iniciativas que aliem a conservação ambiental à melhoria das condições de vida e à elevação da renda familiar. Há cerca de dois meses, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou o lançamento, aqui mesmo em Manaus, do Programa “Bolsa Verde”. O “Bolsa Verde” consiste em uma compensação financeira trimestral a famílias em situação de extrema pobreza que vivam em unidades de conservação e que se comprometam a desenvolver atividades

de sustentabilidade ambiental em suas propriedades.

O compromisso brasileiro com a cooperação para a inclusão social – que tem no “Bolsa Família” seu carro-chefe – ganha, com o “Bolsa Verde”, um acentuado perfil ambiental.

Gostaria de propor que encomendemos ao Conselho de Cooperação Amazônica um estudo para encontrar maneiras de incorporar o tema da inclusão social e do combate à fome e à pobreza na agenda da OTCA. Considero importante que, frente ao prolongamento da crise econômico-financeira e à possível redução das contribuições à cooperação internacional, esse estudo leve em consideração formas alternativas de financiamento a iniciativas nesse tema.

Senhoras e Senhores,

Os avanços da gestão sustentável dos recursos amazônicos e o fortalecimento da própria OTCA contribuem significativamente para o exercício de nossa responsabilidade soberana sobre a Amazônia. Nosso maior desafio para o exercício dessa responsabilidade é desenvolver nossa capacidade de produção local de conhecimento.

A Amazônia é a maior floresta megadiversa do planeta. Estima-se que ela abrigue 20% de todas as espécies animais e vegetais existentes. No entanto, apenas 30% das espécies amazônicas estão atualmente catalogadas. Precisamos criar mecanismos permanentes e integrados de produção e proteção de conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia.

Qualquer política ampla de inclusão social precisa envolver o desenvolvimento de capacidades. Precisamos fortalecer a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia da Organização. O investimento na

formação de recursos humanos qualificados, a promoção da mobilidade acadêmica e a criação de mecanismos de apropriação social do conhecimento devem estar refletidos como prioridade na agenda de trabalhos da OTCA.

Em um mundo baseado cada vez mais na competitividade econômica e na capacitação tecnológica, e que ao mesmo tempo dá extraordinária importância à proteção ambiental, a Amazônia cresce como potencial, como desafio e como oportunidade para os países que sobre ela detêm soberania e responsabilidade.

São extremamente numerosos os estudos acadêmicos e científicos sobre a Amazônia e diversas as iniciativas para estimular a produção do conhecimento sobre a região. Uma política integrada de Ciência, Tecnologia e Inovação deve, porém, ser capaz de assegurar coesão a essa produção de conhecimento. A implementação de nossa idéia de construir um “Observatório Amazônico”, que reúna as principais iniciativas e instituições já existentes (como a UNAMAZ e a Rede Panamazônica de CT&I em Saúde), poderia promover verdadeiro intercâmbio científico-tecnológico e facilitar o uso sustentável desse conhecimento em benefício da população amazônica como um todo.

Senhoras e Senhores,

A inclusão tecnológica e ambiental das comunidades locais é o caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Atuamos em conjunto na Rio92, em defesa de nossa responsabilidade soberana sobre a Floresta Amazônica. Estivemos novamente lado a lado em Johannesburgo durante a Rio+10. Às vésperas do mais importante debate internacional sobre desenvolvimento sustentável desta década, é fundamental que possamos contribuir para o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a

realizar-se em 2012 no Rio de Janeiro.

A Amazônia não pode estar ausente da Rio+20. A OTCA, o grande bloco socioambiental do mundo, deve contribuir para esse debate.

Devemos participar desse importante momento de reflexão e deliberação com uma visão clara e integrada sobre a região amazônica e sobre os desafios e oportunidades que a Conferência apontará também para os nossos países.

É necessário utilizar o Tratado de Cooperação Amazônica como um instrumento diplomático de concertação dos Países Membros em torno do desenvolvimento sustentável da Amazônia e de afirmação de uma visão coordenada para a esta região.

A Declaração sobre a Conferência que devemos aprovar na reunião de hoje será um primeiro passo nessa direção.

Senhoras e Senhores,

O Governo brasileiro está empenhado em revitalizar o Tratado de Cooperação Amazônica.

Um TCA mais forte é de interesse de todos os Países Membros.

As comunidades da região esperam muito de nós.

Temos a responsabilidade histórica de fazer o que é necessário para corresponder a essas expectativas.

Vamos fazê-lo. E vamos fazê-lo juntos.

Tenho certeza de que a OTCA contará com o respaldo político necessário de todos nós para cumprir com os objetivos propostos em benefício da região amazônica e de seus habitantes.

O que daí resultar será uma Amazônia mais próspera, mais justa e que dará ao mundo um exemplo reforçado de sustentabilidade no desenvolvimento e de êxito na cooperação entre países irmãos.

Muito obrigado.”

COMUNICADO CONJUNTO POR
OCASIÃO DA REUNIÃO DE VICE-
MINISTROS DE RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRICS SOBRE A
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO E NO
NORTE DA ÁFRICA – MOSCOU, 24 DE
NOVEMBRO DE 2011
24/11/2011

Em 24 de novembro de 2011, os Vice-Ministros de Relações Exteriores de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reuniram-se no formato BRICS para debater a situação no Oriente Médio e no Norte da África (OMNA).

Os Participantes da reunião ressaltaram a legitimidade das aspirações dos povos da região por maiores direitos políticos e sociais. Concordaram que o processo de transformação da região criou a necessidade de buscar formas de responder a crises no OMNA, no marco do direito internacional e somente por meios pacíficos, sem o recurso à força, por meio do estabelecimento de um amplo diálogo nacional com o devido respeito à independência, à integridade territorial e à soberania dos países da região. Rejeitaram a violência como meio de consecução de objetivos políticos. Enfatizaram a necessidade de respeito integral aos direitos humanos por todas as partes, especialmente pelas autoridades, na proteção de civis desarmados.

O papel do Conselho de Segurança da ONU foi enfatizado, já que ele detém a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais. Atentou-se para o fato de que todas as partes deveriam cumprir estritamente as decisões do CSNU. Notaram que era inadmissível a imposição de soluções aos países do OMNA por meio da intervenção externa em processos políticos internos.

Os Vice-Ministros das Relações Exteriores destacaram que a única forma plausível de resolução da crise interna na Síria é por meio de negociações pacíficas urgentes, com a participação de todas as partes envolvidas, conforme previsto pela iniciativa da Liga Árabe, que levem em conta as aspirações legítimas de todos os sírios. Qualquer interferência externa nos assuntos sírios, em desacordo com a carta da ONU, deve ser descartada. Nesse contexto, a experiência da comunidade internacional com relação aos acontecimentos na Líbia requer um exame meticuloso para verificar se as ações tomadas estavam em conformidade com os dispositivos das resoluções do Conselho de Segurança da ONU pertinentes.

Os Participantes expressaram seu apoio às aspirações democráticas do povo líbio com base no consenso público e por meio de um diálogo político nacional abrangente, com a participação de todos os segmentos da sociedade líbia. Reafirmaram a importância do fortalecimento do papel central das Nações Unidas e do Conselho de Segurança no arranjo e na reconstrução pós-conflito na Líbia. A esse respeito, os Participantes enfatizaram a importância do estabelecimento da missão das Nações Unidas na Líbia, encarregada de apoiar o processo de transição no país. Também tomaram nota da demanda por esforços consolidados por parte da comunidade internacional, incluindo aqueles da União Africana, com vistas a ajudar a superar as consequências devastadoras da guerra civil e reafirmaram a prontidão dos países do BRICS para contribuir significativamente para a construção de uma Líbia livre, democrática e estável que usufrua de desenvolvimento.

Os países do BRICS saudaram a assinatura, em Riade, no dia 23 de novembro, da iniciativa do CCG relativa à transição de poder pacífica no Iêmen. Receberam com satisfação a

posição construtiva dos partidos iemenitas, que demonstraram sua responsabilidade e preocupação com os interesses do país e de seu povo. Os Participantes reconheceram os esforços bem sucedidos por parte da comunidade internacional, do Secretário-Geral do CCG Sr. Abdellatif Zayani e do representante do Secretário-Geral da ONU, Sr. Jamal Benomar. Os Participantes instaram todas as forças políticas do Iêmen a fazer o máximo possível neste momento para implementar o acordo de transição de poder de modo pacífico. Os Participantes consideraram que a abordagem adotada para lidar com a situação no Iêmen, baseada no diálogo entre as autoridades e a oposição, pode ser aplicada a situações similares na região.

Os Participantes concordaram que esse período de transformações fundamentais nos países do Oriente Médio e do Norte da África não deve ser usado como pretexto para adiar a resolução de conflitos duradouros, mas sim deve servir como incentivo para resolvê-los, em particular o conflito Árabe-Israelense. A resolução desta e de outras questões regionais duradouras melhorariam em geral a situação no Oriente Médio e no Norte da África. Desta forma, na reunião, os Participantes confirmaram o seu compromisso em alcançar um acordo abrangente, justo e permanente para o conflito Árabe-Israelense, no marco legal internacional universalmente reconhecido, incluindo as resoluções pertinentes da ONU, os princípios de Madri e a Iniciativa Árabe pela Paz.

Os países dos BRICS apóiam a retomada das negociações entre palestinos e israelenses com o objetivo de estabelecer um Estado palestino independente, viável e com um território contíguo, com plena soberania, de acordo com as fronteiras de 1967, com trocas territoriais acordadas e com Jerusalém Oriental como sua capital. Também encorajam

o Quarteto a intensificar seus esforços com vistas a cumprir esses objetivos em um futuro próximo.

Os Participantes apóiam os esforços palestinos em prol da sua admissão na ONU. Também destacaram a importância de negociações diretas entre as partes para chegar a um acordo final. Convocam palestinos e israelenses a tomar medidas construtivas, a reconstruir a confiança mútua e a criar condições justas para reiniciar as negociações, evitando ao mesmo tempo medidas unilaterais, em particular atividades de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados. Defenderam a reunificação dos palestinos o quanto antes. Uma posição unificada dos palestinos com base nos princípios da OLP e da Iniciativa Árabe pela Paz contribuiria para o avanço em direção a um acordo entre palestinos e israelenses, alcançando a paz duradoura e proporcionando segurança a todos os países e povos da região.

Os Participantes estão extremamente preocupados com a segurança e a estabilidade na região do Golfo, pedem diálogo político para resolver as diferenças e são contra o uso e a ameaça de uso da força. Defendem a resolução da situação relativa ao programa nuclear do Irã apenas por meios políticos e diplomáticos e pelo estabelecimento do diálogo entre todas as partes envolvidas, em particular entre o Irã e o P5+1, assim como entre o Irã e a AIEA, com o objetivo de esclarecer as questões relativas ao programa nuclear iraniano. Já foi enfatizado que a imposição de sanções adicionais e unilaterais ao Irã é contraproducente e apenas agravaria a situação. Os países do BRICS esperam que a Conferência de 2012, que contará com a participação de todos os Estados do Oriente Médio, acerca do estabelecimento de um Oriente Médio livre de armas nucleares e de todas as outras armas de destruição em massa,

com base em entendimentos livremente acordados pelos Estados da região, seja bem sucedida.

Os Participantes enfatizaram a necessidade de construir um sistema de relações na região do Golfo que possa garantir segurança igualitária e confiável a todos os Estados da sub-região.

Os Participantes concordaram quanto à conveniência de consultas regulares acerca dos assuntos relacionados ao Oriente Médio e ao Norte da África em diferentes fóruns, incluindo a ONU, e reafirmaram o seu apoio a encontros informais entre os seus representantes.

XI REUNIÃO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DOS PAÍSES
MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO
DO TRATADO DE COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA - MANAUS, 22 DE
NOVEMBRO DE 2011 - COMPROMISSO
DE MANAUS
24/11/2011

Os Ministros das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República Bolivariana da Venezuela, reunidos na cidade de Manaus, República Federativa do Brasília, aos vinte e dois dias de novembro de dois mil e onze, por ocasião de sua XI Reunião:

COM BASE nos princípios e objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, subscrito em 1978, e em seu Protocolo de Emenda, assinado em 1998, que propiciam a ampliação e o aprofundamento as relações entre os países

amazônicos, com consequências positivas para o processo atual de unidade e integração sul-americana;

DECIDIDOS a dar continuidade ao processo de relançamento da OTCA, iniciado em novembro de 2009 na Reunião de Chefes de Estado dos Países Amazônicos, com a finalidade de fazer frente aos novos desafios impostos pela agenda regional;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, adotada na X Reunião de Chanceleres da OTCA, realizada em Lima, em novembro de 2010, que fortalece a ação conjunta dos Países Membros da Organização;

CONSCIENTES de que o atual processo de cooperação entre os países da região amazônica e de seus povos deve levar em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável;

CONVENCIDOS da necessidade de promover maiores avanços nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, para viabilizar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade amazônica;

SEGUROS da importância de adotar medidas que impulsionem o papel renovado da OTCA como fórum de cooperação, de intercâmbio e de projeção conjunta dos Países Membros, para fazer frente aos novos desafios internacionais; e

DETERMINADOS a reafirmar o compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, gerando melhores condições de vida para as populações locais.

COMPROMETEM-SE A ADOTAR OS SEGUINTE PONTOS:

1. Ampliar e aprofundar as iniciativas para o relançamento da OTCA, em conformidade com o mandato dos Chefes de Estado dos países amazônicos, de acordo com a Declaração de Manaus, em 2009, e com as decisões adotadas na X Reunião de Chanceleres da Organização,

em Lima, Peru, em 2010.

2. Fortalecer os avanços no diálogo político e no âmbito institucional, com o objetivo de conferir maior dinamismo aos processos de aprovação e execução de projetos de cooperação amazônicos.

3. Priorizar, no âmbito das iniciativas de cooperação entre os Países Membros, ações que aproximem a OTCA, conjuntamente com as autoridades nacionais e locais, das populações que vivem na região amazônica, visando facilitar o processo de identificação de demandas locais para projetos de cooperação regional.

4. Promover seminários no âmbito de cada País Membro, que ajudarão a aprofundar o processo de relançamento político da OTCA. Nesse sentido, respaldam a iniciativa do Governo brasileiro de realizar nos dias 23 e 24 de novembro do ano em curso o Seminário “Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica”, que tem por objetivo reposicionar a OTCA na agenda política regional, nesta nova etapa de consolidação institucional.

5. Desenvolver maiores espaços de diálogo com as populações amazônicas, com a realização de um seminário regional, visando estudar e analisar as propostas apresentadas em cada um dos seminários nacionais. Nesse contexto, saúdam o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia pelo oferecimento para sediar o referido evento, em setembro de 2012.

6. Encomendar ao CCA buscar novas alternativas de financiamento tendo em vista a implementação da Agenda Estratégica da OTCA. A esse respeito, destacam a iniciativa do Governo brasileiro de buscar viabilizar recursos do Fundo Amazônia para o financiamento de projetos de monitoramento da cobertura florestal na região amazônica. Esse tipo de iniciativa poderia ser considerado como um mecanismo inovador e exemplo a ser seguido pela Organização.

7. Promover a mobilidade acadêmica entre estudantes e docentes de instituições educativas da região amazônica, estabelecendo um Programa Regional de Intercâmbio para fortalecer a cooperação no âmbito educacional entre os Países Membros. Nesse sentido, instruem a Secretaria Permanente da OTCA a elaborar, em 2012, um Guia de Oferta Acadêmica da Região amazônica.

8. Saudar a iniciativa da Delegação do Equador de criar uma Universidade Regional Amazônica, como centro acadêmico e de pesquisa de caráter intergovernamental, adscrito à OTCA. Reconhecem a relevância da pesquisa e da geração de conhecimentos sobre as riquezas naturais e a biodiversidade da Amazônia para o desenvolvimento sustentável da região. Com este propósito, acordam constituir uma Comissão Especial, integrada por delegados dos máximos organismos de educação superior dos Países Membros, para estudar tal iniciativa e propor vias inovadoras para sua eventual implementação.

9. Intensificar as ações de cooperação nas áreas de inovação, ciência e tecnologia e, em conformidade com o estabelecido na Reunião Regional de Puyo, Equador, em junho de 2011, desenvolver um sistema de informação integrado e indicadores regionais padronizados para facilitar a pesquisa sobre a Amazônia realizada pelas instituições nacionais e regionais; e promover a inclusão dos conhecimentos ancestrais e práticas comunitárias e locais dos povos indígenas.

Nesse contexto, instruíram a Secretaria Permanente a proceder à implementação do “Observatório Amazônico”, fórum permanente que reunirá instituições e autoridades relacionadas ao tema, com ênfase no estudo da biodiversidade amazônica.

10. Instruir a Secretaria Permanente a realizar as ações necessárias ao lançamento simultâneo dos três circuitos de turismo

amazônicos: “Amazon-Pacific-Andes Route”, “Amazon Caribbean Tourism Trail” e “Amazon Water Route”, na Feira Internacional de Turismo de Berlim, e à participação na Feira de Turismo em Santa Cruz de la Sierra, em 2012, respectivamente, conforme aprovado na II Reunião Regional de Países Amazônicos de Turismo, ocorrida em Zamora, Equador, em setembro de 2011.

11. Incentivar o contínuo fortalecimento das Comissões Nacionais Permanentes, instâncias nacionais responsáveis pela implementação do Tratado em seus respectivos territórios, destacando seu papel na articulação e implementação de políticas públicas para a região amazônica. Nesse contexto, instruem a Secretaria Permanente a realizar novos encontros de autoridades setoriais, em torno das diversas questões relacionadas à Agenda Estratégica da OTCA.

12. Promover a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e de outras comunidades tribais da Amazônia, no marco das respectivas legislações nacionais e do direito internacional, garantindo a preservação desses conhecimentos e, portanto, a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Nesse sentido, destacam a III Reunião de Altas Autoridades Governamentais de Assuntos indígenas da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Caracas, República Bolivariana da Venezuela, em setembro de 2011.

13. Acolher a ideia de intercambiar experiências sobre questões relacionadas aos recursos genéticos da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados com o objetivo de trabalhar conjuntamente para sua proteção. Com essa finalidade, deverá ser realizada uma reunião de especialistas dos Países Membros no primeiro trimestre de 2012.

14. Respalidar as iniciativas de mitigação das mudanças climáticas desenvolvidas de

maneira voluntária na região. Valorizam de maneira particular a Iniciativa Yasuni – ITT da República do Equador, e fazem um chamado à comunidade internacional para apoiar a proposta equatoriana que busca proteger a biodiversidade e os povos indígenas em isolamento voluntário e promover um modelo de desenvolvimento sustentável.

15. Iniciar o diálogo entre especialistas dos Países Membros na área de inclusão social, luta contra a pobreza e erradicação da miséria. Nesse contexto, instruíram o CCA a criar um Grupo de Trabalho Ad Hoc para propor e examinar iniciativas na área de desenvolvimento social na região amazônica.

16. Contribuir para o sucesso da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) a partir do aprofundamento de experiências bem-sucedidas no âmbito da cooperação amazônica, para atingir o desenvolvimento por meio do equilíbrio entre o aproveitamento sustentável dos recursos, sua proteção e sua conservação, de maneira que promova a transformação do modelo atual em modelos de desenvolvimento sustentável, economicamente inclusivos, respeitosos com a natureza, seus ecossistemas e os direitos dos povos.

17. Apoiar a proposta peruana de realizar, no primeiro trimestre de 2012, em Lima, Peru, a II Reunião de Ministros do Meio Ambiente dos Países Membros da OTCA. Nessa oportunidade, deverão ser examinadas, entre outras questões, a contribuição da OTCA para o processo da Conferência Rio +20.

18. Saudar os esforços e iniciativas executadas pelos Países Membros no âmbito do Ano Internacional das Florestas, destacando o papel desempenhado pelas florestas na manutenção do equilíbrio do ecossistema amazônico. Nesse sentido, ratificam a relevância do desenvolvimento das iniciativas de monitoramento da cobertura

florestal, do sistema de permissões eletrônicas para espécies amparadas pela Convenção CITES, de prevenção e controle de incêndios florestais e da biodiversidade florestal.

19. Destacar a importância de uma abordagem regional coordenada em assuntos de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, instruem a Secretaria Permanente da OTCA a interagir com a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no sentido de identificar meios que permitam uma progressiva convergência, coordenação e colaboração conjunta.

20. Manter os compromissos assumidos no sentido de promover o fortalecimento do orçamento da OTCA.

21. Fortalecer institucionalmente a OTCA, apoiando as ações de sua Secretaria Permanente tendo em vista o pleno cumprimento dos objetivos do Tratado e dos mandatos das instâncias da Organização.

22. Saudar o compromisso do Peru com esse processo de cooperação amazônica, ao sediar as últimas duas Reuniões de Ministros das Relações Exteriores da OTCA, celebradas quando da comemoração dos 25 e 30 anos da entrada em vigência do Tratado de Cooperação Amazônica.

23. Reconhecer o destacado trabalho desempenhado pelo ex-Secretário-Geral da OTCA, Embaixador Manuel Picasso, e continuado por seu sucessor, Embaixador Alejandro Gordillo, no relançamento e fortalecimento institucional da Organização, que permitiu a aprovação da “Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica”, em novembro de 2010.

24. Reconhecer também o trabalho realizado pelo pessoal da Secretaria Permanente na execução dos mandatos recebidos.

25. Apoiar o futuro Secretário-Geral da OTCA, a ser proposto Pela República do Suriname, que iniciará seu mandato em julho de 2012, bem como os novos representantes

dos Países Membros na Organização, que assumirão suas funções conjuntamente com o novo Secretário-Geral.

26. 24 Agradecer ao Governo do Equador pelo oferecimento para sediar a XII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da OTCA, no segundo semestre de 2012, em data a ser informada pela Secretaria Permanente.

27. Reconhecem o esforço que vem sendo realizado pelo Peru na Região de Madre de Dios para erradicar a mineração ilegal, que tantos danos causa no ecossistema amazônico. Nesse sentido, consideram necessário que a OTCA desenvolva projetos nos Países Membros direcionados a recuperar, reflorestar e conservar as áreas afetadas.

28. Agradecer ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Amazonas pela calorosa recepção às Delegações participantes.

Manaus, vinte e dois de novembro de dois mil e onze.

IV REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA
AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) -
MALABO, 24 DE NOVEMBRO DE 2011-
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA

24/11/2011

“Grande alegria em estar em Malabo, reunido com meus colegas, Chanceleres e Altas Autoridades dos países-membros da ASA, preparatória da 3ª Cúpula.

É uma alegria poder dirigir-me a esse plenário em português, língua oficial de sete dentre os sessenta países que conformam este espaço de coordenação e agora também língua oficial da Guiné Equatorial.

Trago a mensagem de compromisso da

Presidenta Dilma Rousseff de engajamento do Brasil com a África. Esse compromisso foi demonstrado na visita, neste semestre, a três países africanos (África do Sul, Moçambique e Angola), em diversos contatos com líderes africanos em visita a Brasília e, recentemente, ao celebrar o Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador, na companhia dos Presidentes Alpha Condé, da Guiné, e Jorge Fonseca, de Cabo Verde.

Esse compromisso também se expressa na nossa presença em Malabo para levar adiante o processo de aproximação regional América do Sul – África. Trata-se de exercício que engloba duas linhas fundamentais da política externa brasileira: a) a integração sul-americana, com a transformação do continente em zona de crescimento, desenvolvimento sustentável com justiça social, democracia e paz; b) a incorporação, à nossa atuação externa, do fato de sermos o país com a maior população afrodescendente fora da África e o país do mundo com a segunda maior população de origem africana. Devem ser entendidos nesse contexto os esforços brasileiros em desenvolver a agenda de aproximação com a África em todas as suas vertentes: o diálogo político, o comércio e os investimentos, a cooperação técnica e econômica, a cooperação cultural.

Eu próprio estou pessoalmente engajado nesses esforços. Terei visitado 10 países africanos até o fim do ano. Seguirei empenhado em intensificar nosso relacionamento, buscando tratar de maneira criativa e cooperativa os desafios e as oportunidades existentes, tanto no âmbito bilateral como multilateral.

O Brasil apresenta-se como um exemplo de que hoje é possível reconciliar democracia, crescimento econômico, redução da pobreza e políticas ambientalmente sustentáveis. Em um mundo em que presenciamos o esgotamento de modelos de desenvolvimento concebidos

pelo Norte, e em que as próprias economias desenvolvidas enfrentam crises, a América do Sul e a África despontam de décadas de estagnação e conflitos, para um novo ciclo de progresso e emancipação.

Assim como ocorre no Brasil e na América do Sul, identificamos na África experiências bem-sucedidas nos campos econômico, social e político, e isso nos faz crer em processos que levem a realizações do potencial africano em linha com os sonhos de grandes líderes africanos como Nyerere, Mandela e Nkrumah.

Parte desse processo de emancipação envolve a capacidade de superar padrões de relacionamento entre nossas regiões e outras regiões do mundo pelo intermédio do mundo desenvolvido e das ex-potências coloniais. A história nos aproximou através da escravidão e dos laços com ex-potências distantes das nossas realidades materiais e humanas. Hoje, podemos fazer história forjando laços diretos de comércio, cooperação e coordenação político-diplomática.

O Brasil está disposto a assumir sua responsabilidade. Como o país sul-americano de maior diáspora africana, maior número de Embaixadas na África (37), sede do maior número de Embaixadas africanas residentes na América do Sul (33), nos colocamos a serviço de uma agenda de aproximação entre nossas regiões.

Por iniciativa, do lado brasileiro, do ex-Presidente Lula, criamos uma estrutura de reuniões de Cúpula, Ministeriais, Grupos de Trabalho, e vários projetos que desejamos preservar e aperfeiçoar. Mas como países de regiões sem abundância de recursos, precisamos usar nossa imaginação e criatividade para utilizar ao máximo as estruturas já existentes, dentro e fora do mecanismo ASA, para trabalharmos junto em prol de interesses comuns.

A ASA representa quase 1/3 do território

mundial; 1/5 da população, com 1,3 bilhão; um crescimento econômico significativo na África de 5% e na América do Sul, de 4,1%; e PIB de 6 trilhões, 10% do PIB mundial.

Todos nós temos missões junto à ONU, em Nova York, missões junto à ONU em Genebra, Embaixadas em Washington por meio das quais dialogamos com o Banco Mundial e o FMI. Junto à FAO, em Roma, onde um brasileiro, o Professor José Graziano, assumirá como Diretor-Geral em janeiro, teremos mais um fórum de coordenação. Poderíamos promover reuniões periódicas, em torno de agendas comuns, de Embaixadores africanos e sul-americanos nessas capitais.

Brasília, com suas 33 Embaixadas africanas e 11 sul-americanas, pode ser também um ponto de encontro; Nairóbi, onde todos temos missões junto ao PNUMA, pode ser um ponto de encontro para a coordenação em temas ambientais, por exemplo.

As presenças entre nós do futuro Secretário-Geral da UNASUL, Ali Rodriguez, e do Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, são expressões claras da importância dessas organizações como fatores de convergência em torno de interesses estratégicos das duas regiões.

O Brasil é observador na UA; felicitamos o Equador por ter também se tornado observador recentemente. Queremos aprender mais com a UA; há várias experiências e estruturas, como o Conselho de Paz e Segurança da organização, que sevem de exemplos valiosos para a construção de nosso próprio esforço de integração na América do Sul. De nosso lado, permanece forte o interesse em compartilhar com a África experiências exitosas

Identifico três grandes áreas em que precisamos trabalhar de forma coordenada:

1) Economia e comércio

Nosso intercâmbio birregional quase quadruplicou desde 2003, chegando a

US\$ 32,2 bilhões em 2010. Mesmo assim, temos que encontrar maneiras de estimular nossos setores privados a se conhecerem melhor e a desenvolverem mais e melhores ligações entre nossos continentes. Interessa ao Brasil participar nos esforços de: a) desenvolvimento industrial, mineral e agrícola (FAO); b) exploração de energias limpas: não temos porque repetir padrões de consumo e desperdício do mundo desenvolvido. O desenvolvimento da economia verde não significa, necessariamente, dependência tecnológica dos países desenvolvidos. Existem técnicas e práticas “low tech” de baixo custo e fácil adoção, em temas como saneamento básico, tratamento do lixo, etc. (RIO + 20)

2) Paz e segurança

É preciso reconhecer a interdependência entre progresso econômico e social e paz sustentável (Haiti). Temos que soar um alerta contra a ideologia que procura estabelecer elo automático entre a proteção de civis, as intenções humanitárias e a intervenção militar. Questionamos a sabedoria de eleger os acontecimentos recentes como exemplos bem-sucedidos da aplicação da responsabilidade de proteger. É preciso atentar para a responsabilidade ao proteger.

O uso da força, quando autorizado pelo CSNU, exige monitoramento cuidadoso pela comunidade internacional, de maneira a evitar que o remédio aplicado não cause mais danos do que a doença.

Acompanhamos atentamente, na América do Sul, o trabalho das operações de paz. O Brasil tem 33 militares em missões na Côte d’Ivoire, na Libéria, no Saara Ocidental, no Sudão e no Sudão do Sul. O Uruguai é um grande contribuidor da MONUSCO, com 1.297 militares e 2 policiais.

É chegada a hora, porém, de virarmos a página dos conflitos herdados da era colonial e das rivalidades interreligiosas e interétnicas.

Os exemplos de Angola e Moçambique nos mostram que isso é possível.

Muito se fala no Oceano Atlântico nos aproximando: de fato, no que se refere ao Brasil, vemos o Atlântico, nas palavras de um grande escritor moçambicano e de um grande historiador brasileiro, crescentemente como um rio.

Temos representações diplomáticas em quase todos os países que margeiam o Atlântico Sul. Estamos engajados em manter a região como uma zona de paz e cooperação; com essa finalidade, estamos dando curso a processo de atualização e aprofundamento da iniciativa ZOPACAS. Não nos esquecemos, por outro lado, que a América do Sul também está aberta para o Pacífico e o Caribe; a África, para o Índico e para o Mediterrâneo. Nossa associação não se estrutura em contraposição a nenhuma região do globo; defendemos a preservação de todos os laços que nos enriqueçam, e o diálogo com as demais regiões com base em percepções comuns em temas como a situação política no Oriente Médio, não proliferação e desarmamento, mecanismos para o financiamento do desenvolvimento, etc.

3) Democracia e governança

Acreditamos que o caminho para o desenvolvimento econômico com justiça social passa pela construção de instituições verdadeiramente democráticas. Nesse quadro, importa construirmos Poderes fortes e independentes, darmos espaço para a atuação livre da imprensa, respeitarmos o marco jurídico estabelecido e adotarmos melhores práticas de gestão pública (identificadas pela OCDE). No Brasil, estamos passando, neste momento, por processo de buscar garantir que os recursos do pré-sal sejam utilizados para objetivos específicos identificados pelo Estado (educação, saúde). Uso esse exemplo com a consciência dos desafios semelhantes

enfrentados pelos países africanos, tão privilegiados com riquezas minerais.

Muito se fala sobre o surgimento de um mundo multipolar. África e América do Sul são regiões que podem contribuir para que essa multipolaridade não seja a da ruptura, do “clash of civilizations”, mas sim a multipolaridade da sabedoria de um Kofi Annan, da cooperação nos mecanismos multilaterais em sintonia com as realidades (financeiras, econômicas, ambientais, de paz e segurança) de nossos continentes. Uma multipolaridade com membros permanentes da África e da América do Sul em um CSNU reformado.

Queremos preparar o caminho para uma nova geração de sul-americanos e africanos que, tendo familiaridade com as realidades das duas regiões, sejam capazes de usar as boas experiências, evitar os equívocos e aproveitar as oportunidades que surgirão. Entre os fatores que nos ajudam, temos nossa história, interesses, gostos e práticas culturais compartilhadas.

À frente da Chancelaria brasileira, manifesto forte comprometimento em levar adiante essa agenda de aproximação e desenvolvimento das relações entre América do Sul e África.

Muito obrigado.”

DECLARAÇÃO DOS MINISTROS
DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS
PAÍSES MEMBROS DA OTCA PARA A
CONFERÊNCIA RIO +20 - MANAUS, 22
DE NOVEMBRO DE 2011
24/11/2011

Os Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica:

Reconhecendo que a Conferência das

Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 (Conferência Rio 92), significou a consolidação do paradigma de desenvolvimento sustentável que integra, com o mesmo nível de importância, os pilares social, ambiental e econômico do desenvolvimento, pelo que ressaltam a transcendência do Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento para o desenvolvimento sustentável da região amazônica;

Certos de que a Conferência Rio +20 é uma oportunidade adequada para avaliar e determinar ações e medidas que permitam atingir as metas de desenvolvimento sustentável, destacam a relevância que deve ser dada à região amazônica pelas suas contribuições e significado para a biodiversidade, a estabilidade climática e seu próprio desenvolvimento integral;

Guiados pelos princípios de soberania, solidariedade, cooperação, participação dos povos amazônicos, respeito e harmonia com a natureza e seus ecossistemas, desenvolvimento integral sustentável e redução de assimetrias entre as nações da região;

Preocupados porque, transcorridos 20 anos da Cúpula do Rio de 1992, continuam vigentes padrões insustentáveis de produção e consumo, tal como foi expresso na Declaração da II Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos em Manaus, em fevereiro de 1992.

Conscientes de que o princípio 7 da Declaração do Rio sobre as responsabilidades comuns mas diferenciadas constitui um instrumento essencial para a superação desses padrões e para alcançar o desenvolvimento sustentável;

Convencidos de sua responsabilidade para enriquecer, a partir de uma perspectiva regional, o processo da Conferência Rio +20, decidem adotar a presente:

DECLARAÇÃO

- Ratificam sua convicção de que o desenvolvimento deve ser alcançado mediante o equilíbrio entre aproveitamento sustentável dos recursos, sua proteção e sua conservação, de maneira que promova a transformação do modelo atual em modelos de desenvolvimento sustentável economicamente inclusivos, respeitosos com a natureza, com seus ecossistemas e os direitos dos povos;

- Comprometem-se a promover um desenvolvimento e modos de vida sustentáveis em harmonia com a natureza e o meio ambiente, que respeitem o direito de nossos países de utilizar seus próprios recursos para assegurar seu bem-estar e progresso.

- Destacam o aporte e a contribuição da cooperação sul-sul como instrumento para a redução de assimetrias e para uma apropriada ação regional coordenada, e consideram que essas iniciativas devem ser promovidas e fortalecidas, por meio do possível fornecimento de recursos novos e adicionais e uma efetiva transferência de tecnologia e capacitação;

- Exortam os países desenvolvidos a assumir um forte compromisso para avançar em direção ao cumprimento das metas e objetivos acordados internacionalmente, com senso de responsabilidade e solidariedade internacional e, em especial, um maior compromisso por meio da oferta de recursos financeiros novos adicionais e previsíveis;

- Reiteram que, depois de mais de trinta anos de vigência, o Tratado de Cooperação Amazônica demonstrou ser um marco válido para a promoção do desenvolvimento sustentável com caráter inclusivo de seus respectivos territórios amazônicos sob os critérios de sustentabilidade, conservação e aproveitamento dos recursos naturais;

- Reiteram que, na visão regional, a conservação e o uso sustentável dos recursos

naturais renováveis e o desenvolvimento sustentável, com ênfase na erradicação da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população amazônica, são eixos transversais da ação regional;

- Ratificam que a erradicação da pobreza é uma ação indispensável para a concretização do desenvolvimento sustentável e ressaltam a importância de se elaborar uma agenda conjunta de inclusão social na região amazônica;

- Reconhecem os desafios enfrentados conjuntamente por todos os Países Membros na busca pelo desenvolvimento sustentável, em que o investimento produtivo público e privado, assim como a transferência de tecnologia, a inovação e o financiamento devem integrar a agenda de negociações internacionais e regionais em busca de mecanismos que contribuam para sua implementação;

- Desejam que os resultados da CNUDS Rio +20 se traduzam em ações que permitam a superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável e em soluções para as causas estruturais dos impactos negativos ambientais, econômicos e sociais, causados por políticas e padrões de produção e de consumo insustentáveis, em setores que são essenciais para a sobrevivência da humanidade; por tanto, desejam que os resultados da Conferência considerem plenamente os elementos sociais da sustentabilidade;

- Ratificam que a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, adotada na X Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, é um modelo de concertação e trabalho conjunto para alcançar os novos objetivos de desenvolvimento, incluindo o fortalecimento institucional.

Manaus, 22 de novembro de 2011

COMUNICADO CONJUNTO DA
IV REUNIÃO DO CONSELHO
DE MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO FÓRUM DE
COOPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL-
ÁFRICA (ASACOF) - MALABO, 24 E 25
DE NOVEMBRO DE 2011
25/11/2011

NÓS, os Ministros da América do Sul e da África, reunidos em Malabo, Guiné Equatorial, de 24 a 25 de novembro de 2011;

EXPRESSANDO nosso agradecimento ao Governo e ao povo da República da Guiné Equatorial pela sua calorosa recepção e hospitalidade generosa e por ter acolhido, dirigido e organizado a IV Reunião do Conselho de Chanceleres do Fórum América do Sul-África (ASA) com tamanha excelência;

EXPRESSANDO igualmente muita satisfação e apreço pela presença de Sua Excelência, Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial e atual Presidente da União Africana na cerimônia de abertura da IV Reunião Ministerial para proferir o seu discurso de abertura;

ENFATIZANDO a relevância da Declaração de Abuja, de 30 de novembro de 2006, e da Declaração de Nueva Esparta, Isla Margarita, de 27 de setembro de 2009, assim como os esforços empreendidos desde então para consolidar o processo de cooperação e a parceria estratégica entre as duas Regiões;

REAFIRMANDO o compromisso, tal como enunciado na Declaração de Nueva Esparta, de continuar a reforçar os laços entre nossas duas regiões e de fomentar e fortalecer a cooperação nas diversas áreas de interesse mútuo;

CONSIDERANDO os laços históricos,

econômicos, sociais e culturais profundamente enraizados e que inspiram essa relação;

RECONHECENDO a ativa participação das populações afro-descendentes no processo de independência, na formação das identidades nacionais e no desenvolvimento da América do Sul, bem como a contribuição dos países da América do Sul para a consolidação da independência política e para o desenvolvimento do continente africano como parte desse processo;

REAFIRMANDO o nosso compromisso de fomentar a cooperação Sul-Sul como um dos objetivos principais de ambas as regiões, conforme estipulado no Plano de Implementação América do Sul-África 2010-2015;

CONCORDANDO em reforçar a contribuição e o papel da União Africana (UA) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) na consolidação da nossa parceria;

ELOGIANDO os esforços empreendidos até agora pelo Grupo de Coordenação da ASA no sentido de intensificar a cooperação entre a África e a América do Sul e de promover um multilateralismo efetivo para o benefício mútuo dos Estados e dos povos das duas regiões, recordando os resultados da nossa III Reunião realizada em Nova York, Estados Unidos da América, em 27 de setembro de 2010 e da I Reunião de Trabalho da Mesa Estratégica Presidencial, realizada em Caracas, em 6 de agosto de 2010;

RECONHECENDO que a África e a América do Sul dispõem de meios significativos para enfrentar os efeitos negativos da mudança do clima e para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza em ambas as regiões; e RECONHECENDO igualmente a relevância e a importância estratégica da realização das próximas sessões da COP-17, em Durban (África do Sul), de 28 de novembro a 9 de

dezembro de 2011, e da Rio+20, no Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho de 2012;

ACORDAMOS EM:

1. RENOVAR o nosso compromisso em relação à execução de projetos e programas concretos contidos no Plano de Ação da ASA dentro de um prazo definido;

2. ACOLHER também os projetos de curto prazo identificados pelo lado africano e CONVOCAR os Grupos de Trabalho da ASA para a realização de reuniões birregionais destinadas a priorizar projetos de curto prazo para execução imediata;

3. ENCORAJAR a execução de projetos com recursos nacionais e regionais já existentes e também com o apoio de bancos e agências internacionais de desenvolvimento, sem prejuízo da utilização de outras fontes de financiamento;

4. ENDOSSAR a aprovação do Regulamento da Mesa Estratégica Presidencial da Cúpula América do Sul-África;

5. RECONHECER a necessidade de esclarecer as modalidades de funcionamento da Mesa Estratégica Presidencial e do seu Secretariado Permanente, em relação a sua estrutura, pessoal, composição, financiamento, custos, entre outros aspectos, com vistas a assegurar as respectivas competências das instâncias;

6. SOLICITAR ao Secretário Executivo do Secretariado Permanente acima mencionado, que organize um Grupo de Trabalho conjunto ad hoc composto por representantes das duas regiões, a Comissão da União Africana, a Secretaria-Geral da UNASUL para conduzir um estudo sobre o financiamento do Secretariado Permanente e sobre a criação de um Fundo Fiduciário para a implementação de projetos, apresentando recomendação apropriadas sobre o tema, no prazo de seis meses, à Cúpula da ASA, por meio da Reunião Ministerial;

7. RECOMENDAR a organização de um fórum birregional de comércio, à margem da próxima Cúpula; e SOLICITAR que o Grupo de Trabalho sobre Comércio, Investimento e Turismo comece a trabalhar na preparação daquele evento. O Grupo de Trabalho deverá apresentar seus resultados ao Grupo de Coordenação até maio de 2012;

8. RECOMENDAR igualmente que o Grupo de Trabalho sobre Cultura e Educação organize uma exposição cultural no âmbito da próxima Cúpula. Nesse sentido, SOLICITAR que todos os Estados membros da ASA participem do evento;

9. LEMBRAR que o Grupo de Coordenação do Fórum América do Sul-África constitui o Mecanismo de Seguimento do Agrupamento, reportando aos Altos Funcionários de ambas as partes;

10. REITERAR que o Mecanismo de Seguimento será responsável por propor novas iniciativas, empreender ações relativas aos programas e projetos previamente acordados e avaliar o progresso de sua implementação, assim como disseminar informação sobre acordos de cooperação;

11. EXORTAR os Estados membros a prestarem o apoio necessário ao Mecanismo de Seguimento no cumprimento do seu mandato;

12. Com vistas a assegurar a efetiva aplicação deste Comunicado e do Plano de Implementação, NÓS EXORTAMOS, como previamente acordado que:

I. Os Ministros reunir-se-ão, em função da necessidade, para garantir a execução das decisões;

II. Encontros birregionais de Altos Funcionários terão lugar, uma vez ao ano ou quando necessário para informar sobre o andamento das decisões e dos projetos da ASA;

III. O Grupo de Coordenação reunir-se-á

para acompanhar as decisões Ministeriais e as dos Chefes de Estado e de Governo, e para apresentar recomendações às Cúpulas;

IV. Os Grupos de Trabalho deverão reunir-se regularmente com vista a assegurar a plena execução dos projetos acordados;

V. No período entre as Cúpulas, serão realizadas outras reuniões em formato e nível a definir pelos Governos das duas regiões.

13. RECORDAR o Plano de Ação de Abuja, que estabelece que a Cúpula da ASA seja realizada a cada dois (2) anos e RECOMENDAR que o intervalo entre as Cimeiras passe para três (3) anos;

14. ENCORAJAR todos os Estados membros do ASACOF a participarem ativamente na COP-17, em Durban (África do Sul) e na Rio+20 (Rio de Janeiro), a fim de coordenarem posições, o máximo possível, de modo a assegurar representação no mais Alto Nível, assim como uma melhor avaliação dos seus interesses nas áreas do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental;

15. DAR AS BOAS VINDAS à República do Sudão do Sul como membro do Fórum de Cooperação América do Sul-África (ASACOF);

16. RECOMENDAR que a III Cúpula da ASA seja realizada em 15 e 16 de maio de 2012, em Malabo, Guiné Equatorial.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (OMI)

25/11/2011

O Brasil foi reeleito, hoje, dia 25, para mandato de dois anos (2012-2013) como membro do Conselho da Organização Marítima Internacional (OMI).

Composto por 40 países, o Conselho é o órgão executivo da OMI. Entre suas principais

funções está avaliar os planos de trabalho e as previsões orçamentárias da Organização.

O Brasil é membro da OMI desde 1963 e vem sendo reeleito para o Conselho desde 1967. A contínua participação brasileira reflete a relevância atribuída ao papel desempenhado pela OMI no aperfeiçoamento das regras multilaterais que ajudam a assegurar um transporte marítimo seguro e eficiente e a prevenir a poluição marinha.

III CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC)/ COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO- AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC)

29/11/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em Caracas, nos dias 2 e 3 de dezembro, da III Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

A Cúpula de Caracas dará início ao funcionamento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que contará com a participação de 33 países e terá por objetivos principais a cooperação intrarregional, a concertação política e a projeção internacional da região.

A I CALC, realizada, por iniciativa do Brasil, em 2008, na Bahia, constituiu a primeira reunião exclusiva de todos os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe. Em 2010, o México sediou a II CALC, ocasião em que se decidiu criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a partir da fusão da CALC e do Grupo do Rio.

O Brasil possui hoje Embaixadas residentes em todos os países representados na CELAC. A corrente de comércio com os países da região

creceu cerca de quatro vezes em oito anos, entre 2002 e 2010. O intercâmbio comercial do País com a América do Sul, América Central, México e Caribe atingiu, em 2010, US\$ 78 bilhões. Em 2011, até setembro, o intercâmbio comercial com a região alcançou US\$ 69 bilhões.

ELEIÇÕES NO MARROCOS

29/11/2011

O Governo brasileiro felicita o povo marroquino pelo êxito na organização das eleições legislativas realizadas em 25 de novembro, marcadas pela expressiva participação do eleitorado em particular das mulheres e dos jovens, e que representam importante etapa no processo de consolidação democrática em curso no país.

DECLARAÇÃO DA II REUNIÃO MINISTERIAL DO CONSELHO SUL- AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN)- BRASÍLIA, 30 DE NOVEMBRO DE 2011

30/11/2011

(Versión original en español)
DECLARACIÓN DE LAS
MINISTRAS Y MINISTROS DEL
CONSEJO SURAMERICANO DE
INFRAESTRUTURA Y PLANEAMIENTO

Las Ministras y Ministros del Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeación (COSIPLAN) de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), reunidos en Brasilia, el 30 de Noviembre de 2011, con ocasión de la II Reunión Ministerial del Consejo:

1. Reiteran su disposición de seguir

prestando apoyo de alto nivel a la discusión estratégica, entre los países miembros de UNASUR, para la integración de la infraestructura física regional, a la luz de los principios y normas establecidos en el Tratado Constitutivo de la Unión, en el Estatuto y en el Reglamento del COSIPLAN.

2. Coinciden en que el tema de la integración de la infraestructura física desempeña un papel central en el proceso de integración suramericana, teniendo en cuenta su potencial de crear nuevas perspectivas y sinergias para la cooperación, superar asimetrías, promover el desarrollo social y económico y garantizar el bien estar de los pueblos de la región.

3. Acuerdan la constitución de un espacio integrado que favorezca, de manera estratégica, la aproximación de los países suramericanos en los aspectos políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales, y también consolide la inserción de América del Sur en un ambiente crecientemente demandante y promueva la identidad suramericana y la proyección geopolítica mundial de UNASUR.

4. Enfatizan la importancia de la implementación de los sistemas de televisión digital abierta y de telecomunicaciones como herramientas de integración y generadoras de contenidos culturales nacionales y regionales, de inclusión social, educativa y tecnológica para todos los pueblos de la región, y buscar la convergencia suramericana en esta materia.

5. Reconocen la importancia de la elaboración de un Plan de Acción Estratégico 2012-2022, encaminado a mejorar las herramientas para la ejecución y conclusión de proyectos; la incorporación en el menor plazo posible de mecanismos de participación social; la atención al aspecto de financiamiento de proyectos de alto impacto en la región; y la compatibilización de los marcos regulatorios e institucionales de los países de América del Sur. Aprueban, por tanto, el PAE 2012-2022,

que guiará las decisiones del Consejo en los próximos años.

6. Celebran la consolidación de la Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API), la cual reúne 31 proyectos estructurantes para la integración suramericana, con fuerte potencial de impulsar el desarrollo socio-económico regional. Aprueban, de este modo, la API, instando al Comité Coordinador del COSIPLAN a su evaluación permanente y ajustes necesarios, expresando el compromiso de atribuir especial atención a la implementación de estos proyectos con las acciones necesarias, de carácter permanente, para mitigar su impacto ambiental.

7. Acuerdan crear tres Grupos de Trabajo: i) sobre Integración Ferroviaria Suramericana; ii) sobre Mecanismos de Financiamiento y Garantías; iii) sobre Telecomunicaciones, que funcionaran como instancias de apoyo al Consejo en sus respectivas áreas temáticas.

8. Concuerdan en cuanto a la necesidad de establecer un cronograma de actividades para el COSIPLAN en los próximos años. Deciden, así, aprobar el Plan de Trabajo 2012, a ser dirigido por la presidencia Pro Tempore del COSIPLAN.

II COSIPLAN – Brasilia, 30/11/11.

VISITA DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,
À VENEZUELA - CARACAS, 1º DE
DEZEMBRO DE 2011
30/11/2011

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita à Venezuela no dia 1º de dezembro. Brasil e Venezuela desenvolvem cooperação inovadora em áreas como planejamento econômico e territorial, desenvolvimento urbano e agrícola, habitação popular e infraestrutura. Projetos conjuntos entre os dois

países motivaram a abertura de escritórios da Embrapa, do IPEA e da Caixa Econômica Federal na Venezuela.

Entre as iniciativas em curso, destaca-se projeto de cooperação técnica com a CEF no funcionamento do programa habitacional “Gran Misión Vivienda”. A cooperação aproveita as experiências bem sucedidas do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Terceiro maior PIB da América do Sul, a Venezuela constitui importante parceiro comercial do Brasil. De janeiro a outubro de 2011, a corrente de comércio aumentou 20,3% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações brasileiras cresceram 14%, atingindo US\$ 3,5 bilhões. As importações chegaram a US\$ 1 bilhão (aumento de 48,2%) mantendo a tendência de, no médio prazo, alcançar intercâmbio mais equilibrado.

CARTA DE COMPROMISSO ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA
VENEZUELA NO MARCO DO GRAN MISIÓN
VENEZUELA PARA O ESTABELECIMENTO
DE PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO
INTEGRAL DE FAVELAS
02/12/2011

Entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela, doravante denominadas Partes;

CONSIDERANDO o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Bolivariana da Venezuela e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 20 de fevereiro de 1973;

CONSIDERANDO que o Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Bolivariana da Venezuela eo

Governo da República Federativa do Brasil sobre Habitação e Habitat, assinado em 26 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a importância da aliança estratégica entre os governos da República Bolivariana da Venezuela e a República Federativa do Brasil e o compromisso de consolidar e ampliar os mecanismos de funcionamento, em busca de novas formas de cooperação, complementaridade e intercâmbio em ciência, tecnologia e indústria;

CONSIDERANDO que a troca oportuna de informação, o monitoramento e a coordenação contínuas para fortalecer, equilibrar e diversificar o desenvolvimento produtivo, com ênfase na complementariedade entre as economias de ambos os países, e com base em planos e políticas nacionais de desenvolvimento e cooperação integral;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer ações para melhorar as condições de vida nas favelas, no marco do Gran Misión Venezuela;

Concordar em celebrar esta Carta de Compromisso nos seguintes termos:

Artigo I - Objeto

A finalidade desta Carta de Intenções é declarar a vontade das Partes para iniciar ações concretas para implementar um PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DAS FAVELAS, que contemple o planejamento, a programação, o projeto de edificações e a construção em apoio aos objetivos do Gran Misión Venezuela, concentrando seus esforços iniciais em, mas não se limitando a, quatro (4) favelas de Caracas - San Agustín del Sur; Antímamo, Las Maias, e La Vega – e duas (2) áreas de favelas em Miranda - Santa Cruz (Baruta) e Suíça (Petar) – e começando em janeiro de 2012 com ações concretas nos setores

de El, San Agustín del Sur, Caracas, e com estudos preliminares nos outros cinco (5) locais identificados neste parágrafo.

Esta Carta de Compromisso será executada em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

Artigo II - Grupo Técnico

Para atingir o objetivo desta Carta de Compromisso, as Partes concordam em constituir um Grupo Técnico Conjunto para garantir a consecução do disposto no artigo primeiro.

A Caixa Econômica Federal, da República Federativa do Brasil, e o Ministério do Poder Popular para Moradia e Habitat (MINVIH), da República Bolivariana da Venezuela, serão as instituições responsáveis por monitorar e coordenar a cooperação expressa nesta Carta, para reforçar, equilibrar e diversificar o desenvolvimento produtivo, com ênfase na complementariedade entre as economias de ambos os países, e com base em planos e políticas nacionais de desenvolvimento e cooperação integral.

Artigo III - Execução

Para o desenvolvimento desta Carta de Compromisso, as Partes podem adotar as seguintes ações:

- videoconferências para troca de informações e consultas recíprocas;
- missões técnicas e visitas exploratórias;
- intercâmbio de informações e experiência no assunto deste instrumento;
- intercâmbio de especialistas nas áreas relacionadas a esta Carta de Intenções.

Qualquer outro mecanismo de intercâmbio que permita consultas mútuas e troca de experiências e conhecimentos de forma permanente.

Artigo IV - Transferência de Tecnologia

O lado brasileiro compromete-se a adotar ações para a transferência de tecnologia, de modo que o lado venezuelano possa fazer

uso autônomo e rentável de conhecimentos e tecnologias transferidos nos projetos e instrumentos decorrentes da relação com a República Federativa do Brasil.

Artigo V - Obrigações

Nenhuma das partes assumirá qualquer compromisso até que tenham sido estudadas e aprovadas definitivamente as propostas advindas do presente instrumento, o que implicará na celebração de instrumentos específicos fazem parte integrante desta Carta de Compromisso.

Esta Carta de Compromisso não cria direitos e obrigações para as Partes nem afeta aqueles que tenham entre si ou terceiros.

Artigo VI - Despesas

Todos os custos e as despesas decorrentes da execução desta Carta de Compromisso serão arcados por ambas as Partes de comum acordo, de acordo com suas disponibilidades orçamentárias.

Artigo VII - Solução de Controvérsias

As dúvidas e controvérsias que possam surgir da interpretação e aplicação da presente Carta de Compromisso serão resolvidas amigavelmente entre as Partes, por via diplomática.

Artigo VII - Modificações ou Emendas

Esta Carta de Intenção pode ser modificada ou emendada por decisão conjunta das Partes.

Artigo IX - Duração, Entrada em Vigor e Rescisão

Esta Carta de Compromisso terá efeito a partir da data de sua assinatura e terá a duração de 1 (um) ano.

Qualquer das Partes poderá rescindir a presente Carta, mediante notificação escrita à outra por via diplomática. Programas em andamento serão concluídos, a menos que as Partes acordem de outra forma por escrito.

Assinado na cidade de Caracas, em 1º de dezembro 2011, em dois (2) originais, nos idiomas português e castelhano.

I CÚPULA DA COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINOAMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) CARACAS, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2011 – DOCUMENTOS APROVADOS

04/12/2011

Documentos assinados por ocasião da I Cúpula da CELAC

1. Declaração de Caracas “No Bicentenário da Luta pela Independência, Percorrendo o Caminho de Nossos Libertadores”

2. Plano de Ação de Caracas 2012

3. Estatuto de Procedimentos da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)

4. Declaración Especial sobre la Defensa de la Democracia y el Orden Constitucional en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC)

Declaração de Caracas “No Bicentenário da Luta pela Independência, Percorrendo o Caminho de Nossos Libertadores”

1. Os chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe, reunidos em Caracas, República Bolivariana da Venezuela, em 2 e 3 de dezembro de 2011, no âmbito da III Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e da XXII Cúpula do Grupo do Rio, no ano da comemoração do Bicentenário da Independência da Venezuela e em memória e homenagem à transcendental obra histórica do Libertador Simón Bolívar, resolvem:

2. Reconhecer a valiosa contribuição do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política –Grupo do Rio–, criado em dezembro de 1986 no Rio de Janeiro, à respeito dos temas principais da agenda regional e global e agindo em favor das maiores aspirações de nossos países, bem como o impulso brindado à cooperação, à

integração e ao desenvolvimento da região por parte da CALC, criada em dezembro de 2008, em Salvador da Bahia, Brasil;

3. Reafirmar a Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe (Riviera Maya, México, 23 de fevereiro de 2010) e, particularmente, a decisão de constituir a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que compreende os 33 Estados soberanos da nossa região;

4. Saudar a criação do Fundo Unificado CALC e do Grupo do Rio de composição aberta, copresidido pelo Chile e pela Venezuela, o qual promoveu a maravilhosa tarefa de redigir o documento de procedimentos da CELAC, cumprindo assim de forma efetiva com a Declaração Ministerial de Caracas de 3 de julho de 2010;

5. Reconhecer as importantes conquistas e os consensos atingidos nas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores realizadas em Caracas, durante julho de 2010 e abril de 2011, bem como nas reuniões ministeriais especializadas nas áreas social, ambiental, energética, financeira e comercial, no âmbito da Presidência venezuelana da CALC;

6. Conscientes dos desafios que a crise econômica e financeira internacional apresentam para o futuro de nossa região e para nossas legítimas aspirações de inclusão social, crescimento com equidade, com desenvolvimento sustentável e com integração;

7. Convencidos de que a unidade e a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe constitui, além de uma aspiração fundamental dos povos que estamos representando, uma necessidade para enfrentar com sucesso os desafios que temos diante de nós como região;

8. Conscientes de que a comemoração do Bicentenário dos processos de Independência

na América Latina e no Caribe oferece o contexto propício para a consolidação e o início de nossa Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC);

9. Decididos a promover e projetar uma voz comum da América Latina e do Caribe na discussão dos grandes temas e nas posições assumidas pela região perante acontecimentos importantes em reuniões e conferências internacionais, bem como na interlocução com outras regiões e países;

10. Reconhecer que nossos países têm avançado nos processos de integração regional e subregional e na conformação de diferentes mecanismos ao longo das últimas décadas, como reflexo de sua vocação de unidade e sua natureza diversa e plural, mecanismos que constituem um alicerce sobre o qual edificamos a Comunidade que reúne todos os Estados latino-americanos e caribenhos;

11. Tendo consciência do desejo comum de construirmos sociedades justas, democráticas e livres, e convencidos de que cada um de nossos povos vai escolher as vias e os meios para poder realizar esses ideais, baseados no pleno respeito aos valores democráticos da região, ao estado de direito, a suas instituições e procedimentos e aos Direitos Humanos;

12. Ratificar nossa adesão aos propósitos e princípios expostos na Carta das Nações Unidas e ao respeito pelo Direito Internacional;

13. Assinalar o caminho traçado pelos Libertadores da América Latina e do Caribe há mais de duzentos anos, um caminho iniciado de forma efetiva com a independência do Haiti em 1805, comandada por Toussaint Louverture, constituindo-se assim como a primeira República Independente da região. Da mesma forma, lembramos que a República do Haiti, liderada por seu presidente Alexandre Pétiou, por meio da ajuda brindada a Simón Bolívar para a independência dos territórios que atualmente conhecemos como América

Latina e o Caribe, colocou as bases para a solidariedade e a integração entre os povos da região;

14. Inspirados na obra dos Libertadores e assumindo plenamente seu legado como patrimônio fundacional de nossa Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos;

15. Conscientes de que já passaram 185 anos desde que foi ensaiado o grande projeto dos Libertadores para que hoje a região se encontre em condições de enfrentar, devido à experiência e à maturidade adquirida, o desafio da unidade e da integração da América Latina e do Caribe;

16. Inspirados no Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826, ato de fundação da doutrina da unidade latino-americana e caribenha, onde nossas jovens nações colocaram a questão sobre os destinos da paz, o desenvolvimento e a transformação social do continente;

17. Apontando a participação dos povos indígenas e afrodescendentes nas lutas independentistas e reconhecendo as contribuições morais, políticas, espirituais e culturais para a constituição de nossas identidades e para a construção de nossas nações e processos democráticos.

18. Reconhecendo o papel histórico dos países da Comunidade Caribenha (CARICOM) no processo de liberação, desenvolvimento e integração na América Latina e no Caribe, e enfatizando o compromisso permanente da CARICOM e dos povos caribenhos para contribuir com o desenvolvimento integral e sustentável da região;

19. Sublinhando a comemoração do Bicentenário da Independência, os países latino-americanos e caribenhos honramos a memória de nossas lutas de independência e reafirmamos o pensamento integracionista (Costa Rica e Honduras) que defenderam nossos heróis e heroínas.

Declaramos:

20. Que, no âmbito do Bicentenário da Independência, os 33 países da América Latina e do Caribe reunimo-nos, após os esforços concretizados na Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) realizada em 17 de dezembro de 2008 em Salvador, Bahia, e na Cúpula da Unidade efetuada em Cancun em 23 de fevereiro de 2010, a fim de pôr em andamento a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC);

21. Que, de acordo ao mandato originário de nossos libertadores, a CELAC deve avançar no processo de integração política, econômica, social e cultural com um sábio equilíbrio entre a unidade e a diversidade de nossos povos, com o objetivo de que o mecanismo regional de integração seja o espaço idôneo para a expressão da nossa rica diversidade cultural e, por sua vez, seja o espaço adequado para reafirmar a identidade da América Latina e do Caribe, sua história comum e suas lutas contínuas pela justiça e pela liberdade;

22. Que, levando em conta a diversidade nos processos de formação da identidade latino-americana e caribenha, a CELAC deve se tornar um espaço que reivindique o direito à existência, preservação e convivência de todas as culturas, raças e etnias que habitam nos países da região, bem como o caráter multicultural de nossos povos e o caráter pluricultural de alguns de nossos países, especialmente das comunidades originárias que promovem e recriam a memória histórica, os saberes e os conhecimentos ancestrais;

23. Que, reconhecendo o direito que possui cada nação para construir em paz e livremente seu próprio sistema político e econômico e no âmbito das instituições correspondentes, de acordo com o mandato soberano do povo; os processos de diálogo, intercâmbio e negociação política que sejam ativados a partir

da CELAC devem ser realizados levando em conta os seguintes valores e princípios comuns: o respeito ao Direito Internacional, a solução pacífica de controvérsias, a proibição do uso e da ameaça do uso da força, o respeito à autodeterminação, o respeito à soberania, o respeito à integridade territorial, a não-ingêrência nos assuntos internos de cada país e a proteção e promoção de todos os Direitos Humanos e da democracia;

24. Baseados nos valores e princípios do parágrafo anterior e levando em conta as práticas do Grupo do Rio, a CELAC promoverá o desenvolvimento de instrumentos para garantir o cumprimento desses valores e princípios;

25. Que é necessário continuar unificando esforços e capacidades para impulsionar o desenvolvimento sustentável da região, concentrando os esforços no crescente processo de cooperação e integração política, econômica, social e cultural para contribuir, desta maneira, com a consolidação de um mundo multipolar e democrático, justo e equilibrado, e em paz, sem o flagelo do colonialismo e da ocupação militar;

26. Que é necessário aprofundar a cooperação e a execução de políticas sociais para reduzir as desigualdades sociais internas a fim de consolidar nações capazes de cumprir e ir além os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

27. A necessidade de avançar, sobre a base de nossos princípios, no fortalecimento e consolidação da cooperação latino-americana e caribenha, no desenvolvimento de nossas complementaridades econômicas e na cooperação Sul-Sul, como eixo integrador de nosso espaço comum e como instrumento de redução de nossas assimetrias;

28. Que a CELAC, único mecanismo de diálogo e acordo que agrupa os 33 países da América Latina e do Caribe, é a maior expressão

de nossa vontade de unidade na diversidade, e onde, daqui por diante, serão fortalecidos nossas relações políticas, econômicas, sociais e culturais na base de uma agenda comum de bem-estar, paz e segurança para nossos povos, com o objetivo de consolidar-nos como uma comunidade regional;

29. Que a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), tendo presente o acervo histórico do Grupo do Rio e da CALC, impulsionará planos de ação para a implementação e o cumprimento dos compromissos estabelecidos nas Declarações de Salvador da Bahia e de Cancun, no Plano de Ação de Montego Bay e no Programa de Trabalho de Caracas;

30. Honrando o processo histórico vivido, os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe decidem:

31. Adotar, baseados nos princípios de flexibilidade e participação voluntária das iniciativas, as declarações e documentos aprovados na Reunião Ministerial Especializada sobre Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza, celebrada em Caracas em 24 e 25 de março de 2011; na Reunião de Seguimento e Avaliação dos Avanços do Foro dos Ministros do Ambiente, Caracas, 28 e 29 de abril de 2011; na Reunião Ministerial sobre Energia, Caracas, 12 e 13 de maio de 2011; na Reunião Ministerial sobre a Crise Financeira Internacional e Comércio Exterior, Caracas, 18 e 19 de maio de 2011; na Reunião entre Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração na América Latina e no Caribe no âmbito da CALC, Caracas, 25 e 26 de outubro de 2010; na Reunião entre Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração na América Latina e no Caribe na área Econômico-comercial, Montevideu, 6 e 7 de abril de 2010; na Reunião entre Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração na América Latina e no Caribe na área Produtiva,

Caracas, 5 e 6 de maio de 2011; na Reunião entre Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração na América Latina e no Caribe na área Social e Institucional, Caracas 10 e 11 de junho de 2011; na Reunião de Conclusões entre Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração na América Latina e no Caribe, Caracas, 11 de junho de 2011; na Reunião de Coordenação das Iniciativas Regionais nas áreas de Infraestrutura para a Integração Física de Transporte e Telecomunicações e Integração Fronteiriça, México, 24 e 25 de março de 2011; na Reunião Regional de Mecanismos Latino-americanos e Caribenhos sobre Assistência Humanitária, Panamá, 30 e 31 de maio; e na reunião Regional sobre Proteção aos Migrantes, Peru, 26 e 27 de junho de 2011; cumprindo assim o Programa de Trabalho de Caracas para a implementação dos mandatos da CALC estabelecidos nas Declarações de Salvador da Bahia e de Cancun, bem como no Plano de Ação de Montego Bay, e acordados pelos Ministros da Relações Exteriores em 3 de julho de 2010 para o período 2010-2011;

32. Dar andamento à CELAC como um mecanismo representativo de concertação política, cooperação e integração dos Estados latino-americanos e caribenhos e como um espaço comum que garanta a unidade e a integração de nossa região;

33. Reafirmar que o propósito comum da integração, da unidade e da cooperação no âmbito da CELAC baseia-se nos acervos herdados pelos princípios compartilhados e nos consensos adotados na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e no Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Grupo do Rio, que após um trabalho frutífero suspendem formalmente suas ações para permitir o início da CELAC.

34. Incorporar o Plano de Ação de

Caracas 2012 como parte integrante desta Declaração, com o objetivo de pôr em prática nosso compromisso político de defender a unidade, a integração, a cooperação, a complementaridade e a solidariedade;

35. Aprovar o “Estatuto de Procedimentos da CELAC”, como parte integral da presente Declaração, iniciando finalmente a execução da sua organização e funcionamento.

36. Convidar a Presidência Pro Tempore da CELAC a que, no exercício de seu mandato, execute o Plano de Ação de Caracas 2012, especialmente no tocante aos eixos temáticos nas áreas social, ambiental, energética, econômica, cultural, bem como noutras áreas prioritárias determinadas no Plano de Ação de Caracas. Da mesma maneira, encomendar aos Ministros das Relações Exteriores a formulação de propostas para designar os recursos materiais e financeiros necessários, com base nos critérios de máxima efetividade e austeridade estabelecidos no documento de procedimentos da CELAC.

37. Comprometer a vontade de nossos governos para instruir os mecanismos e organizações regionais, para que promovam entre eles a comunicação, cooperação, articulação, coordenação, complementaridade e sinergia, quando corresponda e através de suas respectivas direções, a fim de contribuir com a consecução dos objetivos de integração colocados nesta Declaração, segurando o ótimo uso dos recursos e a complementaridade de esforços.

38. Reafirmar o convite para celebrar a Cúpula da CELAC na República do Chile em 2012.

39. Celebrar na República de Cuba a Cúpula da CELAC em 2013.

40. Acolher a realização da Cúpula da CELAC em 2014 na República da Costa Rica.

41. Aprovado em Caracas, cidade natal

do Libertador Simón Bolívar, República Bolivariana da Venezuela, em 3 de dezembro de 2011.

Plano de Ação de Caracas 2012

Os Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Caracas, República Bolivariana da Venezuela, por ocasião da III Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), celebrada em 2 e 3 de dezembro de 2011:

Levando em consideração os objetivos e princípios definidos na Declaração de Salvador da Bahia (2008), no Plano de Ação de Montego Bay (2009), na Declaração de Cancun (2010), bem como nas iniciativas estabelecidas no Programa de Trabalho de Caracas para a execução do Plano de Ação de Montego Bay (2010-2011).

Cumprindo os mandatos destas reuniões ministeriais e de altas autoridades e assinalando e valorizando os resultados das atividades celebradas no âmbito de sua execução (2010-2011), resolvemos adotar, baseados nos princípios de flexibilidade e participação voluntária das iniciativas, as seguintes decisões que constituem o Plano de Ação de Caracas 20102.

Crise Financeira Internacional e a Nova Arquitetura Financeira:

- Gerar ferramentas a fim de melhorar as capacidades de financiamento do comércio intrarregional.

- Pôr em prática e fortalecer as capacidades internas e regionais para evitar a crise e o risco sistêmico no interior da região, bem como os impactos extrarregionais; diminuir seus efeitos adversos e prevenir o contágio, estabelecendo firmes políticas tributárias e monetárias.

- Desenhar e executar medidas de prevenção, mitigação e controle da crise a partir do aproveitamento da troca de

informação e experiências na região.

- Fortalecer e aprofundar os processos de integração de nossas economias no âmbito regional, subregional e bilateral a fim de garantir a constituição de um espaço latino-americano e caribenho.

- Avançar na estratégia para o desenho de uma nova arquitetura financeira regional conforme o estabelecido no item 12 da Declaração de Cancun e baseado, entre outros, nos princípios de justiça, solidariedade e transparência. Fortalecer os mecanismos financeiros regionais e subregionais, e reconhecer os avanços dos sistemas binacionais e regionais de compensação de pagamentos, créditos e financiamento transitório.

- Impelir o redesenho das instituições financeiras internacionais, baseados no incremento necessário do poder de voz e voto dos países em desenvolvimento segundo o estabelecido pelos princípios de equidade e solidariedade, a fim de permitir a democratização do processo de tomada de decisões nessas instituições, de acordo ao peso atual na economia mundial, e permitir também a eliminação e/ou flexibilização das condições para a concessão de empréstimos levando em conta as singularidades de cada país, o caráter sustentável e o respeito a sua soberania, independência e autodeterminação.

- Promover foros de reflexão visando fortalecer das instituições financeiras regionais e avançar na construção de novos instrumentos, mecanismos e esquemas financeiros, que reduzam os níveis de vulnerabilidade externa da economia regional, garantindo o direito de voto dos países nas decisões institucionais em condições equitativas.

- Desenhar e executar medidas de prevenção, mitigação e controle da crise financeira a partir do aproveitamento da troca de informação e experiências na região.

- Solicitar à CEPAL sua cooperação a

respeito destes temas.

Complementaridade e cooperação entre os Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração:

- Fortalecer a complementaridade e a cooperação entre os mecanismos regionais e subregionais de integração e aprofundar a coordenação entre as Secretarias e Presidências Pro Tempore, a fim de contribuir para sua efetividade e de evitar repetições desnecessárias no tocante aos mandatos dos diferentes documentos da CALC.

- O diálogo entre os mecanismos regionais e subregionais de integração continuará estruturado em quatro grandes âmbitos: (i) econômico-comercial, (ii) produtivo, (iii) social e institucional, e (iv) cultural.

(i) Econômico-comercial:

a. Estabelecer um Grupo de Trabalho que elaborará uma proposta para desenvolver uma Preferência Alfandegária Latino-americana e Caribenha.

b. Elaborar um Programa de facilitação do comércio da América Latina e do Caribe que contenha, entre outros, temas relacionados ao transporte, procedimentos alfandegários e digitalização de procedimentos.

c. Criar uma base de dados onde sejam registradas as Normas e Regulamentos Técnicos aplicáveis à importação de mercadorias.

d. Organizar, junto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um Seminário em Montevideu entre organismos de integração para a discussão e a troca de experiências em matéria de políticas econômicas regionais durante 2012.

e. Intensificar as deliberações e a troca de ideias sobre o Convênio de Créditos Recíprocos da ALADI visando a seu aprofundamento, modernização e ampliação.

f. Solicitar à ALADI sua colaboração a respeito destes temas.

g. Realizar um estudo sobre modalidades de promoção e proteção dos fluxos de investimento direto entre os países da região, voltado fundamentalmente ao aproveitamento dos acordos comerciais intrarregionais para promover o investimento direto intrarregional.

(ii) Produtivo: Valorizar a possibilidade de celebrar uma conferência latino-americana e caribenha sobre desenvolvimento produtivo e industrial.

(iii) Social:

a. Criar um grupo de trabalho, de composição aberta e constituído também pelos representantes dos Mecanismos Subregionais e Regionais de Integração, a fim de elaborar uma Agenda Estratégica de Coordenação Regional, que funcione como um dos elementos para a consideração do Foro estabelecido na Declaração dos Ministros da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza, de 25 de março de 2011, cujo mandato é elaborar um Plano de Ação Regional de políticas públicas em matéria social. Esta Agenda poderá definir objetivos compartilhados, projetos prioritários e resultados esperados de inclusão e desenvolvimento social.

b. Este processo se beneficiará da construção de um documento matriz, a partir da identificação e priorização de projetos e programas comuns segundo suas potencialidades, com o objetivo de que suas conquistas atinjam todas as pessoas, especialmente as que se encontram em condições de vulnerabilidade.

c. Impelir a participação ativa da sociedade civil, especialmente as organizações e movimentos sociais, como parte fundamental no processo de inclusão social na integração regional.

(iv) Cultural:

a. Realizar uma reunião entre mecanismos regionais e subregionais de integração

sobre integração cultural e estímulo para o desenvolvimento das indústrias criativas.

Energia

- Criar uma instância constituída pela autoridade nacional de cada país em matéria energética no âmbito da institucionalidade que seja adotada pela CELAC.

- Considerar as diretrizes da Estratégia Energética Sul-americana como elemento para o desenvolvimento da integração energética regional da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

- Promover a troca de experiências sobre o uso dos biocombustíveis com fonte de energia, o que contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável, a diversificação da matriz energética dos países, a incorporação de tecnologias e fontes adicionais de renda no setor agrícola, bem como para a mitigação das emissões de gases do efeito estufa.

Infraestrutura para a Integração Física do Transporte, as Telecomunicações e a Integração Fronteiriça:

- Reforçar o apoio ao mais alto nível às iniciativas de infraestrutura física regional em andamento, identificando e procurando soluções aos principais problemas que obstaculizam a interligação regional e o tráfego transfronteiriço.

- Acelerar a convergência dos sistemas de regulamento e controle do tráfego multimodal, rodoviário, aéreo, marítimo-portuário, fluvial e ferroviário, em cada mecanismo de integração em matéria de infraestrutura e trocar experiências e boas práticas entre eles.

- Impulsionar a integração regional, ampliando a troca de experiências em andamento e bem sucedidas e solicitar às organizações e mecanismos regionais e subregionais que identifiquem os programas e projetos em execução em matéria de infraestrutura física,

conectividade e integração fronteiriça que resultem complementares em uma perspectiva de médio e longo prazo, os quais possam satisfazer a necessidade de contar com uma estratégia para o desenvolvimento e integração da infraestrutura física, da conectividade e das regiões fronteiriças na América Latina e o Caribe.

O objetivo da estratégia é diminuir a “brecha de infraestrutura” característica da América Latina e do Caribe, à luz dos esforços nacionais, para aumentar, assim, o crescimento econômico, melhorar o desenvolvimento social e reduzir a pobreza.

Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza:

- Constituir um Fórum, no nível ministerial, encarregado de tratar os temas sociais da região no âmbito da CELAC, o que servirá para fomentar uma cooperação que permita a articulação, harmonização e complementação das políticas públicas nacionais em matéria social, bem como a geração e implementação de planos, políticas e programas regionais comuns nas áreas prioritárias para o desenvolvimento social.

Este Fórum estará encarregado da elaboração de um plano de ação regional de políticas públicas em matéria social.

- Convocar a Segunda Reunião de Ministros da área social para 2012, para dar seguimento aos compromissos da Declaração Ministerial de Caracas sobre Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza.

- Convocar, durante o segundo semestre de 2012, reuniões de altos funcionários em matéria de segurança alimentar, saúde e educação, respectivamente, com o objetivo de:

a. Propor planos de ação que permitam implementar os acordos estabelecidos na presente declaração.

b. Propor objetivos gerais e específicos

em cada âmbito para serem considerados no plano de ação regional e integral de políticas públicas na área social.

- Desenvolver um Programa Latino-americano e Caribenho de Alfabetização e Pós-Alfabetização naqueles países que assim o assumirem, a fim de erradicar o analfabetismo na região para 2015, de acordo com o estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

- Delinear uma proposta de Programa Latino-americano e Caribenho para a Erradicação da Fome, onde confluem programas bem sucedidos levados à prática por governos e organizações sociais da região.

Ambiente:

- Constituir um grupo de trabalho encarregado de tratar os temas ambientais da Região no âmbito da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que servirá para fortalecer a cooperação, fomentando a articulação, harmonização e complementação das políticas públicas nacionais em matéria ambiental, bem como para gerar e executar planos, políticas e programas regionais comuns nas áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Este grupo estará encarregado da elaboração de um projeto de agenda ambiental regional.

- Convocar uma Reunião de Ministros da área ambiental, antes da Cúpula de Rio+20, para dar seguimento aos acordos da Declaração Ambiental Ministerial de Caracas e contribuir com o sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), cuja sessão de Alto Nível será realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012.

- Avaliar a criação de um centro de

conhecimento multidisciplinar que permita fortalecer as instituições, bem como treinar as comunidades na execução de uma agenda comum para a gestão do recurso hídrico.

Assistência Humanitária:

- Constituir um Grupo de Trabalho de composição aberta, de acordo com o expressado na Declaração de Cancun de 23 de fevereiro de 2010, segurando, desta maneira, a representatividade das subregiões da América Latina e o Caribe. Este Grupo agirá como intermediário para a convergência, coordenação e complementaridade dos diferentes esforços e processos que sejam desenvolvidos na região, particularmente com o Grupo de Seguimento da Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária na América Latina e no Caribe (MIAH).

- Saudar a celebração no Panamá da V Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária na América Latina e no Caribe (MIAH) em 2012 e recomendar que nesse âmbito seja realizada a continuação deste encontro.

Proteção ao Migrante:

- Fomentar o desenvolvimento de uma estratégia regional que facilite a integração dos migrantes às sociedades de acolhimento, promovendo facilidades para a inserção legal, produtiva, cultural e de trabalho, em consonância com as legislações nacionais, visando promover uma posição conjunta nos diálogos binacionais.

Cultura:

- Realizar uma Reunião Ministerial na área da Cultura e das Identidades.

Tecnologias da Informação e da Comunicação

- Sugerir às instituições nacionais encarregadas das telecomunicações e das tecnologias da informação em cada um dos países da região, coordenar com suas contrapartes dos países vizinhos o uso das redes elétricas para construir infraestrutura de telecomunicações entre eles, o que contribuiria a gerar uma alternativa para baixar custos de interligação de redes de telecomunicações e todos os benefícios complementares.

- Explorar a possibilidade de instalar plataformas de interligação para o acesso de serviços de telecomunicações que favoreçam, entre outros aspectos, o desenvolvimento da telefonia rural, a universalização da banda larga e seu uso com objetivos educativos, sociais e de inovação.

- Solicitar à banca de desenvolvimento regional, tomando como antecedente os estudos existentes nas instâncias subregionais de integração, uma análise das condições de roaming internacional e longa distância que contemple a possibilidade de consolidar as áreas de cobrança visando à redução dos preços nos serviços móveis de voz, texto e dados.

- Instruir à Presidência Pro Tempore, com apoio da Tróica, da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) para que adiante e impulse as ações necessárias para a consecução dos mandatos e decisões aprovadas no Plano de Ação de Caracas e elabore um programa de trabalho para sua devida implementação no ano 2012, de acordo com o Estatuto de Procedimentos da CELAC, levando em conta as agendas e competências das organizações de integração de nossa região.

Estatuto de Procedimentos da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)

Os Chefes de Estado e de Governo dos países que integram a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos:

Enfatizando a vocação de concertação e convergência visando executar ações comuns em defesa dos interesses permanentes de nossos Estados;

Decididos a construir um espaço comum a fim de aprofundar a integração política, econômica, social e cultural de nossa região; renovar e reforçar a unidade regional por meio do estabelecimento de objetivos e mecanismos compatíveis com as diferentes realidades e mediante o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação entre os países da América Latina e do Caribe;

Renovando, a fim de realizar essas ações comuns, nossa convicção na vigência dos princípios compartilhados e dos consensos atingidos, que constituem o patrimônio histórico de nossa Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), como já foram estabelecidos em todas as Declarações e Comunicados do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), desde seus inícios.

Reafirmando nosso compromisso irrecusável com a paz, o fortalecimento da democracia e a promoção do desenvolvimento social e econômico de nossos povos, convencidos de que ter uma maior integração entre nossas nações é uma garantia para concretizar essas aspirações e promover a convivência pacífica entre nossos países;

Decididos a continuar propiciando soluções próprias a problemas comuns e fortalecendo a presença e a capacidade de negociação de nossos países perante a comunidade internacional;

Ratificando a Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, aprovada na Riviera Maya, México, em 23 de

fevereiro de 2010, documento constitutivo da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), são adotados os procedimentos a seguir para o funcionamento orgânico da CELAC:

I. Organismo: a CELAC está constituída pelos seguintes organismos:

- 1.- Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo;
- 2.- Reunião dos Ministros das Relações Exteriores;
- 3.- Presidência Pro Tempore;
- 4.- Reunião de Coordenadores Nacionais;
- 5.- Reuniões especializadas;
- 6.- Tróica.

1.- Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo;

É a instancia suprema da Comunidade. Reúne-se de forma ordinária no país que possua a Presidência Pro Tempore da CELAC e de forma extraordinária quando a Presidência Pro Tempore determinar, após consulta com os Estados membros. A Presidência Pro Tempore poderá convocar Cúpulas e reuniões extraordinárias após consulta com a Tróica.

Suas atribuições são:

Nomear o Estado sede da seguinte reunião, que exercerá a Presidência Pro Tempore da CELAC.

Definir as diretrizes e lineamentos políticos, e estabelecer as prioridades, estratégias e planos de ação para atingir os objetivos da CELAC.

Adotar os lineamentos políticos e as estratégias para as relações com terceiros Estados ou outras organizações ou foros intergovernamentais de caráter internacional, regional e subregional.

Aprovar as modificações aos procedimentos que sejam requeridas para o funcionamento da CELAC.

Promover a participação cidadã na CELAC.

2.- Reunião dos Ministros das Relações Exteriores

Reunir-se-á de forma ordinária duas vezes por ano, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias caso for necessário e solicitado por um Estado membro.

Suas atribuições são:

Adotar resoluções e emitir pronunciamentos sobre os temas de caráter regional ou internacional que sejam do interesse dos países da região.

Adotar resoluções para executar as decisões e declarações da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo.

Adotar os projetos de declarações e decisões a serem aprovadas na Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo.

Preparar as Cúpulas dos Chefes de Estado e de Governo.

Coordenar posições comuns entre os países membros em foros multilaterais e espaços políticos e de negociação internacionais, a fim de impelir a agenda latino-americana e caribenha.

Decidir a constituição de grupos de trabalho de composição aberta, de natureza permanente ou temporária, com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos.

Promover e desenvolver o diálogo político e a concertação sobre temas do interesse da CELAC.

Definir e aprovar os temas e assuntos prioritários para a CELAC, bem como os estudos e grupos de trabalho que forneçam as bases técnicas e jurídicas desses temas.

Realizar o seguimento e a análise do processo de unidade e integração em sua totalidade, bem como o seguimento e o cumprimento das declarações e decisões da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, e aprofundar a unidade e a cooperação para o desenvolvimento de nossos povos.

Realizar o seguimento e a avaliação do

cumprimento dos planos de ação.

Adotar o Programa de Trabalho bienal de atividades da CELAC, que poderá incluir as reuniões especializadas.

Executar os lineamentos políticos e as estratégias para as relações com outros atores governamentais ou outras organizações internacionais.

Delegar funções e responsabilidades aos organismos e grupos de trabalho que sejam constituídos para cumprirem tarefas específicas, quando for necessário.

Propor a normativa da CELAC e suas modificações, levando em conta o patrimônio histórico.

Aprovar os programas, projetos e iniciativas sobre integração, cooperação, complementaridade e desenvolvimento que sejam submetidos por parte dos Estados membros para sua consideração, e apresentá-los na Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo para sua adoção.

Promover a comunicação, a complementaridade, a cooperação e a articulação entre os mecanismos subregionais de integração, e receber, para sua consideração, os resultados das reuniões que sejam realizadas por parte dos diferentes organismos a pedido da Presidência Pro Tempore, utilizando para esses fins suas estruturas institucionais.

Coordenar e promover posições conjuntas a respeito de temas centrais do interesse da CELAC.

3.- Presidência Pro Tempore:

Durante os períodos 2011-2012 e 2012-2013, a Presidência Pro Tempore será exercida por lapsos de um ano e serão efetuadas grandes Cúpulas em 2012 e 2013. Na Cúpula de 2013, os Chefes de Estado e de Governo decidirão a periodicidade das Cúpulas e da Presidência Pro Tempore.

A Presidência Pro Tempore é o organismo de apoio institucional, técnico e administrativo

à CELAC e entre suas funções destacam:

Preparar, convocar e presidir as Cúpulas dos Chefes de Estado e de Governo, as Reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e dos Coordenadores Nacionais, bem como as Reuniões dos Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração.

Executar as decisões da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo e da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores.

Manter a continuidade e o seguimento dos trabalhos da Comunidade e manter informados aos Estados membros.

Organizar e coordenar as reuniões da CELAC.

Coordenar as atividades permanentes da CELAC.

Apresentar, para a consideração da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e da Reunião de Coordenadores Nacionais, o Programa de Trabalho bienal das atividades da CELAC, com datas, sedes e agenda das reuniões de seus organismos.

Efetuar o seguimento aos acordos atingidos em cada Reunião.

Preparar documentos de trabalho sobre temas de interesse para a CELAC.

Emitir, registrar e organizar os documentos e as mensagens oficiais, bem como manter a comunicação oficial com os Estados membros.

Ser a receptora do patrimônio da Comunidade, bem como do patrimônio que provém do Grupo de Rio e da CALC.

Apoiar as instâncias da CELAC no cumprimento de suas funções.

Preparar e apresentar a Memória Anual e os respectivos relatórios perante as instâncias da CELAC.

Preparar e apresentar o rascunho final de cada Reunião.

Garantir que todos os documentos oficiais sejam apresentados a todos os Estados

membros a tempo e em todas as línguas oficiais da CELAC.

A Presidência Pro Tempore poderá convocar uma reunião dos Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração a fim de compartilhar informação, coordenar suas tarefas, evitar repetições e intensificar o diálogo, visando aprofundar a unidade e a integração e apressar o desenvolvimento regional em áreas prioritárias para a CELAC.

O Estado sede da Presidência Pro Tempore assumirá as despesas que sejam geradas de seu funcionamento.

O Estado sede da Presidência Pro Tempore criará e manterá uma página eletrônica oficial da CELAC, onde publicará, entre outras coisas, as declarações formuladas pela Comunidade.

4.- Reunião de Coordenadores Nacionais

Os Estados membros vincular-se-ão com a Presidência Pro Tempore por meio dos Coordenadores Nacionais, que serão responsáveis pela coordenação e seguimento direto aos temas em discussão.

Cada país nomeará um Coordenador Nacional principal e os Coordenadores suplentes que considerar necessários.

Reunir-se-ão de forma ordinária duas vezes por ano, antes de cada Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, e de forma extraordinária quando for preciso.

Como norma, as Reuniões serão efetuadas no país que possua a Presidência Pro Tempore a não ser que, após ser proposto por esse país e consultado com os Estados membros, seja decidida uma outra sede.

Suas atribuições são:

Coordenar no nível nacional os temas da unidade, diálogo e acordo político regional de interesse para a agenda da CELAC;

Ser as instâncias de enlace e coordenação para os temas da unidade, concertação e diálogo político;

Ser as instâncias de enlace e coordenação

para os programas, projetos e iniciativas de integração, cooperação e desenvolvimento;

Implementar mediante a adoção das disposições pertinentes, as decisões da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções da Reunião de Ministros das Relações Exteriores, com o apoio da Presidência Pro Tempore;

Preparar as reuniões dos Ministros das Relações Exteriores;

Elaborar projetos de declarações, decisões, resoluções e normativas para a consideração da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores;

Coordenar as iniciativas da CELAC com outros processos de integração regional e subregional em vigor, com a finalidade de promover a complementaridade de esforços;

Estruturar, coordenar e dar seguimento aos respectivos Grupos de Trabalho;

Dar seguimento ao diálogo político e à concertação sobre temas de interesse regional e internacional;

Monitorar e coordenar os projetos de cooperação e desenvolvimento específicos que surjam na CELAC;

Poderão ser constituídos grupos de trabalho de composição aberta para dar cumprimento aos mandatos e recomendações dos órgãos competentes;

Estas instâncias informarão do resultado de seus trabalhos aos Coordenadores Nacionais, os quais levarão esta informação para a Reunião de Ministros das Relações Exteriores;

Conhecer os resultados das reuniões dos Mecanismos Regionais e Subregionais de Integração e submeter à consideração dos Ministros das Relações Exteriores.

5.- Reuniões especializadas:

As reuniões especializadas atenderão áreas de interesse e outras áreas prioritizadas para a promoção da unidade, integração e cooperação regionais. Aqueles funcionários de Alto Nível

com suficiente capacidade de decisão para cumprir os objetivos da CELAC participarão nestas reuniões.

As reuniões serão convocadas pela Presidência Pro Tempore de acordo com o estabelecido no Programa de Trabalho Bienal da CELAC.

Estas instâncias informarão do resultado de seus trabalhos à Reunião de Coordenadores Nacionais, os quais levarão esta informação para a Reunião de Ministros das Relações Exteriores.

Caso for necessário, estas reuniões poderão ser precedidas por reuniões técnicas preparatórias.

Estas instancias informarán del resultado de sus trabajos a la Reunión de Coordinadores Nacionales, la cual lo elevará a la reunión de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores.

En caso necesario, estas reuniones podrán ser precedidas por reuniones técnicas preparatorias.

6.- Tróica:

A Presidência Pro Tempore estará assistida por uma Tróica, formada pelo Estado que ocupa a Presidência Pro Tempore, pelo Estado que o precedeu e pelo Estado que o sucederá nessa responsabilidade.

A Tróica ficará automaticamente constituída no momento da eleição do Estado-membro que ocupará a Presidência Pro Tempore da CELAC.

Decisões:

As decisões são adotadas por consenso em todas as instâncias, e, caso isso não for possível, serão adotadas por maioria qualificada.

A proposta da metodologia e dos mecanismos que serão aplicados para a adoção de decisões será elaborada pela tróica e será apresentada para a consideração da seguinte reunião de Ministros das Relações Exteriores (Proposta da República do Equador).

As decisões serão refletidas por escrito e podem ter o formato de declarações, decisões, comunicados conjuntos e resoluções especiais ou qualquer outro instrumento de decisão que, de comum acordo seja determinado. Todas as decisões têm caráter de acordo político].

Decisões

As decisões são adotadas por consenso em todas as instâncias.

As decisões serão refletidas por escrito e podem ter o formato de declarações, decisões, comunicados conjuntos e resoluções especiais ou qualquer outro instrumento de decisão que, de comum acordo seja determinado. Todas as decisões têm caráter de acordo político e constituem mandatos.

II. Mecanismo de Consulta Urgente: Com o propósito de emitir com celeridade e oportunidade os pronunciamentos da CELAC perante fatos imprevistos que merecem atenção urgente, a Presidência Pro Tempore ou qualquer Estado-membro, por meio da Presidência Pro Tempore, poderá propor um projeto de declaração ou comunicado, que será distribuído pela Presidência aos membros da Tróica, os quais estão encarregados de dar uma opinião sobre a conveniência ou não de fazer um pronunciamento sobre um tema específico. No caso de contar com a opinião favorável da Tróica, o projeto de declaração ou comunicado deverá ser consultado e acordado com todos os Estados membros da Comunidade, através dos Coordenadores Nacionais, mantendo, no possível, um prazo mínimo de doze horas para as consultas entre a Presidência Pro Tempore e a Tróica e o mesmo prazo para as consultas com os Estados membros. A consulta é realizada na base do princípio de que se não se manifestar no prazo assinalado alguma observação ou objeção, isso constitui a aprovação tácita da proposta.

É obrigação da Presidência Pro Tempore

dar curso à solicitação formulada pelo Estado membro.

III. Vinculação com outras regiões: A CELAC assume as seguintes atribuições no relacionamento e interlocução da Comunidade com outros países e grupos regionais:

Diálogo político com outros atores intergovernamentais, organizações e mecanismos internacionais.

Concertação de posições comuns em fóruns multilaterais para promover e afiançar os interesses da comunidade latino-americana e caribenha perante os temas da agenda internacional.

Impulso à agenda latino-americana e caribenha em fóruns globais.

Tomada de posições da América Latina e do Caribe perante acontecimentos relevantes.

A Presidência Pro Tempore coordenará os diálogos anuais com outros blocos regionais e com os países que desempenham um papel preponderante na comunidade internacional.

A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos se constitui como o mecanismo representativo da América Latina e do Caribe e, nesse sentido, assume a interlocução nos seguintes fóruns, sem menosprezo dos que eventualmente surjam:

Cúpula América Latina e o Caribe- União Europeia (ALC EU).

Diálogo Ministerial Institucionalizado entre o Grupo do Rio e a União Europeia.

Os diálogos que o Grupo do Rio tenha mantido com países ou grupos de países no âmbito das reuniões realizadas paralelamente à Assembleia Geral das Nações Unidas.

IV. Línguas: As línguas oficiais da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos são: espanhol, francês, holandês, inglês e português. As línguas de trabalho serão: espanhol, francês, inglês e português.

V. Modificação dos Procedimentos: Qualquer dos Estados membros da

Comunidade poderão propor emendas aos presentes procedimentos por meio de comunicação escrita de seu Ministro das Relações Exteriores para a Presidência Pro Tempore. Essas propostas serão analisadas pela Reunião de Ministros das Relações Exteriores, os quais levarão aos Chefes de Estado e de Governo suas recomendações para serem consideradas. Os Chefes de Estado e de Governo serão os encarregados de tomar uma decisão.

VI. Adição do patrimônio histórico do Grupo do Rio e da CALC: O patrimônio histórico da CELAC está constituído pelas Declarações, Comunicados Conjuntos e Especiais, Resoluções e outros instrumentos de decisão aprovados durante os processos do Grupo do Rio e da CALC. Adjunto neste estatuto de procedimentos se encontra a listagem de temas, declarações e documentos que se têm tratado na CALC e no Grupo do Rio, os quais representam o patrimônio histórico de ambos os mecanismos.

VII. Unificação do Grupo do Rio e da CALC: A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos sucederá, para todos os efeitos, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Portanto, o Grupo do Rio e a CALC deixarão de funcionar, sem afetar a continuidade dos programas e ações em andamento que já tenham sido acordados pelo Grupo do Rio e pela Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento.

Disposições transitórias

Entretanto não finalize o prazo estabelecido na Declaração da Unidade, aprovada na Riviera Maya, em 23 de fevereiro de 2010, será realizada a cúpula combinada no Chile em

2012, país que exercerá a primeira Presidência Pro Tempore da CELAC até essa data.

A primeira Tróica para o período 2011-2012 estará constituída pelo Estado que tenha sido designado para exercer a Presidência Pro Tempore no período 2012-2013, o último Estado que exerceu a Presidência Pro Tempore do Grupo do Rio e o último que exerceu a Presidência da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Com a adoção do presente Estatuto de Procedimentos finaliza o processo de constituição da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Declaración Especial sobre la Defensa de la Democracia y el Orden Constitucional en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC)

Las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de los países latinoamericanos y caribeños, reunidos en Caracas, República Bolivariana de Venezuela, el 3 de diciembre de 2011 en el marco de la Cumbre Fundacional de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC):

Reiteramos que nuestra comunidad se asienta en el respeto irrestricto del Estado de Derecho, el respeto a la soberanía y la integridad territorial, la defensa de la democracia, la voluntad soberana de los pueblos, la justicia social, el respeto a los Derechos Humanos y las libertades fundamentales que son requisitos esenciales para la participación en los distintos órganos de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y son conquistas de los pueblos latinoamericanos y caribeños que no admiten retroceso.

Ratificamos que la vigencia del Estado de Derecho, el respeto a las autoridades legítimamente constituidas como expresión de la voluntad soberana de los pueblos, la no

injerencia en los asuntos internos y la defensa de las instituciones democráticas constituyen garantías indispensables para asegurar la paz, la estabilidad, la prosperidad económica y la justicia social, así como el ejercicio efectivo de los Derechos Humanos y de las libertades fundamentales, y que toda ruptura o amenaza de ruptura del orden constitucional y del Estado de Derecho en uno de los Estados Miembros de la Comunidad de Estados latinoamericanos y Caribeños pone en riesgo su normal desarrollo y constituye un hecho grave que amerita la acción enérgica de la comunidad latinoamericana y caribeña.

Reafirmamos que la democracia, el desarrollo sostenible, el respeto de todos los Derechos Humanos y las libertades fundamentales, incluido el derecho al desarrollo son interdependientes y se refuerzan mutuamente, basándose por igual en los principios de objetividad, imparcialidad y universalidad.

Subrayamos la importancia de los compromisos asumidos en materia de democracia en el marco de las Naciones Unidas y de los instrumentos regionales. Recordamos también que la democracia constituye un valor universal que hace parte del acervo histórico del Grupo de Río (GRío) y de la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC), que desarrollan de manera amplia los principios democráticos que compartimos.

Manifestamos nuestro rechazo y condena a todo intento que pretenda trastocar o subvertir el orden constitucional y el normal funcionamiento de las instituciones en cualquier Estado Miembro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños.

Acordamos

- Adoptar una cláusula de compromiso

con la promoción, defensa y protección del Estado de Derecho, del orden democrático, de la soberanía de los pueblos, de los Derechos Humanos y las libertades fundamentales, incluyendo entre otros el derecho a la vida, la libertad y la seguridad de la persona, el no sometimiento a torturas ni penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes, el no ser arbitrariamente detenido, preso o desterrado, ni objeto de ejecuciones sumarias y arbitrarias, de desapariciones forzadas, y la libertad de opinión y expresión.

- Que, cuando el gobierno constitucional de un Estado miembro considere que existe una amenaza de ruptura o alteración del orden democrático que lo afecte gravemente, podrá notificar la situación a la Presidencia Pro Tempore, la que se encargará con la asistencia y apoyo de la Troika de dar a conocer la situación a todos los Estados Miembros, de forma que los mismos puedan decidir la adopción de acciones concretas concertadas de cooperación y el pronunciamiento de la comunidad latinoamericana y caribeña para la defensa y preservación de su institucionalidad democrática.

- En caso de ruptura del Orden Constitucional o del Estado de Derecho, la Presidencia a Pro Tempore, con apoyo de la Troika, convocará una Reunión Extraordinaria de Ministros de Relaciones Exteriores de los Estados Miembros, para que con plena participación del Gobierno legítimo afectado y en forma ágil y oportuna, decidan por consenso, tomando en cuenta otros esfuerzos en curso, adoptar, entre otras, las siguientes medidas:

1. Realizar gestiones diplomáticas en el Estado afectado con el objeto de contribuir a la restitución del proceso político institucional democrático y del Estado de Derecho a la brevedad posible;

2. Suspender al Estado en que se hubiese materializado la ruptura del orden constituido

o del Estado de Derecho, del derecho a participar en los distintos órganos e instancias, así como del goce de los derechos y de los beneficios que se derivan de ser miembro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, hasta que el orden constitucional sea restablecido;

Las medidas que se adopten en relación con hechos objeto de esta Declaración, deberán ser compatibles con el Derecho Internacional y la legislación interna del Estado afectado. Poner fin a las medidas antes citadas cuando se determine, sobre la base de evaluaciones periódicas de la situación, que las causas que motivaron su adopción fueron plenamente superadas.

Adoptada en la ciudad de Caracas, República Bolivariana de Venezuela, a los tres días del mes de diciembre del año dos mil once.

VIOLAÇÃO DA EMBAIXADA BRITÂNICA EM TEERÃ

05/12/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em telefonema hoje a seu homólogo do Reino Unido, William Hague, manifestou solidariedade ao Governo britânico pela violação da embaixada britânica em Teerã, ocorrida na última terça-feira, 29 de novembro.

O Ministro Patriota reiterou os termos da declaração à imprensa do Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que condena os atos de violência contra a representação diplomática britânica e recorda a necessidade de observação do princípio da inviolabilidade das representações diplomáticas e consulares, conforme obrigação constante das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, de 1961 e 1963, respectivamente.

VISITA DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DE
ANGOLA, GEORGES CHIKOTI -
BRASÍLIA, 5 DE DEZEMBRO DE 2011
05/12/2011

O Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, realizou visita a Brasília no dia 5 de dezembro, ocasião em que manteve encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Angola atualmente acumula as presidências da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Os dois Chanceleres passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e conversaram sobre o andamento dos projetos que foram objeto de decisões dos Chefes de Estado de ambos os países durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Luanda, em outubro passado.

As conversas se deram no contexto da Parceria Estratégica Brasil-Angola, acordada em junho de 2010. Entre os temas examinados, figuraram educação, saúde, cooperação em agricultura, gestão pública, ciência e tecnologia, energia e indústria. Assuntos migratórios e consulares e o processo de adesão da Guiné-Equatorial como membro pleno da CPLP também foram suscitados.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Angola cresceu cerca de 7 vezes nos últimos dez anos. Em 2010, ano em que Angola foi o quinto maior parceiro do Brasil na África, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 1,44 bilhão. De janeiro a outubro de 2011, o intercâmbio comercial foi de US\$ 1,143 bilhão.

VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DO
MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA, E DO
SECRETÁRIO DE ECONOMIA, BRUNO
FERRARI – SÃO PAULO,
7 DE DEZEMBRO DE 2011
06/12/2011

A Chanceler do México, Patricia Espinosa, e o Secretário de Economia, Bruno Ferrari, realizarão visita de trabalho ao Brasil, ocasião em que serão recebidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

Brasil e México decidiram dar início à negociação do Acordo Estratégico de Integração Econômica entre os dois países. Os Ministros também examinarão a agenda regional e global, incluindo a recente constituição, em Caracas, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a presidência mexicana do G-20 financeiro e a Conferência Rio+20.

O comércio bilateral registra importante aumento em 2011, sendo o intercâmbio no período de janeiro a outubro (US\$ 7,33 bilhões) já praticamente equivalente a todo o ano de 2010 (US\$ 7,57 bilhões). O Brasil é o maior destino dos investimentos mexicanos na América Latina, com estoque de cerca de US\$ 17 bilhões. O México tem sido o destino de grandes projetos de investimento por parte de empresas brasileiras. O estoque de investimento do Brasil chega a cerca de US\$ 1,1 bilhão e deverá ultrapassar US\$ 4 bilhões até 2015.

ATENTADOS NO AFGANISTÃO
08/12/2011

Na Conferência Internacional sobre o Afeganistão, realizada em Bonn, Alemanha,

no último dia 5, a comunidade internacional reuniu-se para reiterar o seu comprometimento com o desenvolvimento do Afeganistão em um contexto de liberdade, segurança e prosperidade. Convidado a participar, o Brasil reiterou a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento, e manifestou o desejo de que o entendimento possa prevalecer na região.

Nesse contexto de mobilização internacional pela reconstrução e pelo desenvolvimento do país, o Governo brasileiro deplora os atentados ocorridos no Afeganistão nos dias 6 - feriado religioso da Ashura - e 7 de dezembro, os quais vitimaram indiscriminadamente mais de setenta pessoas, incluindo crianças, e deixaram mais de 160 feridos. O Brasil manifesta sua solidariedade ao Governo e ao povo do Afeganistão, particularmente às famílias enlutadas, neste momento de profunda dor.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF
À ARGENTINA PARA A CERIMÔNIA
DE POSSE DA PRESIDENTA CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER – BUENOS
AIRES, 10 DE DEZEMBRO DE 2011
09/12/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará da cerimônia de posse da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, em 10 de dezembro, em Buenos Aires.

A cerimônia ocorrerá no plenário do Congresso Nacional, onde a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner fará juramento constitucional, seguido de discurso à nação. Em seguida, será realizada cerimônia na Casa Rosada, em que a Presidenta argentina receberá os cumprimentos dos Chefes de delegações estrangeiras.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 33 bilhões. De janeiro a novembro de 2011, o volume do comércio cresceu 23,5% em relação ao mesmo período de 2010 e chegou a US\$ 36,5 bilhões, o que já garante a 2011 o recorde da série histórica do comércio bilateral. As projeções indicam que o comércio este ano deverá ultrapassar os US\$ 40 bilhões. Mais de 80% do intercâmbio entre o Brasil e a Argentina é composto por bens industrializados.

VIII CONFERÊNCIA MINISTERIAL
DA OMC - GENEBRA, 15 A 17 DE
DEZEMBRO DE 2011
09/12/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, em Genebra, de 15 a 17 de dezembro de 2011, da VIII Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC). A Delegação brasileira também será integrada pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e por funcionários do MDIC, da CAMEX e do Itamaraty, e por representantes da sociedade civil.

A VIII Conferência Ministerial da OMC tratará de dois itens em sua agenda. O primeiro, denominado Visão Geral das Atividades da OMC, permitirá que os Ministros examinem os resultados dos trabalhos realizados ao longo dos últimos dois anos e estabeleçam diretrizes políticas para orientar a continuidade do esforço negociador nos próximos meses. O segundo compreenderá o exame de um conjunto de acordos referentes à aplicação das regras da Organização, com destaque para um instrumento que autorizará os Membros a concederem facilidades à exportação de serviços por parte dos países mais pobres.

No dia 14 de dezembro, véspera da VIII Conferência Ministerial da OMC, os Ministros brasileiros coordenarão almoço de trabalho com a África do Sul, China e Índia (países do BRICS membros da OMC). A Rússia participará do almoço como observadora. Com a acessão da Rússia à Organização, que será formalizada no dia 15 de dezembro, todos os países do BRICS estarão nela representados. O encontro permitirá um intercâmbio de informações e pontos de vista sobre o estado atual da Rodada Doha e sobre as perspectivas para 2012.

O Ministro Patriota presidirá reunião do G20 Comercial. Desde 2003, quando foi criado na Ministerial de Cancun, o G20 Comercial trabalhou com coesão e formulou, com fundamentação técnica, propostas de disciplinas da OMC para o comércio agrícola internacional. Na reunião de Genebra, os Ministros do G20 Comercial avaliarão possíveis cursos de ação conjunta, com vistas à continuação das negociações em 2012.

À margem dessas reuniões, o Ministro Patriota manterá encontros bilaterais de trabalho com outros ministros presentes em Genebra.

V REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-ÍNDIA NOVA DELHI, 12 DE
DEZEMBRO DE 2011
10/12/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota co-presidirá, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, S. M. Krishna, a V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, que se reunirá, em Nova Delhi, no dia 12 de dezembro.

A Comissão Mista Brasil-Índia foi estabelecida em 2002 para explorar as

possibilidades de cooperação no âmbito bilateral nos mais diversos setores e intensificar o diálogo sobre temas da agenda multilateral.

Brasil e Índia são países com semelhantes perspectivas em relação ao desenvolvimento econômico e social. A convergência de interesses se evidencia pela cooperação no cenário internacional, na ONU ou em grupos como o IBAS, o BRICS, o BASIC e o G-20. A Índia organizará a IV Cúpula do BRICS, a realizar-se em Nova Delhi, em 29 de março de 2012.

As relações Brasil-Índia oferecem vasto potencial para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos entre os dois países. O intercâmbio comercial teve crescimento de 630% nos últimos oito anos, passando de US\$ 1,2 bilhão em 2002 para o patamar de US\$ 7,7 bilhões em 2010. Entre janeiro e outubro de 2011, a corrente de comércio bilateral alcançou a soma de US\$ 8,05 bilhões.

VISITA AO BRASIL DA DIRETORA-
EXECUTIVA DA ONU-MULHERES,
MICHELLE BACHELET – 14 A 16 DE
DEZEMBRO DE 2011
12/12/2011

A Diretora Executiva da ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher), Michelle Bachelet, realizará visita ao Brasil entre os dias 14 e 16 de dezembro.

No dia 15 de dezembro, a Diretora-Executiva manterá reunião, em Brasília, com a Presidenta Dilma Rousseff, ocasião na qual tratará de temas ligados a políticas públicas brasileiras para a igualdade de gênero, projetos de cooperação e o papel da mulher nas Operações de Paz das Nações Unidas e nas Forças Armadas.

Michelle Bachelet também proferirá

palestra na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e terá reuniões com representantes da sociedade civil, parlamentares e Ministros de Estado, entre os quais Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Luíza Bairos, da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

No Rio de Janeiro, a Diretora-Executiva da ONU-Mulheres visitará o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e encontrará o Ministro da Defesa, Celso Amorim, para tratar do tema “mulheres, paz e segurança”.

A ONU Mulheres foi criada em 2010, e está em funcionamento desde 1º de janeiro de 2011.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA FRANÇA, FRANÇOIS
FILLON – 14 A 17 DE DEZEMBRO DE 2011
14/12/2011

O Primeiro-Ministro da França, François Fillon, realizará visita ao Brasil no período de 14 a 17 de dezembro corrente. O Chefe de Governo francês será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 15, em Brasília. A programação da visita oficial incluirá passagens também por São Paulo e Rio de Janeiro.

O Primeiro-Ministro Fillon viajará acompanhado pelo Ministro dos Esportes, David Douillet; Ministro da Indústria, Energia e Economia Digital, vinculado ao Ministério da Economia, Finanças e Indústria, Eric Besson; Ministro da Cooperação, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e Europeias, Henri de Raincourt; e por delegação empresarial.

A visita oferecerá oportunidade para uma reafirmação da parceria estratégica entre os dois países, com especial ênfase no aprofundamento dos vínculos existentes em áreas de tecnologias de ponta e no campo do ensino superior e da pesquisa, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras. Está prevista a assinatura de acordos sobre Previdência Social e sobre a participação da França no Programa Ciência sem Fronteiras. Serão examinados, igualmente, projetos na área de integração fronteiriça, ante a perspectiva da conclusão dos trabalhos da ponte sobre o Rio Oiapoque.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a França alcançou no período entre janeiro e novembro de 2011 o montante de US\$ 8,9 bilhões, já tendo ultrapassado os valores registrados em 2010 (US\$ 8,37 bilhões). A França, um de nossos 10 principais parceiros comerciais, ocupa a quinta posição entre os maiores investidores no Brasil em 2011, com recursos, até o mês de setembro, da ordem de US\$ 2,3 bilhões, 4,5% do total de investimentos recebidos. Entre os anos 2001 e 2011, os ingressos de investimento da França no Brasil somaram aproximadamente US\$ 19 bilhões.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DO G-20 -
GENEBRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2011
14/12/2011

(i) Nós, os Ministros do G-20, reunimo-nos, em 14 de dezembro de 2011, às vésperas da 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), com o objetivo de discutir o estado das negociações da Rodada Doha e formas de aprimorar a coordenação entre países em desenvolvimento.

(ii) Ao reconhecer os desafios trazidos pelo cenário econômico atual, reafirmamos

nosso compromisso com o regime multilateral de comércio e com a Agenda para o Desenvolvimento de Doha (DDA). Sublinhamos a importância de um sistema multilateral de comércio baseado em regras, sobretudo num contexto de incertezas econômicas. Notamos com preocupação o corrente impasse no processo de reforma do comércio de bens agrícolas na OMC e ressaltamos a necessidade de que sejam melhoradas as regras existentes sobre agricultura.

(iii) Neste sentido, evocamos o trabalho de longa data do G-20 e as contribuições do Grupo nas negociações agrícolas da Rodada Doha. Desde a sua criação, em 2003, o G-20 tem defendido a necessidade da eliminação das políticas distorcivas do comércio mundial mantidas por países desenvolvidos, bem como de que os resultados das negociações estejam em conformidade com a dimensão do desenvolvimento do mandato de Doha.

(iv) Sublinhados com preocupação o atual impasse nas negociações para a conclusão da Rodada Doha, lançadas com base em claro mandato destinado a tratar alguns dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, sobretudo mediante a reforma das disciplinas sobre agricultura. Infelizmente, em decorrência da falta de progresso na Rodada, distorções causadas pelos altos níveis de proteção ao comércio de bens agrícolas, inclusive subsídios, continuam a minar as perspectivas de longo prazo de muitos países em desenvolvimento, especialmente os de menor desenvolvimento relativo.

(v) Ressaltamos que a agricultura, com a sua clara dimensão de desenvolvimento, constitui tema central da Rodada Doha e deve assim determinar o nível geral de ambição das negociações. Com vistas à conclusão da Rodada num futuro próximo, ressaltamos a necessidade de se preservar sua história

negociadora, que reflete concessões mútuas e entendimentos atingidos ao longo dos últimos 10 anos.

(vi) Reafirmamos nosso compromisso com o “single undertaking” e com um processo multilateral verdadeiramente transparente e inclusivo. A discussão sobre possíveis resultados antecipados não implica o abandono do mandato de Doha. Salientamos, ademais, que qualquer acordo que venha a ser concluído antes do término integral da Rodada deve conferir prioridade a temas relativos à agricultura.

(vii) Acordamos que devem ser priorizados os resultados da Rodada Doha relativos à agricultura que sejam de particular interesse para os países mais pobres - especialmente os de menos desenvolvimento relativo (PMDRs) -, tais como a implementação do mandato de Hong Kong sobre subsídios à exportação até o final de 2013 e sobre algodão.

(viii) Sublinhamos que a alta volatilidade do preço das commodities agrícolas gera preocupações em muitos países em desenvolvimento e que a implementação do mandato de Doha sobre agricultura desempenharia papel positivo na resposta a algumas das preocupações relativas à segurança alimentar.

(ix) OG-20 acompanhará de perto a evolução das políticas agrícolas, principalmente em Washington e em Bruxelas, relacionadas à reforma da “Farm Bill” e da Política Agrícola Comum (PAC), com o objetivo de avaliar o seu provável impacto sobre os países em desenvolvimento.

(x) Expressamos preocupação com o aumento do protecionismo no comércio de bens agrícolas, por meio da adoção de medidas restritivas ao comércio, sem a devida fundamentação técnica ou científica, e em desconformidade com os Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de

Barreiras Técnicas da OMC. Tais medidas afetam os países em desenvolvimento de forma desproporcional e constituem mais uma injustificada barreira que os países em desenvolvimento têm de superar para usufruir plenamente seus direitos previstos nas normativas da OMC. O G-20 registra com preocupação o aumento do uso de padrões privados, principalmente em países desenvolvidos, e de requisitos para a rotulagem de alimentos que não estão em

plena conformidade com os referidos acordos da OMC.

(xi) Por fim, expressamos nossa gratidão pelas valiosas contribuições dos coordenadores dos seguintes grupos de países em desenvolvimento, que também participaram da reunião ministerial do agrupamento: Grupo de Países da África, Caribe e Pacífico - ACPs (Ilhas Maurício); Países de Menor Desenvolvimento Relativo - PMDRs (Bangladesh); Grupo Africano (Quênia); Economias Pequenas e Vulneráveis - SVEs (Barbados); G-33 (Indonésia) e Cotton-4 (Burkina Faso).”

DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DE
COMÉRCIO DO BRICS - GENEBRA, 14
DE DEZEMBRO DE 2011
14/12/2011

Nós, os Ministros da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e da Rússia, reunimo-nos em 14 de dezembro de 2011, em Genebra, às vésperas da 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em seguimento ao nosso encontro anterior realizado em Sanya, na China, em 13 de abril de 2011, expressamos nossa satisfação com a criação recente de um grupo de contato responsável pela tarefa de propor um quadro institucional e medidas concretas para

expandir a cooperação econômica tanto entre os próprios países do BRICS como entre os países do BRICS e todos os países em desenvolvimento, dentro de uma perspectiva Sul-Sul. Observamos que o grupo de contato reuniu-se pela primeira vez em 2 de dezembro de 2011, em Pequim, na China, para dar andamento ao seu trabalho.

Observamos também que a Índia irá sediar a 4ª Reunião de Cúpula do BRICS, em Nova Delhi, em 29 de março de 2012, e que a primeira reunião substantiva dos Ministros de Comércio do BRICS será realizada no dia 28 de março de 2012. Será uma boa oportunidade para fazer uma revisão dos resultados da MC-8 e para definir uma abordagem comum sobre o caminho a seguir.

Reconhecemos o grande potencial de crescimento tanto dos fluxos de comércio entre os países em desenvolvimento como da cooperação em investimentos nas próximas décadas. Acreditamos que os países do BRICS devam desempenhar um papel de liderança na cooperação Sul-Sul. Diante disso, comprometemo-nos a expandir ainda mais os laços econômicos, comerciais e de investimentos entre os nossos países. A expansão e o aprofundamento da cooperação econômica entre os países do BRICS podem não só atender aos nossos interesses comuns como também ajudar a promover o crescimento da economia global. Concordamos que as medidas para fortalecer a cooperação econômica e comercial entre nossos países devem ser adotadas de maneira crescente, proativa e pragmática.

Relembramos ainda que, em Sanya, destacamos nosso compromisso com o regime comercial da OMC e com a Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA).

Nesse contexto, os países do BRICS membros da OMC parabenizam a Rússia, maior economia fora do sistema multilateral

de comércio, pela conclusão exitosa do processo de acesso à OMC, e expressam sua expectativa com relação à próxima Conferência Ministerial, para que possam acolher formalmente a Rússia como novo membro. Este será um passo fundamental para fazer da OMC ainda mais representativa e legítima e fortalecer ainda mais o sistema multilateral de comércio.

Expressamos nossa satisfação com a conclusão dos processos de acesso de três outros novos membros da OMC: Montenegro, Samoa e Vanuatu. Saudamos também a aprovação de um novo conjunto de diretrizes para a acesso dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, que irão contribuir para o nosso objetivo comum de alcançar participação universal na OMC.

Ao buscar reforçar as bases do sistema multilateral de comércio, sublinhamos a necessidade premente de aperfeiçoar suas regras e sua estrutura, de modo a dar conta, em particular, das preocupações e interesses dos países em desenvolvimento. A OMC deve manter seu papel central no monitoramento da implementação das disciplinas e compromissos multilaterais de comércio, inclusive na área-chave de solução de controvérsias. A OMC também serve como foro para discussão dos assuntos relativos a comércio que todos os Membros concordam serem relevantes e pertinentes. As funções de negociação da Organização também devem ser preservadas e revigoradas.

Atribuímos grande importância ao papel da OMC na contenção das forças protecionistas. Sob as atuais condições econômicas globais, o comércio internacional desempenha um papel ainda mais crítico no estímulo ao crescimento e desenvolvimento econômicos. Concordamos plenamente que se deve resistir a todas as formas de protecionismo. Ao mesmo tempo, destacamos a necessidade dos países

em desenvolvimento de preservar e utilizar, quando necessário, toda sua capacidade de adotar medidas consistentes com as regras da OMC. Sublinhamos também que os subsídios distorcivos ao comércio concedidos pelas economias desenvolvidas, particularmente em agricultura, são uma das formas mais prejudiciais de protecionismo. Esses subsídios geram insegurança alimentar e anulam o potencial de desenvolvimento de um setor fundamental em países que já enfrentam enormes desafios para participar dos fluxos globais de comércio.

Estamos particularmente preocupados com o impasse atual na Rodada de Desenvolvimento de Doha. Apesar dessas circunstâncias, continuaremos totalmente engajados nas negociações com o objetivo de concluir o “single undertaking” dentro do mais breve prazo possível. Enfatizamos que as negociações sobre qualquer componente da DDA devem ser baseadas nos mandatos acordados multilateralmente desde o lançamento da Rodada em 2001 e no equilíbrio delicado das concessões mútuas alcançadas durante os últimos dez anos, que estão também refletidas nas minutas de textos de modalidades de dezembro de 2008. Continuamos dispostos a concluir a Rodada com base naquelas minutas de modalidades.

Concordamos que o impasse nas negociações da DDA não deve desencorajar os membros de buscar resultados em áreas específicas nas quais eles concordam haver possibilidade de progresso. Instruiremos nossos negociadores a se engajar de forma efetiva e construtiva sempre que aquela concordância existir. Esses esforços não devem perder de vista, no entanto, a centralidade do tema do desenvolvimento nos mandatos de Doha. Quaisquer resultados antecipados devem primeiro dar conta de elementos de interesse dos membros mais

pobres. Temas de interesse para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo devem ter prioridade e não estar vinculados a outras áreas. A implementação integral da Declaração Ministerial de Hong Kong relativa à iniciativa “duty-free-quota-free”, bem como assuntos como algodão e agricultura, devem receber prioridade e constituir parte integrante de quaisquer acordos antecipados. Esses esforços devem ser totalmente consistentes com os mandatos existentes e observar os princípios de transparência e inclusão. Neste contexto, não encorajaremos ou apoiaremos abordagens plurilaterais, ou qualquer outra modalidade de negociação que possa comprometer ou enfraquecer a natureza multilateral das negociações.

Recebemos com satisfação as medidas adotadas por nossas agências de cooperação técnica nas áreas especialmente relevantes para os países africanos. Essas medidas complementam as iniciativas adotadas pela OMC e outras organizações internacionais relevantes. Sublinhamos a necessidade de continuar perseguindo e aprimorando iniciativas de ajuda ao comércio que beneficiem nossos parceiros comerciais. A cooperação com as economias do “Cotton-4” é um marco nesta área, e comprometemo-nos a mantê-la e intensificá-la.

A Ministra da Rússia relembra que seu país deverá começar a implementar seus compromissos na OMC em meados de 2012. Ela afirma que, tornando-se um membro pleno da OMC, a Rússia irá participar de maneira construtiva e ativa das negociações da DDA, dada a importância central de um resultado equilibrado da DDA para fortalecer e desenvolver o sistema mundial de comércio.

XLII Cúpula de Presidentes do Mercosul e XLII Reunião do Conselho do Mercado

XLII CÚPULA DE PRESIDENTES DO
MERCOSUL E XLII REUNIÃO DO
CONSELHO DO MERCADO COMUM –
MONTEVIDÉU, 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2011
16/12/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em 20 de dezembro, em Montevidéu, Uruguai, da XLII Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. A reunião será precedida, no dia 19, da XLII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC).

O comércio total entre os Estados Partes do Mercosul manteve-se em expansão em 2011, devendo atingir um valor 20% acima da cifra de US\$ 44,55 bilhões alcançada em 2010.

Será assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina, cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Riadi Malki, participará como convidado especial.

Os Chanceleres dos Estados Partes e dos Estados Associados deverão assinar, ainda, o Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia, que atualizará o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, de 1998. O novo Protocolo conterá mecanismos adicionais de intermediação e de sanção para os casos de ruptura ou de ameaça de ruptura da ordem democrática.

O Mercosul declarará o ano de 2012 como “Ano da Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome no Mercosul”.

No encerramento da Cúpula, a Presidência Pro Tempore do Mercosul será transmitida à Argentina.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV HAVEL
19/12/2011

O Governo brasileiro recebeu com grande pesar a notícia do falecimento do ex-Presidente

da República Tcheca, Václav Havel, no último domingo.

Por mais de quatro décadas, a atuação de Havel em prol da democracia e dos direitos humanos foi fonte de inspiração para os que, em toda parte, lutavam por um mundo mais justo.

Como Presidente da Tchécoslováquia, primeiro, e da República Tcheca, em seguida, Václav Havel foi parceiro e interlocutor que distintos Governos brasileiros tiveram sempre em alta estima, pela convergência dos seus valores humanistas com aqueles professados pela nação brasileira.

Por todos esses motivos, o Governo brasileiro manifesta sua tristeza pela perda e deseja transmitir suas mais sinceras condolências à família do ex-Presidente Havel e ao Governo e povo tchecos.

TEMPESTADE TROPICAL
NAS FILIPINAS
19/12/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos efeitos da Tempestade Tropical Washi, na região meridional das Filipinas, a qual causou, até o momento, a morte de pelos menos 650 pessoas e grandes perdas materiais.

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas e espera que a situação na região afetada seja normalizada o mais breve possível.

CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO
DA CANTORA CABOVERDIANA
CESÁRIA ÉVORA
20/12/2011

O Ministro das Relações Exteriores,

Antonio de Aguiar Patriota, encaminhou, na manhã de hoje, carta de condolências ao Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde, Jorge Borges, em que lamenta o falecimento, no último dia 17 de dezembro, da cantora Cesária Évora, expoente da cultura caboverdiana no cenário internacional.

A missiva associa o Brasil, neste momento de profunda tristeza, aos que confortam a família enlutada e a todos os caboverdianos. Recorda, ainda, a memória, que sempre viverá, da artista que cantou seu país.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO
MERCOSUL-PALESTINA - MONTEVIDÉU,
20 DE DEZEMBRO DE 2011
20/12/2011

Foi assinado hoje, em Montevidéu, Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina, que conclui a negociação iniciada com a assinatura, em dezembro de 2010, na Cúpula do MERCOSUL em Foz do Iguaçu, de Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica.

O instrumento firmado com a Palestina reafirma o interesse dos países do MERCOSUL em ampliar entendimentos com parceiros no Oriente Médio e no mundo árabe. O MERCOSUL celebrou Acordos de Livre Comércio na região com Israel, já vigente, e Egito, assinado em 2010.

O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina tem os seguintes capítulos: comércio de bens; regras de origem; salvaguardas bilaterais; regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação e conformidade; medidas sanitárias e fitossanitárias; cooperação técnica e tecnológica; disposições institucionais e solução de controvérsias. Trata-se de um acordo de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva

sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

O Acordo é expressão do apoio dos Estados Partes do MERCOSUL ao estabelecimento de um Estado palestino independente e democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que possa viver de forma pacífica e harmoniosa com seus vizinhos.

O Governo brasileiro faz registro da contribuição da Presidência Pro Tempore uruguaia do MERCOSUL para a conclusão das negociações.

Informações Complementares

- O Acordo tem “cestas” de desgravação nas seguintes categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (quotas ou margens de preferência).

- O MERCOSUL ofertou em Cesta A produtos de interesse exportador prioritário palestino, tais como azeite de oliva, produtos alimentícios, pedras e mármore.

- A Palestina foi incluída no SISCOMEX (importações) e no NOVOEX (exportações) em fevereiro de 2011. Antes dessa data, no sistema ALICEWEB/MDIC, os dados do comércio bilateral eram computados conjuntamente com os dados relativos ao comércio com Israel.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS
ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR Y
ESTADOS ASOCIADOS - MONTEVIDÉU,
20 DE DEZEMBRO DE 2011
21/12/2011

Las Presidentas y los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay,

el día 20 de diciembre de 2011, en ocasión de la XLII Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común, revisaron la situación regional y mundial en el período comprendido por la Presidencia Pro Tempore de la República Oriental del Uruguay. En tal sentido:

1. Reiteraron su compromiso con los valores e instituciones democráticas y con el Estado de Derecho; subrayaron que la no injerencia en los asuntos internos, la resolución de las controversias exclusivamente por medios pacíficos y diplomáticos, así como el respeto irrestricto de los Derechos Humanos, son condiciones esenciales para el desarrollo del MERCOSUR.

2. Se congratularon por la suscripción del “Protocolo de Montevideo sobre Compromiso con la Democracia en el MERCOSUR (Ushuaia II)”, por medio del cual se consolidan los mecanismos de protección del orden democrático, el estado de derecho y sus instituciones, y se garantizan las libertades fundamentales, condiciones esenciales para la vigencia y evolución del proceso de integración.

3. Reafirmaron, en el marco del vigésimo aniversario de la entrada en vigencia del Tratado de Asunción, su voluntad de continuar la profundización del MERCOSUR en sus dimensiones política, económica, productiva, social, ambiental, educativa, cultural y ciudadana con miras a alcanzar el desarrollo sostenible con justicia e inclusión social.

4. Reafirmaron su compromiso para avanzar hacia el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), en el ámbito regional y subregional.

5. Manifestaron su satisfacción por la III Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC) realizada en Venezuela, los días 2 y 3 de diciembre del corriente, en cuyo contexto se puso en marcha la Comunidad de Estados Latinoamericanos

y Caribeños (CELAC), y destacaron su convicción de que esta última contribuirá a consolidar nuestra unidad política, económica, social y cultural, preservar nuestra identidad, defender nuestra soberanía y garantizar la paz en nuestra región.

Se comprometieron a brindar su apoyo a la República de Chile, para la realización de la Cumbre CELAC que tendrá lugar en Santiago.

6. Reconociendo la lucha contra el hambre como esfuerzo prioritario para la promoción del desarrollo social, reafirmaron su compromiso en formular y fortalecer políticas y programas nacionales y regionales destinados a garantizar la seguridad alimentaria y nutricional.

Reconocieron que la respuesta estructural al problema debe incluir, entre otros: el desarrollo de la agricultura, la mejora en la distribución de alimentos, acceso a los alimentos por parte de la población en situación de mayor vulnerabilidad, y debe promover las condiciones propicias para la inversión y el desarrollo de la agricultura y otras áreas vinculadas a esta.

Subrayaron, en este sentido, que el acceso al alimento, y el fortalecimiento de la agricultura familiar, la promoción del consumo de alimentos sanos y nutritivos, son fundamentales para garantizar el Derecho Humano a una adecuada alimentación. Subrayaron, asimismo la importancia del arraigo y la cultura de producción de alimentos para autoconsumo y mercados locales.

Reafirmaron su apoyo a la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), en su función de erradicar el hambre y promover la seguridad alimentaria y nutricional, y reiteraron su disposición a apoyar los trabajos del nuevo Director General de la Organización, señor José Graziano Da Silva.

Destacaron, también, su compromiso con la 32° Conferencia Regional de la FAO para

América Latina y Caribe, que tendrá lugar en Buenos Aires entre el 26 y el 30 de marzo de 2012, instancia fundamental para fortalecer la seguridad alimentaria y propiciar la innovación para una agricultura sustentable.

Expresaron su pleno respaldo al Estado Plurinacional de Bolivia para la realización de la 42° Asamblea General de la Organización de Estados Americanos que se llevará a cabo en la ciudad de Cochabamba, los días 3 al 5 de junio de 2012, ocasión en la que se debatirá entre otros, la temática de la seguridad alimentaria.

Asimismo, saludaron la aprobación por consenso de la Resolución A/C.2/66/L.19/Rev. 1 en la Segunda Comisión de la Asamblea General de las Naciones Unidas en su 66° Período de Sesiones, por la cual se declara el 2013 como el año internacional de la Quinoa.

7. En el marco de su compromiso con la promoción y respeto de los Derechos Humanos reafirmaron la importancia de consolidar los ámbitos regionales en la materia, en particular el Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR cuyos objetivos centrales son fortalecer el Estado de Derecho mediante el diseño y seguimiento de políticas públicas en Derechos Humanos y contribuir a la consolidación de los Derechos Humanos en el MERCOSUR.

Destacaron la formalización de una solicitud de Opinión Consultiva sobre niñez migrante ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos, y que por primera vez en la historia de la misma, cuatro países de manera conjunta se hicieron presente en el máximo órgano jurisdiccional del sistema interamericano de derechos humanos.

Subrayaron que en el ámbito del Consejo de Derechos Humanos de Naciones Unidas bajo presidencia de Uruguay, el MERCOSUR presentó por primera vez, a iniciativa de Brasil, una resolución que establece

la Incompatibilidad entre Democracia y Racismo.

Reafirmaron asimismo su compromiso en la búsqueda de memoria, verdad y justicia sobre las graves violaciones de derechos humanos ocurridas en nuestra región, por lo que destacaron el establecimiento, en el marco de la Comisión Permanente de Memoria, Verdad y Justicia de la RAADDHH, de un grupo técnico con el fin de obtener información sobre la coordinación represiva que existió en el Cono Sur, en particular la Operación Cóndor.

Adicionalmente, destacaron el respaldo de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados a la iniciativa de la República Argentina por medio de la cual se estableció un Relator Especial del Consejo de Derechos Humanos sobre la promoción de la verdad, justicia, reparación y garantías de no repetición.

8. Reiteraron su compromiso de combatir la trata de personas, desde un enfoque multidisciplinario a nivel regional que contemple, entre otras, las áreas consular; jurídica; de educación; de salud; de asistencia social; de trabajo y de derechos humanos. Acordaron fortalecer la cooperación entre los mecanismos de prevención, atención y reintegración de personas víctimas de este crimen, en particular de las mujeres, niños, niñas y adolescentes.

9. Reafirmaron su compromiso con la plena observancia de los Derechos del Niño, como eje prioritario de las políticas públicas de salud; educación; cultura; erradicación de la pobreza y protección contra todas las formas de explotación, en particular la sexual y el trabajo forzoso, ratificando la importancia de promover el intercambio de experiencias en el área de derechos de niños, niñas y adolescentes.

10. Reafirmaron su compromiso para la

erradicación de la violencia contra las mujeres en todas sus expresiones, reconociéndola como una grave violación de los derechos humanos.

Se comprometieron a impulsar la ratificación del Convenio 189 de la Organización Internacional del Trabajo, sobre “Las Trabajadoras y los Trabajadores Domésticos”.

Coincidieron en que la incorporación de la perspectiva de género en el ámbito del MERCOSUR es esencial para profundizar la democracia, eliminar las disparidades y la discriminación contra las mujeres, y en ese sentido reafirmaron la necesidad de promover una mayor participación política de las mujeres y su representatividad equitativa en los ámbitos de decisión ejecutiva y legislativa locales, nacionales y regionales.

Reconocieron la situación de exclusión socio económica, política y cultural que viven las mujeres afrodescendientes y de pueblos originarios, quienes a menudo son objeto de discriminación múltiple. Reafirmaron su compromiso en la lucha contra el racismo, la xenofobia y toda forma de discriminación e intolerancia, así como la necesidad de continuar generando políticas públicas con enfoque de género y étnico racial a fin de revertir estas situaciones.

11. Reafirmaron asimismo su compromiso de orientar y fortalecer las políticas, programas y acciones, tanto nacionales como regionales, destinadas a la prevención, atención, rehabilitación e inclusión de las personas con discapacidad. En este sentido, reiteraron la importancia de la difusión de la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad.

12. Tomaron nota de la convocatoria a la Conferencia Mundial sobre los pueblos Indígenas a realizarse en el año 2014, en el marco de la conmemoración del 5to

aniversario de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

13. Reafirmaron la prioridad que confieren al respeto y promoción de los derechos humanos de las personas migrantes y sus familias, independientemente de su condición migratoria, nacionalidad, origen étnico, género, edad o cualquier otra consideración discriminatoria, y reiteraron la importancia de articular posiciones conjuntas sobre cuestiones migratorias en los foros internacionales.

Reiteraron la condena a las políticas migratorias que vulneran los derechos fundamentales de los migrantes y limitan su acceso a la educación y a la salud, estimulando en muchos casos la adopción de actitudes racistas, xenófobas y discriminatorias, y repudiaron las políticas gubernamentales que tratan de forma indiferenciada a los migrantes indocumentados o en situación irregular y a los criminales. En particular, condenaron las leyes aprobadas en diferentes estados federales de los Estados Unidos de América, que tipifican como delito la condición migratoria irregular, el transportar y dar empleo a inmigrantes indocumentados, entre otros.

Reafirmaron su disposición a fortalecer el diálogo y la cooperación con terceros países o agrupaciones de países a fin de garantizar el respeto irrestricto de los derechos humanos de las personas migrantes y sus familias, su inserción plena en los países de destino, así como el desarrollo integral de los países de origen de los flujos migratorios.

14. Reiteraron su compromiso de apoyar y fortalecer los trabajos de la Reunión Especializada de Reducción de Riesgo de Desastres Socio-Naturales, la Defensa Civil, la Protección Civil y la Asistencia Humanitaria del MERCOSUR (REHU), en materia de asistencia humanitaria, gestión de riesgos, respuesta a desastres, entre otras. Instaron

a continuar profundizando el proceso de reuniones técnicas, que permitan desarrollar herramientas de coordinación operativas, como es el caso del modelo subregional de manejo integral de suministros humanitarios en casos de desastre.

15. Manifestaron su apoyo a la adopción de medidas que incrementen el intercambio comercial entre los países de América del Sur, basadas en la cooperación, complementariedad e integración de las cadenas productivas. Destacaron, además, la necesidad de fomentar medidas de facilitación del comercio en el ámbito regional, entre otras, las alcanzadas en ALADI en materia de certificación de origen digital, armonización de estadísticas de comercio y promoción de la participación de las micro, pequeñas y medianas empresas en el comercio regional.

En ese contexto expresaron la importancia de profundizar y perfeccionar los acuerdos comerciales intrarregionales existentes.

16. Reiteraron su compromiso de avanzar, a través de los canales institucionales pertinentes, en el establecimiento de acciones y propuestas para la gradual articulación, complementación y convergencia de instituciones y foros del MERCOSUR, la Comunidad Andina y la UNASUR con el objetivo de fortalecer el proceso de integración regional.

En este contexto, tomaron nota de las declaraciones sobre el particular, adoptadas por los Presidentes de la Comunidad Andina en Lima y Bogotá, en julio y noviembre de 2011, respectivamente.

17. Se comprometieron a respaldar la integración energética regional, así como respetar el derecho soberano de los Estados de disponer libremente de aquellos recursos energéticos que sean de su jurisdicción, cuando esta es plena.

18. Destacaron los resultados de la XLI Reunión de Ministros de Educación del

MERCOSUR (RME), en particular los avances en los programas de movilidad educativa, la convocatoria a la segunda edición del Parlamento Juvenil del MERCOSUR, así como los últimos desarrollos en materia de administración del Fondo Educativo del MERCOSUR (FEM).

Asimismo, manifestaron su beneplácito por la firma del Convenio de Financiamiento del Proyecto con la Unión Europea “Apoyo al Sector educativo del MERCOSUR” (PASEM), que aspira a brindar una fecunda integración entre las Instituciones de Formación docente.

Reafirmaron la importancia de construir métodos innovadores para fortalecer las políticas de cobertura, calidad y equidad de la educación en nuestros países, como eje fundamental para alcanzar el desarrollo social, económico y humano de todos los ciudadanos de la región. De igual forma, instaron a continuar el trabajo conjunto entre todos los países para hacer de la educación uno de los ejes fundamentales para consolidar el proceso de integración regional, promover la ciudadanía regional, una cultura de paz y el respeto a la democracia, a los derechos humanos y al medio ambiente, todo ello con base en la cooperación solidaria.

19. Destacaron las acciones del MERCOSUR Cultural que tienen como objetivo la inclusión social, así como la protección y promoción de la diversidad cultural, en línea con los ejes fundamentales de la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de Expresiones Culturales del 2005.

Manifestaron su interés en incorporar a los debates de la Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible, la importancia de la vinculación de la cultura y la sustentabilidad.

20. Reiteraron su voluntad de reforzar las medidas y estrategias de cooperación en seguridad existentes y de examinar nuevas

estrategias de cooperación destinadas a fortalecer la lucha contra la delincuencia organizada transnacional, el tráfico ilícito de armas, la trata de personas, el tráfico ilícito de migrantes, el lavado de dinero, el secuestro, la corrupción y los delitos cibernéticos.

21. Tomaron nota de los resultados de la XXXVI Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR, en particular del Mecanismo de coordinación interna para la participación en las reuniones de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado y de la “Declaración de la Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR y Estados Asociados acerca del Proyecto Piloto de la Organización de los Estados Americanos de la Red de Cooperación Jurídica Hemisférica en Materia de Familia e Infancia”.

Registraron, asimismo, los resultados de la XXX Reunión de Ministros de Interior del MERCOSUR, en particular del Acuerdo sobre el Reglamento de Organización y Funcionamiento de los Nodos Nacionales del Sistema de Información de Seguridad del MERCOSUR (SISME).

22. Reiteraron su compromiso con el desarme y la no proliferación de todas las armas de destrucción masiva y sus vectores. Asimismo destacaron la importancia de avanzar en los distintos mecanismos y foros regionales, en coordinación con el Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe (OPANAL), en la preservación de la región como zona libre de armas nucleares.

Expresaron su satisfacción por el vigésimo aniversario de los acuerdos a través de los cuales la Argentina y el Brasil afirmaron su compromiso inequívoco con el uso estrictamente pacífico de la energía nuclear y crearon la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (ABACC).

Expresaron su voluntad de trabajar, conjuntamente con todos los Estados Parte de la Convención sobre la Prohibición del Empleo, Almacenamiento, Producción y Transferencia de las Minas Terrestres Antipersonal y su Destrucción (Convención de Ottawa), la comunidad internacional y sectores de la sociedad, para el cumplimiento de los compromisos acordados en el Plan de Acción de Cartagena 2010-2014. En este contexto, reiteraron su compromiso de incrementar los esfuerzos en materia de desminado humanitario.

23. Reafirmaron el inquebrantable compromiso de continuar fortaleciendo el proceso de combate frontal contra el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados a nivel nacional, subregional, regional y global, en particular en el Grupo de Trabajo sobre Armas de Fuego del MERCOSUR y Estados Asociados (GTAM).

Asimismo, acordaron continuar impulsando la aplicación del Programa de Acción de las Naciones Unidas para Prevenir, Combatir y Eliminar el Tráfico Ilícito de Armas Pequeñas y Ligeras en Todos sus Aspectos (UNPOA).

De igual manera, reiteraron la voluntad de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados de avanzar en la armonización de las normativas nacionales en materia de armas de fuego, incluyendo pequeñas y ligeras así como de municiones, y en el fortalecimiento de los mecanismos de intercambio de información en la materia.

Recordaron la importancia del proceso de discusión y negociación del Tratado sobre Comercio de Armas en el marco de las Naciones Unidas, y reafirmaron su disposición de actuar conjuntamente en la búsqueda de consensos que permitan establecer mayores controles a las transferencias de armas y, por ende, mayor transparencia.

24. Coincidieron en la necesidad de fortalecer el diálogo, la cooperación y las acciones conjuntas entre los Estados Parte del MERCOSUR y Estados Asociados a nivel regional y en las organizaciones multilaterales de las cuales forman parte, para enfrentar el problema mundial de las drogas, con un enfoque integral y en el marco del principio de responsabilidad común y compartida, el respeto a los Derechos Humanos y al Derecho Internacional.

Apoyaron el fortalecimiento y el desarrollo de iniciativas en el ámbito del Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas de UNASUR; la elaboración, en el marco de la CICAD-OEA de un plan regional integrado de la lucha contra la pasta base, crack, paco o bazuco y otras drogas; así como la Estrategia Mundial para reducir el Uso Nocivo de Alcohol de la OMS-OPS.

25. Reafirmaron su compromiso en la lucha contra el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones y en la cooperación para la prevención de los actos de terrorismo, evitar la impunidad para quienes los cometan y proteger a las víctimas de dichos actos. El combate contra este flagelo se desarrollará de conformidad con el derecho interno y las normas del derecho internacional -con pleno respeto a la soberanía e integridad territorial de los Estados-, el derecho internacional humanitario, el derecho internacional de los refugiados y el derecho internacional de los derechos humanos, así como con los compromisos emanados de los convenios e instrumentos internacionales sobre la materia, las Resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

26. Destacaron los resultados obtenidos por la UNASUR en su V Cumbre Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno realizada en Asunción, bajo

Presidencia Pro Tempore de Paraguay, en especial por la adopción de las recomendaciones relacionadas con la creación de un Consejo Electoral de la UNASUR y la aprobación del Estatuto y Plan de Acción del Consejo Suramericano de Economía y Finanzas.

Celebraron asimismo, la aprobación de la resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas que otorga a la UNASUR la condición de observador de este órgano.

27. Destacaron la realización de la XXI Cumbre Iberoamericana de Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en la ciudad de Asunción, República del Paraguay los días 28 y 29 de octubre de 2011, bajo el lema “Transformación del Estado y Desarrollo”.

28. Asimismo, saludaron la realización, el 19 de noviembre de 2011, en Salvador de Bahía, Brasil, de la Cumbre Iberoamericana de Alto Nivel para Conmemorar el Año Internacional de los Afrodescendientes, declarado por la Asamblea General de las Naciones Unidas a través de la Resolución 64/169, de 18 de diciembre de 2009.

29. Reconocieron la importancia de los vínculos de América Latina y el Caribe con la Unión Europea, valorando las Cumbres birregionales como un espacio decisivo para impulsar la Asociación Estratégica entre ambas regiones. Asimismo, recalcaron la relevancia del tema central propuesto para la Cumbre CELAC-UE: “Alianza para un Desarrollo Sustentable: Promoviendo Inversiones de Calidad Social y Ambiental”. En este sentido, comprometieron sus mayores esfuerzos y participación activa en pos del éxito de la próxima Cumbre birregional, a realizarse en Santiago.

30. Saludaron los esfuerzos de preparación de la Cumbre América del Sur – África (ASA), que refleja la voluntad de acercamiento de las dos regiones, que comparten sólidos

vínculos históricos, culturales, sociales y económicos. Tomaron nota de los resultados de la IV Reunión de Cancilleres de la Cumbre América del Sur – África (ASA), realizada en Malabo, Guinea Ecuatorial, en los días 24 y 25 de noviembre de 2011. Dicha reunión definió metas y medios para la ejecución de la cooperación en el ámbito de la ASA, en preparación para la próxima Cumbre a realizarse en Malabo en los días 15 y 16 de mayo.

31. Destacaron su compromiso con el fortalecimiento del multilateralismo, con la reforma integral de las Naciones Unidas y con la democratización de las instancias decisorias internacionales y manifestaron la importancia de profundizar los esfuerzos para promover, en el marco de un proceso intergubernamental de negociaciones, la necesaria reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas a efectos de transformarlo en un órgano más democrático, representativo y transparente.

Reafirmaron su apoyo al fortalecimiento de las instituciones multilaterales a fin de volverlas más eficientes, legítimas y representativas de la realidad global actual. Consideraron urgente la reforma de la Organización de las Naciones Unidas para la revitalización de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social, así como la expansión, la democratización y la reforma de los métodos de trabajo del Consejo de Seguridad.

32. Reafirmaron su compromiso con la defensa del medio ambiente y en este marco, tomaron nota de la 17ª Reunión de la Conferencia de las Partes de la Convención Marco de Naciones Unidas sobre Cambio Climático y de la 7ª Conferencia de las Partes sirviendo de Conferencia de las Partes del Protocolo de Kyoto, realizadas en Durban, Sudáfrica.

Insistieron en la necesidad de reducir radicalmente las emisiones de gases de efecto

invernadero para impedir que el problema continúe agravándose, instando a los países desarrollados a cumplir sus compromisos de reducción de dichas emisiones, proveer mayores recursos financieros y facilitar la transferencia de tecnologías limpias.

Asimismo se comprometieron a realizar esfuerzos conjuntos para salvaguardar la vigencia y continuidad de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático y sus principios.

Saludaron a la República Argentina por su importante actuación como Presidente del G-77, en las negociaciones de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático.

Expresaron su disposición para colaborar con la Presidencia del Comité Intergubernamental de Negociación encargado de elaborar un instrumento multilateral jurídicamente vinculante sobre el mercurio, a fin de coadyuvar al éxito de las negociaciones en dicha materia.

33. Manifestaron su compromiso con el éxito de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Río+20), que será realizada en Río de Janeiro en junio de 2012, y reiteraron la importancia de un enfoque integrado, inclusivo de los tres pilares del desarrollo sostenible y de una participación política de Alto Nivel.

34. Señalaron su preocupación por el estado de situación de la Ronda de Doha y reiteraron la necesidad de realizar esfuerzos para concluir las negociaciones, de manera exitosa, alcanzando resultados satisfactorios y equilibrados, que contemplen especialmente los intereses y las necesidades de los países en desarrollo, de conformidad con el objetivo de desarrollo de la Ronda reflejado en los mandatos y principios acordados en las Conferencias Ministeriales de la OMC de Doha (2001) y Hong Kong (2005).

Tomaron nota de la realización de la Octava Reunión Ministerial de la OMC llevada a cabo del 15 al 17 de diciembre del corriente año en Ginebra.

35. Celebraron la realización de la 4ª Conferencia Intergubernamental de Alto Nivel de las Naciones Unidas “Unidos en la Acción”, llevada a cabo en Montevideo entre el 8 y el 10 de noviembre de este año.

36. Saludaron la realización de la Conferencia Mundial sobre Determinantes Sociales de la Salud, llevada a cabo en Río de Janeiro los días 19 y 21 de octubre de 2011.

37. Reafirmaron los términos de la “Declaración de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR, la República de Bolivia y de la República de Chile”, firmada el 25 de junio de 1996 en Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaración de Malvinas, y reiteraron su respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía relativa a la Cuestión de las Islas Malvinas.

Destacaron asimismo, que la adopción de medidas unilaterales no resulta compatible con lo resuelto por las Naciones Unidas, y recordaron el interés regional en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, así como sobre los espacios marítimos circundantes, alcance cuanto antes una solución, de conformidad con las resoluciones pertinentes de las Naciones Unidas y las declaraciones de la Organización de los Estados Americanos, del MERCOSUR, de la UNASUR y de otros foros regionales y multilaterales.

Subrayaron que la presencia militar del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, así como en

los espacios marítimos circundantes, es contraria a la política de la región de apego a la búsqueda de una solución pacífica de la disputa de soberanía y reiteraron su rechazo al desarrollo de actividades unilaterales británicas en la zona disputada que incluyen, entre otras, la exploración y explotación de recursos naturales renovables y no renovables de la Argentina así como la realización de ejercicios militares, las que vulneran las resoluciones de la Asamblea General de la ONU, especialmente la Resolución 31/49.

Reiteraron, además, que la pretensión de considerar las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur como países y territorios a los cuales puedan aplicarse la Cuarta Parte del Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea y las Decisiones de Asociación de Ultramar resulta incompatible con la existencia de una disputa de soberanía sobre tales archipiélagos.

38. Reconocieron la situación especial de la República del Paraguay como país en desarrollo sin litoral marítimo y se comprometieron a otorgarle el apoyo necesario, con el objetivo de superar sus vulnerabilidades y problemas específicos de su condición, facilitándole el libre tránsito, de acuerdo a lo estipulado en la Resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas N° 63/2, Documento final del examen de mitad de periodo del programa de acción de Almaty: atención de las necesidades especiales de los países en desarrollo sin litoral dentro de un nuevo marco mundial para la cooperación en materia de transporte de tránsito para los países en desarrollo sin litoral y de tránsito, sobre cuestiones fundamentales en materia de políticas de tránsito, y de conformidad con las reglas aplicables del derecho internacional, las convenciones internacionales y los convenios bilaterales vigentes.

39. Expresaron su total solidaridad con las

hermanas Repúblicas Centroamericanas y de Colombia, por la pérdida de vidas humanas y los daños materiales ocasionados por las fuertes lluvias que han azotado sus territorios; asimismo, transmitieron sus condolencias a los Gobiernos y Pueblos de esos países y manifestaron su disposición para ayudar a mitigar las consecuencias provocadas por las torrenciales lluvias.

40. Saludaron la formación del nuevo gobierno haitiano, lo cual representa un paso significativo en la normalización de la vida política del país, necesaria para que siga en su camino hacia la estabilidad y la prosperidad. Reiteraron el compromiso permanente de los países de la región con la reconstrucción y el desarrollo de Haití y reafirmaron su disposición de colaborar con ese país de acuerdo a las prioridades definidas por el gobierno haitiano en este ámbito, a través de acciones que permitan alcanzar resultados concretos y sostenidos.

Tomaron nota de la Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores y de Defensa de los países suramericanos con presencia en MINUSTAH, realizada en Montevideo en septiembre de este año, quienes reafirmaron su compromiso con la Misión de Estabilización de Naciones Unidas en Haití, a favor de la seguridad, la estabilidad y el fortalecimiento institucional de Haití.

Asimismo, saludaron el trabajo humanitario desarrollado en Haití a través de iniciativas nacionales como Cascos Blancos de Argentina, personal humanitario de Colombia, Paraguay y Uruguay y de la Brigada Internacional Humanitaria Simón Bolívar de Venezuela.

41. Reconocieron la importancia de los proyectos voluntarios de mitigación del cambio climático que se desarrollan en la región. En este sentido, destacaron el apoyo a la iniciativa YASUNI-ITT de la República del Ecuador que tiene por objetivo

evitar la emisión de CO2 para proteger la biodiversidad, preservar la supervivencia de los pueblos indígenas y promover un modelo de desarrollo sustentable.

42. Teniendo en cuenta la reivindicación de los valores de los pueblos, reconocieron que el masticado de la hoja de coca es una manifestación cultural ancestral de los pueblos de Bolivia y del Perú que debe ser respetada por la Comunidad Internacional.

43. Reafirmaron su decisión de profundizar los vínculos de amistad y cooperación de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados con la República de Turquía, en el marco del mecanismo de diálogo político y de cooperación vigente.

44. Tomaron nota de la admisión de Palestina como miembro de la UNESCO. Reafirmaron, en los términos de las resoluciones y pronunciamientos de las Naciones Unidas y de conformidad con el derecho internacional, el derecho del pueblo palestino a constituir un Estado independiente, democrático y viable, así como su aspiración a ser reconocido como tal, y el derecho del Estado de Israel a ser reconocido y a vivir en paz con sus vecinos, dentro de fronteras seguras e internacionalmente reconocidas.

Reiteraron asimismo, su apoyo a los esfuerzos internacionales para retomar el proceso de paz palestino-israelí e hicieron un llamado a las partes para que se abstengan de tomar medidas que obstaculicen o dificulten el relanzamiento de las negociaciones.

Analizaron el trabajo llevado a cabo por el Cuarteto en relación al proceso de paz palestino-israelí y consideraron conveniente que el Cuarteto informe con regularidad al Consejo de Seguridad de Naciones Unidas sobre los avances alcanzados en su trabajo.

45. Expresaron su convicción de la importancia que reviste para el mantenimiento de la convivencia y la seguridad internacional,

el restablecimiento de la paz en algunos países del Medio Oriente y del Norte de África, recordando que el mismo debe alcanzarse mediante el diálogo y la negociación política, en concordancia con el respeto a los derechos humanos y los principios de soberanía, no intervención, libre determinación de los pueblos e integridad territorial.

46. Reiteraron la importancia de la realización de la III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno América del Sur-Países Árabes ASPA, que se realizará en Lima, Perú, los días 26 y 27 de septiembre 2012, que permitirá reforzar la cooperación política y aprovechar las complementariedades entre las dos regiones.

En ese sentido, comprometieron su participación al más alto nivel y su total apoyo para contribuir al éxito de la citada Cumbre y del III Foro Empresarial ASPA y demás actividades conexas, que permitirá identificar nuevas oportunidades de negocios y dinamizar las corrientes de comercio e inversión entre América del sur y el Mundo Árabe.

47. Saludaron a los Gobiernos y a los pueblos de la República del Paraguay, de la República Oriental del Uruguay y de la República Bolivariana de Venezuela por la celebración de sus respectivos bicentenarios en el 2011.

48. Se congratularon por un nuevo ejemplo de civismo y de fortaleza democrática en la región y felicitaron a la Señora Presidenta de la República Argentina, Doctora Cristina Fernández de Kirchner, en ocasión de la reciente renovación de su mandato presidencial, expresando sus mayores deseos de éxito en la gestión de las altas funciones que le han sido nuevamente encomendadas por el pueblo argentino.

49. Expresaron su reconocimiento y agradecimiento al Señor Presidente de la República Oriental del Uruguay, Don

José Mujica Cordano, al Gobierno y al pueblo uruguayo por su hospitalidad y por la realización de la XLII Cumbre del MERCOSUR y Estados Asociados.

ATAQUES A BOMBA NA NIGÉRIA

26/12/2011

O Governo brasileiro manifesta seu mais firme repúdio aos ataques a bomba contra igrejas, ocorridos no último domingo, na Nigéria, que causaram a morte de pelo menos quarenta pessoas.

Ao manifestar seu pesar e sua solidariedade ao Governo e ao povo nigerianos, o Governo brasileiro reitera sua condenação a todas as formas de violência.

FALECIMENTO DA DIPLOMATA MILENA OLIVEIRA DE MEDEIROS

23/12/2011

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com enorme pesar a notícia do falecimento da diplomata Milena Oliveira de Medeiros, hoje, 26 de dezembro.

A Secretária Milena Oliveira de Medeiros sempre exerceu suas funções com grande dedicação e sentido de dever. Sua passagem, que abrevia prematuramente uma carreira promissora, é sentida profundamente por todos os seus amigos e colegas.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manifestou aos familiares da diplomata suas condolências e a solidariedade de todo o corpo de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

ARTIGOS

“BRASIL E ARGENTINA, COOPERAÇÃO NUCLEAR”

(O ESTADO DE S. PAULO, 06/7/2011)

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA E HÉCTOR MARCOS TIMERMAN

No próximo dia 18 de julho completam-se 20 anos da assinatura, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, do Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear.

Por meio desse acordo, a Argentina e o Brasil renunciaram conjuntamente ao desenvolvimento, à posse e ao uso das armas nucleares, afirmaram seu compromisso inequívoco com o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear e criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), para controlar os compromissos assumidos.

Cinco meses depois, os dois países firmaram um acordo quadripartite com a Abacc e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para a aplicação de salvaguardas abrangentes em todas as suas instalações nucleares.

Esse passo transformou substancialmente o caráter de nossa relação bilateral no plano político.

O tema nuclear deixou definitivamente de ser um ponto de possíveis suspeitas e se converteu num pilar central da confiança e da cooperação na relação estratégica entre os dois Estados sul-americanos, mediante um

processo negociador e uma estrutura jurídica sem precedentes em nenhuma outra região.

A grande maioria dos países do mundo adotou os compromissos e controles internacionais em matéria nuclear ao aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Nós iniciamos esse caminho por meio do acordo bilateral e do acordo quadripartite, para, em seguida, nos somarmos ao Tratado de Tlatelolco - que transformou a América Latina e o Caribe numa Zona Livre de Armas Nucleares - e ao TNP.

O Brasil e a Argentina estiveram também entre os primeiros países a assinar e a ratificar o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT).

A criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares representou a culminação, em termos jurídicos, de um processo de aproximação iniciado pelos então novos regimes democráticos da Argentina e do Brasil, com a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, de Foz de Iguaçu, em 1985. Ao mesmo tempo, constituiu o ponto de partida para a consolidação de uma relação bilateral estratégica numa área central da segurança internacional.

Na Abacc - que é uma organização independente -, as inspeções das instalações nucleares argentinas são levadas a cabo por inspetores brasileiros, e as inspeções das instalações nucleares brasileiras são conduzidas por inspetores argentinos. Essa dinâmica gerou, por si mesma, um elevado grau de confiança mútua sobre natureza pacífica dos nossos programas nucleares.

Igualmente importante é a plena confiança que a Agência Internacional de Energia Atômica tem no trabalho da Abacc. Os dois organismos atuam de forma independente, porém complementar, buscando sinergias e evitando a duplicação de esforços.

É a partir dessa referência que nos temos posicionado conjuntamente ante as diferentes questões que se colocam no debate sobre os temas nucleares. Temos muito clara a prioridade que a comunidade internacional deve atribuir ao desarmamento nuclear, entre os esforços para evitar a proliferação e construir um mundo mais pacífico e seguro, sem a ameaça das armas de destruição em massa.

As recentes Declarações Conjuntas sobre Cooperação Nuclear, de 3 de agosto de 2010 e de 31 de janeiro de 2011, mostram a amplitude e a profundidade que alcançou essa relação e ratificam o compromisso da Argentina e do Brasil com um caminho conjunto.

Esses pronunciamentos presidenciais destacam o caráter singular da Abacc como mecanismo de construção da confiança mútua e internacional que assegura o controle de todas as atividades nucleares da Argentina e do Brasil, e como fundamento da cooperação bilateral em matéria nuclear. Ao mesmo tempo, decidem que a Abacc deve ser constantemente aperfeiçoada e reforçada em suas funções e seus objetivos.

Em seu 20.º aniversário, esta Abacc consolidada começou a participar, com status

de observadora, das reuniões da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, da mesma forma que nela atua, por exemplo, a agência europeia - a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom ou CEEA).

Além disso, numa coincidência de caráter histórico, há menos de duas semanas o Grupo de Supridores Nucleares (NSG, na sigla em inglês), integrado por 46 países, estabeleceu novos requisitos para a transferência das tecnologias mais avançadas no campo nuclear e reconheceu naquele ato, numa decisão sem precedentes, a participação na Abacc como critério alternativo ao cumprimento do Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica.

O significado da experiência argentino-brasileira na promoção da transparência e da confiança mútua no campo nuclear foi também reconhecido em diversos documentos da AIEA e das conferências do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Serve, assim, de exemplo e fonte de inspiração para outras regiões do mundo, onde, infelizmente, a presença de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa é ainda uma realidade.

Celebrar a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares é celebrar uma Argentina e um Brasil que olham para o mundo a partir de sua relação estratégica.

É celebrar nossa vocação regional para a paz.

**“DEZ ANOS, CEM CASOS”
(O ESTADO DE S. PAULO, 08/10/2011)
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**

Ao longo dos últimos 17 anos, o conjunto de regras administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) tornou-se referência necessária na formulação e implementação das políticas comerciais de seus membros. Esse arcabouço complexo, contido no Acordo de Marrakesh e nos demais acordos resultantes da Rodada Uruguai do antigo Gatt, delimita hoje o campo do jogo comercial em áreas tão díspares como agricultura e medidas antidumping, subsídios e propriedade intelectual, serviços e regras de origem. Naturalmente, tais regras foram negociadas para serem cumpridas: ao aderir à OMC, todos os membros se comprometem com esse patrimônio jurídico-institucional, nos limites do qual se obrigam a delinear suas prioridades e a estabelecer seus modelos de desenvolvimento econômico.

Muito embora os membros da OMC tenham plena consciência da necessidade de observar as regras multilaterais de comércio, não se pode descartar a possibilidade de essas normas virem a ser descumpridas. Para fazer frente às alegações de violação das regras que integram seu acervo normativo, a OMC dotou-se de um sistema de solução de controvérsias sofisticado, apto a decidir, com

base em dispositivos jurídicos, conflitos entre os membros da organização e, quando cabível, autorizar retaliações pelo descumprimento de suas decisões.

Um observador atento dos passos trilhados pelo Brasil no sistema multilateral de comércio saberá que o País percebeu muito cedo o alcance e a relevância do mecanismo de solução de controvérsias que surgia em 1995. Não surpreende, pois, que o Brasil tenha figurado como demandante, ao lado da Venezuela, no primeiro contencioso da OMC (EUA-gasolina), igualmente o primeiro caso sobre a difícil relação entre comércio e meio ambiente e a primeira disputa a ser submetida ao Órgão de Apelação da OMC. Como viria a ocorrer tantas outras vezes depois, o Brasil venceu o seu contencioso inaugural.

As diferenças entre Brasil e Canadá sobre subsídios concedidos de parte a parte à indústria aeronáutica - que opuseram os dois países por longos anos em controvérsias paralelas na OMC - evidenciaram a importância de o Itamaraty, no exercício permanente de sua função de defesa dos interesses do Estado brasileiro no exterior, dotar-se da qualificação requerida para enfrentar desafios dessa ordem. Em outubro de 2001, há dez anos, portanto, o

governo brasileiro passou a contar com uma unidade institucional especialmente incumbida da condução das disputas iniciadas pelo Brasil ou contra o Brasil na OMC. A inserção da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores foi uma medida administrativa extremamente bem-sucedida, estimuladora da formação de uma equipe de diplomatas com alta especialização em disputas comerciais, cujo trabalho já rendeu ao País benefícios importantes nos campos econômico, político e ambiental.

Desde a criação da CGC, o Brasil - num verdadeiro salto qualitativo na defesa dos interesses do País na OMC - tornou-se paulatinamente o país em desenvolvimento que mais se utilizou do mecanismo de solução de controvérsias e o quarto entre todos os membros da organização, atrás apenas de EUA, União Europeia (UE) e Canadá. O impressionante número de 104 participações em contenciosos em pouco mais de 15 anos de OMC inclui 25 casos como demandante, 14 na condição de demandado e 65 como terceira parte interessada.

Alguns dos casos vencidos pelo Brasil se tornaram emblemáticos pelo grande impacto que exerceram sobre o comércio internacional, a exemplo dos dois contenciosos, iniciados no mesmo dia de 2002, contra os subsídios dos EUA ao algodão e da UE ao açúcar. Ao questionar a legalidade da ajuda estatal à agricultura norte-americana e europeia, naqueles casos o Brasil conseguiu, além de ganhos concretos para os setores econômicos brasileiros prejudicados, costurar importante coalizão de interesses comuns no âmbito do chamado G-20 Agrícola, coordenado pelo Brasil. Em relação ao algodão, os EUA vêm pagando há mais de um ano a maior compensação financeira da história da OMC, US\$ 147 milhões/ano, ao Instituto Brasileiro

do Algodão.

Entre os mais destacados contenciosos vencidos pelo Brasil na OMC, merece menção o questionamento pela UE da proibição brasileira de importação de pneus usados e reformados. Nessa disputa, cuja defesa mobilizou a sociedade civil e grande número de atores estatais, o País conseguiu fazer prevalecer na OMC princípio ambiental ante interesses puramente comerciais, evitando assim tornar-se o depósito final de toneladas de resíduo de borracha vulcanizada produzida e utilizada em países desenvolvidos. Ao apresentar perante o Supremo Tribunal Federal medida judicial bem-sucedida destinada a impedir a importação desses resíduos, o governo brasileiro demonstrou não só seu comprometimento com os princípios constitucionais relativos à proteção do meio ambiente e da saúde humana, mas igualmente com o cumprimento das decisões emanadas do sistema multilateral de comércio.

O recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC teve o efeito positivo de tornar mais conhecidas, interna e externamente, as ações do Ministério das Relações Exteriores na defesa dos interesses econômico-comerciais brasileiros. Ao captar a atenção da mídia nacional e internacional, a atuação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias da OMC tornou o Itamaraty mais próximo, sob um novo ângulo, do setor privado e da sociedade civil em geral. Nas palavras do filósofo do Direito Ronald Dworkin, o Direito é “espada, escudo e ameaça”. Na esteira da bem-sucedida trajetória brasileira no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, o Itamaraty continuará a valer-se, nesse importante foro equilibrador das forças de poder, e sempre em prol de interesses brasileiros, cada vez mais numerosos e diversificados, dos valiosos instrumentos que lhe oferece o Direito.

**“OTCA E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”
(CORREIO BRAZILIENSE, 22/11/2011)
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**

Em 1978, quase 10 anos antes de o relatório Nosso Futuro Comum da ONU consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável, oito países sul-americanos reuniam-se, por iniciativa brasileira, com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia e de suas populações. Desse encontro, resultou a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Vinte anos depois, era criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), única organização internacional multilateral sediada no Brasil, buscando fortalecer a implementação dos propósitos do TCA.

A Amazônia é, assim, a única região do planeta a contar com uma organização internacional própria, formada pelos Estados que partilham seu território (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e dedicada à sua conservação e ao bem-estar de suas populações. É um exemplo de grupo regional que, desde a origem, firmou-se como bloco socioambiental.

A Região Amazônica é peça-chave na criação de um modelo próprio de integração e desenvolvimento na América do Sul. O gigantismo inerente à Amazônia — a maior floresta megadiversa do mundo, ocupando

40% do território sul-americano e habitat de 20% de todas as espécies de fauna e flora existentes — nos coloca diante de desafios e oportunidades que requerem renovado sentido de responsabilidade.

Um dos nossos primeiros desafios é obter imagem fiel da realidade socioambiental da Amazônia. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento médio em 2010 dos países que compõem a OTCA foi de 4,26%. Embora os países da OTCA tenham experimentado, em anos recentes, um ciclo virtuoso de crescimento econômico, estabilidade política e avanços na superação de desigualdades sociais, a porção amazônica desses países vivencia tais melhoras em menor grau.

A população amazônica permanece dispersa, cercada de recursos naturais de alto valor econômico e ambiental, mas vivendo, ainda, em precárias condições de saúde, educação e trabalho. Apesar de progressos na redução do desmatamento, é necessário intensificar esforços nessa direção, bem como em relação à proteção da biodiversidade e à repartição dos benefícios advindos de seu uso.

Cientes de que desafios compartilhados exigem soluções conjuntas e imbuídos do

sentido de urgência de proteger o patrimônio biogenético e social da Amazônia, os presidentes amazônicos, reunidos em Manaus em 2009, anunciaram o relançamento da OTCA. Desde então, aprovamos nova agenda estratégica para a cooperação amazônica e o aumento das contribuições anuais à organização, o que lhe dará maior capacidade de financiar projetos em áreas como meio ambiente, assuntos indígenas, saúde e turismo.

Neste 22 de novembro, na XI Reunião de Chanceleres da OTCA, de volta a Manaus, daremos mais um passo para conferir maior dinamismo e autoridade política à organização. Iniciaremos diálogo sobre formas de contribuirmos para o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e apresentaremos a possibilidade de que o Fundo Amazônia financie projetos de monitoramento de desmatamento no âmbito da organização.

Outra proposta que analisaremos em Manaus é a criação do Observatório Amazônico, para fomentar a produção e o uso social do conhecimento científico sobre a biodiversidade da região. Esse esforço de concertação é exemplo de contribuição que a OTCA tem a oferecer à governança ambiental global.

Ademais, o Itamaraty, o governo do estado do Amazonas e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica promoverão, entre os dias 23 e 24, também em Manaus, o seminário Desafios e oportunidades da cooperação Amazônica, para debater as expectativas da sociedade brasileira quanto à atuação da OTCA no desenvolvimento e integração na Amazônia.

Motivando todas essas iniciativas está a crença de que o conhecimento compartilhado e a inclusão tecnológica e ambiental das populações amazônicas são o caminho para a concepção de um novo padrão regional de

desenvolvimento — sustentável e inclusivo.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável e a solidariedade, bases de nosso relacionamento com os países vizinhos, veem-se reanimados no projeto de cooperação amazônica. É por meio do fortalecimento da OTCA que teremos uma Amazônia mais desenvolvida e justa, que dará ao mundo exemplo de sustentabilidade e de solidariedade na cooperação entre países irmãos.

Publicado nos jornais: A Crítica, O Liberal, Gazeta do Acre, Folha de Boa Vista, Diário da Amazônia, Diário do Amapá.

ENTREVISTAS

“BRASIL NEGOCIA AÇÃO DIPLOMÁTICA JUNTO À SÍRIA” (O ESTADO DE S. PAULO – 17/07/2011)

Em um mundo multipolar, com mais potências emergentes e em fase de realinhamento, não há países acima do bem e do mal. Os direitos humanos não podem ser tratados como uma política em que o grito maior é de quem tem mais força. Essas são sínteses da visão do mundo atual e da ação da diplomacia brasileira feitas pelo chanceler Antonio de Aguiar Patriota em entrevista ao Estado, na quinta-feira passada.

O Ministro, 57 anos, é formado em Filosofia, tem dois filhos e é casado com Tania Cooper Patriota, representante do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) para a Colômbia e Venezuela. Desenhista e pianista fã de jazz, Patriota aceitou, antes de encerrar a entrevista, responder a mais cinco perguntas bem curtas e que abrem esta reportagem:

- **Um pianista de jazz** - Brad Mehldau.

- **Um filósofo** - Friedrich Nietzsche.

- **Um filósofo do momento** - Slavoj Zizek (se diverte com as performances dele).

- **Um grande acerto diplomático** - Acabei

de ir a Buenos Aires para celebrar os 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (Abacc). É um acerto diplomático extraordinário. Estava lá o diretor-geral da AIEA dizendo que é um exemplo para o mundo. Sedimentou a base de um entendimento com a Argentina que consolidou a relação que temos e o nosso projeto de integração sul-americana.

- **Um grande erro diplomático** - A invasão do Iraque. Mais que diplomático, um grande erro de política externa, porque de diplomacia não teve nada. Inclusive com implicações sistêmicas muito problemáticas porque passou por cima do Conselho de Segurança. A questão do Irã, em grande medida, tem a ver com isso. Uma das coisas que a invasão do Iraque mais fez foi fortalecer o Irã em um contexto regional delicado.

A seguir, a íntegra da entrevista:

Estado de S.Paulo: O jornalista e também diplomata Antonio Patriota, hoje com 94 anos, aconselha os filhos a “não dizer tolices, porque a tolice complica”. Quanto vale esse

conselho?

Antonio Patriota: O uso adequado das palavras, tanto oralmente quanto por escrito, é uma das atividades principais da diplomacia, um instrumento de trabalho.

Estado de S.Paulo: O sr. nunca foi traído pelas palavras?

Antonio Patriota: A gente vai adquirindo experiência com as palavras. E o diplomata tem de ter essa experiência em muitas línguas, atentar muito para a tradução correta de expressões. Um grande chanceler, talvez um dos maiores da diplomacia contemporânea, que é o Serguei Lavrov, da Rússia, quando faz seus discursos em russo, no Conselho de Segurança, fica com a tradução em inglês no ouvido. De vez em quando, ele para e corrige o tradutor. Isso demonstra bem a importância das palavras. A diplomacia trata de guerra e de paz (aponta para os painéis de Portinari no gabinete). Uma palavra que leve a uma interpretação equivocada é um problema diplomático.

Estado de S.Paulo: O senhor diz que não vai promover nenhuma reviravolta na diplomacia, que haverá continuidade com ajustes em “nuances, ênfases e desafios”. Só isso?

Antonio Patriota: Para começar, é bom lembrar que o que este governo se propõe a fazer na área diplomática tem, em grande medida, a ver com a consolidação de um trabalho do que já vem sendo feito há mais tempo. Há um reconhecimento de uma elevação do perfil internacional do Brasil no mundo, foram abertas novas embaixadas, foram desenvolvidas novas coalizões, como o Ibas (Índia, Brasil, África do Sul), aprofundada a integração sul-americana. Essas

linhas todas permanecem linhas de atuação. E meu trabalho aqui é assegurar que elas frutifiquem, se consolidem, se aprofundem. Existem as novas frentes de trabalho, onde se pode incluir a África, o Oriente Médio, um mundo em desenvolvimento que não era tão presente na diplomacia. Existe também um trabalho voltado para governança sistêmica, que envolve a promoção de mecanismos mais representativos, mais legítimos, mais em linha com a distribuição da configuração geopolítica contemporânea. Então, tudo isso permanece como linhas de atuação.

Sobre ênfases novas eu também tenho comentado, por exemplo, a busca de resultados em áreas que contribuirão para um novo estágio de desenvolvimento brasileiro. Sobretudo no relacionamento com países mais desenvolvidos que o Brasil, uma ênfase em ciência e tecnologia, inovação. A Presidenta Dilma demonstrou interesse grande em aumentar o número de brasileiros que estudam fora, sobretudo em áreas de ciências exatas. Existe, também, uma preocupação com a diversificação da pauta comercial. Então essas são ênfases que têm sido manifestadas concretamente em comunicados conjuntos com, por exemplo, a China e os EUA.

Estado de S.Paulo: É verdade que a Presidenta Dilma, em conversas com o senhor sobre as ações internacionais, tem perguntado: “Concretamente, o que vamos ganhar com isso”?

Antonio Patriota: É, ela tem muito essa visão. Mas essa visão não resume tudo. Isso também não é inteiramente novo. Já era uma constatação interessante, que às vezes a imprensa questionava: por que essa ênfase, no governo Lula, no mundo em desenvolvimento? Depois, quando as economias desenvolvidas entraram em crise,

ficou claro - principalmente depois da crise de 2008 - que a diversificação de parceiros foi uma estratégia muito inteligente do ponto de vista da manutenção de um bom padrão de intercâmbio comercial.

Mas eu também comentei outro dia as ênfases baseadas em valores, que têm a ver com a valorização da democracia, a diminuição da desigualdade, do pleno exercício dos direitos humanos de uma maneira não politizada, não seletiva, nas soluções diplomáticas e na resistência ao contemplar o uso da força quando a busca das soluções diplomáticas não esgotou seu curso.

Um bom exemplo de um novo desafio é a cúpula Rio+20. Um desafio que está inscrito no nosso calendário. Estamos nos reunindo de novo no Rio de Janeiro, 20 anos depois da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - desta vez com foco na economia verde e no combate à pobreza. Outro foco é a governança ambiental global. E a partir de um estágio diferente do pensamento brasileiro sobre essas questões e uma evolução do pensamento brasileiro sobre essas questões. Adquirimos uma liderança importante nos biocombustíveis, um país com uma matriz energética limpa, mas, ao mesmo tempo, descobrimos petróleo em grande quantidade. Então temos a capacidade de olhar para os dois lados nessa equação. Fizemos avanços importantes no combate à pobreza e à desigualdade, e o desafio aqui, de certa maneira, é inscrever a variável ambiental nas conversas sobre desenvolvimento econômico e social. É um debate bem contemporâneo, que deve ser feito de maneira que aglutine os países da comunidade internacional, evitando que haja uma polarização entre mais e menos desenvolvidos, que haja um descuido em relação a aspirações legítimas e específicas,

como as pequenas ilhas ou de países que sofrem com a desertificação. É um desafio conceitual, de certa forma filosófico, político, diplomático e logístico.

Estado de S.Paulo: Na questão dos direitos humanos, o governo Lula era seletivo. A Presidenta Dilma criou uma demarcação nova nesse campo, não?

Antonio Patriota: Eu acho que é um pouco mais complexo que isso. Em primeiro lugar, e aqui eu volto a defender que estamos construindo sobre uma base já estabelecida, os direitos humanos compreendem valores econômicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos. Os avanços do Brasil na política da diplomacia com relação aos direitos humanos têm muito a ver com a situação doméstica deste país. E os avanços do Brasil nos últimos anos foram muito significativos, mas ainda permanecem desafios importantes.

Eu me reúno frequentemente com minha colega Maria do Rosário (ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos), a quem eu prezo muito, e pergunto a ela quais são os principais desafios. São muitos: situação carcerária, violência urbana, direito das mulheres, educação, etc. Mas o governo Lula operou alguns saltos importantes. E isso não sou eu que digo: há um reconhecimento, por exemplo, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos de que o Brasil foi um dos países que melhor aproveitou - e isso vem de antes do governo Lula - a conferência de Durban (2001, África do Sul) sobre direitos humanos e racismo para se organizar no plano nacional e depois implementar algumas das ideias produzidas na conferência. A secretaria de Direitos Humanos foi elevada a nível ministerial, foi criada uma secretaria de Promoção da Igualdade Racial - um dos

poucos países do mundo que tem um Ministro para igualdade racial. Foi criada também uma secretaria de igualdade de gênero.

Há outro aspecto que eu acho que entra em Direitos Humanos: combateu-se a pobreza como nunca antes e num ritmo mais acelerado. Isso envolve direitos humanos, direito a uma vida digna, ao emprego, à educação, condições salubres de vida. A partir disso cria-se uma base muito positiva para se defender no plano internacional que, se nós conseguimos melhorar, outros conseguirão. E vamos usar o sistema Nações Unidas, que é universal, que é o que mais prezamos, para defender o acesso do maior número possível de pessoas aos seus direitos plenos.

Estado de S.Paulo: Mas há problemas de outra natureza. Países onde se pode falar e onde não se pode falar nada.

Antonio Patriota: Aí, às vezes, surgem dificuldades, porque existe uma polarização muito grande entre Norte e Sul nesses debates. Eu diria que não é aceitável a ideia de que violação de direitos humanos só acontece em país pobre. Porque, historicamente, nós sabemos que algumas das violações mais graves, e violações em escala assustadora, foram cometidas por países altamente desenvolvidos, altamente militarizados. Mas, na prática, em uma reunião do Conselho dos Direitos Humanos em Genebra, não se vê lá uma discussão sobre um país desenvolvido. Vai ser sobre um país africano, sobre um país latino-americano.

Às vezes, há uma distorção: a delegação de um país (em uma reunião do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra) está preocupada com a opinião pública doméstica e quer mostrar que condenou certos

acontecimento de maneira muito veemente. Mas essa condenação vai levar a uma melhora da situação de direitos humanos naquele país? Não necessariamente. A condenação em si mesma pode gerar uma indignação que, em decorrência, produza algum progresso. Mas também pode não gerar nada. Então, essa preocupação existia e continua a existir. Nós queremos que as manifestações do Conselho de Direitos Humanos e de outras agências da ONU produzam resultados que façam evoluir, produzam maior liberdade de expressão onde ela não existe. Aí, um pequeno passo já será um progresso.

Estado de S.Paulo: Mas no governo Dilma essas posições ficaram menos dúbias, mais claras.

Antonio Patriota: Se estiver mais clara eu fico satisfeito. Isso volta ao nosso ponto inicial da conversa sobre importância das palavras e da comunicação. Eu me esforço para comunicar da maneira clara. Já passei seis horas no Congresso Nacional abordando esses temas. Mas acho que é importante que a sociedade compreenda que não é através de uma manifestação em um voto em relação ao país A ou B que você contribui para uma melhora na situação dos direitos humanos no mundo. Não necessariamente.

Estado de S.Paulo: Mas em países como Cuba e Irã a questão de poder falar é relevante.

Antonio Patriota: Uma contribuição muito grande que se pode dar é o exemplo do Brasil. Nós, aqui, damos uma carta branca convite a todos os relatores especiais da esfera dos Direitos Humanos da ONU para visitar o Brasil. Não precisa ter convite. Agora está vindo o relator sobre a situação carcerária. Quando veio o relator sobre racismo, as conclusões foram incômodas para o Brasil

em grande medida, apesar de nós termos a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Houve muita conclusão do tipo “existem formas de racismo encoberto”. Nós, aqui no Itamaraty, estamos tentando atrair o maior número de afrodescendentes, mas um estrangeiro que chega aqui vai dizer: “Gente, este é um país que tem mais de 50% de afrodescendentes, onde eles estão?”. Tem algum aqui nesta sala (no gabinete)? Não tem. Então nós queremos, através dessa abertura à crítica, e abertura ao sistema ONU de direitos humanos, demonstrar que ele pode funcionar como uma alavanca para o progresso.

Foi nesse sentido que, por exemplo, votamos a favor do relator especial para o Irã. Porque o Irã estava se recusando a receber os relatores temáticos. Então, na medida em que não haja uma disposição para receber o relator, é justificável que haja isso (o voto). Mas isso não é contra o Irã, é a favor do sistema ONU e a favor de um sistema que funcione de maneira equilibrada e para tratar de situações no mundo inteiro. E quando tratamos desse tema não existe país que esteja acima do bem e do mal. É muito importante haver uma vigilância internacional respeitada. E quanto mais equânime for (a vigilância), mais respeitada ela será.

Estado de S.Paulo: Que visão o senhor tem do problema dos direitos humanos em Cuba?

Antonio Patriota: Nós queremos para os outros países o que queremos para o Brasil. No Brasil estamos dando exemplo de avanços. E não acreditamos, em primeiro lugar, na condenação como objetivo da política de direitos humanos. Porque isso não produz, necessariamente, uma evolução. Em Cuba tem havido reformas, houve soltura de presos políticos, houve

gestos importantes. No sentido também de reformas econômicas que representam maiores oportunidades para o povo cubano. Cuba vive também uma situação específica, de um embargo de um país poderoso, vizinho, onde residem inúmeros cubanos. Isso penaliza o desenvolvimento econômico da ilha. Aquilo gera uma dinâmica negativa para essa questão. Mas, em última análise, os cubanos terão que procurar o próprio caminho da realização.

Mas há aspectos em Cuba que inspiram outros países. Eu tinha um colega nuncio apostólico, em Washington, que tinha servido em Cuba. E ele dizia que em poucos lugares do mundo havia presenciado uma superação tão visível do preconceito racial como em Cuba. Cuba tem muito menos afrodescendentes que o Brasil, algo em torno de 25%, mas tem muito mais embaixadores negros. Tem um nível de educação elevado, faz um papel extraordinário no plano internacional de assistência médica. Estamos cooperando no Haiti. E os haitianos mesmo dizem que, se não fossem os médicos cubanos, a epidemia de cólera teria sido devastadora.

Estado de S.Paulo: No que o Brasil ajuda quando deixa de votar uma condenação no Conselho de Segurança?

Antonio Patriota: São situações completamente diferentes. Vamos mudar de assunto então?

Estado de S.Paulo: Estamos falando de deixar de votar tanto no Conselho de Segurança quanto no Conselho de Direitos Humanos.

São situações diferentes. Porque quando você está lidando com segurança coletiva, que é o que a ONU faz, é a decisão mais grave que

um país pode tomar: o recurso à coerção ou não. E aí a gente tem que medir de maneira muito responsável em que medida a coerção contribuirá para a estabilização e para a paz. Às vezes isso pode não contribuir para a situação dos direitos humanos. Mas aí o que está implícito é saber quem é que a desestabilização em grande escala prejudica mais. Geralmente o mais pobre, o mais desatendido, aquele que é mais vulnerável e cuja situação dos direitos humanos piorará ainda mais. Então, eu costumo dizer: assim como o credo do médico é não piorar a doença do seu paciente, eu acho que a responsabilidade do diplomata em termos de paz e segurança é não piorar uma situação. Não torná-la mais grave, não torná-la mais instável.

Às vezes, a abstenção é uma maneira de sinalizar “olha, atenção”. É um sinal amarelo. Nós não temos como impedir - o Brasil não tem poder de veto -, mas podemos dizer “esse caminho comporta dificuldades e pode...”. Vamos pegar o exemplo da Resolução 1.973, da Líbia. Cinco países se abstiveram. Rússia e China se abstiveram. É interessante, pois eles poderiam ter vetado. A abstenção de um membro permanente e com poder de veto também significa “vamos deixar ir adiante”. Porque nessas questões ninguém tem o monopólio da sabedoria. É uma avaliação que você faz com base na experiência, naquilo em que você acredita. No Brasil acreditamos muito na diplomacia, no poder de persuasão, em resolver as questões pela conversa, pela negociação e não pela força, necessariamente. A força pode agravar muito a situação. Três meses ou mais depois da Resolução 1.973 o nível de violência na Líbia diminuiu? Não. Ouvi do conselheiro nacional de segurança norte-americano, na quarta-feira, em Washington, que não há solução militar para a Líbia. Então vamos conversar mais, vamos procurar um cessar-fogo monitorado,

pode ser pelas Nações Unidas, e com alguma parte de avanço político nas aspirações que, aliás, consideramos mais do que legítimas, tanto que votamos a favor da resolução anterior, que condenava explicitamente (a violência na Líbia).

Estado de S.Paulo: A sua impressão é de que a situação Líbia está mais perto de uma solução?

Antonio Patriota: Está. Está começando a convergir para um ambiente propício a um encaminhamento que terá que envolver um cessar-fogo, um monitoramento de um cessar-fogo e alguma resposta também às aspirações dos manifestantes. No caso da Líbia existe até essa conotação geográfica, existe uma preocupação com a fragmentação do país. E há entendimentos que levem a transição política, que levem a um processo eleitoral, quem sabe!.

Estado de S.Paulo: Já a situação da Síria?

Antonio Patriota: Já a Síria está em outro estágio. Ajuda contrastar um pouco com a Líbia porque são circunstâncias diferentes, dentro de um mesmo movimento que assolou o mundo árabe. No caso da Líbia havia um consenso dentro da Liga Árabe. A Liga suspendeu a Líbia, votou a favor das resoluções dentro do Conselho de Direitos Humanos, votou a favor da Resolução 1.970 e apoiou a criação da zona de exclusão aérea. Depois, na implementação da Resolução 1.973, apareceram vozes dissonantes. Então o embaixador do Líbano - que é o país árabe que está nesse momento no Conselho de Segurança - teve um trabalho menos complexo para fazer porque refletia posições mais ou menos consensuais.

Agora, na Síria, não existe um consenso entre os árabes. Existe, por exemplo, a percepção, em alguns lugares, de que as alternativas ao governo

Assad podem ser mais problemáticas em relação, por exemplo, a minorias. Diferentemente da Líbia, existem minorias significativas. Existem os alauitas, existem os cristãos. Aliás, quase todos os que têm dupla nacionalidade brasileiro-síria são cristãos. Então, essa é uma preocupação brasileira também.

O outro aspecto é que há uma polarização maior entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. A gente pode discutir se considera legítimo ou não o poder de veto hoje, mas a verdade é que eles têm poder de veto. Então, numa situação de polarização, uma resolução, mesmo como a primeira que houve sobre a Líbia, não será possível porque a China e a Rússia já deram a entender que vetarão. Eles consideram que é um assunto que tem também potencial desestabilizador em uma região que é da mais alta volatilidade, muito grande. Muito maior que o da Líbia. A Líbia desestabiliza um pouco a Tunísia e o Egito, mas aquilo não vai alterar o quadro complexo de negociação para a situação Israel-Palestina. A Síria, sim. É mais complicado.

Estado de S.Paulo: E o Brasil...

Antonio Patriota: O Brasil conversa com todos os lados da situação. Mas nos coordenamos muito com Índia e África do Sul, que estão neste momento no Conselho de Segurança. Tentamos avançar na ideia de uma declaração presidencial, que é uma manifestação menos contundente que uma resolução, e que é sempre por consenso. Eu até tive luz verde da China e da Rússia para ir adiante (para tentar aprovar a declaração presidencial), o que me animou, mas depois o Líbano disse que não havia condições.

Agora estamos pensando em fazer uma gestão

diplomática de Brasil, Índia e África do Sul em Damasco, junto às autoridades sírias, para reafirmar a inaceitabilidade desse elevado número de mortos e feridos e da violência. E da importância - talvez indo um pouco mais longe que os ocidentais iriam, de dar pleno curso àquilo que eles próprios anunciaram que queriam fazer. Dar um voto maior de confiança a esse desejo do governo Assad de promover reformas políticas, da reforma da lei eleitoral.

Estado de S.Paulo: Os senhores estão só pensando?

Antonio Patriota: Já está sendo articulada (a gestão). Os embaixadores em Nova York estão trabalhando, até mesmo em termos de referência ampla para uma gestão desse tipo.

Estado de S.Paulo: Qual será a posição brasileira, se a Autoridade Palestina levar mesmo à abertura da Assembleia-Geral da ONU, em setembro, uma proposta de independência, a contragosto de Israel e EUA?

Antonio Patriota: Voltando atrás um pouquinho, vocês acompanharam, no ano passado, o reconhecimento do Estado Palestino nas fronteiras de 1967. Mais de 100 países haviam tomado essa decisão. Aqui, na nossa região, nem tantos, mas a decisão do Brasil teve um efeito dominó e sucessivos apoios surgiram. O responsável pela propulsão do processo negociador é o quarteto, formado pelo secretário-geral da ONU, Estados Unidos, Rússia e União Europeia. No quarteto tem havido muito pouco avanço. Em uma reunião, há dois dias, em Washington, eles não chegaram sequer a um texto consensuado. O quarteto, por exemplo, também não conseguiu emitir manifestações mais contundentes em relação ao prosseguimento dos assentamentos israelenses em território palestino. Parece

estar se esgotando a capacidade do quarteto de estimular movimentos nessa direção. Não nos surpreende que, nesse caso, as autoridades palestinas busquem se fortalecer perante a comunidade internacional. E é isso que representaria uma moção (de independência) na Assembleia-Geral.

Aqui tem um aspecto técnico: para um país se tornar membro da ONU ele apresenta um pedido ao Conselho de Segurança. O conselho recomenda à Assembleia Geral e aí tem que ser por maioria. Mas, historicamente, já houve diferentes situações. Bangladesh foi primeiro à Assembleia-Geral. Legitimou-se, e aí foi ao Conselho de Segurança. Podem surgir situações diferentes. Os palestinos ainda não decidiram exatamente o que vão fazer.

Estado de S.Paulo: Mas é certo que farão?

Antonio Patriota: Tudo indica que eles estão considerando seriamente em fazê-lo. Em qual a hipótese eles não o fariam? Em que houvesse uma sinalização de parte dos israelenses, do governo norte-americano, do quarteto, de que vão trabalhar para que haja avanços significativos na negociação. Na ausência de algum progresso, eles vão adiante. Um cenário é apresentarem à Assembleia-Geral uma resolução dizendo que, assim como Israel, reconhece-se que a Palestina é um Estado. O outro desenho é eles irem ao Conselho de Segurança, independentemente de um veto provável norte-americano ou não. Porque também há quem calcule que uma resolução com 14 votos a favor e um veto é uma vitória diplomática. São considerações que competem aos palestinos.

O que posso dizer é que o Brasil não terá dificuldades de votar a favor de uma moção na Assembleia-Geral ou no Conselho de

Segurança, uma vez que já reconhecemos. Nós consideramos que é apenas o justo reconhecimento de algo que estava desde o início no projeto de criação de dois Estados no Oriente Médio.

Estado de S.Paulo: Quando falamos em reforma da ONU o que é realmente essencial mudar?

Antonio Patriota: O processo de reforma da ONU já vem acontecendo e já ocorreram várias mudanças, muito significativas, depois do fim da Guerra Fria. Por exemplo, foi criado o Conselho de Direitos Humanos. Antigamente era uma comissão que se reunia apenas uma vez por ano. É uma mudança que representa uma elevação do tratamento dos direitos humanos no sistema ONU. Outro exemplo: foi criada a Comissão de Consolidação da Paz. Essa é uma reivindicação brasileira. A ideia aí era a seguinte: às vezes, uma situação é levada ao Conselho de Segurança porque existe um problema de estabilidade que ameaça a paz internacional. Você estabiliza aquela situação e ela sai da agenda do Conselho de Segurança. Só que, frequentemente, você está lidando com países frágeis, vulneráveis, onde a guerra e a violência destroem toda a estrutura. Esse país cai numa espécie de limbo governamental e isso cria condições para que voltem a surgir situações de instabilidade crônica. Então, o que nós defendíamos (e foi criado) foi uma Comissão de Consolidação da Paz. A comissão meio que recebe os pacientes que saem da UTI para tentar reabilitá-los, e ela está funcionando. A comissão trata de Serra Leoa, de Libéria, de Guiné Bissau.

Mas se você me perguntar o que falta de essencial na reforma da ONU, eu diria que o que falta é reformar a composição do Conselho de Segurança. Porque isso é o que vai ter o

maior impacto na dinâmica, no tratamento daquilo que é o que mais tem potencial desestabilizador, que é a guerra e a paz. Por que o G-8 pode passar para G-20? Por que a gente pode modificar as práticas na OMC, por exemplo, com o G-20 comercial contribuindo para que as conversas na Rodada de Doha deixassem de ser só negociação entre o Quad (União Europeia, Estados Unidos, Japão e Canadá) para incluir Brasil e Índia. Por que nós não conseguimos reformar o Conselho de Segurança.

A ONU, agora, passa a ter 193 membros. Quando esse conselho foi criado, a ONU não tinha nem 100 membros. Há um consenso internacional de que o mundo está mais multipolar, que há potências emergentes, que o poder está em fase de realinhamento. Ninguém questiona isso. Mas o Conselho está se tornando anacrônico. Isso é preocupante porque, se o conselho se tornar anacrônico durante muito tempo mais, os países, talvez regiões inteiras, podem deixar de respeitar suas decisões. Isso tem potencial para gerar uma crise política séria no ordenamento internacional.

Estado de S.Paulo: Se o quadro é tão racional e claro, qual é o nó que amarra essa situação?

Antonio Patriota: Na verdade são alguns nós. Mas o essencial, em um esforço de simplificação, eu diria que se houvesse um consenso entre os cinco membros permanentes (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido) é muito provável que a reforma fosse viável e resolvida dentro de um prazo curto.

Estado de S.Paulo: O senhor não quer nominar o mais reticente dos cinco?

Antonio Patriota: O mais reticente dos cinco neste momento é a China. Não há dificuldade

em nominar porque isso é público. Mas até pouco tempo atrás os Estados Unidos eram muito reticentes. A China não é contra a reforma em si, mas resiste ao aumento do número de países com poder de veto. Os Estados Unidos sinalizam que estão preparados para contemplar seriamente uma reforma. E eu acredito que a China também evoluirá no seu pensamento, talvez quando se chegar mais próximo de uma decisão efetiva. De qualquer maneira, essa é uma condição importante mas não é o suficiente. É importante também encontrar apoio de dois terços da comunidade internacional. Estamos muito próximo do apoio de dois terços para fórmulas que envolvam a ampliação nas duas categorias de membros, permanentes e não permanentes. Isso é um trabalho que o G-4 (Brasil, Japão, Alemanha e Índia) faz de coordenação conjunta e, recentemente, escreveram uma carta ao presidente da Assembleia-Geral da ONU com uma lista de assinaturas de países que apoiam a ampliação nas duas categorias. E essa lista se aproxima muito de 100. Mas, verbalmente, mais uns tantos países indicaram que também apoiariam. Isso é significativo porque são necessários 128 votos na Assembleia-Geral para passar uma resolução que reforme o Conselho de Segurança. E, depois, precisa da ratificação de uma maioria de membros da ONU, inclusive os cinco membros permanentes. Mas se um membro permanente não ratificar, não entra em vigor. Então o nó é esse.

Estado de S.Paulo: O Haiti ainda está no Conselho de Segurança, é um assunto preponderantemente militar. Até quando? O contingente militar da missão de paz da ONU vai diminuir?

Antonio Patriota: Eu acabei de passar pelo Haiti. A operação da paz na ONU contribuiu

de maneira muito significativa para reduzir o nível de violência. E isso foi feito graças a uma ação que é unanimemente elogiada das tropas brasileiras, que trabalham, claro, em conjunto com tropas de muitos outros países. De modo que houve uma inflexão benigna, que permitiu, inclusive, que o terremoto do ano passado não voltasse a desestabilizar tudo. Quando o terremoto ocorreu havia vozes que diziam, “ih, todo o trabalho da ONU vai por água abaixo porque prisões ruíram, criminosos perigosos saíram por aí”. Não aconteceu isso. A população haitiana deu uma demonstração de civismo extraordinário.

Eu fui várias vezes ao Haiti durante o terremoto. Vocês sabem que minha mulher estava lá durante o terremoto. E o que nós presenciamos foi um comportamento digno, com consciência cívica, sem turbulências graves. De modo que o trabalho da Minustah já tinha servido para estabilizar o país em grande medida. Só que o terremoto praticamente destruiu o país. E aí foram autorizadas tropas adicionais pelo Conselho de Segurança. Mais batalhões de engenharia, porque há conexão entre você conseguir circular pela cidade e a capacidade da cidade sobreviver em condições mínimas de paz e estabilidade. Eu fiquei bem impressionado agora. As artérias principais estão todas desimpedidas, poucos prédios ruindo. Continuam várias praças tomadas por tendas de plástico, mas o número de desabrigados também está diminuindo. E um novo governo tomou posse.

Não foi simples essa transição democrática. Mas nós também temos que lembrar que na história do Haiti essa foi a primeira vez que há duas sucessivas transições democráticas. E, agora, de um partido de mais centro-esquerda para um governo mais de centro-direita. Então, ainda é uma situação que requer um

monitoramento para vermos como ela evolui.

Mas a opinião predominante que eu colhi é de que sim, nesse atual estágio podemos contemplar uma redução gradual de efetivos militares. Eu recebi, inclusive, o antigo representante do secretário geral da ONU para o Haiti, Edmond Mulet. Depois que morreu o sucessor dele no terremoto, ele foi chamado de volta. E ele é da mesma opinião, acha que hoje em dia o fundamental é a presença da Minustah em Porto Príncipe e que, gradualmente, se poderá reduzir o número de tropas nas províncias. Talvez o teste derradeiro seja a próxima eleição, a próxima transição. Mas, já em outubro, quando se discutirá no Conselho de Segurança a renovação do mandato da Minustah, estará em pauta a questão no número de efetivos. E o mais provável é que contemple alguma redução.

O desafio, a partir daí, e nós defendemos muito isso no conselho, é implementar uma concepção de que paz e desenvolvimento interligados, contribuir para o soerguimento da economia haitiana, desenvolvimento social, geração de emprego. Não só ajuda, mas também que tipo de gestão pública. Aí também há a questão da reforma constitucional, que permita a dupla nacionalidade. Há uma diáspora haitiana muito bem sucedida no Canadá e nos Estados Unidos. Hoje em dias eles não podem ter (a dupla nacionalidade) e isso afugenta o investidor.

Estado de S.Paulo: A polêmica sobre os arquivos, a Lei de Acesso à Informação brasileira, isso está superado da parte do Itamaraty? Sim ou não?

Antonio Patriota: Acho que a sociedade precisa ser informada um pouco melhor sobre a lei e fico grato de ouvir você se referir a

ela como a uma lei de acesso à informação, porque não é uma lei de sigilo. Isso é uma conquista importante.

A questão do acesso ao trabalho da diplomacia é objeto de tratamento diferenciado em qualquer democracia avançada do mundo. Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, ou até em um país de nível de desenvolvimento mais comparável ao Brasil, como Índia, África do Sul ou Turquia. Na França tem sigilo de até 150 anos e há temas que não podem ser objeto de consulta, como coisas relacionadas a guerras coloniais. Na Inglaterra, informação confidencial oferecida por outro governo não pode ser objeto de acesso. Então, é normal que haja um tratamento diferenciado dessa matéria.

Nós aqui estamos em um contexto o mais benigno, que é o de convívio harmonioso, de cooperação com todos os vizinhos. O nível e o grau das nossas preocupações é comparativamente menor, mas seria uma irresponsabilidade não examinarmos com cuidado as implicações para a diplomacia neste debate. O que acontece é que o projeto de lei que está no Congresso satisfaz em linhas gerais. Agora, é importante a sociedade saber que é um tema tratado de forma diferenciada em todos os países. Ele envolve uma responsabilidade diferenciada do governo e do agente diplomático. Não é à toa que o soldado que está na origem dos WikiLeaks está sendo processado.

Estado de S.Paulo: Na relação Brasil-EUA, a questão do Irã, quando o Brasil e a Turquia tentaram intermediar um acordo nuclear, que gerou um mal estar com os Estados Unidos, está superada?

Antonio Patriota: Isso, hoje em dia, enseja uma reflexão interessante. Primeiro, os

Estados Unidos foram sempre mantidos informados de tudo que estava ocorrendo. Eu próprio, como vice-ministro e ex-embaixador em Washington, me encarregava de conversar com o embaixador Bill Burns - agora promovido a número dois - sobre o que a gente estava fazendo. Nunca houve uma atitude de fazer uma coisa sigilosamente, foi tudo feito de maneira transparente. E foi feito com base, inclusive, em elementos de uma carta do presidente Obama. Aqueles elementos que fizeram parte do acordo bilateral. O que pode ter acontecido foi uma certa ousadia diplomática. No sentido de dois países que à época eram membros não permanentes do Conselho de Segurança - é bom lembrar, porque é uma maneira de atuar no Conselho de Segurança sem esperar que a iniciativa sempre parta do membro permanente. Isso muita gente aplaudiu, independentemente de achar (que a ação diplomática) foi bem fundamentada ou que deveria ter sido feita.

É bom lembrar o que a medida propunha. Não era solucionar a questão nuclear do Irã. Propunha-se contribuir para uma medida de criação de confiança. Porque aí sim o grau de desconfiança é elevadíssimo entre os iranianos e os norte-americanos. Em função de circunstâncias históricas que a gente conhece. Então, a proposta era essa: um pequeno passo na construção da confiança com base em elementos fornecidos pelos Estados Unidos. Agora, que envolveu uma ousadia, envolveu. E a ousadia pode desconcertar alguns. Mas eu diria que nos Estados Unidos houve muita compreensão também.

Mas o que eu ia dizer, e que enseja uma reflexão interessante, é que à época havia quem defendesse, algumas vozes críticas do acordo Brasil-Turquia com o Irã, que era uma coisa ingênua. Que o que iria levar o Irã a fazer

concessões eram sanções adicionais. Bom, as sanções adicionais foram adotadas, inclusive com voto negativo do Brasil e da Turquia. Um ano depois, produziu alguma concessão? Não. O Irã hoje tem mais urânio levemente enriquecido que há um ano. Ou seja, se o acordo tivesse sido implementado teria pelo menos feito com que o Irã tivesse se desfeito de uma porção do seu urânio e o colocasse na Turquia sob inspeção internacional. Então, para mim, isso ilustra de uma maneira muito clara que a alternativa apresentada como mais realista e menos ingênua não produziu qualquer resultado.

Agora, mais uma vez, não era uma panaceia, não era o que iria resolver. A questão é mais complexa. Existe uma desconfiança e, até o Brasil reconhece, uma desconfiança justificada porque o governo iraniano não desfez todas as dúvidas da Agência Internacional de Energia Atômica sobre aspectos do seu programa nuclear. E isso requer uma atenção da comunidade internacional.

Estado de S.Paulo: O Brasil elegeu José Graziano para a FAO, mas uma das principais preocupações da agência da ONU é com o aumento no preço dos alimentos, o que rende muito dinheiro para o Brasil. Falou-se, no G-20, de alguma forma de controle do preço dos alimentos, mas o Brasil se aliou aos Estados Unidos e não quer nem ouvir falar nisso. Não é uma contradição?

Antonio Patriota: Primeiro temos que ver os mandatos de cada organismo. O que a FAO faz? Ela promove desenvolvimento rural e segurança alimentar. São dois temas em que o Brasil tem muito a contribuir. Essa é a plataforma em torno da qual a candidatura Graziano foi apresentada e foi vitoriosa. Acho que sensibilizou, embora houvesse

cinco outras candidaturas. Foi realmente uma campanha que mobilizou o Itamaraty inteiro e eu fiquei muito satisfeito com o resultado porque eu me empenhei pessoalmente.

A outra questão é o comércio internacional agrícola, que é tratado na OMC. E flutuações de preços são indicadas por uma série de circunstâncias, de oferta, demanda, não está sob controle do Brasil. O que gostaríamos de ver, sim, é a eliminação de subsídios agrícolas que distorcem o comércio de uma maneira que prejudica o pequeno agricultor e os países mais vulneráveis. Por exemplo, os produtores de algodão da África Ocidental, que fazem parte da nossa plataforma de condições do nosso painel, que foi vitorioso na OMC, em crítica às práticas distorcidas dos Estados Unidos. E essa é uma injustiça que vai contra a filosofia que a OMC prega para o setor de bens industriais. Essa sim é uma contradição que é muito gritante e que penaliza o mais vulnerável. Agora, questão de flutuação de preços é uma questão que depende de circunstâncias do próprio mercado e da oferta. O que nós queremos é ver o mundo em desenvolvimento, que não tem condições de subsidiar sua agricultura, poder se beneficiar de melhores condições de produção, de desenvolvimento rural e de comércio internacional. Mas comércio internacional não é tratado na FAO.

Estado de S.Paulo: Sim, o comércio internacional não é tratado na FAO, mas é uma questão que a FAO fala, da alta dos preços dos alimentos. E o Brasil hoje é um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

Antonio Patriota: Mas o Brasil também é hoje um importante doador, cada vez mais. Então, a gente quer também colocar os benefícios que auferimos da agricultura, até

mesmo da elevação dos preços, a serviço de uma causa equânime.

Estado de S.Paulo: Os senhores, no Itamaraty, foram surpreendidos pela Primavera Árabe?

Antonio Patriota: A extensão dela é surpreendente. A surpresa não foi para nós, mas para toda a comunidade internacional. É como perguntar “a comunidade internacional foi surpreendida com o fim da União Soviética?” Naquele ritmo de acontecimentos, foi. É difícil encontrar alguém que tivesse previsto. De modo que a extensão do fenômeno foi surpreendente, é surpreendente e é importante. Talvez um dos fatos políticos mais significativos deste ano. E é um desafio diplomático importante também. Porque embora haja um denominador comum de busca por maior expressão da população jovem árabe, e reforma política, emprego e reforma econômica, há especificidades.

“SOB O COMANDO DA ‘CACICA’ DILMA” (O GLOBO, 07/08/2011)

O Globo – Entrevista - Antonio Patriota /
Primeira Página

“Não tem muito cacique. Tem é uma ‘cacica’, a Presidenta Dilma Rousseff, que dá o tom da política externa”, diz o Ministro de Relações Exteriores ao comentar a entrada de Celso Amorim no governo, reforçando a equipe de especialistas em política internacional do governo.

Sob o comando da “cacica” Dilma

Chanceler brasileiro justifica ações da ONU na Síria e discorda que haja excesso de caciques na condução da política externa

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, garante que não se incomoda com o número cada vez maior de “caciques” envolvidos na política externa brasileira. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem fala frequentemente, faz um périplo internacional. E seu antecessor no Itamaraty, o ex-chanceler Celso Amorim, acaba de ser nomeado para a pasta da Defesa. Segundo Patriota, só há uma “cacica” nessa área dentro do governo: a Presidenta Dilma Rousseff. Aos 57 anos, fã de rock, especialmente da

banda inglesa Radiohead, o chanceler já fez 36 viagens em sete meses. Ele e a mulher, Tânia, americana naturalizada brasileira, com quem tem dois filhos, moram em países diferentes. Funcionária da ONU, ela vive em Bogotá, mas os dois sempre dão um jeito de se encontrar uma vez por mês. Em entrevista ao GLOBO na última sexta-feira, ele revelou que a diplomacia brasileira já manteve contatos com a oposição na Líbia, embora não tenha reconhecido o grupo rebelde como governo legítimo, a exemplo do que fizeram cerca de 40 países. E lembrou que, nos próximos dias, enviará à Síria o subsecretário para Oriente Médio do Itamaraty, Paulo Cordeiro.

Eliane Oliveira, Helena Celestino e Sandra Cohen

O Globo: Nestes sete meses em que o senhor está à frente do Itamaraty, qual a diferença entre a atual política externa e a do governo Lula?

Antonio Patriota: Estamos trabalhando sob o signo da continuidade. Foi o que o eleitor brasileiro decidiu. O que nós realizamos é sobre uma base construída durante o governo Lula, e eu estive muito associado

a ele nos últimos oito anos. Mas é claro que existem nuances e desafios colocados pela própria evolução da agenda internacional. O Brasil é um país que tem a capacidade de aliar realismo, pragmatismo e idealismo. No realismo, nós vemos a marca da Presidenta Dilma quando ela recomenda e nos instrui a dar muita importância à cooperação em áreas que aumentem a competitividade industrial brasileira. E idealismo com a promoção da democracia e dos direitos humanos, do combate à fome e à pobreza, e de um sistema internacional que funcione.

O Globo: A posição do Brasil em relação à Síria é realismo ou idealismo?

Antonio Patriota: Uma combinação dos dois. Se não fosse a atuação de países como o Brasil, era possível que a paralisia do Conselho de Segurança tivesse perdurado. Havia duas posturas maximalistas que se neutralizavam mutuamente. Uma, no sentido de condenação, ameaça de sanções, das potências ocidentais; e a outra de recusa de deliberação sobre um assunto que chegou até a ser considerado exclusivamente de âmbito interno, que não ameaçaria a paz e a segurança internacional e, portanto, não seria legítimo o Conselho de Segurança votá-lo. Nós não subscrevemos essa postura, inclusive porque a instabilidade na Síria já está gerando fluxo de refugiados. É uma região altamente volátil e qualquer coisa que aconteça na Síria pode ter um impacto sobre a situação entre Israel e Palestina, focos de maior tensão internacional. De modo que foi a partir da postura, em particular do Brasil, que se vislumbrou a possibilidade de uma manifestação do conselho. Acho que havia urgência, devido à escalada da violência - um padrão de repressão levando a mortes que eu mesmo descrevi como inaceitável e que requeria uma manifestação do Conselho de Segurança.

O Globo: O senhor acha possível o diálogo, uma vez que a situação só tem se agravado?

Antonio Patriota: A situação é muito complexa. Não existe clareza absoluta sobre quem é responsável pelo quê. Há pouca informação saindo da Síria, uma espécie de bloqueio jornalístico e de informação com o exterior. Segundo nossas fontes em Damasco, existe o reconhecimento de que há centenas de manifestantes armados. Outro elemento complexo é que não há um porta-voz da oposição, como entre os rebeldes na Líbia. O governo Assad tem adotado posturas absolutamente condenáveis. O Brasil votou a favor da condenação das violações. Mas também reconhece que, diferentemente do regime de Kadafi, o de Assad tem ao menos declarado a intenção de fazer reformas e estabelecer um diálogo nacional.

O Globo: Quem irá participar, por parte do governo brasileiro, da missão do Ibas (grupo que inclui Brasil, Índia e África do Sul) à Síria nos próximos dias?

Antonio Patriota: O subsecretário responsável pelo Oriente Médio, embaixador Paulo Cordeiro. A visita a Damasco não deve ser interpretada como qualquer legitimação das atitudes represadoras. É importante demonstrar o engajamento do Brasil na busca e no apoio às forças que possam levar a uma interrupção da violência e a progressos institucionais e políticos.

O Globo: Em relação à Líbia, o Brasil vai reconhecer os rebeldes, como fizeram EUA, Reino Unido e França?

Antonio Patriota: O Brasil é um país aberto ao diálogo. Uma minoria de países ocidentais reconheceu o CNT (Conselho Nacional

de Transição) como governo legítimo da Líbia. Há dificuldades do ponto de vista logístico, porque eles não ocupam a sede do governo líbio. Ocupam uma província, e a grande maioria da comunidade internacional reconhece o atual governo. Estaremos abertos ao diálogo com diferentes interlocutores.

O Globo: O Brasil chegou a estabelecer diálogo com os rebeldes?

Antonio Patriota: Sim. Na verdade, nosso embaixador no Egito (Cesário Melantônio Neto) esteve com representantes dos rebeldes em Benghazi.

O Globo: Desde que começaram os conflitos no Norte da África, o governo brasileiro manteve contatos com os presidentes da Síria e da Líbia?

Antonio Patriota: Com Assad e Kadafi diretamente não, mas com seus representantes e representantes das oposições.

O Globo: Diante disso, não estaria havendo um esvaziamento da ONU no cenário internacional?

Antonio Patriota: De certa forma, eu poderia concordar em parte com essa análise que aponta para uma certa inoperância da ONU. O Conselho de Segurança não é feito para autorizar intervenções militares a torto e a direito. Costumo dizer que a primeira responsabilidade de um país, ou de um órgão, quando se trata da promoção da paz e da segurança internacional é não piorar uma situação. A timidez não deve ser condenada em si mesmo. Ela pode ser o caminho possível numa situação complexa. Se firmeza for equacionada com sanções, ações punitivas e intervenção militar, isso também será contraproducente.

O Globo: Não faltou um apoio mais veemente dos EUA a uma vaga para o Brasil no Conselho de Segurança, assim como foi feito com Índia e Japão?

Antonio Patriota: A manifestação do presidente Barack Obama, em sua visita ao Brasil, é um progresso importante. Eu consideraria como uma manifestação que contribui para avançar nossa proposta, que é a ampliação nas duas categorias de membros. O que os EUA estão dizendo, essencialmente, é que eles consideram legítimas as aspirações de Índia e Brasil.

O Globo: Até quando o Brasil manterá tropas no Haiti?

Antonio Patriota: O próximo relatório da ONU deve recomendar a redução do número de efetivos. Uma das possibilidades é que as tropas da Minustah se concentrem em Porto Príncipe e comecem a ser retiradas. Esse debate ocorrerá em outubro.

O Globo: O ex-presidente Lula tem feito um périplo em outros países. Como o Itamaraty vê essa diplomacia paralela e informal?

Antonio Patriota: Eu não diria paralela, porque ela é coordenada com a política externa da Presidenta Dilma Rousseff. Por exemplo, ela nomeou o ex-presidente Lula como seu enviado especial à cúpula da União Africana, na Guiné Equatorial. Outras iniciativas que ele possa tomar são sempre em coordenação com o Itamaraty, de uma forma muito transparente. Ele me telefona frequentemente. É uma atividade que reforça a presença internacional do Brasil. Hoje em dia há uma demanda enorme pelo Brasil no mundo inteiro. O fato de termos um ex-presidente que é respeitado e benquisto no mundo, viajando e contribuindo para atender essa demanda, é um trunfo.

O Globo: E quanto ao assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia?

Antonio Patriota: Considero-me um amigo do Marco Aurélio Garcia. Desenvolvemos uma interlocução baseada na confiança. Além do conhecimento acadêmico - é um professor de renome - ele tem uma vivência muito grande da organização política de toda a nossa vizinhança. Ele nos presta uma assessoria muito útil e também desempenha um papel com outros assessores internacionais ao redor do mundo.

O Globo: Recentemente, a Comissão de Direitos Humanos da OEA pediu a suspensão do processo de construção da usina de Belo Monte, no Pará. O que aconteceu depois disso?

Antonio Patriota: Tivemos uma reação muito forte, que despertou em muitos outros países um sentimento semelhante, desde a Venezuela à Colômbia, ao Peru e outros. Como consequência, na Assembleia Geral de El Salvador, decidiu-se fortalecer o sistema de defesa de direitos humanos, o que significa examinar as práticas, ver se não está havendo deslizamentos, derrapagens, pronunciamentos indevidos e precipitados, uma série de situações.

O Globo: Qual é a contribuição que o senhor espera para a Defesa do novo Ministro Celso Amorim?

Antonio Patriota: Ele traz uma experiência extraordinária sobretudo na vertente internacional. Hoje em dia, o Ministério da Defesa tem uma grande importância nas operações de paz. Ele foi embaixador nas Nações Unidas, conhece muito bem a situação

do Haiti. É um grande entusiasta da integração sul-americana, é um grande especialista em não proliferação e desarmamento.

O Globo: Não vai ter muito cacique nessa área?

Antonio Patriota: O que há é uma “cacica”, a Presidenta Dilma, que tem grande capacidade de liderança, de articulação e que aprofunda os assuntos, que rege essa orquestra. É bom que tenha muitos virtuosos numa orquestra. A Presidenta é quem dá o tom.

O Globo: Depois do vazamento dos telegramas do WikiLeaks, que tipo de precaução o senhor toma ao conversar com as autoridades americanas?

Antonio Patriota: O WikiLeaks mostrou de forma muito eloquente a importância da confidencialidade em certas trocas de informação e a importância de uma certa disciplina por parte do diplomata. Equador e México retiraram embaixadores dos EUA em decorrência do WikiLeaks. Se um vazamento pode levar a um estremecimento dessa ordem, que depois cria um vácuo de comunicação, é relevante. Eu sempre tomei muito cuidado. Email com endereço coletivo, por exemplo, é sempre perigoso.

**“PODER E POLÍTICA - ENTREVISTA: ANTONIO PATRIOTA”
(FOLHA DE S.PAULO / UOL, 15/09/2011)**

“Condenar violência é condenar autoritários”, Chanceler diz que solidariedade com aspirações por democracia também é crítica aos regimes fechados.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, participou do programa “Poder e Política - Entrevista” conduzido pelo jornalista Fernando Rodrigues no estúdio do Grupo Folha em Brasília, gravado na quinta-feira, 15 de setembro. O projeto é uma parceria do UOL e da Folha.

Narração de abertura: O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, tem 57 anos e nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se pelo Instituto Rio Branco em 1979.

Patriota ocupou funções importantes no Itamaraty. Foi secretário-geral do Ministério e chefe de gabinete de seu antecessor, Celso Amorim.

Foi também embaixador do Brasil em Washington e representou o país na missão permanente junto à ONU, em Nova York e em Genebra. No governo Itamar Franco, Patriota

foi subchefe da assessoria diplomática do Presidente.

Folha/UOL: Olá internauta. Bem-vindo ao “Poder e Política Entrevista”.

O programa é uma parceria da Folha de S. Paulo, da Folha.com e do UOL. E a gravação é realizada no estúdio do Grupo Folha, em Brasília.

O entrevistado deste programa é o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

Folha/UOL: Ministro, muito obrigado pela sua presença aqui no estúdio do Grupo Folha.

Antonio Patriota: Obrigado a você.

Folha/UOL: Eu começo perguntando: a Presidenta Dilma Rousseff estará em Nova York na semana que vem para abertura da Assembleia Geral da ONU. Qual será a mensagem da Presidenta?

Antonio Patriota: A Presidenta será a primeira mulher a abrir o debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ela representa hoje

um país que está dando certo do ponto de vista econômico, com crescimento, inclusão social, uma democracia robusta. E um país com perfil internacional que se eleva de ano em ano. E com características muito próprias: é um país comprometido com a integração regional na América do Sul, uma região de paz, cooperação e crescimento também, com inclusão social. Um país sem inimigos, um país desnuclearizado, um país comprometido com a paz e o multilateralismo. Neste momento acho que são poucos os países que têm essas características, que são capazes de transmitir uma mensagem de tanta confiança na cooperação.

Folha/UOL: A presidenta, segundo alguns assessores no Palácio do Planalto, deve mencionar a crise financeira e econômica internacional deste momento. Ela deve propor alguma medida global nesse seu discurso, vai chegar nesse nível de detalhe?

Antonio Patriota: Não, eu acho que as Nações Unidas não seria o fóro, digamos assim, apropriado para uma proposta específica para lidar com a crise. Mas, sem dúvida, a crise econômica faz parte das considerações gerais de qualquer análise da conjuntura internacional hoje em dia. Assim como fará parte de suas análises um olhar sobre o que acontece no mundo árabe, um olhar sobre as principais crises internacionais. E também lembrar alguns eventos em que o Brasil estará especialmente engajado como a Rio+20, no ano que vem no Brasil, o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável, que reúna progresso econômico, social e ambiental.

Folha/UOL: No capítulo do multilateralismo o sr. mencionou, deve estar presente no plano de fundo do discurso, se encaixa também a

campanha já antiga do Brasil por uma reforma da ONU e a presença do país como membro permanente do Conselho de Segurança?

Antonio Patriota: Sem dúvida a questão da governança global não sairá da agenda internacional. Pelo contrário, adquirirá cada vez mais urgência. Nós presenciamos hoje mudanças muito aceleradas no plano econômico que levaram à substituição do G8 pelo G20 e à reforma de cotas no Banco Mundial e no FMI. E não é natural que outros órgãos de composição restrita também não reflitam as mudanças econômicas e geopolíticas da atualidade. De modo que esse será um tema também abordado e que estará presente também em grande parte, senão na totalidade das intervenções.

Folha/UOL: Mas a gente pode aguardar um espécie de grau ou de robustez no discurso sobre o Conselho de Segurança, da reforma do Conselho de Segurança?

Antonio Patriota: No que se refere à reforma do Conselho de Segurança o Brasil tem se coordenado com outros países que compartilham a mesma visão, de um conselho ampliado com novos membros permanentes e novos membros não permanentes também. Mas a característica principal seria membros permanentes adicionais do mundo em desenvolvimento. Com isso nós coordenamos com Índia, além de Japão e Alemanha e os países africanos. E eu mesmo deverei me reunir com chanceleres do G4, que é esse grupo, Alemanha, Japão, Brasil e Índia, para talvez levar adiante uma iniciativa de uma resolução curta na Assembleia Geral da ONU que propõe exatamente isso que eu disse: ampliação do conselho nas duas categorias. Novos membros permanentes, novos membros não permanentes.

Folha/UOL: Qual é a diferença, se é que há alguma, entre a política externa brasileira do governo Lula e do governo Dilma?

Antonio Patriota: O eleitor brasileiro se pronunciou pelas urnas pedindo continuidade. De modo que não há porque haver uma quebra ou uma ruptura entre a política externa do governo Lula e do governo Dilma. O governo Dilma está construindo sobre uma base muito sólida que foi construída durante o governo Lula em termos de universalização da presença do Brasil. Talvez se possa dizer que, pela primeira vez na sua história, o Brasil interage efetivamente com todos os membros da comunidade internacional, aumentou muito o número de embaixadas, não só na África e no Oriente Médio, mas na própria Europa, ex-União Soviética onde novos atores surgiram.

Folha/UOL: Mas há alguma mudança objetiva, ainda que seja alguma evolução de um ponto ao outro, do governo Lula ao governo Dilma, ou não?

Antonio Patriota: A Presidenta Dilma atribui grande importância, por exemplo, nos relacionamentos bilaterais, maior cooperação em ciência e tecnologia, em inovação. O próprio programa ciência sem fronteiras, que determina a concessão de bolsas de estudo a 75 mil alunos, talvez chegue a 100 mil [alunos], representa essa mobilização nacional em favor de uma nova etapa de desenvolvimento em que o conhecimento científico desempenha um papel, aumenta a nossa competitividade, existe também uma ênfase na busca de relacionamentos comerciais e investimentos que sejam mais interessantes do ponto de vista da economia brasileira. E além disso também um engajamento forte nos grandes debates internacionais, sempre com a ênfase aqui na nossa integração regional. Quer dizer,

ela até demonstrou pelas primeiras viagens que ela fez, à Argentina, subsequentemente foi também ao Paraguai e ao Uruguai, o compromisso com o Mercosul, com a Unasul. Na posse do presidente do Peru [Ollanta Humala], ela se reuniu com os líderes sul-americanos. Mas também uma forte veia que eu chamaria de idealista, de promoção da democracia, dos direitos humanos, de melhores condições de vida para um maior número possível de seres humanos e até foi nesse espírito que nos empenhamos muito pela eleição do professor Graziano [José Graziano] na FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação], que é a agência que cuida de segurança alimentar.

Folha/UOL: O Brasil hoje, alguns acham, é subrepresentado nessas organizações multilaterais internacionais. O sr. concorda com essa avaliação?

Antonio Patriota: O Brasil poderia estar melhor representado. Digamos que há uma representação que não é negligenciável. Por exemplo, subsecretário das Nações Unidas que cuida de desarmamento e não proliferação é um brasileiro, Sérgio Duarte. Agora elegendo o professor Graziano para a FAO, que é uma das principais agências, mas gostaríamos de estar melhor representado sim.

Folha/UOL: Seu antecessor, Celso Amorim, já chegou a se manifestar algumas vezes sobre a possibilidade ou a conveniência de o Brasil sair do Haiti, desse comando. Qual é a posição atual do Itamaraty a respeito?

Antonio Patriota: Bom, o Ministro Celso Amorim e eu participamos juntos de uma reunião convocada pelo Ministro de Defesa e Relações Exteriores do Uruguai recentemente, reunindo todos os sul-americanos que

contribuem com tropas para a missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti. E o consenso nessa reunião foi de que, talvez, se possa contemplar uma redução inicial no número de tropas ao número anterior ao terremoto de 12 de janeiro do ano passado [2010]. Eu creio que estão dadas as condições até mesmo agora com a eleição de um segundo presidente pela via democrática sucessivo no Haiti, dessa vez passando de um partido a um partido da oposição, em ambiente de estabilidade. Estão dadas as condições para que retornemos para o nível pré-terremoto. E aí examinemos, com os membros do governo haitiano, com os demais membros do conselho de segurança e com base no relatório que o secretário geral da ONU fará se se justifica uma redução gradual nos anos...

Folha/UOL: Essa redução para os níveis anteriores ao terremoto, ela é uma decisão tomada ou está em processo?

Antonio Patriota: Não é tomada ainda. A revisão do mandato da Minustah, que é a missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti, ela deverá entrar na agenda do Conselho de Segurança em outubro. E a decisão ela é coletiva dos coletiva dos 15 membros do Conselho de Segurança.

Folha/UOL: O Brasil durante o governo Lula aproximou-se, enfim, sempre teve uma ótima relação com a França, aproximou-se um pouco mais e havia ainda, inclusive, a possibilidade de os caças da Força Aérea Brasileira serem os caças franceses. Isso foi o que foi muito noticiado. Mas agora, enfim, por contingências orçamentárias o projeto está em suspenso e nem mais é certo que o Brasil vá comprar os caças da França. A relação com a França esfriou?

Antonio Patriota: Como toda relação madura e que é intensa e que envolve comércio e interesses econômicos, interesses políticos, interação também muito intensa entre as sociedades, nós temos muitos brasileiros que estudam na França, aliás é um dos países onde há o maior número de brasileiros estudando, linhas aéreas diretas, turismo, etc. Em relações maduras é natural que haja áreas de convergência e algumas áreas de diferença de opinião.

Folha/UOL: Mas deu uma esfriada por causa dos caças ou não?

Antonio Patriota: Olha a decisão dos caças não é uma decisão que tenha a ver com a França necessariamente. Ela tem a ver com as prioridades que a Presidenta estabeleceu em função de considerações orçamentárias como você mesmo determinou e na medida em que a França seja um dos potenciais fornecedores... Bom, a França está muito interessada nessa decisão... Mas continuamos com uma cooperação muito intensa com a França no plano militar que envolve por exemplo a construção de submarinos nucleares e de infraestrutura para que esses submarinos funcionem de modo que prossequimos na nossa parceria estratégica.

Folha/UOL: Mas nas conversas que o sr. mantém bilaterais com os franceses, com o Alain Jupé, como mencionou, esse tema é recorrente, quando será retomado o projeto dos caças?

Antonio Patriota: Esse tema pode ter sido levantado no início do ano. Mas a partir do momento em que os franceses tomaram conhecimento de que a decisão não seria tomada nos próximos meses ou no início do governo, não foi retomado, não.

Folha/UOL: O Congresso brasileiros, mais especificamente o Senado, não aprovou ainda um projeto de lei de acesso a informações públicas que tramita já há algum tempo do Poder Legislativo. Na semana que vem a presidenta Dilma Rousseff participa junto com o presidente Barack Obama [dos EUA] dessa iniciativa chamada “Governo Aberto”. É um pouco um fator de constrangimento para a presidenta o Congresso ter se atrasado na aprovação dessa lei.

Antonio Patriota: De maneira alguma. Pelo contrário. Eu acho que o Brasil foi convidado para se copresidente dessa iniciativa, eu mesmo já participei de uma reunião com a secretária de Estado [dos EUA] Hilary Clinton, pelo importantes avanços que nós realizamos nos últimos anos. Como o Portal da Transparência, o sistema de acompanhamento de gastos públicos on-line, o Siafi, e outras iniciativas. A questão da regulamentação do grau de sigilo é uma questão que em todos os países, todas as grandes democracias do mundo, ela recebe uma deliberação especializada, diferenciada em função de considerações de segurança nacional.

O Brasil no final do governo Fernando Henrique Cardoso adotou legislação específica, que já estabelecia níveis de sigilo e anos... ou prazos para que essas informações fossem compartilhadas com o público em geral e o que está agora em debate é se alteramos ou não esses prazos. Mas para te dar uma ideia, existem países democráticos, desenvolvidos, onde o sigilo é praticamente eterno sobre questões de segurança nacional. Outros onde os prazos chegam a 150 anos. De modo que aí existem diferentes possibilidades de tratamento. Acho que o Brasil, como um país sem inimigos, que vive na zona de paz, cooperação e democracia não tem porque

adotar uma postura entre aquelas mais restritivas. Podemos adotar uma postura que seja bastante aberta e equilibrada.

Folha/UOL: Mas não seria positivo que o Congresso aprovasse agora essa lei e a presidenta chegasse a Nova York e, além de tudo o que tem feito, apresentar também essa nova medida?

Antonio Patriota: O compromisso do Brasil e da Presidenta com a transparência, com as boas práticas não está em questão. Se houver uma coincidência de aprovação pelo Congresso, tanto melhor. Acho que será positivo sim.

Folha/UOL: Porque dentro do Itamaraty, Ministro, durante alguns anos houve uma resistência a respeito do relaxamento dos prazos em que determinados documentos ultrassecretos são mantidos em sigilo e hoje aparentemente já não há mais essa resistência?

Antonio Patriota: Olha, as resistências, como eu comentei com você são naturais da própria atividade diplomática. E, em muitos países, por exemplo, existe uma determinação que informação confidencial obtida de terceiros países não será nunca aberta ao público geral. De modo que é possível nos inspirarmos em diferentes modelos. Eu acho que aí é uma questão também de, democraticamente, deliberarmos sobre a matéria e, no caso do Itamaraty, nós honraremos o que o Congresso decidir sobre o assunto.

Folha/UOL: O Itamaraty, aliás, a pedido da “Folha de S.Paulo”, liberou para divulgação cerca de 10 mil documentos que antes eram mantidos em sigilo. No entanto, aí para falar do governo em geral, Ministério da Defesa, Exército, Marinha, Gabinete de Segurança Institucional, esses ainda não atenderam a

pedidos idênticos do jornal. Há uma política geral de transparência dentro do governo no âmbito federal ou cada organismo vai escolhendo e determinando a sua própria norma?

Antonio Patriota: Bom, quem determina a política nesse caso, como em outros, é a própria Presidência da República, de modo que há um compromisso do governo com a transparência. E o que está em questão hoje em dia é apenas um debate sobre regulamentação de certos aspectos que poderá introduzir novas práticas ou não. Aí compete ao Legislativo chegar a um acordo sobre a matéria.

Mas só para comentar sobre uma frase que você usou, você disse que o Itamaraty facilitou à Folha... O Itamaraty facilitará a qualquer indivíduo...

Folha/UOL: ...foi um pedido da Folha, não é?

Antonio Patriota: ...ou qualquer pedido que seja feito, com base nas regras vigentes que, aliás, já são relativamente liberais.

Folha/UOL: Nesses documentos que o Itamaraty recentemente divulgou, a “Folha de S.Paulo” publicou, há um, de 2001, um telegrama que veio de Washington, do embaixador à época, Rubens Barbosa, dizendo, entre aspas, que tinha certeza de grampo em linhas telefônicas da embaixada brasileira em Washington e suspeitava que a autoria tivesse sido do Departamento de Estado Norte Americano. Na época ele informou ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e a pergunta: o governo à época tomou alguma providência a respeito?

Antonio Patriota: Eu não me pronunciaria sobre um assunto dessa natureza porque é um

assunto que envolveu um embaixador anterior à minha própria gestão em Washington e o governo anterior. Eu posso lhe dizer é que surgem casos como esses e que aí o governo dispõe sim dos instrumentos para tomar todas as medidas necessárias...

Folha/UOL: Que instrumentos são esses?

Antonio Patriota: São instrumentos de fazer varredura, de garantir as condições de operação em segurança para uma embaixada em qualquer lugar do mundo que seja e de também transmitir às autoridades locais o nosso entendimento de que devemos observar certo tipo de prática nas relações entre Estados que não devem envolver esse tipo de atitude.

Folha/UOL: O sr., do seu conhecimento, não há alguma providência que tenha sido tomada à época ou o sr. não sabe.

Antonio Patriota: Não.

Folha/UOL: Desde 2001, também nesses documentos, fica visível que os Estados Unidos, por vários de seus órgãos de Estado apontam suposto foco de presença de terroristas ou simpatizantes de terroristas na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. O Brasil sempre rechaça esse tipo de interpretação. O que os Estados Unidos pretendem ou querem ao insistir na existência desse foco na Tríplice Fronteira?

Antonio Patriota: Eu acho que já estamos superando. Aliás, eu diria também sobre sua pergunta anterior que eu acho que já superamos. É um assunto superado. E justamente uma das ideias de se liberar material confidencial há 10 anos, depois de 10 anos, é o entendimento de que esse material já não atinge, não afeta o relacionamento bilateral.

E sobre essa questão da Tríplice Fronteira, é um assunto que é debatido em algum detalhe com nossos parceiros norte-americanos, mas também envolvendo Paraguai e Argentina. E não há demonstração objetiva de qualquer razão para se temer a presença de elementos desestabilizadores. Como todos sabemos depois dos ataques do 11 de Setembro os norte-americanos ficaram muito preocupados com células terroristas em volta ao mundo e passaram a monitorar inclusive regiões onde existe imigração de origem árabe ou palestina no caso, na Tríplice Fronteira. Agora, o que nós sublinhamos muito é que o combate ao terrorismo deve ser levado à frente em pleno respeito aos direitos humanos, aos direitos individuais e sem prejudicar ou sem estereotipar nenhum tipo de população.

Folha/UOL: Estamos no nono mês do governo Dilma e cinco Ministros já saíram da esplanada, quatro deles suspeitos de irregularidades. O sr. acha que esses fatos ajudam a reforçar o estereótipo que muitas vezes ainda persiste no exterior de que no Brasil há um excesso de corrupção nos órgãos públicos?

Antonio Patriota: Olha, eu diria que nós vivemos um período histórico em que muitos estereótipos estão sendo colocados de cabeça para baixo. Quem é que imaginaria os Brics agora conversando sobre a possibilidade de assistir ou de apoiar de alguma maneira os europeus em crise? De modo que eu não creio que exista esse estereótipo em primeiro lugar. Eu acho que a imagem do Brasil hoje em dia é de um país democrático, que aplicou políticas econômicas e sociais altamente exitosas, frequentemente citadas como modelo para outras regiões do mundo em desenvolvimento e até mesmo do mundo desenvolvido. Um país também que diversificou suas relações

comerciais e políticas. E questões de, digamos assim, aprimoramento da governança internamente: mudança de Ministros com base em diferentes critérios, inclusive alguma suspeita de corrupção, apenas demonstram que estamos altamente comprometidos com as boas práticas, com a transparência e com o recrutamento de pessoas altamente competentes para tratar da gestão pública.

Folha/UOL: 11 de Setembro. Passaram-se dez anos. O sr. acha que ainda fazem sentido tal como foi concebida a “guerra ao terror”, a prisão de Guantánamo e certos procedimentos de segurança máxima, sobretudo os adotados pelos norte-americanos?

Antonio Patriota: Eu acho que muitos desses procedimentos revelaram suas limitações e estão sendo revistos. Não nos esqueçamos, por exemplo, que o presidente Barack Obama foi eleito para a Casa Branca, primeiro afrodescendente a ocupar a Casa Branca, que em si mesmo é um fato digno de nota, mas também com uma plataforma de crítica à intervenção militar no Iraque. E existem algumas constatações. E uma delas é o limite da ação militar para debelar o terrorismo. Outra delas é o fato de que nenhum ator individual, por mais poderoso que seja, tem capacidade de individualmente transformar realidades internacionais. E uma terceira o surgimento de novos atores que contribuem para introdução de perspectivas variadas no combate, ou na superação de desafios globais como é o caso do terrorismo. E eu acho que existe também um novo consenso internacional de que a tortura não é um método adequado para se obter informações. Existem convenções das Nações Unidas que precisam ser respeitadas. E em relação a Guantánamo há um sentimento de desconforto grande aqui na nossa região latino-americana, e na

comunidade internacional como um todo. É um assunto que volta e meia surge também na agenda do Conselho de Direitos Humanos em Genebra e que esperamos que seja tratado com base na observância do direito humanitário internacional de direitos humanos, padrões elevados de proteção e promoção de direitos humanos.

Folha/UOL: O Brasil nos últimos anos, quase que historicamente, tem mantido boas relações com alguns países cujos governos são comandados por autocratas. Por exemplo: Irã, Cuba. Não há um risco, às vezes, de essa política de boa vizinhança ser interpretada ou até mesmo acabar sendo, na prática, um endosso a determinados regimes autoritários?

Antonio Patriota: Olha, não é um privilégio do Brasil se relacionar com o Irã ou com Cuba. Hoje em dia não há nenhum país da América Latina e Caribe que não tenha relações diplomáticas e de cooperação com Cuba.

Talvez com o Irã seja um pouco diferente. O Irã é um assunto da agenda do Conselho de Segurança. Existem temores com algum fundamento de que o programa de desenvolvimento de energia nuclear do Irã não seja exclusivamente para fins pacíficos. Eu acho que é necessário que o Irã dê demonstrações de que, de fato, ele é apenas para fins pacíficos. Mas isso não impede que países também se relacionem, até mesmo para fazer com que países que despertam dúvidas ou incertezas possam evoluir de uma maneira benigna, favorável e honrem plenamente seus compromissos com a não proliferação ou com os direitos humanos ou outros compromissos internacionais.

Folha/UOL: Num telegrama de fevereiro de 2010 produzido pela embaixada dos

Estados Unidos em Brasília, o sr. é citado. Esse telegrama foi vazado pelo WikiLeaks. Seus colegas norte-americanos relatam que o sr. fazia reparos ao governo iraniano nessa conversa reservada. Esse telegrama cita o sr. entre aspas e diz que o sr. teria dito que “a desconfiança é grande” sobre o Irã. E mais uma outra frase, entre aspas: “Nós nunca sabemos o quão sinceros” são os iranianos. O governo do Irã nesse sentido não é, então, muito confiável?

Antonio Patriota: A confiança em relação ao compromisso do Irã em relação à utilização da energia nuclear para fins pacíficos ela deve ser determinada de forma coletiva, pela Agência Internacional de Energia Atômica e pelo Conselho de Segurança. Ora, esses órgãos ainda não estão plenamente satisfeitos de que, por razões que possam ter a ver com as próprias características do regime iraniano, de que esse compromisso com a não proliferação e com o TNP, o Tratado de Não Proliferação, seja suficiente ou satisfatória. Eu próprio, antes de você citar esse comentário, eu disse que não há uma confiança suficiente. Agora, nosso engajamento é na criação de confiança. E a criação de confiança se dá pela tentativa de diálogo. Foi isso que o meu antecessor, Ministro Celso Amorim, juntamente com o Ministro turco, Ahmet Davutoglu, procurou realizar no ano passado em Teerã, com base até mesmo em ideias que haviam sido veiculadas pelos membros permanentes do Conselho de Segurança em coordenação com a Alemanha, de modo que não era ideias originais, era apenas uma tentativa de implementar e criar um contexto um pouco mais favorável para que tenhamos essa confiança plena, que seria o desejável obtermos.

Folha/UOL: Esse relato então de fevereiro de 2010 dos americanos estava fiel, mais ou

menos, àquilo que o sr. acabou de expressar?

Antonio Patriota: Olha, eu não usaria exatamente as mesmas palavras, mas o reconhecimento de que existe um problema de confiança é um reconhecimento que sempre houve de parte do Brasil e eu poderei ter expressado esse reconhecimento desta forma numa conversa que foi com o embaixador Thomas Shannon. Também eu gostaria...

Folha/UOL: Não há uma mudança ou pelo menos uma nuance entre, enfim, isso que o sr. está dizendo agora e o que a gente ouvia sempre dos seus colegas diplomatas e do próprio presidente Lula na administração passada sobre o Irã?

Antonio Patriota: Não sei se poderá haver mudança porque as linhas básicas permanecem as mesmas. Nós somos a favor de um engajamento com o Irã que contribua para diminuir as tensões. Nós não podemos correr o risco de exacerbar tensões em uma região como o Golfo [Pérsico], como o Oriente Médio, onde agora, então, já temos situações que nos preocupam dentro de um contexto que é interessante também de oportunidade, de aspiração por maior democracia e progresso econômico e social. De modo que o engajamento do Brasil é sobretudo no sentido de assumirmos a nossa responsabilidade como membros da comunidade internacional, como membros do Conselho de Segurança, estávamos no conselho no ano passado e estamos nesse ano, de forma a contribuir para uma redução de tensões. E esse esforço envolve também conversar com os iranianos.

Folha/UOL: Ainda assim, era difícil encontrar alguém no governo, na administração Lula vocalizando esse problema existente, que o sr. não nega, de falta de confiança ainda em

relação ao Irã.

Antonio Patriota: Olha, eu participei da administração Lula durante oito anos. Fui chefe de gabinete do Ministro Celso Amorim, fui embaixador do presidente Lula em Washington, fui Vice-Ministro, Secretário-Geral das Relações Exteriores, e por instruções do Ministro Celso Amorim, eu mantinha contato frequente com o subsecretário norte-americano, que cuida de Irã, embaixador Burns, hoje em dia número dois do departamento de Estado, e com outros interlocutores. Muito nesse espírito que eu estou aqui descrevendo para você.

Folha/UOL: A política externa brasileira sobre Líbia foi a mais adequada na sua avaliação?

Antonio Patriota: Eu acho que o Brasil demonstrou, em primeiro lugar, que estava do lado do povo líbio em suas aspirações por liberdade e por democracia, por progresso institucional, econômico e social. Demonstramos também que somos a favor de meios pacíficos para se lidar com situações de tensão que podem surgir em diferentes regiões do mundo, e demonstramos também que estamos plenamente engajados com o sistema multilateral -e no respeito à Carta da ONU e ao papel do Conselho de Segurança como agente primordial na promoção da paz e segurança internacionais.

Folha/UOL: Mas o Brasil não teria sido um pouco tímido, sempre dizendo e olhando em retrospecto agora, em relação a algumas posições? Sobretudo naquela em que não apoiou a decisão da ONU sobre a área de exclusão aérea [sobre a Líbia]?*

Antonio Patriota: Pelo contrário. Eu acho que

o Brasil foi muito corajoso. Porque o Brasil apontou desde o início, digamos, a falácia do estabelecimento de um elo automático entre a promoção da estabilidade, da democracia e a proteção dos direitos humanos e o uso da força. O uso da força pode levar à disseminação da violência numa escala maior. Quando você dissemina violência os que são os principais atendidos são os mais pobres, são os idosos, são as mulheres. De modo que aquela posição serviu como uma advertência para que não se crie um elo automático, não se dissemine uma ideologia de que a democracia e os direitos humanos são melhor protegidos pela ação militar.

Folha/UOL: A Itália pretende levar o caso Battisti à Corte de Haia e colocou hoje, 15 de setembro, quando fazemos esta entrevista, como prazo para que o Brasil monte a sua comissão de conciliação a respeito desse caso. O que pode ainda acontecer a respeito desse tema?

Antonio Patriota: Do ponto de vista do Brasil o tema foi equacionado de acordo com as melhores práticas jurídicas de um país altamente democrático, onde os Poderes são independentes. De modo que não creio que haja nenhuma necessidade de nenhuma medida adicional. E esse prazo de 15 de setembro, como nós já fizemos ver aos nossos parceiros italianos, não é um prazo que conste de qualquer documento oficial. De modo que assim é uma margem, temporal, que figurou numa intervenção do Ministro Franco Frattini, com quem eu estou em contato sobre esse assunto, e talvez voltemos a nos encontrar em breve.

Folha/UOL: Há alguma consequência objetiva para as relações entre Brasil e Itália esse caso Battisti?

Antonio Patriota: Olha, nossa intenção é trabalhar para que não haja. Até agora não existiu e continuaremos a trabalhar para que não ocorra.

Folha/UOL: Ministro Antonio Patriota, muito obrigado por sua entrevista.

Antonio Patriota: Muito obrigado a você pela oportunidade.

“POTÊNCIAS SÃO ‘INOPERANTES’ NA QUESTÃO PALESTINA, DIZ PATRIOTA” (FOLHA DE S. PAULO, 17/10/2011)

Claudia Antunes (Enviada especial a Brasília)

O Conselho de Segurança da ONU precisa assumir a responsabilidade pela resolução do conflito entre Israel e Palestina porque o Quarteto formado por Estados Unidos, União Europeia, Rússia e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, se mostrou “inoperante” em promover negociações, afirma o chanceler Antonio Patriota.

Em entrevista à Folha, o Ministro das Relações Exteriores disse que o Brasil se absteve na última resolução sobre a Síria para evitar a “dinâmica de polarização” entre os membros permanentes do CS e manter um espaço de negociação. Também criticou os países que lideram a força de intervenção na Líbia por tomarem decisões que não lhe cabem, como o envio de armas aos rebeldes.

EUA admitem dúvidas sobre plano do Irã, diz Ministro Patriota

“Passaram a se reunir em várias capitais pelo mundo afora, na Europa ou no golfo Pérsico, deliberando sobre assuntos que são da competência estrita do Conselho de

Segurança. Por exemplo, levantar ou não o embargo, armar ou não os rebeldes. Isso é um problema sistêmico, e apontá-lo não deve ser interpretado como simpatia pelos métodos de Mummar Gaddafi”, afirmou.

Patriota diz que o Quarteto se mostrou “inoperante” em promover negociações para a criação do Estado palestino

Abaixo, a íntegra da entrevista à Folha.

Folha: Na votação do projeto de condenação da Síria no Conselho de Segurança, a África do Sul soltou uma nota dizendo que se absteve sobretudo porque os limites da resolução contra a Líbia tinham sido ultrapassados. Foi esse também o fundamento da posição brasileira?

Antonio Patriota: Nós estávamos trabalhando junto com Índia e África do Sul para promover uma dinâmica de consenso. Nossa preocupação tem sido evitar a polarização. Já quando foi aprovada a declaração presidencial sobre a Síria, em agosto, identificamos uma polarização grande no CS e sugerimos que, em vez de ficar no impasse, tentássemos a

manifestação possível. Não era a ideal, mas conseguimos.

De lá para cá, de fato, houve desconforto significativo sobre a interpretação dada à resolução 1973 [que autorizou a intervenção para a proteção de civis na Líbia]. A África do Sul, que tinha votado a favor, passou a ser muito crítica. Isso teve algum impacto. Tentamos estimular a dinâmica da convergência para ver se conseguíamos adotar uma resolução que, sem sanções, representasse um passo além da declaração presidencial, porque continua havendo atos de violência na Síria, ações que nós condenamos.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU nós votamos a favor de uma resolução condenatória, e a credibilidade do Brasil foi suficiente para que um brasileiro fosse indicado chefe da comissão de investigação, junto com um turco e um norte-americano. Estamos trabalhando ativamente com o governo sírio para que eles sejam recebidos, assim como trabalhamos ativamente também para que os jornalistas brasileiros obtivessem vistos para ir à Síria, e conseguimos. As matérias contribuíram para elucidar a opinião pública brasileira sobre a complexidade da questão.

No Conselho de Segurança, quando constatamos que havia uma dinâmica da polarização decidimos nos abster junto com os dois países com os quais temos nos coordenado, que são também democracias. Nós condenamos os abusos, a violência e a repressão contra manifestantes desarmados. Agora, buscamos soluções que levem a uma transição para melhores formas de governo, para a democracia, pela via da diplomacia, da negociação.

A coerção, o uso da força, deve ser sempre contemplada como último recurso, sobretudo para não piorar uma situação que já é potencialmente muito desestabilizadora. Há um risco grande na Síria de guerra civil, de descontrole. É uma das regiões mais explosivas do mundo. Você não pode receitar um remédio que piore a doença. A abstenção também preserva uma certa capacidade diplomática, até para negociar a ida à Síria da comissão de investigação do Conselho de Direitos Humanos. Você se distancia dessa polarização entre membros permanentes, que obedecem às vezes a outras lógicas.

Folha: No caso da Líbia, foi a primeira vez em que uma intervenção por alegadas razões humanitárias foi autorizada pelo Conselho de Segurança.

Antonio Patriota: Os franceses consideram também que a Costa do Marfim também se enquadra nisso.

Folha: Mas esses casos podem ser considerados exceções, que tendem a não se repetir?

Antonio Patriota: Não podemos esquecer que estamos funcionando sob a sombra do que aconteceu no Iraque. Houve uma intervenção de uma coalizão liderada pelos EUA, sem autorização do Conselho de Segurança, sob pretextos variados, primeiro era a existência de armas de destruição em massa, depois foi invocada a democracia etc. Isso gerou uma instabilidade enorme, milhões de refugiados, centenas de milhares de mortos civis.

É o que leva a presidenta Dilma a dizer na Assembleia Geral da ONU que a “responsabilidade de proteger” é um conceito que pode se justificar, mas não implica em automatismo do uso da força. Você

pode exercer sua responsabilidade coletiva por ações humanitárias. No Sudão e em outros lugares existem exemplos de ações humanitárias no espírito da responsabilidade de proteger muito bem sucedidas, sem uma militarização do conceito.

Você não pode receitar um remédio que piore a doença ou faça surgir outros sintomas, contribuindo para um quadro de maior instabilidade. Isso é que é um pouco a responsabilidade 'ao' proteger mencionada pela presidenta.

Tem também um problema de prestação de contas. No caso da Líbia, passaram a se reunir em capitais pelo mundo afora, na Europa ou no golfo Pérsico, deliberando sobre assuntos que são da competência estrita do Conselho de Segurança. Por exemplo, levantar ou não o embargo, armar ou não os rebeldes. Isso só é possível mediante resoluções que modificam outras resoluções do Conselho de Segurança.

São problemas sistêmicos, e apontá-los não deve ser interpretado como simpatia pelos métodos de Muammar Gaddafi, assim como as críticas à intervenção no Iraque não devem ser interpretadas como simpatia pelos métodos de Saddam Hussein. Quando você intervém, tem de ter segurança de que está promovendo maior estabilidade, não piorando a situação.

Folha: A maioria dos críticos dessas intervenções aponta para a seletividade, o duplo padrão. Como o sr. vê isso?

Antonio Patriota: Devemos ter o cuidado de nunca ver a coerção, a sanção, a força, como um fim em si. Na medida em que isso seja contemplado, mediante decisões tomadas de forma legítima pelo Conselho de Segurança, tem de ser parte de uma estratégia que leve a

um acordo político, a um cessar-fogo, que leve a uma melhoria para a população. Defender a intervenção militar em si mesma é um debate equivocado.

Folha: O Brasil tem apontado a resolução da questão palestina como a chave para resolver outros problemas no Oriente Médio.

Antonio Patriota: É porque a questão palestina está subjacente a parte das tensões no mundo árabe. Desde a criação do Estado de Israel existe a proposta de dois Estados lado a lado em segurança. O próprio mandato das Nações Unidas não terá sido cumprido integralmente até que seja criado um Estado palestino.

Essa questão adquiriu relevância porque há uma frustração enorme com a inoperância da metodologia atual, por exemplo o Quarteto (EUA, Rússia, União Europeia e o secretário-geral da ONU), que ficou incumbido de promover negociações. Ora, o Quarteto, em algumas das últimas reuniões, não foi nem sequer capaz de produzir um relatório consensual.

De modo que defendemos que as Nações Unidas assumam sua responsabilidade. O Conselho de Segurança tem sido capaz de tratar, com alguma capacidade operacional, de questões como Haiti, Timor Leste. Vamos e venhamos, o Conselho de Segurança foi criado para cuidar dos maiores desafios à paz e à segurança internacional. Qual será o maior desafio hoje em dia? É possível dizer que é a questão Israel-Palestina. Então por que o Conselho de Segurança se omitiria nesse caso?

Ele pode até terceirizar ao Quarteto durante um certo período a condução dos esforços. Na

medida em que aquilo não resulta, voltemos ao Conselho. No final das contas, foi ele que adotou as resoluções 242, 338, que são os parâmetros incontornáveis para uma solução. Nessa reflexão o Brasil não está numa posição singular. Talvez três quartos dos membros da ONU compartilhem posições muito semelhantes.

Folha: Para que a resolução que reconhece o Estado palestino como membro da ONU seja posta em votação no CS, os palestinos querem garantir nove votos a favor. O Brasil tem feito gestões com a Colômbia, que está no CS e tem se declarado contra a resolução?

Antonio Patriota: Não diria que fez gestões, mas o Brasil conversou sobre o assunto na última reunião de chanceleres da Unasul [União de Nações Sul-Americanas], em Buenos Aires, em agosto.

Folha: Neste momento o voto da Colômbia é fundamental, mesmo que os EUA venham a vetar depois a resolução. O presidente palestino, Mahmoud Abbas, veio à Colômbia, e a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, ligou para o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, para defender a posição dos EUA. Por isso pergunto se o Brasil fez gestões também.

Antonio Patriota: Eu conversei sobre esses temas com meus colegas. É um tema sobre o qual as delegações em Nova York estão conversando muito. Mas a decisão cabe à Colômbia.

Se os palestinos conseguirem nove votos, eles possivelmente pressionarão pela votação da resolução. Se eles calcularem que não têm os nove votos assegurados, aí talvez esperem. Não há prazo para a votação. Outra

possibilidade é que a Liga Árabe apresente, a pedido dos palestinos, uma resolução à Assembleia Geral da ONU. E aí, dependendo dos termos, os palestinos têm condições de obter 140 votos, mais de dois terços. É uma estratégia paralela, e isso permitirá que a Palestina goze de um status semelhante ao do Vaticano, de observador da Assembleia Geral, e poderá ingressar em agências especializadas.

Folha: A presidenta Dilma participa no dia 18 da cúpula do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul). Com o ingresso da África do Sul no Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), há agora uma superposição entre os dois grupos. Que peso o Brasil dá a cada um desses fóruns?

Antonio Patriota: A gênese dos dois é diferente. O Ibas é fruto de uma ação deliberada da diplomacia dos três países, a ideia original surgiu de uma proposta no dia da posse do presidente Lula, em 2003. A ideia era que, aproximando as três grandes democracias de três continentes, você criaria não só sinergias interessantes do ponto de vista trilateral como também aproximaria as regiões. Isso de fato em certa medida ocorre.

Já a gênese dos Brics é a análise de Jim O'Neill, um economista de Wall Street, que previu muito acertadamente que essas economias estariam entre as dez maiores. A coordenação começou muito relacionada a finanças, e aos poucos foi adquirindo uma agenda mais ampla, sendo que neste ano existe essa coincidência de que todos se encontram no Conselho de Segurança.

Quando você junta Índia, Brasil e África do Sul com China e Rússia, são países cuja agenda visa a transformação da governança global, para torná-la mais democrática

e representativa. Mas China e Rússia de certa maneira são potências estabelecidas, já membros permanentes do Conselho de Segurança. Então pode haver sintonia, coordenação, mas existem também diferenças.

Folha: O que o Ibas pode render mais do que rende hoje?

Antonio Patriota: Acho que tem um potencial extraordinário. Estamos começando um pouco a superar algumas barreiras. A diplomacia também tem esse papel, de abrir caminho para evoluções que não aconteceriam espontaneamente. São três países que compartilham valores, são democracias multiétnicas, em busca de modelos autônomos de desenvolvimento, são economias de mercado e procuram uma inserção participativa em todos os debates internacionais.

Estamos apenas começando a criar rotas diretas de transporte aéreo, marítimo, no sentido Sul-Sul. Sem o envolvimento ativo de Brasil, África do Sul e Índia isso será difícil. Buscamos um entrosamento maior entre setores empresariais, que têm que romper a barreira da distância, do desconhecimento. E existe a possibilidade de coordenação política, existe o Fundo Ibas de apoio a países de menor desenvolvimento, que tem um projeto premiado no Haiti, além de projetos na Guiné-Bissau, nos territórios palestinos.

“FALA MANSA”
(REVISTA PODER, NOVEMBRO/2011)

Por Fabiana Godoy - Fotos Sérgio Caddah

Bem relacionado, tranquilo e discreto. Assim é o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que, em 11 meses à frente do cargo, comemora a boa imagem do Brasil no exterior e se diz otimista sobre as chances de o país conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU

“Há uma demanda enorme pelo Brasil.” É assim, entre sorrisos, que o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, explica o bom momento da política externa brasileira. A agenda de Patriota nos 11 meses em que está no cargo dá a dimensão do que ele diz. Foram mais de 50 viagens internacionais, num roteiro que inclui toda a América do Sul, vários países da África, da Ásia, os Estados Unidos, a China, a Rússia, o Haiti, entre outros. No dia desta conversa com PODER, por exemplo, ele havia passado algumas horas sendo entrevistado no escritório da agência de notícias da China, em São Paulo. “O grande desafio é encontrar tempo para dar conta de todas as frentes de trabalho.”

As reuniões mundo afora incluem a

participação do Brasil em fóruns de nações emergentes, como o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). E, claro, negociações abertas para conquistar adesão a uma das principais questões da diplomacia brasileira: um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, do qual o Brasil é membro rotativo. “Vivemos num mundo de aceleradas transformações geopolíticas”, avalia o Ministro. “O reconhecimento de que as Nações Unidas e o Conselho de Segurança precisam se adequar a isso é unânime. O difícil é encontrar a fórmula que seja capaz de angariar a maioria necessária.” Patriota, no entanto, acha que isso está perto de acontecer. “Sou um otimista.”

Nem as questões mais espinhosas tiram a tranquilidade do chanceler. Uma conversa com o Ministro deixa no interlocutor a impressão de se estar diante daquele tipo de pessoa vocacionada para o que faz. Ele é extremamente cordial, fala de maneira assertiva, mas serena; consegue se esquivar com classe - e sem alterar o tom da voz ou o semblante - dos assuntos mais indigestos e persuadir o interlocutor daquilo que defende.

Difícil saber se esse traquejo vem da personalidade desse carioca, formado em filosofia pela Universidade de Genebra, ou do treino adquirido em 32 anos de uma bem-sucedida carreira diplomática. Antes de alcançar o posto mais alto da chancelaria, Patriota passou por posições-chave no Itamaraty, como o de secretário-geral das Relações Exteriores, subsecretário-geral político e chefe de gabinete do Ministro. Também serviu ao governo brasileiro em Pequim, Genebra, Caracas, Nova York e foi o embaixador em Washington entre 2007 e 2009 - período em que estreitou as relações entre Brasil e Estados Unidos pelo bom trânsito que conquistou no governo e no Congresso americanos. Na entrevista a seguir, ele avalia a política externa brasileira e sua atuação como principal representante do Brasil diante da comunidade internacional.

Poder: Como o senhor avalia a imagem do Brasil no exterior nesse momento?

Antonio Patriota: A imagem é o reflexo da realidade. Se é positiva, é porque muito foi conquistado no Brasil nos últimos anos, com a redução da pobreza, a geração de oportunidades de empregos, a democracia se consolidando, a consciência ambiental, a matriz energética limpa, a capacidade de gerar projetos de integração e também um engajamento internacional crescente. Tudo isso gera uma imagem positiva.

Poder: Já que o senhor teve oportunidade de trabalhar com o presidente Lula e agora com a Presidenta Dilma, qual a diferença de estilo entre os dois? Dizem que ela é uma chefe mais dura...

Antonio Patriota: Na época do presidente Lula, fui embaixador em Washington e vice-ministro, mas não trabalhava tão diretamente

com ele. Pra mim é uma novidade essa maneira de trabalhar da Presidenta e aprecio muito nela o rigor, o interesse, a capacidade de absorção de informação. Ela tem um interesse enciclopédico pela realidade internacional, ela quer saber da economia, da realidade política, do desenvolvimento científico tecnológico, da cultura, das características do povo. É um prazer trabalhar com uma pessoa que revela não só muito conhecimento como muito interesse em conhecer mais a realidade.

Poder: E com relação à política externa, qual a diferença entre os dois?

Antonio Patriota: O eleitor brasileiro escolheu a continuidade. Não há necessidade de se reinventar a roda. Estamos trabalhando em cima de conquistas que foram importantes nos últimos anos em termos não só da participação muito afetiva nos grandes debates internacionais, nos grandes fóruns, como nas Nações Unidas, na OMC. O Brasil conquistou um lugar de destaque. E isso continua. Também data nos esforços do governo anterior uma verdadeira rede global de embaixadas, uma presença importante na África, no Oriente Médio, na Ásia central. E a participação em novas coalizões, por exemplo, o Brics, o Ibas. Além de continuar o que foi construído no governo anterior, há nuances e ênfases trazidas pelo perfil da Presidenta Dilma, como a parte dos direitos humanos, presente inclusive na biografia dela.

Poder: O presidente Lula promoveu uma aproximação grande, inclusive no plano pessoal, com líderes polêmicos como Fidel Castro, Hugo Chávez, Evo Morales e Mahmoud Ahmadinejad. O mesmo não tem sido feito pela Presidenta Dilma. Isso sinaliza uma mudança de atitude do Brasil em relação a esses países?

Antonio Patriota: Hoje de manhã, por exemplo, participei de uma reunião que a Presidenta teve com o chanceler de Cuba e ela informou que desejará visitar o país num futuro próximo. O Brasil é muito ecumênico. E é muito importante manter não só com aqueles que tem posições idênticas. Sempre haverá diferenças entre os países. E acho importante respeitar e valorizar as escolhas de diferentes eleitorados.

Poder: Estando na carreira diplomática há mais de 30 anos, como avalia vazamento de documentos sigilosos pelo site WikiLeaks?

Antonio Patriota: A questão do WikiLeaks é uma anomalia. Quando dois representantes governamentais se encontram e decidem deliberadamente ter uma conversa reservada, confidencial, em nome de um bem maior, a paz, por exemplo, ou um cessar-fogo, aquilo requer um nível de confiança. Eu sei que o governo americano ficou muito incomodado com o WikiLeaks. Ainda na minha condição de secretário-geral do Itamaraty recebi um telefonema do Departamento de Estado americano pedindo desculpas por citações potencialmente problemáticas envolvendo o Brasil. Felizmente, o Brasil é um país sem inimigos, com agenda positiva, e isso não chegou a acontecer conosco.

Poder: Quais nossas reais chances de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU?

Antonio Patriota: Vivemos um mundo de aceleradas transformações geopolíticas. No plano econômico e financeiro isso já ficou patente pela substituição do G8 pelo G20. O mesmo se aplica a outras esferas, como a comercial. O reconhecimento de que as Nações Unidas e o Conselho de Segurança

precisam também se adequar a isso é unânime. O difícil é encontrar a fórmula que seja capaz de angariar a maioria necessária, no caso, dois terços dos 194 membros da ONU, além da ratificação dos cinco membros atuais.

Poder: Isso pode acontecer esse ano ainda?

Antonio Patriota: É muito difícil fazer essa previsão. Os interesses são muito arraigados. Existem temas que, na minha opinião, são injustificados, por parte de alguns países. O maior risco que nos corremos aqui é de perda da credibilidade que já foi dada ao Conselho de Segurança. Sairemos todos perdendo se dentro de cinco, dez anos o Conselho de Segurança não se reformar e não preservar essa capacidade de lidar com grandes desafios no campo da paz. Ele não será mais visto como representativo aos olhos de muitos representantes da comunidade internacional.

Poder: Deu pra sentir um tom otimista, de que isso estaria perto de acontecer...

Antonio Patriota: (risos) Eu sou um otimista e acho que o brasileiro tem de ser otimista por natureza. O brasileiro representa o país que está dando certo, indo para a frente, no sentido de encontrar a própria voz de uma maneira autônoma, sem idéias preconcebidas, sem preconceitos e valorizando a pluralidade de idéias.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África - 42, 47, 58, 65, 66, 67, 68, 74, 77, 81, 82, 83, 84, 92, 93, 94, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 122, 132, 133, 140, 167, 170, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 184, 189, 191, 192, 193, 196, 197, 199, 202, 236, 246, 248, 253, 254, 257, 258, 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 291, 293, 296, 306, 309, 318, 319, 323, 327, 328, 332, 333, 337, 345, 346, 348, 349, 351, 352, 355.

África do Sul - 6, 7, 10, 12, 15, 16, 65, 77, 82, 83, 92, 93, 110, 111, 116, 117, 118, 132, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 184, 191, 192, 193, 236, 248, 253, 257, 263, 268, 270, 293, 296, 318, 319, 323, 327, 332, 345, 346, 348, 349, 351.

Alemanha - 12, 72, 73, 74, 79, 131, 136, 236, 291, 325, 336, 336, 342.

Algodão - 15, 163, 167, 314.

América do Sul - 4, 12, 21, 22, 30, 39, 47, 62, 65, 66, 67, 68, 95, 128, 142, 156, 170, 176, 189, 196, 198, 237, 238, 253, 254, 255, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 315, 336, 351.

Argentina - 3, 5, 7, 24, 25, 29, 30, 31, 76, 77, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 118, 123, 136, 225, 226, 236, 292, 298, 302, 304, 307, 308, 309, 311, 312, 317, 337, 340, 341.

Ásia - 31, 47, 58, 82, 115, 116, 170, 176, 202, 351, 352.

Assistência Consular - 355.

B

Biocombustíveis - 194.

Bolivia - 194.

BRICS - 22, 24, 82, 93, 121, 125, 126, 177, 257, 258, 259, 293, 296.

Burkina Faso - 296.

Burundi - 133.

C

CALC - 22, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 285, 288, 289, 300.

CELAC - 22, 23, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 301, 306.

Chile - 77, 96, 123, 219, 226, 231, 248, 275, 278, 288, 301, 307.

China - 10, 48, 82, 116, 117, 118, 120, 121, 171, 177, 197, 236, 257, 293, 296, 318, 322, 323, 325, 348, 349, 351.

Comissão Europeia - 138, 139, 142, 148, 149, 153, 156, 159, 236.

Combate à Fome - 82, 294.

Conselho de segurança - 3, 6, 8, 12, 20, 38, 39, 41, 53, 54, 79, 82, 84, 85, 93, 96, 106, 109, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 135, 136, 140, 144, 145, 146, 165, 176, 177, 178, 196, 200, 204, 205, 206, 238, 239, 257, 258, 290, 317, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 332, 333, 336, 338, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 353.

Cooperação Econômica - 73, 90, 198, 206, 207, 299.

Cooperação Jurídica - 355.

Copa 2014 - 355.

Coréia do Sul - 236.

Cruz Vermelha - 356.

Cuba - 13, 39, 72, 134, 231, 247, 278, 320, 321, 342, 353.

D

Democracia - 67, 84, 103, 232, 265, 274, 289.

Desenvolvimento - 22, 46, 48, 54, 55, 58, 63, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 85, 86, 89, 93, 96, 98, 101, 104, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 139, 140, 141, 142, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 159, 161, 162, 166, 169, 172, 174, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211, 214, 218, 220, 221, 235, 239, 245, 246, 249, 253, 256, 262, 266, 270, 274, 277, 278, 279, 280, 281, 282,

283, 288, 289, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 297, 316, 319, 356.

Desenvolvimento Sustentavel - 54, 63, 75, 76, 86, 93, 96, 110, 113, 114, 117, 139, 153, 154, 166, 180, 181, 195, 200, 201, 206, 245, 246, 256, 262, 282, 316.

Direitos Humanos - 54, 71, 84, 86, 89, 90, 95, 106, 112, 122, 126, 140, 141, 146, 183, 217, 224, 275, 277, 319, 320, 321, 322, 324, 334, 342, 346.

E

Energia - 31, 76, 77, 94, 100, 108, 159, 162, 165, 186, 192, 193, 197, 254, 277, 281, 294, 311, 312, 328, 342.

Equador - 6, 66, 70, 73, 77, 80, 123, 226, 237, 246, 259, 261, 262, 263, 264, 287, 315, 334.

Espanha - 220, 225, 226, 236.

EUA - 3, 4, 33, 41, 51, 124, 125, 167, 197, 313, 314, 318, 323, 325, 327, 332, 333, 334, 339, 345, 346, 347, 348.

F

Foro Ibas - 356.

França - 24, 197, 236, 247, 294, 327, 332, 338.

G

Genebra - 24, 47, 66, 143, 144, 171, 186, 201, 264, 292, 293, 294, 296, 320, 335, 342, 352.

Guiana - 8, 73, 77, 110, 111, 211, 237, 246, 247, 259, 315.

Guine-Bissau - 6, 53, 69, 81, 83, 84, 86, 87, 90, 91, 133, 146, 174, 199, 349.

H

Haiti - 5, 15, 38, 53, 67, 79, 82, 97, 109, 123, 133, 134, 136, 146, 173, 174, 191, 222, 265, 275, 308, 321, 325, 326, 333, 334, 337, 338, 347, 349, 351.

Honduras - 109, 176, 211, 276.

I

IBAS - 9, 12, 15, 16, 21, 47, 82, 93, 111, 132, 170, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 253, 293.

India - 10, 11, 12, 15, 16, 24, 77, 80, 82, 111, 116, 117, 118, 119, 123, 131, 132, 133, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 182, 184, 189, 192, 193, 236, 253, 257, 293, 296, 318, 323, 325, 327, 332, 333, 336, 345, 348, 349, 351.

Investimentos - 48, 76, 92, 149, 172, 192, 195, 207, 244, 245.

Israel - 54, 190, 196, 200, 299, 300, 309, 323, 323, 324, 332, 345, 347.

Irã - 259, 317, 320, 321, 327, 328, 342, 343, 345.

Italia - 236, 344.

J

Jamaica - 357.

Jogos Olimpicos - 34, 95, 108, 163, 207, 249.

L

Libano - 135, 136, 322, 323.

M

Meio Ambiente - 75, 113, 116, 117, 118, 166, 181, 192, 254, 262, 266, 319.

Mercosul -

México - 74, 77, 116, 176, 216, 219, 223, 226, 233, 236, 270, 271, 275, 278, 283, 291, 332.

Moçambique - 65, 67, 72, 82, 83, 86, 91, 117, 175, 193, 194, 195, 196, 263, 265.

N

Nações Unidas - 31, 35, 38, 39, 41, 45, 46, 51, 53, 54, 55, 63, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 93, 94, 96, 97, 99, 105, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 135, 136, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 165, 166, 169, 176, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 195, 196, 200, 201, 204, 205, 206, 211, 222, 224, 236, 238, 239, 245, 246, 247, 256, 258, 262, 266, 275, 282, 288, 290, 293, 316, 317, 319, 320, 322, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 351, 352, 353.

Negócios Estrangeiros - 73, 74, 81, 83, 92, 105, 106, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 131, 208, 244, 293, 298.

Nigéria - 117, 254, 310.

O

OIT - 89, 188, 224.

OMC - 45, 46, 47, 58, 135, 148, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 180, 201, 202, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 307, 313, 314, 325, 328.

Oriente Médio - 31, 47, 49, 54, 67, 111, 121, 122, 135, 140, 141, 170, 172, 176, 257, 258, 259, 265, 299, 318, 324, 331, 332, 337, 343, 347, 352.

P

Palestina - 25, 54, 174, 175, 192, 196, 236, 253, 298, 299, 300, 309, 323, 324, 332, 345, 347, 348.

Paraguai - 123, 211, 214, 219, 220, 225, 237, 337, 340, 341.

Paz - 266, 67, 71, 78, 81, 84, 105, 122, 128, 135, 141, 146, 178, 190, 200, 254, 258, 259, 264, 265, 293, 294, 324.

Peru - 77, 103, 104, 115, 123, 129, 211, 212, 224, 246, 247, 259, 260, 262, 263, 278, 309, 315, 334, 337.

Portugal - 42, 85, 86, 89, 197, 226, 239.

Propriedade Intelectual - 57, 58, 149, 185, 187, 201, 202.

S

Segurança Alimentar - 71, 72, 82, 85, 88, 90, 182.

Serra Leoa - 174, 192, 324.

Somália - 94, 163, 182, 191.

Suriname - 70, 77, 238, 246, 247, 259, 262, 315.

T

Terrorismo - 53, 80, 114, 124, 125, 128, 144, 146, 147, 163, 184, 228, 229, 305, 341.

Timor-Leste - 83, 86, 87, 88, 89, 91.

Turquia - 80, 81, 114, 124, 136, 164, 165, 166, 167, 204, 236, 309, 327, 328.

U

Unasul - 29, 39, 41, 66, 77, 80, 95, 97, 99, 103, 104, 109, 111, 115, 196, 199, 211, 212, 236, 237, 254, 262, 264, 268, 269, 337, 348.

Uruguai - 67, 76, 77, 101, 123, 134, 135, 175, 225, 245, 246, 247, 265, 298, 313, 337.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Karina Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

360

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
(CDO)

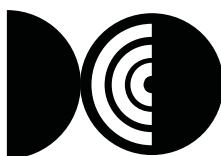
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II,
1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação